ING Bank
Relatório Anual
2016

Accelerate

ING

Índice

Quem somos

Composição do Conselho de Administração e do Conselho de Supervisão 2
Sobre o ING 3

Relatório do Conselho de Administração

Desenvolvimentos financeiros do ING Bank 6
Banca de Retalho 7
Wholesale Banking 10
Contexto Regulamentar 11

Gestão Corporativa

Gestão Corporativa 12
Declaração de Confirmação 16
Relatório do Conselho de Supervisão 17

Composição do Conselho de Administração e do Conselho de Supervisão

Conselho de Administração Bancária

Composição a 31 de dezembro de 2016

- R.A.J.G. (Ralph) Hamers (50)
  Diretor Executivo, presidente do Conselho de Administração Bancária
- P.G. (Patrick) Flynn (56)
  CFO
- W.F. (Wilfred) Nagel (60)
  CRO Conselho de Administração Bancária
- J.V. (Koos) Timmermans (56)
  Vice-presidente
- M.I. (Isabel) Fernandez Niemann (48)
  Diretora do Wholesale Banking
- R.M.M. (Roel) Louwhoff (51),
  Diretor de Operações, Conselho de Administração Bancária
- (Aris) Bogdaneris (53)
  Diretor de Mercados Desafiadores e em Crescimento

Conselho de Supervisão

Composição a 31 de dezembro de 2016

J. (Jeroen) van der Veer (69)
Presidente
H.J.M (Hermann-Josef) Lamberti (60)
Vice-presidente
E.F.C.B. (Eric) Boyer de la Giroday (64)
H. W. (Henk) Breukink (66)
I. (Isabel) Martín Castellá (69)
M. (Mariana) Gheorghe (60)
A.C. (Ann) Sherry (62)
R.W.P. (Robert) Reibestein (60)

Comissões do Conselho de Supervisão

Composição a 31 de dezembro de 2016

Comissão de Auditoria

H.J.M (Hermann-Josef) Lamberti
Presidente
E.F.C.B. (Eric) Boyer de la Giroday
I. (Isabel) Martín Castellá
R.W.P. (Robert) Reibestein

Comissão de Riscos

R.W.P. (Robert) Reibestein Presidente
E.F.C.B. (Eric) Boyer de la Giroday
M. (Mariana) Gheorghe
H.J.M (Hermann-Josef) Lamberti
J. (Jeroen) van der Veer

Comissão de Remunerações

H. (Henk) Breukink
Presidente
R.W.P. (Robert) Reibestein
J. (Jeroen) van der Veer

Comissão de Nomeação

J. (Jeroen) van der Veer
Presidente
H. (Henk) Breukink
I. (Isabel) Martín Castellá

Sobre o ING

A nossa estratégia e progresso

Em 2016, o ING continuou a implementar com sucesso a estratégia Think Forward com base no nosso objetivo de dar poder aos clientes para ficarem um passo à frente na vida e nos negócios. Melhoramos ainda mais a proposta de valor para os clientes, que visa proporcionar-lhes uma experiência do cliente diferenciada. E acelerámos a nossa transformação para enfrentar o crescente ritmo de digitalização e rutura no setor dos serviços financeiros.

A abordagem à experiência do cliente que oferecemos baseia-se no nosso Compromisso para com o Cliente. É esta a nossa promessa para os clientes, ser Claro e Fácil, disponível em Qualquer Altura e em Qualquer Lugar, Capacitar e Ser Cada Vez Melhor. Fazemo-lo esforçando-nos por sermos líderes na experiência digital do cliente com base num acesso fácil, produtos e serviços simplificados e ferramentas que ajudam os clientes a tomar decisões financeiras seguras.

O sucesso da nossa estratégia reflete-se no número crescente de clientes que pretende ter atividades bancárias connosco, no nível elevado de satisfação do cliente e no crescimento do nosso franchise de empréstimo. Até ao final de 2016, o número total de clientes atingiu quase 36 milhões, um aumento de mais de um milhão em relação ao ano anterior. Os principais clientes também aumentaram para 9,7 milhões, no caminho certo para alcançar o nosso objetivo de 10 milhões de principais clientes até 2017; e agora aumentámos essa ambição para 14 milhões de principais clientes até 2020. Desfrutámos da pontuação elevada de satisfação do cliente em muitos dos nossos mercados, alcançando o número um da Pontuação Líquida de Promoção (NPS) em 7 dos nossos 13 mercados de retalho. E os nossos empréstimos básicos líquidos cresceram durante 2016 em mais de seis porcento, apoiando as economias dos países onde estamos ativos.

Uma das formas pelas quais o ING está a cumprir o seu objetivo de capacitar os clientes é oferecendo produtos, serviços e ferramentas que tornam mais fácil para os clientes gerir o seu dinheiro e tomar melhores decisões financeiras. Em 2016, o ING em Espanha apresentou o My Money Coach, um serviço digital gratuito que utiliza respostas que os clientes fornecem sobre a sua situação pessoal, apetência pelo risco e conhecimento financeiro para projetar um plano personalizado que os ajude a alcançar os seus objetivos de poupança, investimento e reforma. No ano passado também ampliámos a gama de ferramentas de planeamento online bem-sucedida, Financially Fit, nos Países Baixos. Consultores digitais semelhantes fazem parte da nossa oferta ou estão a ser desenvolvidos na Bélgica, França, Polónia e Espanha.

No ano passo, lançamos o Moje ING na Polónia, uma interface de cliente omnicanal que oferece uma visão geral fácil das finanças e ferramentas de planeamento financeiro de um cliente e baseada na Genoma, a nossa plataforma de sucesso em Espanha. Nos Países Baixos, também apresentámos a ferramenta «Kijk Vooruit» (ou «Olhar em Frente»), que permite aos utilizadores ter maior controlo sobre as suas finanças através de uma visão geral das futuras transações planeadas e previstas.

O ING acredita que o setor bancário pode desempenhar um papel significativo na criação de uma economia mais justa e ecológica. Isto inclui ajudar os nossos clientes a desenvolver modelos de negócios mais sustentáveis e apoiar os clientes que desenvolvam soluções para desafios ambientais e sociais. As transições sustentáveis financiadas do ING chegaram a mais de 34 mil milhões de euros em 2016. Um acordo notável em que estivemos envolvidos foi a fusão do operador britânico de resíduos Shanks Plc com o líder holandês Van Gansewinkel Groep. O ING serviu como conselheiro e tomador para este acordo que criará um dos principais intervenientes europeus em reciclagem e ilustra o compromisso da ING para com a economia circular.

Impulsionar a Think Forward

Enquanto estamos a alcançar sucessos com a nossa estratégia, os rápidos desenvolvimentos na tecnologia, comportamento do cliente e o cenário competitivo significam que precisamos de acelerar o nosso ritmo de transformação, de modo a oferecer aos clientes uma experiência diferenciadora no futuro. Estas tendências são evidentes de várias maneiras. Vemos a digitalização contínua do setor bancário - especialmente o rápido crescimento dos dispositivos móveis como a principal interface do cliente. Também vemos que a tecnologia está a reduzir barreiras para entrar nos mercados de serviços financeiros, resultando numa onda de principiantes a direcionarem os segmentos mal servidos pelos bancos tradicionais. Além disso, novos regulamentos estão a abrir o mercado de pagamentos da Europa a instituições não bancárias e estamos a assistir ao desenvolvimento de ecossistemas digitais que permitem aos utilizadores aceder a meios de comunicação social, compras online, serviços e pagamentos numa única aplicação.

As baixas taxas de juros também estão a diminuir os retornos para os clientes e a reduzir as margens de juros dos bancos. E as alterações regulatórias estão a aumentar o custo do capital, limitando a capacidade dos bancos de continuar a fornecer determinados tipos de serviços a um preço razoável. Isso significa que precisamos de olhar para novas ofertas que podem oferecer aos consumidores uma alternativa, por exemplo, para contas poupança de baixo rendimento e gerar remunerações para o banco. Também precisamos de reduzir os nossos custos operacionais sem comprometer a experiência do cliente que oferecemos.

Para acompanhar estes desenvolvimentos e continuar entre os líderes num setor bancário digital, precisamos de oferecer uma experiência do cliente que é instantânea, pessoal, sem atritos e relevante - que satisfaz as expetativas que os clientes têm das suas interações com outros líderes na experiência digital online.

O futuro dos bancos não é o setor bancário como o conhecemos atualmente. Isto desafia-nos, enquanto banco, a repensar quem somos. Acreditamos que devemos fornecer aos nossos clientes, tanto de Retalho como Grossistas, uma plataforma que vai além do setor bancário. Deve oferecer aos clientes a sua imagem financeira completa em todas as instituições, com perceções úteis para que sejam habilitados a tomar decisões financeiras inteligentes. Pretendemos também ligar os nossos clientes a soluções oferecidas por terceiros. E vamos ligar o nosso ecossistema a ecossistemas digitais selecionados, para ser visível e presente nos locais onde os clientes vão quando estão online.

Estratégia

A nossa estratégia Think Forward foi lançada em março de 2014 e orienta-nos em tudo o que fazemos. Nesta secção, oferecemos uma visão geral da estratégia.

Para cumprir o nosso Compromisso para com o Cliente e criar uma experiência de cliente diferenciadora, identificámos quatro prioridades estratégicas.

Os quatro impulsionadores estratégicos apoiam a implementação da nossa estratégia: simplificar e racionalizar a nossa organização, lutando ainda mais pela excelência operacional, melhorando o desempenho cultural dentro da nossa empresa e diversificando as nossas capacidades de empréstimo.

A nossa estratégia numa página

Com o lançamento da nossa estratégia Think Forward em março de 2014, foi criada uma visão geral de uma página para mostrar a nossa nova estratégia de forma clara e visual para todas as partes interessadas.

O nosso Desempenho

O bom progresso que fizemos em 2016, implementando a estratégia Think Forward e oferecendo uma experiência bancária diferenciadora para clientes, resultou num forte desempenho comercial e financeiro. O resultado líquido de 4,2 mil milhões de euros do ING Bank e o resultado líquido subjacente de pouco menos de 5 mil milhões de euros foi impulsionado por um sólido crescimento comercial com margens resilientes e custos de risco decrescentes e conseguido apesar dos crescentes custos regulamentares.

O nosso foco nas relações com principais clientes ajudou-nos a alcançar um crescimento saudável e equilibrado nos nossos empréstimos aos clientes e nos depósitos de clientes. Os empréstimos básicos líquidos cresceram cerca de 35 mil milhões de euros e os depósitos de clientes aumentaram 28,5 mil milhões de euros em 2016, ambos aumentando cerca de 6 por cento. Os empréstimos estão bem diversificados em todas as regiões e categorias, com um crescimento particularmente forte nos Mercados Desafiadores e em Crescimento e nos Empréstimos à Indústria no Wholesale Banking. Também vimos um progresso substancial nas receitas de taxas e comissões, particularmente nos Mercados Desafiadores e em Crescimento, onde nos estamos a tornar cada vez mais o principal banco para os clientes.

Acreditamos que esta forte rentabilidade e crescimento e os passos importantes que estamos a tomar para acelerar a estratégia nos posicionam bem para continuarmos a ser bem-sucedidos no futuro e proporcionar uma experiência superior aos clientes.

Desenvolvimentos financeiros do ING Bank

O ING Bank registou um forte desempenho em 2016, resultando num lucro líquido de 4,227 milhões de euros. Isto inclui –799 milhões de euros de receitas extraordinárias após impostos, dos quais –787 milhões de euros relativos aos programas de transformação digital pretendidos, anunciados no Dia do Investidor do ING a 3 de outubro de 2016 e –13 milhões de euros para os programas de reestruturação anunciados anteriormente no Retalhos nos Países Baixos. Em 2015, o lucro líquido do ING Bank foi de 4659 milhões de euros. Nesse ano, o lucro líquido foi suportado por uma contribuição positiva de 309 milhões de euros de alienações e receitas extraordinárias, consistindo num ganho líquido de 367 milhões de euros, que resultaram da fusão entre o ING Vysya Bank e Kotak Mahindra Bank e –58 milhões de euros de receitas extraordinárias após impostos relacionados com os programas de restruturação no Retalho nos Países Baixos.

O resultado líquido subjacente do ING Bank aumentou 15,5 por cento de 4350 milhões de euros, em 2015, para 5026 milhões de euros. O resultado líquido subjacente deriva do resultado líquido total, excluindo o impacto das alienações e das receitas extraordinárias.

O resultado subjacente antes de impostos subiu 15,8 por cento para 7095 milhões de euros em 2016 de 6125 milhões de euros em 2015, impulsionado por maiores resultados de juros líquidos, refletindo a dinâmica comercial continuamente positiva e menores custos de risco. Esta situação foi conseguida, apesar de um aumento dos custos regulamentares durante 2016. O desempenho comercial foi sólido em 2016: O ING Bank aumentou os empréstimos básicos líquidos (excluindo a Tesouraria Bancária e as carteiras de liquidação e ajustou os impactos cambiais e alterações nas posições de *cash pooling*) em 34,8 mil milhões de euros, ou 6,5 por cento, e atraiu 28,5 mil milhões de euros de depósitos líquidos de clientes (excluindo a Tesouraria Bancária e ajustou os impactos cambiais e alterações nas posições de *cash pooling).*

O rendimento subjacente total subiu 4,9 por cento de 16 703 milhões de euros em 2016 para 17,514 milhões de euros em 2016, apesar de uma variação negativa de 301 milhões de euros nos ajustes de avaliação de crédito e de débito (CVA/DVA) no Wholesale Banking e na Corporate Line. Este resultado de juros subjacente aumentou 4,5 por cento para 13 317 milhões de euros, impulsionado por um aumento da margem de juros líquida para 1,53 por cento de 1,47 por cento em 2015, combinado com um total de balanço financeiro médio ligeiramente superior. O aumento do balanço financeiro médio foi limitado, uma vez que o forte crescimento dos empréstimos básicos líquidos e dos depósitos de clientes foi, em grande parte, compensado por diminuições de, entre outros, ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas e títulos de dívida emitidos. O resultado de juros sobre as atividades de empréstimos a clientes aumentou, impulsionado por maiores volumes em margens estáveis. O resultado de juros sobre os depósitos de clientes foi estável, uma vez que o impacto do crescimento do volume foi compensado pela pressão da margem sobre as contas poupança e contas correntes, devido a menores rendimentos de reinvestimento e apesar de uma nova redução das taxas de poupança de clientes em vários países. O crescimento do resultado de juros também foi suportado pela melhoria nos resultados de juros da Corporate Line, sendo parte do aumento estrutural devida a um resgate gradual dos custos de financiamento legado isolados. As receitas de comissões aumentaram 4,9 por cento para 2,434 milhões de euros, especialmente nos Mercados Desafiadores e em Crescimento. Os investimentos e outros rendimentos subiram de 1,639 milhões de euros, em 2015, para 1,763 milhões de euros. Excluindo a variação negativa nos ajustes CVA/DVA no Wholesale Banking e na Corporate Line (que foram

–77 milhões de euros em 2016, em comparação com 224 milhões de euros em 2015), investimentos e outros rendimentos aumentaram em 426 milhões de euros, principalmente devido a um ganho de 200 milhões de euros em ações da Visa e resultados positivos de ineficácia da cobertura, enquanto que em 2015 foram incluindo encargos não recorrentes relacionados com as carteiras hipotecárias na Itália e na Bélgica, devido a reembolsos e renegociações superiores ao esperado.

As despesas operacionais subjacentes aumentaram 2,3 por cento para 9,445 milhões de euros, em comparação com 9,231 milhões de euros em 2015. Em 2016, as despesas incluíram 845 milhões de euros de despesas regulamentares (incluindo contribuições para o novo sistema de garantia de depósitos holandês e uma nova taxa bancária na Polónia) em comparação com 620 milhões de euros em 2015. Excluindo os custos regulamentares, as despesas foram marginalmente menores do que há um ano. As despesas aumentaram principalmente devido aos investimentos em TI e ao crescimento seletivo de negócios nos Mercados Desafiadores e em Crescimento de Retalho e Empréstimos à Indústria do Wholesale Banking, bem como a prestação adicional para clientes de PME holandeses com derivados das taxas de juro que foram vendidos nos Países Baixos. Estes aumentos foram totalmente compensados pelos benefícios dos programas de poupança de custos correntes e por alguns pontos incidentais, incluindo um ajuste único de despesas na Bélgica e um ajuste na capitalização e amortização de software. O rácio custo/rendimento subjacente melhorou de 55,3 por cento para 53,9 por cento em 2015.

A adição líquida para a provisão para créditos de cobrança duvidosa diminuiu 27,7 por cento de 1,347 milhões de euros para 974 milhões de euros em 2015. Os custos de risco foram 31 pontos base de ativos ponderados pelo risco médio, que está abaixo do intervalo de orientação através do ciclo pata os custos de risco de 40-45 pontos base.

O retorno subjacente sobre o capital próprio das Normas Internacionais de Relato Financeiro da UE (IFRS-EU) foi de 11,7 por cento em 2016, face a 11,1 por cento em 2015.

Banca de Retalho

Quem somos?

A Banca de Retalho oferece produtos e serviços a pessoas singulares, pequenas e médias empresas (PME) e midcorporates. Servimos mais de 35,8 milhões de clientes numa variedade de mercados.

Os Líderes de Mercado são negócios nos Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo, onde temos posições líderes de mercado no Retail Banking e no Wholesale Banking.

Os Mercados Desafiadores são a Austrália, Áustria, a República Checa, França, Alemanha, Itália e Espanha, onde pretendemos construir uma relação bancária completa, distribuída digitalmente a baixo custo.

Os Mercados em Crescimento são aquelas economias em expansão que oferecem um potencial de crescimento acima da média: Polónia, Roménia e Turquia. Além disso, o ING tem participações no Bank of Beijing (China), TMB (Tailândia) e Kotak Mahindra Bank (Índia).

Na maior parte dos mercados, o ING oferece uma gama completa de produtos e serviços da banca de retalho que abrange pagamentos, poupanças, investimentos e empréstimos garantidos e não garantidos. O ING procura uma abordagem primeiro ao digital, complementada por aconselhamento, quando necessário, com contacto omnidirecional e possibilidades de distribuição.

Resultados Financeiros

Banca de Retalho Total

A Banca de Retalho registou um forte conjunto de resultados em 2016, embora o resultado líquido tenha diminuído para 2671 milhões de euros, contra 3091 milhões de euros em 2015, principalmente devido aos encargos de reestruturação e desvalorização relacionadas com os programas de transformação digital pretendidos, tal como anunciado no Dia do Investidor do ING a 3 de outubro de 2016. O resultado líquido subjacente (excluindo alienações e receitas extraordinárias em ambos os anos) subiu de 2782 milhões de euros para 3294 milhões de euros em 2015. O resultado subjacente antes de impostos aumentou 15,8 por cento para 4579 milhões de euros em 2016, impulsionado por rendimentos mais elevados e menores custos de risco. Comparado com 2015, o rendimento subjacente aumentou 4,7 por cento para 11 791 milhões de euros. Isto deveu-se, sobretudo, a um rendimento superior nos Outros Mercados Desafiadores e em Crescimento, enquanto o aumento no Benelux e na Alemanha foi limitado. O crescimento do resultado foi apoiado por um ganho de 200 milhões de euros na venda de ações da Visa e maiores receitas da Tesouraria Bancária, enquanto 2015 incluiu uma despesa não recorrente de 127 milhões de euros relacionada com as carteiras hipotecárias italianas e belgas. Os resultados dos juros aumentaram dois por cento, principalmente devido a um crescimento do volume na maior parte dos países e margens mais altas nos empréstimos a consumidores e empresas. Isto foi parcialmente compensado pela pressão da margem sobre as contas correntes devido a menores rendimentos de reinvestimento. As receitas de comissões aumentaram 5,1 por cento, especialmente nos Mercados Desafiadores e em Crescimento.

A produção líquida de empréstimos a clientes (excluindo Tesouraria Bancária, impactos cambiais e transferências de Hipotecas do WestlandUtrecht Bank para o NN Group) foi de 10,3 mil milhões de euros em 2016. Os empréstimos básicos líquidos, também excluindo a liquidação na carteira do WestlandUtrecht Bank, aumentaram 12,2 mil milhões de euros, impulsionados pelo crescimento fora dos Países Baixos. Os depósitos líquidos de clientes (excluindo a Tesouraria Bancária e impactos cambiais) cresceram 25,4 mil milhões de euros em 2016.

As despesas operacionais subjacentes aumentaram 2,5 por cento para 6606 milhões de euros, em comparação com 2015, principalmente devido a aumentos adicionais nos custos regulamentares. Excluindo os custos regulamentares, as despesas diminuíram 0,6 por cento há um ano atrás. As despesas adicionais relacionadas com os projetos estratégicos e o crescimento seletivo de negócios nos Mercados Desafiadores e em Crescimento de Retalho, bem como a provisão adicional para os clientes de PME holandeses com derivados das taxas de juro, foram compensados pelos benefícios dos programas de poupança de custos em curso e um ajuste único das despesas de 95 milhões de euros na Bélgica. O rácio custo/rendimento subjacente melhorou de 57,2 por cento para 56,0 por cento em 2015.

Os custos de risco diminuíram 30,3 por cento para 606 milhões de euros, sobretudo visível nos Países Baixos e na Alemanha. Em contraste, os custos de risco na Turquia aumentaram.

Líderes de Mercado

Retalho na Holanda

O resultado subjacente do Retalho nos Países Baixos antes de impostos aumentou de 1495 milhões de euros para 1705 milhões de euros em 2015, devido a menores custos de risco enquanto que o rendimento foi resistente devido a margens de juro estáveis e receitas maiores da Tesouraria Bancária.

O rendimento subjacente aumentou 0,7 por cento para 4436 milhões de euros. O resultado de juros diminuiu ligeiramente, principalmente devido a uma diminuição nos volumes de empréstimos e pressão da margem sobre as contas correntes, parcialmente compensado por margens mais elevadas de poupança e empréstimos. Os volumes de empréstimo mais baixos foram parcialmente causados pela transferência contínua de hipotecas do WestlandUtrecht Bank (WUB) para o NN Group e a liquidação na carteira do WUV. Os empréstimos básicos líquidos (excluindo a carteira do WUV, produtos da Tesouraria Bancária e movimentos na cobertura de hipotecas) diminuíram 4,2 mil milhões de euros. A diminuição ocorreu nas hipotecas e outros empréstimos; este último reflete a procura moderada dos empréstimos a empresas. Os depósitos líquidos de clientes (excluindo a Tesouraria Bancária) cresceram 7,1 mil milhões de euros. As receitas de comissões aumentaram em 31 milhões de euros, ou seis por cento, e os investimentos e outros rendimentos foram de 32 milhões de euros, em parte devido a um ganho na venda de ações da Visa.

As despesas operacionais subjacentes aumentaram 3,4 por cento em 2015, principalmente devido a custos regulamentares mais altos e uma disposição adicional para os clientes de PME holandeses com derivados das taxas de juro, enquanto 2015 incluiu algumas provisões para reestruturação mais pequenas. Estes fatores foram parcialmente compensados pelos benefícios dos programas de redução de custos em curso. A partir dos programas de redução de custos anunciados desde 2011, que visavam realizar 657 milhões de euros para realizar 657 milhões de euros de redução de custos anual até ao final de 2017, 562 milhões de euros já foram realizados.

Os custos de risco diminuíram para 171 milhões de euros, ou 32 pontos base de ativos ponderados pelo risco médio, de 433 milhões de euros em 2015. A diminuição ocorreu nos empréstimos a empresas e nas hipotecas residenciais, refletindo melhorias na economia e no mercado imobiliário holandês.

Retalho na Bélgica

O Retalho na Bélgica inclui o Record Bank e o ING no Luxemburgo.

O resultado subjacente antes de impostos do Retalho na Bélgica aumentou 13,7 por cento para 961 milhões de euros em 2016, em comparação com 845 milhões de euros em 2015, refletindo despesas mais baixas e um rendimento ligeiramente mais alto.

O rendimento subjacente aumentou 1,1 por cento de 2546 milhões de euros para 2573 milhões de euros em 2015, apoiado por receitas da Tesouraria Bancária mais elevadas e um ganho na venda de ações da Visa. O resultado de juros diminuiu 0,9 por cento, principalmente devido a margens mais baixas em contas poupança e correntes, bem como em hipotecas devido a taxas de pré-pagamento e renegociação mais baixas, que foram amplamente compensadas pelo aumento de volumes na maior parte dos produtos. A produção líquida na carteira de empréstimos a clientes (excluindo Tesouraria Bancária) foi de 4,8 mil milhões de euros, dos quais 1,7 mil milhões de euros foram em hipotecas e 3,2 mil milhões de euros noutros empréstimos. A entrada líquida dos depósitos de clientes foi de 1,4 mil milhões de euros. As receitas de comissões foram 3,0 por cento mais baixas. Os investimentos e outros rendimentos subiram para 58 milhões de euros, impulsionados pelo ganho Visa.

As despesas operacionais diminuíram em 94 milhões de euros, ou 6,1 %, para 1438 milhões de euros, devido a um ajuste único de despesas de -95 milhões de euros em 2016.

Os custos de risco aumentaram em 6 milhões de euros para 175 milhões de euros, ou 54 pontos base de ativos ponderados pelo risco médio. O aumento ocorreu, sobretudo, nos empréstimos empresas devido a alguns ficheiros específicos, enquanto os custos de risco para hipotecas diminuíram e empréstimos ao consumidor diminuíram.

Mercados Desafiadores e em Crescimento

Retalho na Alemanha

O Retalho na Alemanha inclui o Interhyp e o ING na Áustria.

O resultado subjacente do Retalho na Alemanha, antes de impostos, aumentou 4,2 por cento para 1055 milhões de euros, em comparação com 1012 milhões de euros em 2015. Este aumento foi suportado por uma libertação líquida nos custos de risco, o que compensou parcialmente as despesas mais elevadas.

O rendimento subjacente aumentou 0,7 por cento de 1910 milhões de euros para 1923 milhões de euros em 2015, apoiado por um ganho na venda de ações da Visa. O resultado de juros aumentou 3,4 por cento após o crescimento contínuo do negócio, parcialmente compensado por margens mais baixas na maioria dos produtos. A entrada líquida dos depósitos de clientes (excluindo a Tesouraria Bancária) foi de 9 mil milhões de euros em 2016. A produção líquida de empréstimos a clientes (excluindo Tesouraria Bancária e movimentos na cobertura de hipotecas) foi de 3,8 mil milhões de euros, dos quais 3 mil milhões de euros foram em hipotecas e 0,8 mil milhões de euros em empréstimos ao consumidor.

As receitas de comissões subiram 6,4 % para 183 milhões de euros. Os investimentos e outros rendimentos foram de 53 milhões de euros, devido a menores ganhos na venda de obrigações e resultados de cobertura menos positivos, que foram parcialmente compensados por um ganho de 44 milhões de euros na venda de ações da Visa.

As despesas operacionais aumentaram 5,2 por cento para 886 milhões de euros, de 842 milhões de euros em 2015. O aumento deveu-se, sobretudo, a um maior número de efetivos para apoiar o crescimento do negócio e a aquisição de clientes, bem como investimentos em projetos estratégicos. Esta situação foi parcialmente compensada por custos regulamentares mais baixos. O rácio custo/rendimento foi de 46,1 por cento, em comparação com 44,1 por cento em 2015.

Os custos do risco resultaram n uma libertação líquida de 18 milhões de euros, de uma adição líquida de 57 milhões de euros em 2015, refletindo um ambiente de crédito benigno no mercado alemão e atualizações de modelos para hipotecas.

Outro Retalho

O resultado subjacente do Outro Retalho antes de impostos subiu de 604 milhões de euros em 2015 para 858 milhões de euros. O aumento foi, em grande parte, atribuído a um ganho de 109 milhões de euros na venda de ações da Visa em 2016, enquanto 2015 incluiu 97 milhões de euros de encargos não recorrentes em Itália relacionados com o aumento dos pré-pagamentos e renegociações de hipotecas de prazo fixo.

O rendimento subjacente total aumentou 451 milhões de euros, ou 18,7 por cento, para 2859 milhões de euros. Excluindo o ganho com ações da Visa em 2016 e a taxa única em Itália, em 2015, o rendimento subjacente aumentou 9,8 %. Este aumento foi principalmente atribuído ao crescimento das receitas na maioria das empresas e, além disso, foi apoiado por um ganho único de 32 milhões de euros com a redução da participação da ING no Kotak Mahindra Bank. O resultado de juros subiu 8,9 % por cento devido ao crescimento do volume na maioria dos países e a maiores margens de empréstimos, parcialmente compensadas por menores margens nas contas correntes. A produção líquida (excluindo efeitos cambiais e Tesouraria Bancária) nos empréstimos a clientes e depósitos de clientes foi de 7,8 mil milhões de euros em 2016. As receitas de comissões subiram 15,1 % devido ao crescimento contínuo do cliente e do volume na maioria dos países.

As despesas operacionais aumentaram 129 milhões de euros, ou 8,1 por cento, para 1723 milhões de euros. Esse aumento deveu-se principalmente ao aumento dos custos regulamentares, bem como a maiores despesas com TI e serviços profissionais relacionados com projetos estratégicos. O rácio custo/rendimento melhorou de 66,2 por cento para 60,3 por cento em 2015.

A adição à provisão para créditos de cobrança duvidosa foi de 278 milhões de euros, ou 57 pontos base de ativos ponderados pelo risco médio, acima de 210 milhões de euros, ou 45 pontos base de ativos ponderados pelo risco médio. O aumento foi principalmente atribuído a maiores custos de risco na Turquia

Conclusão

Coletivamente, as unidades de Banca de Retalho do ING voltaram a ter um bom desempenho em 2016. Ao emprestar dinheiro e fornecer aos clientes as ferramentas para os ajudar a tomar decisões financeiras inteligentes, continuamos a habilitar as pessoas na vida e nos negócios.

A satisfação do cliente voltou a ser alta, com sete das 13 unidades de Retalho a ocupar posições número um da Pontuação Líquida de Promoção (NPS).

O ING também se destacou no Prémio de Melhor Banco de 2016 do The Bankers, em Londres, vencendo os prémios de Banco Mundial do Ano e melhor banco nos Países Baixos, Bélgica e Europa Ocidental.

Financeiramente, a Banca de Retalho registou resultados sólidos em 2016, impulsionados por maiores rendimentos e custos de risco mais baixos. O resultado subjacente (antes de impostos) aumentou 15,8 por cento para 4579 milhões de euros. Isso foi conseguido apesar do ambiente da baixa taxa de juros e custos regulamentares mais altos.

A Banca de Retalho continuou a perseguir um modelo operacional associado primeiro ao digital com uma experiência simples e fácil, em qualquer altura e em qualquer lugar para os clientes. Também fez progressos na obtenção de um maior número de relações primárias.

Em 2016, o banco anunciou a intenção de convergir os nossos vários modelos bancários num só para criar uma plataforma digital integrada capaz de satisfazer todas as necessidades financeiras dos nossos clientes e disponibilizar ofertas novas e relevantes para melhorar a experiência do cliente. Tal transformação deverá colocar os nossos negócios numa base sólida para o futuro

Wholesale Banking

Quem somos?

O Wholesale Banking (WB) é um banco europeu de relacionamento primário com alcance global. Queremos ajudar os clientes a alcançar as suas ambições. Visamos proporcionar uma experiência do cliente diferenciadora e incomparável através de serviços especializados e integrados em todo o mundo, suportados por novas tecnologias.

Além dos serviços bancários básicos de empréstimos, pagamentos e gestão de caixa e tesouraria, o WB oferece soluções bancárias personalizadas em áreas como financiamento de empresas, financiamento comercial (cessão financeira), mercados de capital próprio e mercados de dívidas a terceiros para ajudar os nossos clientes a alcançar os seus objetivos de negócios. Através dos nossos franchises globais nos Empréstimos à Indústria, servimos clientes em todos os setores onde temos experiência comprovada. Apoiamos os clientes na realização das suas ambições de sustentabilidade.

Resultados Financeiros

O Wholesale Banking registou resultados sólidos em 2016. O resultado líquido, no entanto, diminuiu para 1754 milhões de euros de 1841 milhões de euros em 2015, causado integralmente pelos encargos de reestruturação e desvalorizações relacionadas com os programas de transformação digital, conforme anunciado no Dia do Investidor do ING, em outubro de 2016. Excluindo esses encargos, o resultado líquido subjacente aumentou em 62 milhões de euros para 1903 milhões de euros, refletindo o excelente desempenho no setor dos empréstimos, o crescimento constante do volume em indústrias e produtos e um menor nível de custos de risco. Apesar dos custos regulamentares que continuaram a aumentar, as despesas operacionais subjacentes permaneceram amplamente fixas em relação ao ano anterior.

O resultado subjacente antes de impostos foi de 2668 milhões de euros, mais 5,3 por cento que em 2015. Os ajustes de avaliação de crédito e de débito (CVA/DVA) foram de –71 milhões de euros 2016, em comparação com 181 milhões de euros em 2015. Excluindo os impactos dos CVA/DVA, o aumento no resultado antes de impostos foi de 16,4 por cento.

Os Empréstimos à Indústria registaram um resultado subjacente antes de impostos de 1.736 milhões de euros, mais 14,4 por cento em comparação com 2015 no Financiamento Estruturado e no Financiamento Imobiliário com margens atrativas. O resultante subjacente, antes de impostos, da Concessão de Empréstimos Geral e Serviços de Transação subiu 31,3 por cento para 613 milhões de euros, devido a menores despesas e custos de risco. O crescimento do rendimento foi limitado, já que o crescimento do volume foi parcialmente compensado por alguma pressão sobre as margens. Os Mercados Financeiros registaram um resultado subjacente, antes de impostos, de 134 milhões de euros, acima de 462 milhões de euros em 2015, refletindo principalmente o balanço positivo nos impactos do Ajuste de Avaliação de Crédito (CVA) e no Ajuste da Avaliação de Débito (DVA). O resultado subjacente da Tesouraria Bancária e Outros foi de 185 milhões de euros, face a 87 milhões de euros em 2015, que foi negativamente influenciado por uma desvalorização de 92 milhões de euros numa participação acionária. Excluindo esta desvalorização, o resultado antes de impostos aumentou em 6 milhões de euros, uma vez que os resultados mais elevados da Tesouraria Bancária foram compensados por menores resultados nas empresas em liquidação, sobretudo devido aos menores resultados de vendas na carteira de Desenvolvimento de Imobiliário.

Comparado com 2015, o rendimento subjacente aumentou 0,7 por cento para 5608 milhões de euros. Excluindo os impactos dos CVA/DVA, o rendimento cresceu 5,4 % impulsionado pelo forte crescimento de volume em empréstimos e rendimentos mais elevados na Tesouraria Bancária. A produção líquida de empréstimos a clientes (excluindo Tesouraria Bancária e impactos cambiais) foi de 21,8 mil milhões de euros em 2016. Wholesale Banking

Acarteira de empréstimos básicos líquidos do Wholesale Banking (também excluindo a liquidação da Locação) cresceu em 22,6 mil milhões de euros, devido a um forte crescimento no Financiamento Estruturado e na Concessão de Empréstimos Geral e Serviços de Transação. A entrada líquida dos depósitos de clientes (excluindo a Tesouraria Bancária e os impactos cambiais) foi de 3,1 mil milhões de euros. O resultado dos juros subiu 0,6 por cento em 2015, enquanto que as receitas de comissões aumentaram 4,3 por cento.

As despesas operacionais aumentaram 0,5 por cento para 2572 milhões de euros, principalmente devido aos maiores custos regulamentares e a um aumento das entidades abrangidas pelo regime de transparência fiscal (RTF) para apoiar o crescimento do negócio. Este aumento foi em grande parte compensado por benefícios das iniciativas de redução de custos e custos de mudança das TI mais baixos. Os programas de reestruturação previamente anunciados estão no caminho certo para realizar uma redução de custos anuais de 340 milhões de euros até ao final de 2017. No final de 2016, já tinham sido realizados 305 milhões de euros de redução de custos anuais.

Os custos de risco diminuíram para 368 milhões de euros, ou 24 pontos base de ativos ponderados pelo risco médio, de 478 milhões de euros, ou 33 pontos base de ativos ponderados pelo risco médio, em 2015. Os custos de risco mais baixos foram principalmente visíveis na Concessão de Empréstimos Geral e, em menor medida, nos Empréstimos à Indústria, em parte devido a maiores libertações em clientes ucranianos.

Conclusão

O Wholesale Banking deve um bom desempenho em 2016, mantendo um perfil de risco prudente. Os clientes estão no centro da nossa estratégia. Servimo-los em todo o mundo com uma variedade de produtos e serviços, ajudando-os a cumprir as suas ambições. Vamos continuar a ampliar a nossa rede internacional.

Em 2016, aumentámos a oferta de serviços digitais aos clientes, capacitando-os a fazer os seus negócios a qualquer hora e em qualquer lugar. Também conseguimos aumentar o número de relações primárias.

Acreditamos que o nosso papel é facilitar e financiar a transição para uma sociedade sustentável. O nosso financiamento de projetos e clientes sustentáveis que são *outperformers* ambientais em comparação com pares da indústria aumentou para 34,3 mil milhões de euros no final do ano, o que ilustra o nosso apoio a uma economia mais ecológica. Fechámos vários acordos notáveis e lançámos uma série de iniciativas para incentivar os negócios a tornarem-se mais sustentáveis.

O Wholesale Banking desempenha um papel importante na estratégia do ING. Iremos continuar a impulsionar a nossa estratégia Think Forward. O ING está num caminho de convergência para uma plataforma bancária digital. Estamos orgulhosos por o nosso programa de transformação, o Wholesale TOM, estar a liderar o caminho dentro do ING resultando numa experiência mais uniforme e melhorada para os clientes. Em 2017, continuaremos com o nosso programa de transformação. Também vamos continuar a inovar para satisfazer as necessidades de mudança e as expetativas dos clientes e apoiar os seus negócios.

Uma série de prémios externos ressaltou o nosso sucesso na satisfação das necessidades dos clientes. Apreciamos este reconhecimento do nosso trabalho que nos motiva a continuar a melhorar, ao mesmo tempo que oferecemos uma experiência diferenciadora para os nossos clientes.

Contexto Regulamentar

Custos regulamentares e incerteza

Os custos regulamentares do ING aumentaram 36,3 % em 2016. Uma das principais razões foram os custos para o nosso sistema de garantia de depósitos holandês (129 milhões de euros em 2016 em comparação com zero em 2015). Uma nova regra europeia dita que os bancos devem pagar estes sistemas de garantia de depósitos regularmente e não apenas uma falha bancária.

Os impostos bancários também foram um dos principais motivos para custos mais elevados em 2016; Especificamente um imposto bancário polaco de 64 milhões de euros em comparação com zero em 2015. Isto tributa uma parte do balanço financeiro do ING sobre o qual já pagámos impostos nos Países Baixos. Não existe uma regulamentação europeia sobre impostos bancários e pouca coordenação entre os países que abordam o facto de que os bancos pagam os mesmos impostos em mais do que um país. Esperamos que, como já é o caso na Alemanha e previsto em França, os impostos bancários sejam abolidos nos Países Baixos e noutros países que ainda os exigem.

Outra nova regulamentação também contribuiu para o aumento dos custos para 2016, como o Mecanismo Único de Resolução Europeu (MUR) acima mencionado. exigiu que os bancos começassem a pagar contribuições para o Fundo Único de Resolução a partir de janeiro de 2016.

Uma fonte proeminente de incerteza regulamentar em 2016 foram as propostas do Comité de Basileia de Supervisão Bancária (CBSB) relativas aos ativos ponderados pelo risco. As propostas destinam-se a tornar o cálculo das ponderações de risco mais simples e comparáveis entre os bancos, limitando o uso dos próprios modelos internos dos bancos. O ING acredita que as propostas de Basileia poderiam alocar uma ponderação de risco muito alta para várias atividades de empréstimos, em especial hipotecas, empresas e empréstimos especializados. Isto não seria compatível com as taxas de perda históricas e distorceria incentivos económicos sólidos. O ING suporta uma maior comparabilidade dos modelos internos e, portanto, apoia iniciativas para lidar com a variabilidade de risco indevida. Está envolvido nos trabalhos do BCE e da Autoridade Bancária Europeia (ABE) em curso para abordar isso, como a Revisão Direcionada dos Modelos Internos (TRIM) pelo BCE. Além das propostas na área do risco de crédito, o CBSB também está a considerar mudanças nas áreas de risco operacional e de mercado. A incerteza contínua prejudica os bancos e a economia em geral.

Outras incertezas referentes aos requisitos de absorção de perdas, que ainda não foram finalizadas na UE. A ficha descritiva da capacidade de absorção total da perda do Conselho de Estabilidade Financeira ainda deve ser transposta para a legislação da UE antes que seja claro como calcular o requisito mínimo para fundos próprios e passivos elegíveis (RMPE).

O alcance e a complexidade da regulamentação não prudencial estão a aumentar. O regulamento está a tornar-se mais rigoroso em áreas como a devida diligência dos clientes (DDC) e a monitorização da transação para prevenir e denunciar o branqueamento de capitais (CBC), o financiamento do terrorismo e a fraude. Os regulamentos como a Norma Comum de Comunicação (NCC) e a Lei de Cumprimento Fiscal para Contas no Estrangeiro (FATCA), que exigem que as instituições financeiras comuniquem as informações detalhadas relacionadas com os clientes às autoridades competentes, também estão a acrescentar o peso regulamentar dos bancos. Há uma série de riscos em áreas onde as regulamentações aplicáveis não são claras, sujeitas a múltiplas interpretações ou em desenvolvimento, estão em conflito entre si, ou quando os reguladores revêm as suas orientações ou os tribunais revogam as suas anteriores decisões. O cumprimento de todos esses requisitos dentro dos prazos rigorosos que foram definidos representa um desafio operacional significativo para os bancos. Os regulamentos também precisam de encontrar um equilíbrio adequado entre proteção do consumidor e inovação para permitir que os bancos compitam no novo ambiente competitivo.

Cenário competitivo

A tecnologia está a eliminar uma série de barreiras à entrada que, em tempos, isolavam os nossos negócios. Enfrentamos a concorrência de muitas direções diferentes, com intervenientes relativamente novos que estão a disponibilizar ofertas mais segmentadas para os nossos clientes. Os gigantes da tecnologia, os especialistas em pagamento, retalhistas, empresas de telecomunicações, iniciativas de «crowdfunding» e os agregadores estão a invadir o mercado dos serviços bancários tradicionais. Os nossos clientes, por sua vez, estão dispostos a considerar essas ofertas.

Os bancos esforçam-se para agir no interesse dos seus clientes. O setor bancário seguro exige um conhecimento específico dos serviços financeiros, um profundo conhecimento dos clientes e sistemas rigorosos de gestão de risco. À medida que a concorrência fora do setor bancário continua a aumentar, precisamos de nos tornar mais rápidos, mais ágeis e mais inovadores.

O nosso longo historial e marca forte colocam-nos numa posição favorável para aproveitar estas oportunidades e para nos tornarmos uma melhor empresa para todas as nossas partes interessadas. Somos um líder na banca digital e temos uma escala combinada com a experiência do mercado local. Estamos a investir na construção de relacionamentos rentáveis e mutuamente benéficos com os nossos clientes, com base na qualidade do nosso serviço e na experiência diferenciada que oferecemos. Pretendemos continuar a trabalhar arduamente para continuar a conquistar corações e mentes, demonstrando a nossa preocupação por eles e todas as nossas partes interessadas. Pretendemos ser ainda mais claros sobre as escolhas estratégicas que fazemos.

Gestão Corporativa

Processo de relato financeiro

Como ING Bank N.V. é uma filial consolidada do ING Groep N.V. (ING Group) as suas políticas e procedimentos para estabelecer e manter um controlo interno adequado sobre os relatórios financeiros são as mesmas que as aplicadas pelo ING Group para as suas demonstrações financeiras consolidadas em relação ao ING Bank N.V e as entidades incluídas nas próprias demonstrações financeiras consolidadas deste último.

O controlo financeiro do ING sobre os relatórios financeiros é um processo elaborado sob a supervisão do nosso diretor e diretores financeiros para oferecer uma garantia razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à preparação de demonstrações financeiras para fins externos, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

O nosso controlo interno sobre os relatórios financeiros inclui as políticas e procedimentos que:

- dizem respeito à manutenção de registos que, suficientemente pormenorizados, refletem de forma precisa e adequada as transações e disposições dos ativos do ING;
- oferecem uma garantia razoável de que as transações são registadas conforme necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites e que as nossas receitas e despesas estão a ser feitas apenas em conformidade com a autorização da nossa gestão e administração; e
- oferecem uma garantia razoável em relação à prevenção ou deteção atempada de aquisições não autorizadas, utilização ou disposição dos nossos ativos que podem ter um efeito material sobre as nossas demonstrações financeiras.

Como o ING Group está sujeito à Lei Sarbanes-Oxley norte-americana, o seu Conselho Executivo avaliou a eficácia dos controlos internos sobre os relatórios financeiros a partir de 31 de dezembro de 2016, o que foi auditado pelo auditor externo do ING Group. Para mais informações, consulte o Relatório Anual de 2016 do ING Group que está disponível no seu site (www.ing.com).

Composição do Conselho

O ING Bank pretende ter uma composição adequada e equilibrada do seu Conselho de Administração. Para o efeito, o Conselho de Supervisão avalia, anualmente, a composição do Conselho de Administração. No contexto dessa avaliação, o ING Bank pretende ter um equilíbrio de géneros, contando com, pelo menos, 30 % de homens e, pelo menos, 30 % de mulheres entre os membros do seu Conselho de Administração. Contudo, como o ING Bank precisa de equilibrar outros critérios de seleção relevantes para compor o seu Conselho de Administração, a composição do Conselho de Administração, em 2015, não cumpriu o equilíbrio de géneros acima mencionado em 2016 (14 % de mulheres). O ING Bank irá continuar a empenhar-se para ter uma composição adequada e equilibrada do seu Conselho de Administração em compromissos futuros, tendo em consideração todos os critérios de seleção relevantes, incluindo, nomeadamente, o equilíbrio de géneros, experiência executiva, experiência em gestão corporativa de grandes empresas cotadas em bolsa e experiência no contexto político e social.

Informação sobre os membros do Conselho de Administração

R.A.J.G. (Ralph) Hamers membro e presidente Conselho de Administração

(Nascido em 1966, holandês, sexo masculino, nomeado em 2013)

Ralph Hamers foi nomeado membro do Conselho Executivo do ING Group a 13 de maio de 2013. A 1 de outubro de 2013, foi nomeado Diretor-Executivo e Presidente deste Conselho e do Conselho de Administração Bancária. Ralph Hamers entrou para o ING em 1991. Antes da sua nomeação para o Conselho Executivo, foi Diretor-Executivo do ING na Bélgica e no Luxemburgo.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):[1]

Diretor-Executivo e Presidente do Conselho de Administração do ING Bank N.V. e do Conselho Executivo do ING Groep N.V.

Outras posições auxiliares relevantes:
Membro do Conselho de Administração do Nederlandse Vereniging van Banken (NVB), Membro do Conselho do Instituto de Finanças Internacionais, Inc. e Membro do Conselho de Supervisão da Foundation Royal Concertgebouw Orchestra Amsterdam.

J.V. (Koos) Timmermans, membro e Vice-Presidente do Conselho de Administração

(Nascido em 1960, holandês, sexo masculino, nomeado em 2011)

Koos Timmermans foi nomeado Vice-Presidente do Conselho de Administração Bancária a partir de 1 de outubro de 2011. Desde outubro de 2014, Koos Timmermans, para além das suas tarefas atuais que incluem alinhar as atividades do ING Bank e do balanço financeiro com regulamentação nova e futura, assumiu também responsabilidades nas operações do Banco no Benelux e no departamento de sustentabilidade do ING.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):
Membro do Conselho de Supervisão do ING Bank N.V., Membro do Conselho de Administração do ING Support Holding B.V. e Membro do Conselho de Supervisão do ING Belgium N.V./S.A.

Outras posições auxiliares relevantes:
Membro do Conselho de Administração do VNO-NCW, Membro do Conselho de Administração do Nederlandse Vereniging van Banken (NVB) e Membro do Conselho de Supervisão do Stadsherstel Amsterdam N.V.

[1] A quarta Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios da UE 2013/36

P.G. (Patrick) Flynn, membro e Diretor Financeiro do Conselho de Administração

(Nascido em 1960, irlandês, sexo masculino; nomeado em 2009)

Patrick Flynn foi nomeado membro e Diretor Financeiro do Conselho Executivo do ING Group e membro e Diretor-Executivo do Conselho de Administração Bancária a 27 de abril de 2009. É responsável pela estratégia financeira do ING, incluindo o relato interno e externo, orçamentação, adjudicação, previsão, gestão de capital, investimento / aquisições e alienações, gestão de impostos, relação com investidores e relato do desempenho do negócio e análise, incluindo a medição da adesão às metas financeiras. Antes de entrar para a ING, foi Diretor Financeiro do segmento dos Seguros, HSBC Insurance Holdings Ltd.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):
Membro e Diretor Financeiro do Conselho de Administração do ING Bank N.V. e Membro e Diretor Financeiro do Conselho Executivo do ING Groep N.V.

W.F. (Wilfred) Nagel, membro e Responsável de Restruturação na Área Financeira (CRO) do Conselho de Administração

(Nascido em 1956, singapurense, sexo masculino; nomeado em 2012)

Wilfred Nagel tornou-se membro e CRO do Conselho de Administração Bancária a 5 de outubro de 2011. Wilfred Nagel foi nomeado membro do Conselho Executivo do ING Group a 14 de maio de 2012. É responsável pela apetência pelo risco, políticas relacionadas com o risco, metodologias e orientação, gestão do riscos e atividades de controlo do ING realizadas pelo negócio.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):
Membro e CRO do Conselho de Administração do ING Bank N.V., Membro e CRO do Conselho Executivo do ING Groep N.V. e Membro do Conselho Não Executivo do Nidera Capital B.V.

A. (Aris) Bogdaneris, membro e diretor de Mercados Desafiadores e em Crescimento

(Nascido em 1963, canadiano, sexo masculino; nomeado em 2015)

Aris Bogdaneris foi nomeado membro do Conselho de Administração Bancária a 1 de junho de 2015. Também é Diretor dos Mercados Desafiadores e em Crescimento, responsável por todos os mercados onde o ING opera, tanto em banca de retalho como grossista, fora do Benelux.

Antes desta nomeação, Aris Bogdaneris foi membro do Conselho de Administração, responsável pela Banca de Retalho no Raiffeisen Bank International, assim como Diretor de Operações, supervisionando as Tecnologias de Informação e as Operações/Centros de Serviço Partilhado.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):
Membro do Conselho de Administração do ING Bank N.V., Membro do Conselho de Administração do ING Bank (Austrália) Ltd e Membro do Conselho de Supervisão do ING DiBa.

M.I. (Isabel) Fernandez Niemann (48) membro e diretora do Wholesale Banking

(Nascida em 1968, espanhola, sexo feminino; nomeada em 2016)

Isabel Fernandez Niemann foi nomeada membro do Conselho de Administração Bancária a partir de 1 de setembro de 2016. Também é Diretora do Wholesale Banking desde 1 de novembro de 2016. Antes da sua nomeação, Isabel Fernandez Niemann foi Líder Comercial Global e Responsável de Vendas da General Electric.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro do Conselho de Administração do ING Bank N.V.

R.M.M. (Roel) Louwhoff, membro e Diretor de Operações do Conselho de Administração

(Nascido em 1965, holandês, sexo masculino, nomeado em 2014)

Roel Louwhoff foi nomeado membro e Diretor de Operações do Conselho de Administração Bancária a 1 de maio de 2014. Também foi nomeado Diretor de Transformação (CTO) a 1 de outubro de 2016. Nesta função, que desempenha juntamente com a sua função de COO, é responsável pelas operações de transformação bancária que foram anunciadas em 2016. Roel Louwhoff é responsável pelas Operações, TI (incluindo padronização), gestão de dados, segurança da informação, gestão de processos e adjudicação. Antes desta nomeação, Roel Louwhoff foi Diretor-executivo da BT Operate.
Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro e Diretor de Operações do Conselho de Administração do ING Bank N.V.

Conselho de Supervisão

O ING Bank precisa de equilibrar vários critérios de seleção relevantes para compor o seu Conselho de Supervisão, mas esforça-se para ter uma composição adequada e equilibrada do mesmo, tendo em consideração todos os critérios de seleção relevantes, incluindo, nomeadamente, experiência em banca de retalho e grossista, equilíbrio de géneros, experiência executiva, experiência em gestão corporativa e experiência no contexto político e social.

Anualmente, a Comissão de Nomeação avalia a composição do Conselho de Supervisão. No contexto dessa avaliação, o ING Group pretende ter um equilíbrio de géneros, contando com, pelo menos, 30 % de homens e, pelo menos, 30 % de mulheres entre os membros do seu Conselho de Supervisão. Depois da nomeação de Ann Sherry na Assembleia Geral Anual em abril de 2016, a composição do Conselho de Supervisão cumpriu o equilíbrio de géneros mencionado acima (mais de 33 % de mulheres).

Posições auxiliares

Os membros do Conselho de Supervisão podem deter outros cargos de administração, cargos remunerados e posições auxiliares e são obrigados a fornecer detalhes sobre isto. A DFP IV, restringe o número total de cargos no conselho de supervisão ou cargos de direção não executiva com organizações comerciais que podem ser detidas por um membro do Conselho de Supervisão para quatro, ou para dois, se esse membro do Conselho de Supervisão também tiver um cargo no conselho executivo. O Banco Central Europeu pode, sob circunstâncias especiais, autorizar um membro do Conselho de Supervisão a preencher uma posição adicional do conselho de supervisão ou cargo de administração não executivo. As posições com, nomeadamente, filiais ou participações qualificadas não são tidas em consideração na aplicação destas restrições. Essas posições não poderão contrariar os interesses do ING Bank N.V. É da responsabilidade de cada membro do Conselho de Supervisão garantir que os deveres dos cargos de administração são comunicados e desempenhados corretamente e não são afetados por quaisquer outras posições que a pessoa singular possa deter fora do ING Bank N.V.

Informação sobre os membros do Conselho de Supervisão

J. (Jeroen) Van der Veer (presidente)

(Nascido em 1947, holandês, sexo masculino, nomeado em 2009, mandato expira em 2017)
Antigo Diretor Executivo do Royal Dutch Shell plc.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):
Presidente do Conselho de Supervisão do ING Groep N.V./ING Bank N.V., Presidente do Conselho de Supervisão do Koninklijke Philips Electronics N.V., Membro do Conselho de Supervisão do Koninklijke Boskalis Westminster N.V. e Membro do Conselho de Supervisão do Statoil ASA.

Outras posições auxiliares relevantes:
Membro do Conselho de Supervisão do Het Concertgebouw N.V. e Presidente do Conselho de Fiscalização da Universidade Técnica de Delft.

H.J.M. (Hermann-Josef) Lamberti (Vice-presidente)

(Nascido em 1956, alemão, sexo masculino; nomeado em 2013, mandato expira em 2017)
Antigo Diretor de Operações do Deutsche Bank AG.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):
Vice-presidente do Conselho de Supervisão do ING Groep N.V./ING Bank N.V., Membro não executivo do Conselho de Diretores do Airbus Group N.V. (antigo European Aeronautic Defense and Space Company N.V), Presidente do Conselho de Supervisão do Addiko Bank (Áustria), Membro do Conselho de Supervisão do Lefdal Mine Data Centre SA e Membro do Conselho de Supervisão do Stonebranch.
O número de posições detidas por Hermann-Josef Lamberti excede atualmente o máximo permitido na DFP IV. Estão a ser tomadas medidas para reduzir o número de posições, conforme exigido pela DFP IV, no futuro próximo.

E.F.C.B. (Eric) Boyer de la Giroday

(Nascido em 1952, belga, sexo masculino; nomeado em 2014, mandato expira em 2018)
Antigo vice-presidente do Conselho de Administração Bancária do ING Groep N.V. e ING Bank N.V.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):
Membro do Conselho de Supervisão do ING Groep N.V./ING Bank N.V. e Presidente do Conselho de Direção do ING Belgium S.A./N.V.

Outras posições auxiliares relevantes:
Diretor Não Executivo do Instituts Internationaux de Physique et de Chimie fundado por Ernest Solvay, asbl.

H.W. (Henk) Breukink

(Nascido em 1950, holandês, sexo masculino; nomeado em 2007, mandato expira em 2019)
Antigo Diretor -Geral do F&C e responsável de país da F&C Netherlands (empresa de gestão de ativos).

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):
Membro do Conselho de Supervisão do ING Groep N.V./ING Bank N.V. e Presidente do Conselho de Supervisão do NSI N.V. (fundo de investimento imobiliário) e Diretor Não Executivo do Brink Groep B.V.

Outras posições auxiliares relevantes:
Presidente do Conselho de Supervisão do Stichting Hoger Onderwijs Nederland.

I. (Isabel) Martín Castellá

(Nascida em 1947, espanhola, sexo feminino, nomeada em 2013, mandado expira em 2017)
Antiga Vice-Presidente e Membro do Comité de Administração do Banco Europeu de Investimento.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):
Membro do Conselho de Supervisão do ING Groep N.V./ING Bank N.V. e Membro do Conselho de Supervisão do SACYR S.A.
Outras posições auxiliares relevantes:
Membro do Conselho Consultivo da NEINVER S.A. e Membro do Conselho Consultivo da GED Capital.

M. (Mariana) Gheorghe

(Nascida em 1956, romena, sexo feminino, nomeada em 2015, mandado expira em 2019)
Atual Diretora Executiva do OMV Petrom S.A.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):
Membro do Conselho de Supervisão do ING Groep N.V./ING Bank N.V., Diretora Executiva da OMV Petrom S.A., Presidente do Conselho de Supervisão da OMV Petrom Marketing SRL, Presidente do Conselho de Supervisão da OMV Petrom Gas SRL e Membro do Conselho de Supervisão da OMV Petrom Global Solutions SRL.

A.C. (Ann) Sherry

(Nascida em 1954, australiana, sexo feminino, nomeada em 2016, mandado expira em 2020)
Antiga Diretora Executiva da Carnival Australia

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro do Conselho de Supervisão do ING Groep N.V./ING Bank N.V., Membro do Conselho de Supervisão do ING Direct (Austrália), Membro do Conselho de Supervisão da Sydney Airport Corporation e Membro do Conselho de Supervisão do The Palladium Group.

Outras posições auxiliares relevantes:
Presidente da Carnival Australia (função consultiva).

R.W.P. (Robert) Reibestein

(Nascido em 1956, holandês, sexo masculino; nomeado em 2012 como observador, membro titular a partir de 2013, mandato expira em 2017) Antigo sócio principal da McKinsey & Company.

Posições relevantes em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):
Membro do Conselho de Supervisão do ING Groep N.V./ING Bank N.V. e Membro do Conselho de Supervisão do IMC B.V.

Outras posições auxiliares relevantes:
Membro do Conselho de Supervisão do Stichting World Wildlife Fund.

Código Bancário Holandês (Dutch Banking Code)

O Código Bancário Holandês, uma versão revista da que foi adotada pela Associação de Bancos Holandeses em 2014, é aplicável ao ING Bank N.V. e não ao ING Group. O Código Bancário pode ser descarregado do site da Associação de Bancos Holandeses (www.nvb.nl). A sua aplicação ao ING Bank é descrita em «Aplicação do Código Bancário Holandês pelo ING Bank N.V.», disponível no site do ING Group (www.ing.com). Isto deve ser lido em conjunto e considerado incluído no Relatório Anual do ING Bank N.V.

Declaração de Conformidade

O Conselho de Administração Bancária é obrigado a preparar as Contas Anuais e o Relatório Anual do ING Bank N.V. para cada exercício financeiro, em conformidade com a lei holandesa aplicável e com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) que foram aprovadas pela União Europeia.

Declaração de conformidade nos termos da secção 5:25c, parágrafo 2 (c) da Lei Holandesa relativa a Supervisão Financeira (Wet op het financieel toezicht).

O Conselho de Administração Bancária é responsável por manter registos contabilísticos adequados, por salvaguardar os ativos e por tomar as medidas necessárias para prevenir e detetar a fraude e outras irregularidades. É responsável por selecionar normas contabilísticas adequadas e por aplicá-las numa base consistente, fazer julgamentos e estimativas que sejam prudentes e razoáveis. Também é responsável por estabelecer e manter procedimentos internos que garantem que todas as principais informações financeiras são conhecidas pelo Conselho de Administração, de modo a que a prontidão, integralidade e exatidão dos relatórios financeiros externos estejam garantidas.

Conforme exigido pela secção 5:25c, parágrafo 2(c) da Lei Holandesa relativa à Supervisão Financeira, cada um dos signatários confirma por sua honra que:

- as Contas Anuais de 2016 do ING Bank N.V. apresentam uma imagem verdadeira e apropriada dos ativos, passivos, da situação financeira e dos lucros ou perdas do ING Bank N.V. e das empresas incluídas na consolidação consideradas como um todo; e
- o Relatório Anual de 2016 do ING Bank N.V. proporcionam uma visão real e justa da posição à data do balanço financeiro, desenvolvimento e desempenho do negócio durante o exercício financeiro de 2016 do ING Bank N.V. e das empresas incluídas na consolidação consideradas como um todo, juntamente com uma descrição dos principais riscos com que o ING Bank N.V. está a ser confrontado.

Amesterdão, 13 de fevereiro de 2017,
O Conselho de Administração Bancária

R.A.J.G. (Ralph) Hamers
Diretor-executivo, presidente do Conselho de Administração Bancária

J.V. (Koos) Timmermans
Vice-presidente e diretor de Líderes de Mercado

P.G. (Patrick) Flynn
Diretor Financeiro

W.F. (Wilfred) Nagel
CRO

A. (Aris) Bogdaneris
Diretor de Mercados Desafiadores e em Crescimento

M.I. (Isabel) Fernandez Niemann
Diretora do Wholesale Banking

R.M.M. (Roel) Louwhoff
COO

Relatório do Conselho de Supervisão

Os tópicos na ordem de trabalhos do Conselho de Supervisão do ING Bank N.V. (neste capítulo doravante referido como «**Conselho de Supervisão**») em 2016 foram a aceleração da estratégia Think Forward do banco, os requisitos de fundos próprios, a sustentabilidade, a melhoria dos controlos internos e mitigação dos riscos associados do ING e desenvolvimentos no panorama da supervisão externa e regulamentar. As comissões do Conselho de Supervisão debateram uma série de assuntos, sendo os principais juros dos clientes do ING e outras partes interessadas, os resultados trimestrais, gestão corporativa, gestão do risco, recursos humanos (incluindo cultura e comportamentos em todo o ING) e custos regulamentares.

Reuniões do Conselho de Supervisão

O Conselho de Supervisão reuniu 11 vezes em 2016. Em média, 98 por cento dos membros do Conselho de Supervisão estiverem presentes nas reuniões. Esta taxa de comparência ilustra que os membros do Conselho de Supervisão estão envolvidos com o ING e são capazes de dedicar tempo e atenção suficientes aos assuntos do ING. O Conselho de Administração Bancária esteve presente durante cada reunião do Conselho de Supervisão. Em algumas partes das reuniões, apenas o Diretor Executivo estava presente; isto dependia da natureza dos temas abordados. Cada Reunião do Conselho de Supervisão foi precedida por uma sessão apenas com os membros do Conselho de Supervisão presentes. Os membros do Conselho de Supervisão também interagiram com a gestão sénior fora das reuniões comuns dos Conselho de Supervisão para efeitos de discussão e partilha de informações. Isto inclui sessões de reunião rápidas que contribuem para uma melhor compreensão e alinhamento mútuo sobre o que mais interessa ao ING e ao Conselho de Supervisão. O Conselho de Supervisão considera importante estabelecer um equilíbrio entre os interesses de todas as partes interessadas e manter um diálogo aberto. O ING procura ter em consideração os interesses de todas as partes interessadas para garantir o benefício das partes interessadas, com o interesse da restante chave do cliente.

O Conselho de Administração Bancária preparou as contas anuais e discutiu-as com o Conselho de Supervisão.

Para além de monitorizarem de perto os resultados financeiros em 2016, as principais prioridades do Conselho de Supervisão durante 2016 foram a aceleração da estratégia Think Forward do banco, os desenvolvimentos tecnológicos no setor bancário e o impacto do crescimento das FinTechs na indústria, requisitos de fundos próprios, sustentabilidade, a melhoria dos controlos internos e mitigação dos riscos associados do ING e desenvolvimentos nos custos regulamentares e o panorama da supervisão externa (incluindo a capitalização bancária). Também os resultados do diálogo contínuo entre o ING e os supervisores externos foram pontos da ordem de trabalhos padrão ao longo do ano.

Educação permanente

Em 2016, o tema principal no Dia Anual do Conhecimento do Conselho de Supervisão foi uma atualização aprofundada sobre o estado da implementação da estratégia Think Forward do ING e os desenvolvimentos antecipados. Na ordem de trabalhos estavam várias sessões relacionadas com impulsionar a estratégia Think Forward, uma atualização e inovação das TI, segurança das TI e crime cibernético, o índice de saúde organizacional e atualizações das linhas de negócios e do domínio do Diretor de Operações (COO). O Conselho de Supervisão também foi atualizado sobre a revisão anual de conquistas e desenvolvimento de talentos do ING, incluindo um resumo da análise de tendências.

Em setembro de 2016, o Conselho de Supervisão visitou Hong Kong e Pequim durante 4 dias, o que lhe permitiu compreender melhor as atividades comerciais asiáticas e como estas se relacionam e contribuem para a estratégia do ING.
As apresentações incluíram economia, tendências e desafios asiáticos, os negócios e a pegada do ING na Ásia, incluindo o relacionamento do ING com o Bank of Beijing, e informações sobre FinTechs e perturbadores da indústria financeira asiática, como Alibaba, WeChat e WeLab. Os membros do Conselho de Supervisão também se reuniram com vários clientes e funcionários do governo.

Foi organizada uma série de outras sessões educativas sobre temas específicos para o Conselho de Supervisão ao longo do ano, incluindo as que abordam vários desenvolvimentos no panorama da supervisão regulamentar e externa, relato financeiro, incluindo a IFRS 9, conformidade, sustentabilidade e gestão do risco e de capital.

Estratégia corporativa

Em janeiro de 2016, o Conselho de Supervisão realizou a sua reunião sobre a estratégia do ING, bem como o Plano a Médio Prazo (PMP) 2016 – 2018. O PMP aborda os planos e as metas financeiras e não financeiras para o Grupo como um todo e para o negócio bancário especificamente. O Conselho de Supervisão considerou que os resultados positivos não afastariam a necessidade de antecipar sobre possíveis desafios que incluam incerteza económica e regulamentar. Dada a natureza dos desafios futuros e o nível de ambição do PMP que incluiu projeções de crescimento significativas, o Conselho de Supervisão concordou com a aceleração proposta da estratégia Think Forward. O ano de 2016 foi, portanto, um ano de transição, apoiado pela implementação da gestão de transformação, com a criação e execução de um roteiro de transformação por país. Além disso, a previsão dinâmica foi introduzida, para permitir uma avaliação periódica do balanço financeiro em termos de financiamento, liquidez e requisitos de fundos próprios.

Foi desenvolvido um programa de transformação para realizar a aceleração da estratégia Think Forward. O ponto de partida básico do programa foi a proposta de valor da ING, captada em vários fluxos de trabalho. Em agosto de 2016, o Conselho de Supervisão debateu esta questão. Esta estratégia inclui uma série de iniciativas para melhorar ainda mais a experiência do cliente, aumentar ainda mais os clientes e empréstimos primários e aumentar a eficácia. No final de setembro de 2016, foram debatidos e aprovados outros aspetos do programa. Foram abordados importantes impulsionadores do programa, como o futuro do setor bancário, o caminho da convergência, a manutenção do impulso comercial, a forma de financiar e impulsionar a transformação, bem como a gestão do risco. A importância foi reconhecida tendo em consideração o dever de assistência às partes interessadas do Banco que podem ser influenciadas pela transição. A iniciativa Impulsionar a Think Forward foi anunciada a 3 de outubro de 2016, durante o Dia do Investidor do ING. O ING também nomeou um Diretor de Transformação, uma responsabilidade adicional do Diretor de Operações

Em associação com a iniciativa Impulsionar a Think Forward, o PMP de 2017 - 2019 foi debatido e aprovado em novembro de 2016, que é uma aceleração em relação aos anos anteriores.

Relatório financeiro e de risco

Os resultados financeiros anuais e do quarto trimestre para 2015 e 2016 foram debatidos em fevereiro de 2016 e em março de 2017, respetivamente. Isto incluiu o comunicado de imprensa e relatórios relacionados por parte dos auditores externos. A avaliação da adequação e eficácia da gestão do risco e dos sistemas de controlo também foi debatida pelo Conselho de Administração.

O Relatório Anual do ING Bank foi revisto e as contas anuais foram aprovadas. Os resultados trimestrais de 2016 foram avaliados e debatidos em maio, agosto e novembro de 2016, com o auditor externo a conseguir emitir um parecer sem ressalvas sobre os resultados financeiros do semestre. Durante 2016, o ING Bank pagou 1345 milhões de euros de dividendos ao ING Groep N.V.

O Conselho de Supervisão aprovou a revisão anual do quadro da apetência pelo risco que foi atualizado para refletir as recentes alterações regulamentares. Ao longo do ano, o Conselho de Supervisão foi devidamente informado sobre os potenciais riscos para o ING, incluindo os relativos aos Panamá Papers, ao Brexit e aos desenvolvimentos políticos e económicos em vários países e regiões.

De modo a cumprir a rotação obrigatório do auditor externo, a KPMG é o novo auditor externo do ING no exercício financeiro de 2016. A 1 de outubro de 2015, a KPMG declarou independência do ING, na sua função como novo auditor e foi confirmado que a independência da KPMG está em conformidade com as regras e regulamentos aplicáveis. A EY facilitou a transição de auditores desde outubro de 2015. A 28 de setembro de 2016, a EY deixou de ser obrigada a ser independente, de acordo com os regulamentos de independência aplicáveis a empresas de auditoria.

Ao longo do ano, o Conselho de Supervisão foi atualizado sobre e debateu o risco regulamentar, incluindo o impacto operacional associado e financeiro antecipado. Desde o início da supervisão do BCE, o aumento dos relatórios regulamentares tem sido significativo. Também os prazos de relato diminuíram e a granularidade de dados solicitados aumentou, além dos requisitos locais a serem cumpridos.

O ING visa salvaguardar que todos os processos de relatórios e qualidade dos dados continuam a estar à altura dos padrões. Também se espera que o impacto agregado dos próximos novos requisitos regulamentares seja substancial, também como consequência de requisitos de fundos próprios adicionais.

Reuniões do Conselho de Supervisão Interno

Durante as reuniões internas do Conselho de Supervisão (que foram assistidas pelo Diretor-Executivo, exceto quando foi discutida a autoavaliação anual do Conselho de Supervisão ou questões relativas ao Diretor-Executivo), foram debatidas e aprovadas as avaliações de desempenho do Conselho de Administração Bancária de 2015. Também foram debatidas e decididas as propostas de remuneração variável para os funcionários no âmbito relativo a 2015. Além disso, as metas de 2016 do Conselho de Administração Bancária e do Conselho Executivo foram aprovadas.

A futura composição do Conselho de Administração Bancária e do Conselho de Supervisão, as suas comissões e potenciais candidatos também foram um tópico recorrente de discussão à luz de vários desenvolvimentos. Além disso, foi debatido o planeamento de talentos e sucessão do ING, incluindo o resultado da Revisão Anual de Talentos. A remuneração também foi um ponto recorrente da ordem de trabalhos. O Conselho de Supervisão aprovou a atualização da Estrutura de Remuneração de 2017 do ING.

A autoavaliação do Conselho de Supervisão também estava na ordem de trabalho. Os pontos de ação resultantes da autoavaliação do ano passado foram postos em prática durante este ano. Como foi o caso no ano anterior, uma parte externa independente facilitou o processo de autoavaliação de 2016 para o(s) (membros do) Conselho de Supervisão e as suas comissões, elaborando os questionários, bem como os relatórios com os resultados. Os questionários criados sobre os do ano anterior foram concebidos de tal forma que poderia ser feita uma comparação entre dois anos consecutivos. Do mesmo modo que em 2015, também foram solicitados contributos de vários executivos que interagem regularmente com o Conselho de Supervisão e participam nas reuniões deste Conselho. Os questionários foram concluídos em dezembro de 2016, após o qual, no primeiro trimestre de 2017, se realizaram reuniões bilaterais entre o presidente do Conselho de Supervisão e cada membro (para o presidente, realizou-se uma reunião bilateral entre o vice-presidente e o presidente). Os resultados das respetivas Comissões foram então debatidos em cada reunião de comissão, com os resultados gerais e as conclusões a serem debatidas na reunião interna do Conselho de Supervisão (sem os membros do Conselho de Administração Bancária estarem presentes). No geral, o desempenho das Comissões foi classificado como alto no geral e o desempenho do Conselho de Supervisão foi considerado como tendo sido, pelo menos, mantido e até mesmo melhorado em várias áreas desde a revisão do ano passado. Foram feitas diversas sugestões como prioridades para melhorar o desempenho do Conselho de Supervisão durante o próximo ano, tais como o foco em questões de negócios, ter um tempo de discussão mais aprofundado e abordar a delegação de assuntos a serem tratados entre o Conselho de Supervisão e as suas comissões. As principais prioridades identificadas foram acompanhas por uma monitorização e avaliação dos desenvolvimentos no panorama da supervisão regulamentar e externa, bem como as áreas de risco não financeiro, conformidade e controlo interno. Também continuará a ser dada atenção ao papel desafiador e ao poder compensatório do Conselho de Supervisão em relação ao Conselho de Administração.

O Conselho de Supervisão também se reuniu em sessões fechadas, apenas com membros do Conselho de Supervisão, antes das reuniões regulares do Conselho de Supervisão.

O objetivo destas reuniões prévias é fazer um «check-in» e oferecer a possibilidade de transmitir preocupações antecipadas antes das reuniões regulares.

Reuniões da Comissão de Auditoria

Em 2016, a Comissão de Auditoria reuniu cinco vezes. Em média, 95 por cento dos membros estava presente nas reuniões agendadas.

A Comissão de Auditoria debateu os resultados trimestrais, as contas provisórias e as contas anuais. Assuntos relativos às auditorias, como incluído nos relatórios dos auditores e na carta da administração, também foram tópico de discussão. Além dos resultados financeiros e contas, os assuntos das deliberações regulares da Comissão de Auditoria também incluíram o relatório financeiro, a independência dos auditores e as taxas, o ambiente geral de controlo interno, que também abordou a gestão do acesso do utilizador, os controlos internos sobre os relatórios financeiros, os relatórios dos auditores externos e cartas de recomendações e cartas relacionadas com a gestão de capitais. A Comissão de Auditoria também avaliou os comunicados de imprensa trimestrais relativos aos resultados.

Também foi dada especial atenção a uma variedade de outros tópicos relacionados, como as normas de relato financeiro (IFRS 9), a carta de auditoria interna atualizada, a compensação de fluxos de caixa nocionais, impostos deferidos, a governação dos centros de reservas do ING em todo o mundo, o caso dos derivados das taxas de juro das PME holandesas, o plano de melhoria do controlo financeiro, o relatório trimestral do denunciante, a divulgações de remuneração do RFP e as avaliações do setor sobre a conduta do mercado. A Gestão do Acesso do Utilizador (GAU) foi debatida como um elemento importante do quadro de controlo em relação aos relatórios financeiros. Estes controlos foram debatidos extensivamente, e como resultado, os requisitos aumentaram e os principais testes de controlo foram melhorados. Em 2017, continuarão a ser envidados esforços para melhorar ainda mais a GAU do ING.

Todos os tópicos relevantes discutidos pela Comissão de Auditoria foram relatados ao Conselho de Supervisão, que os aprovou conforme necessário a partir de uma perspetiva de governação. Imediatamente após as reuniões da Comissão de Auditoria, os membros da Comissão de Auditoria reuniram-se com os auditores internos e externos para confirmar que todos os tópicos relevantes foram debatidos nas reuniões da Comissão de Auditoria. Para além das reuniões da Comissão de Auditoria, o presidente da Comissão de Auditoria realizou, regularmente, sessões individuais com o auditor externo independente, o diretor do departamento dos Serviços de Auditoria Empresarial e o Diretor Financeiro. Além disso, também se reuniu com diferentes administradores seniores.

Reuniões da Comissão de Riscos

A Comissão de Riscos reuniu quatro vezes em 2016, sem ausências. Relativamente às reuniões das outras comissões, todos os tópicos relevantes debatidos pela Comissão de Riscos foram relatados ao Conselho de Supervisão que os aprovou, conforme exigido a partir de uma perspetiva de governação.

Em cada reunião da Comissão de Riscos, os relatórios de risco financeiro e não financeiro foram pormenorizadamente debatidos em cada reunião da Comissão de Riscos, incluindo o estado das métricas do ING em relação à solvência, liquidez, capitais, risco de crédito, risco-país e risco de mercado.

Além disso, foi debatida uma ampla variedade de outros tópicos, como a o risco das TI, os requisitos de fundos próprios, a Devida Diligência do Cliente / Conheça o seu Cliente, perda esperada elimites da perda dado o incumprimento e o Brexit. Também foram estudados riscos futuros e vários cenários de testes de esforço, variando entre a incerteza regulamentar e as baixas taxas de juros contínuas.

Outros tópicos importantes na ordem de trabalhos, relacionados com modelação de risco e validação do modelo, o aspeto do risco regulamentar, garantir a conformidade com os requisitos da DFP IV /RFP e os resultados do diálogo continuo entre o ING e os supervisores externos relacionado com a gestão do risco.

Como prática comum, as demonstrações anuais de apetência pelo risco, agora também incluem uma para o risco de rentabilidade, foram revistas e apoiadas.

Reuniões da Comissão de Nomeação

A Comissão de Nomeação reuniu sete vezes em 2016, sem ausências.

No primeiro semestre de 2016, a Comissão de Nomeação debateu a contratação de Isabel Fernandez, que foi nomeada membro do Conselho de Administração Bancária a partir de 1 de setembro de 2016 e Diretora do Wholesale Banking, sucedendo William Connelly, a partir de 1 de novembro de 2016. Devido aos vários desenvolvimentos ocorridos no segundo semestre de 2016, foram debatidos cenários de sucessão futura, no geral, para a Composição do Conselho de Supervisão, bem como a composição futura do Conselho de Supervisão. Foram tidos em consideração vários aspetos de diversidade, como o tamanho mínimo e ideal de um Conselho de Supervisão combinado com um equilíbrio sólido e razoável em representação das geografias, géneros e experiência financeira e generalistas. Foram debatidos vários candidatos potenciais para vários cargos, incluindo o de um candidato qualificado como especialista financeiro, conforme definido pelo Conselho Económico e Social na sua regra final, implementando a secção 407 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, tendo em consideração a política de diversidade do ING. Isso resultou em listas curtas de potenciais candidatos a serem nomeados para o Conselho de Supervisão.

Além disso, foram debatidos os resultados e as conquistas na sequência da Revisão Anual de Talentos. Esta abordagem para o processo do ano foi partilhada com o Conselho de Supervisão e os resultados de 2016 foram debatidos em janeiro de 2017. Tanto o processo como os relatórios tinham melhorado, resultando numa maior transparência. Melhorar a diversidade nos níveis superiores de gestão, o planeamento da sucessão da gestão sénior e acelerar a atualização continuam a ser pontos focais. Também foi dada especial atenção à gestão do desempenho e como melhorar o processo e a sua eficácia, fomentando conversas contínuas entre os administradores e os funcionários ao longo do ano. Também foi dada atenção a perdas lamentáveis entre administradores seniores que saíram do ING em 2016 por vários motivos

Reuniões da Comissão de Remunerações

Em 2016, a Comissão de Remunerações reuniu sete vezes, sem ausências.

No início de 2016, o Presidente do Conselho de Supervisão informou a Comissão de Remunerações acerca dos resultados das reuniões que teve com vários políticos e sindicatos holandeses para discutir a remuneração das empresas holandesas, em geral. Além disso, as alterações propostas à remuneração existente para os membros do Conselho de Administração também estavam na ordem de trabalhos, assim como a renovação da política de remuneração do Conselho de Supervisão. Estas foram aprovadas durante a Assembleia Geral Anual de 2016.

A Comissão de Remunerações reviu os limites acima dos quais o conjunto para remuneração variável pode ser utilizado para a concessão de remuneração variável. Debateu o conjunto de remuneração variável e reviu a avaliação do desempenho para o Conselho de Administração Bancária, assim como as propostas de remuneração variável. As propostas de remuneração para Funcionários Identificados também foram revistas, incluindo os casos potenciais de retenção da remuneração diferida através de *malus.*

Além disso, foram aprovados os objetivos de 2016 propostos para os membros do Conselho de Administração Bancária.

O quadro de remuneração do ING Bank foi atualizado para estar em consonância com as diretrizes renovadas da ABE que entraram em vigor a 1 de janeiro de 2017.

Ao longo do ano, a Comissão de Remunerações aprovou as questões relacionadas com a remuneração dos Funcionários Identificados, com base no quadro de governação que acompanha o ING.

O quadro em si também foi revisto em relação aos requisitos de aprovação e notificação dos conselhos.

Reuniões da Comissão de Gestão Corporativa

Comissão de Gestão Corporativa reuniu quatro vezes, sem ausências.

Durante o ano, a Comissão também debateu o projeto de proposta para o novo Código Holandês de Gestão Corporativa que foi publicada a 11 de fevereiro de 2016. A revisão final do Código revisto foi publicada a 8 de dezembro de 2016. O novo Código entrará em vigor no ano em apreço, 2017, assumindo que será incluído na legislação holandesa. As implicações para o ING estão a ser avaliadas e serão incluídas na governação do ING na medida necessária e aplicável.

Além disso, as cartas do Conselho de Administração Bancária e do Conselho de Supervisão foram atualizadas e debatidas. Se necessário, estas serão atualizadas novamente para cumprir os nossos requisitos do Código Holandês de Gestão Corporativa.

A comissão também debateu os resultados do diálogo contínuo entre o ING e os supervisores externos relativo à gestão corporativa.

Composição do Conselho de Administração

A partir de 1 de setembro de 2016, como primeiro membro feminino do Conselho de Administração Bancária, Isabel Fernandez entrou para o ING. Sucedeu William Connelly como diretora do Wholesale Banking a partir de 1 de novembro de 2016.

Composição do Conselho de Supervisão

Na Assembleia Geral Anual de 25 de abril de 2016, Ann Sherry foi nomeada membro do Conselho de Supervisão. Joost Kuiper desistiu devido a motivos de saúde. Em maio de 2016, Mariana Gheorghe tornou-se membro da Comissão de Riscos e Robert Reibestein tornou-se membro da Comissão de Remunerações.

A Comissão de Nomeação e o Conselho de Supervisão vão continuar a lutar por uma composição adequada e equilibrada do Conselho de Supervisão, aquando da seleção e nomeação de novos membros por nomeação, tendo em consideração a política de diversidade do ING.

Atualmente, apenas um membro do Conselho de Supervisão, Eric Boyer de la Giroday, se qualifica como «não independente», conforme definido na disposição da melhor prática III.2.2 do Código Holandês de Gestão Corporativa atualmente aplicável. De acordo com este Código, não mais do que uma pessoa pode ser independente. É considerado não independente devido ao seu cargo como Presidente do Conselho de Direção do ING Belgium S.A./N.V e aos seus antigos cargos como membro do Conselho Executivo do ING Groep N.V. e vice-presidente do Conselho de Administração Bancária do ING Bank N.V.

Agradecimento ao Conselho de Administração e aos funcionários do ING

O Conselho de Supervisão gostaria de agradecer aos membros do Conselho de Administração Bancária pelo seu trabalho árduo em 2016. A entrega às ambições e ao objetivo do ING através da estratégia Think Forward é algo de que se devem orgulhar, bem como a entrega de um programa para impulsionar ainda mais esta estratégia para criar uma plataforma bancária escalável para suprir o crescimento comercial contínuo, uma experiência melhorada do cliente e uma entrega mais rápida de produtos. O Conselho de Supervisão gostaria de agradecer a todos os funcionários do ING pela sua contribuição e por continuaram a servir os interesses dos clientes, acionistas e outras partes interessadas do ING.

Amesterdão, 13 de fevereiro de 2017

O Conselho de Supervisão

Índice

Contas Anuais Consolidadas

Demonstração consolidada da posição financeira 23
Demonstração consolidada de lucros ou perdas 24
Demonstração consolidada do rendimento integral 25
Demonstração consolidada das variações do capital próprio 26
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa 29
Notas às contas anuais consolidadas 31
Notas às normas contabilísticas
Entidade relatora
Autorização das Contas Anuais Consolidadas
Base de preparação das Contas Anuais Consolidadas
1 Políticas contabilísticas 31
Notas à demonstração consolidada da posição financeira
2 Liquidez e disponibilidades com bancos centrais 50
3 Empréstimos e adiantamentos a bancos 50
4 Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas 50
5 Investimentos 52
6 Empréstimos e adiantamentos a clientes 55
7 Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos 57
8 Ativos fixos tangíveis 59
9 Ativos intangíveis 60
10 Outros ativos 62
11 Depósitos de bancos 63
12 Depósitos de clientes 63
13 Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas 64
14 Disposições 65
15 Outros passivos 66
16 Títulos de dívida emitidos 67
17 Empréstimos subordinados 67
18 Capital próprio 68
Notas à demonstração consolidada da posição financeira
19 Rendimento líquido dos juros 71
20 Receitas líquidas de comissões 72
21 Resultados da avaliação e resultados líquidos em operações financeiras 72
22 Rendimento dos investimentos 74
23 Resultado da alienação das empresas do grupo 74
24 Outros resultados 75
25 Despesas com pessoal 75
26 Outras despesas operacionais 77
Notas para demonstração dos fluxos de caixa consolidados
27 Fluxos de caixa líquidos de atividades de investimentos 78
28 Caixa e equivalentes de caixa 79
Relato por segmentos
29 Segmentos 79
30 Informações sobre áreas geográficas 85

Notas adicionais às contas anuais consolidadas
31 Pensões e outros benefícios pós-emprego 90
32 Tributação 94
33 Justo valor dos ativos e passivos 97
34 Derivados e contabilidade de cobertura 113
35 Ativos por vencimento contratual 116
36 Passivos por vencimento 117
37 Ativos não imediatamente disponíveis 118
38 Transferência de ativos financeiros 119
39 Compensação de ativos e passivos financeiros 119
40 Passivos contingentes e compromissos 124
41 Procedimentos legais 125
42 Empresas e negócios consolidados adquiridos e alienados 126
43 Principais filiais 127
44 Entidades estruturadas 127
45 Partes relacionadas 129
46 O Plano de Restruturação da Comissão Europeia 132
47 Outros acontecimentos 134
Gestão do Risco 135
Gestão de capital 204

Contas anuais da empresa-mãe

Demonstração da posição financeira da empresa-mãe 208
Demonstração de lucros e perdas da empresa-mãe 209
Demonstração das variações do capital próprio da empresa-mãe 210
Políticas contabilísticas para as contas anuais da empresa-mãe 211
Notas às contas anuais da empresa-mãe 213

Outras informações

Relatório de Auditoria Independente 228
Artigos de Associação - Apropriação dos resultados 235

Informação adicional

Informações adicionais do Pilar 3 236

Demonstração consolidada da posição financeira

a 31 de dezembro

em milhões de euros	2016	2015	2014
Ativos			
Caixa e disponibilidades com bancos centrais 2	18 144	21 458	12 222
Empréstimos e adiantamentos a bancos 3	28 872	29 966	37 122
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas 4			
– ativos detidos para negociação	114 512	131 485	136 964
– derivados não negociados	2309	3 216	4 303
– designados ao justo valor através de lucros ou perdas	5099	3 234	2 756
Investimentos 5			
– disponíveis para venda	82 912	87 000	95 401
– detidos até ao vencimento	8751	7 826	2 239
Empréstimos e adiantamentos a clientes[1] 6	562 873	700 007	703 920
Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos 7	1003	842	861
Ativos fixos tangíveis 8	2002	2 027	2 100
Ativos intangíveis 9	1 484	1 567	1 655
Ativos por impostos atuais	252	279	289
Ativos por impostos diferidos 32	1 000	813	1 126
Outros ativos 10	14 706	12 272	12 716
Ativos detidos para venda			729
Ativos totais	**843 919**	**1,001,992**	**1,014,403**
Passivos			
Depósitos de bancos 11	31 964	33 808	30 003
Depósitos de clientes[1] 12	531 096	672 204	675 082
Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas 13			
– passivos detidos para negociação	83 167	88 807	97 091
– derivados não negociados	3585	4 364	6 357
– designados ao justo valor através de lucros ou perdas	12 266	12 616	13 551
Passivos fiscais correntes	546	590	442
Passivos por impostos diferidos 32	919	645	872
Provisões 14	2028	964	1017
Outros passivos 15	16 793	13 023	13 744
Títulos de dívida emitidos 16	101 305	117 556	120 959
Empréstimos subordinados 17	16 104	15,920	16,599
Passivos totais	**799 773**	**960,497**	**975,717**
Capital próprio 18			
Capital social e prémio de emissão	17 067	17 067	17 067
Outras reservas	5835	5784	5479
Lucros retidos	20 638	18,006	15,518
Capital próprio dos acionistas (empresa-mãe)	**43 540**	**40,857**	**38,064**
Participação não controladora	606	638	622
Capital próprio total	**44 146**	**41,495**	**38,686**
Capital próprio e passivos totais	**843 919**	**1,001,992**	**1,014,403**

1 Empréstimos e adiantamentos a clientes e Depósitos de clientes, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, são ajustados como resultado de uma alteração nas políticas contabilísticas. É feita referência à Nota 1 «Políticas Contabilísticas» - Alterações nas políticas contabilísticas em 2016.

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais consolidadas.
É feita referência à Nota 1 «Políticas Contabilísticas» para obter informações sobre as alterações na apresentação das contas anuais consolidadas e respetivas notas.

Notas à demonstração de lucros e perdas

a 31 de dezembro

em milhões de euros	2016	2016	2015	2015	2014	2014
Rendimento dos juros	44 221		46 397		48 376	
Despesas com juros	–30 904		–33 653		–35 770	
Rendimento líquido dos juros 19		13 317		12 744		12 606
receitas de comissões	3 581		3 420		3 314	
Gastos com comissões	–1 148		–1 100		–1 023	
Rendimento líquido de comissões 20		2 433		2 320		2 291
Resultados de avaliação e resultados 21		1 093		1 333		191
Rendimento dos investimentos 22		421		127		213
Quota parte das filiais e empreendimentos conjuntos 7		77		493		76
Resultado da alienação das empresas do grupo 23		1		2		195
Outros rendimentos 24		172		51		102
Rendimento total		17 514		17 070		15 674
Adição de provisões para perdas por empréstimos duvidosos 6		974		1 347		1 594
Despesas com pessoal 25		5 036		4 962		5 783
Outras despesas operacionais 26		5 567		4 346		4 442
Despesas totais		11 577		10 655		11 819
Resultado antes de impostos		5 937		6 415		3 855
Tributação 32		1 635		1 684		1 032
Resultado líquido (antes de participações não controladoras)		4 302		4 731		2 823
Resultado líquido atribuível às participações não controladoras		75		72		79
Resultado líquido atribuível ao acionista da empresa-mãe		4 227		4 659		2 744
Dividendo por ação ordinária (em euros)		2.89		4.73		2.63
Montante total de dividendo pago (em milhões de euros)		1 345		2 200		1 225

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais consolidadas.

É feita referência à Nota 1 «Políticas Contabilísticas» para obter informações sobre as alterações na apresentação das contas anuais consolidadas e respetivas notas.

Demonstração consolidada do rendimento total

para o exercício findo em 31 de dezembro

em milhões de euros	2016	2015	2014
Resultado líquido (antes de participações não controladoras)	4 302	4 731	2 823
Outros rendimentos integrais			
Itens que não serão reclassificados na demonstração de lucros e perdas:			
Reavaliações não realizadas de propriedades de uso próprio	2	35	–29
Remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos 31	–65	64	–88
Itens que podem, posteriormente, ser reclassificados na demonstração de lucros e perdas:			
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e outras reavaliações	189	288	1 878
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas	–272	–17	–121
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa.	68	–218	1 714
Diferenças cambiais	–273	95	369
Participação de outro rendimento integral de filiais e empreendimentos conjuntos e outro rendimento	5	–9	35
Rendimento integral total	**3 956**	**4 969**	**6 581**
Rendimento integral atribuível a:			
Participação não controladora		46	152
	3 956	4 923	6 429
Acionistas da empresa-mãe	**3 956**	**4 969**	**6 581**

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais consolidadas.

É feita referência à Nota 32 «Tributação» para a divulgação dos efeitos dos impostos sobre os rendimentos de cada componente do outro rendimento integral.

Demonstração das variações do capital próprio consolidado

em milhões de euros	Capital social e prémio de emissão	Outras reservas	Lucros retidos	Capitais próprios dos acionistas (empresa-mãe)	Derivados não controladora	Total capital próprio
Saldo a 1 de janeiro de 2016	17 067	5784	18 006	40 857	638	41 495
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e outras reavaliações		208		208	–19	189
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas		–272		–272		–272
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa		102		102	–34	68
Reavaliações não realizadas de propriedades de uso próprio		2		2		2
Remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos **31**		–65		–65		–65
Diferenças cambiais		–251		–251	–22	–273
Participação de outro rendimento integral de filiais e empreendimentos conjuntos e outro rendimento		203	–198	5		5
Valor total diretamente reconhecido em Outros rendimentos integrais		**–73**	**–198**	**–271**	**–75**	**–346**
Resultado líquido		124	4103	4227	75	4302
Rendimento integral total		**51**	**3905**	**3956**	**-**	**3956**
Dividendos			–1345	–1345	–32	–1377
Opção de ações de funcionários e planos de participações			72	72		72
Saldo a 31 de dezembro de 2016	**17 067**	**5 835**	**20 638**	**43 540**	**606**	**44 146**

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais consolidadas.

As alterações nos componentes de Reserva individuais são apresentadas na Nota 18 «Capital Próprio».

Demonstração das variações do capital próprio consolidado do ING Bank – continuação

em milhões de euros	Capital social e prémio de emissão	Outras reservas	Lucros retidos	Capitais próprios dos acionistas (empresa-mãe)	Derivados não controladora	Total capital próprio
Saldo a 1 de janeiro de 2015	17 067	5 479	15 518	38 064	622	38 686
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e outras reavaliações		298		298	–10	288
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas		–17		–17		–17
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa		–200		–200	–18	–218
Reavaliações não realizadas de propriedades de uso próprio		35		35		35
Remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos **31**		64		64		64
Diferenças cambiais e outros		95		95	2	97
Participação de outro rendimento integral de filiais e empreendimentos conjuntos		–11		–11		–11
Valor total diretamente reconhecido em Outros rendimentos integrais		**264**		**264**	**–26**	**238**
Resultado líquido		131	4 528	4 659	72	4 731
Rendimento integral total		**395**	**4 528**	**4 923**	**46**	**4 969**
Dividendos			–2 200	–2 200	–31	–2 231
Opção de ações de funcionários e planos de participações			70	70		70
Alterações na composição do grupo e outras alterações		–90	90		1	1
Saldo a 31 de dezembro de 2015	**17 067**	**5 784**	**18 006**	**40 857**	**638**	**41 495**

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais consolidadas. 3

As alterações nos componentes de Reserva individuais são apresentadas na Nota 18 «Capital Próprio».

Demonstração das variações do capital próprio consolidado do ING Bank – continuação

em milhões de euros	Capital social e prémio de emissão	Outras reservas	Lucros retidos	Capitais próprios dos acionistas (empresa-mãe)	Derivados não controladora	Total capital próprio
Saldo a 1 de janeiro de 2014	17 067	–678	16 416	32 805	955	33 760
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e outras reavaliações		1 866		1 866	12	1 878
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas		–121		–121		–121
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa		1 651		1 651	63	1 714
Reavaliações não realizadas de propriedades de uso próprio		–29		–29		–29
Remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos		–88		–88		–88
Diferenças cambiais e outros		371		371	–2	369
Participação de outro rendimento integral de filiais e empreendimentos conjuntos		35		35		35
Valor total reconhecido em Outros rendimentos integrais		**3 685**		**3 685**	**73**	**3 758**
Resultado líquido		83	2 661	2 744	79	2 823
Rendimento integral total		**3 768**	**2 661**	**6 429**	**152**	**6 581**
Dividendos			–1 225	–1 225	–34	–1 259
Opção de ações de funcionários e planos de participações			55	55		55
Alterações na composição do grupo e outras alterações		2 389	–2 389		–451	–451
Saldo a 31 de dezembro de 2014	**17 067**	**5 479**	**15 518**	**38 064**	**622**	**38 686**

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais consolidadas.

As alterações nos componentes individuais são apresentadas na Nota 18 «Capital Próprio».

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

para o exercício findo em 31 de dezembro

em milhões de euros		2016	2015	2014
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Resultado antes de imposto		5937	6 415	3 855
Ajustado para:	– depreciação	536	614	594
	– adição a provisões para perdas por empréstimos duvidosos	974	1 347	1 594
	– outros[2]	1580	–227	1947
Imposto pago		–1555	–1 306	–887
Alterações em:	– empréstimos e adiantamentos a bancos, não disponíveis mediante pedido	–1168	6 760	3361
	– ativos detidos para negociação	16 976	5 485	–23 802
	– derivados não negociados	1725	–742	–2260
	– outros ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas	–3400	–282	–614
	– empréstimos e adiantamentos a clientes[1]	–29 668	–21 143	–12 935
	– outros ativos	–1280	1 106	–366
	– depósitos de bancos, não pagáveis mediante pedido	–346	5 175	3353
	– depósitos de clientes[1]	23 682	19 600	17 803
	– passivos detidos para negociação	–5634	–8 276	23 855
	– outros passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas	–432	–1 254	–524
	– provisões e outros passivos[2]	1030	1,689	1,639
Fluxo de caixa líquido de/(usado em) atividades operacionais		**8957**	**14,961**	**16,613**
Fluxos de caixa de atividades de investimento				
Investimentos e adiantamentos:	– filiais e empreendimentos conjuntos	–49	–24	–31
	– investimentos disponíveis para venda	–27 003	–43 092	–73 348
	– investimentos detidos até ao vencimento	–1731	–3 457	–315
	– ativos fixos tangíveis	–351	–326	–355
	– ativos sujeitos a locações operacionais	–64	–37	–34
	– outros investimentos	–288	–256	–257
Cessões e resgates:	– empresas do grupo (incluindo liquidez na empresa alienada)			–398
	– filiais e empreendimentos conjuntos	54	119	187
	– investimentos disponíveis para venda	31 165	48 232	60 098
	– investimentos detidos até ao vencimento	630	1 219	1 172
	– ativos fixos tangíveis	63	73	54
	– ativos sujeitos a locações operacionais	12	17	3
	– empréstimos	1295	3 590	2382
	– outros investimentos	9	3	2
Fluxo de caixa líquido de/(usado em) atividades de investimento 27		**3742**	**6,061**	**–10,840**

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do ING Bank - continuação

em milhões de euros	2016	2015	2014
Fluxo de caixa líquido de/(usado em) atividades operacionais	**8957**	**14 961**	**16 613**
Fluxo de caixa líquido de/(usado em) atividades de investimento 27	**3742**	**6 061**	**–10 840**
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
– Receitas provenientes de títulos de dívida	106 174	133 290	135 318
– Reembolsos de títulos de dívida	–121 998	–140 120	–142 996
Receitas obtidas pela emissão de empréstimos subordinados	1085	2 085	3266
Reembolso de empréstimos subordinados	–961	–4 244	–2788
Dividendos pagos	–1345	–2,200	–1,225
Fluxo de caixa líquido de/(usado em) atividades de financiamento	**–17 045**	**–11,189**	**–8,425**
Fluxo de caixa líquido	**–4346**	**9,833**	**–2,652**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20 354	10,863	13,509
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	155	–342	6
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 28	**16 163**	**20,354**	**10,863**

1 As alterações nos fluxos de caixa de Empréstimos e adiantamentos a clientes e Depósitos de clientes não são influenciadas pela alteração nas políticas contabilísticas, conforme descrito na Nota 1 «Políticas Contabilísticas» - As alterações nas políticas contabilísticas em 2016, com base na alteração da política não incluem uma alteração nos fluxos de caixa reais para os respetivos períodos.

2 O pagamento de contribuição definida para planos de pensão foi anteriormente apresentado em «Ajustado para: outro» e agora é apresentado em «provisões e outros passivos». Os montantes comparativos foram ajustados em conformidade.

A partir de 31 de dezembro de 2016, a Caixa e os equivalentes de caixa incluem caixa e disponibilidades com bancos centrais de 18 144 milhões de euros (2015: 21 458 milhões de euros; 2014: 12 222 milhões de euros). A diminuição em caixa e disponibilidades com bancos centrais é resultado da redução do excesso de liquidez e das taxas de juros negativas. É feita referencia à Nota 28 «Caixa e equivalentes de caixa».

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais consolidadas.

Juros e dividendos recebidos e pagos

	2016	2015	2014
Juros recebidos	44 536	47 029	49 537
Juros pagos	–31 537	–33 092	–37 174
	12 999	**13 937**	**12 363**
Dividendo recebido	120	113	70
Dividendo pago	–1345	–2 200	–1 225

Os juros recebidos e pagos e os dividendos recebidos estão incluídos nas atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa. O dividendo pago está incluído nas atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

Notas às Contas Anuais Consolidadas

montantes em milhões de euros, salvo indicação em contrário

Notas às políticas contabilísticas

Autorização das Contas Anuais Consolidadas

As contas anuais consolidadas do ING Bank N.V. (ING Bank), para o exercício findo a 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas para emissão em conformidade com uma resolução do Conselho de Administração a 13 de março de 2017. O Conselho de Administração pode decidir alterar as contas anuais, desde que estas não sejam adotadas pela Assembleia Geral de Acionistas. A Assembleia Geral de Acionistas pode decidir não adotar as contas anuais, mas não as pode alterar. O ING Bank está domiciliado em Amesterdão, Países Baixos. As principais atividades do ING Bank são descritas em «Sobre o ING».

Base de preparação das Contas Anuais Consolidadas

As contas anuais consolidadas do ING Bank foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e interpretações emitidas pelo Comité de Interpretação (CI das IFRS), como adotadas pela União Europeia (UE) e os artigos relevantes da Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês.

O ING Bank aplica as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia (UE), que são as Normas IFRS e as Interpretações do CI das IFRS tal como emitidas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) com algumas modificações limitadas, como a «dissociação» temporária das IAS 39 «Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Medição» (doravante referidos como as IFRS).

De acordo com a «dissociação» da UE, o ING Bank aplica a contabilidade de cobertura de justo valor às carteiras de cobertura do risco da taxa de juros (macrocobertura). Para mais informações, é feita referência à Nota 1 «Políticas contabilísticas», f) Princípios de avaliação e determinação de resultados e à Nota 34 «Derivados e contabilidade de cobertura».

1 Políticas contabilísticas

a) Alterações nas políticas contabilísticas em 2016

O ING Bank tem aplicado consistentemente as suas políticas contabilísticas a todos os períodos apresentados nestas Contas Anuais Consolidadas. Para além da alteração na política contabilística relacionada com a «Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros», como descrita abaixo, não houve alterações nas políticas contabilísticas, vigentes a partir de 1 de janeiro de 2016, que tenham influenciado significativamente o ING Bank.

Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros

A IAS 32 «Instrumentos financeiros: Apresentação» prescreve que um ativo financeiro e um passivo financeiros devem ser compensados quando houver um direito legalmente exigível de compensar e, além disso, uma «intenção de liquidar numa base líquida» simultaneamente (IAS 32.42). O ING possui o direito legalmente exigível (por contrato) de compensar os montantes sob o acordo de *cash pooling* nocional, bem como a intenção de liquidar numa base líquida. A IFRS baseia-se em princípios e não prescreve como a intenção de liquidar numa base líquida é evidenciada.

Em abril de 2016, o Comité de Interpretação das IFRS (IFRIC) publicou um Aviso de Rejeição da Ordem de Trabalhos (ARN) sobre a compensação do balanço financeiro dos produtos do conjunto de caixa nocional. O assunto no ARN refere-se à questão de saber se determinados acordos de *cash pooling* cumprem os requisitos de compensação de acordo com a IAS 32. O IFRIC ofereceu esclarecimentos adicionais de que a transferência de saldos para uma conta de compensação deve ocorrer no final do período para demonstrar uma intenção de liquidar numa base líquida.

Como resultado do ARN, que é aplicável a partir de 6 de abril de 2016, o ING alterou a sua política e prática contabilística e, portanto, como resultado, realiza transferências físicas de valores em caixa de determinados clientes sujeitos a acordos de *cash pooling* numa única conta de compensação com base no fim de um período para evidenciar a intenção de liquidar de forma líquida. Esta alteração na política contabilística é contabilizada retrospetivamente. Os valores comparativos são ajustados de acordo com informações adicionais conforme estabelecido abaixo.

Resumo do impacto das alterações nas políticas contabilísticas

A alteração na política contabilística, tal como descrito acima, não tem impacto nas demonstrações consolidadas de lucros e perdas, demonstrações de rendimento integral, demonstrações de fluxos de caixa e nas demonstrações das variações do capital próprio.

Os valores comparativos na demonstração consolidada da posição financeira são influenciados nas rubricas Empréstimos e adiantamentos a clientes, Ativos Totais, Depósitos de clientes e Passivos Totais. Estas rubricas aumentaram em 163 464 milhões de euros e 185 801 milhões de euros a 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 respetivamente

É feita referência à demonstração Consolidada da posição financeira, Nota 6 «Empréstimos e adiantamentos a clientes», Nota 13 «Depósitos de clientes», Nota 30 «Informações sobre áreas geográficas», Nota 33 «Justo valor dos ativos e passivos», Nota 35 «Ativos por vencimentos contratuais», Nota 36 «Passivos por vencimento» e Nota 39 «Compensação de ativos e passivos financeiros».

b) Alterações na apresentação das contas anuais consolidadas e respetivas notas

Em 2016, o ING Bank reformulou a sua apresentação das contas anuais consolidadas e notas relevantes. Quando relevante, os valores comparativos são ajustados em conformidade. As principais alterações na apresentação das contas anuais consolidadas e respetivas notas são as seguintes:

- As demonstrações primárias e outros termos usados nestas demonstrações são renomeados da seguinte forma:
  - O «balanço financeiro consolidado» é renomeado para «demonstração consolidada da posição financeira»,
  - A rubrica «Montantes devidos por bancos» é renomeada para «Empréstimos e adiantamentos a bancos»:
  - A rubrica «Montantes devidos a bancos» é renomeada para «Depósitos de bancos»;
  - A rubrica «Depósitos de clientes e outros fundos em depósito» é renomeada para «Depósitos de clientes»;
  - A rubrica «Participação minoritária» é renomeada para «Participação não controladora»;
  - A «Conta consolidada de lucros e perdas» é renomeada para «Demonstração consolidada de lucros ou perdas»; e
  - A nomenclatura das rubricas de rendimento e despesas, especificamente relacionados com os Juros e a Comissão, foi simplificada para esclarecimentos adicionais.
- A demonstração consolidada da posição financeira foi alterada da seguinte forma:
  - A ordem das rubricas apresentadas foi alterada para apresentar ativos, passivos e capital próprio por ordem de liquidação;
  - A rubrica «Investimentos imobiliários» é agora incluída na rubrica «Outros ativos» e renomeada para «Propriedades de investimento»;
  - Os «ativos e passivos por impostos diferidos e correntes» são agora apresentados separadamente (anteriormente incluídos na rubrica «Outros ativos e passivos»);
  - As «provisões», tal como anteriormente incluídas na rubrica «Outros ativos», são agora apresentadas separadamente;
  - A rubrica «Empréstimos subordinados» inclui a rubrica «Outros financiamentos contraídos» (previamente apresentada separadamente);
  - A apresentação do capital próprio é alterada para apresentar mais detalhadamente os componentes dos «Capitais próprios de acionistas (empresa-mãe)»; e
  - As rubricas de ativos Empréstimos e adiantamentos a bancos, Empréstimos e adiantamentos a clientes e as rubricas de passivos Depósitos de bancos, Depósitos de clientes, incluía previamente os montantes para Itens a serem liquidados. Os itens a serem liquidados estão agora incluídos em Outros ativos e Outros passivos, respetivamente. Com base na materialidade, os valores comparativos, a 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não foram ajustados.
- A demonstração consolidada de lucros e perdas é alterada da seguinte forma:
  - A ordem das rubricas apresentadas foi alterada para apresentar os componentes do «Rendimento total» em maior consonância com o negócio principal do ING;
  - Os resultados da avaliação dos derivados não negociados e dos resultados líquidos em operações financeiras foram combinados numa única rubrica;
  - O rendimento dos juros na carteira de negociação foi dividido em duas rubricas: «O rendimento dos juros em derivados de negociação» e o «Rendimento dos juros noutra carteira de negociação»; e
  - As despesas com juros em passivos detidos para negociação foram divididas em duas rubricas: «As despesas com juros em derivados de negociação» e as «Despesas com juros noutra carteira de negociação».
- Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
  - O pagamento de contribuição definida para planos de pensão foi anteriormente apresentado em «Ajustado para: outro» e agora é apresentado em «provisões e outros passivos». Os montantes comparativos foram ajustados em conformidade.

c) Alterações às IFRS em vigor em 2016

O ING Bank aplicou, pela primeira vez, uma série de interpretações e alterações às normas para os períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016. Além da alteração da política contabilística descrita acima, a implementação destas alterações teve um impacto insignificante na posição financeira consolidada, resultado líquido, outros rendimentos integrais e divulgações do ING Bank. O ING Bank não adotou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas que ainda não está em vigor.

d) Próximas alterações às IFRS depois de 2016

Alterações às IFRS em vigor de 2017 em diante

As seguintes alterações publicadas não são obrigatórias para 2016 e ainda não foram adotadas precocemente pelo banco. Estas alterações são efetivas para períodos anuais de 2017 (e 2018 para parte do ciclo anual de melhorias) mas ainda não foram aprovadas pela UE. A implementação destas alterações não terá qualquer impacto significativo nos resultados ou posição financeira do ING Bank.

Lista das próximas alterações às IFRS que são aplicáveis ao ING Bank:
- Alterações à IAS 12 «Imposto sobre o rendimento»: Reconhecimento dos Ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas;
- Alterações à IAS 7 «Demonstração dos fluxos de caixa: Iniciativa de Divulgação»; e
- Ciclo Anual de Melhorias 2014 – 2016

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - «Instrumentos Financeiros» foi emitida pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) em julho de 2014 e aprovada pela UE em novembro de 2016. A IFRS 9 irá substituir a IAS 39 - «Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração» e inclui requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, desvalorização de ativos financeiros e contabilidade de cobertura. Os novos requisitos entram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018. O ING Bank decidiu aplicar os requisitos de classificação, medição e desvalorização retrospetivamente, ajustando o balanço financeiro de abertura e capital próprio de abertura a 1 de janeiro de 2018, sem atualização dos períodos comparativos. O ING também escolheu não adotar antecipadamente as alterações introduzidas pela IFRS 9 para passivos financeiros, onde os movimentos no próprio crédito para passivos financeiros designados ao justo valor através de lucros ou perdas serão apresentados em outros rendimentos integrais.

IFRS 9 Governação e estado do programa
A estrutura do Programa da IFRS 9 foi configurada com base nos três pilares da norma IFRS 9: Classificação e Mensuração, Desvalorização e Contabilidade de Cobertura. Estes fluxos de trabalho centrais são composto por especialistas de Finanças, Risco, Tesouraria Bancária, Operações e o negócio. O Conselho Técnico da IFRS 9 é composto pelos chefes de diversas funções de Finanças e Risco que apoiam o Comité de Direção da IFRS 9 através da revisão das interpretações da IFRS 9, a orientação central e as instruções conforme preparado pelos fluxos de trabalho centrais. O Comité de Direção da IFRS 9 é o principal órgão de decisão e é formado por gestores seniores de Finanças do Grupo, Operações Financeiras, Banca de Retalho, Risco de Crédito e Comercial, Operações de Risco, Tesouraria Bancária, Gestão de Risco do Balanço Financeiro e Serviços de Empréstimo do Wholesale Banking. Além disso, foi criada uma rede internacional da IFRS 9 dentro do ING para ligar todos os países à equipa central, de modo a garantir a consistência na implementação. O Conselho de Administração Bancária e a Comissão de Auditoria são periodicamente atualizados sobre a IFRS 9 e serão ativamente envolvidos nas decisões futuras.

De modo a aumentar a transparência e comparabilidade entre os bancos, em novembro de 2015, o Grupo de Trabalho de Melhor Divulgação (EDTF) publicou um relatório sobre as divulgações recomendadas da IFRS 9 que pode ser útil para ajudar o mercado a compreender as próximas alterações, como resultado da utilização da abordagem Perda de Crédito Esperada (PCE). Uma vez que a IFRS 9 é efetiva a 1 de janeiro de 2019, o EDTF recomendou divulgações para os períodos anteriores às demonstrações financeiras de 2018, com o objetivo de promover a consistência e a comparabilidade entre os bancos internacionalmente ativos.

O Programa da IFRS 9 está a ser implementados em várias funções, negócios e países. As Políticas Contabilísticas Bancárias também estão a ser atualizadas para ficarem de acordo com a IFRS 9. In 2017, serão realizadas execuções paralelas para garantir a prontidão da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018.

Classificação e Mensuração
A IFRS 9 baseia-se numa única abordagem de classificação e mensuração para ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que são geridos e as suas características de fluxo de caixa. Os ativos financeiros são, portanto, classificados na sua totalidade, em vez de serem sujeitos a requisitos complexos de bifurcação.

São usados dois critérios para determinar de que forma os ativos financeiros devem ser classificados e mensurados ao Custo Amortizado, Justo valor através de Outros Rendimentos Integrais (FVOCI) ou Justo Valor através de ganhos e perdas (FVPL):

1. A avaliação do Modelo de Negócios é realizada para determinar como uma carteira de instrumentos financeiros como um todo, é gerida de modo a classificá-la como Detido para Recolha, Detido para Recolha e Venda ou Outro Modelo de Negócios; e
2. O teste de características do fluxo de caixa contratual é realizado para determinar se os instrumentos financeiros dão origem a fluxos de caixa que são Apenas Pagamentos de Capital e Juros (SPPI).

Em 2016, a equipa central finalizou um Plano do Modelo de Negócios baseado na estrutura da organização e todas as entidades do Banco através de discussões com várias partes das funções de negócios, finanças e de risco. A equipa central criou e comunicou os modelos do Modelo de Negócios que, mais tarde, foram adaptados por equipas de projeto locais para se inserirem na organização local, bem como a estrutura de negócios local e a oferta de produtos.

A equipa central também concluiu uma abordagem para a realização do teste de SPPI e está no processo de realizar uma análise detalhada das características do fluxo de caixa dos nossos ativos financeiros para detetar se cumprem os critérios de SPPI. O teste de SPPI é realizado em grupos de ativos que têm um conjunto de características semelhantes, resultando numa população homogénea. Quando os testes são realizados a nível local, essas equipas locais são formadas e apoiadas pela equipa central para garantir que a IFRS 9 é compreendida e implementada de forma consistente em todo o Banco.

Em 2017, o foco será concluir o teste de SPPI e formalizar a gestão para incluir as alterações trazidas pela IFRS 9 nos negócios diários e nos ciclos de relatos financeiros para garantir a conformidade contínua.

Impacto
O ING está atualmente a avaliar o impacto desta IFRS 9 na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros. A classificação e mensuração de passivos financeiros permanece essencialmente a mesma que no âmbito da IAS 39.

Desvalorização

O modelo da Perda de Crédito Esperada (PCE) é mais avançado do que o modelo de perda incorrida no âmbito da IAS 39. As estimativas da PCE são obrigadas a ser imparciais, ponderadas pela probabilidade e devem incluir informação sustentável sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições económicas futuras. A PCE deve refletir vários cenários macroeconómicos e incluir o valor temporal do dinheiro. O modelo da PCE aplica-se a todos os ativos financeiros no saldo contabilizados no custo amortizado e no FVOCI, como empréstimos e títulos de dívida, bem como itens fora do saldo, como determinados compromissos de empréstimos, garantias financeiras e facilidades de crédito renováveis não utilizadas.

Abordagem de três fases
O ING Bank irá aplicar a abordagem em três fases IFRS9 para medir as perdas de crédito esperadas.

- Etapa 1: PCE de 12 meses - produtiva
- Os instrumentos financeiros que não sofreram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial precisam, no reconhecimento inicial, de uma provisão para perdas de crédito esperadas associada à probabilidade de ocorrerem casos de incumprimento dentro dos próximos 12 meses («PCE de 12 meses»).
- Etapa 2: PCE vitalícia - pouco produtiva
- Na eventualidade de haver um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para a PCE resultante de todos os possíveis casos de incumprimentos durante a vida esperada do instrumento financeiro («PCE Vitalícia»).
- Etapa 3: PCE vitalícia - não produtiva
- Instrumentos financeiros que passam para a Etapa Três quando a imparidade do crédito e as compras de ativos com imparidade de crédito exigirem uma provisão da PCE Vitalícia.

Conceitos Principais
O ING Bank visa alinhar a definição de imparidade do crédito no âmbito da IFRS 9 com a definição de incumprimento para fins prudenciais. O ING Bank considera uma imparidade de crédito do ativo financeiro quando ocorrem um ou mais eventos que tenham um impacto prejudicial nos fluxos de caixa estimados desse ativo financeiro. A definição de modificação do ING Bank que não resulta num evento de desreconhecimento refere-se a quaisquer alterações não significativas aos termos contratuais que influenciam (o timing) dos fluxos de caixa contratuais desse ativo financeiro. Caso a modificação resulta numa alteração significativa aos termos contratuais, o ativo é desreconhecido.

O ING Bank estabeleceu uma estrutura para saber se um ativo tem um aumento significativo no risco de crédito. Cada ativo será avaliado na data do relato sobre os impulsionadores para uma deterioração significativa. O ING Bank pretende avaliar o aumento significativo do risco de crédito usando um delta na probabilidade de incumprimento ao longo da vida, estado de tolerância, estado da lista de vigilância, atrasos e o mecanismo de proteção de mais de 30 dias para as transferências da etapa 1 para a etapa 2. A atribuição da etapa será implementada no sistema de risco de crédito central. Em 2017, serão realizadas análises dos movimentos entre as duas etapas em ambas as direções.

Mensuração
O cálculo da PCE será baseado nos modelos de perda esperada do ING Bank (PI, PDI, EI) atualmente utilizados para capital regulamentar, capital económico e provisões coletivas na atual estrutura da IAS 39. O modelo da PCE da IFRS 9 baseia-se nos modelos da CIA, remove o conservadorismo prudencial incorporado (como os patamares de PI) e inclui informações prospetivas com base em indicadores macroeconómicos, tais como taxas de desemprego e crescimento do PIB. Os parâmetros da perda esperada serão determinados usando relações estatísticas históricas e previsões macroeconómicas. Para as carteiras pequenas fora da abordagem da CIA, o quadro existente para provisões por perdas por empréstimos duvidosos será aplicado para definir os parâmetros para medir o risco de crédito. A avaliação do risco ao longo da vida será baseada em observações históricas enriquecidas com informações prospetivas. A série de dados será mais curta em comparação com os ativos sob a abordagem da CIA.

Para medir a PCE, o ING Bank aplica uma abordagem PI x EI x PDI. Para os ativos da etapa 1, será aplicada uma abordagem prospetiva num horizonte de 12 meses. Para os ativos da etapa 2, é tomada uma visão vitalícia sobre os parâmetros subjacentes. A Perda Esperada Vitalícia (PEV) é a soma descontada das porções de perdas vitalícias relacionadas com eventos de incumprimento em cada intervalo temporal de 12 meses. Para a etapa três, a PI é igual a 100 % e a PDI e a EI representam uma visão vitalícia das características das facilidades que estão em incumprimento.

Em 2016, foram recolhidos dados aprimorados de todos os sistemas de origem dentro do ING e foram feitos avanços significativos na implementação dos conceitos da IFRS 9 no sistema central de risco de crédito. Além disso, as carteiras de ativos do ING Bank estão divididas em várias subcarteiras baseadas na classe dos ativos e na jurisdição (por exemplo: hipotecas nos Países Baixos), de modo a medir a PCE de forma mais precisa.

Impacto
Com base no modelo da PCE da IFRS 9, pode esperar-se uma taxa de desvalorização mais volátil à custa das previsões macroeconómicas. Espera-se que os ativos financeiros com risco elevado e perfis de vencimento longo sejam sujeitos a um maior impacto. Uma PCE de 12 meses será reconhecida para todos os ativos financeiros que não sofreram um aumento significativo no risco de crédito. A IFRS 9 exige calcular a PCE vitalícia para os ativos com um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas que não têm imparidade do crédito à data do relato (ou seja, Etapa 2). Esta categoria não existia no âmbito da IAS 39. Estes fatores combinados com os elementos extrapatrimoniais, também no âmbito do modelo da PCE, podem resultar num aumento do nível total de subsídios desvalorizados.

O ING espera que qualquer efeito negativo sobre o capital próprio possa ser parcialmente compensado pela libertação de elementos de perda esperada incluídos no cálculo do capital regulamentar (ou seja, a insuficiência regulamentar). Como o impacto não pode ser quantificado de forma confiável a 31 de dezembro de 2016, o ING pretende quantificar o potencial impacto da IFRS 9, o mais tardar, no Relatório Anual 2017.

Contabilidade de cobertura
Os requisitos de contabilidade de cobertura da IFRS 9 visam simplificar os requisitos gerais de contabilidade de cobertura. Além disso, a IFRS 9 visa alinhar, mais estreitamente, a contabilidade de cobertura com a gestão do risco. Todas as estratégias de microcontabilidade de cobertura, bem como a macrocontabilidade de cobertura do fluxo, fazem parte do âmbito da IFRS 9. A macrocobertura do justo valor está, atualmente, fora do âmbito da IFRS 9.

O ING Bank realizou uma avaliação do impacto dos novos requisitos de contabilidade de cobertura. Com base no resultado desta avaliação, o ING Bank tomou a decisão de continuar a aplicar a IAS 39 para a contabilidade de cobertura, incluindo a aplicação da «dissociação» da UE, conforme explicitamente permitido pela IFRS 9. O ING Bank irá implementar as divulgações de contabilidade de cobertura revistas, como exigido pela IFRS 7 - «Instrumentos Financeiros: Divulgações a partir de 1 de janeiro de 2018.

IFRS 15 «Receitas de Contratos com Clientes»

A IFRS 15 «Receitas de Contratos com Clientes» é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018 e foi aprovada pela UE em setembro de 2016. A IFRS 15 apresenta uma abordagem de em cinco etapas para reconhecer a receita quando as obrigações de desempenho acordadas são cumpridas. As obrigações de desempenho acordadas são promessas individuais feitas ao cliente que oferecem benefícios da perspetiva do cliente. A receita deve ser reconhecida num determinado momento ou ao longo do tempo, dependendo do serviço a ser oferecido ao cliente. A norma pode aplicar-se retrospetivamente, embora a isenção temporária esteja disponível. As taxas relacionadas com o rendimento efetivo do empréstimo que são apresentadas em Rendimento dos juros e taxas de garantia bancária não estão no âmbito da IFRS 15. O ING está atualmente a avaliar o fluxo de receitas das receitas de comissões.

IFRS 16 «Locações»

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 «Locações», a nova norma contabilística para locações. A nova norma entra em vigor para períodos anuais com início a ou depois de 1 de janeiro de 2019 e irá substituir a IAS 17 «Locações» e a IFRIC 4 «Determinar se um Acordo contém uma Locação». A IFRS 16 ainda não está aprovada pela UE. A nova norma remove para a contabilidade do locatário, a distinção entre locações operacionais ou financeiras, resultando em todas as locações a serem tratadas como locações financeiras. Todas as locações serão reconhecidas na demonstração da posição financeira, com exceção de locações opcionais a curto prazo, com um prazo de locação inferior a 12 meses e locações de ativos de baixo valor (por exemplo, telemóveis ou portáteis). Um locatário é obrigado a reconhecer de ativo de direito de utilização que represente o seu direito de utilizar o ativo locado subjacente e um passivo de locação que represente a sua obrigação de efetuar pagamentos de locação. O motivo principal para esta alteração é que esta abordagem resultará numa representação mais comparável dos ativos e passivos de um locatário em relação a outras empresas e, juntamente com divulgações aprimoradas, proporcionará maior transparência de alavancagem de um locatário e do capital empregue. A norma permite que um locatário opte por uma retrospetiva completa ou uma abordagem de transição retrospetiva modificada. Além disso, a norma oferece algumas opções práticas e isenções para facilitar os custos de transição. A contabilidade do locador permanece substancialmente inalterada. O ING adotará a norma na sua data efetiva e atualmente está a avaliar o impacto dessa norma.

e) Políticas contabilísticas críticas

O ING Bank identificou as políticas contabilísticas que são mais críticas para as suas operações de negócios e para a compreensão dos seus resultados. Estas políticas contabilísticas críticas são aquelas que envolvem as decisões ou avaliações mais complexas ou subjetivas e que estão relacionadas com as provisões para perdas por empréstimos duvidosos, desvalorizações de goodwill, provisões e a determinação dos justos valores dos ativos e passivos financeiros. Em cada caso, a determinação destes itens é fundamental para a condição financeira e resultados das operações e requer que a administração faça julgamentos complexos com base em informações e dados financeiros que podem mudar em períodos futuros. Como resultado, as determinações a respeito destes itens envolvem a utilização de pressupostos e julgamentos subjetivos em relação a eventos futuros e estão sujeitas a alterações, uma vez que a utilização de diferentes pressupostos ou dados poderia produzir resultados significativamente diferentes. Para uma discussão mais aprofundada sobre a aplicação destas políticas contabilísticas, é feita referência às notas aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e à informação na secção
f) «Princípios de avaliação e determinação de resultados».

Provisões para Perdas por Empréstimos Duvidosos

As provisões para perdas por empréstimos duvidosos são reconhecidas com base num modelo de perdas incorridas. Uma ponderação considerável é exercida na determinação da extensão da provisão para perdas por empréstimos duvidosos (desvalorização) e baseia-se na avaliação do risco, por parte da administração, na carteira, atuais condições económicas, experiência de perda nos últimos anos e tendências de crédito, industriais, geográficas e de concentração. As alterações em tais julgamentos e análises podem levar a alterações nas provisões para perdas por empréstimos duvidosos ao longo do tempo.

A identificação da desvalorização e a determinação da quantia recuperável são processos inerentemente incertos que envolvem vários pressupostos e fatores, incluindo a condição financeira da contraparte, os futuros fluxos de caixa esperados, preços de mercado observáveis e preços de venda líquidos esperados.

Os fluxos de caixa futuros numa carteira de ativos financeiros que são coletivamente avaliados quanto à desvalorização são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos ativos na carteira e na experiência histórica de perdas para ativos com características de risco de crédito semelhantes aos da carteira. A experiência histórica de perdas é ajustada com base nos atuais dados observáveis para refletir os efeitos das condições atuais que não afetaram o período em que a experiência histórica de perda se baseia e para retirar os efeitos das condições, que não existem atualmente, no período histórico. Os atuais dados observáveis podem incluir alterações nas taxas de desemprego, preços dos imóveis e preços dos produtos. A metodologia e pressupostos utilizados para estimar os futuros fluxos de caixa são revistos regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perdas e a real experiência de perda.

Desvalorização do goodwill

O ING avalia em cada período de relato, se há uma indicação de que um ativo intangível pode ser desvalorizado. Independentemente de haver uma indicação de desvalorização, os ativos intangíveis com vida útil indefinida, goodwill adquirido numa combinação de negócios e ativos intangíveis ainda não disponíveis para utilização, são testados anualmente para a depreciação. O goodwill é alocado a grupos de UGC (ou seja, o grupo das unidades geradoras de caixa ou UGC) para efeitos de testes de desvalorização. Estes grupos de UGC representam o nível mais baixo a que o goodwill é monitorizado para efeitos de gestão interna. O goodwill é testado quanto à desvalorização, comparando o valor contabilístico do grupo de UGC à melhor estimativa da quantia recuperável desse grupo de UGC. O valor contabilístico é determinado como o valor líquido do ativo das IFRS, incluindo o goodwill. A quantia recuperável é estimada como a maior do valor justo menos os custos de alienação e o valor em utilização. São aplicadas várias metodologias para descobrir a melhor estimativa da quantia recuperável. A desvalorização do goodwill, se aplicável, está incluída na demonstração de lucros e perdas em Outras despesas operacionais.

A identificação da desvalorização é um processo inerentemente incerto que envolve vários pressupostos e fatores, incluindo a condição financeira da contraparte, os futuros fluxos de caixa esperados, dados estatísticos relativos à perda, taxas de desconto e preços de mercado observáveis, etc. As estimativas e os pressupostos baseiam-se no juízo feito pela administração e outras informações disponíveis antes da emissão das demonstrações financeiras. Podem ocorrer resultados significativamente diferentes, à medida que as circunstâncias mudam e a informação adicional se torna conhecida.

Provisões

Uma provisão envolve uma obrigação presente resultante de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte numa saída de recursos que incluem benefícios económicos, contudo, a periodicidade ou o valor são incertos. As provisões são descontadas quando o efeito do valor temporal do dinheiro é significativo, utilizando uma taxa de descontos antes de impostos. O reconhecimento e mensuração de provisões é um processo inerentemente incerto que envolve determinar quando existe uma obrigação presente e estimativas sobre os montantes e o cronograma dos fluxos de caixa. Mesmo em consulta com especialistas legais, o montante provisionado pode permanecer sensível aos pressupostos utilizados, que podem ter uma série de resultados que é difícil de quantificar.

As provisões de reorganização incluem benefícios dos funcionários por cessação de emprego quando o Banco está comprovadamente empenhado em rescindir o emprego dos atuais funcionários, de acordo com um plano formal detalhado sem possibilidade de retirada, ou prestando benefícios por cessação como resultado de uma oferta feita para incentivar o despedimento voluntário.

Um passivo é reconhecido por uma taxa quando a atividade que desencadeia o pagamento, conforme identificado pela legislação pertinente, ocorre. Para uma taxa que é acionada ao atingir um limite mínimo, o passivo é reconhecido apenas após atingir o limite mínimo especificado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor, enquanto que os ativos e passivos financeiros classificados como detidos para negociação ou designados ao justo valor através dos lucros ou perdas e ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são subsequentemente medidos ao justo valor nas demonstrações financeiras .

O justo valor é definido como o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre os participantes do mercado na data da medição. Utiliza os pressupostos que os participantes do mercado usariam e leva em consideração as características do ativo ou passivo que os participantes do mercado terão em consideração ao avaliar o ativo ou o passivo. Os valores justos de ativos e passivos financeiros são baseados em preços de mercado cotados não ajustados, quando disponíveis. Esses preços de mercado cotados são obtidos principalmente a partir de preços de troca para os instrumentos financeiros listados. Quando não está disponível um preço de troca, os preços cotados num mercado ativo podem ser obtidos a partir de fornecedores de mercado independentes, corretores ou criadores de mercado. No geral, as posições são avaliadas ao preço de compra para uma posição longa e o preço de oferta para uma posição curta ou são avaliados ao preço dentro do diferencial compra-oferta que é mais representativo do valor justo nestas circunstâncias. Em alguns casos em que as posições são marcadas a preços médios de mercado, calcula-se um ajuste do valor justo. Quando os mercados apresentam menor liquidez, pode haver uma variedade de preços para o mesmo título de diferentes fontes de preços; selecionar o preço mais adequado requer julgamento e poderia resultar em diferentes estimativas de valor justo.

Os preços de mercado cotados não estão disponíveis para determinados ativos e passivos financeiros. Para estes ativos e passivos financeiros, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Estas técnicas de avaliação variam entre desconto de fluxos de caixa e vários modelos de avaliação, onde os fatores de preços relevantes, incluindo o preço de mercado dos instrumentos de referência subjacentes, parâmetros de mercado (volatilidades, correlações e notações de risco) e comportamento do cliente são considerados. O ING maximiza o uso de contributos observáveis no mercado e minimiza o uso de contributos não observáveis na determinação do justo valor. Pode ser subjetivo dependente do significado da contribuição não observável para a avaliação geral. Todas as técnicas de avaliação estão sujeitas a revisão e aprovação internas. A maior parte dos dados utilizados nestas técnicas de avaliação é validada numa base diária.

Quando um grupo de ativos financeiros e passivos financeiros é gerido com base nas suas exposições ao risco líquido, mede o justo valor de um grupo de ativos e passivos financeiros numa base de carteira líquida.

Para incluir o risco de crédito no justo valor, o ING aplica ajustes de avaliação de crédito e de débito (CVA, DVA). As próprias dívidas emitidas e os títulos estruturados que são medidos pelo justo valor são ajustados para o risco de crédito por meio de um DVA. Além disso, os derivados valorizados ao justo valor são ajustados para o risco de crédito por um CVA. O CVA é de natureza bilateral, tanto o risco de crédito da contraparte, bem como o risco de crédito no ING estão incluídos no ajuste. Todos os dados inseridos que são utilizados na determinação do CVA são baseados em dados de mercado implícitos. Além disso, o risco de correlação desfavorável (quando a exposição a uma contraparte está a aumentar e a qualidade de crédito dessa contraparte se deteriora) e o risco de correlação favorável (quando a exposição a uma contraparte está a aumentar e a qualidade de crédito dessa contraparte melhora) são tido em consideração na medição do ajuste de avaliação. O ING aplica um «ajuste de avaliação de financiamento» (AAF) com base no preço de mercado da liquidez de financiamento e é aplicado aos derivados não garantidos.

As técnicas de avaliação são de natureza subjetiva e o julgamento significativo está envolvido no estabelecimento de valores justos para determinados ativos e passivos financeiros. As técnicas de avaliação envolvem vários pressupostos sobre os fatores de determinação de preços. A utilização de diferentes técnicas de avaliação e pressupostos pode produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.

Os testes de preços são realizados para avaliar se o processo de avaliação levou a um valor justo da posição adequado e a um reflexo adequados destas avaliações na demonstração de lucros e perdas. Os testes de preços são realizados para minimizar os potenciais riscos para perdas económicas devido a modelos incorretos ou mal utilizados.

É feita referência à Nota 33 «Justo valor de ativos e passivos» e à secção «Gestão do Risco - Risco de Mercado», parágrafo «Justo valor de ativos e passivos financeiros» para a base da determinação do justo valor de instrumentos financeiros e sensibilidades relacionadas.

f) Princípios de avaliação e determinação de resultados

Consolidação

O ING Bank (o Banco) inclui o ING Bank N.V. (a Empresa-mãe) e todas as outras filiais. As demonstrações financeiras consolidadas do ING Bank incluem as contas do ING Bank N.V e todas as entidades em que detém, direta ou indiretamente, mais de metade do poder de voto ou sobre as quais tenha controlo das políticas operacionais e financeiras através de situações que incluem, nomeadamente:

- Capacidade de nomear ou destituir a maioria do conselho de direção;
- Poder de governar tais políticas sob estatuto ou contrato; e
- Poder sobre mais de metade dos direitos de voto por meio de acordo com outros investidores.

Existe controlo se o ING Bank estiver exposto a retornos variáveis e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio de poder

sobre a investida. Na Nota 43 «Principais filiais» está incluída uma lista das principais filiais.

Uma lista com a informação referida na Secção 379 (1) do Livro 2 do Código Civil Holandês foi apresentada ao escritório do Registo Comercial de Amsterdão, em conformidade com a Secção 379 (5) do Livro 2 do Código Civil Holandês.

A existência e efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados para avaliar se o Banco controla outra entidade.

Para interesses em veículos de investimento, a existência de controlo é determinada tendo em conta os interesses financeiros do ING Bank por risco próprio e o seu papel como gestor de investimentos.

Os resultados das operações e os ativos líquidos das filiais estão incluídos na demonstração de lucros e perdas e na demonstração da posição financeira a partir da data em que o controlo é obtido até à data em que o controlo é perdido. Na alienação, a diferença entre os resultados das vendas, liquidez de custos de transação diretamente atribuíveis e os ativos líquidos está incluída no resultado líquido.

Uma filial que o ING Bank tenha acordado vender, mas que, legalmente, ainda é propriedade do ING Banck pode ser controlada pelo ING Bank na data do balanço financeiro e, assim, ainda ser incluída na consolidação. Essa filial pode ser apresentada como grupo para alienação detido para venda, se forem respeitadas determinadas condições.

Todas as transações entre empresas, balanços e excedentes e défices não realizados em transações entre as empresas do grupo são eliminadas na medida em que não há desvalorização. Sempre que necessário, as políticas contabilísticas utilizadas pelas filiais são alteradas para garantir a consistência com as políticas do grupo. No geral, as datas de relato das filiais são as mesmas que a data de relato do ING Bank N.V

O ING Bank N.V. e as suas empresas do grupo holandês estão sujeitas a restrições legais em relação ao montante dos dividendos que podem pagar aos seus acionistas. O Código Civil Holandês contém a restrição de que os dividendos só podem ser pagos até um montante igual ao excesso dos fundos próprios da empresa através do capital e reservas realizadas exigidas por lei. Além disso, algumas empresas do Banco estão sujeitas a restrições sobre a quantidade de fundos que podem transferir sob a forma de dividendos, ou de outra forma, para a empresa-mãe.

Por outro lado, além das restrições em relação aos requisitos mínimos de capital que são impostos por reguladores da indústria nos países em que as filiais operam, existem outras limitações em certos países.

Utilização de estimativas e pressupostos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer a utilização de estimativas e pressupostos. Estas estimativas e pressupostos afetam os valores de ativos e passivos e os valores dos passivos contingentes apresentados na data do balanço financeiro, bem como rendimento e despesas apresentadas para o ano. O resultado real pode divergir destas estimativas.

O processo de definição de pressupostos está sujeito a procedimentos de controlo interno e aprovações e tem em consideração estudos internos e externos, estatísticas da indústria, fatores e tendências ambientais e requisitos regulamentares.

Relato por segmentos

Um segmento é um componente distinguível do Banco, empenhado em oferecer produtos ou serviços, sujeito a riscos e retornos que são diferentes dos de outros segmentos monitorizados pela administração. Uma área geográfica é um componente distinguível do Banco empenhado em oferecer produtos ou serviços dentro de um ambiente económico específico que está sujeito a riscos e retornos que são diferentes dos segmentos que operam noutros ambientes económicos. As análises geográficas baseiam-se na localização do escritório a partir do qual as transações são originadas.

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Banco são medidos utilizando a moeda do principal ambiente económico em que a entidade atua (a moeda funcional). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em euros, que é a moeda de apresentação do ING Bank.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio em vigor na data das transações. As diferenças cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio dos ativos e passivos no final do ano denominados em moeda estrangeira são reconhecidas na demonstração de lucros e perdas, salvo quando diferidas do capital próprio como parte das coberturas de fluxo de caixa qualificadas ou coberturas de investimento líquido qualificadas.

As diferenças cambiais em itens não monetários, medidas ao justo valor através de lucros e perdas, são apresentadas como parte do lucro ou perda de justo valor. Os itens não monetários são reconvertidos à data em que o justo valor é determinado. As diferenças cambiais em itens não monetários, medidas ao justo valor através da reserva de reavaliação, são incluídas na reserva de reavaliação em capital próprio.

Normalmente, as diferenças cambiais na demonstração de lucros e perdas são incluídas nos «Resultados de avaliação e resultados líquidos em operações financeiras.» É feita referência à Nota 21 «Resultados de avaliação e resultados líquidos em operações financeiras», que divulga os montantes incluídos na demonstração de lucros e perdas. As diferenças cambiais relativas à eliminação de títulos de dívida e títulos de capital próprio disponíveis para venda são consideradas uma parte inerente dos lucros e perdas de capital reconhecidos nos rendimentos de investimento. Como mencionado abaixo nas empresas do Banco relativas às cessões das empresas do grupo, qualquer diferença cambial diferida em capital próprio é reconhecida na demonstração de lucros e perdas em «Resultado na alienação de empresas do grupo.» Também é feita referência à Nota 18 «Capital Próprio», que divulga os valores incluídos na demonstração de lucros e perdas.

Empresas do banco

Os resultados e posições financeiras de todas as empresas do Banco que têm uma moeda funcional diferentes da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação da seguinte forma:

- Os ativos e passivos incluídos em cada demonstração da posição financeira são convertidos à taxa de fecho dessa demonstração da posição financeira;
- O rendimento e despesas incluídos em cada demonstração de lucros e perdas são convertidos às taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transações, caso em que o rendimento e as despesas são convertidos nas datas das transações); e
- Todas as diferenças cambiais são reconhecidas num componente individual do capital próprio.

Na consolidação, as diferenças cambiais decorrentes da conversão de um item monetário que faça parte de um investimento líquido numa operação no estrangeiro, e de empréstimos e outros instrumentos designados como coberturas desses investimentos, são absorvidas pelo capital próprio dos acionistas. Quando uma operação no estrangeiro é vendida, as diferenças cambiais correspondentes são reconhecidas na demonstração de lucros e perdas como parte do lucro ou perda na venda.

Os ajustes ao goodwill e ao justo valor decorrentes da aquisição de uma operação no estrangeiro são tratados como ativos e passivos da unidade operacional estrangeira e convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço financeiro.

Reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros

Reconhecimento de ativos financeiros

Todas as aquisições e vendas de ativos financeiros classificados ao justo valor através de lucros ou perdas, detidas até ao vencimento e disponíveis para venda que exigem a entrega dentro do prazo estabelecido por regulamentação ou convenção de mercado (aquisições e vendas «de forma regular») são reconhecidas na data de transação, que é a data em que o Banco se compromete a adquirir ou vender o ativo. Os empréstimos e os valores a receber são reconhecidos na data de liquidação, que é a data em que o banco recebe ou entrega o ativo.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos financeiros tenham vencido ou quando o Banco tiver transferido, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade. Se o Banco não transfere nem retém, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade de um ativo financeiro, desreconhece o ativo financeiro se já não tiver controlo sobre o ativo.

Lucros e perdas realizados em ativos financeiros

Para os ativos financeiros ao custo amortizado, os lucros e perdas realizados em investimentos são determinados como a diferença entre os resultados das vendas e o custo (amortizado). Para os ativos financeiros disponíveis para venda, os ajustes de justo valor acumulado em outros rendimentos integrais são incluídos na demonstração de lucros e perdas quando o ativo é alienado. Para os títulos de capital próprio, o custo é determinado utilizando uma média ponderada por carteira. Para os títulos de dívida, o custo é determinado por identificação específica.

Reconhecimento de passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos na data em que a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Geralmente, estes contratos não são reconhecidos a menos que uma das partes tenha realizado ou que o contrato seja um contrato de derivados não isento do âmbito da IAS 39.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Os passivos financeiros retirados do balanço financeiro quando a obrigação especificada no contrato é descarregada, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contabilístico de um passivo financeiro extinto e a consideração paga é reconhecida nos lucros ou perdas.

Classificação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas

Os ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas incluem os títulos de capital próprio, os títulos de dívida, derivados, empréstimos e valores a receber e outros, e incluem as seguintes subcategorias: ativos detidos para negociação, derivados não negociados e ativos financeiros designados ao justo valor através de lucros ou perdas pela administração. Os passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas incluem as seguintes subcategorias: passivos detidos para negociação, derivados não negociados e outros passivos financeiros designados ao justo valor através dos lucros ou perdas pela administração. Os passivos detidos para negociação incluem os títulos de capital próprio, os títulos de dívida, fundos em depósito e derivados.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é classificado como ao justo valor através de lucros e perdas se adquirido principalmente com o propósito de venda a curto prazo ou se designado pela administração como tal. A administração fará esta designação apenas se isto eliminar uma inconsistência de medição ou se os ativos e passivos relativos forem geridos numa base de justo valor.

Os custos de transação no reconhecimento inicial são registados à medida que são efetuados. O rendimento e despesas dos juros de instrumentos financeiros é classificada pelo justo valor através dos lucros e perdas é reconhecido nos resultados do rendimento dos juros e avaliação e resultados líquidos em operações financeiras na demonstração de lucro ou perda, usando o método do juro efetivo.

O rendimento de dividendos dos instrumentos de capital próprio classificado como ao justo valor através dos lucros e perdas é geralmente reconhecido no Rendimento dos investimentos na demonstração de lucros e perdas quando o dividendo tiver sido declarado. Para os derivados, é feira referência à secção «Derivados e contabilidade de cobertura»

Investimentos

Os investimentos (incluindo empréstimos cotados em mercados ativos) são classificados como detidos até ao vencimento ou disponíveis para venda e são inicialmente reconhecidos ao justo valor mais os custos de transação. Os títulos de dívida de investimento e empréstimos cotados em mercados ativos com vencimento fixo onde a administração tem a intenção e a capacidade de manter o vencimento são classificados como detido até ao vencimento. Os títulos de investimento e empréstimos ativamente negociados destinados a ser detidos por um período de tempo indefinido, que podem ser vendidos em resposta às necessidades de liquidez ou alterações nas taxas de juros, taxas de câmbio ou preços das ações, são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem títulos de dívida disponíveis para venda e títulos de capital próprio disponíveis para venda. Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente reconhecidos ao justo valor mais os custos de transação. Para títulos de dívida disponíveis para venda, a diferença entre o custo e o valor de resgate é amortizada. O rendimento dos juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo. Os ativos financeiros disponíveis para venda são subsequentemente medidas ao justo valor. O rendimento dos juros dos títulos de dívida classificado como disponível para venda é reconhecido no Rendimento dos juros na demonstração de lucros e perdas. O rendimento de dividendos dos instrumentos de capital próprio classificado como disponível para venda é reconhecido no Rendimento dos investimentos na demonstração de lucros e perdas quando o dividendo tiver sido declarado. Os lucros e perdas não realizados decorrentes das alterações ao justo valor são reconhecidos no capital próprio e são reciclados para demonstração de lucros e perdas como Rendimento dos investimentos quando o ativo é alienado. Os investimentos em títulos sensíveis ao pré-pagamento, como as parcelas Apenas de Juros e Apenas de Capital, são geralmente classificados como disponíveis para venda.

Investimentos detidos até ao vencimento

Os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo para os quais o Banco tem a intenção positiva e a capacidade de deter até ao vencimento e que são designados pela administração como ativos detidos até ao vencimento, são inicialmente reconhecidos ao justo valor mais os custos de transação. Posteriormente, são contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método do juro efetivo menos quaisquer perdas por imparidade. O rendimento dos juros dos títulos de dívida classificado como detido até ao vencimento é reconhecido no Rendimento dos juros na demonstração de lucros e perdas utilizando o método do juro efetivo. Os investimentos detidos até ao vencimento incluem apenas títulos de dívida.

Empréstimos e valores e receber

Os empréstimos e valores a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados num mercado ativo. São inicialmente reconhecidos ao justo valor mais os custos de transação. Posteriormente, são contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método do juro efetivo menos quaisquer perdas por imparidade. Os empréstimos e os valores a receber incluem Caixa e disponibilidades com bancos centrais, Empréstimos e adiantamentos a bancos, Empréstimos e adiantamentos a clientes e Outros ativos e refletem-se nestas rubricas na demonstração da posição financeira. O rendimento dos juros dos empréstimos e valores a receber é reconhecido no Rendimento dos juros na demonstração de lucros e perdas utilizando o método do juro efetivo.

Classificação da gestão do risco de crédito

As divulgações da gestão do risco de crédito são fornecidas na secção «Gestão do Risco - Risco de Crédito», parágrafo «Categorias do risco de crédito». A relação entre as classificações do risco de crédito nessa secção e as classificações da demonstração consolidada da posição financeira acima é explicada abaixo:

- O risco antes da liquidação surge quando uma contraparte não cumpre uma transação antes da liquidação e o ING Bank tem de substituir o contrato por uma transação com outra contraparte ao preço de mercado então em vigor (possivelmente desfavorável). A classificação do risco antes da liquidação refere-se principalmente à demonstração da posição financeira da classificação Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas do balanço financeiro (ativos detidos para negociação e derivados não negociados) e financiamento de valores imobiliários;
- O risco do mercado financeiro surge quando o ING Bank coloca depósitos de curto prazo numa contraparte, de modo a gerir o excesso de liquidez e, entre outros, diz respeito às classificações da demonstração da posição financeira dos Empréstimos e adiantamentos a bancos e dos Empréstimos e adiantamentos a clientes;
- O risco de crédito surge quando o ING Bank concede um empréstimo a um cliente, ou emite garantias em nome de um cliente e refere-se, principalmente, à classificação da demonstração da posição financeira de Empréstimos e adiantamentos a clientes e elementos extrapatrimoniais, por exemplo, obrigações sob garantias financeiras e cartas de crédito;
- O risco de investimento compreende o incumprimento do crédito e o risco de migração que está associado à carteira de investimentos do ING Bank e refere-se, principalmente, à classificação da demonstração da posição financeira dos Investimentos (disponíveis para venda e detidos até ao vencimento) do balanço financeiro; e
- O risco de liquidação surge quando existe uma troca de valor (fundos, instrumentos ou matérias-primas) para as mesmas ou diferentes datas de valor e a receção não é verificada ou esperada até que o ING Bank tenha pago ou emitido a sua parte da transação. O risco de liquidação refere-se, principalmente, ao risco decorrente da alienação de instrumentos financeiros que estão classificados como Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas na demonstração da posição financeira (ativos detidos para negociação e derivados não negociados) e Investimentos (disponíveis para venda e detidos até ao vencimento).

Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito para os itens na demonstração da posição financeira é, geralmente, o valor contabilístico para os ativos financeiros relevantes. Para os itens fora do balanço financeiro, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que poderia ser necessário para ser pago. É feita referência à Nota 44 «Passivos contingentes e compromissos» para estes itens fora do balanço financeiro. As garantias recebidas não são tidas em consideração ao determinar a exposição máxima ao risco de crédito.

A forma como o ING Bank gere o risco de crédito e determina as exposições ao risco de crédito para o efeito é explicada na secção «Gestão do Risco - Risco de Crédito», no parágrafo «Apetência do Risco de Crédito e Quadro do Risco de Concentração».

Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado incluem as seguintes subcategorias: ações preferenciais classificadas como dívida, títulos de dívida emitidos, empréstimos subordinados e depósitos de bancos e depósitos de clientes.

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos ao emitir receitas (justo valor da retribuição recebida) líquidas dos custos de transação incorridos. Os empréstimos são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado; qualquer diferença entre as receitas, liquidez dos custos de transação e valor de resgate é reconhecida na demonstração de lucros e perdas durante o período dos empréstimos utilizando o método do juro efetivo.

Se o ING Bank adquirir a sua própria dívida, é retirada da demonstração da posição financeira, e a diferença entre o valor contabilístico do passivo e a retribuição paga é incluída na demonstração de lucros e perdas.

Contratos de garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são contratos que requerem que o emitente faça pagamentos especificados para reembolsar o detentor por uma perda em que incorre porque um devedor especificado não efetua os pagamentos quando devidos, em conformidade com os termos de um instrumento de dívida. Estas garantias financeiras são inicialmente reconhecidas ao justo valor e posteriormente medidas pelo maior valor da melhor estimativa descontada da obrigação de garantia e o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada para refletir os princípios de reconhecimento de receita.

Derivados e contabilidade de cobertura

Os derivados são inicialmente reconhecidos ao justo valor na data em que um contrato de derivados é celebrado e são subsequentemente medidos ao justo valor. Os justos valores são obtidos a partir de preços de mercado cotados em mercados ativos, incluindo transações de mercado recentes e técnicas de avaliação (tais como modelos de fluxo de caixa descontado e modelos de fixação de preços), conforme o caso. Todos os derivados são contabilizados como ativos, quando o seu justo valor é positivo e como passivos, quando o seu justo valor é negativo.

Alguns derivados incluídos noutros contratos são medidos como derivados individuais quando as suas características económicas e os riscos não estão estreitamente relacionados com os do contrato de base, o contrato de base não é contabilizado ao justo valor através de lucros e perdas e se um instrumento com os mesmos termos que o derivado incluído cumprirem a definição de um derivado. Estes derivados incluídos são medidos segundo o justo valor com alterações no justo valor reconhecido na demonstração de lucros e perdas. Quando o Banco se torna parte do contrato é realizada uma avaliação. A reavaliação é realizada somente quando há uma alteração nos termos do contrato que altera, significativamente, os fluxos de caixa esperados.

O método para reconhecer o ganho ou perda do justo valor resultante depende se o derivado for designado como um instrumento de cobertura e, em caso afirmativo, da natureza do item que está a ser coberto. O Banco designa alguns derivados como coberturas do justo valor dos ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes (cobertura de justo valor), coberturas de futuros fluxos de caixa altamente prováveis atribuíveis a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma operação prevista (cobertura de fluxo de caixa) ou coberturas de um investimento líquido numa operação no estrangeiro. A contabilidade de cobertura é utilizada para os derivados designados desta forma, desde que certos critérios sejam cumpridos.

No início da transação, o ING Bank documenta a relação entre os instrumentos de cobertura e os itens cobertos, o seu objetivo de gestão do risco, juntamente com os métodos selecionados para avaliar a eficácia da cobertura. O Banco também documenta a sua avaliação, tanto no início da cobertura e de uma forma contínua, se os derivados que são utilizados nas transações de cobertura são altamente eficazes na compensação de variações nos justos valores ou fluxos de caixa dos itens cobertos.

De acordo com a «dissociação» da UE, o ING Bank aplica a contabilidade de cobertura de justo valor às carteiras de cobertura do risco da taxa de juros (macrocobertura). A macrocobertura «dissociada» da UE permite que um grupo de derivados (ou proporções) seja visto em combinação e conjuntamente designado como o instrumento de cobertura e retira algumas das limitações da contabilidade de cobertura de justo valor relacionadas com a cobertura de depósitos principais e estratégias de cobertura. De acordo com a «dissociação» da UE, a contabilidade de cobertura pode ser aplicada aos depósitos principais e a ineficácia só surge quando a estimativa revista da quantia de fluxos de caixa em intervalos de tempo regulares fica abaixo da quantia designada desse intervalo de tempo.

O ING Bank aplica a contabilidade de cobertura de justo valor às carteiras de cobertura do risco da taxa de juros (macrocobertura) de acordo com a «dissociação» da UE às suas operações de retalho. As exposições líquidas do financiamento de retalho (poupanças e contas correntes) e empréstimos a retalho (hipotecas) são cobertas. As atividades de cobertura são designadas nos termos de uma carteira de cobertura do justo valor sobre as hipotecas. As alterações no justo valor dos derivados são reconhecidas na demonstração de lucros e perdas, juntamente com o ajuste do justo valor sobre as hipotecas (itens cobertos), na medida em que são atribuíveis ao risco de taxa de juros (risco coberto).

Coberturas do justo valor

As alterações no justo valor dos derivados que são designados e qualificados como coberturas do justo valor são reconhecidas na demonstração de lucros e perdas, juntamente com ajustes do justo valor sobre os itens cobertos, na medida em que são atribuíveis ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, o ajuste cumulativo do item coberto é, no caso de instrumentos com juros, amortizado através da demonstração de lucros e perdas ao longo do prazo restante da cobertura original ou diretamente reconhecido quando o item coberto é desreconhecido. Para os instrumentos sem juros, o ajuste cumulativo do item coberto é reconhecido na demonstração de lucros e perdas apenas quando o item coberto é desreconhecido.

Coberturas de fluxo de caixa
A parcela efetiva das alterações no justo valor dos derivados que são designados e qualificados como coberturas de fluxo de caixa é reconhecida no capital próprio. O lucro ou perda relacionado com a parcela ineficaz é imediatamente reconhecido na demonstração de lucros e perdas. Os montantes acumulados no capital próprio são reciclados para a demonstração de lucros e perdas nos períodos em que o item coberto afeta o resultado líquido. Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando uma cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer lucro ou perda cumulativo existente no capital próprio naquele momento, permanece no capital próprio e é reconhecido quando a transação prevista é finalmente reconhecida na demonstração de lucros e perdas. Quando não se espera que ocorra uma transação prevista, o lucro ou perda cumulativo que foi relatado no capital próprio é imediatamente transferido para a demonstração de lucros e perdas.

Coberturas de investimento líquido
As coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro são contabilizadas de forma semelhante às coberturas de fluxo de caixa. Qualquer lucro ou perda no instrumento de cobertura relacionado com a parcela eficaz da cobertura é reconhecido no capital próprio e o lucro ou perda relacionado com a parcela ineficaz é imediatamente reconhecido na demonstração de lucros e perdas. Os lucros e perdas acumulados no capital próprio são incluídos na demonstração de lucros e perdas quando a operação no estrangeiro é alienada.

Derivados não negociados que não se qualificam para a contabilidade de cobertura
Os instrumentos derivados que são utilizados pelo Banco como parte das suas estratégias de gestão do risco, mas que não se qualificam para a contabilidade de cobertura no âmbito das políticas contabilísticas do ING Bank, são apresentados como derivados não negociados. Os derivados não negociados são medidos ao justo valor com alterações no justo valor direcionadas para a demonstração de lucros ou perdas.

Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros
Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido relatado, na demonstração da posição financeira quando o Banco tem um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e tem a intenção de os liquidar numa base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A compensação é aplicada a determinados *swaps* de taxas de juro para os quais são utilizados os serviços de uma câmara de compensação central. A compensação também se aplica a determinados clientes sujeitos a acordos de *cash pooling,* onde a intenção de liquidação líquida é demonstrada através de uma transferência física de valores em caixa numa única conta de compensação com base no fim de um período.

Operações de recompra e operações com acordo de revenda
Os títulos vendidos sujeitos a acordos de recompra («repos») são mantidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os passivos da contraparte estão incluídos nos Depósitos de bancos, Empréstimos subordinados, Depósitos de clientes ou Negociação, conforme apropriado.

Os títulos comprados com acordos de revenda («reverse repos») são reconhecidos como Empréstimos e adiantamentos a clientes, Empréstimos e adiantamentos a bancos ou Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas - Ativos detidos para negociação, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como juros e amortizada ao longo da duração do acordo utilizando o método do juro efetivo.

Desvalorizações de ativos financeiros ao custo amortizado
O ING Bank avalia periodicamente, e em cada data do balanço financeiro, se existem provas objetivas de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está desvalorizado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado e incorre-se em perdas por imparidade se, e somente se, houver uma prova objetiva de depreciação como resultado de um ou mais acontecimento que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, mas antes da data do balanço financeiro, (um acontecimento de perda) e esse acontecimento de perda (ou acontecimentos) tem impacto nos futuros fluxos de caixa estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma fiável. As seguintes circunstâncias, entre outras, são consideradas uma prova objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está desvalorizado:

- O mutuário procurou ou foi colocado em falência ou proteção semelhante e isto leva a evitar ou a atrasar os reembolsos do ativo financeiro ;
- O mutuário falhou no reembolso do capital, juros ou taxas e a falta de pagamento permaneceu sem solução por um determinado período de tempo;
- O mutuário demonstrou dificuldades financeiras significativas, na medida em que terá um impacto negativo em fluxos de caixa futuros do ativo financeiro;
- A obrigação de crédito foi reestruturada por razões não comerciais. O ING Bank concedeu concessões, por razões económicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do mutuador, cujo efeito é uma redução nos futuros fluxos de caixa esperados do ativo financeiro; e
- A experiência histórica, atualizada para acontecimentos atuais quando necessário, oferece provas de que uma parte de um grupo de ativos está depreciada, embora os acontecimentos relacionados, que representam desencadeadores de desvalorização, ainda não estejam capturados pelos sistemas de risco de crédito do ING Bank.

Em determinadas circunstâncias, o ING concede um adiamento e/ou redução do capital do empréstimo e/ou pagamento de juros ao mutuador durante um período de tempo para maximizar as oportunidades de coleta e, se possível, evitar o incumprimento, encerramento ou recuperação. Quando esse adiamento e/ou redução do capital do empréstimo e/ou pagamento de juros é executado com base em preocupações de crédito, também é referido como «tolerância». No geral, a tolerância representa um desencadeador de desvalorização nos termos das IFRS. Em tais casos, o valor presente líquido do adiamento e/ou redução do capital do empréstimo e/ou pagamento de juros é tido em consideração na determinação do nível adequado de aprovisionamento para Perdas por Empréstimos Duvidosos. Se a tolerância resultar numa modificação substancial dos termos do empréstimo, o empréstimo original é anulado e um novo empréstimo é reconhecido pelo seu justo valor na data da modificação. O Banco determina se houve uma modificação substancial usando fatores quantitativos e qualitativos.

O Banco não considera acontecimentos que possam vir a ocorrer no futuro como prova objetiva e, consequentemente, não são utilizados como base para concluir que um ativo financeiro ou grupo de ativos é desvalorizado.

Na determinação da desvalorização, os futuros fluxos de caixa esperados são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos ativos na carteira e na experiência histórica de perdas para ativos com características de risco de crédito semelhantes às da carteira. A experiência histórica de perdas é ajustada com base nos atuais dados observáveis para refletir os efeitos das condições atuais que não afetaram o período em que a experiência histórica de perda se baseia e para retirar os efeitos das condições, que não existem atualmente, no período histórico. As perdas esperadas como resultado de acontecimentos futuros, não importa quão prováveis sejam, não são reconhecidas.

Em primeiro lugar, o Banco avalia se a prova objetiva de desvalorização existe individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos e, em seguida, individualmente ou coletivamente para ativos financeiros que não são individualmente significativos. Se o Banco determinar que não existe prova objetiva de desvalorização para um ativo financeiro avaliado individualmente, quer seja significativo ou não, inclui o ativo num grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e avalia-os coletivamente para a depreciação. Os ativos que são avaliados individualmente para a desvalorização, e para os quais uma perda por imparidade é ou continua a ser reconhecida, não são incluídos numa avaliação coletiva de desvalorização.

Se existir prova objetiva de que se incorreu numa perda por imparidade num ativo pelo custo amortizado, o valor da perda é medido como a diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não foram incorridas) descontado à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contabilístico do ativo é reduzido através da utilização de uma conta de provisão (Provisão para perdas por empréstimos duvidosos) e o valor da perda é reconhecido na demonstração de lucros e perdas na secção Adição às provisões para perdas por empréstimos duvidosos. Se o ativo tem uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir qualquer perda por imparidade é a atual taxa de juros efetiva determinada nos termos do contrato.

Para efeitos de uma avaliação coletiva da desvalorização, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito semelhantes. Estas características são relevantes para a estimativa de futuros fluxos de caixa para os grupos desses ativos, por serem indicativas da capacidade que o devedor tem de pagar todos os valores devidos de acordo com os termos contratuais dos ativos a serem avaliados. A avaliação coletiva da desvalorização inclui a aplicação de um período de emergência de perda para as probabilidades de incumprimento (também conhecido como período de identificação de perda). O período de emergência de perda é um conceito que reconhece que existe um período de tempo entre o aparecimento de desencadeadores de desvalorização e a altura em que esses acontecimentos são capturados pelos sistemas de risco de crédito do Banco. Por conseguinte, a aplicação do período de emergência de perda garante que as desvalorizações incorridas, mas ainda não identificadas, são adequadamente refletidas nas provisões para perdas por empréstimos duvidosos no Banco. Embora os períodos de emergência de perdas sejam inerentemente incertos, o Banco aplica estimativas às subcarteiras (ex.: grandes empresas, pequenas e médias empresas e carteiras de retalho) que refletem fatores como a frequência com que os clientes na subcarteira divulgam informações sensíveis ao risco de crédito e a frequência com que estão sujeitos a revisão pelos gestores de contas do Banco. Geralmente, a frequência aumenta em relação à dimensão do mutuador. Os períodos de emergência da perda baseiam-se na experiência histórica e são validados, e revistos quando necessário, através de verificações *a posteriori* regulares para garantir que refletem a experiência recente e acontecimentos atuais.

Se, num período subsequente, o valor da perda por imparidade decresce e o decréscimo pode ser objetivamente relacionado com um acontecimento que ocorre após a desvalorização ser reconhecida (como uma desvalorização na notação de risco do devedor), a perda por imparidade previamente reconhecida é revertida pelo ajuste na provisão. O valor da reversão é reconhecido na demonstração de lucros e perdas.

Quando um empréstimo é incobrável, é cancelado mediante a previsão para as perdas por empréstimos duvidosos relacionados. Estes empréstimos são cancelados depois de terem sido concluídos todos os procedimentos necessários e o valor da perda ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores anteriormente cancelados são reconhecidas na demonstração de lucros e perdas.

Na maior parte das carteiras de Retalho, o ING Bank tem uma política de cancelamento que exige 100 % de provisão para toda a exposição a retalho após 2 anos (três anos para hipotecas), a seguir à data do último incumprimento.

A deterioração de outros instrumentos de dívida (empréstimos e investimentos detidos até ao vencimento) faz parte das provisões para perdas por empréstimos duvidosos, conforme descrito acima.

Desvalorização de ativos financeiros disponíveis para venda

Em cada data do balanço financeiro, o Banco avalia se existem provas objetivas de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está desvalorizado. No caso específico de investimentos de capital próprio classificados como disponíveis para venda, é considerada uma queda significativa ou prolongada no justo valor do título abaixo do seu custo para determinar se os ativos estão desvalorizados. «Significativo» e «prolongado» são interpretados numa base caso-a-caso para títulos de capital próprio específicos; geralmente, 25 % e seis meses são utilizados como desencadeadores. Se existir uma prova objetiva para investimentos em créditos ou capital próprio disponíveis para venda, a perda cumulativa - medida como a diferença entre o custo de aquisição e o atual justo valor, menos qualquer perda por imparidade nesse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado líquido - é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração de lucros ou perdas. As perdas por imparidade reconhecidas nos instrumentos de capital próprio nunca podem ser revertidas. Se, num período subsequente, o justo valor de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar e o aumento puder ser objetivamente relacionado com um acontecimento que ocorreu após a perda por imparidade ter sido reconhecida na demonstração de lucros e perdas, a perda por imparidade é revertida através da demonstração de lucros e perdas.

Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos

As filiais são todas as entidades sobre as quais o Banco tem uma influência significativa, mas não o controlo. Geralmente, a influência significativa resulta de uma participação de entre 20% e 50% dos direitos de voto, mas também a capacidade de participar nas políticas financeiras e operacionais através de situações que incluem, nomeadamente, um ou mais dos seguintes procedimentos:

- Representação no Conselho de Direção;
- Participação no processo de formulação de políticas; e
- Intercâmbio de pessoal administrativo.

Os empreendimentos conjuntos são entidades sobre as quais o Banco detém controlo conjunto. O controlo conjunto é a partilha contratualmente acordada de controlo de um acordo ou entidade, que existe apenas quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que partilham o controlo. O controlo conjunto significa que nenhuma das partes do acordo é capaz de agir unilateralmente para controlar a atividade da entidade. As partes do acordo devem agir em conjunto para controlar a entidade e, assim, exercer o controlo conjunto.

Os investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos são inicialmente reconhecidos pelo custo e posteriormente contabilizados utilizando o método de equivalência patrimonial.

O investimento em filiais e empreendimentos conjuntos do ING Bank (líquido de qualquer perda por imparidade acumulada) inclui o goodwill identificado na aquisição. A quota-parte dos lucros ou perdas pós-aquisição das filiais e empreendimentos conjuntos do Banco é reconhecida na demonstração de lucros e perdas e a sua quota-parte de alterações pós-aquisição em reservas é reconhecida no capital próprio. As alterações cumulativas pós-aquisição são ajustadas em relação ao valor contabilístico do investimento. Quando a quota-parte de perdas do Banco numa filial ou empreendimento conjunto é igual ou superior à sua participação na filial ou empreendimento conjunto, incluindo quaisquer outros valores a receber não garantidos, o Banco não reconhece perdas adicionais, exceto se tiver incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da filial ou empreendimento conjunto.

Os lucros e transações não realizados entre o Banco e as suas filiais e empreendimentos conjuntos são eliminados à medida dos juros do Banco nas filiais e empreendimentos conjuntos. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que ofereçam provas de uma desvalorização do ativo transferido. As políticas contabilísticas das filiais e empreendimentos conjuntos foram alteradas, quando necessário, para garantir a consistência com as políticas adotadas pelo Banco. As datas de relato de todas as filiais e empreendimentos conjuntos significativos são consistentes com a data de relato do Banco.

Propriedade e equipamento

Propriedade de uso próprio

Os terrenos e edifícios detidos para uso próprio são reconhecidos ao justo valor na data do balanço financeiro. Os aumentos no valor contabilístico decorrentes da reavaliação dos terrenos e edifícios detidos para uso próprio são creditados na reserva de reavaliação do capital próprio do acionista. A redução do valor contabilístico que compensa os aumentos anteriores do mesmo ativo é cobrada contra a reserva de reavaliação diretamente no capital próprio; as restantes reduções são cobradas na demonstração de lucros e perdas. Os aumentos que revertem uma redução da reavaliação no mesmo ativo, previamente reconhecidos no resultado líquido, são reconhecidos na demonstração de lucros e perdas. A depreciação é reconhecida com base no justo valor e na vida útil estimada (20 a 50 anos, no geral). A depreciação é calculada numa base linear. Na alienação, a reserva de reavaliação relacionada é transferida para os lucros retidos.

O justo valor dos terrenos e edifícios baseia-se em avaliações regulares feitas por avaliadores qualificados independentes ou internamente, semelhante às avaliações dos investimentos imobiliários. O gasto subsequente é incluído no valor contabilístico do ativo quando é provável que os futuros benefícios económicos associados ao item fluirão para o Banco e o custo pode ser medido de forma fiável.

Equipamento

O equipamento é contabilizado pelo custo menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade. O custo dos ativos é depreciado numa base linear durante as suas vidas úteis estimadas que, geralmente, são as seguintes: dois a cinco anos para equipamentos de processamento de dados e quatro a dez anos para instalações e acessórios. As despesas incorridas na manutenção e reparação são reconhecidas na demonstração de lucros e perdas quando incorridas. As despesas incorridas em grandes melhorias são capitalizadas e depreciadas.

Cessões
A diferença entre os produtos de uma alienação e o valor contabilístico líquido é reconhecida na demonstração de lucros e perdas na rubrica Outros rendimentos.

Custos dos empréstimos
Os custos de empréstimos obtidos incorridos pela construção de qualquer ativo qualificado são capitalizados durante o período de tempo que é necessário para concluir e preparar o ativo para a sua utilização pretendida. Os custos de empréstimos obtidos são determinados pelo custo médio ponderado de capital do projeto.

Locações
Determinar se um acordo é ou contém uma locação baseia-se na substância do acordo na data de início.

O ING Bank como locatário
As locações celebradas pelo ING Bank são, essencialmente, locações operacionais. O total de pagamentos efetuados para locações operacionais é reconhecido na demonstração de lucros e perdas, numa base linear, durante o período da locação.

Quando uma locação operacional é terminada antes do período de locação expirar, qualquer sanção pecuniária compulsória a ser feita ao locador é reconhecida como uma despesa no período em que a rescisão ocorre.

O ING Bank como locador
Quando os ativos são detidos sujeitos a uma locação financeira, o valor presente dos pagamentos da locação é reconhecido como um valor a receber com Empréstimos e adiantamentos a clientes ou Empréstimos e adiantamentos a bancos. A diferença entre o valor bruto a receber e o valor presente do valor a receber é o rendimento financeiro da locação não recebido. O rendimento de locação é reconhecido durante o prazo de locação através do método de investimento líquido (antes de impostos), que reflete uma taxa de retorno periódica constante. Quando os ativos são detidos sujeitos a uma locação operacional, os ativos são incluídos nos Ativos sob locações operacionais.

Ativos sob locações operacionais
Os ativos locados segundo locações operacionais em que o ING Bank é o locador são contabilizados pelo custo menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade. O custo dos ativos é depreciado numa base linear durante o prazo de locação.

Aquisições, goodwill e outros ativos intangíveis
Aquisições e goodwill
As aquisições do ING Bank são contabilizadas através do método de contabilização da aquisição. A consideração para cada aquisição é medida pelo total dos justos valores (à data da troca) dos ativos concedidos, passivos incorridos ou assumidos e instrumentos de capital próprio emitidos em troca de controlo da adquirida. O goodwill, sendo a diferença entre o custo da aquisição (incluindo a dívida assumida) e a participação do Banco no justo valor dos ativos e passivos adquiridos e passivos contingentes a partir da date de aquisição, é capitalizado como um ativo intangível. O goodwill só é capitalizado em aquisições. Os resultados das operações das empresas adquiridas são incluídos na demonstração de lucros e perdas a partir da data em que o controlo é adquirido.

Quando aplicável, a retribuição para a aquisição inclui qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de retribuição contingente, a retribuição contingente é medida pelo seu justo valor na data de aquisição. Os acordos de retribuição contingente classificados como ativos ou passivos, são subsequentemente medidos ao justo valor. As alterações no justo valor da retribuição contingente classificado como capital próprio não são reconhecidas.

Quando uma concentração de atividades empresariais é realizada em etapas, a participação previamente detida do ING Bank nos ativos e passivos da entidade adquirida é reavaliada ao justo valor na data de aquisição (ou seja, a data em que o ING Bank obtém o controlo) e os lucros e perdas resultantes, se houver, são reconhecidos na demonstração de lucros ou perdas. Os valores decorrentes da participação na aquisição antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em outros rendimentos integrais são reclassificados para a demonstração de lucros e perdas, onde tal tratamento seria adequado se essa participação fosse alienada. Os custos relacionados com a aquisição são reconhecidos na demonstração de lucros e perdas como incorridos e apresentados na demonstração de lucros e perdas como Outras despesas operacionais.

Até 2009, antes de a IFRS 3 «Concentração de Atividades Empresariais» ser revista, a contabilização das participações anteriormente detidas nos ativos e passivos da entidade adquirida não foram reavaliadas na data de aquisição e os custos relacionados com a aquisição foram considerados parte da retribuição total.

A contabilização inicial para o justo valor dos ativos líquidos das empresas adquiridas durante o ano pode ser determinada apenas provisoriamente, uma vez que a determinação do justo valor pode ser complexa e o tempo entre a aquisição e a preparação das Contas Anuais pode ser limitado. A contabilização inicial deve ser concluída no prazo de um ano após a aquisição. Os ajustes ao justo valor na data de aquisição dos ativos e passivos adquiridos, que são identificados no prazo de um ano após a aquisição, são reconhecidos como um ajuste ao goodwill; qualquer ajuste subsequente é reconhecido como rendimento ou despesa. Na alienação das empresas do banco, a diferença entre os resultados das vendas e o valor contabilístico (incluindo o goodwill) e os resultados não realizados (incluindo a reserva de conversão de moeda estrangeira em capital próprio) é incluída na demonstração de lucros e perdas.

Software informático

O software informático que tenha sido adquirido ou gerado internamente para uso próprio é demonstrado pelo custo menos a amortização e quaisquer perdas por imparidade. A amortização é calculada numa base linear ao longo da sua vida útil. Este período não será superior a cinco anos. A amortização está incluída em Outras despesas operacionais.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis são capitalizados e amortizados ao longo da sua vida económica esperada, que é, geralmente, entre três a dez anos. Os ativos intangíveis com uma vida indefinida não são amortizados.

Tributação

O imposto sobre o rendimento do resultado do exercício compreende os impostos correntes e deferidos. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração de lucros e perdas, mas é diretamente reconhecido no capital próprio se o imposto estiver relacionado com itens que são diretamente reconhecidos no capital próprio.

Imposto sobre o rendimento deferido

O imposto sobre o rendimento deferido é indicado na íntegra, utilizando o método do passivo, sobre as diferenças temporárias decorrentes entre as bases tributárias dos ativos e passivos e os seus valores contabilísticos nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto sobre o rendimento deferido é determinado utilizando as taxas de imposto (e leis) que foram decretadas ou parcialmente decretadas na data do balanço financeiro e que se espera que sejam aplicadas quando o ativo relativo ao imposto sobre o rendimento deferido for realizado ou o passivo do imposto sobre o rendimento deferido for liquidado. Ativos e passivos por impostos deferidos não são descontados.

Os ativos por impostos deferidos são reconhecidos quando é provável que o futuro lucro tributável fique disponível e contra o qual as diferenças temporárias podem ser utilizadas. Os impostos deferidos são constituídos sobre as diferenças temporárias decorrentes de investimentos em subsidiárias e filiais, exceto quando o momento da reversão da diferença temporária é controlado pelo Banco e é provável que a diferença não reverta no futuro próximo. Os efeitos fiscais dos prejuízos fiscais disponíveis para serem transferidos são reconhecidos como um ativo quando é provável que os futuros lucros tributáveis fiquem disponíveis e contra o qual estes prejuízos podem ser utilizados.

O imposto deferido relacionado a remedição do justo valor dos investimentos disponíveis para venda e das coberturas de fluxo de caixa, que são diretamente reconhecidas no capital próprio, também é diretamente reconhecido no capital próprio e é posteriormente reconhecido na demonstração de lucros e perdas juntamente com o lucro ou perda deferido.

As posições fiscais incertas são avaliadas continuamente pelo ING Bank e, caso seja provável que haja uma saída de caixa, o passivo fiscal corrente é reconhecido.

Outros ativos

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são reconhecidas ao justo valor na data do balanço financeiro. As alterações no valor contabilístico resultantes de reavaliações são reconhecidas na demonstração de lucros e perdas. Na alienação, a diferença entre os resultados das vendas e o valor contabilístico é reconhecida na demonstração de lucros e perdas.

Propriedades obtidas através de execuções hipotecárias

As propriedades obtidas através de execuções hipotecárias são demonstradas pelo menor custo e valor líquido realizável. O valor líquido realizável é o preço de venda estimado, menos despesas de vendas variáveis aplicáveis. As propriedades obtidas através de execuções hipotecárias estão incluídas em Outros ativos - Promoção imobiliária e obtida através de execuções hipotecárias.

Promoção imobiliária

A propriedade de investimento desenvolvida ou em desenvolvimento pela qual o ING Bank tem a intenção de vender a propriedade após a sua conclusão está incluída em Outros ativos – Promoção imobiliária e obtida através de execuções hipotecárias.

A propriedade de investimento desenvolvida ou em desenvolvimento pela qual o ING Bank tem a intenção de vender a propriedade após a sua conclusão, e onde ainda não existe um contrato especificamente negociado, é medida ao custo de construção direto incorrido até à data do balanço financeiro, incluindo custos de empréstimos obtidos incorridos durante a construção e despesas de supervisão e desenvolvimento diretamente atribuíveis ao ING Bank, menos quaisquer perdas por imparidade. O lucro é reconhecido através do método de contrato concluído (na data de venda da propriedade). A desvalorização é reconhecida se o preço de venda estimado, menos despesas de vendas variáveis aplicáveis, for inferior ao valor contabilístico.

A propriedade de investimento em desenvolvimento pela qual o ING Bank tem a intenção de vender a propriedade em desenvolvimento após a sua conclusão e onde existe um contrato especificamente negociado é avaliada utilizando o método de percentagem de conclusão (reconhecimento do lucro *pro rata*). A fase de conclusão é medida por referência aos custos incorridos à data, como percentagem dos custos totais estimados para cada contrato.

A propriedade de investimento em desenvolvimento é contabilidade pelo justo valor (com alterações no justo valor reconhecidas na demonstração de lucros e perdas) se o ING Bank tiver a intenção de reconhecer a propriedade de investimento em construção após a conclusão dos investimentos imobiliários.

Grupos para Alienação Detidos para Venda e Operações Descontinuadas

Os grupos para alienação (e grupos de ativos não correntes) são classificados como detidos para venda se o seu valor contabilístico for recuperável, principalmente através de uma transação de venda e não através da utilização contínua. Isto só acontece quando a venda é altamente provável e o grupo para alienação (ou grupo de ativos) está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; a administração deve estar empenhada na venda, que está prevista ocorrer no prazo de um ano a partir da data de classificação como detida para venda.

Após a classificação como detida para venda, o valor contabilístico do grupo para alienação (ou grupo de ativos) é comparado ao seu justo valor menos o custo de venda. Se o justo valor menos o custo de venda é inferior ao valor contabilístico, esta perda esperada é reconhecida através de uma redução do valor contabilístico de qualquer goodwill relacionado com o grupo para alienação e o valor contabilístico de outros determinados ativos não correntes não financeiros. Qualquer excesso da perda esperada através da redução do valor contabilístico destes ativos relevantes não é reconhecida após a classificação como detida para venda, mas é reconhecida como parte do resultado da alienação se, e quando, ocorre uma transação de alienação.

Quando um grupo de ativos que é classificado como detido para venda represente uma importante linha de negócios ou área geográfica, o grupo para alienação classifica-se como operações descontinuadas. Após classificação de um negócio como detido para venda e operações descontinuadas, o rendimento e as despesas individuais são classificadas para o resultado líquido total das operações descontinuadas em vez de serem apresentadas nas habituais rubricas da demonstração consolidada de lucros e perdas. Todos os anos comparativos na demonstração consolidada de lucros e perdas são reiterados e apresentados como operações descontinuadas para todos os períodos apresentados. Além disso, os ativos e passivos individuais são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira como Ativos e passivos detidos para venda e já não estão incluídos nas habituais rubricas da demonstração consolidada da posição financeira. As alterações nos ativos e passivos, como resultado da classificação como detidos para venda, estão incluídas nas notas na rúbrica «Alterações na composição do grupo e outras alterações».

Outros passivos

Planos de benefícios definidos

O ativo/passivo de benefícios líquidos definidos reconhecidos na demonstração da posição financeira em relação aos planos de pensões de benefício definidos é o justo valor dos ativos do plano menos o valor presente da obrigação de benefícios definida na data do balanço financeiro.

Os ativos do plano são medidos ao justo valor na data do balanço financeiro. Para determinar as despesas com pensões, o retorno dos ativos do plano é determinado utilizando uma taxa de obrigação da empresa de alta qualidade e idêntica à taxa de desconto utilizada na determinação da obrigação de benefícios líquida.

As alterações nos ativos do plano que afetam o capital próprio do Acionista e/ou o resultado líquido, incluem, principalmente:

- retorno dos ativos do plano utilizando uma taxa de obrigação da empresa de alta qualidade no início do período de relato, que são reconhecidos como custos com funcionários na demonstração de lucros e perdas; e
- remensurações que são reconhecidas em Outros rendimentos integrais (capital próprio).

A obrigação de benefícios definida é calculada por atuários internos e externos através de modelos e cálculos atuariais, utilizando o método da unidade de crédito projetada. Este método considera os futuros pagamentos esperados necessários para liquidar a obrigação resultante dos serviços dos funcionários nos períodos correntes e anteriores, descontados através de uma taxa de obrigação da empresa de alta qualidade. Inerente a esses modelos atuariais estão pressupostos, incluindo as taxas de desconto, taxas de aumento nos níveis salariais e de benefícios futuros, taxas de mortalidade, taxas de tendência dos custos de cuidados da saúde, índice de preços no consumidor e o nível esperado de indexação. Os pressupostos baseiam-se em dados de mercado disponíveis, bem como em expetativas da administração, e são atualizados regularmente. Os pressupostos atuariais podem diferir significativamente dos resultados reais devido a alterações nas condições de mercado, tendências económicas e de mortalidade e outros pressupostos. Quaisquer alterações nestes pressupostos podem ter um impacto significativo sobre a obrigação do plano de benefícios definido e nos futuros custos com pensões.

As alterações na obrigação de benefícios definida que afetam o capital próprio do Acionista e/ou o resultado líquido incluem, principalmente:

- o custo dos serviços, que é reconhecido como custos com funcionários na demonstração de lucros e perdas;
- despesas com juros utilizando uma taxa de obrigação da empresa de alta qualidade no início do período, que são reconhecidas como custos com funcionários na demonstração de lucros e perdas; e
- remensurações que são reconhecidas em Outros rendimentos integrais (capital próprio).

As remensurações que são reconhecidas em outros rendimentos integrais não são recicladas para os lucros e perdas. Qualquer custo dos serviços anterior relacionado com uma alteração ao plano é reconhecido nos lucros e perdas no período da alteração ao plano. Os lucros e perdas em cortes e liquidações são reconhecidos na demonstração de lucros e perdas quando ocorre um corte ou liquidação.

O reconhecimento de um ativo de benefícios líquido na demonstração da posição financeira consolidado é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios económicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em futuras contribuições para os planos.

Planos de contribuição definidos
Para os planos de contribuição definidos, o Banco paga contribuições a planos de seguros de pensões administrados de forma pública ou privada com caráter obrigatório, contratual ou voluntário. O Banco deixa de ter obrigações de pagamento assim que as contribuições tenham sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesas com funcionários nos lucros e perdas quando são devidas. As contribuições pré-pagas são reconhecidas como um ativo, na medida em que uma restituição de dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros está disponível.

Outras obrigações pós-emprego
Algumas empresas do grupo oferecem cuidados de saúde e outros benefícios pós-emprego a determinados funcionários e antigos funcionários. O direito a estes benefícios é, normalmente, condicionado pela permanência em serviço do funcionário até à idade da reforma e pelo cumprimento de um período mínimo de serviço Os custos esperados destes benefícios são acumulados durante o período de atividade, utilizando uma metodologia semelhante à do plano de pensões de benefício definido.

Reconhecimento de rendimentos

Juros
O rendimento dos juros e despesas é reconhecido na demonstração de lucros e perdas usando o método do juro efetivo. O método do juro efetivo é um método para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro ou passivo financeiro e para alocar os rendimentos dos juros ou despesas dos juros ao longo do período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os futuros pagamentos em dinheiro estimados ou recebimentos através da duração esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, num período mais curto para o valor contabilístico líquido do ativo financeiro ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juros efetiva, o Banco estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo, opções de pré-pagamento), mas não considera futuras perdas de crédito. O cálculo inclui todas as taxas e pontos pagos ou recebidos entre as partes do contrato que são parte integral da taxa de juros efetiva, custos de transação e todos os outros prémios e descontos. Assim que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros semelhantes, tenha sido amortizado como resultado de uma perda por imparidade, o rendimento dos juros é reconhecido utilizando a taxa de juros usada para descontar os futuros fluxos de caixa para efeitos de medição da perda por imparidade.

Todos os rendimentos dos juros e despesas das posições de negociação e derivados não negociados são classificados como rendimento dos juros e despesas com juros na demonstração de lucros e perdas. As alterações no «justo valor limpo» são incluídas nos resultados da Avaliação e nos resultados líquidos em operações financeiras.

Taxas e comissões
As taxas e as comissões são, geralmente, reconhecidas à medida que o serviço é prestado. As taxas de compromisso de empréstimo para os empréstimos suscetíveis de ser cobrados são diferidos (juntamente com os custos diretos relacionados) e reconhecidas como um ajuste à taxa de juros efetiva sobre o empréstimo. As taxas de sindicação de empréstimos são reconhecidas como rendimento quando a sindicação foi concluída e o Banco não reteve nenhuma parte do pacote de empréstimos para si mesmo ou reteve uma parte com a mesma taxa de juros efetiva como os outros participantes. As comissões e taxas decorrentes da negociação, ou que participem na negociação, de uma transação para terceiros - como o acordo da aquisição de ações ou outros títulos ou a compra ou venda de empresas - são reconhecidas na conclusão da transação subjacente. Os serviços de consultoria de carteiras e outra gestão e as taxas de serviços são reconhecidas com base nos contratos de serviços aplicáveis à medida que o serviço é prestado. As taxas de gestão dos ativos relacionadas com os fundos de investimento e as taxas de contratos de investimento são reconhecidas numa base *pro-rata* durante o período em que o serviço é prestado. O mesmo princípio é aplicado aos serviços de gestão de fortunas, planeamento financeiro e de custódia que são continuamente prestados durante um período de tempo prolongado. As taxas cobradas e pagas entre os bancos para os serviços de pagamento são classificadas como receitas e despesas de comissões.

Rendimento de locação
As receitas provenientes de ativos cedidos por locação sob locações operacionais são reconhecidas numa base linear ao longo da duração do contrato de locação. Os pagamentos da locação recebidos em relação a locações financeiras quando o ING Bank é o locador são divididos numa componente de juros (reconhecida como rendimento dos juros) e numa componente de reembolso.

Reconhecimento de despesas

As despesas são reconhecidas na demonstração de lucros e perdas como incorridas quando surge uma redução nos benefícios económicos futuros relacionados com uma redução num ativo ou um aumento num passivo que pode ser medido de forma confiável.

Pagamentos com base em ações
As despesas de pagamentos com base em ações são reconhecidas como despesas com funcionários durante o período de aquisição. Um aumento correspondente no capital próprio é reconhecido para as transações de pagamentos com base em ações liquidadas com capital próprio. Um passivo é reconhecido para transações de pagamentos com base em ações liquidadas em dinheiro. O justo valor das transações de pagamento com base em ações liquidadas com capital próprio é medido na data de concessão e o justo valor das transações de pagamentos com base em ações liquidadas em dinheiro é medido na data do balanço financeiro. Os direitos concedidos serão válidos até à data de validade, mesmo que o regime de pagamento com base em ações seja descontinuado. Os direitos estão sujeitos a determinadas condições, incluindo um período de serviço contínuo pré-determinado.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe uma garantia razoável de que o subsídio será recebido e que todas as condições correspondentes serão cumpridas. Quando o subsídio diz respeito a um item de despesa, o subsídio é reconhecido durante o período necessário para combinar o subsídio, numa base sistemática, com a despesa que se destina a compensar. Neste caso, o subsídio é deduzido da despesa referente na demonstração de lucros e perdas.

Lucros por ação ordinária

Os lucros por ações ordinárias são calculados com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação. Ao calcular a média ponderada das ações ordinárias em circulação:

- As ações próprias detidas pelas empresas bancárias são deduzidas do número total de ações ordinárias em emissão;
- O cálculo é baseado em médias diárias; e
- E no caso de *warrants* exercidos, a data de exercício é tida em consideração.

Os títulos de capital próprio sem direito de voto não são ações ordinárias, uma vez que os seus termos e condições (especialmente no que diz respeito aos cupões e aos direitos de voto) são significativamente diferentes. Assim, a média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o período não é influenciada pelos títulos de capital próprio sem direito de voto.

Os dados dos lucros diluídos por ação são calculados como se todos os instrumentos conversíveis em circulação no final do exercício fossem exercidos no início do período. Também se assume que o ING Bank utiliza os proveitos assumidos assim recebidos para comprar as suas próprias ações em relação ao preço médio do mercado no exercício financeiro. O aumento líquido do número de ações resultantes do exercício é adicionado ao número médio de ações utilizadas para calcular os lucros diluídos por ação.

As opções de ações com termos fixos ou determináveis são tratadas como opções no cálculo dos lucros diluídos por ação, embora possam depender da aquisição. São tratadas como pendentes na data da concessão. As opções de ações baseadas no desempenho dos funcionários são tratadas como ações contingentemente emissíveis porque a sua emissão depende da satisfação das condições especificadas além da passagem do tempo.

Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método indireto, classificando os fluxos de caixa como fluxos de caixa de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. No fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, o resultado antes de impostos é ajustado para esses itens na demonstração de lucros e perdas e alterações nas rubricas da demonstração da posição financeira, que não resultam em fluxos de caixa reais durante o ano.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a Caixa e os equivalentes de caixa abrangem saldos com maturidade inferior a três meses a partir da data de aquisição, incluindo caixa e balanços com bancos centrais, bilhetes do Tesouro e outros bilhetes admissíveis, montantes devidos por outros bancos e depósitos de bancos. Os investimentos qualificam-se como equivalente de caixa se são prontamente convertíveis numa quantia de dinheiro conhecida e estão sujeitos a um insignificante risco de alterações no valor.

Os fluxos de caixa resultantes de transações em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data dos fluxos de caixa.

O fluxo de caixa líquido mostrado em relação aos Empréstimos e adiantamentos a clientes refere-se apenas às transações que envolvem pagamentos ou recebimentos reais. A Adição às provisões para perdas por empréstimos duvidosos que é deduzida da rúbrica Empréstimos e adiantamentos a clientes na demonstração da posição financeira foi ajustada em conformidade a partir do resultado antes de impostos e é mostrada separadamente na demonstração dos fluxos de caixa.

A diferença entre o fluxo de caixa líquido em conformidade com a demonstração dos fluxos de caixa e a alteração na Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira deve-se às diferenças cambiais e é contabilizada individualmente como parte da reconciliação do fluxo de caixa líquido e da alteração da Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira.

g) Contas da empresa-mãe

As contas da empresa-mãe do ING Bank N.V. são elaboradas de acordo com os requisitos de relatório financeiro incluídos na Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês. Em conformidade com a subsecção 8 da secção 362 do Livro 2 do Código Civil Holandês, os princípios de reconhecimento e medição aplicados nas contas da Empresa-mãe são os mesmos que os aplicados nas contas anuais Consolidadas.

Notas à demonstração consolidada da posição financeira

Ativos

2 Caixa e disponibilidades com bancos centrais

Caixa e disponibilidades com bancos centrais	2016	2015
Montantes detidos em bancos	16 408	19 753
Caixa e disponibilidades	1 736	1 705
	18 144	**21 458**

Em 2016, a redução da Caixa e disponibilidades com bancos centrais deveu-se, sobretudo, à redução do excesso de liquidez. Os montantes detidos em bancos centrais refletem os saldos da procura.

É feita referência à Nota 37 «Ativos não imediatamente disponíveis» para as restrições em Saldos bancários com bancos centrais.

3 Empréstimos e adiantamentos a bancos

Empréstimos e adiantamentos a bancos	Países Baixos		Internacional		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Loans	10 380	11 542	18 483	17 472	28 863	29 014
Cash advances, overdrafts and other balances	18	541	2	425	20	966
	10 398	**12 083**	**18 485**	**17 897**	**28 883**	**29 980**
Loan loss provisions			-11	-14	-11	-14
	10 398	**12 083**	**18 474**	**17 883**	**28 872**	**29 966**

Os empréstimos incluem disponibilizações (principalmente depósitos de curto prazo) com bancos centrais no valor de 2 880 milhões de euros (2015: 1104 milhões de euros).

A 31 de dezembro de 2016, os Empréstimos incluem valores a receber em relação aos títulos que foram adquiridos em operações de recompra reversa no valor de 2992 milhões de euros (2015: 1092 milhões de euros) e valores a receber relacionados com contratos de locação financeira no valor de 88 milhões de euros (2015: 114 milhões de euros). É feita referência à Nota 38 «Transferência de ativos financeiros» para informações sobre o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra. É feita referência à Nota 6 «Empréstimos e adiantamentos a clientes» para informação sobre os valores a receber de locações financeiras.

A partir de 31 de dezembro 2016, os valores a receber não subordinados ascendem a 28 804 milhões de euros (2015: 29 902 milhões de euros) e os valores a receber subordinados ascendem a 68 milhões de euros (2015: 64 milhões de euros).

É feita referência à Nota 37 «Ativos não imediatamente disponíveis» para as restrições em Empréstimos e adiantamentos a bancos.

Nenhum empréstimo e adiantamento individual a bancos tem termos e condições que afetam significativamente o montante, periodicidade ou certeza de fluxos de caixa consolidados do ING Bank. Para obter mais detalhes sobre as concentrações significativas, consulte a secção «Gestão do Risco - Risco de Crédito», parágrafo «Apetência do Risco de Crédito e Quadro do Risco de Concentração».

4 Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas

Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas	2016	2015
Ativos detidos para negociação	114 512	131 485
Derivados não negociados	2309	3 216
Designado pelo justo valor através de lucros ou perdas	5099	3 234
	121 920	**137 935**

É feita referência à Nota 38 «Transferência de ativos financeiros» para informações sobre o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra.

Ativos detidos para negociação

Ativos detidos para negociação por tipo	2016	2015
Títulos de capital próprio	9521	14 817
Títulos de dívida	9863	14 316
Derivados	38 230	39 012
Empréstimos e valores e receber	56 898	63 340
	114 512	**131 485**

Em 2016, o decréscimo é principalmente causado por menores atividades de mercado.

A partir de 31 de dezembro de 2016, os Ativos detidos para negociação incluem valores a receber de 56 020 milhões de euros (2015: 62 221 milhões de euros) em relação às operações de recompra reversa.

Os ativos detidos para negociação e os passivos detidos para negociação incluem ativos e passivos classificados pelas IFRS como «Negociados», mas estão intimamente relacionados com a satisfação das necessidades dos clientes do ING Bank. O ING oferece produtos que são negociados nos mercados financeiros aos seus clientes institucionais e empresariais e aos governos. Uma parte significativa dos derivados na carteira de negociação está relacionada com a assistência aos clientes empresariais na sua gestão de riscos para cobrir, por exemplo, exposições cambiais ou às taxas de juros. Além disso, o ING oferece acesso a capital próprio e mercados de dívida para que os seus clientes possam emitir os seus próprios títulos de capital próprio e títulos de dívida («subscrição de títulos»). Embora sejam apresentados como Negociados nas IFRS, estão diretamente relacionados com serviços para os clientes do ING. Os empréstimos e valores a receber na carteira de negociação referem-se, principalmente, a acordos de recompra (reversa), que são comparáveis a empréstimos garantidos. Estes produtos são utilizados pelo ING como parte das suas próprias atividades regulares de tesouraria mas também estão relacionados com a função que o ING desempenha como intermediário entre diferentes clientes profissionais. Os ativos e passivos detidos para negociação por conta e risco do ING são muito limitados. A partir de uma perspetiva de risco, o valor bruto dos ativos detidos para negociação deve ser considerado em conjunto com o valor bruto dos passivos detidos para negociação, que são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira. Contudo, as IFRS não permitem a compensação destas posições na demonstração da posição financeira. É feita referência à Nota 13 «Passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas» para mais informações sobre os passivos detidos para negociação.

Derivados não negociados

Derivados não negociados por tipo	2016	2015
Derivados utilizados em		
– coberturas do justo valor	1012	1 010
– coberturas de fluxo de caixa	438	917
– coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro	73	72
Outros derivados não negociados	786	1 217
	2309	**3216**

Outros derivados não negociados incluem, sobretudo, swaps de taxas de juro e swaps de câmbio de moeda estrangeira para as quais não é aplicada nenhuma contabilidade de cobertura.

Designado pelo justo valor através de lucros ou perdas

Designado pelo justo valor através de lucros ou perdas por tipo	2016	2015
Títulos de capital próprio	3	7
Títulos de dívida	1 669	1 080
Empréstimos e valores e receber	3427	2 147
	5099	**3 234**

Incluída nos Ativos financeiros, designada ao justo valor através de lucros e perdas, está uma carteira de empréstimos e valores a receber que está economicamente coberta por derivados de crédito. As coberturas não cumprem os critérios de contabilidade de cobertura e os empréstimos são registados ao justo valor para evitar uma disparidade contabilística. A exposição máxima de crédito dos empréstimos e valores a receber incluídos nos Ativos financeiros designados ao justo valor através de lucros e perdas aproxima-se do seu valor contabilístico. A alteração cumulativa no justo valor dos empréstimos atribuível às alterações no risco de crédito não é significativa.

O valor nocional dos derivados de crédito relacionados é de 260 milhões de euros (2015: 215 milhões de euros). A alteração no justo valor dos derivados de crédito atribuível às alterações no risco de crédito, desde que os empréstimos foram designados pela primeira vez, equivale a –8 milhões de euros (2015: - 9 milhões de euros) e a alteração para o ano corrente equivale a 1 milhão de euros (2015: zero).

As alterações no justo valor dos empréstimos (designados) atribuíveis às alterações no risco de crédito foram calculadas pela determinação das alterações no spread de crédito implícito no justo valor das obrigações emitidas por entidades com características de crédito semelhantes.

A 31 de dezembro de 2016, os Empréstimos e valores a receber designados ao justo valor através de lucros e perdas incluem 3001 milhões de euros (2015: 1766 milhões de euros) em relação às operações de recompra reversa.

5 Investimentos

Investimentos por tipo	2016	2015
Disponível para venda		
– títulos de capital próprio - ações em entidades estruturadas geridas por terceiros	170	169
– títulos de capital próprio – outros	3,854	4,265
	4024	**4434**
– títulos de dívida	78,888	82,566
	82 912	**87 000**
Detido até ao vencimento		
– títulos de dívida	8751	7826
	8751	**7826**
	91 663	**94 826**

Os investimentos detidos até ao vencimento aumentaram 0,9 mil milhões de euros. O aumento é atribuído a um novo investimento em títulos de dívida pública e obrigações dos EUA emitidos por instituições financeiras, compensados por uma redução nas obrigações cobertas.

Em junho de 2016, a transação VISA fechou. Como resultado desta transação, os títulos de capital próprio disponíveis para venda no valor de 163 milhões de euros, que compreendem ações ordinárias detidas na VISA Europe Limited, foram desreconhecidos. Como parte da consideração antecipada, a ING recebeu 30 milhões de euros de ações preferenciais conversíveis em ações ordinárias de Classe A da VISA Inc. Estas ações preferenciais são classificadas como títulos de capital próprio disponíveis para venda. É feita referência à Nota 47 «Outros acontecimentos».

No quarto trimestre de 2016, a fusão entre a Equens SE (Equens) e a Worldline foi concluída. A entidade jurídica Equens deixou de existir e foi renomeada EquensWorldline SE. O ING Bank já detinha 15,42 % em Equens em 34,7 milhões de euros. Como resultado desta fusão, o ING Bank detém uma participação de 5,9 % na empresa combinada. É feita referência à Nota 23 «Rendimento dos investimentos» para mais informações sobre os resultados da fusão incluídos na demonstração de lucros e perdas.

Em outubro de 2016, o ING vendeu 2,5 % das ações do Kotak Mahindra Bank que representam um valor contabilístico de 509 milhões de dólares americanos (456 milhões de euros).

Exposição a títulos de dívida

A exposição do ING Bank a títulos de dívida está incluída nas seguintes rubricas da demonstração da posição financeira:

Títulos de dívida	2016	2015
Investimentos disponíveis para venda	78 888	82 566
Investimentos detidos até ao vencimento	8751	7 826
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7471	9 625
Empréstimos e adiantamentos a bancos	952	1 857
Investimentos disponíveis para venda e Ativos ao custo amortizado	**96 062**	**101 874**
Ativos detidos para negociação	9863	14 316
Designado pelo justo valor através de lucros ou perdas	1 669	1 080
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas	**11 532**	**15 396**
	107 594	**117 270**

A exposição total do ING Bank a títulos de dívida incluídos nos investimentos disponíveis para venda e ativos ao custo amortizado de 96 062 milhões de euros (2015: 101 874 milhões de euros) é especificada como se segue por tipo de exposição:

Títulos de dívida por tipo e rubricas pela demonstração da posição financeira - Investimentos disponíveis para venda e Ativos ao custo amortizado

	Investimentos disponíveis para venda		Investimentos detidos até ao vencimento		Empréstimos e adiantamentos		Empréstimos e adiantamentos		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Títulos de Dívida Pública	41 985	46 104	6 688	5 500	858	874			49 531	52 478
Subsoberanos, Supranacionais e Agências	20 484	20 337	1,613	1 619	267	297			22 364	22 253
Obrigações cobertas	11 297	11 949	100	350	1 820	2 119	882	1,787	14 099	16 205
Obrigações de empresas	1 345	1 177			791	1 036			2 136	2 213
Obrigações de instituições financeiras	2 020	1 865			351	363	70	64	2 441	2 292
Carteira de títulos garantidos por ativos	1 757	1 134	350	357	3 384	4 936		6	5 491	6 433
Carteira de títulos	**78 888**	**82 566**	**8 751**	**7 826**	**7 471**	**9 625**	**952**	**1 857**	**96 062**	**101 874**

Os Subsoberanos, Supranacionais e Agências (SSA) incluem, entre outros, bancos de desenvolvimento multilateral, governos regionais, autoridades locais e agências dos EUA. Sob determinadas condições, as obrigações dos SSA podem qualificar-se como Ativos Líquidos de Elevada Qualidade de Nível 1 para o Rácio de Cobertura de Liquidez (RCL).

Cerca de 97 % (2015: 91 %) da exposição na carteira de títulos garantidos por ativos é classificada externamente como AAA até e incluindo A-. Os títulos de dívida emprestados não são reconhecidos na demonstração da posição financeira e equivalem a zero (2015: zero).

É feita referência à Nota 38 «Transferência de ativos financeiros» para informações sobre o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra.

Alterações em investimentos disponíveis para venda e detidosaté ao vencimento

Alterações em investimentos disponíveis para venda e detidos até ao vencimento	Títulos de capital próprio disponíveis para venda		Títulos de dívida disponíveis para venda		Detidos até ao vencimento		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Balanço de abertura	4 434	2 718	82 566	92 683	7 826	2 239	94 826	97 640
Adições	80	1 279	27 073	42 976	1 731	3 457	28 884	47 712
Amortização			-144	-106	-87	-67	231	-173
Transferências e reclassificações	-92			-3 499		3 499	-92	
Alterações em reavaliações não realizadas	363	743	-102	-1 595	-70	-72	191	-924
Imparidades	-13	-117		-17			-13	-134
Alienações e resgates	-682	-216	-30 483	-48 331	-630	-1 219	-31 795	-49 766
Diferenças cambiais	-72	27	-16	469	-19	-11	-107	485
Alterações na composição do grupo e outras alterações	6		-6	-14				-14
Balanço de encerramento	**4 024**	**4 434**	**78 888**	**82 566**	**8 751**	**7 826**	**91 663**	**94 826**

É feita referência à Nota 22 «Rendimento dos investimentos» para mais detalhes sobre as Desvalorizações.

Em 2016, as «Alterações na composição do grupo e outras alterações» incluem a modificação de um título de dívida disponível para venda em ações recém-emitidas.

Transferências e reclassificações de investimentos disponíveis para venda e detidos até ao vencimento

Transferências e reclassificações de investimentos disponíveis para venda e detidos até ao vencimento	Títulos de capital próprio disponíveis para venda		Títulos de dívida disponíveis para venda		Detidos até ao vencimento		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Para/de detido até ao vencimento				–3,499				–3,499
Para/de disponível para venda						3,499		3,499
Para/de investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos	–82						–82	
Para/de outros ativos/outros passivos	–10						–10	
	–92	**-**	**-**	**–3,499**	**-**	**3,499**	**–92**	**-**

Em 2015, 3,5 mil milhões de euros de Títulos de Dívida Pública previamente classificados como títulos de dívida disponíveis para venda foram classificados como Detidos até ao vencimento devido à intenção e à capacidade do ING deter estes títulos até ao vencimento.

Títulos de capital próprio disponíveis para venda - Cotados e Não Cotados	2016	2015
Cotados	3539	3 804
Não cotados	485	630
	4 024	**4 434**

6 Empréstimos e adiantamentos a clientes

Empréstimos e adiantamentos a clientes por tipo

	Países Baixos[1,2]		Internacional[2]		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Empréstimos a, ou garantidos por, autoridades públicas[1]	27 746	30 912	18 634	18 214	46 380	49 126
Empréstimos garantidos por hipotecas[2]	126 885	128 685	191 745	179 938	318 630	308 623
Empréstimos garantidos por instituições de crédito[1]	236	4817	944	191	1180	5008
Empréstimos pessoais[1]	4376	5636	18 722	17 041	23 098	22 677
Títulos garantidos por ativos			3380	4 936	3380	4 936
Empréstimos empresariais[1,2]	37 708	196 247	137 675	119 162	175 383	315 409
	196 951	**366 297**	**371 100**	**339 482**	**568 051**	**705 779**
Provisões para perdas por empréstimos duvidosos	–2349	–2 900	–2829	–2 872	–5178	–5 772
	194 602	**363 397**	**368 271**	**336 610**	**562 873**	**700 007**

1 Os valores comparativos, a 31 de dezembro de 2015, estão ajustados. O total de Empréstimos e adiantamentos a clientes, a 31 de dezembro de 2015, aumentou em 163,5 mil milhões de euros de 536,5 mil milhões de euros para 700,0 mil milhões de euros, principalmente como resultado de um aumento nos empréstimos empresariais de 146,1 mil milhões de euros, de 169,3 mil milhões de euros para 315,4 mil milhões de euros. É feita referência à Nota 1 «Políticas Contabilísticas» - Alterações nas políticas contabilísticas e Alterações na apresentação em 2016.

2 Os Empréstimos e adiantamentos a clientes por tipo a 31 de dezembro de 2015 são ajustados. Alguns Empréstimos Empresariais foram reclassificados para Empréstimos garantidos por hipotecas

A diminuição dos empréstimos e adiantamentos a clientes em relação a 2015 deve-se, principalmente, a uma alteração nas políticas contabilísticas implementadas em 2016. É feita referência à Nota 1 «Políticas Contabilísticas» - Alterações nas políticas contabilísticas em 2016.

A 31 de dezembro de 2016, os Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem valores a receber em relação aos títulos que foram adquiridos em operações de recompra reversa no valor de 47 milhões de euros (2015: 418 milhões de euros).

É feita referência à Nota 38 «Transferência de ativos financeiros» para informações sobre o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra.

Empréstimos e adiantamentos a clientes por subordinação

	2016	2015
Não subordinados[1]	562 399	699 533
Subordinados	474	474
	562 873	**700 007**

1 Os valores comparativos, a 31 de dezembro de 2015, são ajustados como resultado de uma alteração nas políticas contabilísticas , uma reclassificação dos Itens a liquidar... O total de Empréstimos e adiantamentos a clientes, a 31 de dezembro de 2015, aumentou em 163,5 mil milhões de euros de 536,5 mil milhões de euros para 700,0 mil milhões de euros. É feita referência à Nota 1 «Políticas Contabilísticas» - Alterações nas políticas contabilísticas e Alterações na apresentação em 2016.

Nenhum empréstimo individual ou adiantamento tem termos e condições que afetam significativamente o montante, periodicidade ou certeza de fluxos de caixa consolidados do ING Bank. Para obter mais detalhes sobre as concentrações significativas, consulte a secção «Gestão do Risco - Risco de Crédito», parágrafo «Apetência do Risco de Crédito e Quadro do Risco de Concentração».

Os empréstimos e adiantamentos a clientes e os Empréstimos e adiantamentos a bancos incluem valores a receber de locações

Financeiras e são detalhados abaixo: Locações financeiras a receber	2016	2015
Vencimentos de investimento bruto em valores a receber de locação financeira		
– dentro de 1 ano	2492	2 690
– mais de 1 ano, mas menos de 5 anos	6282	6 004
– mais de 5 anos	3114	3 672
	11 888	**12 366**
Futuro rendimento financeiro não realizado sobre as locações financeiras	–1 254	–1 507
Investimento líquido em locações financeiras	**10 634**	**10 859**
Vencimentos de investimento líquido em valores a receber de locação financeira		
– dentro de 1 ano	2210	2 368
– mais de 1 ano, mas menos de 5 anos	5635	5 246
– mais de 5 anos	2789	3 245
	10 634	**10 859**
Incluído nos Empréstimos e adiantamentos a bancos	88	114
Incluído nos Empréstimos e adiantamentos a clientes	10 546	10 745
	10 634	**10 859**

O subsídio para locações financeiras incobráveis a receber inclui um valor de 282 milhões de euros nas provisões para perdas por empréstimos duvidosos a partir de 31 de dezembro de 2016 (2015: 271 milhões de euros).

Nenhuma locação financeira individual a receber tem termos e condições que afetam significativamente o montante, periodicidade ou certeza de fluxos de caixa consolidados do ING Bank.

Provisões para perdas por empréstimos duvidosos por tipo	Países Baixos		Internacional		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Empréstimos a, ou garantidos por, autoridades públicas			7	2	7	2
Empréstimos garantidos por hipotecas	550	819	638	717	1 188	1,536
Empréstimos garantidos por instituições de crédito	2	1	12	15	14	16
Empréstimos pessoais	122	177	620	712	742	889
Títulos garantidos por ativos			2	2	2	2
Empréstimos a empresas e Facilidades de Crédito	1 738	1 903	1 617	1 438	3 355	3 341
	2 412	**2 900**	**2 896**	**2 886**	**5 308**	**5 786**
O balanço de encerramento está incluído em						
– • Empréstimos e adiantamentos a bancos			11	14	11	14
– • Empréstimos e adiantamentos a clientes	2 349	2 900	2 829	2 872	5 178	5 772
– • Outras provisões outra	63		56		119	
	2 412	**2 900**	**2 896**	**2 886**	**5 308**	**5 786**

Alterações nas provisões para perdas por empréstimos duvidosos	2016	2015
Balanço de abertura	5786	5 995
Amortizações	–1494	–1 718
Recuperações	94	91
Aumento das provisões para perdas por empréstimos duvidosos	974	1 347
Diferenças cambiais	–55	38
Alterações na composição do grupo e outras alterações	3	33
Balanço de encerramento	**5 308**	**5 786**

O Aumento das provisões para perdas por empréstimos duvidosos é apresentado como Adição de provisões para perdas por empréstimos duvidosos na demonstração consolidada de lucros e perdas.

7 Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos

Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos 2016	Juros detida (%)	Justo valor de investimentos cotados	Valor do balanço financeiro	Total ativos	Passivos totais	Rendimento total	Despesas totais
TMB Public Company Limited	25	610	723	21 439	19 275	685	489
Outros investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos			280				
			1003				

Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos 2015	Juros detida (%)	Justo valor de investimentos cotados	Valor do balanço financeiro	Total ativos	Passivos totais	Rendimento total	Despesas totais
TMB Public Company Limited	25	670	612	20 956	19 074	630	419
Outros investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos			230				
			842				

A TMB Public Company Limited (TMB) é uma filial na qual o ING Bank detém uma participação de 25 %. A TMB é uma instituição financeira que fornece produtos e serviços aos clientes de venda Grossista, Pequenas e Médias Empresas (PME) e de Retalho. A TMB está domiciliada em Bangkok, Tailândia e está cotada na Bolsa de Valores da Tailândia (SET).

Os outros investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos são, sobretudo, fundos de investimento imobiliário ou veículos que operam predominantemente na Europa.

O ING Bank não detém quaisquer juros nos Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos que são individualmente significativos para o ING Bank. Outros investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos representam um grande número de filiais e empreendimentos conjuntos com um valor individual da demonstração da posição financeira inferior a 50 milhões de euros.

A influência significativa para filiais em que a participação detida é inferior a 20% baseia-se na combinação dos juros financeiros e outros acordos do ING Bank, como a participação no Conselho de Administração.

No geral, as datas de relato de todas as filiais e empreendimentos conjuntos significativos são consistentes com a data de relato do Banco. Contudo, as datas de relato de determinadas filiais e empreendimentos conjuntos podem variar da data de relato do Banco, mas não por mais de três meses.

Desvalorizações acumuladas de 48 milhões de euros (2015: 24 milhões de euros) foram reconhecidas. Os valores apresentados nas tabelas acima podem variar dos valores apresentados nas contas anuais individuais das filiais e empreendimentos conjuntos, devido ao facto de os valores individuais terem sido contabilizados de acordo com os princípios contabilísticos do Banco. Quando o justo valor cotado é inferior à demonstração do valor da posição financeira, foi realizada uma revisão da desvalorização e uma avaliação da base da continuidade.

As filiais e empreendimentos conjuntos do ING estão sujeitas a restrições legais e regulamentares em relação ao montante dos dividendos que pode pagar ao ING. Estas restrições são, por exemplo, dependentes das leis no país de constituição para declarar os dividendos ou como resultado dos requisitos mínimos de capital que são impostos pelos reguladores da indústria nos países em que as filiais e empreendimentos conjuntos operam. Além disso, as filiais e empreendimentos conjuntos também consideram outros fatores na determinação dos níveis adequados de capital próprio necessário. Estes fatores e limitações incluem, nomeadamente, uma agência de classificação e visões reguladoras, que podem mudar ao longo do tempo.

Alterações nos Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos

	2016	2015
Balanço de abertura	842	861
Adições	49	24
Transferências para e de Investimentos/Outros ativos e passivos	75	
Reavaliações	29	5
Participação nos resultados	80	100
Dividendos recebidos	–33	–31
Eliminações	–54	–125
Imparidades	–3	
Diferenças cambiais	18	18
Alterações na composição do grupo e outras alterações		–10
Balanço de encerramento	**1003**	**842**

Adições
Em 2016, as adições estão principalmente relacionadas com vários investimentos menores em filiais.

Transferências para e de Investimentos/Outros ativos e passivos
Nas transferências foi incluída uma reclassificação de 82 milhões de euros dos títulos de capital próprio disponíveis para venda a filiais e uma reclassificação de –7 milhões de euros de/para outros ativos e outros passivos.

Reavaliações
Em 2016, as reavaliações conforme apresentadas na tabela acima de 29 milhões de euros, incluem 45 milhões de euros relativos à TMB, 17 milhões de euros relativos à Equens SE e –31 milhões de euros devido a outras reavaliações.

Participação nos resultados
Em 2016, a participação nos resultados de filiais e empreendimentos conjuntos de 77 milhões de euros conforme apresentada na demonstração de lucros e perdas, inclui:
- A participação nos resultados, de 80 milhões de euros principalmente atribuídos a resultados da TMB no montante de 56 milhões de euros e um ganho de 21 milhões de euros na alienação das ações detidas na VISA Europe Limited; e
- Desvalorizações em investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos de –3 milhões de euros.

Em 2015, a participação nos resultados de filiais e empreendimentos conjuntos de 493 milhões de euros conforme apresentada na demonstração de lucros e perdas, incluía:
- Participação nos resultados, conforme apresentada na tabela acima, de 100 milhões de euros, essencialmente atribuíveis a resultados de TMB no valor de 63 milhões de euros e lucros aquando da alienação do Ivy Retail SRL and Ontwikkelingscombinatie Overhoeks C.V., no valor de 10 milhões de euros e 5 milhões de euros, respetivamente;
- Um lucro em Investimentos em filiais detidos para venda de 392 milhões de euros, incluindo 367 milhões de euros da fusão do ING Vysya com o Kotak e 25 milhões de euros na venda do ING Nationale Nederlanden PTE Polska S.A; e
- Desvalorizações em investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos de zero

Cessões
Em 2016, as Alienações de –54 milhões de euros são principalmente atribuídas à venda do Enterprise Center de 40 milhões de euros e ao reembolso de capital do CBRE Asia Value Fund de 10 milhões de euros.

Em 2015, as Alienações de 125 milhões de euros são principalmente atribuíveis à venda do Ivy Retail SRL e Ontwikkelingscombinatie Overhoeks C.V., como referido acima.

Diferenças cambiais

Em 2016, as diferenças cambiais incluem 26 milhões de euros relacionados com o TMB e –9 milhões de euros relacionados com o Appia Group (2015: 9 milhões de euros relacionados com o TMB).

8 Ativos fixos tangíveis

Ativos fixos tangíveis por tipo	2016	2015
Propriedade de uso próprio	881	982
Equipamento	1015	971
Ativos sob locações operacionais	106	74
	2002	**2027**

O ING usa avaliadores externos para avaliar a propriedade em uso próprio. Todas as propriedades são tipicamente avaliadas por avaliadores externos uma vez a cada cinco anos.

Alterações na propriedade de uso próprio	2016	2015
Balanço de abertura	982	1,020
Adições	9	10
Reclassificações		
- Transferências para e de Propriedades de investimento	8	1
- Transferências para e de Outros ativos		4
	8	5
Montantes reconhecidos na demonstração de lucros e perdas durante o ano		
- Depreciação	–15	–16
- Desvalorizações	–64	–17
- Reversão de desvalorizações	5	14
	–74	–19
Reavaliações reconhecidas em capital próprio durante o ano	11	32
Alienações	–38	–60
Diferenças cambiais	–17	–6
Balanço de encerramento	**881**	**982**
Valor contabilístico bruto a 31 de dezembro	1,656	1,823
Depreciação acumulada a 31 de dezembro	–504	–635
Desvalorizações cumuladas a 31 de dezembro	–271	–206
Valor contabilístico líquido a 31 de dezembro	**881**	**982**
Excedente da reavaliação		
Balanço de abertura	273	219
Reavaliação no ano	–17	54
Balanço de encerramento	**256**	**273**

O custo ou o preço de compra ascenderam a 1400 milhões de euros (2015: 1551 milhões de euros). O custo ou preço de compra menos a depreciação acumulada e as Desvalorizações teriam sido de 625 milhões de euros (2015: 710 milhões de euros), se a propriedade de uso próprio tivesse sido avaliada pelo custo, em vez de ao justo valor

Alterações no equipamento

	Equipamento para processamento de dados		Instalações e acessórios e outro equipamento		Total	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Balanço de abertura	263	265	708	733	971	998
Adições	161	140	181	176	342	316
Eliminações	-5	-6	-20	-7	-25	-13
Depreciação	-137	-125	-178	-186	-315	-311
Diferenças cambiais	-5	-4	-5	-1	-10	-5
Alterações na composição do grupo e outras alterações	46	-7	6	-7	52	-14
Balanço de encerramento	323	263	692	708	1,015	971
Valor contábil a 31 de dezembro	1 274	1 092	2 432	2 482	3 706	3 574
Depreciação acumulada a 31 de dezembro	-950	-828	-1 740	-1 774	-2 690	-2 602
Desvalorizações acumuladas a 31 de dezembro	-1	-1			-1	-1
Valor contabilístico líquido a 31 de dezembro	**323**	**263**	**692**	**708**	**1 015**	**971**

9 Ativos intangíveis

Alterações nos ativos intangíveis

	Goodwill		Software		Other		Total	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Balanço de abertura	985	1 061	567	574	15	20	1 567	1 655
Adições			93	134			93	134
Despesas capitalizadas			195	122			195	122
Amortização			-182	-265	-5	-5	-187	-270
Imparidades			-45	-15			-45	-15
Diferenças cambiais	-82	-70	-1			-1	-83	-71
Eliminações			-9	-1			-9	-1
Alterações na composição do grupo e outras alterações		-6	-47	18		1	-47	13
Balanço de encerramento	**903**	**985**	**571**	**567**	**10**	**15**	**1 484**	**1 567**
Valor contábil a 31 de dezembro	903	985	1 756	1 706	29	29	2 688	2 720
Amortização acumulada a 31 de dezembro			-1 147	-1 128	-17	-12	-1 164	-1 140
Desvalorizações acumuladas a 31 de dezembro			-38	-11	-2	-2	-40	-13
Valor contabilístico líquido a 31 de dezembro	**903**	**985**	**571**	**567**	**10**	**15**	**1 484**	**1 567**

Goodwill

O goodwill é alocado a grupos de Unidades Geradoras de Caixa (UGC) da seguinte forma:

Alocação do goodwill a grupos de UGC

Grupos de UGC	Método utilizado para valor valor	Taxa de desconto	Taxa de crescimento a longo prazo	Goodwill 2016	Goodwill 2015
Retalho na Bélgica	Valores em utilização	8,64 %	0,45 %	50	50
Retalho na Alemanha	Valores em utilização	7,74 %	0,45 %	349	349
Mercados de Retalho em Crescimento[1,2]	Justo valor menos custo de eliminação	12,48 %	3,19 %	375	427
Banca Grossista[2]	Valores em utilização	8,80 %	0,96 %	129	159
				903	**985**

1 A partir de 2016, o grupo de UGC do Retalho na Europa Central é renomeado Crescimento do Retalho e reforçado com participações asiáticas para estar em consonância com o relato por segmentos, Esta alteração não tem impacto no goodwill alocado a este grupo de UGC em 2016 e 2015.
2 O goodwill relacionado com os Países em Crescimento é alocado em dois grupos de UGC de 375 milhões de euros para o Crescimento do Retalho e 109 milhões para a Banca Grossista.

Não foi reconhecida qualquer desvalorização do goodwill em 2016 (2015: zero). As alterações no goodwill por grupo de UGC em 2016 devem-se às alterações nas taxas de câmbio.

Teste de imparidade do goodwill

As análises à desvalorização em relação ao goodwill são realizadas, pelo menos, anualmente e com mais frequência caso se verifiquem acontecimentos que indicam que pode ter ocorrido desvalorização. O goodwill é testado quanto à desvalorização no nível mais baixo em que é monitorizado para efeitos de gestão interna e é referido como uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) ou grupo de UGC. O goodwill é testado quanto à desvalorização, comparando o valor contabilístico do grupo de UGC (ou seja, o grupo das unidades geradoras de caixa ou UGC) à melhor estimativa da quantia recuperável desse grupo de UGC. Em conformidade com a IAS 36 «Desvalorização de ativos», o valor contabilístico é determinado numa base consistente com a forma como a quantia recuperável da UGC é determinada. O capital IFRS atual é a base para a alocação do valor contabilístico para as UGC, ajustado para a divisão do Retalho/Grossista usando uma chave de alocação de solvência, baseada na participação da UGC em ativos ponderados pelo risco.

Metodologia

São aplicadas várias metodologias para descobrir a melhor estimativa da quantia recuperável. Em consonância com a IFRS, a quantia recuperável é determinada como a maior do justo valor menos os custos de alienação e o Valor de Utilização (VU). O justo valor menos os custos de alienação baseia-se em preços de ações observáveis (contributos de Nível 1 na hierarquia do justo valor), múltiplos observáveis do valor de mercado/valor contabilístico de bancos pares relevantes (Nível 2) ou baseia-se num modelo de fluxo de caixa descontado livre (Nível 3). O cálculo do VU baseia-se num modelo de Dividendos Descontados usando planos de gestão de cinco anos aprovados. Ao estimar o VU de uma UGC, as condições locais e os requisitos determinam os requisitos de fundos próprios, as taxas de desconto e as taxas de crescimento terminal. Essas condições e requisitos locais determinam a capacidade de superar o excesso de capital e lucros para o ING Bank. O cálculo da taxa de desconto inclui outros contributos, como o prémio do mercado acionista, o prémio de risco do país e a inflação a longo prazo, que se baseiam em fontes de mercado e no julgamento da administração . A taxa de crescimento a longo prazo para os países da UE baseia-se numa taxa isenta de risco a longo prazo, com referência ao rendimento de um índice composto constituído por títulos de dívida pública genéricos em euros, com prazo de 30 anos. Para outros países, a taxa de crescimento inclui uma taxa de inflação a longo prazo obtida de fontes de mercado.
O valor contabilístico da UGC excede a quantia recuperável para 2015 e 2016 e, portanto, não é necessária desvalorização.

Sensibilidade dos principais pressupostos

Os principais pressupostos nos testes de desvalorização do goodwill são os rácios valor de mercado/valor contabilístico, a cotação das ações das subsidiárias enumeradas e os parâmetros locais para o Nível 1, a taxa de desconto e as taxas de crescimento a longo prazo. O modelo foi testado para sensibilidade, trocando os principais parâmetros no modelo para valores mais conservadores. A análise de sensibilidade não desencadeou considerações de desvalorização adicionais.

Software

O software inclui software desenvolvido internamente no valor de 395 milhões de euros (2015: 319 milhões de euros).

A partir de 2016, o período de amortização do software capitalizado é alterado de três para cinco anos. A alteração é aplicada prospectivamente. A alteração resulta numa cobrança mais baixa na demonstração de lucros e perdas para o ano. A alteração não tem qualquer impacto significativo na demonstração de lucros e perdas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2016 e não se espera que tenha um impacto significativo na demonstração de lucros e perdas do ING Bank nos próximos anos. A amortização de software e de outros ativos intangíveis está incluída na demonstração de lucros e perdas em Outras despesas operacionais. É feita referencia à Nota 26 «Outras despesas operacionais».

10 Outros ativos

Outros ativos por tipo	2016	2015
Ativos de benefícios líquidos definidos	609	643
Propriedades de investimento	65	77
Promoção imobiliária e obtida através de execuções hipotecárias	184	212
Juros e rendas acumulados	5589	6 256
Outros ativos acumulados	884	717
Valores a serem liquidados	4804	2087
Outros	2 571	2280
	14 706	**12 272**

Na Nota 31 «Pensões e outros benefícios pós-emprego» são referidas divulgações em relação aos ativos de benefícios líquidos definidos.

Promoção imobiliária e obtida através de execuções hipotecárias

Promoção imobiliária e obtida através de execuções hipotecárias	2016	2015
Propriedade desenvolvida	109	141
Propriedade obtida através de execuções hipotecárias	75	71
	184	**212**
Valor contábil a 31 de dezembro	469	531
Desvalorizações acumuladas a 31 de dezembro	–285	–319
Valor contabilístico líquido	**184**	**212**

Juros e rendas acumulados

A 31 de dezembro de 2016, a rubrica inclui juros acumulados de zero (2015: 2290 milhões de euros) em ativos derivados de negociação e zero (2015: 2892 milhões de euros) em empréstimos e obrigações disponíveis para venda. Os juros acumulados sobre ativos derivados de negociação devem ser considerados juntamente com os juros acumulados sobre passivos derivados de negociação, conforme incluído em Outros passivos. É feita referencia à Nota 16 «Outros passivos». O restante do saldo refere-se, principalmente, a juros acumulados sobre coberturas de fluxo de caixa, coberturas do justo valor e outros derivados não negociados.

Outros ativos acumulados

Em 2016, os Outros ativos acumulados aumentaram em 167 milhões de euros, sobretudo devido a transações com cartão.

Valores a serem liquidados

Os valores a serem liquidados são principalmente transações não liquidadas na data do balanço financeiro. São de curto prazo e espera-se que sejam liquidadas logo após a data do balanço financeiro. O aumento em 2016 é parcialmente atribuível à reclassificação de Itens a serem liquidados em relação a transações de títulos. Os Itens a serem liquidados relativamente às transações de títulos de zero, a 31 de dezembro de 2016 (31 de dezembro de 2015: 1499 milhões de euros), foram previamente relatados nos Empréstimos e adiantamentos a clientes e nos Empréstimos e adiantamentos a bancos, com base na materialidade, os valores comparativos, a 31 de dezembro de 2015, não foram ajustados. Além disso, o aumento do saldo, a 31 de dezembro de 2016, deve-se a uma maior atividade de mercado em relação ao final do ano.

Outros

Outros ativos - Outros refere-se, sobretudo, a outros valores a receber mo decorrer normal dos negócios.

Passivos

11 Depósitos de bancos

Os depósitos de bancos incluem dívida não subordinada de bancos, exceto para valores sob a forma de títulos de dívida.

Depósitos de bancos por tipo

	Holanda		Internacional		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Sem juros		1 299	449	1 063	449	2 362
Com juros	13 778	12 331	17 737	19 115	31 515	31 446
	13 778	**13 630**	**18 186**	**20 178**	**31 964**	**33 808**

Em 2016, o ING participou nas novas operações de refinanciamento de longo prazo (TLTRO II) de 10,7 mil milhões de euros e resgatou precocemente as antigas tranches TLTRO I por 8,7 mil milhões de euros.

As TLTRO visam estimular a concessão de empréstimos à economia real na Zona Euro. A taxa de juros das TLTRO é fixada ao longo da vida de cada operação à taxa de referência do Banco Central Europeu.

É feita referência à Nota 38 «Transferência de ativos financeiros» para informações sobre o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra.

12 Depósitos de clientes

Depósitos de clientes

	2016	2015
Contas poupança	315 697	305 941
Saldos de crédito em contas de clientes[1]	173 346	316 787
Depósitos empresariais	40 725	48 137
Outros	1328	1 339
	531 096	**672 204**

1 Os valores comparativos, a 31 de dezembro de 2015, são ajustados como resultado de uma alteração nas políticas contabilísticas. O total de Depósitos de clientes, a 31 de dezembro de 2015, aumentou em 163,1 mil milhões de euros, de 508,7 mil milhões de euros para 671,8 mil milhões de euros, como resultado de um aumento nos Saldos de crédito em contas de clientes. É feita referência à Nota 1 «Políticas Contabilísticas» - Alterações nas políticas contabilísticas e Alterações na apresentação em 2016.

Depósitos de clientes por tipo

	Países Baixos[1]		Internacional		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Sem juros	13 579	12 360	16 911	13 367	30 490	25 727
Com juros[1]	159 557	318 914	341 049	327 563	500 606	646 477
	173 136	**331 274**	**357 960**	**340 930**	**531 096**	**672 204**

1 Os valores comparativos, a 31 de dezembro de 2015, são ajustados como resultado de uma alteração nas políticas contabilísticas. O total de Depósitos de clientes, a 31 de dezembro de 2015, aumentou em 163,5 mil milhões de euros de 508,7 mil milhões de euros para 672,2 mil milhões de euros. É feita referência à Nota 1 «Políticas Contabilísticas» - Alterações nas políticas contabilísticas em 2016.

As contas poupanças referem-se aos saldos em contas poupança, registos de poupança, depósitos de poupança e depósitos a prazo de clientes pessoais. Os juros devidos em contas poupança, que são contratualmente adicionados às contas, também estão incluídos.

É feita referência à Nota 38 «Transferência de ativos financeiros» para informações sobre o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra.

13 Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas

Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas	2016	2015
Passivos detidos para negociação	83 167	88 807
Derivados não negociados	3585	4 364
Designado ao justo valor através de lucros ou perdas	12 266	12 616
	99 018	**105 787**

Passivos detidos para negociação

Passivos detidos para negociação por tipo	2016	2015
Títulos de capital próprio	1 975	3 773
Títulos de dívida	4146	5 342
Fundos em depósito	37 753	38 789
Derivados	39 293	40 903
	83 167	**88 807**

A diminuição dos passivos de negociação deve-se, sobretudo, à redução de posições curtas, ao termo de contratos e a alterações no justo valor decorrentes das taxas de juro de mercado e taxas de câmbio. É feita referência à Nota 4 «Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas» para mais informações sobre os ativos detidos para negociação.

É feita referência à Nota 38 «Transferência de ativos financeiros» para informações sobre o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra.

Derivados não negociados

Derivados não negociados por tipo	2016	2015
Derivados utilizados em:		
– coberturas do justo valor	1888	2 411
– coberturas de fluxo de caixa	671	1 167
– coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro	33	52
Outros derivados não negociados	993	734
	3585	**4364**

Outros derivados não negociados incluem, sobretudo, swaps de taxas de juro e swaps de câmbio de moeda estrangeira para as quais não é aplicada nenhuma contabilidade de cobertura.

Designado pelo justo valor através de lucros ou perdas

Designado pelo justo valor através de lucros ou perdas por tipo	2016	2015
Títulos de dívida	10 736	11 623
Fundos confiados	969	407
Passivos subordinados	561	586
	12 266	**12 616**

Em 2016, a alteração no justo valor dos passivos financeiros designado pelo justo valor através de lucros e perdas atribuíveis a alterações de risco de crédito foi de 50 milhões de euros (2015: –163 milhões de euros) e 170 milhões de euros (2015: –119 milhões de euros) numa base cumulativa. Esta alteração foi determinada como a quantia de alteração no justo valor do passivo financeiro que não é atribuível às alterações nas condições do mercado que deram origem ao risco de mercado (ou seja, principalmente risco de taxa de juros com base nas curvas de rendimento).

A quantia que o ING Bank é contratualmente obrigado a pagar até à data de vencimento aos detentores de passivos financeiros designado pelo justo valor através de lucros e perdas é de 11 720 milhões de euros (2015: 12 220 milhões de euros).

14 Provisões

Provisões por tipo

	2016	2015
Provisões de reorganização	1482	670
Outras provisões	546	294
	2028	**964**

Provisões de reorganização

Alterações nas provisões de reorganização

	2016	2015
Balanço de abertura	670	728
Adições	1202	180
Montantes não utilizados revertidos	–13	–15
Utilizadas	–365	–226
Diferenças cambiais	–5	5
Alterações na composição do grupo e outras alterações	–7	–2
Balanço de encerramento	**1482**	**670**

Em 2016, o ING Bank reconheceu uma provisão de reorganização adicional de 1032 milhões de euros, para as reduções previstas da força de trabalho pelos programas de transformação digital pretendidos, conforme anunciado no Dia do Investidor do ING a 3 de outubro. Espera-se que as iniciativas pretendidas resultem numa redução da força de trabalho do ING, principalmente na Bélgica e nos Países Baixos em 2016-2021.

Em 2015, as Adições às provisões de reorganização foram principalmente atribuídas às iniciativas de reorganização existentes no Retalho nos Países Baixos e na Bélgica.

Estas iniciativas são implementadas durante um período de vários anos e a estimativa das provisões de reorganização é inerentemente incerta. A provisão à data do balanço financeiro representa a melhor estimativa das despesas de despedimento previstas e espera-se que seja suficiente para cobrir estes custos.

Outras provisões

Alterações nas outras provisões

	Contencios		Outras		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Balanço de abertura	187	190	107	99	294	289
Adições	235	105	120	8	355	113
Montantes não utilizados revertidos	–46	–81	–6	–24	–52	–105
Utilizadas	–28	–17	–19	–2	–47	–19
Diferenças cambiais	–1	–2	–1	–1	–2	–3
Alterações na composição do grupo e outras alterações	6	–8	–8	27	–2	19
Balanço de encerramento	**353**	**187**	**193**	**107**	**546**	**294**

Em 2016, Outras provisões - outras alterações incluem montantes relacionados com Cartas de Crédito / Garantias de 119 milhões de euros. No geral, as Outras provisões são de natureza de curto prazo. A 31 de dezembro de 2016, os montantes que se espera que sejam liquidados num prazo de doze meses, equivalem a 322 milhões de euros. Os valores incluídos nas outras provisões baseiam-se nas melhores estimativas em relação aos valores e periodicidade dos fluxos de caixa necessários para liquidar a obrigação.

Incluída nas Outras provisões - Contencioso em 2016 e 2015, está uma provisão relacionada com os derivados da taxa de juros variável que foram vendidos nos Países Baixos. É feita referencia à Nota 26 «Outras despesas operacionais» e à Nota 41 «Procedimentos legais».

Incluída em Outras provisões - Contencioso em 2016, está uma provisão relacionada com os danos do plano de seguro de saúde para funcionários reformados do ING Belgium. É feita referencia à Nota 26 «Outras despesas operacionais» e à Nota 41 «Procedimentos legais».

15 Outros passivos

Outros passivos por tipo	2016	2015
Passivos de benefícios líquidos definidos	521	498
Outros benefícios pós-emprego	87	98
Outros passivos relacionados com funcionários	472	349
Outros impostos e contribuições para a segurança social	494	565
Juros acumulados	4 373	5 090
Custos a pagar	2243	1 874
Valores a serem liquidados	6391	2 390
Outros	2212	2 159
	16 793	**13 023**

Na Nota 31 «Pensões e outros benefícios pós-emprego» são referidas divulgações em relação aos passivos de benefícios líquidos definidos.

Outros passivos relacionados com funcionários

Os outros passivos relacionados com funcionários incluem provisões para férias, provisões de remuneração variável, provisões por anos de serviço e provisões por deficiência/doença.

Valores a serem liquidados

Os valores a serem liquidados aumentaram a 31 de dezembro de 2015 como resultado da reclassificação dos Itens a serem liquidados relativamente às transações de títulos. Os Itens a serem liquidados relativamente às transações de títulos de 3572 milhões de euros, a 31 de dezembro de 2016 (31 de dezembro de 2015: 2253 milhões de euros), foram previamente reportados em Depósitos de clientes e Depósitos de bancos. Com base na materialidade, os valores comparativos, a 31 de dezembro de 2015, não foram ajustados. Além disso, o restante aumento, a 31 de dezembro de 2016, deve-se a uma maior atividade de mercado em relação ao final do ano.

Outros

Outros passivos - Outros refere-se, sobretudo, a acréscimos no final do ano. Incluídos em Outros passivos - Outros, estão acréscimos relacionados com as contribuições do ING para o Sistema de Garantia de Depósitos (SGD) e o Fundo Único de Resolução (FUR).

16 Títulos de dívida emitidos

Os títulos de dívida emitidos referem-se a obrigações e outros títulos de dívida emitidos com taxas de juros fixas ou taxas de juros com base em níveis flutuantes da taxa de juros, tais como certificados de depósito e valores admitidos emitidos pelo ING Bank, exceto para itens subordinados. Os títulos de dívida emitidos não incluem títulos de dívida apresentados como passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas. O ING Bank não possui títulos de dívida que são emitidos por razões diferentes das disponíveis no curso regular dos negócios. Os vencimentos dos títulos de dívida são os seguintes:

Títulos de dívida emitidos - vencimentos	2016	2015
Títulos de dívida de taxa fixa		
Dentro de 1 ano	25 458	39 979
Mais de 1 ano, mas menos de 2 anos	12 151	6 057
Mais de 2 anos, mas menos de 3 anos	7365	11 192
Mais de 3 anos, mas menos de 4 anos	7893	6 068
Mais de 4 anos, mas menos de 5 anos	8674	7 845
Mais de 5 anos	14 537	20 181
Total de títulos de dívida de taxa fixa	**76 078**	**91 322**
Títulos de dívida de taxa variável		
Dentro de 1 ano	13 278	9 483
Mais de 1 ano, mas menos de 2 anos	2724	6 056
Mais de 2 anos, mas menos de 3 anos	4168	1 958
Mais de 3 anos, mas menos de 4 anos	793	2 827
Mais de 4 anos, mas menos de 5 anos	320	476
Mais de 5 anos	3944	5 434
Total de títulos de dívida de taxa variável	**25 227**	**26 234**
Total de títulos de dívida	**101 305**	**117 556**

Em 2016, a diminuição de 16,3 mil milhões de euros nos títulos de dívida emitidos deve-se, sobretudo, a uma diminuição de 7,3 mil milhões de euros nas obrigações vencidas a longo prazo, diminuição de 6,5 mil milhões de euros nos certificados de depósito, diminuição de 2,9 mil milhões de euros nas obrigações cobertas, diminuição de 2,1 mil milhões de euros noutros títulos de dívida emitidos, parcialmente compensados por um aumento de 2,5 mil milhões de euros no papel comercial.

A 31 de dezembro de 2016, o ING Bank possui linhas de créditos não utilizadas disponíveis, incluindo o pagamento de empréstimos de papel comercial relativos a títulos de dívida emitidos de 12 015 milhões de euros (2015: 14 646 milhões de euros).

17 Empréstimos subordinados

Os empréstimos subordinados relacionam obrigações de capital subordinado e empréstimos privados que podem ser incluídos no cálculo do rácio de capital.

Os empréstimos subordinados incluem 6603 milhões de euros (2015: 7248 milhões de euros) de empréstimos que se qualificam como capital de Nível 1. Estes empréstimos foram aplicados no ING Bank N.V. pelo ING Group.

Alterações nos empréstimos subordinados	2016	2015
Balanço de abertura	15 920	16 599
Novas emissões	1085	2 085
Reembolsos	–961	–4 244
Diferenças cambiais e outros	60	1480
Balanço de encerramento	**16 104**	**15 920**

A taxa de juros média dos empréstimos subordinados é de 4,82 % (2015: 4,81 %). As despesas com juros durante o ano de 2016 foram de 780 milhões de euros (2015: 820 milhões de euros).

Em abril de 2016, o ING Bank NV emitiu instrumentos com elegibilidade DFP IV de Nível 2 de 1000 milhões de euros. Isto foi compensado pelo reembolso de um empréstimo perpétuo de 800 milhões de USD ao ING Group N.V. O ING classificou este instrumento como um passivo financeiro devido aos pagamentos de juros contratuais e à data de vencimento fixo.

Equidade

18 Capital próprio

Capital próprio total	2016	2016	2014
Capital social e prémio de emissão			
- Capital social	525	525	2 085
- Prémio de emissão	16 542	16 542	16 542
	17 067	**17 067**	**17 067**
Outras reservas			
- Reservas de reavaliação: Disponível para venda e outros	3832	3896	3615
- Reservas de reavaliação: Cobertura de fluxo de caixa	777	675	875
- Reservas de reavaliação: Propriedade de uso próprio	201	326	291
- Reserva da remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos	–371	–306	–370
- Reserva de conversão de moeda	–791	–540	–609
- Participações de filiais, empreendimentos conjuntos e outras reservas	2187	1733	1677
	5835	**5784**	**5479**
Lucros retidos	20 638	18 006	15 518
Capital próprio dos acionistas (empresa-mãe)	**43 540**	**40 857**	**38 064**
Participação não controladora	606	638	622
Capital próprio total	**44 146**	**41 495**	**38 686**

Os seguintes componentes do capital próprio, tal como incluídos em Outras reservas, não podem ser distribuídos livremente: Reserva de reavaliação, reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos, reserva de conversão de moeda estrangeira, reserva de participações de filiais e empreendimentos conjuntos e a parte de Outras reservas que se relacionada com o antigo Stichting Regio Bank e o antigo Stichting Vakbondsspaarbank SPN

Capital social e prémio de emissão

Capital social

Capital social - ações ordinárias						
				Ações ordinárias (por valor 1,13 euros)		
		Número x 1000			Valor em milhões de euros	
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Capital social autorizado	1 600 000	1 600 000	1 600 000	1808	1808	1808
Capital social não emitido	1 134 965	1 134 965	1 134 965	1 283	1 283	1 283
Capital social emitido	**465 035**	**465 035**	**465 035**	**525**	**525**	**525**

Não ocorreram alterações no capital social e prémio de emissão emitidos em 2016, 2015 e 2014.

Todas as ações ordinárias são nominativas. Não foram emitidos certificados de ações. As ações ordinárias podem ser transferidas por um ato de transferência, sujeito à aprovação da assembleia geral do ING Bank. O valor nominal das ações ordinárias é de 1,13 euros.

O capital em ações ordinárias autorizado do ING Bank N.V. consiste em 1600 milhões de ações, das quais, a 31 de dezembro de 2016, 465 milhões de ações ordinárias foram emitidas e pagas na íntegra.

O ING Bank tem 50 ações preferenciais autorizadas com valor nominal de 1,13 euros por ação preferencial. A 31 de dezembro de 2016, 7 ações preferenciais foram emitidas e pagas na íntegra (2015: 7 ações preferenciais; 2014: 7 ações preferenciais) no valor de 8 euros (2015: 8 euros; 2014: 8 euros).

Restrições aplicáveis a dividendos
O ING Bank N.V. e as suas empresas do grupo holandês estão sujeitas a restrições legais em relação ao montante dos dividendos que podem pagar aos seus acionistas. O Código Civil Holandês contém a restrição de que os dividendos só podem ser pagos até um montante igual ao excesso dos fundos próprios da empresa através do capital e reservas realizadas exigidas por lei. Além disso, algumas empresas do Banco estão sujeitas a restrições sobre a quantidade de fundos que podem transferir sob a forma de dividendos, ou de outra forma, para a empresa-mãe.

Por outro lado, além das restrições em relação aos requisitos mínimos de fundos próprios que são impostos por reguladores da indústria nos países em que as filiais operam, existem outras limitações em certos países.

Outras reservas
Reservas de reavaliação: Disponível para venda e outros

Alterações nas reservas de reavaliação: Disponível para venda e outros	2016	2015	2014
Balanço de abertura	3896	3615	1 870
Reavaliações não realistas	208	298	1 866
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas	–272	–17	–121
Balanço de encerramento	**3832**	**3896**	**3 615**

Em 2016, a reserva de reavaliação disponível para venda diminuiu em 154 milhões de euros em relação à libertação de reservas de reavaliação previamente reconhecidas, incluídas na rubrica Reavaliações não realizadas em 2015, em ações detidas na VISA Europe Limited. É feita referencia à Nota 5 «Investimentos», à Nota 33 «Justo valor dos ativos e passivos» e à Nota 47 «Outros acontecimentos».

Reservas de reavaliação: Cobertura de fluxo de caixa

Alterações nas reservas de reavaliação: Cobertura de fluxo de caixa	2016	2015	2014
Balanço de abertura	675	875	–776
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa	102	–200	1 651
Balanço de encerramento	**777**	**675**	**875**

Reservas de reavaliação: Propriedade de uso próprio

Alterações nas reservas de reavaliação: Propriedade de uso próprio	2016	2015	2014
Balanço de abertura	326	291	320
Reavaliações não realistas	2	35	–29
Alterações na composição do grupo e outras alterações	–127		
Balanço de encerramento	**201**	**326**	**291**

Em 2016, os –127 milhões de euros são uma transferência da reserva de reavaliação aos lucros retidos.

Reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos
É feita referência à Nota 31 «Pensões e outros benefícios pós-emprego».

Reserva de conversão de moeda

Alterações na reserva de moeda	2016	2015	2014
Balanço de abertura	–540	–609	–989
Reavaliações não realistas	–76	–231	–6
Diferenças cambiais	–175	300	386
Balanço de encerramento	**–791**	**–540**	**–609**

As reavaliações não realizadas estão relacionadas com as alterações no valor dos instrumentos de cobertura que são designados como coberturas de investimento líquido.

Participações de filiais, empreendimentos conjuntos e outras

Participações de filiais e empreendimentos conjuntos e outras reservas	2016	2015	2014
Participações das reservas de filiais e empreendimentos conjuntos	576	352	363
Outras reservas	1611	1381	1 314
	2187	**1733**	**1677**

Participações da reserva de filiais, empreendimentos conjuntos

Alterações nas participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos	2016	2015	2014
Balanço de abertura	352	363	328
Alterações na composição do grupo e outras alterações	224	–11	35
Balanço de encerramento	**576**	**352**	**363**

Outras reservas

Alterações nas outras reservas	2016	2015	2014
Balanço de abertura	1381	1 314	1 240
Resultado para o ano	124	131	83
Alterações na composição do grupo e outras alterações	106	–64	–9
Balanço de encerramento	**1611**	**1 381**	**1 314**

Lucros retidos

Alterações nos lucros retidos	2016	2015	2014
Balanço de abertura	18 006	15 518	16 416
Resultado para o ano	4103	4 528	2 661
Dividendo	–1345	–2 200	–1 225
Opções de ações de funcionários e planos de ações	72	70	55
Alterações na composição do grupo e outras alterações	–198	90	–2 389
Balanço de encerramento	**20 638**	**18 006**	**15 518**

Em 2016, foi pago um dividendo de 1345 milhões de euros ao ING Group.

Em 2015, foi pago um dividendo de 2200 milhões de euros ao ING Group.

Em 2014, as alterações na composição do grupo e outras alterações incluem uma redução de 2235 milhões de euros em lucros retidos, como resultado da realização de parte da reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos devido à independência financeira do Fundo de Pensões do ING Holandês.

Notas à demonstração consolidada de lucros ou perdas

19 Rendimento líquido dos juros

Rendimento líquido dos juros	2016	2015	2014
Rendimento dos juros em empréstimos	18 388	19 177	20 136
Rendimento dos juros em empréstimos em imparidade	69	42	56
Juros negativos sobre os passivos	191	66	6
Total do rendimento dos juros em empréstimos	**18 648**	**19 285**	**20 198**
Rendimento dos juros em títulos disponíveis para venda	1 659	1 785	2 009
Rendimento dos juros em títulos detidos até ao vencimento	97	101	83
Rendimento dos juros sobre derivados negociados	16 081	17 151	17 476
Rendimento dos juros noutra carteira de negociação	728	677	851
Rendimento dos juros nos derivados não negociados (sem contabilidade de cobertura)	666	849	1 684
Rendimento dos juros nos derivados não negociados (contabilidade de cobertura)	6,213	6 394	5 977
Outros rendimentos dos juros	129	155	98
Rendimento dos juros	**44 221**	**46 397**	**48 376**
Despesas com juros sobre depósitos de bancos	283	302	338
Despesas com juros sobre depósitos de clientes	3 161	4 180	5 361
Despesas com juros em títulos de dívida	2 174	2 390	2 593
Despesas com juros em empréstimos subordinados	780	820	716
Despesas com juros sobre derivados negociados	16 263	17 408	17 388
Despesas com juros sobre outros passivos detidos para negociação	210	207	329
Despesas com juros em derivados não negociados (sem contabilidade de cobertura)	766	781	1,512
Despesas com juros em derivados não negociados (contabilidade de cobertura)	6 720	7 181	7 123
Outras despesas com juros	363	344	410
Juros negativos em ativos	184	40	
Despesas com juros	**30 904**	**33 653**	**35 770**
Rendimento líquido dos juros	**13 317**	**12 744**	**12 606**

Em 2016, o aumento dos ativos totais médios (com os saldos de *cash pool* ainda calculados numa base líquida para fornecer informações consistentes), combinado com uma melhoria da margem dos juros líquidos, levaram a um aumento de 573 milhões de euros no rendimento dos juros líquido. O aumento dos ativos totais médios foi principalmente atribuível ao aumento dos empréstimos a clientes, parcialmente compensado por uma queda nos ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou perdas.

Em 2015, o aumento dos ativos totais médios (excluindo Ativos detidos para venda), combinado com uma queda na margem dos juros líquidos, levou a um aumento de 138 milhões de euros no rendimento líquido dos juros. O aumento nos ativos totais médios (com os saldos de *cash pool* ainda calculados numa base líquida) foi parcialmente atribuível a um aumento nos empréstimos a clientes.

Em 2014, a redução dos ativos totais médios, combinada com uma melhoria da margem dos juros líquidos, levou a um aumento de 643 milhões de euros no rendimento líquido dos juros. A diminuição dos ativos totais médios (com os saldos de *cash pool* ainda calculados numa base líquida) foi parcialmente atribuível à desconsolidação do ING Vysya e à transferência adicional de ativos do WestlandUtrecht Bank para o NN Group.

Em 2016, o rendimento dos juros total e a despesa total com juros para derivados não negociados utilizado na contabilidade de cobertura e para itens não valorizados ao justo valor através dos lucros e perdas equivale a 26 648 milhões de euros e 13 348 milhões, respetivamente (2015: –27 675 milhões de euros e 14 969 milhões de euros; 2014: 28 307 milhões de euros e 16 204 milhões de euros).

20 Receitas líquidas de comissões

Receitas de taxas e comissões	2016	2015	2014
Transferência de fundos	1103	1 014	1006
Atividade de títulos financeiros	497	570	538
Mediação de seguros	181	185	172
Taxas de gestão de ativos	91	77	163
Taxas de mediação e de consultoria	477	436	370
Outros	1232	1 138	1065
	3581	**3420**	**3314**

Incluídas em Outros, estão as taxas de comissão de 202 milhões de euros (2015: 171 milhões de euros; 2014: 163 milhões de euros) em relação a garantias bancárias, taxas de comissão de 44 milhões de euros (2015: 30 milhões de euros; 2014: 23 milhões de euros) em relação à subscrição de empréstimos de sindicação, taxas de financiamento estruturadas de 110 milhões de euros (2015: 87 milhões de euros; 2014: 89 milhões de euros) e instrumentos coletivos distribuídos mas não geridos pelo ING de 145 milhões de euros (2015: 145 milhões de euros; 2014: 19 milhões de euros).

Despesas com taxas e comissões	2016	2015	2014
Transferência de fundos	403	385	355
Atividade de títulos financeiros	166	158	151
Mediação de seguros	8	18	14
Taxas de gestão de ativos	5	8	6
Taxas de mediação e de consultoria	166	140	87
Outros	400	391	410
	1148	**1100**	**1023**

21 Resultados de avaliação e resultados líquidos em operações financeiras

Resultados de avaliação e resultados líquidos em operações financeiras	2016	2015	2014
Resultados da negociação de títulos	–369	1 352	673
Resultados da negociação de derivados	706	600	425
Alteração no justo valor dos derivados relacionada com			
– coberturas do justo valor	241	1 243	–486
– coberturas de fluxo de caixa (porção ineficaz)	–16	31	35
– outros derivados não negociados	1709	–164	128
Alteração no justo valor dos ativos e passivos (itens cobertos)	–223	–1 308	536
Resultados de avaliação sobre ativos e passivos designados pelo justo valor através de lucros e perdas	–79	372	–583
Resultados das operações de câmbio	–900	–859	–521
Outros	24	66	–16
	1093	**1333**	**191**

Os resultados da negociação de títulos incluem os resultados da criação de mercado em instrumentos como títulos de dívida pública, títulos de capital próprio, títulos de dívida de empresas, instrumentos do mercado monetário e derivados da taxa de juros, como swaps, opções, contratos futuros e a prazo. Os resultados das operações de câmbio incluem os lucros e perdas de contratos à vista e contratos a prazo, opções, futuros e ativos e passivos de conversão cambial.

A porção de lucros e perdas referentes a títulos para negociação ainda detidos a 31 de dezembro de 2016 ascende a –232 milhões de euros (2015: 147 milhões de euros; 2014: –18 milhões de euros).

Os resultados líquidos em operações financeiras referem-se a ativos detidos para negociação e passivos detidos para negociação que incluem ativos e passivos classificados pelas IFRS como «Negociados», mas que estão intimamente relacionados com a satisfação das necessidades dos clientes do ING. O ING oferece produtos que são negociados nos mercados financeiros aos seus clientes institucionais, empresariais e aos governos. Uma parte significativa dos derivados na carteira de negociação está relacionada com a assistência aos clientes empresariais na sua gestão de riscos para cobrir, por exemplo, exposições cambiais ou às taxas de juros. Além disso, o ING oferece acesso a capital próprio e mercados de dívida para que os seus clientes possam emitir os seus próprios títulos de capital próprio e títulos de dívida («subscrição de títulos»). Embora sejam apresentados como Negociados nas IFRS, estão diretamente relacionados com serviços para os clientes do ING. Os empréstimos e valores a receber na carteira de negociação referem-se, principalmente, a acordos de recompra (reversa), que são comparáveis a empréstimos garantidos (concessão de empréstimos). Estes produtos são utilizados pelo ING como parte das suas próprias atividades regulares de tesouraria mas também estão relacionados com a função que o ING desempenha como intermediário entre diferentes clientes profissionais. Os ativos e passivos detidos para negociação por conta e risco do ING são muito limitados. A partir de uma perspetiva de risco, o valor bruto dos ativos detidos para negociação deve ser considerado em conjunto com o valor bruto dos passivos detidos para negociação, que são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira. Contudo, as IFRS não permitem a compensação destas posições na demonstração da posição financeira. É feita referência à Nota 4 «Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas» e à Nota 14 «Passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas» para mais informações sobre os passivos detidos para negociação.

A maior parte dos riscos envolvidos na segurança e na troca de moeda é economicamente coberta com derivados. Os resultados da negociação dos títulos são parcialmente compensados pelos resultados nestes derivados. O resultado destes derivados é incluído nos resultados da negociação de derivados.

As carteiras de negociação do ING Bank são geridas com base em limites internos e compreendem um conjunto de produtos com resultados que podem ser compensados. Os resultados são apresentados em várias rubricas na demonstração de lucros e perdas. É feita referência à Nota 19 «Rendimento líquido dos juros».

Em 2016, os resultados da negociação de derivados incluem 36 milhões de euros em ajustes CVA/DVA em derivados de negociação, em comparação com 98 milhões de euros em ajustes de CVA/DVA em 2015 (2014: –205 milhões de euros).

Os resultados de avaliação e os resultados líquidos em operações financeiras incluem os movimentos de justo valor sobre derivados (utilizados para a contabilidade de cobertura e para as exposições economicamente cobertas), bem como as alterações no justo valor dos ativos e passivos incluídos nas relações de cobertura como itens cobertos. Além disso, os resultados da avaliação e os resultados líquidos em operações financeiras incluem os resultados em ativos e passivos designados ao justo valor através de lucros ou perdas.

Incluídos nos Resultados de avaliação e nos resultados líquidos em operações financeiras estão os movimentos do justo valor sobre derivados utilizados para cobrir economicamente as exposições, mas para os quais não se aplica nenhuma contabilidade de cobertura. Os movimentos de justo valor sobre os derivados são influenciados por alterações nas condições de mercado, como preços de ações, taxas de juros e taxas de câmbio.

Os resultados líquidos de avaliação sobre derivados não negociados refletem-se na demonstração dos fluxos de caixa consolidados na rúbrica «Resultado antes do imposto - Ajustado para: outro».

Os resultados de avaliação sobre ativos e passivos designados ao justo valor através de lucros e perdas incluem alterações ao justo valor em determinados títulos de dívida emitidos. Os resultados de avaliação sobre ativos e passivos designados ao justo valor através de lucros ou perdas deveram-se, principalmente, a alterações no justo valor dos passivos financeiros impulsionados por alterações nas condições de mercado e alterações no próprio risco de crédito, conforme divulgado na Nota 13 «Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas». As condições de mercado incluem desenvolvimentos no spread de crédito.

Em 2016, os resultados de avaliação sobre ativos e passivos designados ao justo valor através de lucros e perdas (excluindo a negociação), incluem ajustes do justo valor dos próprios títulos emitidos, no valor de –70 milhões de euros (2015: 404 milhões de euros; 2014: –632 milhões de euros), dos quais o ajuste DVA em títulos próprios emitidos, em 2016, ascendeu a –50 milhões de euros (2015: 163 milhões de euros; 2014: –98 milhões de euros).

22 Rendimento dos investimentos

Rendimento dos investimentos	2016	2015	2014
Rendimento de dividendos	87	63	36
Lucros e perdas realizados na alienação de títulos de dívida	107	127	142
Desvalorizações de títulos de dívida disponíveis para venda		–17	
Reversão de desvalorizações de títulos de dívida disponíveis para venda			1
Lucros e perdas realizados e desvalorizações de títulos de dívida	**107**	**110**	**143**
Lucros e perdas realizados na alienação de títulos de capital próprio	236	67	39
Desvalorizações de títulos de capital próprio disponíveis para venda	–13	–117	–14
Lucros e perdas realizados e desvalorizações de títulos de capital próprio	**223**	**–50**	**25**
Rendimento de ganhos/perdas de justo valor em propriedades de investimento	4	4	9
Rendimento dos investimentos	**421**	**127**	**213**

Em 2016, o rendimento de dividendos inclui 16 milhões de euros recebidos como resultado da fusão entre a Equens SE e a Worldline. É feita referência à Nota 5 «Investimentos».

Em 2016, os lucros/perdas realizados na alienação de títulos de capital próprio incluem principalmente 163 milhões de euros, compostos pelo ganho na alienação das ações detidas na VISA Europe. Para mais informações sobre a alienação de ações detidas na VISA Europe Limited, faz-se referência à Nota 47 «Outros acontecimentos»

As desvalorizações e reversões de desvalorizações em investimentos são apresentadas dentro do rendimento dos investimentos, que faz parte do Rendimento total.

Desvalorizações e reversões de desvalorizações em investimentos por segmento						
	Desvalorizações			Reversão de desvalorizações		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Retalho na Bélgica		–5				
Banca Grossista	–8	–129	–14			1
Banca de Linha Empresarial	–5					
	–13	**–134**	**–14**	**-**	**-**	**1**

23 Resultado da alienação das empresas do grupo

Resultado da alienação das empresas do grupo	2016	2015	2014
Baring Private Equity Partners	1	7	
ING Lease UK		–5	
ING Vysya			202
Outros	**-**	**-**	–7
	1	**2**	**195**

Em 2015, o resultado da alienação das empresas do grupo incluía lucros diferidos realizados sobre as alienações de 7 milhões de euros em períodos anteriores relacionados com a Baring Private Equity Partners e uma emissão de goodwill referente à alienação das restantes carteiras do ING Lease (Reino Unido). É feita referência à Nota 9 «Ativos intangíveis».

Em 2014, o resultado da alienação das empresas do grupo incluiu um lucro de 202 milhões de euros na desconsolidação do ING Vysya. É feita referência à Nota 7 «Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos», à Nota 9 «Segmentos», à Nota 30 «Informações sobre áreas geográficas» e à Nota 45 «Partes relacionadas.»

24 Outros rendimentos

Outros rendimentos	2016	2015	2014
Rendimento da locação operacional líquida	2	2	5
Rendimento de projetos de desenvolvimento de Promoção imobiliária	1	8	
Outros	169	41	97
	172	**51**	**102**

O rendimento da locação operacional líquida inclui um rendimento de 21 milhões de euros (2015: 19 milhões de euros; 2014: 23 milhões de euros) e uma depreciação de 19 milhões de euros (2015: 17 milhões de euros; 2014: 18 milhões de euros).

Em 2016, Outros rendimentos - Outros incluem 16 milhões de euros relativos à alienação de ações detidas na VISA Europe Limited. Para mais informações sobre a transação VISA, é feita referência à Nota 47 «Outros acontecimentos».

Em 2015, os Outros rendimentos - Outros foram afetados por resultados positivos na venda de empréstimos e bens, parcialmente compensados por encargos não recorrentes relacionados com o aumento dos pré-pagamentos e renegociações das hipotecas.

25 Despesas com pessoal

Despesas com pessoal	2016	2015	2014
Salários	3224	3 221	3149
Custos com pensões e outros custos relacionados com os funcionários	344	275	1218
Custos com a segurança social	512	514	514
Acordos de compensação com base em ações[1]	72	70	55
Funcionários externos	636	634	623
Educação	70	68	57
Outros custos com funcionários	178	180	167
	5036	**4962**	**5783**

1 Os acordos de compensação com base em ações são compensados pelo capital próprio

Em 2015, houve um novo acordo coletivo de trabalho nos Países Baixos que resulta em direitos reduzidos a benefícios futuros. O impacto deste novo acordo foi incluído em Pensões e outros custos de benefícios relacionados com funcionários.

Em 2014, foi reconhecida uma taxa de 871 milhões de euros em Custos com pensões referente à liquidação do plano de benefícios holandês definido, que resultou no Fundo de Pensões do ING a ficar financeiramente independente do ING. É feita referência à Nota 31 «Pensões e outros benefícios pós-emprego» para mais informações sobre pensões.

Número de funcionários	Países Baixos			Internacional			Total		
	2016	2015[1]	2014	2016	2015[1]	2014	2016	2015[1]	2014
Número médio de funcionários numa base equivalente a tempo inteiro	13 660	14 586	15 209	38 283	38 134	40 736	51 943	52 720	55 945

1 O número médio de funcionários compreende, numa base média, funcionários de entidades que foram vendidas ou classificadas como detidas para venda durante o ano.

Remuneração da gestão sénior, Conselho Executivo e Conselho de Supervisão

É feita referência à Nota 45 «Partes relacionadas».

Opção de ações e planos de ações

O ING Groep N.V. concedeu direitos de opção sobre as ações do ING Groep N.V. e direitos condicionais sobre ações a uma série de executivos seniores do Banco (membros do Conselho de Administração, diretores-gerais e outros dirigentes nomeados pelo Conselho de Administração) e a um número considerável de funcionários do ING Group. O objetivo dos regimes de opção e participações, além de pormover um crescimento duradouro do ING Bank, é atrair, reter e motivar os executivos seniores e os funcionários.

O ING concede três tipos de atribuições de ações, ações diferidas, ações de desempenho e ações iniciais. O direito à atribuição de ações é concedido condicionalmente. Se o participante permanecer no mercado de trabalho durante um período ininterrupto entre a data de concessão e a data de aquisição, o direito torna-se incondicional. Para além da condição de emprego, as ações de desempenho contêm uma condição de desempenho. O número de ações do ING que acabaria por ser concedido no final de um período de desempenho depende do desempenho do ING durante esse período. As ações iniciais e diferidas, com períodos de retenção assim que se tornam incondicionais, foram atribuídas aos membros do Conselho de Administração do ING Bank, assim como aos funcionários identificados. O ING tem autoridade para aplicar uma retenção às ações atribuídas mas não adquiridas e uma recuperação às ações

A informação apresentada abaixo sobre as opções de ações e planos de ações sobre as ações do ING Groep N.V. incluem funcionários empregados por entidades que são apresentadas como operações contínuas, bem como detidas para venda e operações descontinuadas.

Em 2016, foram concedidas 61 532 atribuições de ações (2015: zero; 2014: zero) aos membros do Conselho Executivo do ING Groep N.V. e foram concedidas 170 749 atribuições de ações (2015: 106 013; 2014: 125 383) ao Conselho de Administração do ING Bank. À gestão sénior e outros funcionários do ING Bank foram concedidas 6 590,039 atribuições de ações (2015: 5 342,269; 2014: 5 342,269).

Todos os anos, o Conselho Executivo do ING Bank decide se os regimes de opção e de ações serão mantido e, em caso afirmativo, em que medida. Em 2010, o Conselho Executivo do Grupo decidiu não continuar o regime de opções a partir de 2011. Os regimes de opção existentes até 2010 serão retirados nos próximos anos.

Os direitos de opção são válidos durante um período de dez anos. Os direitos de opção que não forem exercidos durante este período caducam. Os direitos de opção concedidos serão válidos até à data de validade, mesmo que o regime de opção seja descontinuado. Os direitos de opção estão sujeitos a determinadas condições, incluindo um período de serviço contínuo predeterminado. Os preços de exercício das opções são os mesmos que os preços cotados das ações do ING Groep N.V à data em que as opções foram concedidas.

As obrigações referentes ao plano de opções de ações existente e os planos de ações serão financiados por dinheiro ou por ações recém-emitidas a critério do ING Group.

Alterações nos direitos de opções pendentes

	Opções pendentes (em números)			Preço médio ponderado de exercício (em euros)		
	2016	**2015**	**2014**	**2016**	**2015**	**2014**
Balanço de abertura	22,939,049	32,146,647	41,354,477	17.52	16.84	15.98
Exercidos	–929,529	–2,400,791	–2,765,824	6.20	6.97	4.83
Confiscados	–140,278	–210,860	–350,831	15.83	16.34	15.98
Caducado	–6,031,090	–6,595,947	–6,091,175	24.54	18.08	16.54
Balanço de encerramento	**15,838,152**	**22,939,049**	**32,146,647**	**15.53**	**17.52**	**16.84**

O preço médio ponderado das ações à data de exercício para opções exercidas durante 2016 é de 10,43 euros (2015: 13,62; 2014: 10,60 euros).

Todos os direitos de opção são adquiridos.

Resumo das opções de ações pendentes e exercíveis

	Opções pendentes e exercíveis a 31 de dezembro			Vida contratual residual média ponderada			Preço de exercício médio ponderado		
Range of exercise price in euros	**2016**	**2015**	**2014**	**2016**	**2015**	**2014**	**2016**	**2015**	**2014**
0.00 - 5.00	1 771 080	2 146 930	2 874 797	2,21	3,22	3,46	2,87	2,88	2,87
5.00 - 10.00	3 401 679	4 001 835	5 595 047	3,21	4,21	5,20	7,38	7,38	7,39
10.00 - 15.00	97 258	99 973	103 135	1,71	2,72	3,71	14,35	14,35	14,35
15.00 - 20.00	5 973 986	6 446 077	12 838 282	1,21	2,22	1,46	16,93	16,98	17,35
20.00 - 25.00	4 247 605	4 476 049	4 733 530	0,23	1,24	1,51	24,58	24,58	24,57
25.00 - 30.00	346 544	5 768 185	6 001 856	0,38	0,34	1,33	25,42	25,18	25,19
	15 838 152	**22 939 049**	**32 146 647**						

Todas as opções pendentes são exercíveis. A 31 de dezembro de 2016, os valores intrínsecos agregados das opções pendentes e exercíveis foram de 39 milhões de euros (2015: 41 milhões de euros; 2014: 42 milhões de euros).

O justo valor das opções concedidas é reconhecido como uma despesa incluída nas despesas com funcionários e é alocado durante o período das opções. Os justos valores das atribuições de ações foram determinados utilizando uma fórmula Black-Scholes europeia. Este modelo leva a taxa de juros sem risco em consideração (de 2,02 % para 4,62 %), bem como o tempo de vida das opções concedidas (5 a 9 anos), o preço de exercício, o atual preço das ações (2,90 euros – 25,42 euros), a volatilidade esperada dos certificados das ações do ING Groep N.V. (25 % – 84 %) e o rendimento do dividendo esperado (0,94 % a 8,99 %). A fonte para as volatilidades implícitas utilizada para a avaliação das opções de ações é o sistema comercial do ING. As volatilidades implícitas neste sistema são determinadas pelos comerciantes do ING e baseiam-se nas volatilidades implícitas dos dados do mercado e não nas volatilidades históricas.

Alterações na atribuição de ações

	Atribuições de ações (em números)		Data de concessão média pond justo valor (em euros)	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Balanço de abertura	8 648,781	10 751 796	10,07	7,52
Concedida	6 822,320	6 194 253	10,20	13,00
Efeito do desempenho	542 749	533	8,68	8,50
Adquiridas	–7 493,664	-8 070 866	9,67	8,94
Confiscados	–157 335	-226 935	10,50	9,07
Balanço de encerramento	**8 362,851**	**8,648,781**	**10.44**	**10.07**

O justo valor das atribuições de ações concedidas é reconhecido como uma despesa incluída nas despesas com funcionários e é alocado durante o período das atribuições de ações. A partir de 2015, o ING Group deixa de ter atribuições de ações que contêm uma condição de desempenho baseada no mercado. Anteriormente, os justos valores das atribuições de ações que contêm uma condição de desempenho baseada no mercado eram determinados utilizando um modelo de avaliação baseado na simulação Monte Carlo. O modelo tem em consideração a taxa de juros sem riscos, os atuais preços das ações, as volatilidades esperadas e os atuais rendimentos dos dividendos do desempenho do grupo de pares para determinar a classificação do Retorno Total para o Acionista (RTA).

A 31 de dezembro 2016, o total de custos de compensação não reconhecidos relacionados com a atribuição de ações equivale a 41 milhões de euros. 45 milhões de euros). Espera-se que estes custos sejam reconhecidos durante um período médio ponderado de 1,4 anos (2015: 1,4 anos).

26 Outras despesas operacionais

Outras despesas operacionais

	2016	**2015**	**2014**
Depreciação da propriedade e do equipamento	330	327	325
Custos com computadores	740	753	705
Despesas de escritório	580	618	620
Despesas de deslocação e alojamento	169	166	140
Publicidade e relações públicas	404	418	405
Honorários de consultoria externa	319	240	206
Serviços de auditoria e não auditoria	19	18	19
Encargos postais	48	56	59
Custos regulamentares	845	620	712
Adição/(Montantes não utilizados revertidos) de provisões para reorganização e realocação	1189	165	469
Amortização intangível e (reversões de) desvalorizações	294	298	325
Outros	630	667	457
	5567	**4346**	**4442**

As outras despesas operacionais incluem pagamentos de locações e de sublocações em relação a locações operacionais de 310 milhões de euros (2015: 281 milhões de euros; 2014: 239 milhões de euros) das quais o ING Bank é o locatário. Nenhuma locação operacional individual tem termos e condições que afetam significativamente o montante, periodicidade ou certeza dos fluxos de caixa consolidados do ING Bank.

Serviços de auditoria e não auditoria

Os serviços de auditoria e não auditoria incluem taxas para serviços prestados pelos auditores do Banco.

Custos regulamentares

Os custos regulamentares representam contribuições para os Sistemas de Garantia de Depósitos (SGD), o Fundo Único de Resolução (FUR) e as taxas bancárias locais. A partir de 1 de janeiro de 2016, o novo SGD *ex-ante* nos Países Baixos e o FNR entraram em vigor, resultando num aumento dos custos regulamentares nesse período. Incluídas nos custos regulamentares para 2016 estão as contribuições para o SGD de 316 milhões de euros (2015: 233 milhões de euros; 2014: 159 milhões de euros) principalmente relacionadas com os Países Baixos, Alemanha, Bélgica, Polónia, Turquia e Espanha e contribuições para o FNR de 176 milhões de euros (2015: 143 milhões de euros referentes aos Fundos de Resolução Nacional; 2014: zero).

Em 2016, os impostos bancários locais aumentaram 108 milhões de euros, passando de 243 milhões de euros para 351 milhões de euros, principalmente devido a um novo imposto bancário polaco e a um aumento dos impostos na Bélgica.

A nacionalização do SNS Reaal, em 2013, teve como consequência uma taxa bancária de utilização única de mil milhões de euros a ser paga pelo ING Bank e outros bancos holandeses. De acordo com a legislação relevante, a taxa bancária foi cobrada em três parcelas igual. Para o ING, isto resultou num custo de 304 milhões de euros em 2014.

Adição/(Montantes não utilizados revertidos) de provisões para reorganização e realocação

Incluído na Adição/(Montantes não utilizados revertidos) de provisões para reorganização e realocação em 2016, está um valor de 1032 milhões de euros que compreendem uma provisão de redundância pré-tributária relacionada com os programas de transformação digital pretendidos, conforme anunciado no Dia do Investidor do ING, a 3 de outubro de 2016. Para mais informações sobre a Adição/(Montantes não utilizados revertidos) de provisões para reorganizações e realocações, é feita referência à divulgação na provisão da reorganização na Nota 14 «Provisões».

Amortização intangível e (reversões de) desvalorizações

Amortização intangível e (reversões de) desvalorizações

	Perdas por imparidade			Reversões de desvalorizações			Tota		
	2016	**2015**	**2014**	**2016**	**2015**	**2014**	**2016**	**2015**	**2014**
Propriedade e equipamento	65	17	43	-5	-14	-5	60	3	38
Promoção imobiliária	3	9	36				3	9	36
Software e outros ativos intangíveis	44	15	1				44	15	1
(Reversões de) outras desvalorizações	**112**	**41**	**80**	**-5**	**-14**	**-5**	**107**	**27**	**75**
Amortização de software e outros ativos intangíveis							187	271	250
							294	**298**	**325**

A partir de 2016, o período de amortização do software capitalizado é alterado de três para cinco anos. A alteração é aplicada prospectivamente. A alteração resulta numa cobrança mais baixa na demonstração de lucros e perdas. A alteração não tem qualquer impacto significativo na demonstração de lucros e perdas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2016 e não se espera que tenha um impacto significativo na demonstração de lucros e perdas do ING Bank nos próximos anos. É feita referência à Nota 9 «Ativos intangíveis».

Em 2016, as perdas por imparidade em software e outros ativos intangíveis incluem principalmente software que foi prejudicado ao seu Valor em Utilização, relacionado com os anúncios do Dia do Investidor do ING, a 3 de outubro de 2016.

Outros

Incluído em Outras despesas operacionais - Outras em 2016, está uma taxa líquida no valor de 114 milhões de euros (2015: (76 milhões de euros) para a provisão reconhecida em relação aos derivados da taxa de juros variável que foram vendidos nos Países Baixos. Também incluída nesta rubrica, está uma taxa relacionada com a provisão reconhecida pelos danos do plano de seguro de saúde para funcionários reformados do ING Belgium. É feita referência à Nota 14 «Provisões» e à Nota 41 «Procedimentos legais».

Notas à demonstração dos fluxos de caixa consolidados

27 Fluxos de caixa líquidos de atividades de investimentos

Na Nota 42 «Empresas e negócios consolidados adquiridos e alienados» é apresentada informação sobre o impacto das empresas adquiridas ou alienadas.

28 Caixa e equivalentes de caixa

Dinheiro e equivalentes	2016	2015	2014
Bilhetes do Tesouro e outros bilhetes admissíveis	512	363	677
Depósitos de bancos / Empréstimos e adiantamentos a bancos	–2493	–1 467	–2036
Caixa e disponibilidades com bancos centrais	18 144	21 458	12 222
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16 163	20 354	10 863

Bilhetes do Tesouro e outros bilhetes admissíveis incluídos na caixa e equivalentes de caixa	2016	2015	2014
Bilhetes do Tesouro e outros bilhetes admissíveis incluídos nos ativos detidos para negociação	126	228	457
Bilhetes do Tesouro e outros bilhetes admissíveis incluídos nos investimentos disponíveis para venda	386	135	220
	512	**363**	**677**

Depósitos de bancos / Empréstimos e adiantamentos a bancos	2016	2015	2014
Incluídos na caixa e equivalentes de caixa:			
– depósitos de bancos	–9809	–10 306	–11 825
– empréstimos e adiantamentos a bancos	7316	8 839	9789
	–2493	**–1 467**	**–2036**
Não incluídos na caixa e equivalentes de caixa:			
– depósitos de bancos	–22 155	–23 502	–18 178
– empréstimos e adiantamentos a bancos	21 556	21 127	27 333
	–599	**–2 375**	**9155**
Total como incluído na demonstração da posição financeira :			
– depósitos de bancos	–31 964	–33 808	–30 003
– empréstimos e adiantamentos a bancos	28 872	29 966	37 122
	–3092	**–3842**	**7119**

A Caixa e os equivalentes de caixa incluem depósitos de bancos e empréstimos e adiantamentos a bancos que estão sob pedido.

Os depósitos de reservas mínimas obrigatórias a serem detidos com vários bancos centrais estão incluídos na caixa e equivalentes de caixa É feita referência à Nota 37 «Ativos não imediatamente disponíveis» para as restrições em Caixa e disponibilidades com bancos centrais.

A gestão do risco do ING Bank (incluindo a liquidez) é explicada na secção «Gestão do Risco - Risco de financiamento e liquidez».

Relato por segmentos

29 Segmentos

Os segmentos do ING Bank baseiam-se nas estruturas de relato interno por linhas de negócio.

O Conselho de Administração do ING Bank define os objetivos de desempenho, aprova e monitoriza os orçamentos preparados pelas linhas de negócios. As linhas de negócios formulam políticas estratégicas, comerciais e financeiras em conformidade com a estratégia e os objetivos de desempenho definidos pelo Conselho de Administração do ING Bank.

O reconhecimento e medição dos resultados do segmento está em consonância com as políticas contabilísticas, tal como descrito na Nota 1 «Políticas contabilísticas». As despesas empresariais são alocadas às linhas de negócios com base no tempo gasto pelo pessoal administrativo, número relativo de funcionários, ou com base nos rendimentos, despesas e/ou ativos do segmento.

A tabela seguinte especifica os segmentos por linha de negócios e as principais fontes de rendimento de cada um dos segmentos:

Especificação das principais fontes de rendimento de cada um dos segmentos por linha de negócio	
Segmentos dos resultados da Banca por linha de negócio	**Principal fonte de rendimento**
Retalho nos Países Baixos *(Líderes de Mercado)*	Rendimento proveniente do retalho e de atividades de banca privada nos Países Baixos, incluindo os segmentos das PME e dos mercados intermédios. Os principais produtos oferecidos são contas correntes e poupanças, empréstimos a negócios, hipotecas e outros empréstimos ao consumidor nos Países Baixos.
Retalho na Bélgica *(Líderes de Mercado)*	Rendimento proveniente do retalho e de atividades de banca privada na Bélgica, incluindo os segmentos das PME e dos mercados intermédios. Os principais produtos oferecidos são semelhantes aos da Holanda.
Retalho na Alemanha *(Mercados Desafiadores e em Crescimento)*	Rendimento proveniente do retalho e de atividades de banca privada na Alemanha. Os principais produtos oferecidos são contas correntes e poupanças, hipotecas e outros empréstimos a clientes.
Outro Retalho *(Mercados Desafiadores e em Crescimento)*	Rendimento proveniente de atividades de banca de retalho no resto do mundo, incluindo os segmentos das PME e dos mercados intermédios em países específicos. Os principais produtos oferecidos são semelhantes aos da Holanda.
Banca Grossista	1Rendimento proveniente de atividades da banca grossista (é oferecida uma gama completa de produtos, desde a gestão de tesouraria ao financiamento das empresas), imobiliária e locação.

A partir de 1 de janeiro de 2016, a República Checa, previamente reportada integralmente dentro da Banca Grossista, é agora segmentada na Banca de Retalho e na Banca Grossista. A apresentação de valores de lucros e perdas subjacentes previamente reportados foi ajustada para refletir esta alteração. Os segmentos geográficos para os resultados da Banca são apresentados na página 84.

Especificação das principais fontes de rendimento de cada um dos segmentos por linha de negócio	
Segmentos geográficos	**Principais países**
Países Baixos	
Bélgica	Incluindo Luxemburgo
Alemanha	Incluindo Áustria
Outros Desafiadores	Austrália, França, Itália, Espanha, Portugal, República Checa e Reino Unido Carteira de liquidação do carteira
Mercados em Crescimento	Polónia, Roménia, Turquia e participações bancárias asiáticas
Banca Grossista no resto do mundo	1Reino Unido, Américas, Ásia e outros países na Europa Central e do Leste
Outros	Banca da Corporate Line e carteira de liquidação Imobiliária

O ING Bank avalia os resultados dos seus segmentos bancários utilizando uma medida de desempenho financeiro chamada resultado subjacente. O resultado subjacente é utilizado para monitorizar o desempenho do ING Bank. O Conselho de Administração considera estas medida como relevante para a compreensão do desempenho financeiro do Banco, pois permite que os investidores entendam o método principal utilizado pela administração para avaliar o desempenho operacional do Grupo e tomar decisões sobre a alocação de recursos. Além disso, o ING Bank acredita que a apresentação do resultado líquido subjacente ajuda os investidores a comparar o desempenho do segmento de forma significativa, destacando o resultado antes do imposto atribuível às operações em curso e a rentabilidade subjacente dos negócios do segmento. O resultado subjacente deriva da exclusão das receitas extraordinárias das IFRS; do impacto das alienações e dos Seguros de Património.

As receitas extraordinárias incluem receitas de rendimento ou despesa que são significativas e que derivam de acontecimentos ou transações que são claramente distintas das atividades operacionais regulares. As divulgações sobre períodos comparativos também refletem o impacto das alienações do período atual.

Para além destes segmentos por linha de negócios conforme descrito acima, o ING Bank reconcilia o resultado total dos segmentos com o resultado total do ING Bank, utilizando a Banca da Corporate Line. A Banca da Corporate Line é um reflexo das atividades de gestão de capitais e certas despesas que não são atribuídas às empresas bancárias. O ING Group aplica um sistema de cobrança de capital pelas suas operações bancárias, de modo a criar uma base comparável para os resultados das unidades de negócios a nível mundial, independentemente do valor do capital próprio das unidades de negócios e da moeda em que operam.

O resultado subjacente, conforme apresentado abaixo, é uma medida financeira não GAAP (princípios contabilísticos geralmente aceites) e não é uma medida de desempenho financeiro no âmbito das IFRS. Como o resultado subjacente não é determinado em conformidade com as IFRS, o resultado subjacente como apresentado pelo ING pode não ser comparável a outras medidas de desempenho semelhantes de outras empresas. O resultado subjacente dos segmentos do ING é reconciliado para o resultado líquido, como indicado abaixo na demonstração de lucros e perdas consolidadas das IFRS. A informação contida nesta nota está de acordo com a informação apresentada ao Conselho de Administração.

Esta nota não oferece informações sobre a receita específica de cada produto ou serviço, uma vez que isto não é reportado internamente e, por isso, não está imediatamente disponível.

Segmentos por linha de negócios

2016	Retalho na Holanda	Retalho na Bélgica	Retalho na Alemanha	Retalho Outros	Banca Grossista	Gestão Corporate Line	Banca Total
Resultado subjacente							
– Rendimento líquido dos juros	3653	1936	1689	2107	3750	182	13 317
– Receitas líquidas de comissões	546	385	183	320	1003	–2	2434
– Total de investimentos e outros rendimentos	237	253	51	432	855	–65	1763
Rendimento subjacente total	**4436**	**2573**	**1923**	**2859**	**5608**	**115**	**17 514**
Despesas subjacentes							
– Despesas operacionais	2560	1438	886	1723	2572	267	9445
– Adição de provisões para perdas por empréstimos duvidosos	171	175	–18	278	368		974
Despesas subjacentes totais	**2731**	**1613**	**868**	**2001**	**2940**	**267**	**10 419**
Resultado subjacente antes de impostos	**1705**	**961**	**1055**	**858**	**2668**	**–152**	**7095**
Tributação	422	306	315	178	753	18	1993
Participação não controladora		1	2	60	11	75	1
Resultado líquido subjacente	**1282**	**653**	**738**	**620**	**1903**	**–171**	**5026**
Receitas extraordinárias[1]	–192	–418		–12	–149	–27	–799
Resultado líquido IFRS	**1090**	**235**	**738**	**608**	**1754**	**–198**	**4227**

1 As receitas extraordinárias em 2016 incluem principalmente as taxas de reestruturação e desvalorizações relacionadas com os programas de transformação digital pretendidos, tal como anunciado no Dia do Investidor do ING, a 3 de outubro de 2016.

Reconciliação entre o rendimento, despesas e resultado líquido Subjacentes e as Normas Internacionais de Relato Financeiro da UE (IFRS-EU)

2016	Rendimento	Despesas	Tributação	Derivados não Controladora	Resultado líquido[1]
Subjacente	17 514	10 419	1993	75	5026
Receitas extraordinárias[2]		1157	–358		–799
IFRS	**17 514**	**11 577**	**1635**	**75**	**4227**

1 Resultado líquido, após impostos e participações não controladoras.

Segmentos por linha de negócios

2015	Retalho na Holanda	Retalho na Bélgica	Retalho na Alemanha	Retalho Outros[1]	Banca Grossista[1]	Gestão Corporate Line	Total
Resultado subjacente							
– Rendimento líquido dos juros	3 683	1953	1634	1935	3538	1	12 744
– Receitas líquidas de comissões	515	397	172	278	962	–4	2 320
– Total de investimentos e outros rendimentos	205	195	104	195	1 070	–131	1639
Rendimento subjacente total	**4403**	**2546**	**1910**	**2408**	**5570**	**–133**	**16 703**
Despesas subjacentes							
– Despesas operacionais	2 475	1 532	842	1 594	2559	230	9231
– Adição de provisões para perdas por empréstimos duvidosos	433	169	57	210	478		1 347
Despesas subjacentes totais	**2908**	**1701**	**899**	**1804**	**3036**	**230**	**10 578**
Resultado subjacente antes de impostos	**1495**	**845**	**1012**	**604**	**2533**	**–364**	**6125**
Tributação	391	255	328	142	676	–91	1703
Participação não controladora		6	2	48	16		72
Resultado líquido subjacente	**1104**	**583**	**681**	**414**	**1841**	**–273**	**4 350**
Alienações[2]				367			367
Receitas extraordinárias[3]	–58						–58
Resultado líquido IFRS	**1046**	**583**	**681**	**781**	**1841**	**–273**	**4 659**

1 Os montantes são ajustados para fins comparativos. A República Checa, previamente reportada integralmente dentro da Banca Grossista, é agora segmentada na Banca de Retalho e na Banca Grossista.
2 As alienações em 2015 refletem o resultado da fusão entre o Vysya Bank e o Kotak Mahindra Bank.
3 As receitas extraordinárias em 2015 incluem custos adicionais referentes aos programas de restruturação, previamente anunciados, no Retalho nos Países Baixos.

Reconciliação entre o rendimento, despesas e resultado líquido Subjacentes e as Normas Internacionais de Relato Financeiro da UE (IFRS-EU)

2015	Rendimento	Despesas	Tributação	Derivados não Controladora	Resultado líquido[1]
Subjacente	16 703	10 578	1703	72	4350
Alienações	367				367
Receitas extraordinárias		77	–19		–58
IFRS	**17 070**	**10 655**	**1 683**	**72**	**4 659**

1 Resultado líquido, após impostos e participações não controladoras.

Segmentos por linha de negócios

2014	Retalho na Holanda	Retalho na Bélgica	Retalho na Alemanha	Retalho Outros[1]	Banca Grossista[1]	Gestão Corporate Line	Total
Resultado subjacente							
– Rendimento líquido dos juros	3 778	1 998	1 500	1832	3508	–10	12 606
– Receitas líquidas de comissões	464	376	143	331	979	–2	2 290
– Total de investimentos e outros rendimentos	87	243	–27	197	383	–309	574
Rendimento subjacente total	**4 330**	**2 617**	**1 615**	**2359**	**4870**	**–321**	**15 471**
Despesas subjacentes							
– Despesas operacionais	2 678	1 524	773	1496	2392	102	8 965
– Adição de provisões para perdas por empréstimos duvidosos	714	142	72	165	500		1 594
Despesas subjacentes totais	**3 392**	**1 667**	**845**	**1661**	**2893**	**102**	**10 559**
Resultado subjacente antes de impostos	**938**	**951**	**771**	**698**	**1978**	**–423**	**4 912**
Tributação	243	256	230	140	469	–67	1 271
Participação não controladora		1	1	51	26		79
Resultado líquido subjacente	**694**	**693**	**540**	**508**	**1483**	**–356**	**3 562**
Alienações[2]				202			202
Receitas extraordinárias[3]	–63					–957	–1 021
Resultado líquido IFRS	**631**	**693**	**540**	**710**	**1483**	**–1 313**	**2 744**

1 Os montantes são ajustados para fins comparativos. A República Checa, previamente reportada integralmente dentro da Banca Grossista, é agora segmentada na Banca de Retalho e na Banca Grossista.
2 As alienações em 2014 refletem o resultado da desconsolidação do ING Vysya Bank na sequência das alterações à estrutura de gestão.
3 As receitas extraordinárias em 2014 incluíram o impacto (após impostos) dos encargos para tornar o fundo de pensões de benefícios holandês definido financeiramente independente, a taxa bancária relacionada com a nacionalização do SNS Reaal e custos adicionais relacionados com os programas de reestruturação no Retalho nos Países Baixos anunciados antes de 2013.

Reconciliação entre o rendimento, despesas e resultado líquido Subjacentes e as Normas Internacionais de Relato Financeiro da UE (IFRS-EU)

2014	Rendimento	Despesas	Tributação	Derivados não Controladora	Resultado líquido[1]
Subjacente	15 471	10 559	1271	79	3562
Alienações	202				202
Receitas extraordinárias		1259	–239		–1021
IFRS	**15 674**	**11 818**	**1032**	**79**	**2744**

1 Resultado líquido, após impostos e participações não controladoras.

Segmentos geográficos

2016	Holanda	Bélgica	Alemanha	Outros Desafiadores	Crescimento Mercados	Banca Grossista no resto do mundo	Outros	Banca Total
Resultado subjacente								
– Rendimento líquido dos juros	4,699	2,183	2,025	1,373	1,274	1,579	183	13,317
– Receitas líquidas de comissões	779	482	241	171	309	452	-1	2,434
– Total de investimentos e outros rendimentos	367	559	75	133	460	202	-33	1,763
Rendimento subjacente total	**5,845**	**3,225**	**2,340**	**1,677**	**2,043**	**2,233**	**149**	**17,514**
Despesas subjacentes								
– Despesas operacionais	3,301	1,796	987	951	1,103	1,029	279	9,445
– Adição de provisões para perdas por empréstimos duvidosos	310	215	-13	120	240	103		974
Despesas subjacentes totais	**3,610**	**2,010**	**973**	**1,071**	**1,343**	**1,132**	**279**	**10,419**
Resultado subjacente antes de impostos	**2,235**	**1,215**	**1,367**	**607**	**700**	**1,101**	**-130**	**7,095**
Tributação	555	353	426	173	125	335	27	1,993
Participação não controladora		1	2		71			75
Resultado líquido subjacente	**1,680**	**860**	**939**	**433**	**504**	**766**	**-157**	**5,026**
Receitas extraordinárias	-268	-491		-13			-27	-799
Resultado líquido IFRS	**1,412**	**369**	**939**	**420**	**504**	**766**	**-184**	**4,227**

Segmentos geográficos

2015	Holanda	Bélgica	Alemanha	Outros Desafiadores	Crescimento Mercados	Banca Grossista no resto do mundo[1]	Outros	Banca Total
Resultado subjacente								
– Rendimento líquido dos juros	4677	2 287	1812	1268	1 147	1 551	2	12 744
– Receitas líquidas de comissões	754	497	215	156	267	435	–4	2 320
– Total de investimentos e outros rendimentos	187	434	120	25	330	580	–36	1639
Rendimento subjacente total	**5619**	**3217**	**2146**	**1449**	**1743**	**2566**	**–38**	**16 703**
Despesas subjacentes								
– Despesas operacionais	3 220	1943	917	840	1 061	1003	247	9231
– Adição de provisões para perdas por empréstimos duvidosos	654	166	77	99	176	175		1 347
Despesas subjacentes totais	3874	2109	994	938	1237	1178	247	10 578
Resultado subjacente antes de impostos	**1744**	**1108**	**1152**	**511**	**506**	**1388**	**–285**	**6125**
Tributação	469	315	382	174	79	367	–83	1703
Participação não controladora		6	2		64			72
Resultado líquido subjacente	**1276**	**787**	**768**	**337**	**363**	**1021**	**–203**	**4 350**
Alienações					367			367
Receitas extraordinárias	–58							–58
Resultado líquido IFRS	**1218**	**787**	**768**	**337**	**730**	**1021**	**–203**	**4 659**

1. Os montantes são ajustados para fins comparativos. A República Checa, previamente reportada integralmente dentro da Banca Grossista no Resto do Mundo, é agora reportada em Outros Desafiadores.

Segmentos geográficos

2014	Holanda	Bélgica	Alemanha	Outros Desafiadores[1]	Crescimento Mercados	Banca Grossista no resto do mundo[1]	Outros	Banca Total
Resultado subjacente								
– Rendimento líquido dos juros	4 699	2 447	1 616	1187	1 072	1596	–10	12 606
– Receitas líquidas de comissões	730	464	171	149	333	444	–1	2 290
– Total de investimentos e outros rendimentos	164	288	–17	52	266	115	–293	574
Rendimento subjacente total	**5 593**	**3 198**	**1 770**	**1388**	**1 671**	**2155**	**–305**	**15 471**
Despesas subjacentes								
– Despesas operacionais	3 403	1 931	837	735	1 018	893	147	8 965
– Adição de provisões para perdas por empréstimos duvidosos	947	146	67	185	125	123		1 594
Despesas subjacentes totais	**4 350**	**2078**	**904**	**920**	**1 143**	**1016**	**147**	**10 559**
Resultado subjacente antes de impostos	**1 243**	**1120**	**866**	**468**	**528**	**1139**	**–452**	**4 912**
Tributação	308	277	266	131	96	275	–83	1 271
Participação não controladora		2	1		77			79
Resultado líquido subjacente	935	841	599	337	356	864	–369	3 562
Alienações				–2	204			202
Receitas extraordinárias	–63						–957	–1 021
Resultado líquido IFRS	**872**	**841**	**599**	**335**	**560**	**864**	**–1 327**	**2 744**

1 Os montantes são ajustados para fins comparativos. A República Checa, previamente reportada integralmente dentro da Banca Grossista no Resto do Mundo, é agora reportada em Outros Desafiadores.

As demonstrações da posição financeira das IFRS por segmento não são reportadas internamente ao, nem geridas pelo, principal responsável pela tomada de decisões.

30 Informações sobre áreas geográficas

As linhas de negócios do ING operam em sete principiais áreas geográficas: Holanda, Bélgica, Resto da Europa, América do Norte, América Latina, Ásia e Austrália. Uma área geográfica é um componente distinguível do Banco empenhado em oferecer produtos ou serviços dentro de um ambiente económico específico que está sujeito a riscos e retornos que são diferentes dos de áreas geográficas que operam noutros ambientes económicos. As análises geográficas baseiam-se na localização do escritório a partir do qual as transações são originadas. A Holanda é o país de residência do ING Bank.

Aa tabelas abaixo oferecem informações adicionais para os anos de 2016 e 2016 respetivamente, relativas aos nomes das principais filiais e sucursais, natureza das principais atividades e número médio de funcionários numa base equivalente a tempo inteiro por país.

Informação adicional por país

2016

Área geográfica	País	Nome da principal filial	Principal atividade	Número médio de funcionários numa base equivalente a tempo inteiro	Rendimento total	Total ativos	Resultado antes do imposto	Tributação
Holanda	Holanda	ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	13 660	5790	293 893	1375	360
Bélgica	Bélgica	ING België N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	9348	3154	131 431	554	143
	Luxemburgo	ING Luxembourg S.A.	Banca Grossista / Banca de Retalho	793	274	10 783	138	32
		ING Bank Slaski S.A.	Banca Grossista / Banca de Retalho	8735	992	26 581	379	90
	Alemanha	ING DiBa A.G.	Banca Grossista / Banca de Retalho	4341	2212	134 902	1282	407
	Roménia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	1 806	288	5456	123	21
	Espanha	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	1116	498	23 309	197	51
	Itália	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	833	376	15 920	100	33
	Reino Unido	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	599	504	29 830	290	154
	França[1]	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	613	280	8614	56	18
	Rússia	ING Bank (Eurásia) Z.A.O.	Banca Grossista	276	118	2008	69	7
	República Checa	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	220	74	3653	37	7
	Hungria	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	152	37	1358	–1	3
	Eslováquia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	400	14	715	3	1
	Ucrânia	PJSC ING Bank Ukraine	Banca Grossista	111	59	622	47	7
	Áustria	Filial do ING DiBa A.G.	Banca Grossista / Banca de Retalho	196	86	360	37	–4
	Bulgária	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	76	9	274		
	Irlanda	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	42	53	1910	54	7
	Portugal	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	11	14	642	10	3
	Suíça	Filial do ING België N.V.	Banca Grossista	192	187	9150	122	33
América do Norte	Canadá	Belgian Overseas Agencies Ltd.	Banca Grossista	–	–	1	–	–
	EUA	ING Financial Holdings	Banca Grossista	519	732	42 571	377	110
América Latina	Brasil	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	70	43	2097	13	
	Colômbia	ING Capital Colombia SAS	Banca Grossista	2	–	1	–	–
	México	ING Capital Colombia SAS	Banca Grossista	7	1	2	–1	
Ásia	China	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	72	36	2049	7	–2
	Japão	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	33	36	3702	22	9
	Singapura	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	502	194	25 780	22	5
	Hong Kong	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	106	80	5964	40	7
	Filipinas	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	423	17	402	4	–2
	Coreia do Sul	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	87	46	4107	14	–1
	Taiwan	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	32	15	2484	3	1
	Indonésia	PT ING Securities Indonesia	Banca Grossista	5	1	7		
	Malásia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	5	–	3	–	–
	Índia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	–	–	2	–	–
	Turquia	ING Bank A.S.	Banca Grossista / Banca de Retalho	5497	757	15 864	225	45
	Emirados Árabes Unidos	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	10	–	1	–2	
Austrália	Austrália	ING Bank (Austrália) Ltd.	Banca de Retalho	1053	505	36 691	309	90
Outros	Maurícias	ING Mauritius	Gestão de Investimentos		32	780	32	
Total				**51 943**	**17 514**	**843 919**	**5937**	**1635**

1 Os subsídios públicos recebidos, conforme definido no artigo 89º da DFP IV, ascendem a 1 milhões de euros (2015: 3 milhões de euros; 2014: 2 milhões de euros).

O Reino Unido tem uma elevada carga fiscal devido a alterações na legislação fiscal e ajustes do ano anterior.

A Rússia, China, Filipinas e Coreia do Sul têm cargas fiscais baixas devido a ajustes do ano anterior. A Áustria tem uma carga fiscal inversa devido ao reconhecimento de um ativo fiscal por prejuízos fiscais anteriormente não reconhecidos. O Brasil tem uma baixa carga fiscal devido à combinação de rendimentos altos relativamente isentos com diminuição do lucro. As Maurícias não têm carga fiscal, uma vez que a venda parcial das ações do Kotak Mahindra Bank em setembro de 2016 foi isenta de impostos.

Informação adicional por país

2015

Área geográfica	País	Nome da principal filial	Principal atividade	Número médio de funcionários numa base equivalente a tempo inteiro	Rendimento total	Total ativos	Resultado antes do imposto	Tributação
Países Baixos	Países Baixos [2]	ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	14 586	5410	468 271	1 059	416
Bélgica	Bélgica	ING België N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	9645	3123	130 916	1 142	341
	Luxemburgo	ING Luxembourg S.A.	Banca Grossista / Banca de Retalho	774	298	9331	166	35
Resto da Europa	Polónia	ING Bank Slaski S.A.	Banca Grossista / Banca de Retalho	8713	903	25 666	317	60
	Alemanha	ING DiBa A.G.	Banca Grossista / Banca de Retalho	4052	2037	126 171	1 081	363
	Roménia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	1596	221	4685	78	13
	Espanha	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	1076	423	24 457	144	52
	Itália	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	824	202	15 826	–87	–15
	Reino Unido	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	642	556	32 156	362	–19
	França[1]	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	625	256	7489	67	23
	Rússia	ING Bank (Eurásia) Z.A.O.	Banca Grossista	288	185	2520	131	32
	República Checa	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista / Banca de Retalho	211	75	2519	41	8
	Hungria	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	162	46	1129	13	5
	Eslováquia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	265	13	573	8	2
	Ucrânia	PJSC ING Bank Ukraine	Banca Grossista	120	46	616	27	5
	Áustria	Filial do ING DiBa A.G.	Banca de Retalho	169	93	321	51	9
	Bulgária	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	76	10	267	–2	
	Irlanda	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	39	64	1697	36	5
	Portugal	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	2	3	616	3	1
	Suíça	Filial do ING België N.V.	Banca Grossista	177	187	6927	105	30
América do Norte	Canadá	Belgian Overseas Agencies Ltd.	Banca Grossista	–	–	–	–	–
	EUA	ING Financial Holdings	Banca Grossista	492	720	47 784	423	122
América Latina	Brasil	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	56	48	1496	32	12
	México	ING Capital Colombia SAS	Banca Grossista	8	–	1	–	–
Ásia	China	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	59	39	1 551	16	10
	Japão	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	30	31	6772	20	9
	Singapura	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	472	386	19 111	230	30
	Hong Kong	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	103	85	5052	49	1
	Filipinas	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	249	22	436	5	3
	Coreia do Sul	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	68	53	3642	23	6
	Taiwan	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	34	23	1744	12	1
	Indonésia	PT ING Securities Indonesia	Banca Grossista	5	1	7		
	Malásia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	4	–	4		
	Índia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	–	–	2		
	Turquia	ING Bank A.S.	Banca Grossista / Banca de Retalho	6070	641	17 544	155	34
	Emirados Árabes Unidos	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	7	–	–	–1	–
Austrália	Austrália	ING Bank (Austrália) Ltd.	Banca de Retalho	1021	490	33 507	328	92
Outros	Maurícias	ING Mauritius	Gestão de Investimentos	–	380	1 186	380	–
Total				**52 720**	**17 070**	**1 001,992**	**6415**	**1684**

1 Os subsídios públicos recebidos, conforme definido no artigo 89º da DFP IV, ascendem a 3 milhões de euros em 2015 (2014: 2 milhões de euros).

2 O total de ativos, a 31 de dezembro de 2015, é ajustado como resultado de uma alteração nas políticas contabilísticas. É feita referência à Nota 1 «Políticas Contabilísticas» - Alterações nas políticas contabilísticas em 2016.

A Holanda tem uma carga fiscal elevada, parcialmente devido à taxa bancária holandesa não dedutível e, em parte, devido ao reconhecimento de um passivo fiscal diferido em relação a perdas de filiais (Reino Unido) previamente deduzidas.
O Reino Unido tem uma carga fiscal baixa devido ao reconhecimento dos prejuízos fiscais transitados não reconhecidos previamente.
A Maurícia não tem carga fiscal, devido a um resultado isento de impostos não realizados na sequência da fusão do ING Vysya com o Kotak em abril de 2015.

Notas adicionais às contas anuais consolidadas

31 Pensões e outros benefícios pós-emprego

O ING Bank mantém a contribuição definida e planos de benefícios definidos. Em 2016 e 2015, os planos de benefícios definidos do Banco são, sobretudo, no Reino Unido e na Bélgica.

Demonstração da posição financeira - Ativos/passivos de benefícios líquidos definidos

Resumo dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos	2016	2015
Justo valor de ativos do plano	3337	3 141
Obrigação de benefícios definidos	3 249	2 996
Posição financiada (Ativos/(passivos) de benefícios líquidos definidos)	**88**	**145**
Apresentado como:		
– Outros ativos	609	643
– Outros passivos	–521	–498
	88	**145**

O ING Bank mantém planos de benefícios de reformas definidos em alguns países. Estes planos oferecem benefícios referentes à remuneração e serviço de funcionários após a reforma. Os benefícios de alguns destes planos estão sujeitos a várias formas de indexação. A indexação é, em alguns casos, a critério da administração: noutros casos, depende da suficiência dos ativos do plano.

As contribuições são pagas aos fundos a uma taxa necessária para financiar adequadamente os passivos acumulados dos planos calculados de acordo com os requisitos legais locais. Os planos, em todos os países, cumprem os regulamentos locais aplicáveis que regem os investimentos e os níveis de financiamento.

O ING Bank oferece outros benefícios pós-emprego a determinados funcionários e antigos funcionários. São, essencialmente, benefícios de saúde pós-emprego e descontos nos produtos do ING oferecidos a funcionários e antigos funcionários.

As mais recentes avaliações (atuariais) dos ativos do plano e o valor presente da obrigação de benefícios definida foram realizadas a 31 de dezembro de 2016. O valor presente da obrigação de benefícios definida, o custo de serviço atual e o custo do serviço passado referente foram determinados utilizando o método do crédito unitário projetado.

As alterações no justo valor de ativos do plano para este período foram as seguintes:

Alterações no justo valor dos ativos do plano	2016	2015
Balanço de abertura	3 141	3 108
Rendimento dos juros	87	93
Remensurações: Retorno em ativos do plano, excluindo valores incluídos no rendimento dos juros	467	–72
Contribuição patronal	76	34
Contribuições dos participantes	2	13
Benefícios pagos	–137	–170
Efeito do corte ou liquidação		
Diferenças cambiais	–299	135
Alterações na composição do grupo e outras alterações		
Balanço de encerramento	**3337**	**3141**

Outros

O retorno real sobre os ativos do plano ascende a 554 milhões de euros (2015: 21 milhões de euros).

Não se espera que sejam devolvidos ativos do plano ao ING Bank durante 2017.

As alterações no valor presente da obrigação de benefícios definidos e outros benefícios pós-emprego para este período foram as seguintes:

Alterações na obrigação de benefícios definidos e outros benefícios pós-emprego

	Obrigação de benefícios definidos		Outros benefícios pós-emprego	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Balanço de abertura	2 996	3 126	98	101
Custo de serviço atual	32	34	–25	–7
Custo dos juros	79	84	3	1
Remensurações: Lucros e perdas atuariais decorrentes das alterações nos pressupostos demográficos	–17	–55	10	8
Remensurações: Lucros e perdas atuariais decorrentes das alterações nos pressupostos financeiros	498	–118		
Contribuições dos participantes	1	1		2
Benefícios pagos	–148	–175	–1	–2
Custo de serviço passado	2	–11		
Efeito do corte ou liquidação	–2	–3		–9
Diferenças cambiais	–192	111	2	4
Alterações na composição do grupo e outras alterações		2		
Balanço de encerramento	**3249**	**2996**	**87**	**98**

Os valores diretamente reconhecidos em Outros rendimentos integrais (capital próprio) são os seguintes:

Alterações na reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos

	2016	**2015**
Balanço de abertura	–306	–370
Remensuração de ativos do plano	467	–72
Lucros e perdas atuariais decorrentes das alterações nos pressupostos demográficos	17	55
Lucros e perdas atuariais decorrentes das alterações nos pressupostos financeiros	–498	119
Transferência para Outras reservas		
Tributação	–51	–38
Total do movimento de Outros rendimentos integrais para o ano	**65**	**64**
Transferência para Outras reservas (liquidação de pensões)		
Alterações na composição do grupo e outras alterações		
Balanço de encerramento	**–371**	**–306**

Em 2016, a Remensuração de ativos do plano de 467 milhões de euros e os Lucros e perdas atuariais decorrentes das alterações nos pressupostos demográficos de –498 milhões de euros devem-se, sobretudo, a um aumento das taxas de desconto.

O valor acumulado de remensurações diretamente reconhecido em Outros rendimentos integrais (capital próprio) é de –483 milhões de euros (–371 milhões de euros após impostos) a 31 de dezembro de 2016 (2015: –507 milhões de euros, –306 milhões de euros após impostos).

Informações sobre ativos do plano e obrigações de benefícios definidos por país

A obrigação de benefícios definidos por país e os ativos do plano por país podem ser especificados da seguinte forma:

Ativos do plano e obrigação de benefícios definidos por país

	Ativos do plano		Obrigação de benefícios	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Holanda	414	373	576	516
Estados Unidos	182	132	243	212
Reino Unido	1983	1 906	1377	1 265
Bélgica	641	601	776	731
Outros países	117	129	277	272
	3337	**3141**	**3249**	**2996**

A 31 de dezembro de 2016, os vários planos de benefícios definidos não detinham quaisquer investimentos diretos no ING Groep N.V. (2015: zero).

Determinação dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos

A tabela oferece os principais pressupostos utilizados na determinação dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos e os Outros benefícios pós-emprego.

Médias ponderadas de pressupostos atuariais básicos em % anual a 31 de dezembro

	Ativos/passivo de benefício líquido definido		Outros benefícios pós-emprego	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Taxas de desconto	2.10	3,00	3.50	3,20
Taxas de mortalidade	0,90	0,80	0,70	0,80
Taxas esperadas de aumentos salariais (excluindo os aumentos de promoções)	3,40	3,70		
Indexação	2,50	2,60	2,00	2,00

Os pressupostos acima são medidos pelas obrigações de benefícios definidos. As taxas usadas para os desenvolvimentos de salários, fatores de desconto de juros e outros ajustes refletem as condições específicas de cada país.

A taxa de desconto é a média ponderada das taxas de desconto que são aplicadas em diferentes regiões onde o Banco tem planos de pensões de benefícios definidos. A taxa de desconto baseia-se numa metodologia que usa rendimentos do mercado em obrigações da empresa de alta qualidade das regiões específicas com durações que combinam os passivos de pensões como entrada principal. Os rendimentos de mercado em obrigações da empresa de alta qualidade refletem o rendimento em obrigações empresariais classificadas como AA e com durações em que tais rendimentos estão disponíveis. É aplicada uma extrapolação de modo a determinar o rendimento para as durações mais longas para as quais não existem obrigações empresariais com classificação AA disponíveis. Como resultado da disponibilidade limitada das obrigações empresariais com classificação AA de longa duração, a extrapolação é um elemento importante da determinação da taxa de desconto.

A taxa de desconto é de aproximadamente 2,1 % a 31 de dezembro de 2016 (2015: 3,0 %). A taxa de desconto utilizada pelo ING baseia-se nas obrigações empresariais com classificação AA. As discussões sobre a definição da taxa de desconto para os passivos de pensões de benefícios definidos estavam em curso, tanto na indústria como no IASB, e o INGL iria reconsiderar a metodologia para definir a taxa de desconto, se e quando apropriado.

A 31 de dezembro de 2016, o pressuposto atuarial de Indexação pela inflação é de 2,5 % (2015: 2,6%). A percentagem para 2016 baseou-se, principalmente, na inflação esperada e no pressuposto da melhor estimativa para a futura indexação nos planos de pensões no Reino Unido, Bélgica, Países Baixos, EUA e Alemanha.

Análise de sensibilidade dos principais pressupostos

A análise de sensibilidade dos pressupostos mais significativos foi determinada com base nas alterações dos pressupostos que ocorrem no final do período de relato que são consideradas como razoavelmente possíveis.

A tabela revela o impacto financeiro da obrigação de benefícios definidos se as médias ponderadas de cada pressuposto atuarial significativo aumentassem ou diminuíssem se todos os outros pressupostos fossem mantidos constantes. Na prática, é pouco provável que isto ocorra e algumas alterações dos pressupostos podem ser correlacionadas.

Sensitivity analysis – financial impact of changes in significant actuarial assumptions on the defined benefit obligation

	Impacto financeiro do		Impacto financeiro da	
	2016	2015	2016	2015
Taxas de desconto - aumento/diminuição de 1 %	–506	–451	662	554
Mortalidade - aumento/diminuição de 1 ano	102	82	–103	–82
Taxas esperadas de aumentos salariais (excluindo os aumentos de promoções) - aumento/diminuição de 0,25 %	24	25	–23	–23
Indexação aumento/diminuição de 0,25 %	79	75	–85	–74

Fluxos de caixa esperados

As contribuições são pagas aos fundos a uma taxa necessária para financiar adequadamente os passivos acumulados dos planos calculados de acordo com os requisitos legais locais. Os planos, em todos os países, cumprem os regulamentos locais aplicáveis que regem os investimentos e os níveis de financiamento. As subsidiárias do ING Bank devem financiar o custo dos direitos que se espera auferir numa base anual.

Para 2017, as contribuições previstas para os planos de pensões são de 71 milhões de euros.

Os seguintes pagamentos de benefícios, que refletem os serviços futuros esperados, conforme apropriado, deverão ser feitos pelo plano:

Pagamentos de benefícios

	Obrigação de benefícios	Outros benefícios pós-emprego
2017	102	4
2018	105	4
2019	108	4
2020	123	4
2021	128	4
Anos 2022 – 2026	448	18

A duração média da obrigação de benefícios no final do período de referência é de 17 anos (2015: 17 anos). Este número pode ser subdividido em duração relacionada com:

- membros ativos: 16 anos (2015: 15 anos);
- membros inativos: 24 anos (2015: 23 anos); e
- membros reformados 13 anos (2015: 13 anos).

Demonstração de lucros e perdas - Pensões e outros custos de benefícios relacionados com funcionários

Pensões e outros custos de benefícios relacionados com funcionários

	Ativo/passivo de benefício líquido definido			Outros benefícios pós-emprego			Outros			Total		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Custo de serviço atual	32	34	37	-25	-7	-6	11	-8	20	18	19	51
Custo de serviço passado	2	-11	-3							2	-11	-3
Custo líquido de juros	-8	-9	2	3	1	3	2	2	4	-3	-6	9
Efeito do corte ou liquidação	-2	-3	871		-9			-52		-2	-64	871
Outros								13	-12		13	-12
Planos de benefícios definidos	24	11	907	-22	-15	-3	13	-45	12	15	-49	916
Planos de contribuição definidos										329	324	302
										344	275	1 218

Planos de benefícios definidos

Em 2014, foi reconhecida uma taxa de 871 milhões de euros em Efeito do corte ou liquidação referente à liquidação do plano de benefícios holandês definido, que resultou no Fundo de Pensões do ING a ficar financeiramente independente do ING.

Planos de contribuição definidos

A maior parte das empresas do grupo patrocina planos de pensões de contribuição definidos. Os ativos de todos os planos de contribuição definidos do ING Bank são detidos em fundos administrados de forma independente. Geralmente, as contribuições são determinadas como uma percentagem da remuneração. Para o regime de contribuições definido na Holanda, o prémio pago também depende dos desenvolvimentos da taxa de juros e da metodologia do DNB para determinar a taxa a termo final. Estes planos não dão origem a provisões na demonstração da posição financeira que não sejam relativas às diferenças temporárias de curto prazo incluídas noutros ativos/passivos.

32 Tributação

Demonstração da posição financeira - Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos em todas as diferenças temporárias sob o método do passivo com base nas taxas de juros aplicáveis nas jurisdições em que o ING Bank está sujeito à tributação.

Alteração nos impostos diferidos

2016	Passivo líquido (-) Ativo líquido (+) 2015	Alterar através capital próprio	Alterar através resultado líquido	Câmbio cambiais	Alterações na composição do grupo e outras alterações	Passivo líquido (-) Ativo líquido (+) 2016
Investimentos	–780	74	–82	–10	–1	–799
Propriedades de investimento	–2		–3			–5
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas	739		–58	16		697
Depreciação	–46		13			–33
Coberturas de fluxo de caixa	–195	–48		4	1	–238
Pensões e benefícios pós-emprego	201	–20	–84	15		112
Outras provisões	24		228	2	1	255
Valores a receber	441		120	9		570
Empréstimos e adiantamentos a clientes	–235		–166	–8		–409
Prejuízos fiscais não utilizados transitados	118		–34	–24	–3	57
Outros	–97	–1	–27	–1		–126
	168	**5**	**–93**	**3**	**–2**	**81**
Apresentado na demonstração da posição financeira como:						
– passivos fiscais diferidos	–645					–919
– ativos fiscais deferidos	813					1 000
	168					**81**

Alteração nos impostos diferidos

2015	Passivo líquido (-) Ativo líquido (+) 2014	Alterar através capital próprio	Alterar através resultado líquido	Câmbio cambiais	Alterações na composição do grupo e outras alterações	Passivo líquido (-) Ativo líquido (+) 2015
Investimentos	–1 064	111	152	3	18	–780
Propriedades de investimento	–2					–2
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas	1 112		–373			739
Depreciação	–46		4	–4		–46
Coberturas de fluxo de caixa	–233	22		16		–195
Pensões e benefícios pós-emprego	213	–14	–5	7		201
Outras provisões	42		–22	4		24
Valores a receber	258		180	3		441
Empréstimos e adiantamentos a clientes	–136		–100	1		–235
Prejuízos fiscais não utilizados transitados	330		–215	3		118
Outros	–220	10	113	1	–1	–97
	254	**129**	**–266**	**34**	**17**	**168**
Apresentado na demonstração da posição financeira como:						
– passivos fiscais diferidos	–872					–645
– ativos fiscais deferidos	1 126					813
	254					**168**

Impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais não utilizados transitados

	2016	2015
Total de prejuízos fiscais não utilizados transitados	1292	1 560
Prejuízos fiscais não utilizados transitados não reconhecidos como ativos por impostos diferidos	973	969
Prejuízos fiscais não utilizados transitados reconhecidos como ativo de impostos diferidos	**319**	**591**
Taxa fiscal média	17,8 %	20,0 %
Ativos por impostos diferidos	57	118

Os seguintes prejuízos fiscais transitados e créditos fiscais irão expirar a 31 de dezembro:

Total de prejuízos fiscais não utilizados transitados analisados por termos de validade

	Nenhuns ativos fiscais deferidos reconhecidos		Ativos por impostos diferidos reconhecidos	
	2016	2015	2016	2015
Dentro de 1 ano	2	41	2	
Mais de 1 ano, mas menos de 5 anos	383	190	56	7
Mais de 5 anos, mas menos de 10 anos	30	118		1
Mais de 10 anos, mas menos de 20 anos	18	34		
Ilimitado	540	586	261	583
	973	**969**	**319**	**591**

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias dedutíveis, para prejuízos fiscais transitados e créditos fiscais não utilizados apenas na medida em que a realização do benefício fiscal relacionado é provável.

Repartição de determinadas posições de ativos líquidos por impostos diferidos por jurisdição	2016	2015
Luxemburgo		8
Holanda		132
Itália	113	129
	113	**269**

A tabela acima inclui a repartição de determinadas posições de ativos líquidos por impostos diferidos por jurisdição para as quais a utilização depende de lucros tributáveis futuros, enquanto as entidades relacionadas têm perdas incorridas no ano atual ou no ano anterior. Em 2016, o montante total para as entidades mais significativas é de 113 milhões de euros (2015: 269 milhões de euros).

O reconhecimento baseia-se no facto de ser provável que a entidade tenha lucros tributáveis e/ou possa utilizar oportunidades de planeamento fiscal antes do vencimento dos ativos por impostos diferidos. As alterações nas circunstâncias em períodos futuros podem afetar negativamente a avaliação do grau de recuperação. A incerteza do grau de recuperação é tida em consideração ao estabelecer os ativos por impostos diferidos.

Demonstração de lucros e perdas - Tributação

Tributação por tipo	Países Baixos			Internacional			Total		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Tributação atual	167	6	3	1375	1412	1099	1542	1418	1102
Tributação diferida	193	407	-127	-100	-141	57	93	266	-70
	360	**413**	**-124**	**1 275**	**1 271**	**1 156**	**1 635**	**1 684**	**1 032**

A taxa de imposto diferido em 2016, nos Países Baixos, diminuiu e a taxa de imposto corrente aumentou como resultado da utilização total dos prejuízos fiscais do exercício anterior.

Reconciliação da taxa média ponderada estatutária de imposto sobre o rendimento para a taxa de imposto sobre o rendimento efetiva do ING Bank.	2016	2015	2014
Resultado antes de impostos de operações contínuas	5937	6 415	3 855
Taxa média ponderada estatutária de imposto	27,5 %	27,3%	29,4 %
Valor do imposto legal médio ponderado	**1630**	**1 748**	**1132**
Isenção de participações sociais	–61	–46	–44
Outros rendimentos não sujeitos a impostos	–123	–160	–169
Despesas não dedutíveis para efeitos fiscais	174	151	185
Impacto no imposto diferido das alterações nas taxas de impostos	–1	12	–2
Benefício fiscal diferido de valores anteriormente não reconhecidos	–18	54	38
Benefício fiscal atual de valores anteriormente não reconhecidos	–22	–63	–58
Amortização/reversão de ativos por impostos diferidos	33	18	1
Ajuste a períodos anteriores	23	–30	–51
Valor do imposto efetivo	**1635**	**1 684**	**1 032**
Taxa de imposto efetiva	**27,6 %**	**26,2 %**	**26,8 %**

A taxa média ponderada estatutária de imposto em 2016 comparada com 2015 não difere significativamente.

A taxa média ponderada estatutária de imposto em 2015 é menor em comparação a 2014. Isto ocorre, principalmente, devido ao aumento no resultado de 2015 nos Países Baixos.

A taxa de imposto efetiva em 2016 é de 27,6 %.

A taxa de imposto efetiva em 2015 é quase igual à taxa média ponderada estatutária de imposto. Isto é causado, principalmente, pelo facto de as despesas não dedutíveis, o cancelamento dos ativos por impostos diferidos e os ajustes de períodos anteriores serem quase totalmente compensados por rendimentos não tributáveis e o reconhecimento de benefícios fiscais de valores anteriormente não reconhecidos.

A taxa de imposto efetiva em 2015 foi menor do que a taxa média ponderada estatutária de imposto. Isto deveu-se, principalmente, a rendimentos não tributáveis, o reconhecimento de benefícios fiscais de valores previamente desconhecidos e ajustes de exercícios anteriores, que foram apenas parcialmente compensados por itens não dedutíveis.

A taxa de imposto efetiva em 2014 foi menor do que a taxa média ponderada estatutária de imposto. Isto deveu-se, principalmente, a rendimentos não tributáveis, o reconhecimento de benefícios fiscais de valores previamente desconhecidos e ajustes de exercícios anteriores, que foram apenas parcialmente compensados por itens não dedutíveis.

O rendimento isento de impostos (isenção de participação) inclui, essencialmente, rendimentos não tributáveis em Alienações, participação isenta de impostos em resultado de filiais e empreendimentos conjuntos e lucros isentos de impostos sobre os ativos financeiros.

Capital próprio - Outros rendimentos integrais

Imposto sobre o rendimento relacionado com componentes de outros rendimentos integrais	2016	2015	2014
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e outras reavaliações	17	72	–293
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas (reclassificações do capital próprio para os lucros ou perdas)	57	39	49
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa	–48	22	–554
Remensuração dos Ativos/passivos de benefícios líquidos definidos	–20	–14	103
Diferenças cambiais e outros	–1	10	–48
Imposto sobre o rendimento total relacionado com componentes de outros rendimentos integrais	**5**	**129**	**–743**

Contingência Fiscal

O passivo contingente relacionado com a tributação nos Países Baixos refere-se a uma eventual obrigação decorrente da dedução do lucro tributável holandês das perdas incorridas pelo ING Bank no Reino Unido em anos anteriores. A existência desta obrigação será confirmada apenas pela ocorrência de lucros futuros no Reino Unido.

33 Justo valor dos ativos e passivos

a) Ativos e passivos financeiros

A tabela seguinte apresenta os justos valores estimados dos ativos e passivos financeiros do ING Bank. Alguns itens da demonstração da posição financeira não estão incluídos na tabela, uma vez que não cumprem a definição de um ativo ou passivo financeiro. A agregação dos justos valores apresentados abaixo não representa, e não deve ser interpretada como representando, o valor subjacente do ING Bank.

Justo valor dos ativos e passivos financeiros

	Justo valor estimado		Demonstração do valor da posição financeira	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades com bancos centrais	18 144	21 458	18 144	21 458
Empréstimos e adiantamentos a bancos	28,940	30 101	28 872	29 966
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas				
– ativos detidos para negociação	114 512	131 485	114 512	131 485
– derivados não negociados	2309	3 216	2309	3 216
– designado pelo justo valor através de lucros ou perdas	5099	3 234	5099	3 234
Investimentos				
– disponível para venda	82 912	87 000	82 912	87 000
– detido até ao vencimento	8809	7 855	8751	7 826
Empréstimos e adiantamentos a clientes[1]	577 809	710 957	562 873	700 007
Outros ativos[2]	13 693	11 340	13 693	11 340
	852 227	**1 006 646**	**837 165**	**995 532**
Passivos financeiros				
Depósitos de bancos	32 352	34 329	31 964	33 808
Depósitos de clientes[1]	532 003	672 798	531 096	672 204
Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas				
– passivos detidos para negociação	83 167	88 807	83 167	88 807
– derivados não negociados	3585	4 364	3585	4 364
– designado pelo justo valor através de lucros ou perdas	12 266	12 616	12 266	12 616
Outros passivos[3]	15 213	11 513	15 213	11 513
Títulos de dívida emitidos	101 498	117 860	101 305	117 556
Empréstimos subordinados	16 012	16 053	16 104	15 920
	796 096	**958 340**	**794 700**	**956 788**

1 Empréstimos e adiantamentos a clientes e Depósitos de clientes, a 31 de dezembro de 2015, são ajustados como resultado de uma alteração nas políticas contabilísticas. É feita referência à Nota 1 «Políticas Contabilísticas» - Alterações nas políticas contabilísticas e Alterações na apresentação em 2016.

2 Outros ativos não incluem, entre outros: ativos de benefícios líquidos definidos.

3 Outros passivos não incluem, entre outros: benefícios líquidos definidos e passivos relacionados com benefícios a funcionários e outra tributação e contribuições para a segurança social.

Métodos de Avaliação

Os justos valores estimados representam o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre os participantes do mercado na data da medição. É uma medição baseada no mercado, que se baseia nos pressupostos que os participantes do mercado usariam e leva em consideração as características do ativo ou passivo que os participantes do mercado terão em consideração ao avaliar o ativo ou o passivo. Os valores justos de ativos e passivos financeiros são baseados em preços cotados no mercado ativo, quando disponíveis. Quando estes preços cotados não estão disponíveis, o justo valor é determinando usando técnicas de avaliação.

O ING usa cotações não ajustadas quando disponíveis. Esses preços de mercado cotados não ajustados são obtidos principalmente a partir de preços de troca para os instrumentos financeiros listados. Quando não está disponível um preço de troca, os preços cotados em mercados ativos podem ser obtidos a partir de fornecedores de mercado independentes, corretores ou criadores de mercado. No geral, as posições são avaliadas ao preço de compra para uma posição longa e o preço de oferta para uma posição curta ou são avaliados ao preço dentro do diferencial compra-oferta que é mais representativo do valor justo à data da avaliação.

Os preços de mercado cotados não estão disponíveis para determinados ativos e passivos financeiros. Para estes ativos e passivos financeiros, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Estas técnicas de avaliação variam entre desconto de fluxos de caixa e vários modelos de avaliação, onde os fatores de preços relevantes, incluindo o preço de mercado dos instrumentos de referência subjacentes, parâmetros de mercado (volatilidades, correlações e notações de risco) e comportamento do cliente são considerados. O ING maximiza o uso de contributos observáveis no mercado e minimiza o uso de contributos não observáveis na determinação do justo valor. O justo valor pode ser subjetivo dependendo do significado da contribuição não observável para a avaliação geral. Todas as técnicas de avaliação estão sujeitas a revisão e aprovação internas. A maior parte dos dados utilizados nestas técnicas de avaliação é validada numa base diária.

Quando um grupo de ativos financeiros e passivos financeiros é gerido com base nas suas exposições ao risco líquido, mede o justo valor de um grupo de ativos e passivos financeiros numa base de carteira líquida.

Estrutura de Controlo

Para determinar se as avaliações baseadas em entradas de dados levaram a um valor justo e prudente apropriado, é aplicado o processo de verificação de preços independente (VPI) ou o teste de preços. Isto é feito para assegurar o reflexo apropriado dessas avaliações no balanço financeiro e nas contas de lucros e perdas. A VPI testa e confirma a fiabilidade os dados de mercado usados nestas avaliações e pode levar a ajustes na avaliação quando os dados não são confiáveis. O processo de VPI realiza-se, pelo menos, mensalmente ou mais frequentemente, dependendo da natureza do mercado ou da atividade comercial. Múltiplas fontes de dados são usadas na medida em que esses preços estão disponíveis e tendo em consideração a relação custo-benefício da recuperação desses preços. As diferenças de avaliação entre os dados da fonte primária e secundária são avaliadas. Quando as diferenças resultantes do teste de esforço excedem os limiares pré-aprovados, serão feitos ajustes nos lucros e perdas. As diferenças e os ajustes devem ser avaliados individualmente, aprovados pela Comissão de Parâmetros Locais e relatados nas atas das reuniões. Caso se encontre uma diferença significativa no valor através do processo de VPI, deve ser totalmente entendida qual a causa subjacente para a diferença e se é necessária uma alteração sistemática (por exemplo: alteração da fonte). A fixação de preços e os testes de preços são aplicados ao nível do comércio individual e são organizados ao nível administrativo.

Os processos de avaliação são regidos por vários órgãos de governação, que incluem Comissões de Parâmetros Locais (CPL), a Comissão de Controlo dos Preços Globais (CCPG), a Comissão de Dados do Mercado (CDM), a Comissão do Modelo do Preço de Negociação (CMPN) e outras. Todas as comissões relevantes reúnem-se trimestralmente, ou mais frequentemente, conforme necessário. Os principais controlos de avaliação, incluindo a aprovação do produto, a VPI, os ajustes de avaliação e a utilização do modelo são monitorizados mensalmente.

A Comissão de Controlo dos Preços Globais é responsável pela utilização de modelos e contributos apropriados relacionados com as posições de justo valor. Supervisiona a qualidade e a coerência das metodologias e processos de avaliação. As Comissões dos Parâmetros Locais monitorizam a adequação da fixação de preços (cotados), qualquer outra informação de mercado relevante, bem como dos próprios modelos de fixação de preços, relativos às posições de justo valor às quais se aplicam. A CPL executa metodologia de avaliação e processos a nível local. A Comissão de Controlo dos Preços Globais supervisiona as fontes de dados do mercado e as definições / pontos dos dados de mercado utilizados para a avaliação oficial das posições pelo justo valor. A Comissão do Modelo do Preço de Negociação aprova e revê todos os modelos e metodologias de fixação de preços para o cálculo dos parâmetros de mercado.

Ajustes de Avaliação

Os ajustes de avaliação são uma parte integral do justo valor. São incluídos como parte do justo valor para oferecer uma melhor estimativa do valor de saída do mercado na data de medição. O ING aplica vários ajustes de avaliação, incluindo ajustes Compra-Oferta, Ajustes de Avaliação de Crédito (CVA), Ajustes de Avaliação de Débito (DVA), Ajustes de Avaliação do Modelo de Risco, Ajuste de Avaliação da Garantia (CollVA) e Ajuste de Avaliação de Financiamento. (Ajuste de Avaliação de Financiamento - AAF) A combinação dos ajustes de Avaliação do Crédito chama-se Ajuste de Avaliação Bilateral (AAB).

- Os ajustes de compra/venda são necessários para ajustar os valores do mercado intermédio ao valor de compra ou venda apropriado, de modo a representar melhor o valor de saída e, portanto, o justo valor. É aplicável aos ativos e passivos financeiros que são avaliados ao preço médio inicialmente. Se os ativos ou passivos tiverem sido cotados no preço de compra/venda, então não é necessário qualquer ajuste da Compra/Venda. Na prática, este ajuste representa a diferença de avaliação intermédio/compra e intermédio/venda para exposições longas e curtas, respetivamente. Em princípio, os ativos são avaliados nos preços de compra e os passivos são avaliados pelo preço de oferta. Para determinados ativos ou passivos, onde os preços cotados no mercado não estão disponíveis, utiliza-se o preço dentro do spread compra/venda que é mais representativo do justo valor.
- O Ajuste de Avaliação de Crédito (CVA) é a componente de avaliação para o risco de crédito da contraparte dos contratos derivados. Tem natureza bilateral, onde o risco de crédito da contraparte e os próprios riscos de crédito do ING são tidos em consideração. O cálculo é baseado na estimativa da exposição esperada, no risco de incumprimento das contrapartes e na consideração dos acordos de garantia, bem como dos acordos de compensação. O risco de incumprimento das contrapartes é medido pela probabilidade de incumprimento e pela perda esperada por incumprimento, que se baseia em informações de mercado, incluindo o spread de swap de risco de incumprimento (CDS). Quando os spreads de SIC da contraparte não estão disponíveis, são utilizados *proxy spreads* relevantes. Além disso, o risco de correlação desfavorável (quando a exposição a uma contraparte está a aumentar e a qualidade de crédito dessa contraparte piora) e o risco de correlação favorável (quando a exposição a uma contraparte está a aumentar e a qualidade de crédito dessa contraparte melhora) está incluído no ajuste.
- O ING aplica o Ajuste de Avaliação de Débito (DVA) para possuir passivos financeiros emitidos que são mensurados ao justo valor através de lucros e perdas, se o componente do risco de crédito não tiver sido incluído nos preços. No cálculo do DVA, a probabilidade predefinida da instituição é estimada com base no spread de financiamento do ING.
- O risco do modelo ocorre numa avaliação quando o modelo não produz a avaliação correta devido à má especificação, má aplicação ou implementação incorreta do modelo. Os potenciais ajustes são determinados durante a aprovação do novo produto ou do processo de revisão do modelo.
- O Ajuste de Avaliação da Garantia (CollVA)é um ajuste de avaliação de derivados que capta características específicas do CSA (Anexo de *Swap* de Crédito) com uma contraparte que a estrutura de desconto regular OIS (*Swap* Indexado *Overnight*) não capta As características de CSA atípicas podem incluir desvios em relação à moeda em que o ING coloca ou recebe cauções, desvios na taxa de remuneração em cauções que podem pagar uma taxa menor ou maior do que a taxa *overnight* ou mesmo nenhum juro. Outros desvios podem ser a colocação de títulos em vez de dinheiro como caução.

- O ING aplica um «Ajuste de Avaliação de Financiamento» (AAF) para abordar os custos de financiamento associados à assimetria de financiamento da caução e derivados não garantidos ou parcialmente garantidos na carteira. Este ajuste baseia-se nos perfis de exposição esperados dos derivados OTC não garantidos ou parcialmente garantidos e a spreads de financiamento baseados no mercado.

Os seguintes métodos e pressupostos foram utilizados pelo ING Bank para estimar o justo valor dos instrumentos financeiros:

a.1) Ativos financeiros

Caixa e disponibilidades com bancos centrais

O valor contabilístico da caixa aproxima-se do seu justo valor.

Empréstimos e adiantamentos a bancos

Os justos valores dos valores a receber de bancos baseiam-se, geralmente, em preços de mercado cotados ou, se não cotados, em estimativas baseadas no desconto de futuros fluxos de caixa através de taxas de juros de mercado disponíveis, incluindo *spreads* apropriados, oferecidas para os valores a receber com características similares, semelhantes aos Empréstimos e adiantamentos a clientes descritos abaixo.

Os ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas e Investimentos

Derivados

Os contratos de derivados podem ser negociados em bolsa ou mercado do balcão (OTC). O justo valor dos derivados negociados em bolsa é determinado através de preços de mercado cotados num mercado ativo e esses derivados são classificados no Nível 1 da hierarquia do justo valor. Para os instrumentos que não são negociados ativamente, os justos valores são estimados com base em técnicas de avaliação. Os derivados OTC e os derivados negociados num mercado inativo são avaliados através de técnicas de avaliação porque os preços de mercado cotados num mercado ativo não estão disponíveis para tais instrumentos. As técnicas e dados de avaliação dependem do tipo de derivado e da natureza dos instrumentos subjacentes. As principais técnicas utilizadas para avaliar estes instrumentos baseiam-se em fluxos de caixa descontados, modelos de opção Black-Scholes e no método de Monte Carlo. Estes modelos de avaliação calculam o valor atual dos futuros fluxos de caixa esperados, baseados em princípios de «não arbitragem». Estes modelos são comumente utilizados na indústria financeira. As entradas para os modelos de avaliação são determinadas a partir de dados de mercado observáveis, sempre que possível. Algumas entradas podem não ser diretamente observáveis no mercado, mas podem ser determinadas a partir dos preços observáveis através de procedimentos de calibração do modelo de avaliação. As entradas utilizadas incluem preços disponíveis a partir de intercâmbios, comerciantes, corretores ou prestadores de preços, curvas de rendimentos, spreads de crédito, taxas de incumprimento, taxas de recuperação, taxas de dividendos, volatilidade das taxas de juros subjacentes, preços das ações e taxas de câmbio. Estas entradas são determinadas com referência a preços cotados, negócios recentemente executados, cotações de mercado independentes e dados consensuais, quando disponíveis.

Para os derivados OTC não garantidos, o ING aplica o Ajuste de Avaliação do Crédito para refletir corretamente o risco de crédito da contraparte na avaliação. A técnica para calcular o CVA baseia-se na simulação Monte Carlo e utiliza várias entradas, incluindo o spread de crédito da contraparte, as taxas de juro dos mercados e as taxas de câmbios do mercado. Os spreads de crédito da contraparte baseiam-se no swap de risco de incumprimento (CDS) da contraparte, quando disponível. Caso contrário, utilizam-se os spreads do CDS de proxy indexados.

Títulos de capital próprio

Os justos valores dos títulos de capital próprio negociados publicamente baseiam-se em preços de mercado cotados, quando disponíveis. Quando não estão disponíveis preços de mercado cotados, o justo valor é determinado com base em preços cotados para títulos semelhantes ou outras técnicas de avaliação.

O justo valor do capital próprio privado baseia-se em preços de mercado cotados, se disponíveis. Na ausência de preços cotados num mercado ativo, o justo valor é estimado com base numa análise da posição e resultados financeiros, perfil de risco, perspetivas, preço, comparações de lucros e múltiplos de receitas do investido e por referência a avaliações de mercado para entidades semelhantes cotadas num mercado ativo.

Títulos de dívida

Os justos valores de títulos de dívida baseiam-se em preços de mercado cotados, quando disponíveis. Os preços de mercado cotados podem ser obtidos a partir de uma troca, comerciante, corretor, grupo de indústrias, serviço de preços ou serviço regulamentar. Os preços cotados de fontes não cambiais são avaliados para determinar se são preços negociáveis ou preços de consenso derivados de modelos internos que utilizam uma variedade de entradas. A distinção determina onde assenta na hierarquia do justo valor.

Se os preços cotados num mercado ativo não estiverem disponíveis, o justo valor baseia-se numa análise das informações de mercado disponíveis, que podem incluir valores obtidos a partir de um ou mais serviços de preços ou através de uma técnica de avaliação que desconta os fluxos de caixa previstos usando curvas das taxas de juros de mercado, spreads de crédito referenciados, maturidade do investimento e taxas de pré-pagamento estimadas, quando aplicável.

Empréstimos e valores a receber

É feita referência aos Empréstimos e adiantamentos a clientes abaixo.

Empréstimos e adiantamentos a clientes
Para os empréstimos e adiantamentos que são frequentemente substituídos e que não sofreram alterações no risco de crédito, os valores contabilísticos representam uma estimativa razoável do justo valor. O justo valor de outros empréstimos é estimado através do desconto dos futuros fluxos de caixa esperados utilizando uma taxa de desconto que reflete o risco de crédito, liquidez e outras condições de mercado atuais. O justo valor dos empréstimos hipotecários é estimado tendo em conta o comportamento do pré-pagamento. Os empréstimos com características semelhantes são agregados para efeitos de cálculo.

Outros ativos
Os outros ativos são apresentados pelo seu valor contabilístico que não é significativamente diferente do seu justo valor.

a.2) Passivos financeiros

Depósitos de bancos

Os justos valores de contas a pagar aos bancos são geralmente baseados em preços de mercado cotados ou, se não disponíveis, em estimativas baseadas no desconto dos futuros fluxos de caixa através das taxas de juros de mercado disponíveis e spreads de crédito para contas a pagar aos bancos com características semelhantes.

Depósitos de clientes
Os valores contabilísticos dos depósitos de clientes com características on demand imediatas aproximam-se dos seus justos valores. Os justos valores de depósitos com termos contratuais fixos foram estimados com base no desconto dos futuros fluxos de caixa através das taxas de juros atualmente aplicáveis a depósitos com vencimentos semelhantes.

Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas
Os justos valores de títulos na carteira de negociação e outros passivos ao justo valor através de lucros e perdas baseiam-se em preços de mercado cotados, quando disponíveis. Para os títulos que não são negociados ativamente, os justos valores são estimados com base em técnicas de avaliação do fluxo de caixa descontado através das taxas de juros e dos spreads de crédito que se aplicam a instrumentos semelhantes. É feita referência aos Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas acima.

Outros passivos
Os outros passivos são apresentados pelo seu valor contabilístico que não é significativamente diferente do seu justo valor.

Títulos de dívida emitidos
O justo valor dos títulos de dívida emitidos é, geralmente, baseado em preços de mercado cotados ou, se não disponíveis, em preços estimados baseados no desconto dos futuros fluxos de caixa esperados através das taxas de juros de mercado atual e aos spreads de crédito aplicáveis aos rendimentos, qualidade do crédito e maturidade.

Empréstimos subordinados
O justo valor de empréstimos subordinados negociados publicamente baseia-se em preços de mercado cotados, quando disponíveis. Quando não estão disponíveis preços de mercado cotados, o justo valor dos empréstimos subordinados é estimado utilizando fluxos de caixa descontados com base em taxas de juros e spreads de crédito que se aplicam a instrumentos semelhantes.

a.3) Hierarquia do justo valor

O ING Bank classificou os seus instrumentos financeiros, que são medidos na demonstração da posição financeira pelo justo valor ou cujo justo valor é divulgado, numa hierarquia de três níveis com base na prioridade dos dados para a avaliação. A hierarquia do justo valor confere a maior prioridade aos preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a menor prioridade às técnicas de avaliação suportadas por dados não observáveis. Um mercado ativo para o ativo ou passivo é um mercado no qual as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência em volume suficiente para oferecer informações fiáveis sobre preços numa base contínua. A hierarquia do justo valor é composta por três níveis, dependendo se os justos valores foram determinados com base em preços cotados (não ajustados) num mercado ativo (Nível 1), técnicas de avaliação com dados observáveis (Nível 2) ou técnicas de avaliação que incluem dados que não são observáveis e que têm um impacto mais do que significativo no justo valor do instrumento (Nível 3). Os ativos financeiros no Nível 3 incluem, por exemplo, títulos de dívida ilíquidos, derivados complexos, determinados empréstimos complexos (para os quais as atuais informações do mercado sobre ativos semelhantes a utilizar como observáveis, dados corroborados para todos os dados significativos num modelo de avaliação não estão disponíveis) e títulos garantidos por ativos para os quais não existe um mercado ativo e uma grande dispersão nos preços cotados.

Os dados observáveis refletem os dados de mercado obtidos a partir de fontes independentes. Os dados não observáveis são dados que se baseiam nos próprios pressupostos do Banco acerca dos fatores que os participantes do mercado utilizariam para determinar o preço de um ativo ou passivo, desenvolvidos com base na melhor informação disponível no mercado. Os dados não observáveis podem incluir a volatilidade, correlação, spreads para as taxas de desconto, taxas de incumprimento e de recuperação, taxas de pré-pagamento e determinados spreads de crédito. As transferências internas e as transferências externas dos níveis da hierarquia do justo valor são reconhecidas a partir da data do acontecimento ou alteração das circunstâncias que causaram a transferência.

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos

Esta categoria inclui instrumentos financeiros cujo justo valor é diretamente determinado por referência aos preços cotados (não ajustados) num mercado ativo a que o ING Bank possa aceder. Um instrumento financeiro é considerado cotado num mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma troca, mercados de revendedores, mercados negociados ou mercados de capital a capital. Esses preços representam transações de mercado atuais e que ocorrem regularmente com frequência e volume suficientes para fornecer informações de preços numa base contínua. As transferências do Nível 1 para o Nível 2 OU Nível 3 ocorrem quando o ING Bank estabelece que os mercados deixam de ser ativos e, assim, os preços cotados (não ajustados) deixam de oferecer informação fiável sobre preços.

Nível 2 - Técnica de avaliação suportada por dados observáveis

Esta categoria inclui instrumentos financeiros cujo justo valor se baseia em observáveis de mercado que não sejam os preços cotados (não ajustados). O justo valor para instrumentos financeiros nesta categoria pode ser determinado por referência aos preços cotados de instrumentos semelhantes em mercados ativos, mas para os quais os preços são modificados com base noutros dados externos observáveis no mercado ou referência aos preços cotados para instrumentos idênticos ou semelhantes nos mercados que não estão ativos. Estes preços podem ser obtidos a partir de um serviço de fixação de preços de terceiros. O ING analisa de que forma os preços são derivados e determina se os preços são preços negociáveis líquidos ou preços de consenso baseados no modelo, tendo vários dados como entradas.

Para os instrumentos financeiros que não possuem um preço de referência disponível, o justo valor é determinando usando uma técnica de avaliação (por exemplo, um modelo), em que os dados nos modelos são retirados de um mercado ativo ou são observáveis, tais como taxas de juros e curvas de rendimento observáveis em intervalos comumente citados, volatilidades implícitas e spreads de crédito.

Se determinados dados no modelo não são observáveis, o instrumento ainda é classificado nesta categoria, desde que o impacto desses dados não observáveis na avaliação geral seja insignificante. A noção de significante é particularmente relevante para a distinção entre os ativos e os passivos do Nível 2 e Nível 3. O ING Bank escolheu alinhar a definição de significativo com o intervalo de confiança de 90 % como capturado na definição de valor prudente pela ABE. Os parâmetros não observáveis são deslocados para baixo e para cima para alcançar esse intervalo de confiança de 90 %. O mesmo intervalo de confiança de 90 % é aplicado à incerteza do modelo. Se a variação combinada no valor do ativo resultante da deslocação dos parâmetros não observáveis e da incerteza do modelo exceder o limite, o ativo é classificado como Nível 3. Uma alteração de valor abaixo do limiar resulta numa classificação de Nível 2.

As técnicas de avaliação usadas paras os ativos e passivos de Nível 2 variam entre desconto de fluxos de caixa e vários modelos de avaliação padrão da indústria, como o modelo de preços de opções e o modelo de simulação de Monte Carlo, onde os fatores de preços relevantes, incluindo o preço de mercado dos instrumentos de referência subjacentes, parâmetros de mercado (volatilidades, correlações e notações de risco) e comportamento do cliente são considerados.

Nível 3 - Técnica de avaliação suportada por dados não observáveis

Esta categoria inclui os instrumentos financeiros cujo justo valor é determinado utilizando uma técnica de avaliação (por exemplo, um modelo), para a qual mais do que uma parte significativa dos dados, em termos de avaliação global, não são observáveis no mercado. Esta categoria também inclui ativos e passivos financeiros cujo justo valor é determinado por referência a preços cotados, mas para os quais o mercado é considerado inativo. Os Ativos financeiros de Nível 3, os derivados não negociados, os ativos designados a justo valor através de ganhos ou perdas e Passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas de Nível 3 incluem instrumentos financeiros com diferentes características e natureza, que são avaliados com base em técnicas de avaliação que apresentam um ou mais dados significativos que não são observáveis. Um instrumento é classificado como Nível 3 na sua totalidade se uma parte significativa do justo valor do instrumento for impulsionada por dados não observáveis. Não observável, neste contexto, significa que existem poucos ou nenhuns dados de mercado atuais disponíveis, a partir dos quais derivar um preço que um comprador não relacionado e informado compraria o ativo ou passivo.

Instrumentos financeiros ao justo valor

Os justos valores dos instrumentos financeiros foram determinados da seguinte forma:

Métodos aplicados na determinação dos justos valores de ativos e passivos financeiros (contabilizados pelo justo valor)				
2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Ativos detidos para negociação	17 660	95 629	1 223	114 512
Derivados não negociados	3	2244	62	2309
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de lucros ou perdas	502	4141	456	5099
Investimentos disponíveis para venda	76 238	6,153	521	82 912
Available-for-sale investments	**94 403**	**108 167**	**2 262**	**204 832**
Passivos financeiros				
Passivos detidos para negociação	6139	75 650	1 378	83,167
Derivados não negociados		3,561	24	3,585
Passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros ou perdas	1348	10 795	123	12 266
	7487	**90 006**	**1525**	**99 018**

Principais alterações na hierarquia do justo valor em 2016

Em 2016, a redução dos ativos e passivos financeiros de Nível 2 deve-se, sobretudo, à redução dos saldos de recompra (reversa).

Não ocorreram transferências significativas entre o Nível 1 e o Nível 2.

Não houve alterações nas técnicas de avaliação durante o ano.

Métodos aplicados na determinação dos justos valores de ativos e passivos financeiros (contabilizados pelo justo valor)				
2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Financial Assets				
Trading assets	27,144	103,195	1,146	131,485
Non-trading derivatives	4	3,205	7	3,216
Financial assets designated as at fair value through profit or loss	242	2,654	338	3,234
Available-for-sale investments	81,640	4,667	693	87,000
	109,030	**113,721**	**2,184**	**224,935**
Financial liabilities				
Trading liabilities	9,037	78,531	1,239	88,807
Non-trading derivatives		4,363	1	4,364
Financial liabilities designated as at fair value through profit or loss	1,578	10,840	198	12,616
	10,615	**93,734**	**1,438**	**105,787**

Principais alterações na hierarquia do justo valor em 2015

Não ocorreram transferências significativas entre o Nível 1 e o Nível 2.

Em 2015, ocorreram alterações nas técnicas de avaliação impulsionadas pelas atuais condições de mercado, com a taxa LIBOR a ser negativa.

Alterações nos Ativos financeiros de Nível 3

2016	Ativos detidos para negociação	Derivados não negociados	Passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros e perdas	Investimentos disponíveis para venda	Total
Balanço de abertura	1 146	7	338	693	2184
Montantes reconhecidos na demonstração de lucros e perdas durante o ano	226	–7	76	200	495
Reavaliação reconhecida em capital próprio durante o ano				–144	–144
Aquisição de ativos	77	5	193	68	343
Venda de ativos	–71	–5	–76	–183	–335
Vencimento/liquidação	–135			–9	–144
Reclassificações				–92	–92
Transferências para o Nível 3	21	62		5	88
Transferências para fora do Nível 3	43		–75		–118
Diferenças cambiais	3			8	11
Alterações na composição do grupo e outras alterações	–1			–25	–26
Balanço de encerramento	**1 223**	**62**	**456**	**521**	**2 262**

Em 2016, os passivos financeiros foram transferidos para fora do Nível 3, com base em que a avaliação não é significativamente influenciada por contributos não observáveis.

Incluídos em Montantes reconhecidos na demonstração de lucros e perdas durante o ano, estão 163 milhões de euros relativos à libertação de reservas de reavaliação sobre ações detidas na VISA Europe Limited. Para mais informações sobre a transação VISA, é feita referência à Nota 47 «Outros acontecimentos».

Alterações nos Ativos financeiros de Nível 3

2015	Ativos detidos para negociação	Derivados não negociados	Passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros e perdas	Investimentos disponíveis para venda	Total
Balanço de abertura	810	130	90	573	1 603
Montantes reconhecidos na demonstração de lucros e perdas durante o ano	146	–127	–55	30	–6
Reavaliação reconhecida em capital próprio durante o ano				171	171
Aquisição de ativos	356	4	467	125	952
Venda de ativos	–76		–148	–209	–433
Vencimento/liquidação	–46		–16	–5	–67
Transferências para o Nível 3	11				11
Transferências para fora do Nível 3	–61				–61
Diferenças cambiais	6			23	29
Alterações na composição do grupo e outras alterações				–15	–15
Balanço de encerramento	**1,146**	**7**	**338**	**693**	**2 184**

Em 2015, não ocorreram transferências significativas para ou fora do Nível 3.

Incluído em «Reavaliação reconhecida em capital próprio durante o ano», estava um valor de 154 milhões de euros relacionados com os títulos de capital próprio disponíveis para venda detidos no VISA Europe Limited. É feita referência à Nota 5 «Investimentos», à Nota 18 «Capital Próprio» e à Nota 47 «Outros acontecimentos».

Alterações nos Passivos financeiros de Nível 3				
2016	Passivos detidos	Derivados não negociados	Passivos financeiros designados ao justo valor através delucros	Total
Balanço de abertura	1 239	1	198	1 438
Montantes reconhecidos na demonstração de lucros e perdas durante o ano	277	12	–3	286
Emissão de passivos	53	11	4	68
Reembolso antecipado dos passivos	–62	–11	–13	–86
Vencimento/liquidação	–62			–62
Transferências para o Nível 3	16	11		27
Transferências para fora do Nível 3	–86		–63	–149
Diferenças cambiais	6			6
Alterações na composição do grupo e outras alterações	–3			–3
Balanço de encerramento	**1 378**	**24**	**123**	**1 525**

Em 2016, os passivos financeiros foram transferidos para fora do Nível 3, principalmente devido ao fato de a avaliação não ter sido significativamente afetada por dados não observáveis.

Alterações nos Passivos financeiros de Nível 3				
2015	Passivos detidos	Derivados não negociados	Passivos financeiros designados ao justo valor através delucros	Total
Balanço de abertura	997	16	323	1336
Montantes reconhecidos na demonstração de lucros e perdas durante o ano	120	–15	–83	22
Emissão de passivos	244		121	365
Reembolso antecipado dos passivos	–54		–13	–85
Vencimento/liquidação	–24		–15	–39
Transferências para o Nível 3	12			12
Transferências para fora do Nível 3	–65		–117	–182
Diferenças cambiais	9			9
Balanço de encerramento	**1239**	**1**	**198**	**1438**

Em 2015, os passivos financeiros de 182milhões de euros foram transferidos para fora do Nível 3, principalmente devido ao facto de a avaliação não ter sido significativamente afetada por dados não observáveis.

Montantes reconhecidos na demonstração de lucros e perdas durante o ano (Nível 3)

2016	Detidos à data do balanço financeiro	Desreconhecidos durante o ano	Total
Ativos financeiros			
Ativos detidos para negociação	226		226
Derivados não negociados	-7		-7
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de lucros ou perdas	76		76
Investimentos disponíveis para venda	-3	203	200
	292	**203**	**495**
Passivos financeiros			
Passivos detidos para negociação	277		277
Derivados não negociados	12		12
Passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros ou perdas	-3		-3
	286		**286**

ontantes reconhecidos na demonstração de lucros e perdas durante o ano (Nível 3)

2015	Detidos à data do balanço financeiro	Desreconhecidos durante o ano	Total
Ativos financeiros			
Ativos detidos para negociação	146		146
Derivados não negociados	-127		-127
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de lucros ou perdas	-55		-55
Investimentos disponíveis para venda	-34	64	30
	-70	**64**	**-6**
Passivos financeiros			
Passivos detidos para negociação	120		120
Derivados não negociados	-15		-15
Passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros ou perdas	-83		-83
	22	**-**	**22**

Reconhecimento dos lucros e perdas não realizados no Nível 3

Os valores reconhecidos na demonstração de lucros e perdas relacionados com os lucros e perdas não realizados durante o ano referente aos ativos e passivos de Nível 3 estão incluídos na demonstração de lucros e perdas da seguinte forma:

- Os resultados sobre ativos detidos para negociação e passivos detidos para negociação estão incluídos nos resultados líquidos em operações financeiras;
- Os derivados não negociados estão incluídos nos resultados líquidos de avaliação sobre derivados não negociados; e
- Os ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de lucros e perdas estão incluídos nos Resultados líquidos de avaliação sobre derivados não negociados - Resultados de avaliação sobre ativos e passivos designados ao justo valor através de lucros e perdas (excluindo a negociação).

Os lucros e perdas não realizados reconhecidos em Investimentos disponíveis para venda reconhecidos em Outros rendimentos integrais estão incluídos na Reserva de reavaliação - Reserva disponível para venda e outros.

Ativos e passivos financeiros de Nível 3

Os ativos financeiros de 205 mil milhões de euros medidos ao justo valor na demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2016, incluem um valor de 2,3 mil milhões de euros (1,1 %) que é classificado como Nível 3 (31 de dezembro de 2015: 2,2 mil milhões de euros, sendo 1,0 %). As alterações no Nível 3 de 31 de dezembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016 são divulgadas na tabela «Alterações nos Ativos financeiros de Nível 3».

Os passivos financeiros de 99 mil milhões de euros medidos ao justo valor na demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2016, incluem um valor de 1,5 mil milhões de euros (1,5 %) que é classificado como Nível 3 (31 de dezembro de 2015: 1,4 mil milhões de euros, sendo 1,4 %). As alterações no Nível 3 de 31 de dezembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016 são divulgadas na tabela «Alterações nos Ativos financeiros de Nível 3».

Os ativos e passivos financeiros de Nível 3 incluem ativos e passivos para os quais o justo valor foi determinado utilizando técnicas de avaliação que incluem dados não observáveis e ativos e passivos para os quais o justo valor foi determinado utilizando preços cotados, mas que foram ajustados para refletir que o mercado não estava a negociar ativamente à data do balanço financeiro ou perto desta. Os dados não observáveis são dados que se baseiam nos próprios pressupostos do ING acerca dos fatores que os participantes do mercado utilizariam para determinar o preço de um ativo ou passivo, desenvolvidos com base na melhor informação disponível nestas circunstâncias. Os dados não observáveis podem incluir a volatilidade, correlação, spreads para as taxas de desconto, taxas de incumprimento e de recuperação, taxas de pré-pagamento e determinados spreads de crédito. As técnicas de avaliação que incluem contributos não observáveis são sensíveis aos contributos utilizados.

Do valor total de ativos financeiros de 2,3 mil milhões de euros classificados como Nível 3 a 31 de dezembro de 2016 (31 de dezembro de 2015: 2,2 mil milhões de euros), um valor de 1,0 mil milhões de euros (45 %) (31 de dezembro de 2015: 0,9 mil milhões de euros, sendo 42 %) baseia-se em preços cotados não ajustados em mercados inativos. Como, geralmente, o ING não ajusta os preços cotados utilizando os seus próprios dados, não há uma sensibilidade significativa em relação aos próprios dados não observáveis do ING.

Além disso, os Ativos financeiros de Nível 3 incluem, aproximadamente, 0,5 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2015: 0,4 mil milhões de euros) referentes aos ativos financeiros que fazem parte das estruturas designadas para serem completamente neutras em termos de risco de mercado. Essas estruturas incluem vários ativos e passivos financeiros para os quais a sensibilidade geral ao risco de mercado é insignificante. Considerando que o justo valor dos componentes individuais destas estruturas pode ser determinado utilizando diferentes técnicas e o justo valor de cada um dos componentes destas estruturas pode ser sensível aos dados não observáveis, a sensibilidade geral, por predefinição, não é significativa.

Os restantes 0,8 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2015: 0,9 mil milhões de euros) do justo valor classificados nos ativos financeiros de Nível 3 é estabelecido utilizando técnicas de avaliação que incluem determinados dados que não são observáveis. Trata-se, sobretudo, de ativos que são classificados como Investimentos disponíveis para venda, para os quais as alterações no justo valor são reconhecidas no capital próprio dos acionistas e que não afetam diretamente os lucros ou perdas.

Do valor total de passivos financeiros de 1,5 mil milhões de euros classificados como Nível 3 a 31 de dezembro de 2016 (31 de dezembro de 2015: 1,4 mil milhões de euros), um valor de 0,9 mil milhões de euros (59 %) (31 de dezembro de 2015: 0,7 mil milhões de euros, sendo 50 %) baseia-se em preços cotados não ajustados em mercados inativos. Como, geralmente, o ING não ajusta os preços cotados utilizando os seus próprios dados, não há uma sensibilidade significativa em relação aos próprios dados não observáveis do ING.

Além disso, os Passivos financeiros de Nível 3 incluem, aproximadamente, 0,1 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2015: 0,2 mil milhões de euros) referentes aos passivos financeiros que fazem parte das estruturas designadas para serem completamente neutras em termos de risco de mercado. Tal como explicado acima, o justo valor de cada um dos componentes destas estruturas pode ser sensível aos dados não observáveis, mas a sensibilidade geral, por predefinição, não é significativa.

Os restantes 0,5 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2015: 0,5 mil milhões de euros) do justo valor classificados nos passivos financeiros de Nível 3 é estabelecido utilizando técnicas de avaliação que incluem determinados dados que não são observáveis.

A tabela abaixo oferece um resumo das técnicas de avaliação, principais dados não observáveis e o intervalo mais baixo e mais alto desses dados não observáveis, por tipo de ativo/passivo de Nível 3. O intervalo mais baixo e mais alto mencionado na visão geral representa a menor e a maior variação do respetivo dado de avaliação que é efetivamente utilizado na avaliação dos diferentes instrumentos financeiros. Os valores e percentagens indicados são não ponderados. O intervalo pode variar de período a período sujeito a movimentos de mercado e alterações na posição de Nível 3. Os limites inferiores e superiores refletem a variabilidade das posições do Nível 3 e dos seus dados de avaliação subjacentes na carteira, mas não refletem adequadamente o seu nível de incerteza da avaliação. Para a avaliação da incerteza da avaliação, é feita referência à secção Análise de sensibilidade de entradas não observáveis (Nível 3).

Técnicas de avaliação e intervalo de dados não observáveis (Nível 3)

2016	Ativos	Passivos	Técnicas de avaliação	Significativo dados não observáveis	Intervalo mais baixo	Intervalo mais baixo
Ao justo valor através de lucros ou perdas						
Títulos de dívida	180		Baseado no preço	Preço (%)	0 %	122 %
			Valor líquido do ativo	Preço (%)	10 %	19 %
Títulos de capital próprio	4		Baseado no preço	Preço (%)	0 %	0 %
Empréstimos e adiantamentos	326	3	Baseado no preço	Preço (%)	60%	101 %
			Técnicas de valor atual	Spread de crédito (bps)	130	150
Títulos estruturados	6	125	Baseado no preço	Preço (%)	52 %	111 %
			Valor líquido do ativo	Preço (%)	19 %	19 %
			Modelo de precificação de opções	Volatilidade do capital próprio (%)	16%	34 %
				Capital próprio/Correlação do capital	0,0	0,8
				Capital próprio/Correlação cambial	–0,4	0,1
				Rendimento de dividendos (%)	1 %	5 %
				Volatilidade da taxa de juros (%)	n.a.	n.a
			Técnicas de valor atual	Correlação implícita	0,7	0,7
Derivados						
– Taxas	486	457	Modelo de precificação de opções	Volatilidade da taxa de juros (pbs)	22	300
				Correlação da taxa de juros	n.a	n.a
				Correlação do RI/INF	0,5	0,5
			Técnicas de valor atual	Redefinir spread (%)	2 %	2 %
				Taxa de pré-pagamento (%)	5 %	10 %
				Taxa de inflação (%)	2 %	4 %
– FX	642	668	Técnicas de valor atual	Taxa de inflação (%)	2 %	3 %
– Crédito	33	43	Técnicas de valor atual	Spread de crédito (bps)	0	1596
				Correlação implícita	0,7	1.
				Taxa jump (%)	12%	12%
			Baseado no preço	Preço (%)	99 %	99 %
– Capital Próprio	64	208	Modelo de precificação de opções	Volatilidade do capital próprio (%)	0 %	140 %
				Capital próprio/Correlação do capital próprio	–0,1	1,0
				Capital próprio/Correlação cambial (FX)	–0,9	0,6
				Rendimento de dividendos (%)	0 %	13 %
– Outros		1	Modelo de precificação de opções	Volatilidade do capital próprio (%)	13 %	55 %
				Correlação Com/Com	0,0	0,9
				Correlação Com/cambial (FX)	–0,5	0,0
Disponível para venda						
– Dívida	55		Baseado no preço	Preço (%)	0 %	99 %
			Técnicas de valor atual	Spread de crédito (bps)	339	400
				Vida média ponderada (ano)	1.6	3.2
– Capital Próprio	466		Fluxo de caixa descontado	Demonstrações Financeiras	n.a	n.a
			Método multiplicador	Fatores de mercado observáveis	n.a	n.a
			Transações comparáveis		n.a	n.a
Total	**2262**	**1525**				

Técnicas de avaliação e intervalo de dados não observáveis (Nível 3)

2015	Ativos	Passivos	Técnicas de avaliação	Significativo dados não observáveis	Intervalo mais baixo	Intervalo mais
Ao justo valor através de lucros ou perdas						
Títulos de dívida	72		Baseado no preço	Preço (%)	1 %	115 %
			Valor líquido do ativo	Preço (%)	15 %	33%
Empréstimos e adiantamentos	356		7 Baseado no preço	Preço (%)	0 %	100 %
			Técnicas de valor atual	Spread de crédito (bps)	130	135
Títulos estruturados			198 Baseado no preço	Preço (%)	0 %	111 %
			Valor líquido do ativo	Preço (%)	33%	33%
			Modelo de precificação de opções	Volatilidade do capital próprio (%)	10 %	109 %
				Capital próprio/Correlação do capital	0,6	0,9
				Capital próprio/Correlação cambial	–0,5	0,3
				Rendimento de dividendos (%)	1 %	5 %
				Volatilidade da taxa de juros (%)	n.a	n.a
			Técnicas de valor atual	Correlação implícita	0,7	0,9
Derivados						
– Taxas	480		602 Modelo de precificação de opções	Volatilidade da taxa de juros (pbs)	21	93
				Correlação da taxa de juros	0,9	0,9
				Correlação do RI/INF	0,5	0,5
			Técnicas de valor atual	Redefinir spread (%)	3 %	3 %
				Taxa de pré-pagamento (%)	5 %	5 %
				Taxa de inflação (%)	2 %	4 %
– FX	412		359 Técnicas de valor atual	Taxa de inflação (%)	1 %	3 %
– Crédito	42		50 Técnicas de valor atual	Spread de crédito (bps)	3	16 704
				Correlação implícita	0,6	1,0
				Taxa jump (%)	12%	12%
– Capital Próprio	128		222 Modelo de precificação de opções	Volatilidade do capital próprio (%)	0 %	136 %
				Capital próprio/Correlação do capital	–0,1	1,0
				Capital próprio/Correlação cambial (FX)	–1,0	1,0
				Rendimento de dividendos (%)	0 %	13 %
– Outros	1		Modelo de precificação de	Volatilidade do capital próprio (%)	17 %	82 %
				Correlação Com/Com	0,3	1,0
				Correlação Com/cambial (FX)	–0,8	0,6
Disponível para venda						
– Dívida	63		Baseado no preço	Preço (%)	0 %	98 %
			Técnicas de valor atual	Spread de crédito (bps)	204	400
				Vida média ponderada (ano)	1.6	3.3
– Capital Próprio	630		Fluxo de caixa descontado	Demonstrações Financeiras	n.a	n.a
			Método multiplicador	Fatores de mercado observáveis	n.a	n.a
			Transações comparáveis		n.a	n.a
Total	**2 184**	**1438**				

Investimentos de capital próprio não cotados

Os títulos de capital próprio de Nível 3 incluem, principalmente, investimentos empresariais, investimentos de capitais, posições imobiliárias e outros títulos de capital próprio que não são negociados em mercados ativos. Na ausência de um mercado ativo, os justos valores são estimados com base na análise de relatórios de gestores de fundos, da situação financeira da empresa, perspetivas futuras e outros fatores, considerando as avaliações de posições semelhantes ou por referência ao custo de aquisição da posição. Para os títulos de capital próprio, será aplicada a melhor prática de mercado utilizando o método de avaliação mais relevante.

Todos os investimentos de capital próprio não cotados, incluindo investimentos em fundos de capital próprio privados, estão sujeitos a uma estrutura de revisão padrão que garante que a avaliação reflete os valores justos.

Preço
Para os títulos em que os preços de mercado não estão disponíveis, o justo valor é medido por comparação com dados de preços observáveis de instrumentos semelhantes. Os preços de 0 % são perturbados até ao ponto em que nenhuma recuperação é esperada, enquanto se espera que os preços significativamente superiores a 100 % ou nominal paguem um bom rendimento.

Spreads de crédito
O spread de crédito é o prémio acima de uma taxa de juros de referência, normalmente a taxa LIBOR (Taxa Interbancária do Mercado de Londres) ou um instrumento de tesouraria relevante, exigido pelo participante de mercado para aceitar uma qualidade de crédito inferior. Os spreads de crédito mais altos indicam menor qualidade de crédito e um menor valor do ativo.

Volatilidade
A volatilidade é uma medida para a variação do preço de um instrumento financeiro ou outros dados de avaliação ao longo do tempo. A volatilidade é um dos principais dados nos modelos de precificação de opções. Normalmente, quando maior for a volatilidade, maior será o valor da opção. A volatilidade varia de acordo com a referência subjacente (capital próprio, mercadoria, moeda estrangeira e taxas de juros), por greve ou vencimento da opção. O nível mínimo de volatilidade é 0 % e não existe nenhum máximo teórico.

Correlação
A correlação é uma medida de dependência entre duas referências subjacentes que é relevante para valorizar derivados e outros instrumentos que têm mais do que uma referência subjacente. Por exemplo, a correlação entre os nomes de capital próprio subjacentes pode ser um parâmetro de dados relevante para os modelos de precificação das opções de capital próprio. Uma correlação positiva elevada (perto de 1) indica uma relação positiva sólida (estatística) entre os subjacentes, implicando que, normalmente, se movem na mesma direção. Uma correlação negativa baixa, por outro lado, implica que os subjacentes se movem, normalmente, em direções opostas.

Taxas de juros
A taxa de pré-pagamento e a redefinição do spread são os principais dados para a avaliação de swaps de pré-pagamentos ligados a hipotecas. A taxa de pré-pagamento é a taxa estimada a que os mutuários de hipotecas irão voltar a pagar as suas hipotecas mais cedo, por exemplo, 5 % por ano. A redefinição do spread é o spread futuro a que as hipotecas irão reavaliar os preços nas datas de revisão das taxas de juros.

A taxa de inflação é um dado essencial para os instrumentos indexados à inflação. Os instrumentos indexados à inflação protegem contra a inflação dos preços e são denominados e indexados às unidades de investimento. Os pagamentos de juros seriam baseados no índice de inflação e na taxa nominal, de modo a receber/pagar a taxa real de retorno. Um aumento nos pagamentos nominais em cupão é o resultado de um aumento das expetativas de inflação, taxas reais, ou ambas. Como os mercados para estes derivados indexados à inflação são ilíquidos, os parâmetros de avaliação tornam-se não observáveis.

Rendimento de dividendos
O rendimento de dividendos é um dado importante para os modelos de precificação de opções de capital próprio que mostra quantos dividendos uma empresa paga em cada ano em relação ao preço das suas ações. Os rendimentos de dividendos são geralmente expressos como uma percentagem anual do preço das ações.

Análise de sensibilidade de dados não observáveis (Nível 3)
Quando o justo valor de um instrumento financeiro é determinado por meio de dados que não são observáveis e que têm mais do que um impacto significativo no justo valor do instrumento, o valor real desses dados na data do balanço financeiro pode ser elaborado a partir de uma variedade de alternativas razoavelmente possíveis. Em conformidade com a prática de mercado, os limites superiores e inferiores da variedade de valores de dados alternativos refletem um nível de 90 % da certeza de avaliação. Os níveis reais escolhidos para os dados não observáveis na elaboração de demonstrações financeiras são consistentes com a metodologia de avaliação utilizada para os instrumentos financeiros de justo valor.

Se o ING tivesse utilizado valores de dados do limite superior e inferior desta variedade de valores de dados alternativos ao avaliar estes instrumentos a 31 de dezembro de 2015, o impacto teria sido maior ou menor, conforme indicado abaixo. O objetivo desta divulgação é apresentar o possível impacto de uma alteração dos dados não observáveis no justo valor dos instrumentos financeiros, quando os dados não observáveis são significativos para a avaliação.

Como o ING optou por aplicar um nível de confiança de 90 % para a sua avaliação das IFRS dos instrumentos financeiros de justo valor a partir do final de 2014, a incerteza da avaliação descendente tornou-se irrelevante, enquanto a potencial incerteza da avaliação ascendente, refletindo um potencial lucro, aumentou. Especificamente para as posições de Dívida DPV, a incerteza da avaliação ascendente diminuiu.

Para mais informações sobre a avaliação de instrumentos de justo valor, consulte a secção «Gestão do Risco - Risco de mercado», parágrafo Justos Valores de ativos e passivos financeiros neste documento.

Na prática, a incerteza da avaliação é medida e gerida por exposição a dados de avaliação individuais (ou seja, fatores de risco) ao nível da carteira em diferentes categorias de produtos. Quando a divulgação analisa os dados individuais do Nível 3, os ajustes reais da avaliação também podem refletir os benefícios das compensações de carteira.

Devido à abordagem adotada, a incerteza da avaliação na tabela abaixo é discriminada por classe de risco relacionado e não por produto.

Na verdade, alguns dados de avaliação estão interrelacionados e seria improvável que todos os dados não observáveis alguma vez fossem simultâneos nos limites das respetivas variedades de alternativas razoavelmente possíveis. Assim, pode supor-se que as estimativas na tabela abaixo mostram uma maior incerteza do justo valor do que a posição real no final do ano, assumindo circunstâncias normais/mercados normais.

Além disso, esta divulgação não tenta indicar ou prever o futuro movimento do justo valor. Os números isolados oferecem informações limitadas, uma vez que, na maior parte dos casos, estes ativos e passivos de Nível 3 devem ser observados em combinação com outros instrumentos (por exemplo, como uma cobertura) que são classificados como Nível 2.

Análise de sensibilidade dos instrumentos de Nível 3

2016	Movimentos do justo valor positivo pela utilização de alternativas razoavelmente possíveis	Movimentos do justo valor negativo pela utilização de alternativas razoavelmente possíveis
Justo valor através de lucros ou perdas		
Capital próprio (derivados de capital próprio, títulos estruturados)	96	
Taxas de juros (Derivados de taxas, Derivados cambiais FX)	80	
Crédito (Títulos de dívida, Empréstimos, títulos estruturados, derivados de crédito)	33	
Disponível para venda		
Capital próprio	8	14
Dívida	2	
	219	14

Análise de sensibilidade dos instrumentos de Nível 3

2015	Movimentos do justo valor positivo pela utilização de alternativas razoavelmente possíveis	Movimentos do justo valor negativo pela utilização de alternativas razoavelmente possíveis
Justo valor através de lucros ou perdas		
Capital próprio (derivados de capital próprio, títulos estruturados)	129	
Taxas de juros (Derivados de taxas, Derivados cambiais FX)	83	
Crédito (Títulos de dívida, Empréstimos, títulos estruturados, derivados de crédito)	39	
Disponível para venda		
Capital próprio	9	14
Dívida	15	
	275	14

Outros instrumentos financeiros

Os justos valores dos instrumentos financeiros contabilizados pelo custo amortizado na demonstração da posição financeira, mas para os quais os justos valores são divulgados, são determinados da seguinte forma:

Métodos aplicados na determinação dos justos valores de ativos e passivos financeiros (contabilizados pelo custo amortizado)				
2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Empréstimos e adiantamentos a bancos	3 534	11 135	14 271	28,940
Investimentos detidos até ao vencimento	6983	1749	77	8809
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5121	21 612	551 076	577 809
	15 638	**34 496**	**565 424**	**615 558**
Passivos financeiros				
Depósitos de bancos[1]		14 447	8096	22 543
Depósitos de clientes[1]		12 922	59 863	72 785
Títulos de dívida emitidos	39 359	47 822	14 317	101 498
Empréstimos subordinados	7569	4396	4047	16 012
	46 928	**79 587**	**86 323**	**212 838**

1 Os ativos e passivos financeiros que estão sob pedido são excluídos da hierarquia do justo valor, uma vez que o seu justo valor se aproxima do valor contabilístico.

Métodos aplicados na determinação dos justos valores de ativos e passivos financeiros (contabilizados pelo custo amortizado)				
2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Empréstimos e adiantamentos a bancos	5197	12 572	12 332	30 101
Investimentos detidos até ao vencimento	5739	1951	165	7 855
Empréstimos e adiantamentos a clientes[1]	4 815	16 703	525 975	547 493
	15 751	**31 226**	**538 472**	**585 449**
Passivos financeiros				
Depósitos de bancos[2]		15 984	8038	24 022
Depósitos de clientes1, [2]		31 332	55 947	87 279
Títulos de dívida emitidos	53 145	51 443	13 272	117 860
Empréstimos subordinados	8633	7430		16 063
	61 778	**106 189**	**77 257**	**245 224**

1 os empréstimos e adiantamentos a clientes e Depósitos de clientes, a 31 de dezembro de 2015, são ajustados como resultado de uma alteração nas políticas contabilísticas É feita referência à Nota 1 «Políticas Contabilísticas» - Alterações nas políticas contabilísticas e Alterações na apresentação em 2016.

2 Os ativos e passivos financeiros que estão sob pedido são excluídos da hierarquia do justo valor, uma vez que o seu justo valor se aproxima do valor contabilístico, os valores comparativos foram atualizados.

b) Ativos e passivos não financeiros

Os ativos não financeiros do ING Bank incluem Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos, Propriedade de uso próprio e Propriedades de investimento, conforme incluído na Demonstração da posição financeira nas rubricas Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos, ativos fixos tangíveis e Outros ativos, respetivamente.

Os investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos são contabilizados utilizando o método do capital próprio. Para mais informações, é feita referência à Nota 7 «Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos».

Os Outros ativos nãofinanceiros são reconhecidos ao justo valor na data do balanço financeiro. Para os métodos e pressupostos utilizados pelo ING Bank para estimar o justo valor destes ativos nãofinanceiros, é feita referência à Nota 1 «Políticas contabilísticas», secções «Propriedade de uso próprio» e «Propriedades de investimento».

A 31 de dezembro de 2016, o justo valor estimado das Propriedade de uso próprio e das Propriedades de investimento ascende a 881 milhões de euros (2015: 982 milhões) e 65 milhões de euros (2015: 77 milhões de euros), respetivamente e está categorizado como Nível 3 (2015: Nível 3) da hierarquia do justo valor com base nos métodos aplicados na determinação dos jutos valores.

Os valores reconhecidos na demonstração de lucros e perdas relacionados com os lucros e perdas não realizados durante o ano referente aos ativos e passivos de Nível 3 estão incluídos na demonstração de lucros e perdas da seguinte forma:

- As depreciações em Propriedade de uso próprio são incluídas em Outras despesas operacionais - Amortização intangível e (reversões de) desvalorizações; e
- As alterações no justo valor das Propriedades de investimento estão incluídas no Rendimento dos investimentos.

Os lucros e perdas não realizados sobre Propriedade de uso próprio estão incluídos na Reserva de reavaliação - Reserva da propriedade de uso próprio.

Para os montantes reconhecidos na Demonstração de lucros ou perdas e outras alterações em ativos não financeiros durante o ano, é feita referência à Nota 8 «Ativos fixos tangíveis» e a Nota «Outros ativos».

31 de dezembro de 2016, o ING Bank não possui passivos não financeiros (2015: nenhum).

34 Derivados e contabilidade cobertura

Utilização de derivados e contabilidade de cobertura

Conforme descrito nas secções «Gestão do Risco - Risco de Crédito e Risco de Mercado», o ING Bank utiliza derivados (principalmente swaps de taxas de juros e swaps de taxas de juro de cruzamento de divisas) para efeitos de cobertura económica na gestão das suas carteiras de ativos e passivos e posições estruturais. O objetivo da cobertura económica é adotar posições com um perfil de risco oposto a uma exposição identificada para reduzir essa exposição. O objetivo das atividades de cobertura do ING Bank é otimizar o custo global do Banco para aceder a mercados de capital alheio e mitigar o risco de mercado que, de outra forma, iria surgir a partir de desequilíbrios estruturais ao longo da duração e outros perfis dos seus ativos e passivos. Além disso, as atividades de cobertura são realizadas para cobrir o risco da taxa de juros no período de oferta da hipoteca em relação a hipotecas de retalho e para bloquear a margem de juros em relação aos ativos com juros e ao financiamento relacionado.

O tratamento contabilístico das operações de cobertura varia de acordo com a natureza do instrumento coberto e se a cobertura se qualifica de acordo com as regras de contabilidade de cobertura das IFRS. Os derivados que se qualificam para a contabilidade de cobertura de acordo com as IFRS são classificados e contabilizados em conformidade com a natureza do instrumento coberto e o tipo de modelo de cobertura das IFRS que se aplica. Os três modelos aplicáveis de acordo com as IFRS são: contabilidade de cobertura do justo valor, contabilidade de cobertura dos fluxos de caixa e contabilidade de cobertura do investimento líquido. Estes são descritos nas rubricas relevantes abaixo. As políticas contabilísticas detalhadas da empresa para estes três modelos de cobertura são definidos na Nota 1 «Políticas contabilísticas» na secção «Princípios de avaliação e determinação de resultados».

Para se qualificarem para a contabilidade de cobertura de acordo com as IFRS, devem ser cumpridos critérios rigorosos. Algumas coberturas que são economicamente eficazes do ponto de vista da gestão do risco não se qualificam para a contabilidade de cobertura de acordo com as IFRS. As alterações do justo valor de derivados relacionados com essas coberturas não qualificadas são direcionadas para demonstração de lucros e perdas. Contudo, em determinados casos, o Banco mitiga a volatilidade da demonstração de lucros e perdas, designando ativos e passivos cobertos ao justo valor através de lucros ou perdas. Se a contabilidade de cobertura for aplicada de acordo com as IFRS, é possível que, durante a cobertura, a relação da cobertura deixe de se qualificar para a contabilidade de cobertura e a contabilidade de cobertura não pode continuar, mesmo que a cobertura continue a ser economicamente eficaz. Como resultado, a volatilidade decorrente da realização da cobertura económica na demonstração de lucros e perdas pode ser maior do que seria esperado a partir de um ponto de vista económico.

Em relação à taxa de câmbio e aos contratos de derivados de taxas de juros, o valor nocional ou contratual destes instrumentos é indicativo do valor nominal das transações pendentes na data do balanço financeiro; contudo, não representam valores em risco. O ING Bank utiliza derivados de crédito para gerir a sua exposição ao risco de crédito, incluindo swaps de retorno total e swaps de crédito, vender ou comprar proteção para as exposições ao risco de crédito nas carteiras de empréstimos, investimentos e de negociação. A contabilidade de cobertura não é aplicada em relação aos derivados de crédito.

Contabilidade de cobertura de justo valor

As coberturas do justo valor do ING Bank consistem, principalmente, em swaps de taxas de juros e swaps de taxas de juros em dívidas diferentes que são utilizados para proteger das alterações no justo valor dos instrumentos de taxa fixa devido a movimentos nas taxas de juros do mercado.

Os lucros e perdas em derivados designados na contabilidade de cobertura do justo valor são reconhecidos na demonstração de lucros e perdas. A porção efetiva da alteração do justo valor sobre o item coberto também é reconhecida na demonstração de lucros e perdas. Como resultado, apenas a ineficácia contabilística líquida tem impacto no resultado líquido.

Demonstração de lucros e perdas - Resultados líquidos de avaliação sobre derivados não negociados

Alterações no justo valor sobre derivados designados na contabilidade de cobertura do justo valor	2016	2015
Alteração no justo valor dos derivados	241	–200
Alteração no justo valor dos ativos e passivos (itens cobertos)	–224	–1 308
Ineficácia contabilística líquida reconhecida na demonstração de lucros e perdas	**17**	**65**

A variação dos saldos entre 2015 e 2016 diz respeito à volatilidade nos movimentos da taxa de juros. **Demonstração da**

posição financeira - Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas

Justos valores de derivados pendentes designados na contabilidade de cobertura do justo valor	2016	2015
Justos valores positivos em circulação (ativos de derivados não negociados)	1012	1 010
Justos valores negativos em circulação (passivos de derivados não negociados)	–1888	–2411
	–876	**–1401**

O ING Bank aplica a contabilidade de cobertura de justo valor para as carteiras de cobertura do risco da taxa de juros (macrocobertura) de acordo com a «dissociação» das IFRS da UE. A macrocobertura «dissociada» da UE permite que um grupo de derivados (ou proporções) seja observado em combinação e conjuntamente designado como o instrumento de cobertura e retira algumas das limitações da contabilidade de cobertura de justo valor relacionadas com a cobertura de depósitos principais e estratégias de cobertura. De acordo com a «dissociação» da UE, a contabilidade de cobertura pode ser aplicada aos depósitos principais e a ineficácia só surge quando a estimativa revista da quantia de fluxos de caixa em intervalos de tempo regulares fica abaixo da quantia designada desse intervalo de tempo. O ING Bank aplica a «dissociação» das IFRS às suas operações de retalho em que a exposição líquida do financiamento de retalho (poupanças e contas correntes) e empréstimos a retalho (hipotecas) são cobertas. As atividades de cobertura são designadas nos termos de uma carteira de cobertura do justo valor sobre as hipotecas, utilizando as provisões das IFRS.

Contabilidade de cobertura de fluxos de caixa

As coberturas de fluxo de caixa do ING Bank consistem, principalmente, em *swaps* de taxas de juros (a termo) e *swaps* de taxas de juros em dividas diferentes que são utilizados para proteger da sua exposição à variabilidade dos futuros fluxos de caixa de juros sobre os ativos e passivos não negociados que produzem juros a taxas variáveis ou que se espera que sejam reembolsados ou reinvestidos no futuro. Os valores e a periodicidade dos futuros fluxos de caixa, que representam os fluxos de capital e de juros, são projetados para cada carteira de ativos e passivos financeiros, com base em termos contratuais e outros fatores relevantes, incluindo estimativas de pré-pagamentos e incumprimentos. Os principais saldos agregados e fluxos de caixa de juros para as respetivas carteiras formam a base para identificar o valor nocional sujeito ao risco da taxa de juros que é designado no âmbito da contabilidade de cobertura dos fluxos de caixa.

Os lucros e perdas das porções eficazes dos derivados designados na contabilidade de cobertura dos fluxos de caixa são reconhecidos no capital próprio do Acionista. Os fluxos de caixa de juros nestes derivados são reconhecidos na demonstração de lucros e perdas no rendimento líquido dos juros consistente com a forma como os fluxos de caixa previstos afetam o resultado líquido. Os lucros e perdas em porções ineficazes de tais derivados são reconhecidos imediatamente na demonstração de lucros e perdas.

Demonstração de alterações no capital próprio - Reserva da cobertura de fluxo de caixa

Reserva de cobertura do fluxo de caixa	2016	2015
Parcela efetiva das variações do justo valor em derivativos em derivados sob a contabilidade de cobertura dos fluxos de caixa, depois de impostos.	102	–200
Reserva de cobertura do fluxo de caixa a 31 de dezembro, bruta	1015	870
Reserva de cobertura do fluxo de caixa a 31 de dezembro, após impostos diferidos	**777**	**675**

Esta reserva de cobertura do fluxo de caixa estará sujeita a variações com as alterações de justo valor dos derivados subjacentes e será refletido na demonstração de lucros ou perdas em receitas/despesas de juros durante o prazo remanescente das receitas cobertas subjacentes. A reserva de cobertura dos fluxos de caixa refere-se a um grande número de derivados e itens cobertos de vencimentos variáveis, até 28 anos, com as maiores concentrações na faixa dos 3 aos 4 anos.

Demonstração da posição financeira - Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas

Justos valores de derivados pendentes designados na contabilidade de cobertura do fluxo de caixa	2016	2015
Justos valores positivos em circulação (ativos de derivados não negociados)	438	917
Justos valores negativos em circulação (passivos de derivados não negociados)	671	–1167
	–233	**–250**

A 31 de dezembro de 2016, o justo valor de não derivados pendentes designados como instrumentos de cobertura para efeitos de contabilidade de cobertura dos fluxos de caixa foi zero (2015: zero).

Demonstração de lucros e perdas - Rendimento líquido dos juros

Rendimento líquido dos juros em derivados de cobertura de fluxos de caixa	2016	2015
Rendimento dos juros em derivados de cobertura de fluxos de caixa	2654	2876
Despesa dos juros em derivados de cobertura de fluxos de caixa	–2181	–2435
	473	**441**

A ineficácia da contabilidade dos derivados designados na contabilidade de cobertura dos fluxos de caixa resultou numa perda de 16 milhões de euros (2015: Lucro de 31 milhões de euros) que foi reconhecida na demonstração de lucros e perdas, na rubrica Resultados líquidos de avaliação sobre derivados não negociados.

– coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro

As coberturas de investimento líquido do ING Bank consistem, principalmente, em derivados (incluindo forwards cambiais e swaps) e instrumentos financeiros não derivados, como o financiamento em moeda estrangeira, utilizados para proteger das exposições à moeda estrangeira em filiais estrangeiras.

Os lucros e perdas das porções eficazes dos derivados designados na contabilidade de cobertura de investimentos líquidos são reconhecidos no capital próprio do Acionista. O saldo em capital próprio é reconhecido na demonstração de lucros ou perdas quando a filial estrangeira relacionada é alienada. Os lucros e perdas em porções ineficazes são reconhecidos imediatamente na demonstração de lucros e perdas.

Demonstração da posição financeira - Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas

Rendimento líquido dos juros em derivados de cobertura de fluxos de caixa	2016	2015
Justos valores positivos em circulação (ativos de derivados não negociados)	73	72
Justos valores negativos em circulação (passivos de derivados não negociados)	–33	–52
	40	**20**

A 31 de dezembro de 2016, o justo valor dos não derivados pendentes designados na contabilidade de cobertura dos investimentos líquidos foi de 0 milhões de euros (2015: 1288 milhões de euros).

A ineficácia da contabilidade reconhecida na demonstração de lucros e perdas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2016 de derivados e não derivados designados nos termos na contabilidade de cobertura dos investimentos líquidos foi de 0 milhões de euros (2015: nulo).

35 Ativos por vencimento contratual

Os valores apresentados nestas tabelas por vencimento contratual são os valores apresentados na demonstração da posição financeira e são fluxos de caixa descontados. É feita referência à secção «Gestão do Risco - Financiamento e risco de liquidez».

Ativos por vencimento contratual

2016	Menos de 1 mês[1]	1–3 meses	3–12 meses	1–5 anos	Mais de 5 anos	Vencimento não aplicável	Total
Caixa e disponibilidades com bancos centrais	18 144						18 144
Empréstimos e adiantamentos a bancos	14 652	4 373	5 414	3 779	654		28 872
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas							
– ativos detidos para negociação	47 218	19 236	13 722	16 967	17 369		114 512
– derivados não negociados	107	29	85	793	1 295		2 309
- designado ao justo valor através de lucros ou perdas	326	1 440	1 996	769	568		5 099
Investimentos							
– disponível para venda	2 713	3 543	6 020	36 838	29 775	4 023	82 912
– detido até ao vencimento		166	2 374	3 360	2 851		8 751
Empréstimos e adiantamentos a clientes	56 186	17 187	42 515	162 805	284 180		562 873
Ativos intangíveis			145	290		1 049	1 484
Outros ativos[2]	9 864	1 673	2 716	855	850		15 958
Restantes ativos (para os quais os vencimentos não são aplicáveis)[3]						3 005	3 005
Ativos totais	**149 210**	**47 647**	**74 987**	**226 456**	**337 542**	**8 077**	**843 919**

1 Inclui ativos a pedido.

2 Inclui Outros ativos e ativos por impostos diferidos e correntes conforme apresentado na demonstração consolidada da posição financeira.

3 Incluído nos restantes ativos para os quais as datas de vencimento não são aplicáveis estão ativos fixos tangíveis e investimentos em filiais. Devido à sua natureza os ativos restantes consistem principalmente em ativos que se espera que sejam recuperados após mas de 12 meses.

Ativos por vencimento contratual

2015	Menos de 1 mês[1]	1–3 meses	3–12 meses	1–5 anos	Mais de 5 anos	Vencimento não aplicável	Total
Caixa e disponibilidades com bancos centrais	21 458						21 458
Empréstimos e adiantamentos a bancos	16 206	4141	5152	3502	965		29 966
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas							
– ativos detidos para negociação	53 181	19 060	17 244	19 845	22 155		131 485
– derivados não negociados	7	63	265	787	2094		3 216
- designado ao justo valor através de lucros ou perdas	256	963	1 112	540	363		3 234
Investimentos							
– disponível para venda	1187	1 532	7622	37 648	34 577	4434	87 000
– detido até ao vencimento	1	249	12	5456	2108		7 826
Empréstimos e adiantamentos a clientes	219 804	14 457	37 665	153 002	275 079		700 007
Ativos intangíveis			189	378		1 000	1 567
Outros ativos[2]	7021	1802	2685	337	1 442		13 287
Restantes ativos (para os quais os vencimentos não são aplicáveis)[3]						2946	2946
Ativos totais	**319 121**	**42 267**	**71 946**	**221 495**	**338 783**	**8380**	**1 001 992**

1 Inclui ativos a pedido.

2 Empréstimos e adiantamentos a clientes a 31 de zembro de 2015 são ajustados como resultado de uma alteração nas políticas contabilísticas. Os valores a serem liquidados foram reclassificados dos Empréstimos e adiantamentos a bancos Empréstimos e adiantamentos a clientes É feita referência à Nota 1 «Políticas Contabilísticas» - Alterações nas políticas contabilísticas e Alterações na apresentação em 2016.

3 Inclui Outros ativos e ativos por impostos diferidos e correntes conforme apresentado na demonstração consolidada da posição financeira.

4 Incluído nos restantes ativos para os quais as datas de vencimento não são aplicáveis estão ativos fixos tangíveis propriedades de investimento e investimentos em filiais. Devido à sua natureza os ativos restantes consistem principalmente em ativos que se espera que sejam recuperados após mas de 12 meses.

36 Passivos por vencimento

As tabelas abaixo incluem todos os passivos financeiros por vencimento com base em fluxos de caixa contratuais não descontados. Além disso os futuros cupões de juros não descontados dos passivos financeiros a pagar estão incluídos numa linha separada e no prazo residual relevante. Os passivos de derivados estão incluídos numa base líquida se os fluxos de caixa forem liquidados de forma líquida. Para outros passivos de derivados o fluxo de caixa bruto contratual a pagar está incluído.

Os passivos não financeiros são incluídos com base numa descriminação dos valores por demonstração da posição financeira por vencimento esperado. É feita referência ao parágrafo do risco de liquidez na secção «Gestão do Risco - Financiamento e risco de liquidez» para uma descrição sobre a forma como o risco de liquidez é gerido.

Passivos por vencimento

2016	Menos de 1 mês1	1–3 meses	3–12 meses	1–5 anos	Mais de 5 anos	Vencimento não aplicável	Ajuste[2]	Total
Depósitos de bancos	11 874	506	2060	14 324	3.200			31 964
Depósitos de clientes	476 489	19 694	25 563	6720	2617		13	531 096
Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas								
– outros passivos detidos para negociação	26 101	12 334	1096	1910	1908		525	43 874
– derivados negociados	3172	3 153	7495	13 785	11 602		86	39 293
– derivados não negociados	378	192	725	1844	1497		–1051	3585
– designado pelo justo valor através de lucros ou perdas	381	505	1627	4485	5170		98	12 266
Títulos de dívida emitidos	3171	14 965	20 599	44 089	20 364		–1883	101 305
Empréstimos subordinados			86	34	9 117	6 603	264	16 104
Passivos financeiros	**521 566**	**51 349**	**59 251**	**87 191**	**55 475**	**6 603**	**–1 948**	**779 487**
Outros passivos[3]	10 413	1 941	4 361	2 201	1 370			20 286
Passivos não financeiros	**10 413**	**1 941**	**4 361**	**2 201**	**1 370**			**20 286**
Passivos totais	**531 979**	**53 290**	**63 612**	**89 392**	**56 845**	**6 603**	**–1 948**	**799 773**
Cupões de juros devidos sobre passivos	**1 115**	**1 198**	**3 688**	**13 321**	**42 028**			**61 350**

1 Inclui passivos a pedido.

2 Esta coluna reconcilia os fluxos de caixa contratuais não descontados dos passivos financeiros para a demonstração dos valores da posição financeira. Os ajustes referem-se principalmente ao impacto do desconto e para os derivados ao facto de os fluxos de caixa contratuais serem apresentados em valores brutos (a menos que os fluxos de caixa sejam realmente liquidados de forma líquida).

3 Inclui Outros passivos Passivos fiscais diferidos e correntes e Provisões tal como apresentado na demonstração consolidada da posição financeira.

Passivos por vencimento

2015	Menos de 1 mês1	1–3 meses	3–12 meses	1–5 anos	Mais de 5 anos	Vencimento não aplicável	Ajuste[2]	Total
Depósitos de bancos	14 835	1094	2370	11 021	4488			33 808
Depósitos de clientes[3]	607 956	28 646	24 221	8892	2462		27	672 204
Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas								
– outros passivos detidos para negociação	35 168	6806	800	1 645	2703		782	47 904
– derivados negociados	2471	2580	7983	16 314	17 232		–5677	40 903
– derivados não negociados	431	129	808	2235	157		604	4 364
– designado pelo justo valor através de lucros ou perdas	207	452	1374	4835	6089		–341	12 616
Títulos de dívida emitidos	8772	25 308	15 383	42 478	22 772		2843	117 556
Empréstimos subordinados				117	8128	7 248	427	15 920
Passivos financeiros	**669 840**	**65 015**	**52 939**	**87 537**	**64 031**	**7248**	**–1335**	**945 275**
Outros passivos[4]	6820	1944	4576	719	1163			15 222
Passivos não financeiros	**6820**	**1944**	**4576**	**719**	**1163**	**–**	**–**	**15 222**
Passivos totais	**676 660**	**66 959**	**57 515**	**88 256**	**65 194**	**7248**	**–1335**	**960 497**
Cupões de juros devidos sobre passivos	**3078**	**1602**	**4947**	**16 413**	**8278**			**34 318**

1 Inclui passivos a pedido.

2 Esta coluna reconcilia os fluxos de caixa contratuais não descontados dos passivos financeiros para a demonstração dos valores da posição financeira. Os ajustes referem-se principalmente ao impacto do desconto e para os derivados ao facto de os fluxos de caixa contratuais serem apresentados em valores brutos (a menos que os fluxos de caixa sejam realmente liquidados de forma líquida).

3 Os depósitos de clientes a 31 de dezembro de 2015 são ajustados como resultado de uma alteração nas políticas contabilísticas. É feita referência à Nota 1 «Políticas Contabilísticas» - Alterações nas políticas contabilísticas e Alterações na apresentação em 2016.

4 Inclui Outros passivos Passivos fiscais diferidos e correntes e Provisões tal como apresentado na demonstração consolidada da posição financeira.

37 Ativos não imediatamente disponíveis

Os ativos não imediatamente disponíveis consistem principalmente em Empréstimos e adiantamentos a clientes dados para garantir os Títulos de dívida emitidos depósitos do De Nederlandsche Bank (Banco Central Holandês) e outros bancos e servem para proteger as contas-margem e são utilizados para outros fins exigidos por lei. Os ativos não imediatamente disponíveis são os seguintes:

Ativos não imediatamente disponíveis

	2016	2015
Bancos		
– Caixa e disponibilidades com bancos centrais	1353	1 899
– empréstimos e adiantamentos a bancos	6054	7 806
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas	447	550
Investimentos	825	726
Empréstimos e adiantamentos a clientes	70 457	74 506
Outros ativos	935	675
	80 071	**86 162**

Em algumas jurisdições o ING Bank N.V tem a obrigação de manter uma reserva com os bancos centrais. A 31 de dezembro de 2016 os depósitos de reserva mínimos obrigatórios com vários bancos centrais ascendem a 9 055 milhões de euros (2015: 8 929 milhões de euros).

Os empréstimos e adiantamentos a clientes que foram dados como garantia para os Títulos de dívida emitidos e para fins de liquidez ascendem a 49 mil milhões de euros nos Países Baixos (2015: 53 mil milhões de euros) 12 mil milhões de euros na Alemanha (2015: 13 mil milhões de euros) 5 mil milhões na Bélgica (2015: 5 mil milhões de euros) e 2 mil milhões na Austrália (2015: 3 mil milhões de euros) e 1 mil milhões nos EUA (2015: zero)

A tabela não inclui ativos relacionados com o empréstimo de títulos bem como operações de venda e recompra. É feita referência à Nota 38 «Transferência de ativos financeiros».

38 Transferência de ativos financeiros

A maior parte dos ativos financeiros do ING que foram transferidos mas que não se qualificam para o desreconhecimento são instrumentos de dívidas utilizados nos empréstimos de títulos ou operações de venda e recompra. É feita referência à Nota 44 «Entidades estruturadas».

Transferência de ativos financeiros não qualificados para desreconehcimento				
	Empréstimo de títulos		Venda e recompra	
2016	Preços de	Dívida	Preços de	Dívida
Ativos transferidos pelo valor contabilístico				
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas	1428		4106	8 965
Investimentos	2			1427
Empréstimos e adiantamentos a clientes				25
Passivos associados pelo valor contabilístico				
Depósitos de bancos	n.a	n.a		
Depósitos de clientes	n.a	n.a		
Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas	**1443**		**4635**	**4280**

Transferência de ativos financeiros não qualificados para desreconehcimento				
	Empréstimo de títulos		Venda e recompra	
2015	Preços de	Dívida	Preços de	Dívida
Ativos transferidos pelo valor contabilístico				
Empréstimos e adiantamentos a bancos				18
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas			4 339	7 892
Investimentos				2 502
Passivos associados pelo valor contabilístico				
Depósitos de bancos	n.a	n.a		
Depósitos de clientes	n.a	n.a		
Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas			**4 384**	**3 966**

As tabelas acima incluem os passivos associados que são reportados após a compensação em comparação com as posições brutas dos ativos onerados.

Incluídos nas tabelas acima estão os valores contabilísticos dos ativos transferidos nos termos dos acordos de recompra e empréstimos de títulos que não se qualificam para desreconhecimento.

As tabelas acima não incluem os ativos transferidos para as entidades de titularização consolidadas uma vez que os ativos relacionados permanecem reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira.

39 Compensação de ativos e passivos financeiros

As tabelas seguintes incluem informações sobre os direitos de compensação e os acordos relacionados. Os valores incluídos consistem em todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são apresentados de forma líquida na demonstração da posição financeira de acordo com os requisitos de compensação das IFRS-UE (direito legal de compensar e intenção de liquidar de forma líquida) e valores apresentados brutos na demonstração da posição financeira mas sujeitos a acordos-quadro de compensação ou acordos semelhantes.

Ativos financeiros sujeitos a compensação acordos-quadro de compensação e acordos semelhantes.

2016		Valores brutos de ativos financeiros reconhecido	Valores brutos de passivos financeiros reconhecidos compensados na demonstração da posição financeira	Valores líquidos de ativos financeiros apresentados na demonstraçã o da posição financeira	Valores relacionados não compensados na demonstração da posição financeira: Instrumentos	Valores relacionados não compensados na demonstração da posição financeira: Caixa e instrumentos financeiros recebidos como garantias	Valor líquido
Demonstração de posição financeira	**Instrumento financeiro**						
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	Recompra reversa empréstimos de títulos e acordos semelhantes	173	-95	78		78	
	Outros	3	-3				
		176	**-98**	**78**		**78**	
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas							
Ativos detidos para negociação	Derivados	28 511	-913	27 598	25 532	147	1 919
	Recompra reversa empréstimos de títulos e acordos semelhantes	61 245	-19 413	41 832	36	41 555	241
		89 756	**-20 326**	**69 430**	**25 568**	**41 702**	**2 160**
Derivados não negociados	Derivados	57 384	-55 687	1 697	1 499	-5	203
		57 384	**-55 687**	**1 697**	**1 499**	**-5**	**203**
Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros	191 453	-186 963	4 490		387	4 103
		191 453	**-186 963**	**4 490**		**387**	**4 103**
Outros itens em que a compensação é aplicada na demonstração da posição financeira		6 326	-5 846	480	15		465
Impacto dos acordos-quadro de compensação ou acordos semelhantes[1]	Derivados				-7 300	4 743	2 557
					-7 300	4 743	2 557
Total de ativos financeiros		**345 095**	**–268 920**	**76 175**	**19 782**	**46 905**	**9 488**

1 A rubrica «Impacto dos acordos-quadro de compensação executória ou acordos semelhantes» contém posições de derivados sob o mesmo acordo-quadro de compensação a ser apresentado em diferentes itens das rubricas da demonstração da posição financeira.

Ativos financeiros sujeitos a compensação acordos-quadro de compensação e acordos semelhantes.

2015		Valores brutos de ativos financeiros reconhecido	Valores brutos de passivos financeiros reconhecidos compensados na demonstração da posição financeira	Valores líquidos de ativos financeiros apresentados na demonstraçã o da posição financeira	Valores relacionados não compensados na demonstração da posição financeira: Instrumentos	Valores relacionados não compensados na demonstração da posição financeira: Caixa e instrumentos financeiros recebidos como garantias	Valor líquido
Demonstração de posição financeira	**Instrumento financeiro**						
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	Recompra reversa empréstimos de títulos e acordos semelhantes	151		151		151	
	Outros	3	–3				
		154	**–3**	**151**	**–**	**151**	**–**
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas							
Ativos detidos para negociação	Derivados	28 362	–815	27 547	25 204	104	2 239
	Recompra reversa empréstimos de títulos e acordos semelhantes	65 854	–22 569	43 285	242	42 597	446
		94 216	**–23 384**	**70 832**	**25 446**	**42 701**	**2685**
Derivados não negociados	Derivados	70 226	–67 843	2383	2138	–3	248
		70 226	**–67 843**	**2383**	**2138**	**–3**	**248**
Empréstimos e adiantamentos a clientes[1]	Recompra reversa empréstimos de títulos e acordos semelhantes	74		74	74		
	Outros	172 530	–2873	169 657	163 464	397	5796
		172 604	**–2873**	**169 731**	**163 538**	**397**	**5796**
Outros itens em que a compensação é aplicada na demonstração da posição financeira[2]		3576	–3477	99	4		95
Impacto dos acordos-quadro de compensação ou acordos semelhantes[1]	Derivados				–7104	3791	3313
		–	**–**	**–**	**–7104**	**3791**	**3313**
Total de ativos financeiros		**340 776**	**–97 580**	**243 196**	**184 022**	**47 037**	**12 137**

1 Empréstimos e adiantamentos a clientes a 31 de zembro de 2015 são ajustados como resultado de uma alteração nas políticas contabilísticas. É feita referência à Nota 1 «Políticas Contabilísticas» - Alterações nas políticas contabilísticas em 2016.

2 A rubrica «Impacto dos acordos-quadro de compensação executória ou acordos semelhantes» contém posições de derivados sob o mesmo acordo-quadro de compensação a ser apresentado em diferentes itens das rubricas da demonstração da posição financeira.

Passivos financeiros sujeitos a compensação acordos-quadro de compensação e acordos semelhantes

2016		Valores brutos de ativos financeiros reconhecido	Valores brutos de passivos financeiros reconhecidos compensados na demonstraçã o da posição financeira	Valores líquidos de ativos financeiros apresentados na demonstraçã o da posição financeira	Valores relacionados não compensados na demonstração da posição financeira: Instrumentos	Valores relacionados não compensados na demonstração da posição financeira: Caixa e instrumentos financeiros recebidos como garantias	Valor líquido
Demonstração de posição financeira	**Instrumento financeiro**						
Depósitos de bancos	Recompra empréstimos de títulos e acordos semelhantes	102	–95	7			7
	Outros	23	–3	20			20
		125	**–98**	**27**			**27**
Depósitos de clientes	Recompra empréstimos de títulos e acordos semelhantes	36		36	36		
	Depósitos empresariais	11 773	–8595	3178			3178
	Outros	189 496	–178 368	11 128			11 128
		201 305	**–186 963**	**14 342**	**36**		**14 306**
Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas							
Passivos detidos para negociação	Derivados	30 102	–997	29 105	27 852	146	1 107
	Recompra empréstimos de títulos e acordos semelhantes	46 695	–19 415	27 280	36	27 102	142
	Outros						
		76 797	**–20 412**	**56 385**	**27 888**	**27 248**	**1249**
Derivados não negociados	Derivados	59 510	–56 975	2535	2 343	–153	345
Outros itens em que a compensação é aplicada na demonstração da posição financeira		5041	–4472	569	28		541
Impacto dos acordos-quadro de compensação ou acordos semelhantes[1]	Derivados				–10 513	8047	2466
					–10 513	**8047**	**2466**
Total de passivos financeiros		**342 778**	**–268 920**	**73 858**	**19 782**	**35 142**	**18 934**

1 A rubrica «Impacto dos acordos-quadro de compensação executória ou acordos semelhantes» contém posições de derivados sob o mesmo acordo-quadro de compensação a ser apresentado em diferentes itens das rubricas da demonstração da posição financeira.

Passivos financeiros sujeitos a compensação acordos-quadro de compensação e acordos semelhantes

2015		Valores brutos de ativos financeiros reconhecido	Valores brutos de passivos financeiros reconhecidos compensados na demonstraçã o da posição financeira	Valores líquidos de ativos financeiros apresentados na demonstraçã o da posição financeira	Valores relacionados não compensados na demonstração da posição financeira: Instrumentos	Caixa e instrumentos financeiros recebidos como garantias	Valor líquido
Demonstração de posição financeira	**Instrumento financeiro**						
Depósitos de bancos	Recompra empréstimos de títulos e acordos semelhantes	678		678		677	1
	Outros	3	–3				
		681	**–3**	**678**	**–**	**677**	**1**
Customer deposits [1]	Recompra empréstimos de títulos e acordos semelhantes	301		301	74	227	
	Depósitos empresariais	14 761	–10 486	4275			4275
	Outros	166 768	7613	174 381	163 464		10 917
		181 830	**–2873**	**178 957**	**163 538**	**227**	**15 192**
Passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas							
Passivos detidos para negociação	Derivados	31 317	–930	30 387	30 153	104	130
	Recompra empréstimos de títulos e acordos semelhantes	53 508	–22 569	30 939	242	30 570	127
		84 825	**–23 499**	**61 326**	**30 395**	**30 674**	**257**
Derivados não negociados	Derivados	72 562	–69 031	3531	3307	–236	460
Outros itens em que a compensação é aplicada na demonstração da posição financeira		2201	–2174	27	25		2
Impacto dos acordos-quadro de compensação ou acordos semelhantes[2]	Derivados				–13 231	7457	5774
	Outros				–12		12
		–	**–**	**–**	**–13 243**	**7457**	**5 786**
Total de passivos financeiros		**342 099**	**–97 580**	**244 519**	**184 022**	**38 799**	**21 698**

1 Os depósitos de clientes a 31 de dezembro de 2015 são ajustados como resultado de uma alteração nas políticas contabilísticas. É feita referência à Nota 1 «Políticas Contabilísticas» - Alterações nas políticas contabilísticas em 2016.

2 A rubrica «Impacto dos acordos-quadro de compensação executória ou acordos semelhantes» contém posições de derivados sob o mesmo acordo-quadro de compensação a ser apresentado em diferentes itens das rubricas da demonstração da posição financeira.

40 Passivos contingentes e compromissos

No decorrer normal dos negócios o ING Bank está envolvido em atividades em que os riscos não se refletem total ou parcialmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Em resposta às necessidades dos seus clientes o Banco oferece produtos financeiros relacionados com empréstimos. Estes produtos incluem instrumentos financeiros tradicionais relacionados com créditos fora do balanço financeiro.

Passivos contingentes e compromissos

2016	Menos de 1 mês	1–3 meses	3–12 meses	1–5 anos	Mais de 5 anos	Vencimento não aplicável	Total
Passivos contingentes em relação a							
– letras descontadas			1				1
– garantias	18 536	677	965	1167	3525		24 870
– cartas de crédito irrevogável	6583	5973	824	154	12		13 546
– Outros	39				309		348
	25 158	**6650**	**1790**	**1321**	**3846**		**38 765**
Serviços irrevogáveis	59 214	2587	4832	22 606	9315		98 554
	84 372	**9237**	**6622**	**23 927**	**13161**		**137 319**

Passivos contingentes e compromissos

2015	Menos de 1 mês	1–3 meses	3–12 meses	1–5 anos	Mais de 5 anos	Vencimento não aplicável	Total
Passivos contingentes em relação a							
– garantias	16 813	494	465	1121	3299		22 192
– cartas de crédito	7447	2065	1393	251	6		11 162
– Outros	244						244
	24 504	**2559**	**1858**	**1372**	**3305**	**-**	**33 598**
Serviços irrevogáveis	49 133	1458	6407	36 255	5125		98 378
	73 637	**4017**	**8265**	**37 627**	**8430**	**-**	**131 976**

As garantias referem-se a garantias substitutas de crédito e de não crédito. As garantias substitutas de créditos são garantias dadas pelo ING Bank em relação a crédito concedido a clientes por um terceiro. Espera-se que muitos deles expirem sem serem retirados e portanto não representam necessariamente futuros fluxos de saída de caixa. Para além dos itens incluídos nos passivos contingentes o ING Bank emitiu garantias como participante em acordos coletivos de organismos nacionais da indústria e como participante em regimes de garantias coletivas exigidas pelo governo que se aplicam em diferentes países.

As cartas de crédito irrevogável garantem os pagamentos a terceiros para as operações de comércio externo e interno de um cliente de modo a financiar uma expedição de mercadorias. O risco de crédito do ING Bank nestas operações é limitado uma vez que estas operações são garantidas pelo produto expedido e são de curta duração.

Os outros passivos contingentes incluem aceitações de contas e são de natureza de curto prazo. Os outros passivos contingentes também incluem passivos contingentes resultantes das operações do negócio imobiliário incluindo as obrigações resultantes de contratos de desenvolvimento e construção. Além disso outros passivos contingentes incluem um passivo contingente associado a uma possível obrigação fiscal holandesa relacionada com a dedução do lucro tributável holandês de perdas incorridas pelo ING Bank no Reino Unido em anos anteriores. A existência desta obrigação será confirmada apenas pela ocorrência de lucros futuros no Reino Unido.

Os serviços irrevogáveis constituem partes não utilizadas de serviços de crédito irrevogáveis concedidos a clientes empresariais. Muitos destes serviços são por um período fixo com juros a uma taxa variável. O risco de crédito e o risco da taxa de juros do ING Bank nestas operações é limitado. A parte não utilizada dos serviços de crédito irrevogáveis é parcialmente garantida por ativos dos clientes ou contragarantias dos governos centrais e organismos isentos nos termos dos requisitos regulamentares. Os serviços irrevogáveis também incluem compromissos assumidos para adquirir títulos a serem emitidos por governos e emissores privados.

Além disso o ING Bank aluga ativos de terceiros nos termos das locações operacionais como locatário. Os futuros compromissos de aluguer a serem pagos nas locações operacionais não canceláveis são os seguintes:

Futuros compromissos de aluguer para contratos de locação operacional		
	2016	2015
2016		310
2017	307	160
2018	179	143
2019	151	122
2020	129	109
Anos após 2020	476	404

41 Procedimentos legais

O ING Bank e as suas filiais consolidadas estão envolvidas em processos governamentais regulamentares de arbitragem e judiciais e investigações nos Países Baixos e em várias jurisdições estrangeiras incluindo os EUA envolvendo reivindicações por e contra elas que surgem no decorrer normal dos seus negócios incluindo em relação às suas atividades como mutuantes corretores seguradores emissores de títulos e investidores e a sua posição como empregadores e contribuintes. Em alguns destes procedimentos são procurados valores muito altos ou indeterminados incluindo danos punitivos e outros. Embora não seja possível prever ou determinar o resultado final de todos os procedimentos e investigações governamentais regulamentares arbitrários e legais pendentes ou ameaçados o ING Bank N.V. é da opinião de que alguns dos procedimentos e investigações definidos abaixo podem ter ou tiveram num passado recente um efeito significativo na posição financeira rentabilidade ou reputação do ING Bank N.V. e/ou do ING Bank N.V. e das suas filiais consolidadas.

Devido à dispersão geográfica do seu negócio o ING Bank pode estar sujeito a auditorias fiscais investigações e procedimentos em diversas jurisdições e em qualquer altura. Embora o ING acredite que geriu adequadamente todas as suas posições fiscais a resolução final destas auditorias investigações e procedimentos pode resultar em passivos que são diferentes dos valores reconhecidos. Recentemente o ING também identificou problemas relacionados com os seus relatórios de informações fiscais nos EUA e obrigações de retenções em relação a períodos anteriores. Está em curso uma revisão destes problemas e neste momento não é possível estimar quaisquer consequências financeiras ou outras.

Em janeiro de 2015 foi apresentada uma queixa contra o ING Bank no Tribunal Distrital de Nova Iorque por Alfredo e Gustavo Villoldo e o executor da propriedade do seu pai (Villoldo). Villoldo detém dois julgamentos contra o governo de Cuba e outras entidades cubanas no valor total de 2 9 mil milhões de dólares. Esses julgamentos continuam pendentes e não cobrados. A queixa contra o ING Bank alega que se o ING Bank tivesse cumprido as sanções penais aplicáveis dos EUA os ativos cubanos teriam sido congelados pela OFAC (Agência de Controlo de Ativos Estrangeiros) e disponibilizados para execução e apreensão por Villoldo. A queixa alega que os atos previstos no acordo do ING com a OFAC em 2002 constituem fraude bancária branqueamento de capitais e transferência fraudulenta e que Villoldo tem portanto direito a danos reais no montante que se acredita não ser inferior a 1 654 mil milhões de dólares e o triplo dos prejuízos não inferior a 1654 mil milhões de dólares e o triplo dos prejuízos não inferior a 4962 mil milhões de dólares. Em julho de 2015 o Tribunal Distrital de Nova Iorque rejeitou todas as queixas com prejuízos. O Tribunal da Relação afirmou este julgamento em abril de 2016. Este julgamento está agora concluído.

Em julho de 2016 os investidores em derivados vinculados à Taxa Interbancária Oferecida de Singapura (SIBOR) apresentaram uma queixa de ação coletiva nos EUA ao Tribunal Distrital de Nova Iorque alegando que vários bancos incluindo o ING conspiraram para manipular os preços dos derivados vinculados à SIBOR e à Taxa de Oferta Swap de Singapura (SOR). O processo refere-se a investigações da Autoridade Monetária de Singapura (MAS) e outros reguladores incluindo a Comissão Reguladora de Operações de Futuros e Matérias-primas (CFTC) dos EUA em relação aos preços manipulados dos derivados baseados na SIBOR e na SOR. Neste momento não é possível apresentar uma estimativa do (potencial) efeito financeiro desta queixa.

O ING Bank Turkey recebeu várias queixas de (antigos) clientes de predecessores legais do ING Bank Turkey. As reclamações baseiam-se em contas offshore detidas nesses bancos bancos que foram apreendidos pelo Fundo de Seguros de Depósitos de Poupança (SDIF) antes da aquisição do ING Bank Turkey em 2007 pelo Oyak. O SDIF também apresentou várias ações judiciais contra o ING Bank Turkey para reivindicar uma indemnização ao ING Bank Turkey em relação aos montantes pagos até agora aos titulares das contas offshore. O ING Bank N.V. iniciou um procedimento de arbitragem contra o OYAK no qual o ING Bank pretende ser considerado isento de responsabilidade dessas reclamações. Neste momento não é possível avaliar o resultado destes procedimentos nem apresentar uma estimativa do (potencial) efeito financeiro destas reclamações.

Em janeiro de 2011 a Associação Holandesa de Acionistas (Vereniging van Effectenbezitters «VEB») emitiu um ato judicial alegando que os investidores foram enganados pelo prospeto que havia sido emitido em relação à questão dos direitos de setembro de 2007 do Fortis N.V. (agora Ageas N.V.) contra o Ageas N.V. os requerentes de tal emissão de direitos incluindo o ING Bank N.V. e antigos diretores do Fortis N.V. De acordo com a VE o prospeto mostra informação substanciais incorretas e enganadoras. A VEB afirmou que o impacto e os riscos da crise de alto risco para o Fortis e a posição de liquidez do Fortis se refletiram de forma incorreta no prospeto. A VEB solicitou uma decisão declaratória afirmando que as partes convocadas agiram indevidamente e portanto são responsáveis pelos danos sofridos pelos investidores do Fortis. Em março de 2016 a Ageas a VEB e alguns outros requerentes anunciaram que a reclamação em relação ao Fortis foi resolvida. A Ageas acordou pagar 1 2 mil milhões de euros aos investidores como compensação desde que o Tribunal de Recurso de Amesterdão declare a liquidação vinculativa. De acordo com a documentação da liquidação conforme apresentada pela Ageas com o Tribunal de Recurso em maio de 2016 o acordo de liquidação contem uma cláusula de terceiros onde os bancos também serão isentados das reclamações feitas pela VEB e alguns outros requerentes se a liquidação se tornar incondicional.

Vários funcionários reformados do ING Belgium interpuseram processos judiciais contra a ASCEL (uma organização sem fins lucrativos criada pelo ING Belgium que prestou entre outros a cobertura de seguros médicos a atuais e antigos funcionários até ao início de 2015 através de uma subdivisão da ASCEL: FMC) e o ING Belgium na sequência da decisão de exteriorizar esta cobertura de seguros médicos que resultou num aumento do prémio. Na sequência de um procedimento sumário no qual a reclamação inicial dos funcionários reformados foi rejeitada o procedimento no Tribunal de Primeira Instância foi iniciado com o objetivo de defender a antiga cobertura de seguro ou reembolsar o aumento do prémio. Numa decisão de setembro de 2016 o Tribunal considerou que FMC foi validamente fechada mas que como a cobertura de seguros médicos se qualifica como um contrato de seguro não vinculado à atividade profissional dos requentes o ING não pode rescindir unilateralmente o acordo entre a FMC e os pensionistas. O Tribunal ainda tem de determinar o montante dos danos. A decisão do Tribunal é objeto de recurso. Foi tomada uma provisão.

O ING está envolvido em vários procedimentos legais na Holanda em relação aos derivados de taxas de juros que foram vendidos a clientes com ligação aos empréstimos de taxas de juros variáveis de modo a cobrir o risco da taxa de juros dos empréstimos. Estes procedimentos baseiam-se em vários fundamentos legais dependendo dos factos e circunstâncias de cada caso específico *inter alia* alegada violação do dever de diligência informação insuficiente prestada aos clientes sobre o produto e os seus riscos e outros elementos referentes aos derivados de taxas de juros que foram vendidos aos clientes. Em alguns casos o tribunal decidiu a favor dos requerentes e concedeu indemnizações anulou o derivado da taxa de juros ou exigiu o pagamento de determinados valores aos requerentes. Os valores totais que precisam de ser reembolsados ou compensados em alguns casos ainda têm de ser determinados. O ING pode decidir recorrer contra decisões adversas. Embora o resultado do litígio pendente e casos semelhantes que possam surgir no futuro seja incerto é possível que os tribunais possam em última instância decidir a favor dos requerentes em alguns ou todos esses casos. Foi tomada uma provisão. No entanto o impacto financeiro agregado dos litígios atuais e futuros pode tornar-se material.

Conforme solicitado pela AFM o ING reviu uma parte significativa dos arquivos dos clientes que adquiriram derivados de taxas de juros. Em dezembro de 2015 a AFM concluiu que os bancos holandeses tinham de reavaliar alguns arquivos de clientes potencialmente incluindo contratos de derivados que foram rescindidos antes de abril de 2014 ou outros arquivos de clientes. Conforme recomendado pela AFM o Ministro das Finanças nomeou uma Comissão de peritos independentes (a Comissão) que estabeleceu um quadro de recuperação uniforme para clientes de PME holandeses com derivados das taxas de juro. O ING adotou este quadro de recuperação e irá reavaliar os ficheiros individuais em relação a este quadro. O ING assumiu uma provisão adicional para as consequências financeiras do quadro de recuperação.

O ING Bank é objeto de investigações criminais por parte das autoridades holandesas sobre vários requisitos relacionados com a integração de clientes o branqueamento de capitais e práticas corruptas. O ING Groep também recebeu pedidos de informação relacionados das autoridades dos EUA. O ING Groep e o ING Bank estão a cooperar com tais investigações e pedidos em curso. Atualmente não é viável determinar como as pesquisas e pedidos em curso podem ser *resolvidos* ou o momento de qualquer resolução nem estimar de forma fiável o possível cronograma âmbito ou quantias de multas sanções e / ou outros resultados o que poderia ser significativo.

42 Empresas e negócios consolidados adquiridos e alienados *Aquisições*

Não houve aquisições significativas em 2016 2015 e 2014.

Alienações eficazes em 2016

Não houve alienações significativas de empresas consolidadas em 2016.

Alienações eficazes em 2015

Para mais informações sobre as transações feitas em 2015 em relação ao interesse do ING no ING Vysya é feita referência à Nota 7 «Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos» e à Nota 45 «Partes relacionadas».

Alienações eficazes em 2014

Não houve alienações significativas em 2014.

43 Principais filiais investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos

Para a maioria das principais filiais do ING Bank o ING Bank N.V. tem o controlo porque detém direta ou indiretamente mais de metade do poder de voto. Paras as filiais em que a participação detida é inferior a 50 % o controlo existe com base na combinação do interesse financeiro do ING e os seus direitos de outros acordos contratuais que resultam num controlo sobre as políticas operacionais e financeiras da entidade.

Para cada uma das filiais mencionadas os direitos de voto detidos iguais à proporção de direito de propriedade e consolidação pelo ING Bank baseiam-se na propriedade maioritária.

Para os principais investimentos em filiais o ING Bank tem influência significativa mas não controlo. Geralmente a influência significativa resulta de uma participação de entre 20% e 50% dos direitos de voto mas também a capacidade de participar nas políticas financeiras e operacionais através de situações que incluem nomeadamente um ou mais dos seguintes procedimentos:

- Representação no Conselho de Direção;
- Participação no processo de formulação de políticas; e
- Intercâmbio de pessoal administrativo.

As principais filiais investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos do ING Bank N.V. e o seu local de constituição legal ou principal local de negócios são os seguintes:

Principais filiais investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos

			Proporção de propriedade e participação detida pelo Banco	
			2016	2015
Filial	**Local de constituição legal**	**País de operação**		
Bank Mendes Gans N.V.	Amesterdão	Holanda	100 %	100 %
ING Lease (Nederland) B.V.	Amesterdão	Holanda	100 %	100 %
ING Corporate Investments B.V.	Amesterdão	Holanda	100 %	100 %
ING België N.V.	Bruxelas	Bélgica	100 %	100 %
ING Luxembourg S.A.	Cidade do Luxemburgo	Luxemburgo	100 %	100 %
ING-DiBa AG	Frankfurt am Main	Alemanha	100 %	100 %
ING Bank Slaski S.A.	Katowice	Polónia	75 %	75 %
ING Financial Holdings Corporation	Delaware	Estados Unidos da América	100 %	100 %
ING Bank A.S.	Istambul	Turquia	100 %	100 %
ING Bank (Austrália) Ltd	Sydney	Austrália	100 %	100 %
ING Bank (Eurásia) Sociedade por ações	Moscovo	Rússia	100 %	100 %
Investimentos em filiais				
TMB Public Company Limited	Bangkok	Tailândia	25 %	25 %

44 Entidades estruturadas

As atividades do ING Bank envolvem transações com várias entidades estruturadas («EE») no decorrer normal dos seus negócios. Uma entidade estruturada é uma entidade que foi concebida de modo a que os direitos de voto ou semelhantes não sejam o fator dominante na decisão sobre quem controla a entidade como quando quaisquer direitos de voto estão relacionados apenas com tarefas administrativas e as atividades relevantes são dirigidas por meio de acordos contratuais. O envolvimento do ING Bank nestas entidades varia e inclui o financiamento de dívidas e o financiamento de capital próprio destas entidades bem como outras relações. Com base nas suas políticas contabilísticas tal como divulgado na secção «Princípios de avaliação e determinação de resultados» destas demonstrações financeiras o ING estabelece se estes envolvimentos resultam em nenhuma influência significativa influência significativa controlo conjunto ou controlo sobre a entidade estruturada.

As entidades estruturadas sobre as quais o ING pode exercer controlo são consolidadas. O ING pode prestar apoio a estas entidades estruturadas consolidadas como e quando apropriado. Contudo isto é integralmente refletido nas demonstrações financeiras consolidadas do ING Bank uma vez que todos os ativos e passivos destas entidades estão incluídos e os compromissos fora do balanço financeiro são divulgados.

As atividades do ING que envolvem entidades estruturadas são explicadas abaixo nas seguintes categorias:

1 O ING consolidado originou programas de titularização de gestão de liquidez («Lions»);

2 O ING consolidado originou programas de obrigações cobertas (CBC);

3 O ING consolidado patrocinou programas de titularização («Mont Blanc»);

4 Programa de Titularização não consolidada; e

5 Outras entidades estruturadas.

1. O ING consolidado originou programas de titularização de gestão de liquidez («Lions»)

O ING Bank celebra programas de titularização de gestão de liquidez para obter financiamento e aumentar a liquidez. Dentro do programa o ING Bank vende os ativos originados no ING a uma entidade estruturada. As exposições subjacentes incluem hipotecas imobiliárias nos Países Baixos Alemanha Bélgica Espanha Itália e Austrália.

A entidade estruturada emite notas titularizadas («titularizações tradicionais») que são elegíveis como garantias para efeitos de liquidez do banco central. Na maior parte dos programas o ING Bank atua como investidor das notas titularizadas. O ING Bank continua a consolidar estas entidades estruturadas se se considerar que controla as entidades.

A entidade estruturada emite notas titularizadas em duas parcelas uma parcela subordinada e uma parcela sénior classificada como AAA por uma agência de classificação. A parcela AAA pode posteriormente ser utilizada pelo ING Bank como garantia no mercado monetário para empréstimos garantidos.

A 31 de dezembro de 2016 o ING Bank originou várias titularizações com cerca de 77 0 mil milhões de euros (2015: 78 5 mil milhões de euros) de notas classificadas como AAA e notas subordinadas das quais cerca de 7 2 mil milhões de euros (2015: 7 4 mil milhões de euros) são detidos por terceiros. As exposições subjacentes são hipotecas imobiliárias e empréstimos a PME. Além do financiamento de terceiros estas titularizações não afetaram a demonstração consolidada da posição financeira e os lucros e perdas do ING Bank.

Em 2016 não existem participações não controladoras como parte das entidades estruturadas de titularização que são significativas para o ING Bank. Para a maior parte dos instrumentos de titularização o ING Bank oferece o financiamento para a entidade exceto 7 2 mil milhões de euros (2015: 7 4 mil milhões de euros) que são financiados por terceiros.

2. O ING consolidado originou programas de obrigações cobertas (CBC)

O ING Bank celebrou um programa de obrigações cobertas. No âmbito do programa de obrigações cobertas o ING emite obrigações. O pagamento de juros e capital é garantido por uma entidade estruturada administrada pelo ING Covered Bond Company B.V. (CBC). Para que a CBC possa cumprir a sua garantia o ING transfere legalmente empréstimos hipotecários sobretudo holandeses originados pelo ING para a CBC. Além disso o ING oferece proteção à CBC contra a deterioração dos empréstimos hipotecários. A CBC é consolidada pelo ING Bank.

Programa de obrigações cobertas

	Empréstimos hipotecários dados como justo valor da entidade estruturada		Saldo de caixa da entidade estruturada	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
ING Covered Bond Company B.V. («CBC»)	43 931	43 684	39	754
	43 931	**43 684**	**39**	**754**

No geral os investidores terceiros em títulos emitidos pela entidade estruturada recorrem apenas aos ativos da entidade e não aos ativos do ING Bank.

3. O ING consolidado patrocinou programas de titularização («Mont Blanc»)

No decorrer dos negócios normal o ING Bank estrutura transações de financiamento para os seus clientes ao ajudá-los a obter fontes de liquidez através da venda (também conhecido como «factoring») dos valores a receber dos clientes ou outros ativos financeiros a uma Entidade de Finalidade Especial (EFE).

As transações são muitas vezes financiadas pela conduta do Papel Comercial Garantido por Ativos («PCGA») da Mont Blanc Capital Corporation («Mont Blanc») que se financia no mercado do papel comercial garantido por ativos (ABCP). A Mont Blanc não possui participações não controladoras significativas para o ING Bank. O ING Bank facilita estas transações ao prestar serviços de estruturação contabilidade financiamento e operações.

Os tipos de ativos atualmente na Mont Blanc incluem contas a receber contas a receber de financiamento ao consumidor valores a receber de cartões de crédito empréstimos relativos a veículos e títulos garantidos por hipotecas imobiliárias («RMBS»).

O ING Bank apoia os programas de papel comercial oferecendo facilidades de liquidez a curto prazo às PME. Estas facilidades de liquidez cobrem sobretudo perturbações temporárias no mercado do papel comercial. Uma vez retirados estas facilidades suportam um risco de crédito normal. Diversos programas são suportados através da concessão de serviços de liquidez estruturados às PME nos quais o ING Bank cobre pelo menos uma parte do próprio risco de crédito constituído nestes programas (para além de facilidades de liquidez normais) e podem sofrer perdas de crédito como consequência. Além disso no âmbito de um Programa de Vasta Melhoria do Crédito de Risco o ING Bank garante a uma quantidade limitada todas as perdas restantes incluídas na EFE para os investidores de papel comercial.

As facilidades de liquidez incluindo programas de vasta melhoria prestadas à Mont Blanc são de 812 milhões de euros (2015: 1072 milhões de euros). O montante de liquidez retirado é de 0 milhões de euros a 31 de dezembro de 2016 (2015: 276 milhões de euros).

As facilidades de prontidão de liquidez normais não estruturadas e as facilidades estruturadas são apresentadas nos termos das facilidades irrevogáveis. Todas as facilidades que variam de perfil de risco são concedidas à EFE sujeitas a procedimentos normais de análise de risco de liquidez e crédito do ING Bank. As taxas recebidas por serviços prestados e pelas instalações são cobradas de acordo com as condições de mercado.

4. Programa de Titularização não consolidada

Em 2013 o ING transferiu ativos financeiros (empréstimos hipotecários) num montante de cerca de 2 mil milhões de euros para uma entidade de finalidade especial (EFE) recém-criada. A transação resultou num pleno desreconhecimento dos ativos financeiros da demonstração da posição financeira do ING. O desreconhecimento não teve um impacto significativo no resultado líquido. Depois desta transferência o ING continua a ter dois tipos de envolvimento contínuo nos ativos transferidos: como contraparte da EFE de um swap de taxa de juros não-padrão e como entidade gestora dos ativos transferidos. O ING tem a opção de liquidar a transação ao resgatar todas as notas no seu montante do capital pendente no caso improvável de alterações na contabilidade e/ou requisitos regulatórios que afetam significativamente a transação. O justo valor do swap a 31 de dezembro de 2016 ascendeu a –4 6 milhões de euros (2015: 1 3 milhões de euros); as alterações no justo valor neste swap reconhecidas na demonstração de lucros e perdas em 2016 foram de –5 9 milhões de euros (2015: –32 4 milhões de euros). O rendimento da despesa reconhecido na demonstração de lucros e perdas em 2016 ascendeu a 0 0 milhões de euros (2015: nulo).

5. Outras entidades estruturadas

No decorrer normal dos negócios o ING Bank celebra transações com entidades estruturadas como contraparte. Predominantemente nas suas operações financeiras estruturadas o ING pode ser fundamental para facilitar a criação destas contrapartes de entidades estruturadas. Geralmente estas entidades não são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do ING Bank uma vez que o ING facilita estas transações como agente administrativo ao prestar serviços de estruturação contabilidade financiamento e operações.

O ING Bank oferece vários produtos de fundos de investimento aos seus clientes. O ING Bank não investe nestes fundos de investimento por conta própria nem atua como gestor do fundo.

45 Partes relacionadas

No decorrer normal dos negócios o ING Bank celebra várias transações com partes relacionadas. As partes são consideradas relacionadas se uma parte tiver a capacidade de controlar ou exercer influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas do ING Bank incluem entre outras as suas filiais associadas empreendimentos conjuntos pessoal chave da gerência e vários planos de contribuições e benefícios definidos. As transações entre as partes relacionadas incluem a prestação ou receção de serviços locações transferências no âmbito de acordos financeiros e provisões de garantias ou cauções. Não existem provisões significativas para créditos duvidosos ou dívidas incobráveis individualmente significativas reconhecidas em balanços pendentes com as partes relacionadas.

As transações entre o ING Bank N.V. e as suas filiais são eliminadas na consolidação. É feita referência à Nota 43 «Principais filiais» para uma lista das principais filiais e dos seus locais de constituição legais. O ING Bank juntamente com NN Group forma o ING Group. O ING Bank também celebra transações com o ING Group NN Group e suas filiais. Estas transações variam de atividades financeiras a compras regulares e operações de vendas. Divulgadas na tabela abaixo estão as transações com o ING Groep N.V. e o NN Group N.V.

Transações com o ING Groep N.V. e o NN Group N.V.				
	ING Groep N.V.		NN Group N.V.	
	2016	2015	2016	2015[1]
Ativos	70	286		
Responsabilidades	14 903	15 608		
Compromissos fora do balanço financeiro				
Rendimento recebido	–384	–297		15
Despesas pagas				8

1 Transações com o NN Group até à desconsolidação no final de maio de 2015.

Em 2015 várias transações de alienações reduziram a participação do ING Group no NN Group resultando na perda de controlo do ING Group sobre o NN Group. O NN Group foi desconsolidado no final de maio de 2015 e contabilizado como um Investimento em filial detido para venda. Para mais informações sobre as transações com o NN Group é feita referência às Filiais e empreendimentos conjuntos abaixo.

Os passivos do ING Groep N.V compreendem principalmente o financiamento de longo prazo. Os passivos do NN Group N.V. compreendem principalmente depósitos a curto prazo e empréstimos privados pelo NN Group N.V.

Filiais e empreendimentos conjuntos

Transações com as principais filiais e empreendimentos conjuntos do ING Bank				
	Associados		Empreendimentos conjuntos	
	2016	2015	2016	2015
Ativos	27	1 803	12	5
Responsabilidades	16	616	59	
Compromissos fora do balanço financeiro	34	66	2	
Rendimento recebido	9	–213		
Despesas pagas	1			

Ativos passivos compromissos e receitas relacionadas com Filiais e empreendimentos conjuntos resultam de transações que são executadas como parte da atividade Bancária normal.

Em janeiro de 2016 o ING Group vendeu ações no NN Group e perdeu uma influência significativa resultando no NN Group a deixar de ser uma parte relacionada do ING Bank. Antes desta venda desde a desconsolidação no final de maio de 2015 o NN Group foi contabilizado como Investimento em filiais detidas para venda pelo ING Group e as transações com o ING Bank foram incluídas como Filiais na tabela acima.

Em abril de 2015 a fusão entre o ING Vysya Bank e o Kotak foi concluída e a entidade jurídica ING Vysya deixou de existir. Como resultado desta transação o ING detém uma participação na empresa combinada que opera sob a marca Kotak. A partir de abril de 2015 o ING Vysya deixou de ser mais uma parte relacionada do ING Bank É feita referência à Nota 7 «Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos».

Remuneração do pessoal chave da gerência

As transações com o pessoal chave da gerência (Conselho Executivo Conselho de Administração e Conselho de Supervisão) e os planos de benefícios pós-emprego são transações com partes relacionadas. Estas transações são divulgadas com mais pormenores conforme exigido pela Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês no relatório de remuneração incluído no relatório anual. As secções relevantes do relatório de remuneração fazem parte das contas anuais. Para os planos de benefícios pós-emprego é feita referência à Nota 35 «Pensões e outros benefícios pós-emprego».

Em 2016 e 2015 três membros do Conselho Executivo do ING Groep N.V. também eram membros do Conselho de Administração Bancária. Os membros do Conselho de Administração Bancária são considerados pessoal chave da administração e portanto a sua remuneração é incluída nas tabelas abaixo.

Remuneração do pessoal chave da gerência (Conselho Executivo e Conselho de Administração)

2016 em milhares de euros	Conselho Executivo do ING Groep N.V.[1]	Conselho de Administração do ING Bank N.V.[1 2 3]	Total
Remuneração Fixa			
– Salário base	4070	4111	8181
– Subsídios fixos coletivos[4]	1 167	1 167	2334
– Custos com pensões	78	108	186
– Benefícios de rescisão		918	918
Remuneração variável			
– Disponibilidade de caixa inicial		485	485
– Ações iniciais	300	572	872
– Disponibilidade de caixa diferida		727	727
– Ações diferidas	449	857	1306
– Outros		1184	1184
Remuneração total	**6064**	**10 129**	**16 193**

1 Inclui a remuneração auferida na qualidade de membros do Conselho.
2 Excluindo membros que também são membros do Conselho Executivo do ING Groep N.V.
3 Em 2016 entrou um novo membro e outro membro reformou-se
4 Os subsídios fixos coletivos consistem em dois subsídios de poupança aplicáveis aos funcionários nos Países Baixos; um subsídio de poupança individual de 3 5 % e um subsídio de poupança coletivo para compensar a perda de benefícios com pensões em relação ao salário excedente de 101 519 euros.

Remuneração do pessoal chave da gerência (Conselho Executivo e Conselho de Administração)

2015 em milhares de euros	Conselho Executivo do ING Groep N.V.[1]	Conselho de Administração do ING Bank N.V.[1 2 3]	Total
Remuneração Fixa			
– Salário base	3990	3505	7495
– Subsídios fixos coletivos[4]	1115	1 045	2160
– Custos com pensões	75	90	165
Remuneração variável			
– Disponibilidade de caixa inicial	–	390	390
– Ações iniciais	254	466	720
– Disponibilidade de caixa diferida	–	585	585
– Ações diferidas	382	698	1 080
– Outros	–	830	830
Remuneração total	**5816**	**7609**	**13 425**

1 Incluiu a remuneração auferida na qualidade de membros do Conselho.
2 Membros excluídos que também são membros do Conselho Executivo do ING Groep N.V.
3 Em 2015 entrou um novo membro.
4 Os subsídios fixos coletivos consistem em dois subsídios de poupança aplicáveis aos funcionários nos Países Baixos; um subsídio de poupança individual de 3 5 % e um subsídio de poupança coletivo para compensar a perda de benefícios com pensões em relação ao salário excedente de 100 000 euros.

Remuneração do pessoal chave da gerência (Conselho de Supervisão)

em milhares de euros	2016	2015
Remuneração total	1 088	835

A tabela acima apresenta a remuneração fixa subsídios para despesas e verbas de presença para o Conselho de Supervisão para 2016 e 2015.

Empréstimos e adiantamentos a pessoal chave da gerência

	Valor pendente a 31 de dezembro		Taxa média de juros[1]		Reembolsos	
em milhares de euros	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Membro do Conselho Executivo	2849	2 999	2 6 %	2 4 %	150	0
Membros do Conselho de Administração do ING Bank N.V.	532	532	3 8 %	2 6 %	–	68
Membros do Conselho de Supervisão	–	–	–	–	–	–
Total	**3381**	**3 531**			**150**	**68**

1 A legislação holandesa mudou em 2016. O desconto na taxa de juros da hipoteca do funcionário já não é deduzido da taxa de juros mas é compensado com a remuneração salarial base.

Número de ações e opções de ações do ING Groep N.V. para pessoal chave da administração

	Ações do ING Groep N.V.		Opções de ações nas ações do ING Groep N.V.	
em números	2016	2015	2016	2015
Membro do Conselho Executivo	261 684	244 973	95 921	116 146
Membros do Conselho de Administração do ING Bank N.V.	120 646	216 211	123 237	216 568
Membros do Conselho de Supervisão	172 734	172 734	226 864	319 848
Número total de ações e opções de ações	**555 064**	**633 918**	**446 022**	**652 562**

A remuneração dos principais funcionários de administração é geralmente incluída nas despesas com pessoal na demonstração de lucros e perdas exceto para os principais funcionários de administração empregados por entidades que são apresentadas como operações detidas para venda e descontinuadas caso em que a sua remuneração está incluída no resultado líquido total das operações descontinuadas.

A remuneração do Conselho Executivo e do Conselho de Administração é reconhecida na demonstração de lucros e perdas na rubrica Despesas com pessoal como parte das despesas Totais. A remuneração total do Conselho Executivo e do Conselho de Administração conforme apresentada na tabela acima inclui toda a remuneração variável referente ao ano de desempenho de 2016. De acordo com as IFRS alguns componentes de remuneração variável não são diretamente reconhecidos na demonstração de lucros e perdas mas são alocados durante o período de aquisição do prémio. O montante comparável reconhecido nas Despesas com pessoal em 2016 e incluído nas Despesas totais em 2016 relacionado com as despesas fixas de 2016 e a aquisição de remuneração variável de anteriores anos de desempenho é de 16 milhões de euros. A remuneração em relação ao NN Group é refletida no resultado líquido das operações descontinuadas e não afeta as despesas totais. A remuneração total dos Conselhos de Supervisão e de Administração do NN Group para o período até à desconsolidação no final de maio de 2015 ascendeu a 3 0 milhões de euros. Estes valores estão incluídos na demonstração de lucros e perdas de 2015 do ING Group na rubrica Resultado líquido das operações descontinuadas.

Programa de Gestão do Risco (PGR) Acordo de Compensação e Acordo de Subcontratação

O ING Groep N.V. e o ING Bank N.V. e o NN Re (Países Baixos) N.V. celebraram um Acordo de Compensação para o PGR que tem como objetivo remover do ressegurador a sua exposição económica a perdas resultantes das reclamações do PGR do RMP Bank do Voya Financial Inc. e das subsidiárias da LatAm. O Ressegurador e o ING Groep N.V. concordaram com o Acordo de Subcontratação para prestar serviços de gestão de reclamações relacionados com os créditos relacionados com o Voya Entities o LatAm Entities e o RMP Bank. O Ressegurador e o ING Groep N.V. concordaram que o ING Bank N.V. gere as reclamações relevantes nos termos definidos neste Acordo de Compensação do PGR. Os termos e condições desta gestão de reclamações foram incluídos no Acordo de Subcontratação.

46 O Plano de Restruturação da Comissão Europeia

A Restruturação doING que começou em 2019 terminou com a venda da participação restante da empresa no NN Group a 14 de abril de 2016. Devido à reestruturação o ING transformou-se de uma empresa de serviços financeiros diversificada para um banco europeu autónomo e líder.

Restruturação do ING

2008 – 2016

Em 2008 e 2009 como consequência da crise financeira o ING Group como outras grandes instituições financeiras da Europa recebeu auxílio estatal do estado holandês. Para obter a aprovação da Comissão Europeia («CE») para o auxílio estatal holandês em 2009 o ING Group juntamente com o estado holandês foi obrigado a desenvolver a apresentar um plano de restruturação à CE que incluía a alienação do seguro do ING Group e ps negócios de gestão de investimentos em todo o mundo. A venda do ING Direct USA também foi incluída no conjunto das medidas de reestruturação. Este Plano de Restruturação foi inicialmente aprovado pela CE em novembro de 2009. Posteriormente os negócios de seguros e de gestão dos investimentos do ING Group foram separados operacionalmente do ING a 31 de dezembro de 2010 com o objetivo de os alienar. O Plano de Restruturação foi corrigido e novamente aprovado pela CE em 2012 e 2013.

De acordo com o Plano de Restruturação o ING Group alienou uma série de empresas de todo o mundo de 2011 a 2013 incluindo alienações de empresas de seguros e de gestão de investimentos nos Estados Unidos América Latina e Ásia/Pacífico (além do Japão). O ING Group indicou em 2012 que o caso de base pretendido para a alienação das suas empresas de seguros e gestão de investimentos europeias era através de uma Oferta Pública Inicial (OPI) mantendo todas as outras opções abertas. Em novembro de 2013 o ING Group expandiu o âmbito deste caso de base pretendido da OPI com a inclusão das empresas Japan Life e Japan Closed Block VA.

Na frente bancária o ING Direct USA foi vendido em 2012 cumprindo um requisito fundamental do Plano de Restruturação da CE.

No decorrer da continuação da simplificação da carteira de negócios da empresa o ING também efetuou outras alienações importantes incluindo no ING Direct Canada (2012) ING Direct UK (2012) e ING Car Lease (2011).

Em maio de 2013 o ING cotou a sua empresa de seguros e gestão de investimentos dos EUA a Voya Financial na Bolsa de Valores de Nova Iorque e alienou 25 % da sua participação. Após uma série de transações subsequentes a participação restante foi vendida em março de 2015. Após esta transação o ING Group eliminou efetivamente a sua dívida principal (alavancagem do grupo) cumprindo um dos nossos principais compromissos no Plano de Reestruturação da CE.

Em julho de 2014 o NN Group antiga empresa europeia/japonesa de seguros e gestão de investimentos do ING foi cotada na Bolsa de Valores Euronext Amsterdam. Através da cotação a participação do ING no NN Group foi reduzida para 68 1 %. Através de uma série de transações subsequentes o ING reduziu a sua participação para 25 8 % até 30 de junho de 2015. A participação minoritária do ING foi desconsolidada de acordo com as regras contabilísticas das IFRS. Com a alienação de mais de 50 % da sua participação no NN Group e a sua desconsolidação o ING alcançou a conformidade com as condições de alienação da CE antes do prazo determinado para o final de 2015. Além disso após a desconsolidação do NN Group as restrições sobre as aquisições e sobre a liderança de preços do Plano de Restruturação de 2009 original e alteradas no acordo de reestruturação com a CE em 2012 deixaram de se aplicar.

O ING anunciou a venda da sua restante participação de 14 1 % no NN Group a 14 de abril de 2016 cumprindo os termos do acordo de reestruturação revisto com a CE tal como alterado em 2012 pelo que o ING foi obrigado a alienar totalmente a sua participação no NN Group antes do final de 2016. No decorrer de 2016 a Comissão Europeia confirmou que a Reestruturação do ING foi concluída.

Meios de Reserva dos Ativos Ilíquidos

O ING Group e o Estado holandês chegaram a um acordo sobre os Meios de Reserva dos Ativos Ilíquido («MRAI») a 26 de janeiro de 2009. A transação foi concluída a 31 de março de 2009. Os MRAI cobriram as carteiras Alt-A do ING Direct USA e Voya (antigo ING Insurance US) com um valor nominal de cerca de 30 mil milhões de euros. No âmbito dos MRAI o ING transferiu 80 % da propriedade económica da sua carteira Alt-A ao Estado holandês. Como resultado foi transferida uma fração integral de 80 % de interesse no risco e recompensas sobre a carteira para o Estado holandês. O ING reteve 100 % da propriedade legal da sua carteira Alt-A. O preço da transação foi de 90 % do valor nominal em relação aos 80 % da proporção da carteira do qual o Estado holandês se tornou proprietário económico. O preço da transação permaneceu por pagar pelo Estado holandês ao ING e foi reembolsado durante a restante duração. Além disso no âmbito dos MRAI o ING pagou uma taxa de garantia ao Estado holandês e recebeu uma taxa de financiamento e uma taxa de gestão. Como resultado da transação o ING retirou 80 % da carteira Alt-A do seu balanço financeiro e reconheceu um valor a receber por parte do Estado holandês. A carteira Alt-A transferida foi previamente incluída nos Títulos de dívida disponíveis para venda. O Estado holandês também adquiriu alguns direitos de consentimento em relação à venda ou transferência dos 20 % da proporção da carteira Alt-A que foram retidos pelo ING.

No âmbito dos termos da transação conforme acordado a 26 de janeiro de 2009 as receitas totais provenientes de vendas ascenderam a 22 4 mil milhões de euros à data da transação. O custo amortizado (após desvalorizações anteriores) à data da transação também era de cerca de 22 4 mil milhões de euros. A transação resultou numa perda em 2009 de 109 milhões de euros após impostos (a diferença entre as receitas provenientes de vendas e o custo amortizado).

O justo valor de acordo com as IFRS à data da transação era de 15 2 mil milhões de euros.

De modo a obter a aprovação da Comissão Europeia («CE») sobre o Plano de Reestruturação do ING Group (ver abaixo) o ING acordou fazer pagamentos adicionais de Meios de Reserva dos Ativos Ilíquidos como parte do acordo geral com a CE para o Estado holandês correspondendo a um ajuste das taxas para os Meios de Reserva dos Ativos Ilíquidos. No total estes pagamentos de Meios de Reserva dos Ativos Ilíquidos como parte do acordo geral com a Comissão Europeia ascenderam a um valor atual líquido de 1 3 mil milhões de euros antes de impostos que foi reconhecido como uma taxa única em 2009.

A diferença entre as receitas totais provenientes de vendas de 21 1 mil milhões de euros (22 4 mil milhões de euros -/- ajuste de 1 3 mil milhões de euros) e o justo valor de acordo com as IFRS de 15 2 mil milhões de euros representa um «Subsídio governamental» de acordo com o IAS 20. Este subsídio governamental é considerado uma parte integral da transação e é por isso contabilizado como parte do resultado na transação. A transação resultou numa redução da reavaliação negativa e portanto num aumento do capital próprio em 4 6 mil milhões de euros (após impostos).

O método de avaliação dos títulos Alt-A de 20 % no balanço financeiro das IFRS não foi afetado pelos MRAI. A metodologia usada para determinar o justo valor destes ativos no balanço financeiro nos termos das IFRS é divulgada na Nota 36 «Justo valor dos ativos e passivos».

Associado à venda do ING Direct USA o ING chegou a um acordo com o Estado holandês para ajustar a estrutura dos MRAI. Este ajuste serviu para desativar a ligação dos MRAI do ING Direct USA colocando o ING Bank no seu lugar como contraparte para o Estado holandês e tornou-se eficaz na conclusão da venda em fevereiro de 2012. Nos termos da transação original o ING Direct USA deteve no seu balanço os restantes 20 % da carteira Alt-A garantindo um alinhamento de interesses entre o ING e o Estado holandês em relação ao desempenho da carteira.

Após a conclusão da venda o ING apresentou uma contragarantia ao Estado holandês cobrindo 25 % da parte de 80 % do Estado holandês. Esta garantia cobriu as perdas de caixa realizadas se ultrapassassem os 35 % que estão implícitos pelo valor de mercado da carteira em junho de 2011. Por conseguinte este ajuste reduziu a exposição ao risco para o Estado holandês. O impacto no capital próprio e no resultado do alinhamento para o ING Bank foi limitado.

Em novembro de 2012 o NN Group (antigo ING Insurance) reestruturou os MRAI para desativar a ligação do Voya dos MRAI. O Voya transferiu o seu valor a receber do Estado holandês de aproximadamente 1 1 mil milhões de euros (1 4 mil milhões de euros) para o ING Bank e ao mesmo tempo transferiu o título legal para 80 % da carteira Alt-A para o ING Bank. Os títulos foram detidos numa conta de custódia do ING Bank para benefício do Estado holandês (a parte para a qual o risco de investimento foi transferido para o Estado holandês). Após a restruturação o Voya continuou a deter 20 % da carteira Alt-A (a parte para a qual a propriedade económica e o risco de investimento se mantiveram para o risco do ING) mas tinha o direito de vender esses títulos sujeito a um direito de preferência concedido ao ING Bank. O ING comprometeu-se com o Estado holandês que não iria vender esses títulos a partes não pertencentes ao ING sem o prévio consentimento por escrito do Estado holandês.

Em 2013 o ING chegou a um acordo final com o Estado holandês sobre a anulação dos MRAI. Os termos do acordo foram aprovados pela CE. Nos termos do acordo os MRAI na sua forma atual foram finalizados os pagamentos regulares de comissões de garantia foram liquidados no montante de 0 4 mil milhões de euros e as outras restrições como parte do acordo dos MRAI deixaram de ser aplicáveis. Além disso nos termos do acordo o Estado holandês comprometeu-se a vender os títulos Alt-A no mercado. A anulação dos MRAI também resultou na eliminação de uma contragarantia que o ING alargou ao Estado holandês relacionada com a alienação do ING Direct USA em 2012.

A primeira parcela da alienação de títulos foi executada em dezembro de 2013. Todos os restantes títulos detidos pelo Estado holandês a 31 de dezembro de 2013 foram vendidos em janeiro e início de fevereiro de 2014.

O Estado holandês utilizou todos os reembolsos e taxas líquidas recebidas para reembolsar o empréstimo do ING. O empréstimo foi totalmente reembolsado em janeiro de 2014.

47 Outros acontecimentos

VISTO

Em 2015 o VIS anunciou um acordo definitivo para o VISA Inc. adquirir o VISA Europe. Este anúncio juntamente com as cartas recebidas pelo ING Bank e as suas filiais da VISA que detalhou a participação do ING nas receitas da transferência ofereceu a base para a reavaliação do justo valor das ações detidas pela ING Bank e as suas filiais. As ações são reconhecidas como Investimento em títulos de capital próprio disponíveis para venda. O justo valor das ações 154 milhões de euros a 31 de dezembro de 2015 é determinado tendo em conta a consideração inicial que consiste em caixa e ações preferenciais consideração sobre ganhos e quaisquer fatores incertos que possam afetar a consideração inicial e sobre ganhos. O aumento de 154 milhões de euros no justo valor foi reconhecido no Capital próprio em 2015. A transação foi sujeita a aprovações regulamentares.

Após uma alteração ao acordo em abril de 2016 a transação encerrou a 21 de junho de 2016. Os títulos de capital próprio disponíveis para venda são desreconhecidos da demonstração da posição financeira com uma versão correspondente da reserva de reavaliação reconhecida no Capital próprio. A transação resultou num lucro líquido de 200 milhões de euros e é reconhecido na demonstração de lucros e perdas nas rubricas Rendimento dos investimentos Participação nos resultados de filiais e empreendimentos conjuntos e Outros rendimentos. É feita referência à Nota 5 «Investimentos» à Nota 7 «Participação nos resultados de filiais e empreendimentos conjuntos» à Nota 18 «Capital Próprio» Nota 22 «Rendimento dos investimentos» à Nota 24 «Outros rendimentos» e à Nota 33 «Justo valor dos ativos e passivos financeiros».

Fundo de Pensões da Polónia

Em 2015 a restante participação no Fundo de Pensões da Polónia foi vendida resultando num ganho sobre o investimento em associados detidos para venda de 25 milhões de euros que foi reconhecido na Participação nos resultados de filiais e empreendimentos conjuntos na conta de ganhos e perdas. É feita referência à Nota 7 «Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos».

Em 2014 o NN Group chegou a um acordo com o ING Bank Slaski para adquirir a restante participação de 20 % no Fundo de Pensões da Polónia Powszechne Towarzystwo Emerytalne S.A (ING PTE) no qual o NN Group detinha 80 % das ações para uma consideração de 210 milhões de PLN (cerca de 48 milhões de euros às taxas de câmbios vigentes na altura). Conforme anunciado anteriormente as partes celebraram um acordo não vinculativo em maio de 2014 em linha com o plano de reestruturação da CE que requer que o ING Group aliene os seus negócios de seguros e de gestão de investimentos. O preço de compra foi suportado por uma opinião imparcial e foi sujeito a ajustes para dividendos pagos antes de fechar a transação.

Gestão do Risco

montantes em milhões de euros salvo indicação em contrário

Gestão do risco do ING Bank

Introdução

O ING Bank opera através de um quadro abrangente de gestão de risco para garantir que os riscos são diferentes bem compreendidos medidos com precisão controlados e geridos proativamente a todos os níveis da organização de modo a que a força financeira do ING Bank seja salvaguardada.

A secção de gestão do risco descreve os principais riscos que surgem do modelo de negócios do ING Bank. Explica como a função da gestão do risco é inserida dentro da organização com base nas «três linhas de defesa». Isto inclui o front office como «primeira linha de defesa» a gestão independente do risco como a «segunda linha de defesa» e a função de auditoria interna como a «terceira linha de defesa». Os principais riscos resultantes do modelo de negócios do banco são geridos por departamentos de gestão de risco dedicados e específicos que cobrem a sua própria área de especialização. As divulgações de gestão de risco do ING Bank fornecem divulgações qualitativas e quantitativas sobre riscos de crédito de mercado de liquidez e financiamento de negócios e não financeiros.

A secção de gestão de risco está em conformidade com os padrões contabilísticos referentes à natureza e à extensão dos riscos conforme exigidos pela IFRS7 «Instrumentos financeiros: Divulgações» tal como adotados pela União Europeia e abrangidas por uma opinião dos Auditores Externos como sendo parte das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas.

Mapa de Navegação

O índice abaixo permite aos leitores acompanhar os principais itens de risco através das várias divulgações de risco.

Gestão do risco			
	Assuntos	Gestão do Risco	Pilar III
Estas seções mostram a abordagem do ING à gestão do risco.	Introdução à secção de risco	135	
	Introdução ao Pilar III		236
	Finalidade e modelo de negócios	136	
	Governação do risco	136	
	Função de gestão do risco e cultura de risco	139	
	Perfil do risco	141	
	Quadro da apetência pelo risco e testes de esforço	143	
	Capital Económico e Capital Regulamentar	147	245
	Ambiente regulamentar	147	236
	Riscos superiores e emergentes	148	

Risco de crédito			
	Assuntos	Gestão do Risco	Pilar III
O risco de crédito é o risco de perda potencial devido ao incumprimento dos devedores do ING Bank (incluindo emissores de obrigações) ou contrapartes comerciais.	Definições de gestão e risco de crédito	149	246 275
	Apetência do Risco de Crédito e Quadro do Risco de Concentração	151	
	Quadro de Risco Ambiental e Social	153	
	Capital do risco de crédito e mensuração (AP e BCIA)	154	
	Comparação APR	154	247
	Ferramentas de risco de crédito	159	
	Carteira do risco de crédito	160	249 276
	Mitigação do risco de crédito	164	282
	Qualidade do crédito	171	270
	Titularizações	177	285

Riscos de mercado			
	Tópicos	Gestão do Risco	Pilar III
O risco de mercado é o risco de perda potencial devido a movimentos adversos nas variáveis de mercado.	Gestão	178	290
	Comparação APR		
	Capital económico	178	290
	Risco de mercado nos livros bancários	179	
	Risco de mercado em carteiras de negociação	186	
	Capital em risco		291

Risco de financiamento e liquidez			
	Tópicos	Gestão do Risco	Pilar III
O financiamento e o risco de liquidez é o risco de o ING Bank ou uma das suas filiais não conseguir cumprir os passivos financeiros quando vencerem a um custo razoável e atempadamente.	Gestão	193	
	Administração	194	
	Perfil de financiamento e liquidez	196	
	Encargos de ativos		290
	Desenvolvimentos regulamentares	197	

Risco não financeiro			
	Tópicos	Gestão do Risco	Pilar III
O risco operacional é o risco de perda direta ou indireta resultante de processos internos pessoas e sistemas inadequados ou deficientes ou de acontecimentos externos.	Gestão	197	
	Quadro	197	
	Risco operacional e principais desenvolvimentos	199	294
O risco de conformidade é o risco de comprometimento da integridade do ING Bank levando a danos na reputação do ING Bank sanções legais ou regulamentares ou perda financeira como resultado da falha (ou falha aparente) em cumprir as leis vigentes regulamentações políticas do ING Bank e padrões mínimos e os valores do ING.	Risco de conformidade e principais desenvolvimentos	200	294
	Consciencialização do Risco Não Financeiro	202	

Risco empresarial			
	Tópicos	Gestão do Risco	Pilar III
O risco de negócio éa exposição à perda de valor devido a flutuações nos volumes margens e custos bem como risco de comportamento dos clientes.	Risco da análise de negócios	203	
	Gestão	203	

Finalidade e modelo de negócios

A finalidade da função de gestão do risco do ING Bank é apoiar a ambição que o ING Bank tem de ser o principal banco para os nossos clientes capacitando o negócio através de uma plataforma de gestão de risco de última geração em toda a empresa. Esta finalidade é apoiada pelos seguintes princípios:

- A função de gestão do risco está incluída em todos os níveis da organização do ING Bank e faz parte das atividades diárias de negócios e planeamento estratégico para ter uma vantagem competitiva sustentável;
- Os produtos e carteiras são estruturados subscritos cotados aprovados e geridos devidamente e a conformidade com as regras internas e externas é monitorizado;
- As autoridades delegadas são consistentes com a estratégia geral e apetência pelo risco do Banco; e
- A comunicação transparente sobre a gestão de risco com as partes interessadas internas e externas.

Governação do risco

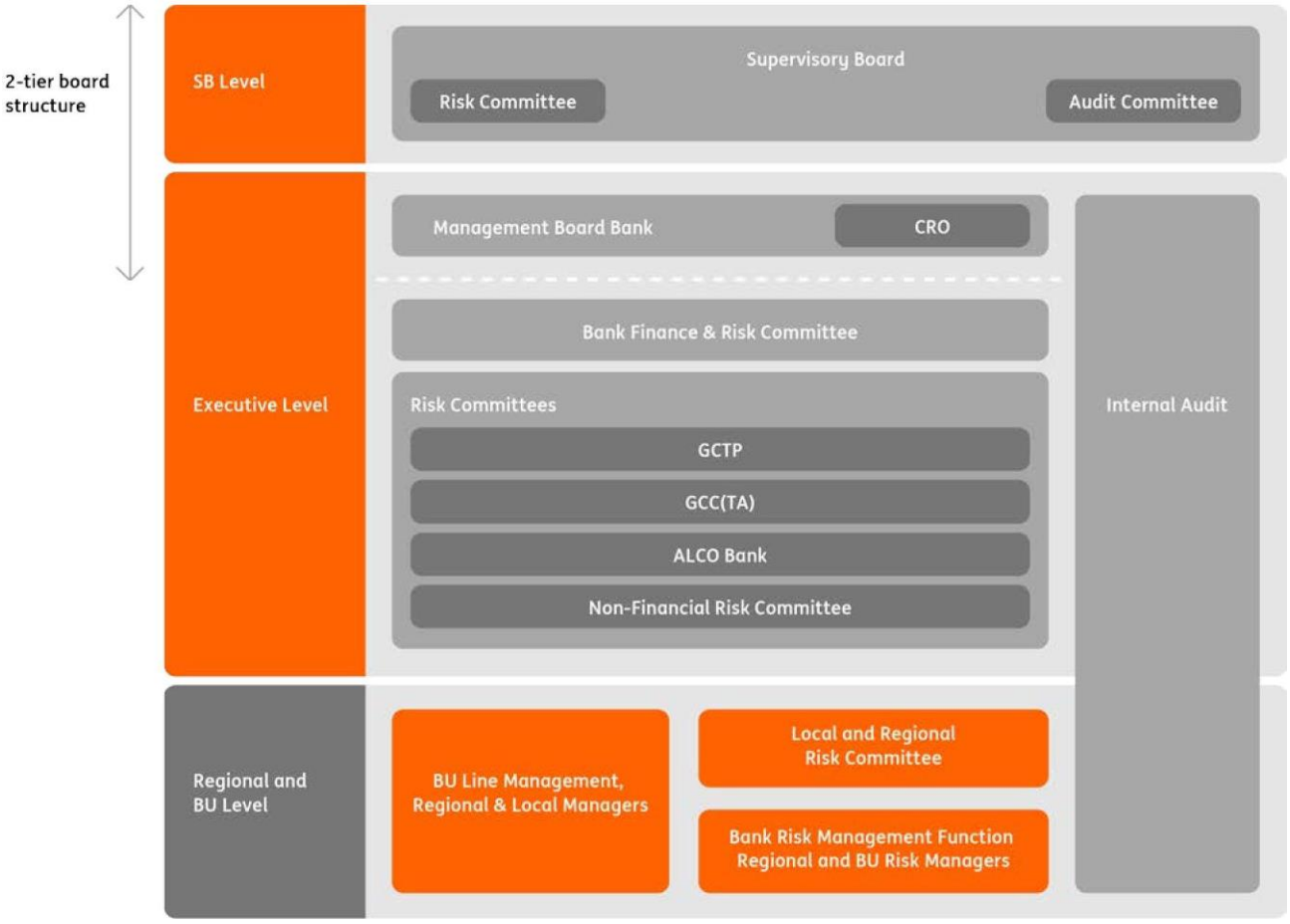
A gestão eficaz dos riscos exige uma governação de risco em toda a empresa. O quadro de gestão e controlo do risco do ING Bank baseia-se num modelo de gestão de «três linhas de defesa» em que cada linha tem uma função específica e responsabilidades definidas de tal forma que a execução de tarefas é separada do controlo das mesmas tarefas. Ao mesmo tempo têm de trabalhar em conjunto para identificar avaliar e mitigar os riscos. Este quadro de gestão garante que o risco é gerido de acordo com a apetência pelo risco conforme aprovado pelo Conselho de Administração Bancária (CAB) e o Conselho de Supervisão (CS) e que é replicado em todo o ING Bank.

O responsável da linha de negócios do ING e os seus delegados constituem a primeira linha de defesa e têm responsabilidade primária pelo desempenho operações conformidade e controlo efetivo dos riscos que afetam os seus respetivos negócios. Originam empréstimos depósitos e outros produtos dentro dos quadros e limites aplicáveis conhecem bem os nossos clientes e estão bem posicionados para agir pelo melhor interesse dos clientes e do ING. O Diretor de Operações é responsável pela segurança e controlos adequados nas aplicações globais e plataformas de TI que servem o Banco.

A segunda linha de defesa consiste em funções de supervisão com um papel importante para a organização da gestão de risco liderada pelo Diretor de Riscos (DR) o verdadeiro responsável. A Gestão do Risco ao Nível Empresarial é responsável por (i) desenvolver políticas e orientações gerais (ii) desafiar objetivamente os processos de execução gestão e controlo e (iii) coordenar o relato dos riscos e controlos pela primeira linha de defesa. Também tem um poder de escalonamento / veto em relação às atividades comerciais que são julgadas como apresentando riscos inaceitáveis para o ING Bank.

A função de auditoria interna constitui a terceira linha de defesa. Oferece uma avaliação independente contínua (ou seja fora das empresas e da organização de risco) e objetiva da eficácia dos controlos internos das duas primeiras linhas incluindo a gestão do risco financeiro e não financeiro.

O gráfico abaixo ilustra as diferentes comissões principais de administração superior existentes na estrutura de governação do risco.



Supervisão do nível de risco pelo Conselho

O ING Bank tem uma estrutura de administração dualista que é composta pelo Conselho de Administração Bancária (CAB) e pelo Conselho de Supervisão (CS); ambas as vertentes desempenham um papel importante na gestão e monitorização do quadro de gestão do risco.

- O CS é responsável por supervisionar a política do CAB o curso geral dos negócios do ING Bank e os seus negócios (incluindo as suas políticas financeiras e estrutura da empresa). Para efeitos de gestão do risco o CS é assistido por duas subcomissões:
  - A Comissão de Auditoria que apoia o CS na monitorização da integridade das demonstrações financeiras do ING Bank na monitorização do cumprimento dos requisitos legais e regulamentares e na monitorização da independência e desempenho dos auditores internos e externos do ING; e
  - A Comissão de Riscos que auxilia e aconselha o CS na monitorização do perfil de risco da empresas bem como da estrutura e funcionamento dos sistemas internos de gestão e controlo do risco.
- O CAB é responsável por gerir os riscos associados a todas as atividades do ING Bank. As responsabilidades do CAB incluem garantir que os sistemas de controlo e gestão do risco interno são eficazes e que o ING Bank cumpre a legislação e regulamentos relevantes. Numa base regular o CAB reporta estas questões e discute os sistemas de controlo e gestão do risco interno com o CS. Numa base trimestral o CAB informa a Comissão de Riscos sobre o perfil de risco do Banco contra a sua apetência pelo risco explicando as alterações no perfil de risco.

Como membro do Conselho de Administração Bancária (CAB) o DR assegura que as questões relativas à gestão de risco são ouvidas e discutidas ao mais alto nível estabelecendo assim o tom apropriado. O Responsável de Restruturação na Área Financeira (CRO) dirige uma organização de risco funcional independente tanto a nível da sede quando a nível da unidade de negócio que apoia os departamentos comerciais na sua tomada de decisão mas que ao mesmo tempo tem poder de oposição suficiente para manter o perfil de risco dentro da apetência pelo risco definida. A cada trimestre o DR informa as comissões do conselho sobre os níveis de apetência pelo risco do ING Bank e sobre o perfil de risco do ING Bank. Além disso o DR resume os desenvolvimentos nas questões relacionadas com os riscos internos e externos das comissões do conselho e garante que as comissões do conselho compreendem conceitos de risco específicos.

Como parte da integração da gestão do risco no processo de planeamento estratégico anual o CAB emite anualmente uma Carta de Planeamento que presta a orientação estratégica da empresa e aborda questões dos principais riscos. Com base na Carta de Planeamento as linhas de negócio e as unidades de negócio desenvolvem os seus planos de negócios que se alinham com a orientação estratégica do Banco. O processo inclui uma avaliação qualitativa e quantitativa dos riscos envolvidos. Como parte do processo os limites estratégicos e os níveis de apetência pelo risco são explicitamente debatidos. Com base nos planos de negócios o CAB formula o Plano Estratégico que é apresentado ao CS para aprovação.

Nível executivo

A Comissão Financeira e de Risco do ING Bank (CF&RB) é uma plataforma para o DR e o Diretor Financeiro juntamente com os seus respetivos relatórios diretos coordenarem questões relacionadas com os domínios financeiro e do risco. Ao nível dos relatórios a CF&RB tem a responsabilidade de coordenar as decisões financeiras e de risco que têm impacto nos relatórios internos e/ou externos.

As comissões de risco descritas abaixo atuam no âmbito da política de risco geral e nas autoridades delegadas concedidas pelo Conselho de Administração Bancária:

- A Comissão da Política de Crédito Global e Comercial (GCTP) antiga Política da Comissão de Crédito Global ou GCC (P): Debate e aprova políticas metodologias e procedimentos relacionados com os Riscos de Crédito País e Reputação (ESR) dentro do ING Bank. A GCCP reúne-se mensalmente;
- Comissão de Crédito Global - Aprovação da Transação (GCC(TA)): Debate e aprova transações que implicam o risco de crédito (incluindo o risco de investimento) país risco legal e ambiental e social (RAS). O GCC(TA) reúne-se duas vezes por semana;
- Comissão dos Ativos e Passivos do Banco (ALCO Bank): Debate e aprova mensalmente o perfil de risco geral de todos os riscos de mercado do ING Bank que ocorre em todas as suas atividades. O ALCO Bank define a política referente ao financiamento liquidez disparidade da taxa de juros e solvência do ING Bank; e
- Comissão de Riscos Não Financeiros do Banco (CRNF do Banco): Responsável pela conceção e manutenção do Quadro de Gestão de Riscos não Financeiros incluindo a Gestão do Risco Operacional Políticas Legais e de Conformidade padrões procedimentos e orientações mínimas; estrutura da CRNF; desenvolvimento de ferramentas métodos e parâmetros fundamentais (incluindo grandes alterações) para a identificação medição e monitorização/relato de riscos. A frequência mínima da CRNF do Banco é pelo menos trimestral.

Nível da unidade regional e de negócios

O CRO é apoiado por CRO regionais e/ou de unidades de negócios que se concentram em riscos específicos nas áreas geográficas e/ou comerciais das suas responsabilidades. A gestão da unidade regional e/ou de negócios do ING Bank tem como principal responsabilidade a gestão dos riscos (riscos de crédito mercado financiamento e liquidez operacionais legais e de conformidade) que surgem das suas operações diárias. São responsáveis pela implementação e execução dos quadros de risco apropriados que afetam os seus negócios para garantir a conformidade com procedimentos e processos ao Nível Empresarial. Se necessário a implementação é adaptada aos requisitos locais.

O CRO local (regional e da unidade de negócios) é responsável pela análise controlo e gestão dos riscos em toda a cadeia de valor (do front para o back office) com base na qual se mantém uma estrutura sólida de controlo. Os CRO regionais e das unidades de negócios reportam ao CRO do ING Bank e ao diretor da sua área regional e unidade de negócios. Este sistema duplo de relato visa garantir que a função local de gestão do risco é independente das funções operacionais e que está alinhada com as políticas e metas do risco empresarial.

Função de gestão do risco

Estrutura organizacional

Com base nas três linhas de defesa uma função independente de gestão do risco é supervisionada em todos os níveis da organização do ING Bank. O CRO um membro do CAB assume a principal responsabilidade pela função da gestão do risco e reporta diretamente ao Diretor Executivo. O DR é responsável pela gestão e controlo do risco num nível consolidado para garantir que o perfil de risco do ING Bank é consistente com os seus recursos financeiros e a apetência pelo risco. O DR também é responsável por estabelecer e manter uma base organizacional sólida para a gestão do risco através da organização.

A função de Gestão Global do Risco consiste em departamentos de risco empresarial chefiados por Diretores-Gerais que reportam diretamente ao CRO. Os departamentos de risco empresarial apoiam o CRO para definir a apetência pelo risco do Banco desenvolver as políticas empresariais regras e procedimentos e infraestruturas globais. Os Diretores-Gerais assumem a responsabilidade direta pelas decisões (de mitigação) relativas ao risco ao nível do Banco. Os Diretores-Gerais e o DR são responsáveis pela harmonização e uniformização das práticas de gestão do risco.

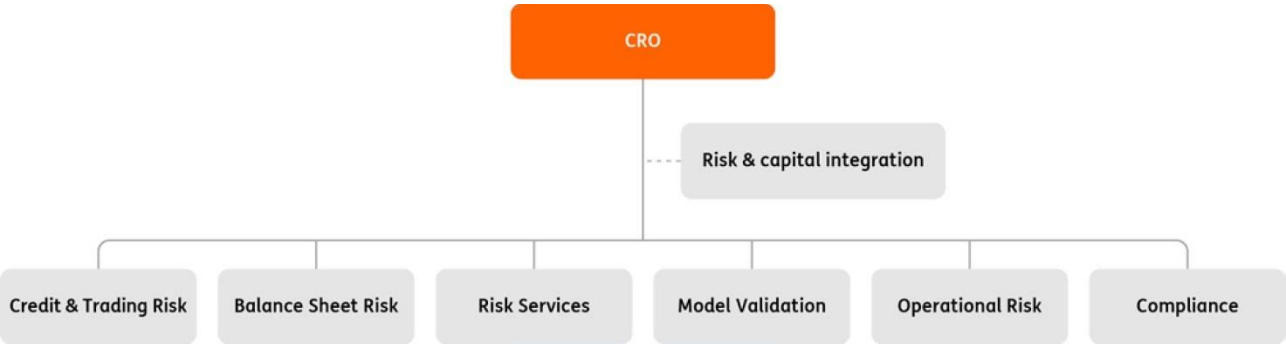
Nos últimos anos os bancos têm enfrentado pressão regulamentar e pública crescente no que diz respeito às suas políticas de gestão de risco processos e sistemas. Foram introduzidos e implementados novos requisitos e regulamentos. Para conseguir enfrentar eficazmente estes desenvolvimentos e desafios internos e externos (de mercado e reguladores) o ING Bank começou a reformular o planeamento da sua organização de gestão do risco em 2015. Isto de modo a apoiar melhor a estratégia Think Forward do Banco e melhorar a interligação das responsabilidades de supervisão de risco das unidades de negócios por um lado e as funções de risco global por outro lado.

Em 2016 o cargo de Diretor do RNF deixou de existir resultando num relato direto dos Diretores da Gestão do Risco Operacional Empresarial (GROE) e da Gestão do Risco de Conformidade no Banco (GRCB) ao CRO. O ING Bank está à procura de uma nova estrutura para a validação dos Modelos de Risco numa perspetiva mais ampla. A criação de uma nova função de Gestão dos Modelos de Risco tem uma importância estratégica significativa para a Organização de Risco.

A função de risco global é composta pelos seguintes departamentos: Risco de Crédito e Comercial Risco do Balanço financeiro Risco Operacional Empresarial Risco de Conformidade do Banco e Serviços de Risco. Além disso há um departamento de pessoal implementado:

- Integração de Risco e Capital: um departamento que reporta funcionalmente ao CRO e que é responsável por tópicos de risco abrangentes como a apetência pelo risco divulgações planeamento de recuperação e resolução e testes de esforço bem como planeamento de capital. A Integração de Riscos e Capitais reporta diretamente ao Diretor de Gestão de Capital.

O organograma abaixo ilustra as atuais linhas de relatórios dentro da organização de risco global do ING Bank:



Tal como anunciado em outubro de 2016 o ING está a impulsionar a sua estratégia Think Forward. Assim o ING introduziu uma série de iniciativas para melhorar ainda mais a experiência do cliente aumentar ainda mais os clientes e empréstimos primários e aumentar a eficácia. Para o Risco iniciou um programa de Modelo Operacional Específico (MOE) para permitir uma maior convergência das nossas operações o que resultou numa nova organização de risco a começar a 1 de março de 2017.

Políticas procedimentos e normas de risco

O ING Bank dispõe de uma estrutura de políticas procedimentos e padrões mínimos de risco implementados para criar consistência em toda a organização e para definir os requisitos que são obrigatórios a todas as unidades de negócios. A estrutura de gestão das unidades de negócios locais está em conformidade com a estrutura do ING Bank e cumpre os requisitos (regulamentares) obrigatórios. A gestão sénior é responsável por garantir que as políticas procedimentos e padrões são implementados e cumpridos. As políticas procedimentos e padrões são regularmente revistos e atualizados através das comissões de risco relevantes para refletir as alterações nos mercados produtos e práticas.

Gestão e validação do modelo de risco

Os modelos de risco são elaborados segundo as normas de metodologia de modelação do risco de crédito interno e o ciclo de vida do modelo e de acordo com os requisitos regulamentares. Após revisão e documentação minuciosa do modelo pelos departamentos de modelação e Validação do Modelo (VM) as comissões de modelo de risco específico para cada tipo de risco aprovam os novos modelos. Após aprovação pela comissão de risco específica e quando necessário pelo regulador é implementado e utilizado um modelo de risco. Além disso a VM valida cada modelo regularmente. Os resultados da validação e o impacto no capital são reportados trimestralmente à gestão sénior à comissão de risco e ao supervisor.

Um departamento independente de Validação do Modelo é um dos pilares da gestão do modelo de risco do ING Bank. Consiste num processo de determinação de que um modelo é apropriado para a sua utilização pretendida. É um processo contínuo pelo qual a fiabilidade do modelo é verificada em diferentes fases durante o seu ciclo de vida: no momento da conceção antes da aprovação periodicamente após a implementação e quando são feitas alterações significativas no modelo. O processo de validação contém uma mistura de provas de desenvolvimento verificação do processo e análise do resultado.

O departamento de VM desempenha a verificação *a posteriori* de todos os modelos de risco existentes. Além disso para (i) avaliar os parâmetros do modelo subjacente (ii) garantir a aplicação contínua dos modelos nas carteiras relevantes e (iii) debater o desempenho do modelo com o *front office* e os utilizadores de risco dos modelos a VM também (iv) testa o desempenho observado de um modelo (e seus componentes) com o nível previsto. Um modelo em que os resultados observados se desviam dos resultados previstos torna-se candidato a uma nova calibração ou novo desenvolvimento.

Cultura de risco

O quadro de gestão do risco baseado no modelo de gestão das três linhas de defesa é eficaz quando existe uma cultura de risco sólida e consistente em toda a organização. A reputação e integridade da organização do ING Bank são consideradas requisitos fundamentais para funcionar com sucesso no mundo financeiro. Promove a consciência de valores ideias e objetivos partilhados coletivamente mas também de potenciais ameaças e garante a conformidade dos objetivos de desempenho individual com uma estratégia a curto e longo prazo. Tornando as responsabilidades de risco do ING transparentes nos diferentes níveis da organização e mantendo cada funcionário responsável pelos seus atos a cultura de risco e sensibilização para os riscos estão incluídas na organização. Isto leva a uma gestão de risco eficaz.

Comumente vista como normas e tradições de comportamento dos indivíduos e dos grupos dentro de uma organização a cultura de risco determina a forma como os funcionários identificam compreendem debatem e atuam sobre os riscos com que a organização é confrontada e os riscos que enfrenta. Esta é um percurso e compromisso a longo prazo. A este respeito o Orange Code foi definido como uma declaração de quem somos. Descreve o que podemos esperar uns dos outros quando viermos trabalhar todos os dias. Um conjunto de normas que valorizamos coletivamente que nos esforçamos por cumprir e pelo qual os outros nos devem avaliar.

O Orange Code é a soma de duas partes os Valores do ING e os Comportamentos do ING sendo a integridade um princípio importante. Os Valores do ING (ser honesto prudente e responsável) são concebidos para serem promessas não negociáveis que fazemos ao mundo princípios procuramos cumprir independentemente de tudo. Os Comportamentos do ING (assumir e fazer acontecer ajudar os outros a serem bem-sucedidos e estar sempre um passo à frente) representam a nossa forma de nos diferenciarmos. O Orange Code está integrado nos compromissos que assumimos entre nós e os padrões pelos quais avaliaremos o desempenho de cada um.

Para apoiar a integração da cultura de risco nas práticas comerciais o ING Bank iniciou diferentes programas e emitiu várias diretrizes. A sensibilização para os riscos é estar alerta a potenciais ameaças que possam ocorrer durante os negócios do dia a dia que podem ser específicas de cada setor região ou os clientes com quem o ING Bank está a negociar. Parte do programa de formação para aumentar a consciencialização do risco temos o Programa de Promoção da Integridade (PPI) que é um programa de mudança global educacional e comportamental a longo prazo apoiado pelo CAB para todos os funcionários do ING Bank. Com o programa o ING Bank ganha uma cultura de risco sólida e garante que cada funcionário em qualquer parte da organização compreende como as suas ações e comportamento podem ajudar a ganhar e a manter a confiança dos clientes e das partes interessadas. Recentemente foram acrescentados módulos adicionais com temas atuais ao programa entre outros sobre integridade e segurança cibernética. Para aumentar a sensibilização para os riscos estes temas são debatidos entre os gestores e os funcionários através de sessões de debate organizadas pelos gestores dentro das suas equipas para criar um entendimento claro e consistente. A aprovação do nível executivo e a ênfase na comunicação fortalecem a cultura.

Nos Países Baixos os funcionários de todas as instituições financeiras e isso inclui o ING Bank têm de fazer o Juramento Bancário. Este requisito legal entrou em vigor a 1 de abril de 2015 como parte da abordagem conjunta de todos os bancos conhecidos como «Future-oriented Banking». Com a introdução de uma regulamentação social a revisão do Código Bancário Holandês e a implementação de um juramento do banqueiro (com as regras de conduta e do direito disciplinar associadas) os bancos querem mostrar à sociedade o que representam e naquilo que podem ser responsabilizados tanto como bancos individuais e o setor bancários como um todo.

Por fim o ING Bank garante que a política de remuneração está devidamente alinhada com o seu perfil do risco e os interesses de todas as partes interessadas. Para obter mais informações sobre as políticas de compensação e benefícios do ING e da sua relação com o risco assumido consulte a «Divulgação de Remuneração do Regulamento de Requisitos de Fundos Próprios (RFP)» publicada no site empresarial ing.com. https://www.ing.com/Aboutus/Annual-reporting-suite.htm

Perfil do risco

Enquanto instituição financeira global com uma grande oferta europeia de serviços bancários o ING Bank está exposto a vários graus de riscos. Os principais riscos financeiros a que o ING Bank está exposto podem ser divididos em risco de crédito (incluindo risco de transferência) risco de mercado (incluindo taxa de juros capital próprio imobiliário spread de crédito e riscos de intercâmbio) riscos de financiamento e liquidez e riscos empresariais. Além disso o ING Bank está exposto a riscos não financeiros por exemplo riscos operacionais e de conformidade.

Principais categorias de risco

A tabela abaixo apresenta as principais categorias do risco (riscos financeiros e não financeiros) associados às atividades empresariais do ING Bank.

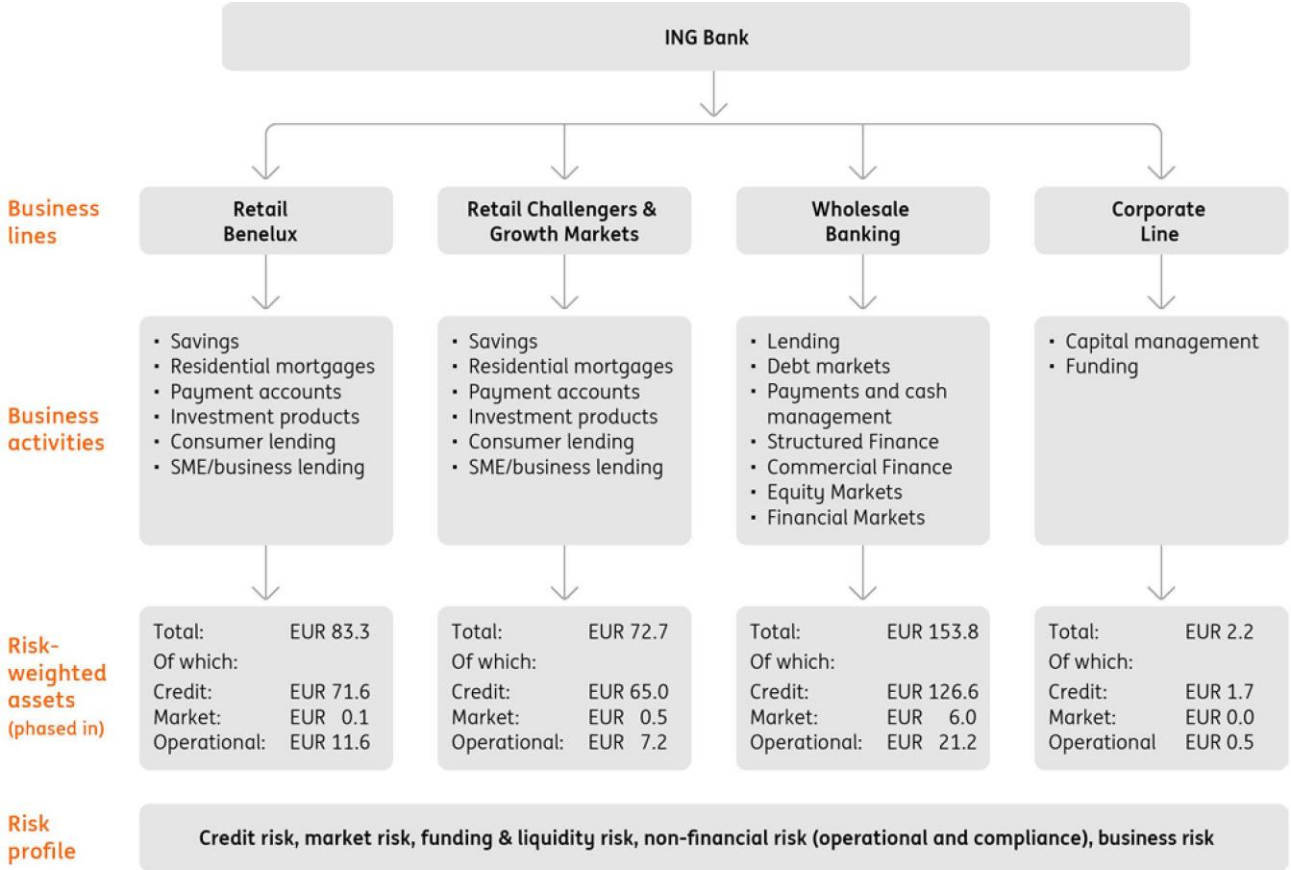
Riscos financeiros:

- Risco de crédito: o risco de perda potencial devido ao incumprimento e/ou deterioração da notação de risco pelos devedores do ING Bank (incluindo emissores de obrigações) ou contrapartes comerciais;
- Risco de mercado: o risco de perda potencial devido a movimentos adversos nas variáveis de mercado. Os riscos de mercado incluem taxas de juros spread de crédito capital próprio imóveis e riscos de câmbio;
- Risco de financiamento e liquidez: o risco que o ING Bank ou uma das suas subsidiárias não conseguir cumprir os seus passivos financeiros quando estes vencerem a um custo razoável e atempadamente. O risco de liquidez pode materializar-se através de posições comerciais e não comerciais;
- Risco de negócio: a exposição à perda de valor devido a flutuações nos volumes margens e despesas bem como risco de comportamento dos clientes. Estas flutuações ocorrem devido a fatores internos industrias ou de mercado mais amplos. É o risco inerente às decisões estratégicas e à eficiência interna e como tal o risco estratégico está incluindo no risco de negócio.

Riscos não financeiros:

- Risco operacional: o risco de perda direta ou indireta resultante de processos internos pessoas e sistemas inadequados ou deficientes ou de acontecimentos externos. Inclui o risco de reputação bem como o risco legal;
- Risco de conformidade: o risco de comprometimento da integridade do ING Bank como resultado da falha (ou falha aparente) em cumprir as leis vigentes regulamentações políticas e padrões mínimos do ING Bank e os valores do ING como parte do Orange Code.

A tabela abaixo apresenta em mil milhões de euros informações de alto nível sobre os riscos decorrentes das atividades de negócio do Banco. Os APR ilustram o tamanho relativo dos riscos incorridos no que se refere a cada negócio de uma perspetiva regulamentar.



Processo do Ciclo de Risco

O ING utiliza uma abordagem de gestão de risco passo a passo para monitorizar mitigar e gerir os seus riscos financeiros e não financeiros. A abordagem consiste num ciclo de cinco atividades recorrentes: identificação do risco avaliação do risco controlo do risco monitorização do risco e participação do risco. Em suma isto implica: determinar quais são os riscos avaliar quais desses riscos podem ser realmente prejudiciais tomar medidas mitigadoras para controlar esses riscos monitorizar o desenvolvimento do risco e se as medidas tomadas são eficazes e reportar os resultados à administração em todos os níveis relevantes que lhe permitam agir quando necessário.

A recorrência é dupla. Um: a identificação avaliação revisão e atualização das medidas mitigadoras são feitas periodicamente. Dois: o exercício de monitorização periódica pode indicar que estão a surgir novos riscos que os riscos conhecidos estão a mudar que os níveis de risco avaliados estão a mudar ou que as medidas de controlo não são suficientemente eficazes. Uma análise mais aprofundada destes resultados pode resultar numa identificação e/ou avaliação dos riscos e/ou alteração das medida de mitigação renovadas e mais frequentes.

Identificação de riscos
A identificação de riscos é um esforço conjunto do negócio comercial e as funções de gestão de riscos. O seu objetivo é detetar potenciais novos riscos e determinar alterações nos riscos conhecidos. A identificação de riscos regular é essencial para a eficácia e eficiência da gestão de riscos. Os potenciais riscos que não são identificados não serão controlados e monitorizados e mais tarde pode levar a algumas surpresas. Os riscos conhecidos mudaram ao longo do tempo e como consequência as medidas de mitigação existentes e a monitorização podem ser inadequadas ou obsoletas.

A identificação de riscos é realizada periodicamente. Em caso de alteração material interna ou externa pode ser realizada uma identificação de riscos *ad-hoc* adicional.

Avaliação dos riscos e controlo
Cada risco identificado é avaliado para determinar a importância ou nível de risco do risco para a entidade do ING Bank. Isto permite que a entidade possa decidir qual dos riscos identificados precisa de medidas de controlo e quão rigorosas ou tolerantes estas medidas devem ser. Os riscos conhecidos são reavaliados para confirmar o nível de risco ou detetar uma alteração.

A importância de um risco é avaliada com base na probabilidade de ocorrência do risco e o consequente risco financeiro ou de reputação caso o risco ocorra. Os riscos improváveis com um impacto potencialmente alto precisam de ser controlados. Para um risco que provavelmente ocorrerá regularmente mas que se espera que tenha um impacto financeiro modesto a gestão empresarial pode decidir não mitigar e aceitar as consequências quando isso acontecer.

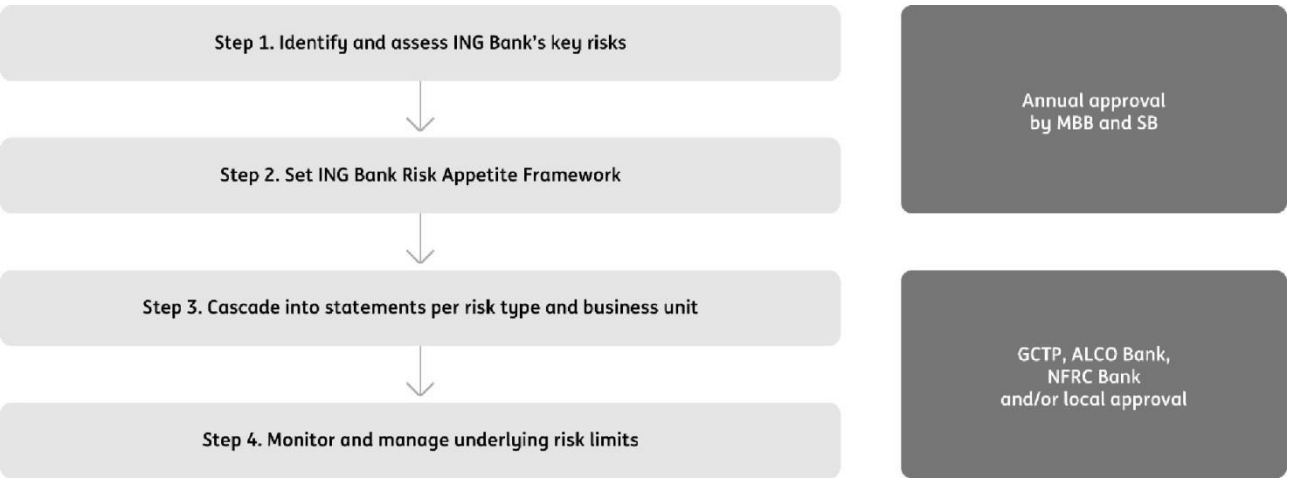
Os riscos podem ser controlados por medidas de mitigação que baixam a probabilidade de ocorrência do risco ou medidas que baixam o impacto quando estes ocorrem. A medida de último recurso para baixar o risco é parar a atividade ou serviço que causa o risco (prevenção de riscos). As medidas de controlo/mitigação dos riscos são definidas e mantidas ao nível do Banco e ao nível local.

Monitorização e relatórios
Com a monitorização das medidas de controlo dos riscos o ING Bank verifica continuamente se são executados se estão em conformidade se têm os efeitos de mitigação esperados e se seguem o desenvolvimento dos riscos e os seus níveis de risco. Os relatórios de riscos adequados oferecem a informação que a gestão sénior e local precisa para gerir os riscos.

Quadro da Apetência pelo Risco
O ING usa uma abordagem integrada de gestão de riscos para as suas atividades bancárias. O CAB utiliza o quadro da apetência pelo risco (QAR) para definir limites para o processo de orçamentação do Plano a Médio Prazo (PMP) e para monitorizar e gerir o atual perfil de risco em relação à apetência pelo risco.

Processo

O processo de apetência pelo risco do banco está focado em definir a apetência ao nível do Banco consolidado e em diferentes categorias de risco. O QAR é aprovado pelo CS anualmente ou mais frequentemente se necessário com base na sua revisão trimestral no CAB e no CS. É essencialmente um processo do topo para a base que se baseia na ambição do Banco em termos do seu perfil de risco e é uma função dos níveis de capital e liquidez e ambições o ambiente regulamentar e o contexto económico. O processo é definido de acordo com as seguintes etapas:



Etapa 1. Identificar e avaliar os principais riscos do ING

Definir o Quadro da Apetência pelo Risco começa com uma etapa multidimensional para identificar e avaliar os riscos que o ING Bank está a enfrentar ao executar a sua estratégia. Esta etapa inclui as seguintes ações que são executadas anualmente:

- detetar os riscos não identificados que ainda não são controlados no âmbito da função de gestão do risco do ING Bank e avaliar o seu potencial impacto;
- elaborar um quadro de referência do atual quadro de risco contra os desenvolvimentos regulamentares;
- reavaliar os riscos conhecidos para confirmar o nível de risco ou detetar potenciais alterações; e
- refletir sobre o atual conjunto de Demonstrações de Apetência pelo Risco.

Esta Avaliação do Risco anual que serve como contributo na definição da apetência global pelo risco - de acordo com o seu modelo de negócios e ambição de risco - está elaborada da seguinte forma: O ING Bank tem a ambição de ser e permanecer um banco forte capaz de lidar com possíveis eventos adversos com os seus próprios pontos fortes e recursos.

Para alcançar esta ambição de risco o ING tem os seguintes objetivos:

- Ter uma ambição de classificação que está de acordo com o mais forte entre o seu grupo de pares;
- Conseguir restaurar a posição de capital e liquidez após uma situação de stress pelos seus próprios meios;
- Estar em condições de cumprir os requisitos e metas regulamentares atuais e futuras; e
- Ter um perfil de risco que se compara favoravelmente com os seus principais pares bancários.

Etapa 2. Definir o Quadro da Apetência pelo Risco

Com base na avaliação do risco e na ambição de risco do ING são definidos alvos específicos para os riscos financeiros e não financeiros :

Risco financeiro

Para os riscos financeiros o ING Bank expressa a sua apetência pelo risco como uma tolerância permitida aos principais indicadores que se desviem dos seus níveis alvo. Portanto a ambição de risco de alto nível traduz-se em objetivos quantitativos para o risco de solvência risco de liquidez e financiamento e para o risco de concentração.

A **apetência pelo risco de solvência** está estreitamente alinhada com atividades e políticas de gestão de capital. O ING Bank determinou tolerâncias para a sua posição de solvência ponderada pelo risco (Nível 1) para a solvência não ponderada pelo risco (rácio de alavancagem) e para uma solvência baseada num valor mais económico (utilização de capital económico através do Requisito de Fundos Próprios Geral do Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão (PRAS)). Estas demonstrações são complementadas com uma demonstração específica que diz respeito à rentabilidade. O rácio de Nível 1 e as demonstrações de alavancagem da apetência pelo risco de solvência bem como a demonstração de rentabilidade não são apenas comparadas ao atual nível relatado mas também incluem o potencial impacto de um evento de stress normalizado e pré-determinado que ocorre a cada 1 em 10 anos (ou seja a um nível de confiança de 90% com um período de tempo de um ano). Com base neste cenário de ligeiro stress o impacto sobre os lucros reserva de reavaliação e ativos ponderados pelo risco (APR) do ING Bank é calculado (estes são rotulados como lucros em risco reserva de reavaliação em risco e APR em risco). Estes números são utilizados como contributo para uma simulação de dois anos que retrata o desenvolvimento do nível de solvência do ING contra a sua apetência pelo risco.

A gestão do **risco de liquidez e financiamento** tem duas dimensões: a gestão do risco de liquidez foca-se em ter uma reserva suficiente para lidar com uma situação a curto prazo a gestão do risco de financiamento garante uma conformidade a longo prazo com os objetivos internos e externos. A gestão do risco de financiamento e liquidez foca-se no «negócio habitual» (baseado no perfil de liquidação para mostrar a aderência dos depósitos combinados com a liquidação de ativos sem nova produção) e sobre uma situação de pressão. Para o risco de liquidez utilizamos o tempo para sobreviver a um cenário específico enquanto para o risco de financiamento nos focamos em ter um perfil de financiamento estável.

A **apetência pelo risco de concentração** estabelecida ao nível consolidado irá traduzir-se diretamente em limites correspondentes nas demonstrações de apetência pelo risco de rentabilidade crédito mercado e liquidez e financiamento subjacentes.

Risco não financeiro

Para os riscos não financeiros os níveis são definidos de acordo com o que o ING está disposto a tolerar na procura pelos objetivos estratégicos do banco para garantir que a atual exposição ao risco da organização é compatível com os seus objetivos estratégicos e que a exposição para além dos níveis do risco de tolerância são atempadamente identificados e postos em prática.

O ING mede e monitoriza a sua exposição a riscos não financeiros numa base contínua através da avaliação dos riscos da análise de cenários e de ações de mitigação como consequência dos resultados da auditoria e da avaliação do risco. A agregação dos níveis de risco avaliados é manifestada num número de perda esperada de risco não financeiro que é comparada aos níveis de tolerância conforme capturados na Demonstrações de Apetência do Risco (DAR) da CRNF com base numa percentagem do rendimento operacional. Os níveis de risco não financeiro gerais e as violações de tolerâncias são periodicamente comunicadas através do Painel de Risco Não Financeiro (PRNF). O PRNF é composto por informação abrangente e integrada sobre os RNF numa base trimestral. As alterações no capital também são monitorizadas e comunicadas no PRNF. Caso os eventos de risco façam com que o ING avance para ou para além do nível de tolerância a administração é obrigada a tomar medidas.

Em especial para o **risco de conformidade**: O ING deve cumprir as suas obrigações de conformidade pedir a adesão pessoal e total das leis e regulamentos aplicáveis às políticas do ING e às normas mínimas aos valores e comportamentos definidos no Orange Code e agir de forma imediata e diligente em violações de conformidade identificadas.

Etapa 3. Encadeamento nas demonstrações por tipo de risco e por unidade de negócio

A apetência pelo risco traduz-se por tipo de risco que é ainda mais encadeado para a organização até ao nível mais baixo. As demonstrações da apetência pelo risco são então traduzidas em limites de risco subjacente dedicados que são utilizados para a monitorização e gestão diária dos riscos do ING Bank.

Para os riscos financeiros é implementada uma sequência de diferentes quadros de apetência pelo risco para enfrentar os riscos mais significativos. Isto implica que esteja implementado todo um quadro de limites do risco de crédito que monitorize a qualidade geral da carteira de créditos do ING Bank e também a de todas as carteiras subjacentes. Além disso as apetências pelo risco de concentração específica são definidas a nível do produto a nível geográfico e a nível da contraparte (nome único) que são encadeados na organização. A apetência pelo risco para as atividades da carteira de negociação dentro dos Mercados Financeiros é acompanhada por um quadro da apetência pelo risco para os riscos de mercado nas carteiras bancárias. Para ambos os tipos de risco de mercado os limites ao nível do Banco são convertidos para a organização. As demonstrações de apetência pelo risco de financiamento e liquidez que são definidas ao nível do ING Bank são convertidas para a organização tendo em consideração a situação específica de financiamento e liquidez de cada unidade (individual). A apetência pelo risco para o risco não financeiro é encadeada nas divisões e unidades de negócios através de um conjunto de demonstrações quantitativas e qualitativas. A apetência pelo risco ao nível do ING Bank aplica-se a todas as divisões e unidades de negócios. O conjunto das demonstrações da apetência pelo risco servem como contributo para o processo do Planeamento a Médio Termo bem como para estabelecer indicadores de desempenho chave e metas para a administração sénior.

Etapa 4. Monitorizar e gerir os limites de risco subjacentes

A fim de verificar que permanece dentro do quadro da apetência pelo risco uma vez que está a executar o seu orçamento o ING comunica regularmente as suas posições de risco vis-à-vis com os seus limites às comissões de gestão sénior. O Relatório de Gestão de Risco e Capital que reflete a exposição do ING contra os alvos da apetência do risco é apresentado trimestralmente ao CAB e (à Comissão de Riscos do) CS.

Testes de esforço

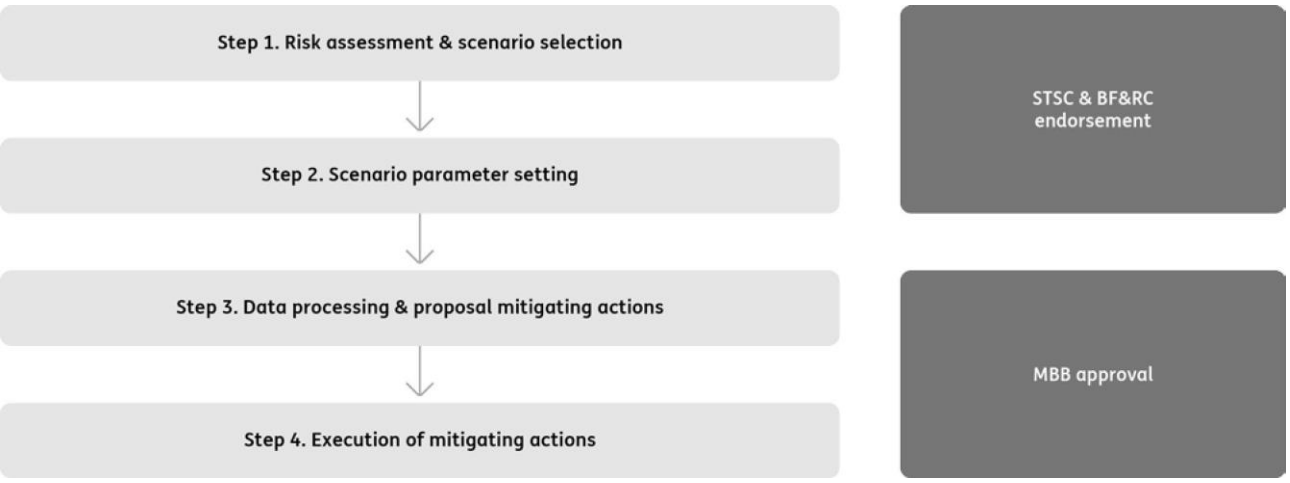
Os testes de esforço são uma importante ferramenta de gestão do risco que oferece contributos para as decisões estratégicas e o planeamento de capital. O objetivo do teste de esforço é avaliar o impacto de cenários de esforço plausíveis mas graves na posição de capital e liquidez do ING. As análises aos testes de esforço oferecem informações sobre as vulnerabilidades de certas carteiras em relação a circunstâncias macroeconómicas severas mercados financeiros em esforço e alterações no clima (geo)político.

Tipos de teste de esforço

Dentro do ING são realizados diferentes tipos de testes de esforço. Os tipos de testes de esforço mais abrangentes são as análises a cenários de toda a empresa que envolvem a criação de hipóteses de cenários para todas as variáveis macroeconómicas e de mercado financeiro relevantes em todos os países relevantes para o ING. Geralmente estes pressupostos seguem uma narrativa qualitativa que oferece antecedentes para o cenário. Além de análises a cenários de toda a empresa o ING também executa análises a cenários para um país ou carteira específico. Além disso são realizadas análises de sensibilidade que salientam um ou mais desencadeadores de risco; normalmente sem uma narrativa do cenário subjacente. O cenário de esforço de 1 em 10 anos utilizado no quadro da apetência pelo risco é um exemplo de uma análise de sensibilidade. Por último o ING também realiza testes de esforço inversos que visam determinar os cenários que levariam a um resultado adverso grave pré-definido.

Processo

O processo do teste de esforço do ING é constituído por várias etapas que são resumidas no diagrama abaixo.



Etapa 1. Avaliação de riscos e seleção de cenários

O ING determina formalmente os seus principais riscos anualmente através da execução de uma chamada avaliação do risco. A administração sénior os representantes da empresa e os especialistas em risco estão envolvidos neste processo que abrange riscos em circunstâncias macroeconómicas desenvolvimentos políticos e regulamentares bem como riscos específicos das carteiras. Com base na avaliação do risco os cenários são selecionados para serem avaliados no restante ano. Os resultados da avaliação do risco e da seleção de cenários foram debatidos e aprovados na Comissão de Coordenação de Testes de Esforço (CCTE). Todas as partes interessadas estão representadas na CCTE tal como os representantes dos diferentes departamentos de Risco Empresarial Gestão de Capital Finanças e organização da Investigação Global. A CCTE apresenta os resultados da avaliação do risco e da seleção de cenários à CF&RB para aprovação.

Etapa 2. Definição de parâmetros de cenários

Após a determinação dos cenários de nível elevado é necessária uma maior elaboração dos mesmos. O âmbito os pressupostos e os parâmetros de entrada como o crescimento do PIB as taxas de desempregos as taxas de juros e as alterações aos preços dos imóveis são definidos pelos países envolvidos no exercício. Os parâmetros são debatidos e aprovados na CCTE e posteriormente na CF&RB.

Etapa 3. Processamento de dados & ações de mitigação propostas

Quando os parâmetros do cenário tiverem sido finalizados o impacto do cenário na posição de solvência e liquidez é determinado. Com base nos valores de cenários para as variáveis macroeconómicas e financeiras de mercado o impacto sobre entre outros os Lucros e Perdas as reservas de reavaliação os APR e a gestão da reserva de liquidez é calculado. Estes resultados são subsequentemente utilizados para calcular a evolução dos índices de liquidez e solvência relevantes como o índice de capital próprio comum de Nível 1 (CET1) o rácio de alavancagem e a posição de liquidez.

Como para as etapas anteriores os impactos calculados do cenário são primeiramente debatidos e aprovados na CCTE e depois na CF&RB. Dependendo dos resultados do teste de esforço e da probabilidade do cenário podem ser propostas ações de mitigação. A aprovação destas ações de mitigações decorre no CAD.

Etapa 4. Execução das ações de mitigação
Depois de o CAD aprovar as ações de mitigação estas precisam de ser implementadas. As ações de mitigação podem incluir nomeadamente a venda ou transferência de ativos redução dos limites de risco intensificação dos nossos contactos com reguladores ou outras entidades.

Metodologia

Para calcular o impacto dos cenários sobre os Ganhos e Perdas os APR e as reservas de reavaliação etc. são utilizados modelos detalhados e abrangentes. Nestes modelos a análise estatística é combinada com a opinião de especialistas para garantir que os resultados refletem adequadamente as hipóteses do cenário. As metodologias são granulares e específicas de cada carteira e utilizam diferentes variáveis macroeconómicas e de mercado como variáveis de entrada. Os modelos de teste de reforço estão sujeitos a uma revisão minuciosa pelo departamento da Validação do Modelo.

Capital Económico e Capital Regulamentar

O Capital Económico (CE) e o Capital Regulamentar (CR) são as principais fontes de alocação de capital dentro do ING Bank. Estas duas métricas de capital são utilizadas para determinar o montante de capital que uma transação ou unidade de negócios necessita para suportar os riscos económicos e regulamentares que representam. O conceito de CE difere do conceito de CR no sentido em que o CR é o montante de capital obrigatório que é definido no âmbito do Pilar I enquanto o CE é a melhor estimativa do capital do Pilar II que o ING Bank utiliza internamente para gerir o seu próprio risco. O CE é uma medida não contabilística que está inerentemente sujeita a alterações dinâmicas e que é atualizado como resultado da composição da carteira e desenvolvimentos gerais de mercado. O ING Bank recalibra continuamente os pressupostos subjacentes ao modelo de capital económico que podem afetar os valores do CE futuramente.

O CE é definido como o montante de capital que uma transação ou unidade de negócios necessita para suportar o risco económico que representa. No geral o CE é medido como a perda inesperada acima da perda esperada num determinado nível de confiança. Esta definição de capital económico está em conformidade com a definição do valor líquido do mercado (ou excedente). O cálculo do CE é utilizado como parte do Processo de Avaliação da Adequação de Capital Interna (PAACI) do Pilar II dos RFP/DFP IV e do Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão (PRAS) que é realizado regularmente pelo supervisor.

Foram estabelecidos os seguintes princípios e definições fundamentais para o modelo:

- O ING Bank utiliza um nível de confiança unilateral de 99 95 % e um horizonte temporal de um ano para calcular o CE;
- Supõe-se que todas as fontes mensuráveis de risco atualmente conhecidas estão incluídas;
- Os melhores pressupostos do risco são tão objetivos quanto possível e baseiam-se numa análise adequada de dados estatísticos.;
- O cálculo do CE baseia-se em princípios de justo valor. Quando existem mercados completos e eficientes o justo valor é igual ao valor de mercado;
- Os cálculos do CE refletem opções integradas conhecidas e a influência do comportamento do cliente nos produtos bancários;
- Os cálculos do CE são feitos numa base antes de impostos e não consideram o efeito da contabilidade regulamentar e requisitos de solvência sobre os níveis de fundos próprios; e
- O quadro não inclui qualquer valor da franquia de negócio a intervenção de gestão discricionária ou futuros volumes de negócios e margens.

Ambiente regulamentar

Após a turbulência nos mercados financeiros e a consequente necessidade de os governos prestaram ajuda às instituições financeiras as instituições financeiras têm estado sob maior escrutínio do público supervisores e reguladores. Isto resultou em regulamentos mais rigorosos destinados a evitar futuras crises no sistema financeiro e na ajuda dos contribuintes no futuro.

Revisões de Basileia III RFP/DFP IV e futuros regulamentos

A 23 de novembro de 2016 a Comissão Europeia publicou propostas legislativas para alterar e suplementar algumas disposições da Diretiva dos Requisitos de Fundos Próprios (DFP) o Regulamento de Requisitos de Fundos Próprios (RFP) a Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária (DRRB) e o Regulamento do Mecanismo Único de Resolução Europeu (o regulamento do MUR). As propostas são abrangentes e poderão ter efeitos significativos no INF incluindo no que se refere à capacidade total de absorção de perdas (CTAP) ou ao requisito mínimo para fundos próprios e passivos elegíveis (RMPE) que tem de manter. Ainda não se sabe ao certo quando as propostas produzirão efeitos e nesse caso se será nas suas formas atuais.

Nas revisões de Basileia III (Basileia 3.5) os reguladores estão a considerar várias alterações ao quadro regulamentar. Estas poderão ter impacto na estratégia do ING especialmente porque muitas vezes aumentam-se umas às outras. As propostas e o seu potencial impacto são monitorizados através de exercícios de monitorização semestrais onde o ING Bank participa. Como resultado de tais exercícios de monitorização e discussões em curso dentro do ambiente regulamentar foram feitas revisões nas propostas originais de Basileia III como foi o caso do Rácio de Cobertura de Liquidez revisto em janeiro de 2013 e o Rácio Líquido de Financiamento Estável e o Rácio de Alavancagem revistos em janeiro de 2014. Em janeiro de 2017 o CBSB anunciou que esperava completar a finalização de todas as revisões do quadro de Basileia III incluindo a calibração de uma estrutura agregada de pisos de fundos próprios e um requisito mínimo do rácio de alavancagem.

Princípios para a Agregação Efetiva de Dados de Risco e Participação do Risco

Em janeiro de 2013 o Comité de Basileia publicou os Princípios para a Agregação Efetiva de Dados de Risco e Participação do Risco (também conhecido como BCBS239). O BCBS239 consiste em catorze princípios para reforçar as práticas de agregação de dados de risco e de participação do risco do banco. Implementar coletivamente estes princípios irá aumentar a gestão do risco e os processos de tomada de decisões nos bancos. Os bancos indicados como BISG – incluindo o ING Bank – tinham de implementar os princípios até 2016.

Nos últimos anos uma equipa dedicada dos departamentos de risco e financeiro apoiada pelo Diretor Financeiro e o Diretor de Operações implementou o BCBS239 em todos os tipos de risco chave. A implementação abrangeu todos os princípios chave do BCBS239 o que resultou em melhoria na cadeia de gestão de dados e participação. Ao incorporar os princípios do BCBS239 no Quadro de controlo interno do ING os princípios tornaram-se um fomentador chave das práticas de agregação de dados e de participação do risco do ING. Além disso no ambiente atual em constante alteração o ING garantirá que as práticas chave de agregação de dados de risco e de participação do risco do ING permanecem em linha com os princípios do BCBS239.

Riscos superiores e emergentes

Os riscos indicados abaixo são definidos como os riscos materiais existentes e emergentes que poderão ter um impacto potencialmente significativo na nossa posição financeira ou no nosso modelo de negócios. Poderão ter um impacto material na reputação da empresa apresentar volatilidade em resultados futuros de operações ou ter impacto na estratégia a médio e longo prazo do ING incluindo a capacidade de pagar dividendos manter níveis adequados de capital ou cumprir as metas de capital e do rácio de alavancagem. Um risco emergente está definido como um risco com potencial de ter um efeito negativo significativo no nosso desempenho mas que é atualmente difícil de quantificar em termos de impacto na organização em comparação com outros fatores de risco que não são identificados como riscos emergentes.

Os tópicos surgiram como parte da Avaliação de risco anual efetuada no âmbito do Quadro de Teste de esforço ou no Quadro de Apetência do Risco. A sequência em que os riscos são apresentados abaixo não indica a sua probabilidade de ocorrência nem a magnitude possível das suas consequências financeiras.

Durante 2016 foram efetuadas duas alterações aos nossos riscos superiores e emergentes. «Risco de alteração climática» foi adicionado como um novo risco emergente o que reflete o impacto que uma deterioração do clima poderá ter na reputação do ING. O «Empréstimo empresarial do Benelux» foi retirado uma vez que os custos com da melhoria da qualidade do crédito e do risco reduziram após uma melhoria gradua da economia. Além disso o «Impacto do ambiente com taxa de juro baixa» mudou para «Desenvolvimentos macroeconómicos».

Desenvolvimentos macroeconómicos

Em 2016 o ambiente operacional do ING Bank era caracterizado por condições de mercado continuamente desafiantes com entre outros as taxas de juro e os riscos geopolíticos sempre baixos.

O ambiente sustentado de taxas de juro baixas na Europa onde os bancos centrais tinham as suas taxas muito baixas e até níveis negativos tiveram um impacto negativo a curto prazo assim como taxas de mercado a longo prazo. A posição comum da taxa de juro no ING Bank é a de que a duração dos ativos é um pouco superior do que a duração das responsabilidades. Tendo em conta esta disparidade a diminuição das taxas de juro está em condições normais favorável para o rendimento de juros do ING Bank: os passivos têm alterações de juros mais rápidas do que os ativos e por isso as taxas de juro médias pagas pelos passivos devem adaptar-se mais rapidamente às taxas de juro de mercado mais baixas.

Contudo tendo em conta a situação estranha atual com taxas de juro sempre baixas o ING Bank gere ativamente a sua exposição do risco da taxa de juro e manteve com sucesso a Margem de Juros Líquida (MJL) nos seus empréstimos em 2016. Sobre as hipotecas o ING é confrontado com taxas de pré-pagamento superiores ao previsto devido à diferença entre as taxas da carteira de hipotecas existente e as taxas de mercado em vigor. Sobre as poupanças o NII e o NIM estão a diminuir devido a um declínio adicional nos rendimentos dos ativos enquanto as possibilidades de nova redução das taxas de clientes em depósitos de poupança diminuíram.

Em junho de 2016 a intenção do Reino Unido em sair da União Europeia («Brexit») foi um grande evento político e económico que teve impacto na perceção. Após o anúncio os rendimentos com obrigações do Estado diminuíram uma vez que os investidores fugiram para ativos seguros devido ao aumento da incerteza e da potencial queda económica causada pelo Brexit. Assim o impacto foi principalmente detetado através de um forte aumento da volatilidade num conjunto de classes de ativos incluindo moedas capitais próprios e obrigações. Embora o ING tenha atividades no Reino Unido através da linha de negócios Wholesale Banking não surgiu qualquer deterioração da qualidade dos ativos materiais após o referendo do Brexit. Mas uma vez que os termos da saída ainda estão por negociar o ING monitorizará continuamente os desenvolvimentos.

Outro elemento que poderá afetar a economia real e que dá origem a risco geopolítico é a instabilidade das relações internacionais. Nesta perspetiva o ING Bank continuou a monitorizar cuidadosamente os desenvolvimentos internacionais.

Crime cibernético

O crime cibernético é uma ameaça contínua às empresas no geral e às instituições financeiras mais especificamente. Tanto a frequência como a intensidade dos ataques aumenta a uma escala global. Ameaças de ataques Distribuídos de Negação de Serviço (DDoS) e direcionados (também chamados de Ameaças Persistentes Avançadas) e o Ransomware aumentam em todo o mundo. O ING Bank melhora a sua resistência ao crime cibernético aperfeiçoando o ambiente de controlo de modo a proteger detetar e responder à fraude em e-banking ataques DDoS e direcionados. Os controlos adicionais continuam a ser envolvidos na organização como parte do quadro de controlo interno geral e são continuamente reavaliados tendo em conta ameaças existentes e novas. Durante 2016 o ING não sofreu qualquer incidente cibernético que possa ser classificado como material. O ING fornece relatórios contínuos sobre incidentes cibernéticos para o BCE.

O ING Bank está ainda a trabalhar no reforço da sua resistência ao crime cibernético incluindo uma forte colaboração contra o crime cibernético com a indústria financeira autoridades de segurança governo (ex. National Cyber Security Center) e Prestadores de Serviços de Internet (PSI).

Risco de alteração climática

O clima está a mudar e esse é um desafio inigualável para o nosso mundo. As causas e as soluções para estes desafios são complexas mas sabemos que são atribuídas direta ou indiretamente à atividade humana que altera a composição da atmosfera global além da variabilidade do clima natural. Enquanto instituição financeira também temos uma responsabilidade e poderá derradeiramente afetar os nossos resultados se os nossos clientes forem afetados.

No geral o ING tem impacto no ambiente e na sociedade diretamente através do consumo de recursos naturais e da sua relação com as partes interessadas e indiretamente através do nosso financiamento. Assim a alteração climática enquanto risco continua a aumentar se olharmos para as preocupações públicas regulamentares e políticas referentes à sua integração nas operações e na estratégia do setor financeiro.

Podemos desempenhar um papel na tentativa de encontrar soluções. Temos sido neutros em termos de clima desde 2007 adaptando a organização ao novo mundo e tomando medidas eficazes para mitigar os nossos impactos. Contudo sabemos que o nosso maior impacto é através da nossa carteira de financiamento. A decisão do ING em terminar o financiamento de novas centrais elétricas alimentadas a carvão e minas de carvão e a redução contínua da nossa carteira de carvão demonstra que o risco da alteração climática faz parte do nosso quadro de RAS e aplica-se a todos os produtos e serviços financeiros oferecidos pelo ING.

Por fim participamos ainda em várias iniciativas de alteração climática. Por exemplo atualmente participamos na Equipa do Conselho de Estabilidade Financeira (CEF) sobre Divulgações Financeiras relacionadas com o Clima (EDFC) que está a desenvolver divulgações de risco financeiro relacionadas com o clima de forma voluntária e consistente para utilização por empresas com disponibilização da informação às partes interessadas.

Risco de Crédito Introdução

O risco de crédito é o risco de perda pelo incumprimento e/ou deterioração da taxa de crédito das contrapartes. Os riscos de crédito surgem nas atividades de empréstimo mercado financeiro e investimento do ING Bank. A secção do risco de crédito disponibiliza informação sobre como o ING Bank gere avalia e monitoriza o risco de crédito e permite ver a carteira do ING Bank de uma perspetiva do risco de crédito.

Corporativa

O risco de crédito no ING Bank faz parte da segunda linha de defesa (sendo o front office a primeira e a auditoria interna a terceira) e é gerido no departamento de Risco de Crédito e Comercial (C&TR). O C&TR é responsável por rever e gerir o risco de crédito incluindo o risco ambiental e social (RAS) para todos os tipos de contrapartes. Consiste em gestores do risco de crédito responsáveis pelas aprovações do crédito e por gerir riscos de crédito específicos nas suas carteiras e especialistas de risco de crédito que prestam apoio através de sistemas políticas modelos e relatórios de risco de crédito. Para garantir a independência do departamento de risco o Diretor-Geral de C&TR é funcionalmente responsável pela rede global de pessoal de risco de crédito.

A estratégia de risco de crédito do ING Bank é manter uma carteira de empréstimos e obrigações internacionalmente diversificada enquanto evita grandes concentrações de risco. O ênfase está nos desenvolvimentos empresariais de gestão nas linhas empresariais através do quadro de apetência do risco descendente que define limites de concentração para países contrapartes individuais grupos individuais e atividades de investimento. O objetivo é apoiar atividades de relacionamento bancário enquanto mantém diretrizes e controlos exigentes internos referentes ao risco/recompensa.

A análise do crédito ao nível da carteira é monitorizada com métricas como capital económico capital regulamentar posição em incumprimento (EI) probabilidade de incumprimento (PI) e perda dado o incumprimento (PDI). Para garantir a utilização eficiente do capital do ING Bank a apetência do risco é monitorizada e gerida ao nível da carteira pelo risco e finanças. A análise do risco ao nível transacional foca-se no valor do risco na maturidade na estrutura do recurso e perfil do mutuário. Os gestores de risco de crédito do ING Bank utilizam informação disponível publicamente informação fornecida pela contraparte comparações de grupos pares comparações industriais e outras técnicas quantitativas.

No ING Bank a derradeira autoridade a aprovar propostas de crédito é o CAB. O CAB tem autoridades delegadas com base nos montantes maturidades e classificações de risco dos níveis inferiores na organização. As transações são aprovadas através de um sistema de aprovação de assinatura dupla que exige uma assinatura individual do front office e da administração do risco de crédito. Para créditos de risco maior e superior existe uma estrutura de comissão onde o presidente do risco de crédito toma a decisão final com o apoio dos respetivos membros da comissão garantindo assim a responsabilidade. As unidades empresariais de retalho delegaram autoridade para decidir as políticas e mandatos aprovados pelo risco de crédito. Quaisquer decisões fora dessas polícias ou acima do mandato delegado que exigem uma aprovação específica do risco de crédito.

O papel do risco de crédito abrange as atividades seguintes:

- Medição monitorização e gestão dos riscos de crédito na carteira do Banco;
- Desafio e aprovação das transações novas e modificadas e revisões de mutuários;
- Gestão dos níveis de disposição e custos de risco e aconselhar sobre desvalorizações; e
- Disponibilizar políticas sistemas e ferramentas consistentes de risco de crédito para gerir o ciclo de vida do crédito de todas as atividades.

As comissões seguintes foram implementadas para rever e aprovar as transações e políticas a partir do ponto de vista do risco de crédito.

- A Comissão de Crédito Global para Aprovação de Transações (GCC(TA)) está mandatada para aprovar as transações com riscos de crédito.
- A Política da Comissão de Crédito Global (GCTP) que está autorizada a aprovar políticas metodologias e procedimentos relacionados com o crédito país e reputação a um nível alto para o ING Bank. A GTCP é constituída por membros do CAB.
- A Comissão de Risco de Crédito e Comercial (CTRC) está autorizada a aprovar políticas metodologias e procedimentos relacionados com o risco de crédito e comercial a um nível mais detalhado e operacional (com exceção de questões mandatadas à GCTP) no ING Bank. O CTRC é constituído por membros de MT da C&TR Serviços de Risco e Serviços de Empréstimos Bancários de Wholesale Banking.
- A Comissão de Desenvolvimento de Modelos (MDC) serve de assessor técnico da CTRC e é um órgão de planeamento para o desenvolvimento futuro de modelos. A MDC tem um mandato delegado para aprovar os modelos de risco de crédito que abrangem carteiras mais pequenas.
- A Comissão de Fornecimento do ING Bank (IPC) é a única autoridade de aprovação de provisões para perdas por empréstimos duvidosos (LLP) para todas as entidades do ING Bank.

Categorias do risco de crédito

O risco de crédito utiliza categorias de risco para diferenciar entre os diferentes tipos de risco de crédito. Todos os produtos no ING Bank são adicionados a uma das categorias de risco seguintes:

- **Risco antes da liquidação (RAL)**: surge quando uma contraparte não cumpre uma transação antes da liquidação e o ING Bank tem de substituir o contrato por uma transação com outra contraparte ao preço de mercado então em vigor (possivelmente desfavorável). O risco antes da liquidação (risco potencial ou esperado) é o custo do ING Bank de substituir um negócio no mercado. Esta categoria de risco de crédito está associada à comercialização de produtos como opções swaps e transações financeiras com títulos. Quando existir uma troca mútua de valores o montante do risco de crédito pendente baseia-se geralmente no valor de substituição (mark-to-market) mais um conceito de volatilidade futura possível usando um período de tempo histórico de 3-7 anos e um nível de confiança de 97 5 %.
- **Risco do Mercado Monetário (MM)**: ocorre quando o ING Bank coloca depósitos a curto prazo com uma contraparte para gerir o excesso de liquidez. Como tal os depósitos do mercado monetário têm tendência para ser de curto prazo. Em caso de incumprimento de uma contraparte o ING Bank pode perder o depósito feito. O risco do mercado monetário é medido como o valor contabilístico do depósito incluindo juros acumulados e por pagar ou o efeito de qualquer desvalorização.
- **Risco de empréstimo**: ocorre quando o ING Bank concede um empréstimo a uma contraparte ou emite garantias em nome de uma contraparte. Isto inclui empréstimos a termo hipotecas créditos renováveis descobertos cartas de crédito etc. O risco é medido como o valor contabilístico da obrigação financeira que a contraparte tem para voltar a pagar ao ING Bank excluindo quaisquer juros acumulados e por pagar descontos/amortizações de prémios ou desvalorizações.
- **Risco de investimento**: é o incumprimento do crédito e o risco de migração da taxa de risco associados aos investimentos do ING Bank em obrigações papeis comerciais titularizações e outros títulos semelhantes comercializados publicamente. Isto pode ser encarado como a perda no pior dos casos incorrida pelo ING Bank como resultado de manter uma posição nos títulos subjacentes cuja qualidade de crédito do Emissor deteriora ou não é cumprida. Todos os investimentos na carteira bancária são classificados na categoria de risco do investimento. O principal objetivo dos investimentos do ING Bank nas carteiras bancárias é a gestão da liquidez.
- **Risco de Liquidez**: é o risco que ocorre quando existe uma troca de valores (fundos ou instrumentos) para a mesma data do valor ou datas do valor diferentes e a receção não é verificada ou esperada até depois de o ING dar instruções irrevogáveis para pagar ou ter pago ou entregado a sua parte do negócio. O risco é o ING Bank entregar mas não receber a entrega da sua contraparte. O ING gere o Risco de Liquidez da mesma forma que outros riscos incluindo uma estrutura de limite do risco por mutuário. Devido à natureza de curto prazo (1 dia) o ING Bank não tem disposições ou capital para risco de liquidez específico. Embora seja um risco relativamente baixo o ING usa cada vez mais técnicas de pagamento DVP (Entrega contra Pagamento) e FITO (First In Then Out – Entrada em Primeiro e Saída em Seguida) para reduzir o Risco de Liquidez.

Para a reconciliação entre as categorias pendentes do risco de crédito e os ativos financeiros utilizamos a secção «Classificação da gestão do risco de crédito» conforme incluída na Nota 1 «Políticas de contabilidade».

Apetência do Risco de Crédito e Quadro do Risco de Concentração

a apetência do risco de crédito e o quadro do risco de concentração permitem ao ing evitar níveis indesejados e elevados de risco de crédito e concentrações de crédito nos vários níveis da carteira do ING. O Risco de Concentração é medido com base no Valor de Exposição do Risco de Crédito. A exposição do risco de crédito é o valor total da parte pendente mais a parte não utilizada das obrigações contratuais. Pode ser medida segundo os níveis de valor como grupos de um devedor cliente empresarial ou económico produto carteira tipo de cliente indústria e país. Quando aplicável cada nível é dividido do nível nV do ING Bank consolidado para um nível de sucursal/unidade local.

Os limites das declarações de apetência do risco de crédito e os limites de concentração são definidos e revistos anualmente. Os limites de risco de crédito e os limites de concentração ao nível do banco são aprovados pela Comissão de Riscos do Conselho de Supervisão e pela GCTP respetivamente.

Demonstrações da apetência pelo risco de crédito

A apetência do risco de crédito é o nível máximo do risco de crédito que o ING Bank está disposto a aceitar para o crescimento e a criação de valor. Esta apetência do risco de crédito está ligada ao quadro de apetência do risco geral ao nível do Banco. A apetência do risco de crédito é expressa em medidas quantitativas e qualitativas. Ter uma apetência do risco de crédito proporciona:

- Clareza quanto aos riscos de crédito que o ING Bank está preparado para assumir definição de metas e gestão prudente do risco;
- Comunicação consistente com os diferentes grupos de interesse;
- Diretrizes sobre como alinhar as ferramentas de participação e monitorização na estrutura e estratégia organizacionais; e
- Alinhamento de estratégias empresariais e indicadores de desempenho chave de unidades empresariais com a apetência do risco de crédito do ING Bank através do MTP.

A apetência do risco de crédito está presente em níveis diferentes do ING Bank ao nível da carteira assim como ao nível da transação. Os vários componentes da apetência do risco de crédito ao nível da carteira e transação resultam no quadro de apetência do risco de crédito.

As declarações de apetências do risco de crédito são definidas nas categorias de risco de crédito (antes da liquidação mercado monetário empréstimos investimento) e estão ligadas à apetência do risco de elevado nível do ING Bank em todos os tipos de risco (solvência crédito liquidez e financiamento mercado e risco não financeiro). São compostas por um conjunto de métricas de risco de crédito de elevado nível: perdas esperadas capital económico ativos ponderados pelo risco (APR) e exposição por incumprimento. Para cada métrica de risco de crédito é definido um limite que é comunicado aos demais e monitorizado mensalmente. A adesão aos limites e a abordagem proativa para gerir a carteira dentro dos limites da apetência do risco fazem parte dos indicadores de desempenho chave dos gestores da linha de negócios.

Concentração do risco do país

O risco do país é o risco que surge de eventos num país específico (ou grupo de países). O risco do país é o risco de perda para o ING Bank associado ao empréstimo pré-liquidação mercado monetário e transações monetárias como resultado dos eventos de risco do país. Um evento de risco do país pode ser descrito como choques económicos financeiros e políticos assim como restrições de transferências ou câmbios que afetem todas as contrapartes num determinado país. A ocorrência de um evento de risco de país pode levar todas as contrapartes num país a não conseguirem garantir pagamentos atempados embora estejam dispostos a cumprir as suas obrigações de dívida contratuais. Como tal o risco do país é um fator adicional a ter em conta no processo de aprovação do crédito de clientes individuais uma vez que a probabilidade do evento de risco do país pode ter impacto na probabilidade de incumprimento das contrapartes individuais.

Todos os países onde o ING tem exposição têm um limite de país. Os limites de país são revistos mensalmente e atualizados quando necessário. O limite do país é uma função de vários fatores incluindo a apetência do risco do ING para o país o valor do consumo de capital o PIB do país as classificações internas e o montante de fundos atribuídos. Se a utilização limite estiver acima de 90 % o gestor de risco de crédito correspondente terá de tomar medidas para colocar a utilização abaixo de 90 % ou encaminhar para os responsáveis pelo mandato de aprovação uma revisão do limite do país para pedir um limite superior de modo a incluir o aumento da exposição. No caso dos países com elevados níveis de risco grave geopolítico ou económico a supervisão é efetuada mais frequentemente com gestão rigorosa das tramitações e exposições para proteger o ING Bank de impactos adversos.

Nome único e concentração do setor

O ING Bank estabeleceu um quadro do risco de concentração para identificar medir e monitorizar as concentrações ao nível do país carteira e/ou contraparte. Consiste na:

- Concentração de nome único isto é perdas devido a incumprimento inesperado de uma única contraparte. Estas concentrações de nome único são ambas limitadas ao nível de nome único individual e agregadas ao nível do nome único do top 5. A PDI de uma concentração de nome único é medida tendo em conta o valor máximo da PDI. A monitorização e participação de Grandes Exposições é um dos componentes do quadro de nome único.
- Concentração do setor (risco sistémico): aumento substancial do perfil de risco do ING Bank (expresso no aumento dos ativos ponderados pelo risco) devido à deterioração conjunta de um grupo de contrapartes/transações correlacionadas sensível aos mesmos fatores externos (macroeconómicos) relacionados com a sua localização geográfica e classe de exposição.

Cenários e testes de esforço

Os testes de esforço avaliam a estabilidade financeira do ING Bank em cenários de esforço graves mas plausíveis e ajuda na tomada de decisões que garante que o ING Bank continua financeiramente saudável depois de ocorrer um evento grave. Além do quadro de teste do esforço em todo o banco conforme descrito na secção de perfil Gestão de Risco - Risco o departamento do risco de crédito desempenha testes de esforço mensalmente para avaliar continuamente os riscos e concentrações da carteira. Estes testes de esforço mensais são consistentes com o cenário de esforço estabelecido no quadro de apetência do risco de crédito do ING Bank. Os testes de esforço mensais são revistos em reuniões da equipa de Integração do Risco e Capital e se necessário são propostas medidas de gestão possíveis.

O ING Bank efetua testes de esforço periódicos com base em eventos de esforço anuais 1 em 10 padronizados e pré-determinados (isto é a 90 % do nível de confiança e com uma janela temporal de 1 ano) semelhante ao aplicado na apetência do risco de solvência. Com base no nível de confiança é simulada uma migração rigorosa da classificação do ciclo para toda a carteira. Para esta carteira simulada as disposições APR e Capital económico são recalculados para avaliar qual seria o impacto combinado de tal ano. O APRC adicional que o ING deve atribuir neste caso chama-se APRC em Risco.

Depois do teste de esforço periódico pré-determinado relacionado com o APRC em Risco o risco de crédito efetua testes de esforço ad-hoc com base em cenários graves mas plausíveis. Estes testes de esforço podem ser para efeitos internos ou mediante pedido dos reguladores e são incluídos para definições futuras da Apetência do risco de crédito. Os testes de esforço são utilizados como rede de segurança adicional no risco de crédito. Além dos cálculos de capital Pilar I e Pilar II com base nos resultados de vários testes de esforço o ING Bank garante que os níveis adequados de capital (e liquidação) estão disponíveis para sustentar estes cenários graves mas plausíveis.

Aprovações de produtos

No ING Bank um robusto processo de aprovação e revisão de produtos garante a gestão eficaz dos riscos associados à apresentação de produtos novos e modificados. Garante que é efetuada a devida diligência por partes interessadas relevantes de modo a assegurar que todos os riscos pertinentes (de crédito operacionais legais etc.) são devidamente mitigados no Processo de Aprovação e Revisão de Produtos (PARP).

Programas de risco

Dentro do ING Bank os programas de risco são uma análise detalhada de produtos e/ou indústrias definidas que identifica os principais fomentadores e mitigadores do risco o mandato de negócio interno e propõe os parâmetros de risco mínimos (incluindo o negócio) - e potencialmente o limite máximo do produto e/ou carteira para efetuar esse negócio. É sempre preparado um programa de risco pelo Front Office responsável pelo mandato de negócios interno e exige a aprovação por uma autoridade de aprovação. Os programas de risco poderão ter vários nomes e/ou poderão ter limites geográficos e/ou de negócios (por exemplo locais vs. globais).

Metas de referência

Uma meta de referência é a apetência máxima para o risco de crédito por grupo de devedor único legal. É expressa como uma exposição (meta) ao nível do risco de concentração que corresponde a um consumo de capital interno (máximo) para o risco de crédito. É utilizado como um valor de referência no processo de aprovação do crédito e pode ser rescindido com base nos motivos adequados.

Processo de aprovação do crédito

O processo de aprovação do crédito garante que as transações individuais são avaliadas caso a caso. Para cada tipo de contraparte (empresarial bancos/instituição financeira clientes com produtos estruturados) existe um processo dedicado com gestores de risco de crédito especializados em linhas de negócios do ING Bank. O processo de aprovação do crédito é apoiado por um sistema de classificação do risco e um sistema de monitorização da exposição. As classificações são utilizadas para indicar a solvabilidade de uma contraparte traduzida numa probabilidade de incumprimento e é utilizada para determinar a apetência do risco máxima que o ING Bank poderá ter para um determinado tipo de contraparte (meta de referência). A determinação da autoridade delegada (o montante que pode ser aprovado nos vários níveis da organização) é uma função da classificação do risco do cliente e da exposição do crédito do ING sobre o cliente.

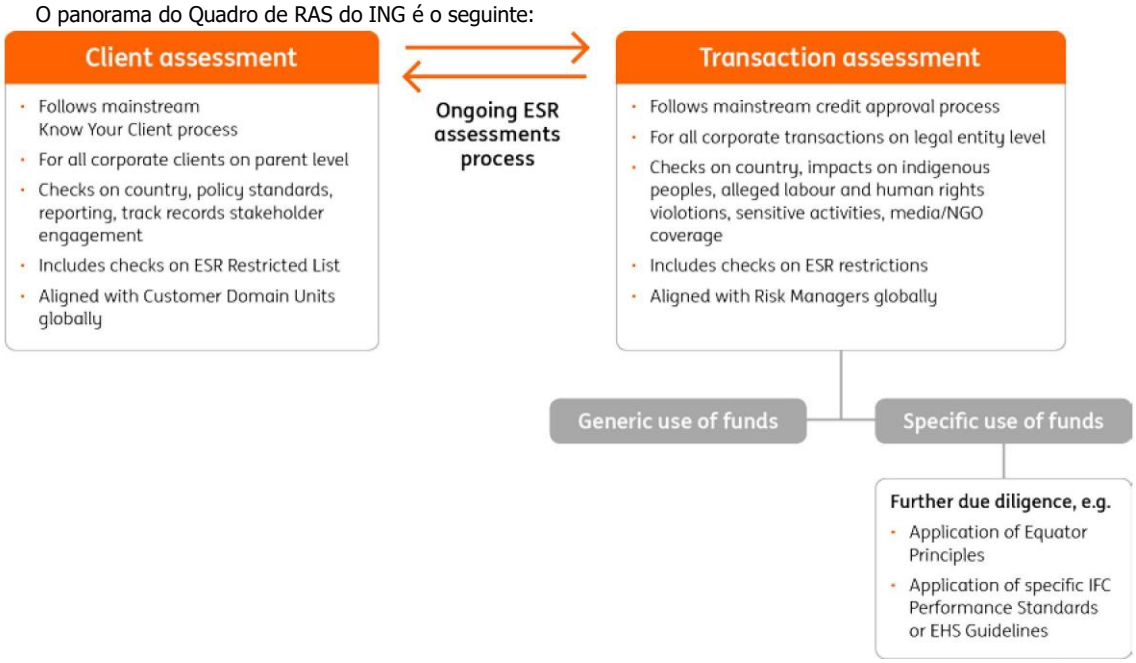
Devido à natureza dos negócios de retalhos os papéis e responsabilidades da política de risco de crédito local são delegados à gestão do risco de crédito de retalho local. Contudo o risco de retalho responsável global tem de ser informado sobre todas as políticas de risco de retalho local de forma a verificar se as políticas locais não entram em conflito com políticas de C&TR. Este quadro serve para garantir um alinhamento mais global enquanto preserva a capacitação existente das unidades locais. Como tal as autoridades de aprovação diferem dependendo da materialidade do desvio entre a política local e a política global.

Quadro de Risco Ambiental e Social

O ING Bank faz um contributo positivo para o crescimento económico global e um desenvolvimento mais sustentável ao promover as práticas de empréstimo e investimento responsáveis. O quadro da política de risco ambiental e social (RAS) incorpora ferramentas de avaliação utilizadas nos processos e sistemas principais do ING. Assim está plenamente integrado em revisões de clientes e transações regulares.

O quadro da política de RAS é revisto a cada três anos com base em alterações significativas identificadas nos setores mais vulneráveis a riscos e impactos ambientais e sociais. Além disso os riscos ambientais e sociais para todas as transações de empréstimo são revistos anualmente após as revisões de crédito anuais. As transações de RAS onde os fundos serão utilizados para financiamento de ativos poderão exigir uma devida diligência de RAS melhorada por exemplo aplicação dos Princípios do Equador. Esta avaliação de RAS melhorada é também necessária para transações de alto risco como as que têm impacto em povos indígenas etc.

O panorama do Quadro de RAS do ING é o seguinte:



O quadro da política de RAS está plenamente embutido nos processos de aprovação principais do ING e exige o envolvimento das áreas seguintes a nível global:

Avaliação de Clientes:

- Unidades do Domínio do Cliente (UDC): verificam a conformidade com a política de RAS aplicável. As UDC são responsáveis por garantir que a informação na Avaliação de RAS do Cliente foi devidamente preenchida.

Avaliação de transação:

- Front Office: departamentos que originam as transações e têm contacto direto com o cliente ou patrocinadores do projeto;
- Gestão de Risco: departamentos que proporcionam controlo sobre as atividades de front office e que costumam assinar os impactos ambientais e sociais para transações de «Baixo Risco» ou «Risco Médio»;
- Departamento de risco ambiental e social na gestão do risco plenamente dedicado à avaliação dos impactos ambientais e sociais associados a transações de «Alto Risco». Os aconselhamentos negativos do departamento de RAS apenas podem ser renunciados pela comissão de crédito mais elevado do ING ou o Conselho de Administração Bancária (CAB). Na prática estas renúncias são muito excecionais.

Desenvolvimento e Gestão da Política de RAS:

- CAB/Comissão de Crédito Global: Autoridade de aprovação final para aprovar políticas de RAS novas e atualizadas.

Uma vez que os processos de avaliação do risco estão descentralizados cada equipa de front-office deve estar familiarizada com o quadro ambiental e social do ING. Assim o ING investe significativamente em programas de formação interna para ajudar o pessoal das UDC front office e de gestão do risco na avaliação dos riscos ambientais e sociais. Em 2016 545 colegas foram especificamente formados sobre o quadro da política de RAS em todo o mundo.

Capital do risco de crédito e medição

Capital do risco de crédito

O Capital Regulamentar é uma medida prudente com base na legislação definido por reguladores e serve como o montante mínimo do capital próprio comum de Nível 1 capital de Nível adicional 1 e Nível 2 necessário para absorver as perdas inesperadas. O capital regulamentar é o montante mínimo do capital (com base em 99 90 % do nível de confiança) que o ING Bank deve manter de uma perspetiva regulamentar como proteção para conseguir absorver grandes perdas inesperadas.

Comparação APR

A comparação das ponderações do APR e do risco em instituições é inerentemente desafiante. As diferenças no APR entre bancos foram classificadas pelo Bank for International Settlements (BIS) em 3 categorias:

1. Fomentadores com base no risco originados pelas diferenças no risco subjacente ao nível da exposição/carteira e nos modelos/estratégias incluindo mistura de classes de ativos;
2. Fomentadores com base na prática incluindo abordagens à gestão do risco e à medição do risco; e
3. Ambiente regulamentar como práticas de supervisão leis e regulamentos implementadores incluindo discrição nacional e normas de contabilidade.

Fomentadores com base no risco

A carteira do ING Bank é dominada por empréstimos garantidos especialmente em áreas de hipotecas residenciais arrendamentos e imobiliário comercial. Os empréstimos garantidos têm a tendência de ter uma PDI devido às cauções envolvidas sendo um fomentador chave no cálculo do APR. Outro elemento importante do modelo empresarial do ING é o foco nas exposições de retalho garantidas pela propriedade residencial. A carteira de retalho do ING é maioritariamente composta por hipotecas residenciais. A fórmula regulamentar para esta classe de exposição tem tendência para resultar em APR mais baixo sendo todos os outros fatores iguais.

Fomentadores com base na prática

O ING Bank tem uma abordagem conservadora a exposições conturbadas. As exposições de risco são reconhecidas cedo com base em triggers de improbabilidade de pagamento. O ING costuma classificar o incumprimento com base na classificação do mutuário e não na classificação do recurso o que significa que um cliente apenas terá uma PI (probabilidade de incumprimento) independentemente do tipo de transações efetuadas com o ING Bank. Como consequência se um recurso estiver em incumprimento geralmente todos os recursos do cliente estão em incumprimento. Os clientes em não desempenho que receberam medidas de diferimento têm de se manter em não desempenho por um mínimo de um ano a começar no momento em que são classificados como em diferimento. A elegibilidade para uma migração de volta para o desempenho apenas é possível após um período experimental de um ano.

Ambiente regulamentar

A entidade de supervisão primária do ING Bank é o BCE que é apoiado por muitos supervisores anfitriões. O BCE supervisiona a adesão às regras regulamentares: o quadro regulamentar definido nas normas RFP/DFPIV a Autoridade Bancária Europeia (ABE) e a orientação do BCE. O BCE exige que todas as «alterações significativas» feitas nos modelos internos (PI PDI EI) e nas políticas sejam revistas e aprovadas pelo BCE.

Comparar os níveis de capital entre bancos é um exercício desafiante devido a diferentes perfis do risco diferenças nos fomentadores com base em risco fomentadores com base em prática e ambiente regulamentar (ex. abordagem baseada na classificação interna avançada ou abordagem padronizada). Estes fatores têm um impacto substancial no capital regulamentar / APR de uma instituição financeira. O ING Bank continua a colaborar com grupos da indústria e tenta aderir às mais recentes recomendações do CBSB e da ABE para melhorar a participação transparente dos nossos cálculos de capital.

Capital económico
O capital económico reflete o ponto de vista do ING Bank sobre o risco de crédito permitindo utilizá-lo nos processos de tomadas de decisões ao nível das transações das contrapartes e de (sub)carteiras. O risco de crédito e o capital do risco de transferência são calculados em todas as carteiras que contêm risco de crédito ou transferência incluindo carteiras de investimento. O capital económico é o montante mínimo do capital necessário para abranger as perdas inesperadas dentro de um nível de confiança de 99 95 % e um intervalo temporal de 12 meses. É utilizado em todo o ING Bank no processo de tomada de decisões (especialmente na banca grossista) em contrapartes ajustadas ao risco e em ferramentas de medição do lucro da carteira (banca grossista e banca de retalho) em decisões de investimento e desinvestimento no quadro do risco do país e na gestão do risco de concentração como declarações de apetência do risco (DAR) concentração de nome único e relatórios do risco sistémico (relatório de concentração do setor).

Uma característica importante da infraestrutura e do quadro de risco de crédito é os modelos serem criados para vários efeitos incluindo capital económico capital regulamentar e perdas por empréstimos duvidosos. Estes modelos de classificação são utilizados na organização do ING Bank que está em conformidade com o requisito do Teste de Utilização de Basileia e garante feedback ativo sobre os parâmetros do risco pelas unidades empresariais.

O capital económico é calculado utilizando os valores económicos dos modelos de classificação (PI EI e PDI). Em linha com os requisitos regulamentares as chamadas «alterações significativas» destes modelos de classificação são comunicados ao regulador para aprovação. As alterações significativas dependem do impacto no APR de crédito (Pilar I) ou no significado (tamanho) do modelo para a carteira do ING Bank.

Medição do risco de crédito
Existem duas formas de medir o risco de crédito na carteira do ING Bank dependendo de a exposição estar ao abrigo do escritório do ING permitido pelo BCE para utilizar a abordagem Baseada na Classificação Interna Avançada (BCIA) ou manter-se na Abordagem Padronizada (AP).

Abordagem padronizada
A abordagem padronizada aplica uma ponderação do risco fixa a cada ativo conforme indicado pelo RFP e baseia-se na classe de exposição a que a exposição está atribuída. Como tal a Abordagem Padronizada é a menos sofisticada das metodologias de Capital Regulamentar e não é tão sensível como a abordagem baseada no risco. Quando existem classificações de agências de classificação externas disponíveis estas podem ser utilizadas como substitutas do uso de ponderações do risco fixas atribuídas pelas Autoridades de Supervisão Financeira. Uma vez que os devedores subjacentes para exposições tratadas sob a AP são relativamente pequenos estes têm tendência para não ter classificações externas.

Abordagem baseada na classificação interna avançada
Existem cinco elementos principais que fomentam a determinação dos ativos ponderados do risco ao abrigo da abordagem BCIA.

- **Probabilidade de Incumprimento (PI)**: A primeira é a probabilidade de incumprimento da contraparte que avalia a solvabilidade de uma contraparte em termos de probabilidade de entrar em incumprimento. Tenta medir a solvabilidade sénior individual e não garantida de uma organização sem considerar os elementos estruturais das transações subjacentes como garantias preços ou maturidade. Cada mutuário tem uma classificação que se traduz numa PI específica.
- **Exposição em Incumprimento (EI)**: O segundo elemento é a exposição em incumprimento da contraparte. Os modelos de EI visam estimar o valor ou obrigação em dívida aquando do incumprimento no futuro. Uma vez que não é possível saber se uma contraparte entrará em incumprimento e o nível de dívida que poderá ocorrer nessa data também não é conhecido o ING Bank utiliza uma combinação de modelos estatísticos e híbridos para estimar a EI. Com a exceção das garantias e cartas de crédito a EI é sempre igual a ou superior ao risco de crédito em dívida associado partindo do pressuposto que as contrapartes têm tendência para absorver a liquidez de recursos de crédito disponíveis antes de os problemas financeiros se tornarem aparentes aos credores da contraparte. A EI é uma função do tipo de facilidade de crédito (renovável descoberto a termo) oferecido ao mutuário.
- **Perda Dado o Incumprimento (PDI):** O terceiro elemento é a perda dado o incumprimento. Os modelos de PDI visam estimar o montante que o ING Bank perderia ao liquidar garantias relacionadas com um determinado empréstimo ou obrigação financeira ou em alternativa ao liquidar a empresa no seu todo como parte de um processo de negociação. Os modelos de PDI baseiam-se nos tipos de cobertura taxas de recuperação estimadas com liquidação atempada e no custo (in)direto de liquidação.
- **Maturidade (M)**: O quarto elemento é o tempo da maturidade da obrigação financeira subjacente. Os requisitos de regulamentos (RFP/DFPIV) colocam o elemento de maturidade com um limite mínimo de um ano e máximo de cinco anos.

Classe de Exposição: O quinto elemento é a classe de exposição (um agrupamento regulamentar prescrito de um tipo de devedor ou tipo de produto comuns) que é o fomentador do fator de correlação. Para calcular os ativos de risco ponderado a correlação do incumprimento entre uma transação e todas as outras transações na carteira são tidas em conta. O fator de correlação determina que parte do risco individual de uma transação é retida quando a mesma é incluída na carteira e os benefícios de diversificação da carteira são tidos em conta.

A perda esperada (PE) proporciona uma medida do valor das perdas de crédito que o ING Bank poderá esperar razoavelmente incorrer na sua carteira. Na sua forma básica a perda esperada pode ser representada como:

PE = PI * EI * PDI

Titularizações
O ING Bank implementou a abordagem BCIA para o risco de crédito. Como consequência o ING Bank utiliza a Abordagem Baseada na Classificação (ABC) para investimentos em conjuntos de títulos apoiados por ativos (TAA) e títulos apoiados por hipotecas (TAH) que foram classificados por agências de classificação externas. As agências de classificação utilizadas pelo ING Bank ao abrigo da ABC) incluem: Standard & Poor's Fitch and Moody's.

Ao abrigo da ABC o APR é determinado ao multiplicar o montante da exposição pelas ponderações do risco regulamentar adequadas que dependem:

- Da classificação externa ou uma classificação inferida disponível;
- Da senioridade da posição; e
- Da granularidade da posição.

O ING Bank utiliza a abordagem de avaliação interna para as facilitações de apoio que dá à conduta do papel comercial garantido por ativos (pcga) da Mont Blanc Capital Corp. com base em metodologias de agência de classificação publicadas externamente.

Modelos do risco de crédito

No ING Bank os modelos em conformidade com o Basel são utilizados para determinar a PI EI e PDI para capital regulamentar e económico. Ao nível do banco o ING Bank implementou mais de 80 modelos incluindo vários submodelos que poderão ser aplicados para uma carteira específica. Existem dois tipos principais de modelação que constituem a base destes modelos PI EI e PDI utilizados no Banco:

- **Os modelos estatísticos** são criados quando está disponível um grande conjunto de dados de incumprimento ou perda detalhada. São caracterizados por um número suficiente de pontos de dados que facilitam a estimativa estatística significativa dos parâmetros do modelo. Os parâmetros do modelo são estimados com técnicas estatísticas baseadas no conjunto de dados disponível;
- **Os modelos híbridos** contêm características de modelos estatísticos combinados com conhecimento e experiência de especialistas das equipas de gestão do risco e front office e na bibliografia de agências de classificação supervisores e académicos. Estes modelos são especialmente adequados para «Carteiras de Baixo Incumprimento» onde existem incumprimentos históricos limitados;

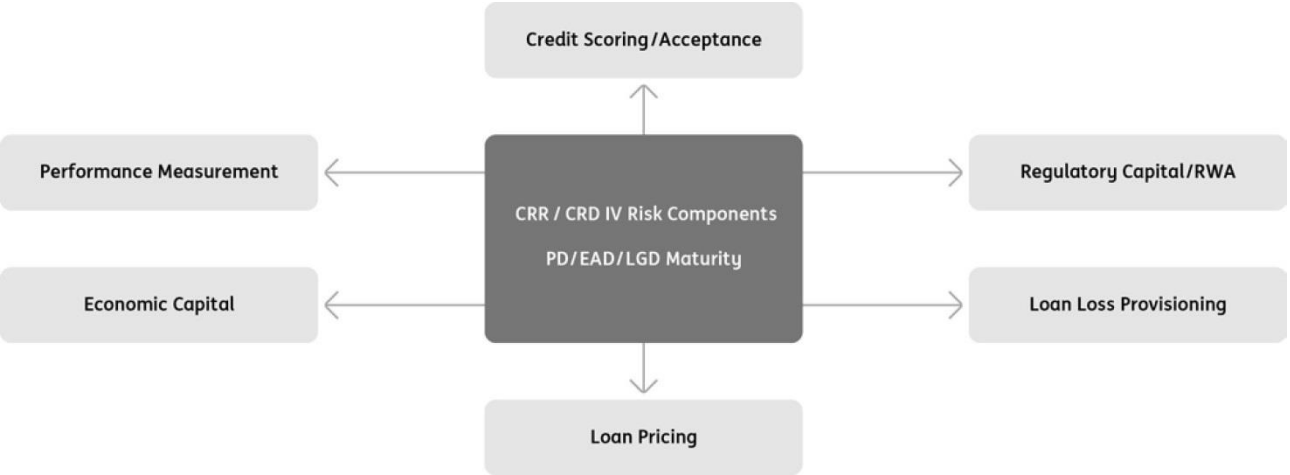
Depois da escolha do modelo a definição de incumprimento é um ponto de partida importante para a criação de modelos. O ING Bank utiliza um quadro que integra elementos da definição regulamentar de «Incumprimento» e os indicadores de provisões para perdas por empréstimos duvidosos ao abrigo do IAS 39. A lógica é que vários indicadores estão muito próximos das indicações de uma «improbabilidade de pagar» de um devedor ao abrigo dos regulamentos europeus (RFP/DFPIV) e regulamentos semelhantes. A integração de ambos os quadros melhor ainda mais a conformidade do ING Bank com o «teste de utilização» da RFP/DFPIV. As principais diferenças entre os parâmetros utilizados para calcular as provisões para perdas por empréstimos duvidosos e o capital regulamentar são que os parâmetros do capital regulamentar costumam ser através de ciclo enquanto os parâmetros das perdas por empréstimos duvidosos são mais pontuais. Adicionalmente a PDI para os cálculos do Capital Regulamentar baseia-se numa descida da PDI e um Período de emergência de perda é aplicado à Probabilidade de Incumprimento de 1 ano para obter as Perdas incorridas.

Modelos de medição pré-liquidação
Para capital regulamentar a exposição Pré-Liquidação (PL) é calculada usando uma majoração Marked to Market (MtM) mais uma com base em regulamentos. Dependendo do local e das capacidades do sistema pertinente para efeitos de capital internos o ING Bank utiliza uma das metodologias abaixo mencionadas para calcular as suas exposições PL:

- **Abordagem de majoração com base em MtM mais modelo**: Nesta abordagem o risco PL é calculado como a soma do MtM do comércio e da majoração com base em modelos. O MtM flutua durante o contrato. A majoração com base em modelos é específica do produto e tem em conta o tempo restante de maturidade perfil por períodos de tempo etc. As majorações são atualizadas com uma frequência que tem em conta as principais mudanças de mercado. Esta metodologia é utilizada para avaliação da exposição pré-acordo para todos os produtos de mercado financeiro do ING Bank. Além disso é utilizada para cálculos do risco pós-acordo para carteiras de mercados financeiros que não justifiquem os esforços computacionais e os custos associados com a implementação de uma abordagem de Simulação de Cenários; e
- **Abordagem de Simulação de Cenários (abordagem Monte Carlo)**: A abordagem de Simulação de Cenários é a mais complexa dos métodos para cálculos do risco de PL. Esta abordagem tem em conta as condições de mercado diárias incluindo as correlações entre os fatores de risco e os benefícios da carteira. Esta abordagem Monte Carlo é atualmente utilizada no ING Bank para o maior volume de produtos derivados como derivados de FX e da taxa de juro.

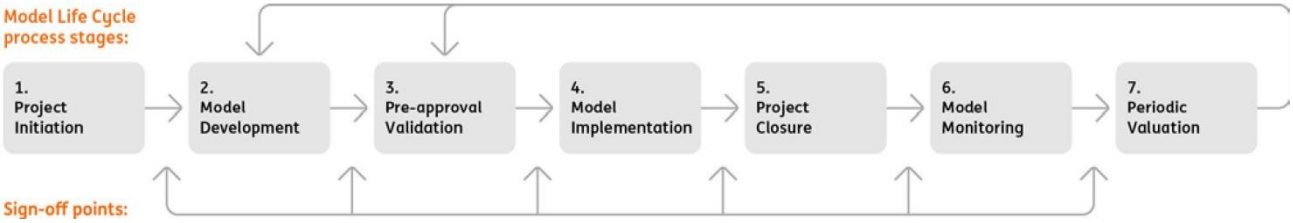
O ING reconhece que as abordagens acima são insuficientemente precisas para determinados produtos comerciais como transações de derivados altamente estruturadas ou exóticas. Para a avaliação das exposições do risco de produtos complexos é efetuado um cálculo individual.

A figura abaixo ilustra um resumo de elevado nível de aplicação dos resultados do modelo (PI EI e PDI).



Gestão do modelo do risco de crédito

Todos os modelos de PI EI e PDI são elaborados segundo as normas de metodologia de modelação do risco de crédito interno e o ciclo de vida do modelo do ING Bank. Depois de uma revisão rigorosa da documentação por parte da Comissão de Desenvolvimento de Modelos (CDM) e a Validação do Modelo (VM) a Comissão de Riscos de Crédito e Comercial (CTRC) aprova os modelos. Para determinados modelos locais a autoridade de aprovação é delegada pela CTRC à CDM. Cada modelo tem um copatrocinador do risco de crédito e um *front office*. A CDM e a CTRC têm participação de agentes de risco de crédito assim como do front office para garantir a máxima aceitação pela organização. O impacto de capital da implementação dos modelos aprovados é participado ao BCE num relatório trimestral. Além disso a VM valida cada modelo anualmente. Durante esta validação periódica o desempenho do modelo é analisado através de outros testes retrospetivos e avaliações do desempenho. É atribuída uma marca de cores de cinco classificações a cada modelo durante esta validação periódica. Se um modelo for considerado insuficientemente sólido ou se a verificação a posteriori indicar um desempenho insuficiente o modelo é novamente calibrado ou desenvolvido.



Processo de classificação do risco de crédito

Por princípio todas as classificações do risco são baseadas num Modelo de Classificação do Risco (PI) que cumpre os requisitos mínimos indicados na DFPIV nas Regras de Supervisão do BCE e nas diretrizes da ABE. Isto diz respeito a todos os tipos e segmentos de contrapartes incluindo países.

Os modelos de classificação PI do ING Bank baseiam-se numa escala 1-22 (1=classificação mais alta; 22=classificação mais baixa) designada como a «Escala Principal» que corresponde às mesmas classificações atribuídas por agências de classificação externa como a Standard & Poor's Moody's e Fitch. Por exemplo uma classificação do ING Bank de 1 corresponde a uma classificação da S&P/Fitch de AAA e a uma classificação da Moody's de Aaa; uma classificação do ING Bank de 2 corresponde a uma classificação da S&P/Fitch de AA+ e a uma classificação da Moody's de Aa1 e por aí fora.

As 22 classificações são constituídas pelas categorias seguintes:
- Classificação de investimento (Classificação do risco 1-10);
- Classificação de não investimento (Classificação do risco 11-17);
- Subnorma (Classificação do risco 18-19); e
- Não desempenho (Classificação do risco 20-22).

As primeiras três categorias (1-19) são classificações do risco para empréstimos não de risco. São calculadas nos sistemas de TI do ING Bank com modelos desenvolvidos internamente com base em dados inseridos de forma manual ou automática. Em determinadas condições o resultado de um modelo inserido manualmente pode ser questionado através de um processo de recurso de classificação claramente definido. As classificações do risco para empréstimos de risco individualmente significativos (20-22) são definidas pela unidade de restruturação global ou regional. Para carteiras de titularizações as classificações externas da parte em que o ING Bank investiu são as utilizadas.

As classificações do risco atribuídas a contrapartes são regularmente pelo menos anualmente revistas e o desempenho dos modelos subjacentes regularmente monitorizado. Mais de 95 % dos riscos de crédito do ING Bank foram classificados usando um dos modelos de classificação de PI desenvolvidos internamente. Na Carteira de BCIA o nível de classificações em conformidade com os regulamentos excede a cobertura de 99 % por exposição. Alguns destes modelos são globais como os modelos para Grandes Empresas Bancos Comerciais Seguradoras Governos Centrais Governos Locais Fundos Gestores de Fundos Financiamento de Projetos e Empresas de Recursos. Embora outros modelos sejam mais específicos em termos regionais ou de país como os modelos de PI para Pequenas e Médias Empresas (PME) na Europa Central Países Baixos Bélgica Luxemburgo assim como modelos de hipotecas residenciais e de empréstimos ao consumidor em vários mercados de retalho.

Os Modelos de Classificação para contrapartes de retalho são maioritariamente fomentados e automatizados estatisticamente de modo a poderem atualizar as classificações mensalmente ou bimensalmente. Os modelos para PME e empresas instituições bancos maiores são atualizados manualmente e são individualmente monitorizados pelo menos anualmente.

Classes de exposição

O Comité de Basileia (CBSB) desenvolveu o conceito de «Classes de exposição» que foi transposto para a RFP/DFPIV. Estas são essencialmente um agrupamento de riscos de crédito associados a um tipo de contraparte tipo de produto e/ou tipo de cobertura comuns. Para a abordagem BCIA a maioria das classes de exposição tem subcategorias. O ING Bank aplicou as definições seguintes para determinar as Classes de exposição:

- **Soberanos** inclui entidades Governamentais Soberanas Bancos Centrais e Autoridades Locais / Regionais reconhecidas assim como Organizações Supranacionais;
- **Instituições** inclui todos os Bancos Comerciais Instituições Financeiras Não Bancárias como Fundos e Gestores de Fundos e Seguradoras assim como entidades governamentais locais e regionais não classificadas como governos;
- **Empresas** inclui todas as entidades legais que não são consideradas Governos Instituições ou Outro Retalho;
- O **Retalho** inclui as classes seguintes:
- **Retalho – Garantido por propriedade imóvel não PME** (doravante **Hipotecas Residenciais**) inclui todos os empréstimos de retalho abrangidos por propriedades residenciais
- **Retalho - Garantido por propriedade imóvel PME** (incluído nas tabelas em **Outro Retalho**) inclui todos os empréstimos de retalho abrangidos por propriedades comerciais.
- **Outro retalho** inclui todas as outras obrigações de crédito relacionadas com as PME de Retalho (como parcerias e empresas individuais) e particulares (como empréstimos ao consumidor empréstimos automóveis e cartões de crédito). Nestas definições de classes de exposição é possível particulares serem incluídos nas hipotecas residenciais e outro retalho.
- **Titularizações** inclui programas de titularização em que o ING Bank atua como investidor patrocinador ou originador.

Modelos utilizados para classes de exposição

O ING Bank desenvolveu modelos de PI EI e PDI para carteiras da Banca Grossista e da Banca de Retalho. Os modelos de PI EI e PDI estão sujeitos a aprovação da CTRC (ou em determinados casos delegados: CDM) e as alterações que tiverem um impacto significativo nos resultados exigem aprovação do regulador antes da sua implementação. Por natureza as classes de exposição supracitadas têm características diferentes e específicas. Para capturar estas características específicas e ter valorizações e avaliações adequadas o departamento do risco de crédito está continuamente a atualizar e desenvolver modelos em cada classe de exposição. No total o departamento de risco de crédito utiliza mais de 90 modelos internos diferentes.

O ING distingue quatro tipos de cenários pós-incumprimento:

- *Sem Perda – Resolução*: o Mutuário paga todos os montantes em atraso (na medida a que o ING Bank tem legalmente direito) e o ativo volta a estar em não incumprimento. O ING Bank não sofre qualquer perda no processo. A relação não é terminada e o mutuador volta a estar em desempenho;
- *Sem Perda – Saída sem perda:* O ING Bank (ou o mutuário) liquida as cauções e pede garantias para recuperar a exposição ou o Mutuário paga na totalidade. Depois disso a relação é terminada. O ING Bank não sofre qualquer perda no processo;
- *Perda – Saída com perda*: O ING Bank (ou o mutuário) liquida as cauções e pede garantias para recuperar a exposição. Depois disso a relação é terminada. O ING Bank sofre perda no processo; e
- *Perda – Restruturação Urgente*: O ING Bank restrutura o acordo de empréstimo de modo a recuperar a exposição depois de dar algum desconto. A relação com o mutuário continua depois da restruturação. O ING Bank sofre (algumas) perdas no processo.

Alterações em 2016 aos modelos do risco de crédito

Em 2016 as alterações ao modelo foram parcialmente resultado de diretrizes regulamentares e por isso levaram a um aumento de 13 mil milhões de euros de APR. Este aumento resultou de várias alterações em carteiras diferentes. Uma adição de APR para as carteiras de PME nos Países Baixos e na Bélgica foi implementada através das atualizações do modelo de PDI que aumentou o APR em 6 1 mil milhões de euros. Além disso as adições de APR foram implementadas em hipotecas Belgas e carteiras de Financiamento a Pequenas Empresas (FPE) através de atualizações de modelos que aumentaram o APR em 1 9 mil milhões de euros. O impacto no APR com todas estas adições foi reportado como um item de OANOC em 2015. Para o Financiamento de Projetos e modelos PDI de hipotecas do ING Direct Spain foram adicionados multiplicadores de ponderação do risco aumentando o APR em 4 0 mil milhões de euros e 0 7 mil milhões de euros respetivamente. Além destas atualizações de modelos a abordagem do modelo para a carteira de saúde holandesa mudou de BCIA para AP o que aumentou o APR em 1 0 mil milhões de euros.

Ferramentas de risco de crédito

Políticas de risco de crédito

As políticas de risco de crédito do ING Bank oferecem regras papéis e responsabilidades genéricas que são sempre seguidos na organização. Embora seja dada tolerância para variação discricionária de modo a cumprir os regulamentos locais estas variações devem sempre cumprir a política de risco de crédito global do ING Bank e ser aprovadas pelo risco de crédito (local). Todas as políticas de risco de crédito são criadas segundo as normas de desenvolvimento de políticas e revistas regularmente. Cada política tem um patrocinador do risco de crédito e é criada em colaboração próxima com os vários grupos de interesse no risco de crédito *front office* e quando aplicável outros departamentos empresariais. Todas as políticas exigem a aprovação pela Comissão de Risco de Crédito e Comercial (CTRC) e quando aplicável pela Comissão da Política de Crédito Global e Comercial (GCTP).

Sistemas do risco de crédito e normas de dados

A aceitação manutenção medição gestão e participação de riscos de crédito a todos os níveis do ING Bank são conseguidas através da promoção de normas de dados de riscos de crédito únicas e comuns e da integração em ferramentas de riscos de crédito comuns que apoiam práticas dos riscos de crédito padronizadas e transparentes. O ING escolheu desenvolver ferramentas de risco de crédito centralmente. A filosofia é reutilizar os mesmos dados para todos os efeitos numa abordagem integrada que sobrepõe as três áreas chave da política do ING Bank o ambiente regulamentar em que operamos e os processos diários ativos no grupo. Sobrepor estas três áreas é o requisito essencial para garantir as normas de qualidade dos dados e que a disciplina continua elevada.

O modelo de dados centrado no cliente está em conformidade com as três necessidades centrais de negócios do ING Bank:

- Efetuar transações eficazes com as nossas contrapartes;
- Estar em conformidade com as nossas obrigações internas e externas; e
- Monitorizar os riscos que assumimos.

A abordagem centrada no cliente garante que o ING Bank consegue reagir rapidamente a regulamentos necessidades comerciais e melhores práticas em alteração nos negócios com os nossos clientes e possíveis clientes.

Gestão de Dados e Qualidade de Dados

O ING Bank reconhece que a informação e os dados subjacentes são ativos chave (juntamente com as pessoas processos e sistemas de TI) para se tornar no banco digital da próxima geração. A colaboração e o acordo mútuo quanto aos papéis e responsabilidades da gestão de dados global no ING são fatores de sucesso essenciais para cumprir este objetivo. Como tal o ING Bank adotou várias iniciativas de gestão e administração de dados fomentadas pelas partes interessadas internas e externas (por exemplo: Princípios para a Agregação Efetiva de Dados de Risco e Participação do Risco). Nos departamentos de Risco de crédito e Serviços de risco estes princípios estão incluídos na gestão dos dados de risco de crédito e consagrados no quadro de Gestão de dados. O quadro salienta papéis e responsabilidades relevantes para o ciclo de vida do risco e garantia de qualidade dos dados.

Ciclo de vida dos dados do risco de crédito

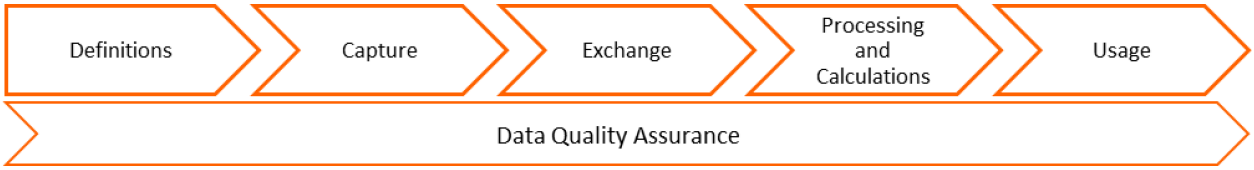
O quadro de gestão dos dados de risco de crédito utilizados pelo ING tem por base o ciclo de vida dos dados do risco de crédito. A gestão relacionada com a entrega e troca de dados está descrita em vários acordos de dados entre os utilizadores e os fornecedores de dados.

O âmbito dos dados do risco de crédito é o conjunto de dados determinado e atribuído aos requisitos de participação externa e interna e aos requisitos de modelagem do risco de crédito do Banco. Acima de tudo os dados podem ser categorizados como um dos dois tipos seguintes:

- **Dados atómicos**: o nível mais baixo de detalhe e os dados de base para todas as transformações de dados. Os princípios orientadores são que cada elemento de dados apenas deve ser inserido uma vez e deve ter um sistema de proprietário de dados e «home» ou base de dados clara definidos para todos os usos desse elemento de dados. A partir da «home» de dados estes podem ser redistribuídos para outros sistemas ou bases de dados que poderão exigir os dados num método automatizado de Processamento Direto (STP). Dependendo da necessidade os dados podem ser transferidos em tempo real tempo quase real diariamente semanalmente ou mensalmente.
- **Dados derivados**: dados derivados de outros elementos de dados (atómicos ou derivados) como resultado de transformações de dados como modelos cálculos e agregação de risco de crédito. Os dados derivados são armazenados no sistema de risco de crédito central (Vortex).

Um componente chave dos dados de risco de crédito é que estes dados são continuamente utilizados em todas as fases do ciclo de gestão do risco de crédito. Ao utilizar e reutilizar os dados há um incentivo contínuo para todos os prestadores e utilizadores de dados garantirem uma qualidade de dados segundo as normas relativamente à sua entrega e utilização.

O ciclo de vida dos dados do risco de crédito descreve as fases interligadas do ciclo de vida da definição dos dados à utilização dos mesmos conforme ilustrado na figura abaixo:



- **Definições de Dados**: esta etapa do processo garante que os termos de dados de risco de crédito atómicos e derivados têm uma definição única e um proprietário da definição em toda a organização. Garante também que os dados definidos estão aptos para o efeito para o qual serão utilizados.
- **Recolha:** garante que os dados atómicos são recolhidos por unidades de negócios e que estão disponíveis para troca segundo normas e especificações pré-acordados.
- **Troca:** garante que a troca de dados é executada conforme acordado entre o proprietário dos dados e o utilizador de dados.
- **Processamento e Cálculo:** processa dados atómicos entregues e utiliza-os para calcular os dados derivados do risco de crédito. O resultado desta fase é utilizado como informação para a agregação de dados do risco de crédito em por exemplo participação do risco.
- **Utilização de Dados:** garante a recolha e utilização de dados apta para os vários objetivos por exemplo: relatórios de modelação regulamentares e estatais. Garante que a utilização ou distribuição de dados é efetuada segundo o objetivo acordado e as regras de confidencialidade proteção segurança e retenção de dados.
- **Garantia de Qualidade dos Dados:** estabelece a gestão de qualidade dos dados com o foco principal em como a qualidade dos dados do risco de crédito é gerida ao longo do ciclo de vida dos dados do risco de crédito. Abrange o ciclo de qualidade dos dados os critérios de qualidade dos dados e as atividades relevantes ao longo das etapas.
  O ciclo de qualidade dos dados consiste em quatro etapas: definir implementar monitorizar e melhorar. Durante a etapa de definição dos dados são determinadas regras de qualidade dos dados. Tendo determinado as definições são implementadas regras de qualidade de dados locais nos sistemas fonte e ambos de forma sucessiva e simultânea são implementadas regras de qualidade dos dados no sistema de risco de crédito central. A fase seguinte consiste em validações de dados atividades de monitorização e controlo efetuadas no início da troca de dados e após a fase de processamento e cálculo de dados. A última fase é a melhoria contínua da qualidade dos dados que pode ser dividida em duas categorias:
  - Problemas únicos e problemas recorrentes identificados priorizados e sujeitos a resolução;
  - A revisão periódica de regras e melhorias da qualidade dos dados com base em conhecimentos adquiridos com a resolução de problemas auditorias e melhores práticas.

Após a última etapa o ciclo de qualidade dos dados recomeça do início levando por fim a qualidade dos dados do risco de crédito padrão.

Carteira do risco de crédito

A exposição do crédito do ING Bank está especialmente relacionada com empréstimos tradicionais a indivíduos e empresas seguidos por investimentos em obrigações e ativos titularizados. Os empréstimos a particulares são maioritariamente empréstimos de hipoteca garantidos por propriedade residencial. Os empréstimos (incluindo as garantias emitidas) a empresas incluem muitas vezes cauções mas podem não ser garantidos com base na análise interna da solvabilidade do mutuário. As obrigações na carteira de investimentos costumam não ser garantidas. Os ativos titularizados como Títulos Apoiados por Hipotecas e os Títulos Apoiados por Ativos são garantidos pela parte pro rata do conjunto diversificado de ativos subjacentes (hipotecas comerciais ou residenciais empréstimos automóveis e/ou outros ativos) detidos pelo emissor do título. A última grande fonte de risco de crédito envolve exposições pré-liquidação originadas por atividades comerciais incluindo derivados transações de recompra e empréstimos de títulos assim como transações de intercâmbio.

As divisões da carteira do ING Bank por classe de exposição e categoria do risco com base na Exposição Regulamentar em Incumprimento (ERI) são ilustradas abaixo. Os números na secção Risco de crédito incluem os empréstimos ao Grupo salvo indicação em contrário:

Classes de exposição Carteira do ING Bank por categoria do risco com % da EI total regulamentar

2016	Empréstimos		Investimento		Mercado Monetário		Pré-liquidação		Total		Total (TODOS)
	BCIA	SA	BCIA	SA	BCIA	SA	BCIA	SA	BCIA	SA	BCIA + PA
Soberanos	2 2 %	0 0 %	7 9 %	0 1 %	1 7 %	0 2 %	0 2 %	0 0 %	12 0 %	0 3 %	12 3 %
Instituições	3 1 %	0 3 %	1 8 %	0 0 %	0 4 %	0 0 %	4 9 %	0 1 %	10 2 %	0 3 %	10 5 %
Gestão	32 8 %	1 4 %	0 4 %	0 0 %	0 1 %	0 0 %	1 7 %	0 0 %	35 0 %	1 5 %	36 5 %
Hipotecas Residenciais	33 4 %	0 9 %	0 0 %	0 0 %	0 0 %	0 0 %	0 0 %	0 0 %	33 4 %	0 9 %	34 3 %
Outro retalho	4 2 %	1 4 %	0 0 %	0 0 %	0 0 %	0 0 %	0 0 %	0 0 %	4 2 %	1 4 %	5 6 %
Titularizações	0 1 %	0 0 %	0 6 %	0 0 %	0 0 %	0 0 %	0 1 %	0 0 %	0 8 %	0 0 %	0 8 %
Total (TODOS)	**75 8 %**	**4 0 %**	**10 8 %**	**0 1 %**	**2 1 %**	**0 2 %**	**6 9 %**	**0 1 %**	**95 6 %**	**4 4 %**	**100 0 %**

Classes de exposição Carteira do ING Bank por categoria do risco com % da EI total regulamentar

2015	Empréstimos		Investimento		Mercado Monetário		Pré-liquidação		Total		Total (TODOS)
	BCIA	AP	BCIA	SA	BCIA	SA	BCIA	SA	BCIA	SA	BCIA + PA
Soberanos	3 5 %	0 0 %	8 3 %	0 1 %	1 6 %	0 2 %	0 3 %	0 0 %	13 7 %	0 3 %	14 1 %
Instituições	4 1 %	0 4 %	2 2 %	0 0 %	0 3 %	0 0 %	5 6 %	0 1 %	12 3 %	0 5 %	12 8 %
Gestão	29 5 %	1 1 %	0 2 %	0 0 %	0 1 %	0 0 %	1 3 %	0 0 %	31 1 %	1 1 %	32 2 %
Hipotecas Residenciais	33 3 %	0 8 %	0 0 %	0 0 %	0 0 %	0 0 %	0 0 %	0 0 %	33 3 %	0 8 %	34 1 %
Outro retalho	4 5 %	1 3 %	0 0 %	0 0 %	0 0 %	0 0 %	0 0 %	0 0 %	4 5 %	1 3 %	5 8 %
Titularizações	0 2 %	0 0 %	0 8 %	0 0 %	0 0 %	0 0 %	0 1 %	0 0 %	1 0 %	0 0 %	1 0 %
Total (TODOS)	**75 1 %**	**3 6 %**	**11 5 %**	**0 1 %**	**2 0 %**	**0 3 %**	**7 3 %**	**0 1 %**	**95 9 %**	**4 1 %**	**100 0 %**

The total ING Bank portfolio size increased by 1.0% to EUR 845 billion in terms of READ which was driven by volume growth and FX changes. The increase related to FX changes was driven by the appreciation of the US Dollar and Australian Dollar against the Euro and partly offset by the depreciation of the British Pound and Turkish Lira.

The total size of the residential mortgage portfolio grew which was mainly driven by Germany Australia Spain and Belgium while the residential mortgage portfolio in the Netherlands decreased in size. The decrease was driven by the continued transfer of mortgages from WestlandUtrecht (WU) Bank to NN Bank the run-off of the WU Bank mortgage book and mortgage prepayments.

A concentration increase in the exposure class corporates was mainly observed in the Wholesale Banking business lines: structured finance corporate & financial institutions (C&FI) lending trade finance services and real estate finance. This was driven by the implementation of the EU equivalence rule which resulted in a shift from exposure class institutions to corporates and by actual lending growth in these portfolios. The lower concentration in exposure class institutions was also driven by a decrease in covered bond investments and pre-settlement exposures. The EU equivalence rule applies to certain countries outside the EU that have supervisory and regulatory arrangements in place that are at least equivalent to those applied in the EU. Since 2016 the EU equivalence indicator which determines the exposure class allocation and correlation is based on the combination of country and customer type while before it was only based on the country.

The lower concentration in sovereigns was caused by decreased deposits at central banks nostros at the Japanese Central Bank and government bonds. The investment portfolio decreased in proportion as well as in absolute value and was observed in government bonds covered bonds and securitisations (RMBS) in Germany Italy and Spain. Along with fulfilling liquidity requirements the investment portfolio remains a source of supporting assets in Retail Challengers & Growth Markets with exposure primarily to European central governments and central banks. The shrinking securitisations portfolio within ING Bank comprised of Investor and sponsor securitisations.

Risk rating buckets per line of business and credit risk types

Risk rating buckets are defined based upon the quality of the exposures in terms of creditworthiness varying from investment grade to non-performing loan expressed in S&P Moody's and Fitch equivalents.

Risk classes ING Bank portfolio per line of business as % of total outstandings1 2

Classe de classificação	Wholesale Banking		Retail Benelux		Retail Challengers & Growth Markets		Corporate Line		Total ING Bank	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1 (AAA)	7.1%	9.4%	0.2%	0.1%	7.3%	7.6%	42.7%	40.2%	5.5%	6.5%
2-4 (AA)	11.9%	10.0%	5.7%	5.3%	16.1%	16.9%	0.3%	0.4%	11.0%	10.3%
5-7 (A)	18.9%	22.1%	4.2%	4.4%	15.0%	15.5%	3.9%	11.9%	13.4%	14.8%
8-10 (BBB)	27.0%	25.1%	34.5%	31.0%	32.7%	35.0%	7.5%	6.3%	30.5%	29.3%
11-13 (BB)	26.5%	24.6%	43.2%	46.0%	21.5%	17.5%	42.2%	38.0%	30.3%	29.4%
14-16 (B)	5.5%	5.4%	7.5%	7.7%	5.6%	5.8%	0.0%	0.0%	6.1%	6.1%
17-22 (CCC & NPL)	3.0%	3.4%	4.7%	5.5%	1.8%	1.7%	3.5%	3.2%	3.2%	3.6%
Total	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**

A redução dos depósitos do banco central e a redução da classificação do país da Finlândia para AA+ foram os causadores da diminuição da proporção de ativos de classificação AAA do Wholesale Banking e do aumento da concentração de investimento na classe de classificação AA. A concentração adicional na classe de classificação AA do Wholesale Banking foi impulsionada pelo aumento das exposições em títulos do governo dos EUA e pela migração positiva das notações de uma instituição financeira dos EUA que alterou a exposição dos derivados da classificação A. Além disso a concentração na balança de classificação A diminuiu devido a menores exposições de empréstimos ao Banco Central japonês e à migração negativa das notações de uma instituição financeira alemã para a faixa BBB que influenciou principalmente o Wholesale Banking e a Corporate Line.

A concentração na classe de classificação BBB nos Mercados Desafiadores e em Crescimento diminuiu devido às exposições de obrigações do governo Italiano e à redução da classificação do país da Turquia que mudou a concentração para a classe de classificação BB em todas as categorias do risco. O perfil do risco para hipotecas residenciais em Retalho no Benelux melhorou devido à gestão de atrasos mais eficiente regras de rastreio mais rigorosas e clientes em tolerância a chegar ao período de incumprimento mínimo de 1 ano nos Países Baixos. Isto levou a uma redução da concentração nas categorias de classificação BB e CCC e NPL e aumentou a parte da categoria de classificação BBB. A redução adicional da concentração na categoria 17-22 (CCC & NPL) deveu-se a amortizações combinadas com migração de classificação positiva na carteira de financiamento de propriedades comerciais.

Classes de risco Carteira do ING Bank por tipo de risco de crédito por % de dívida total1

	Empréstimos		Investimento		Mercado Monetário		Pré-Liquidação		Total ING Bank	
Classe de classificação	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
1 (AAA)	1 9%	3 0%	28 3%	27 9%	14 5%	13 [illegible]	3 4%	2 4%	5 5%	6 5%
2-4 (AA)	5 2%	4 9%	40 4%	36 6%	50 4%	50 [illegible]	14 8%	11 4%	11 0%	10 3%
5-7 (A)	10 1%	11 1%	16 9%	17 8%	14 0%	5 1%	47 5%	52 7%	13 4%	14 8%
8-10 (BBB)	35 3%	33 1%	6 9%	10 5%	4 2%	24 [illegible]	23 3%	23 8%	30 5%	29 3%
11-13 (BB)	36 0%	35 6%	7 2%	6 8%	15 4%	6 0%	9 1%	7 8%	30 3%	29 4%
14-16 (B)	7 5%	7 8%	0 2%	0 1%	1 5%	0 0%	1 5%	1 1%	6 1%	6 1%
17-22 (CCC & NPL)	4 0%	4 5%	0 1%	0 3%	0 0%	0 6%	0 4%	0 8%	3 2%	3 6%
Total	**100**	**100 0%**	**100 0%**	**100 0%**	**100 0%**	**100 0%**	**100 0%**	**100 0%**	**100 0%**	**100 0%**

1 Com base na medição do risco de crédito contida nas atividades de empréstimo pré-liquidação mercado monetário e de investimento. As classificações refletem as probabilidades de incumprimento e não consideram as cauções.

Concentração da indústria do risco

O ING Bank utiliza uma metodologia de classificação da indústria comum com base no sistema NAICS (Sistema de Classificação Industrial da América do Norte). Esta metodologia tem mais de 1 500 descrições industriais detalhadas que se encontram agrupadas em 22 classes industriais ao mais elevado nível. Certos países exigem que o ING Bank participe localmente com base noutras metodologias de classificação industrial que costumam ser derivadas das classificações do NAICS aqui apresentadas. As hipotecas residenciais apenas costumam ser alargadas a particulares.

Concentração do risco: Carteira do ING Bank por setor económico por % de dívida total1

	Wholesale Banking		Retalho Benelux		Mercados Desafiadores e Em Crescimento de Retalho		Linha Empresarial		Total ING Bank	
Indústria	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Particulares	0 0%	0 1%	73 4%	74 0%	68 8%	62 9%	0 0%	0 0%	39 5%	39 4%
Bancos Comerciais	14 8%	14 3%	0 2%	0 3%	6 5%	7 8%	56 4%	54 6%	8 8%	8 8%
Recursos naturais	15 0%	13 0%	0 4%	0 4%	0 7%	0 7%	0 0%	0 0%	6 8%	5 7%
Governos Centrais	9 9%	10 5%	0 9%	1 2%	5 6%	7 1%	36 3%	34 1%	6 5%	7 0%
Imobiliário	10 2%	10 0%	4 7%	4 7%	0 9%	0 8%	0 0%	0 0%	6 0%	5 8%
Instituições Financeiras Não Bancárias	10 4%	11 7%	0 9%	0 8%	3 2%	4 3%	7 3%	11 3%	5 7%	6 4%
Transporte e Logística	8 0%	7 6%	1 1%	1 1%	0 4%	0 4%	0 0%	0 0%	3 9%	3 6%
Administração Pública Inferior	1 2%	0 9%	2 8%	2 4%	5 6%	7 0%	0 0%	0 0%	2 8%	3 0%
Bancos Centrais	5 1%	8 4%	0 1%	0 1%	1 6%	1 6%	0 0%	0 0%	2 7%	4 0%
Serviços	3 2%	3 1%	3 6%	3 6%	0 6%	0 7%	0 0%	0 0%	2 6%	2 5%
Alimentos Bebidas e Cuidados pessoais	3 7%	3 8%	2 1%	2 1%	1 3%	1 4%	0 0%	0 0%	2 6%	2 6%
Indústrias Gerais	3 4%	3 3%	1 5%	1 5%	1 5%	1 7%	0 0%	0 0%	2 3%	2 3%
Químicos Saúde e Farmacêuticos	2 4%	2 0%	2 8%	2 8%	0 7%	0 8%	0 0%	0 0%	2 1%	1 9%
Outros	12 7%	11 3%	5 5%	5 0%	2 6%	2 8%	0 0%	0 0%	7 7%	7 0%
Total	**100 0%**	**100 0%**	**100 0%**	**100 0%**	**100 0%**	**100 0%**	**100 0%**	**100 0%**	**100**	**100 0%**

1 Com base no montante total do risco de crédito na coluna respetiva utilizando as metodologias de medição do risco de crédito internas do ING Bank. Os setores económicos abaixo de 2 % não são apresentados em separado são agrupados em Outros.

Durante 2016 a carteira geral continuou a expandir-se levando a mudanças na concentração por setor económico. A principal concentração do ING Bank em Indivíduos Privados estava relacionada com empréstimos para hipoteca. Um declínio na exposição do Retalho no Benelux foi causado pelo crescimento de Mercados Desafiadores e em Crescimento. A concentração de Bancos Centrais reduziu especialmente devido a um montante inferior de depósitos e a concentração dos Governos Centrais reduziu devido à diminuição das exposições de obrigações do governo em Wholesale Banking e Mercados Desafiadores e em Crescimento. A concentração em Recursos Naturais aumentou devido ao crescimento na exposição financeira estruturada mas também devido à apreciação dos Dólares dos Estados Unidos. A concentração de risco das Instituições Financeiras Não Bancárias sofreu um declínio significativo na Wholesale Banking da Bélgica e dos Países Baixos devido à redução de exposições nos derivados da taxa de juros produtos de capital próprio comercializados obrigações nostros e cobertas.

Risco do país

O aumento da concentração na carteira foi maioritariamente observada na Alemanha Américas e Austrália. O aumento nas Américas é explicado pelo momento de negócios financeiros estruturados continuamente positivo. O crescimento da carteira foi ainda reforçado pelas carteiras de hipotecas e financiamentos estruturados na Austrália e Alemanha. Os Países Baixos demonstraram uma redução significativa na carteira de Wholesale Banking devido a depósitos inferiores do banco central. Este decréscimo na carteira de retalho dos Países Baixos foi impulsionado pela transferência contínua de hipotecas do WestlandUtrecht Bank (WU) para o NN Bank a liquidação da carteira de hipotecas e pré-pagamentos de hipotecas do WU Bank.

Exposições de risco do país: Carteira do ING Bank por área geográfica[1]

	Wholesale Banking		Retalho Benelux		Mercados Desafiadores e Em Crescimento de Retalho		Corporate Line		Total ING Bank	
Região	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Holanda	14 2%	16 5%	65 5%	67 4%	0 5%	0 5%	50 6%	56 5%	25 7%	27 6%
Alemanha	5 4%	4 9%	0 2%	0 2%	44 4%	43 7%	0 1%	4 4%	13 3%	13 2%
Bélgica	6 2%	7 1%	32 1%	30 4%	0 5%	0 6%	0 0%	0 0%	12 0%	12 0%
Resto da Europa[2]	40 8%	40 5%	2 0%	1 8%	35 5%	37 6%	0 2%	1 5%	28 2%	28 2%
Américas	19 5%	18 1%	0 1%	0 1%	1 5%	1 5%	0 1%	0 2%	9 5%	8 6%
Ásia/Pacífico	11 6%	11 2%	0 1%	0 1%	0 1%	0 2%	48 8%	37 1%	6 0%	5 6%
Austrália	1 3%	0 9%	0 0%	0 0%	17 5%	15 9%	0 2%	0 3%	4 8%	4 4%
Resto do Mundo	1 0%	0 8%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 5%	0 4%
Total	**100 0%**	**100 0%**	**100 0%**	**100**	**100 0%**	**100 0%**	**100 0%**	**100 0%**	**100 0%**	**100 0%**

1 As áreas geográficas baseiam-se no país de residência exceto para particulares cujas áreas geográficas têm por base o principal país de risco.
2 As exposições do top 5 no Resto da Europa são para o Reino Unido (4 1 %) França (3 4 %) Polónia (3 3 %) Espanha (3 2 %) e Itália (2 4 %).

Mitigação do risco de crédito

Os negócios de empréstimo e investimento do ING Bank estão sujeitos ao risco de crédito. Como tal a solvabilidade dos nossos clientes e os seus investimentos são continuamente monitorizados para verificar a sua capacidade de cumprir as suas obrigações financeiras com o ING Bank. Além de determinar a qualidade do crédito e a solvabilidade do cliente o ING Bank utiliza várias técnicas e instrumentos de mitigação do risco de crédito para mitigar o risco de crédito associado a uma exposição e reduzir as perdas incorridas após um evento de incumprimento da obrigação que um cliente possa ter com o ING Bank. A terminologia mais comum utilizada no ING Bank para proteção do risco de crédito é «cobertura». Embora uma cobertura possa ser um mitigante importante do risco de crédito e uma fonte alternativa de pagamento geralmente é prática do ING Bank emprestar com base na solvabilidade do cliente e não apenas dependendo do valor da cobertura. No ING Bank existem duas formas diferentes de coberturas: ativos e obrigações de terceiros.

Formas de cobertura

Ativos

O ativo foi empenhado ao ING Bank como caução ou um título concede ao ING Bank o direito de liquidá-lo se o cliente for incapaz de cumprir a sua obrigação financeira. Como tal os procedimentos podem ser aplicados na compensação completa ou parcial da exposição por atraso do cliente. Um ativo pode ser tangível (como caixa títulos créditos inventário fábricas e maquinaria e hipotecas em propriedades de imobiliário) ou intangível (como patentes marcas registadas direitos contratuais e licenças).

Obrigação de terceiros

A Obrigação de Terceiros indemnização ou compromisso (por contrato e/ou por lei) é uma declaração legalmente vinculativa por um terceiro que concede ao ING Bank o direito de esperar e reivindicar de terceiros o pagamento de uma quantia se o cliente não cumprir as suas obrigações para com o ING Bank. Os exemplos mais comuns são garantias (como garantias da empresa-mãe e seguros de créditos de exportação) e cartas de conforto.

Metodologia de avaliação da cobertura

Estão implementadas diretrizes gerais para a avaliação da cobertura de modo a garantir a consistência da aplicação no ING Bank. Estas diretrizes gerais também exigem que o valor da cobertura seja monitorizado regulamente pelo menos anualmente. As coberturas são reavaliadas em conformidade e sempre que existir uma razão para o mercado estar sujeito a alterações significativas nas condições. A frequência da monitorização e reavaliação depende dos tipos de cobertura.

O método de avaliação também depende do tipo de cobertura. Para caução com ativos as fontes de avaliação podem ser o saldo contabilístico do cliente (ex.: inventário maquinaria e equipamento) o valor nominal (ex.: caixa crédito) o valor de mercado (ex.: títulos e mercadorias) o avaliador independente (imobiliário comercial) e os índices de mercado (imobiliário residencial). Para obrigações de terceiros a avaliação baseia-se no valor atribuído ao contrato entre o ING Bank e esse terceiro.

Valores da Cobertura

Esta secção inclui uma perspetiva do tipo de coberturas e a medida em que um empréstimo é caucionado. As divulgações da cobertura são apresentadas por categoria do risco: Empréstimo Investimento Mercado Monetário e Pré-liquidação. Os montantes da cobertura são apresentados pelas formas garantidas mais relevantes sendo hipotecas e cauções financeiras (caixa e títulos) e a obrigação de terceiros mais relevante as garantias. O ING Bank obtém coberturas elegíveis para mitigação do risco de crédito ao abrigo da RFP/DFPIV assim como as não elegíveis.

Os valores da cobertura são apresentados para a carteira total do ING Bank. As coberturas das carteiras BCIA e PA são apresentadas em detalhe refletindo a carteira completa do ING Bank. Ao lado é disponibilizada informação detalhada sobre a cobertura para a carteira de desempenho e não desempenho. A definição de empréstimo em não desempenho é explicada em detalhe na secção «Restruturação do Crédito». Para melhorar a compreensão do leitor sobre a natureza dos empréstimos caucionados é também dada uma perspetiva na divisão da indústria e geografia da carteira do ING Bank. Para efeitos de comparação com as tabelas anteriores os atrasos são utilizados para ilustrar a carteira do ING Bank.

As exposições são categorizadas em diferentes reservas de Valor do Empréstimo (VE) que disponibilizam uma perspetiva do nível de caução da carteira do ING Bank. O VE é calculado como o valor de cobertura dividido pelos atrasos na data do saldo contabilístico. Os valores da cobertura são indexados e excluem qualquer custo de liquidação. As coberturas podem ser válidas para todos os limites sublimites ou um atraso específico de um mutuário o último sendo o mais comum. Para efeitos de evitar a agregação a cobertura de todos os atrasos está limitada a 100 %. Nesta síntese não é analisada a caução excessiva. Cada limite é subsequentemente atribuído a uma das seis reservas VE definidas: sem cobertura >0 % a 25 % >25 % a 50 % >50 % a 75 % >75 % a <100 % e ≥ 100 %. Uma vez que a natureza da carteira Pré-liquidação determina se a caução é líquida estas reservas de VE não são ilustradas.

As primeiras duas tabelas disponibilizam uma síntese das cauções de toda a carteira do ING Bank.

Valores de cobertura incluindo as garantias recebidas Total ING Bank 2016[1 2]

	Tipo de cobertura						Valor do Empréstimo		
	Atrasos	Hipotecas	Caução Financeira Elegível	Outras RFP/DFPIV elegíveis	Garantias	RFP/DFPIV não elegíveis	Sem Cobertura	Parcialmente cobertas	Completamente cobertas
Empréstimos ao Consumidor	304 448	486 156	3494	391	25 846	34 839	5 6 %	14 3 %	80 1 %
Empréstimos Empresariais	310 395	128 578	17 004	89 204	98 559	132 672	33 6 %	28 1 %	38.3%
Investimento e Mercado Monetário	110 218	0	0	0	989	0	99 1 %	0 3 %	0 6 %
Empréstimo Total Investimento e Mercado Monetário	**725 061**	**614 734**	**20 498**	**89 595**	**125 395**	**167 511**	**31 8 %**	**18 1 %**	**50 1 %**
Pré-liquidação[3]	50 003								
Total Banco	**775 065**	**614 734**	**20 498**	**89 595**	**125 395**	**167 511**	**31 8 %**	**18 1 %**	**50 1 %**

1 Incluindo empréstimos ao Grupo ING.
2 Excluindo posições interempresas.
3 Podem ser encontradas mais informações sobre os mitigantes do risco de crédito da exposição antes da liquidação na secção Pré-liquidação.

Valores de cobertura incluindo as garantias recebidas Total ING Bank 2015[1 2]

	Tipo de cobertura						Valor do Empréstimo		
	Atrasos	Hipotecas	Caução Financeira Elegível	Outras RFP/DFPIV elegíveis	Garantias	RFP/DFPIV não elegíveis	Sem Cobertura	Parcialmente cobertas	Completamente cobertas
Empréstimos ao Consumidor	297 866	460 892	3363	475	26 283	35 017	5 3 %	18 0 %	76 7 %
Empréstimos Empresariais	295 987	119 583	16 736	81 729	90 158	130 344	36 8 %	27 5 %	35 7 %
Investimento e Mercado Monetário	114 116		6		3113	35	97 5 %	1 2 %	1 3 %
Empréstimo Total Investimento e Mercado Monetário	**707 970**	**580 474**	**20 105**	**82 204**	**119 554**	**165 396**	**33 3 %**	**19 3 %**	**47 4 %**
Pré-liquidação[3]	52 574								
Total Banco	**760 543**	**580 474**	**20 105**	**82 204**	**119 554**	**165 396**	**33 3 %**	**19 3 %**	**47 4 %**

1 Incluindo empréstimos ao Grupo ING.
2 Excluindo posições interempresas.
3 Podem ser encontradas mais informações sobre os mitigantes do risco de crédito da exposição antes da liquidação na secção Pré-liquidação.

Durante o ano o nível de caução de toda a carteira do ING Bank melhorou. Excluindo a carteira pré-liquidação para a qual as coberturas são líquidas para derivar os atrasos em risco 50 1 % dos atrasos totais do ING Bank (a partir de 47 4 % em 2015) eram caucionados completamente em 2016. Os investimentos diminuíram em 2016 em 5 3 mil milhões de euros maioritariamente em obrigações governamentais italianas e obrigações cobertas e títulos espanhóis. Uma vez que os investimentos não exigem coberturas tradicionalmente o rácio sem coberturas nesta carteira está próximo de 100 %. Contudo 93 % dos atrasos de investimento são de classificação de investimento. Na carteira de Empréstimos a cobertura dos empréstimos ao consumidor aumentou por influência de uma melhoria no índice dos preços das habitações na Holanda. O perfil do risco da carteira de Imobiliário melhorou também o que contribuiu positivamente para a cobertura.

O aumento nos empréstimos empresariais para cobrir Outras RFP/DFPIV elegíveis encontrava-se especialmente no Reino Unido e na América e o aumento nas Garantias foi visto em financiamento estruturado e empréstimos C&FI.

Carteira de empréstimo ao consumidor

A carteira de empréstimos ao consumidor é composta por empréstimos de hipotecas residenciais (93 4 % em 2016 versus 93 9 % em 2015) e outros empréstimos ao consumidor que são maioritariamente compostos por cartões de crédito empréstimos a termo e créditos rotativos a consumidores. Como resultado a maioria das cauções é composta por hipotecas. Os valores da hipoteca são mantidos na base de dados central do ING Bank (Vortex) e na maioria dos casos são utilizados dados externos para indexar o valor de mercado. Trimestralmente o valor das hipotecas é atualizado no Vortex utilizando o índice dos preços das habitações relevante (o Índice NVM nos Países Baixos o Level Housing Index na Austrália a Crif Real Estate Appraisal Company na Itália e o Ministerio de Fomento em Espanha).

Uma parte significativa mas em diminuição da carteira de hipotecas residenciais do ING Bank está relacionada com os empréstimos para hipotecas fornecidos nos Países Baixos (43 2 % em 2016 versus 45 8 % em 2015) seguida por outros mercados principais como a Alemanha (23 9 %) e a Bélgica (11 8 %). Dado o tamanho da carteira de hipotecas holandesa abaixo poderá encontrar a metodologia de avaliação utilizada para determinar os valores da cobertura das hipotecas residenciais holandesas.

Avaliação das hipotecas holandesas

Quando um empréstimo para hipoteca é concedido nos Países Baixos a política indica o valor máximo do empréstimo no mercado (VMEM) para uma propriedade existente e para financiamento de propriedades para construção de 102 % (em 2015: 103 %). Em 2017 o LMTV reduzirá ainda mais para 101 % e será de 100 % em 2018. Os valores de cobertura são recolhidos nos sistemas locais que subsequentemente passam para um sistema de dados central (Vortex). Todas as avaliações são efetuadas por avaliadores certificados registados numa das organizações aceites pelo ING Bank. Além disso o avaliador deve ser um membro da NVM (Nederlandse Vereniging van Makelaars – Associação Holandesa de Agentes Imobiliários) VBO (Vereniging Bemiddeling Onroerend Goed – Associação de Corretores Imobiliários) VastgoedPRO (Associação de Profissionais do Imobiliário) ou NVR (Nederlandse Vereniging van Rentmeesters).

As tabelas abaixo mostram os valores das diferentes coberturas e o VE dividido entre os empréstimos produtivos e de risco.

Valores de cobertura incluindo as garantias recebidas - Carteira de Empréstimos ao Consumidor – 2016[1]

		Tipo de cobertura					Valor do Empréstimo					
	Atrasos	Hipo-tecas	Aprovado Financeiros Cauções	Outros RFP/DFP IV elegíveis	Garantias	Não RFP/DFP IV elegíveis	Sem Cobertura	>0 % - 25 %	>25 %- 50 %	>50 % - 75 %	>75 % - <100 %	≥ 100 %
Desempenho												
Hipotecas Residenciais (Particulares)	276 412	473 271	2754	136	24 664	29 421	0 0 %	0 1 %	0 1 %	1 4 %	13 4 %	85 0 %
Hipotecas Residenciais (PME)	4439	6911	62	70	145	827	0 0 %	0 4 %	0 4 %	1 3 %	8 6 %	89 3 %
Outros Empréstimos ao Consumidor	19 448	1599	647	167	761	3939	83 6 %	0 3 %	0 2 %	0 3 %	1 0 %	14 6 %
Total de Desempenho	**300 299**	**481 781**	**3463**	**373**	**25 570**	**34 187**	**5 4 %**	**0 1 %**	**0 1 %**	**1 3 %**	**12 5 %**	**80 6%**
Não desempenho												
Hipotecas Residenciais (Particulares)	3197	4097	29	5	255	567	0 5 %	0 3 %	0 8 %	6 1 %	27 4 %	64 9 %
Hipotecas Residenciais (PME)	176	265	1	10	10	25	0 8 %	0 3 %	1 1 %	2 1 %	13 4 %	82 3 %
Outros Empréstimos ao Consumidor	776	13	1	3	11	60	94 1 %	0 4 %	0 2 %	0 3 %	1 1 %	3 9 %
Total de Não desempenho	**4149**	**4375**	**31**	**18**	**276**	**652**	**18 0 %**	**0 3 %**	**0 7 %**	**4 8 %**	**21 9 %**	**54 3 %**
Outros Empréstimos ao Consumidor	**304 448**	**486 156**	**3494**	**391**	**25 846**	**34 839**	**5 6 %**	**0 1 %**	**0 1 %**	**1 4 %**	**12 7 %**	**80 1 %**

1 Excluindo posições interempresas.

Valores de cobertura incluindo as garantias recebidas - Carteira de Empréstimos ao Consumidor – 2015[1]

		Tipo de cobertura					Valor do Empréstimo					
	Atrasos	Hipo-tecas	Aprovado Financeiros Cauções	Outros RFP/DFP IV elegíveis	Garantias	Não RFP/DFP IV elegíveis	Sem Cobertura	>0 % - 25 %	>25 %- 50 %	>50 % - 75 %	>75 % - <100 %	≥ 100 %
Desempenho												
Hipotecas Residenciais (Particulares)	270 966	447 613	2716	154	25 271	29 406	0 1 %	0 1 %	0 1 %	1 5 %	17 1 %	81 1 %
Hipotecas Residenciais (PME)	4 230	6522	49	98	164	752	0 0 %	0 6 %	0 6 %	1 5 %	8 5 %	88 8 %
Outros Empréstimos ao Consumidor	17 357	1332	554	201	418	4110	84 9 %	0 3 %	0 2 %	0 3 %	1 0 %	13 3 %
Total de Desempenho	**292 553**	**455 467**	**3319**	**453**	**25 853**	**34 268**	**5 1 %**	**0 1 %**	**0 2 %**	**1 4 %**	**16 0 %**	**77 2 %**
Não desempenho												
Hipotecas Residenciais (Particulares)	4 323	5148	40	5	403	649	0 9 %	0 3 %	0 9 %	7 4 %	33 9 %	64 9 %
Hipotecas Residenciais (PME)	187	274	2	12	13	33	0 4 %	0 2 %	1 1 %	1 5 %	16 1 %	82 3 %
Outros Empréstimos ao Consumidor	803	3	2	5	14	67	93 8 %	0 3 %	0 3 %	0 4 %	1 4 %	3 9 %
Total de Não desempenho	**5 313**	**5425**	**44**	**22**	**430**	**749**	**14 9 %**	**0 3 %**	**0 8 %**	**6 2 %**	**28 4 %**	**49 4 %**
Outros Empréstimos ao Consumidor	**297 866**	**460 892**	**3363**	**475**	**26 283**	**35 017**	**5 3 %**	**0 1 %**	**0 2 %**	**1 5 %**	**16 2 %**	**80 1 %**

1 Excluindo posições interempresas.

A cobertura pela garantia da carteira de empréstimos ao consumidor continuou a melhorar durante o ano de 2016. O aumento nos níveis de caução deveu-se à melhoria dos preços das habitações vista em vários mercados de hipotecas incluindo os Países Baixos como o mercado principal. Além disso devido a políticas mais rigorosas ocorreu uma redução nas hipotecas concedidas com VE baixos (empréstimo de valor elevado).

Os preços das habitações nos Países Baixos continuaram a demonstrar uma melhoria em 2016. Isto ajudou a aumentar os valores da cobertura de hipotecas residenciais totais enquanto os atrasos gerais de hipotecas aumentaram especialmente na Alemanha e Austrália onde o rácio de cobertura é quase de 100 %. Uma vez que os Países Baixos são o maior mercado de hipotecas do ING Bank isto também teve um impacto significativo na qualidade de cobertura da carteira. A carteira de hipotecas nos Países Baixos reduziu em atrasos devido a liquidação e transferência de hipotecas do WestlandUtrecht Bank mortgages para o NN Bank. Os NPL mostraram uma grande melhoria especialmente nos Países Baixos.

Os números ilustrados são conservadores enquanto as poupanças empenhadas no produto de hipotecas «Spaarhypotheek» (ou Hipoteca com conta Poupança externa) presente na carteira de hipotecas holandesa não são tidas em conta na tabela acima. Para a carteira de Hipotecas Residenciais as garantias estão relacionadas com as hipotecas cobertas pelas seguradoras governamentais ao abrigo da Nationale Hypotheek Garantie (NHG) nos Países Baixos. A NHG garante o pagamento de um empréstimo em caso de uma venda forçada de propriedade.

Carteira de Empréstimos Empresariais

Os Empréstimos Empresariais são um negócio importante do ING Bank contabilizando 40 0 % dos atrasos totais do ING Bank. Em linha com o nosso objetivo de dar aos grupos de interesse uma perspetiva da carteira apresentamos a carteira de Empréstimos Empresariais por Indústria em conformidade com a definição do NAICS e por Região e mercado principal. Os Empréstimos Empresariais apresentados nesta secção não incluem as exposições de Pré-liquidação e de Investimento e Mercado Monetário que são exibidas em separado nas secções seguintes.

Empréstimos Empresariais por setor económico

Valores de cobertura incluindo as garantias recebidas - Carteira de Empréstimos Empresariais – 2016[1 2]

		Tipo de cobertura					Valor do Empréstimo					
Indústria	Atrasos	Hipo-tecas	Aprovado Financeiros Cauções	Outros RFP/DFP IV elegíveis	Garantias	Não RFP/DFP IV elegíveis	Sem Cobertura	>0 % - 25 %	>25 %- 50 %	>50 % - 75 %	>75 % - <100 %	2100 %
Recursos naturais	50 402	3810	3399	19 543	20 014	23 022	22 2 %	8 7 %	15 3 %	15 1 %	15 5 %	23 2 %
Imobiliário	45 974	72 471	1685	1166	7610	8534	5 7 %	1 5 %	1 4 %	4 8 %	12 5 %	74 1 %
Transporte e Logística	28 168	3336	405	22 486	9125	8475	19 0 %	3 7 %	3 2 %	5 6 %	14 6 %	53 9 %
Bancos Comerciais	22 025	336	220	1622	1732	1039	86 7 %	1 9%	1 3 %	0 7 %	1 4 %	8 0 %
Serviços	19 252	9010	1389	5420	6034	10 369	32 4 %	3 4 %	5 0 %	7 5 %	10 9 %	40 8 %
Alimentos Bebidas e Cuidados pessoais	18 158	6942	611	7459	6813	15 678	26 9 %	3 4 %	5 8 %	11 1 %	13 3 %	39 5 %
Instituições Financeiras Não Bancárias	17 211	1885	6060	5338	7268	9075	35 5 %	8 7 %	6 0 %	7 0 %	6 1 %	36 7 %
Indústrias Gerais	17 082	4988	278	5852	6658	11 781	31 5 %	3 8 %	7 3 %	6 8 %	9 6 %	41 0 %
Químicos Saúde e Farmacêuticos	14 732	7636	227	3458	3342	7233	34 7 %	3 1 %	5 6 %	10 6 %	12 5 %	33 5 %
Serviços públicos	13 160	1359	1 167	3309	4306	7354	40 9 %	5 8 %	2 9 %	3 4 %	6 1 %	40 9 %
Outros[3]	64 231	16 805	1563	13 551	25 657	30 112	51 3 %	2 5 %	5 2%	5 5 %	8 3 %	27 2 %
Empréstimos Empresariais Totais	**310 395**	**128 578**	**17 004**	**89 204**	**98 559**	**132 672**	**33 6 %**	**4 1 %**	**5 9 %**	**7 4 %**	**10 6 %**	**38 3 %**
do qual Total de Não desempenho	***9438***	***4352***	***293***	***3210***	***3961***	***3705***	***24 1 %***	***4 4 %***	***6 4 %***	***14 2 %***	***13 8 %***	***37 2 %***

1 Incluindo empréstimos ao Grupo ING.
2 Excluindo posições interempresas.
3 «Outros» abrange indústrias com atrasos inferiores a 13 mil milhões de euros.

Valores de cobertura incluindo as garantias recebidas - Carteira de Empréstimos Empresariais – 2015[1 2]

		Tipo de cobertura					Valor do Empréstimo					
Indústria	Atrasos	Hipo-tecas	Aprovado Financeiros Cauções	Outros RFP/DFP IV elegíveis	Garantias	Não RFP/DFP IV elegíveis	Sem Cobertura	>0 % - 25 %	>25 %- 50 %	>50 % - 75 %	>75 % - <100 %	2100 %
Recursos naturais	43 129	66 819	1602	1 080	7072	6550	6 8 %	1 1 %	2 0 %	6 8 %	17 8 %	65 5 %
Imobiliário	41 967	4080	3927	15 497	21 793	23 362	23 6%	9 4 %	11 5 %	13 5 %	14 1 %	27 9 %
Transporte e Logística	24 877	3575	468	22 224	8258	8 601	16 0 %	5 2%	3 0 %	6 2 %	11 4 %	58 2 %
Bancos Comerciais	22 367	14	267	619	1195	1200	89 3 %	3 7 %	1 4 %	0 6 %	1 3 %	3 7 %
Serviços	21 714	0	1	0	5	0	100 0 %	0 0 %	0 0 %	0 0 %	0 0 %	0 0 %
Alimentos Bebidas e Cuidados pessoais	18 477	8197	1282	4450	5586	10 287	30 0 %	4 6 %	4 1 %	9 4 %	10 0 %	41 9 %
Instituições Financeiras Não Bancárias	16 702	2 288	5022	4401	4668	9370	37 5 %	7 6 %	5 5 %	8 7 %	7 1 %	33 6 %
Indústrias Gerais	16 661	4673	671	6211	5432	11 913	31 5 %	3 4 %	8 1 %	10 7 %	10 2 %	36 1 %
Químicos Saúde e Farmacêuticos	16 458	6239	550	6909	7177	18 213	26 9 %	4 5 %	7 0 %	11 6 %	11 5 %	38 5 %
Serviços públicos	13 300	6937	357	4803	2782	6160	32 5 %	4 3 %	3 9 %	11 8 %	14 0 %	33 5 %
Outros[3]	60 335	16 761	2589	15 535	26 190	34 688	40 5 %	5 8 %	4 0 %	6 6 %	9 4 %	33 7 %
Empréstimos Empresariais Totais	**295 987**	**119 583**	**16 736**	**81 729**	**90 158**	**130 344**	**36 8 %**	**4 8 %**	**4 7 %**	**7 7 %**	**10 3 %**	**35 7 %**
do qual Total de Não desempenho	***9841***	***5171***	***287***	***2993***	***3521***	***4180***	***24 2 %***	***2 9 %***	***8 1 %***	***15 8 %***	***16 2 %***	***32 8 %***

1 Incluindo empréstimos ao Grupo ING.
2 Excluindo posições interempresas.
3 «Outros» abrange indústrias com atrasos inferiores a 13 mil milhões de euros em 2015.

Os atrasos totais em empréstimos empresariais aumentou em 14 4 mil milhões de euros dos quais 1 2 mil milhões de euros foram fomentados pelo FX. O maior aumento dos atrasos foi visto nos Recursos Naturais da indústria (20 1 % especialmente no setor petrolífero). O aumento foi fomentado pelo crescimento no comércio do financiamento estruturado e do financiamento de mercadorias e na apreciação dos Dólares dos Estados Unidos. Foram também observados aumentos nos atraso nas carteiras de empréstimos de Transporte e Logística (13 2 %) e Imobiliário (6 6 %).

Semelhante à carteira de empréstimo de retalho o perfil de risco da carteira de empréstimos empresariais continuou a melhorar em 2016. Os NPL inferiores e o aumento dos níveis de caução contribuíram para esta melhoria. Os valores da cobertura do Imobiliário (tradicionalmente um setor bem garantido) melhorou em 2016. Foram efetuadas novas transações com termos de caução mais conservadores e a melhoria das avaliações nos mercados de imobiliário ajudou a melhorar a cobertura total no Imobiliário.

A cobertura da parte em não desempenho melhorou e foi observada uma diminuição geral nos atrasos em não desempenho. A maioria disto era na indústria do Imobiliário embora tenham sido observados alguns aumentos nos setores do Transporte e Logística e de Telecomunicações.

Empréstimos Empresariais por região

Valores de cobertura incluindo as garantias recebidas - Carteira de Empréstimos Empresariais – 20161 2

			Tipo de cobertura						Valor do Empréstimo				
Região		Atrasos	Hipo-tecas	Aprovado Financeiros Cauções	Outros RFP/DFP IV elegíveis	Garantias	Não RFP/DFP IV elegíveis	Sem Cobertura	>0 % - 25 %	>25 %- 50 %	>50 % - 75 %	>75 % - <100 %	2100 %
África		2533	14	158	922	2 142	645	17 5 %	10 7 %	5 2%	10 8 %	22 6 %	33 2 %
América		40 096	5484	4416	21 080	10 090	21 611	35 8 %	4 8 %	4 8 %	6 7 %	12 6%	35 3 %
Ásia		39 455	1087	1395	12 182	17 381	9643	37 2 %	7 2 %	10 1 %	7 9 %	9 9 %	27 7 %
Austrália		5394	3603	11	947	885	769	24 3 %	9 4 %	5 6 %	1 0 %	8 2 %	51 5 %
Europa	Bélgica	44 815	30 807	1 655	6287	18 249	27 038	28 7 %	2 2 %	2 9 %	4 2 %	7 2 %	54 8 %
	Alemanha	8777	1587	300	688	1402	3 191	51 8 %	2 7 %	2 5 %	5 2%	1 1 %	36 7 %
	Holanda	63 597	47 941	3007	23 451	7990	14 849	26 5 %	2 2 %	4 5 %	11 7 %	18 0 %	37 1 %
	Resto da Europa	105 728	38 055	6062	23 647	40 420	54 926	37 2 %	4 3 %	7 2 %	6 6 %	8 0 %	36 7 %
Empréstimos Empresariais Totais		**310 395**	**128 578**	**17 004**	**89 204**	**98 559**	**132 672**	**33 6 %**	**4 1 %**	**5 9 %**	**7 4 %**	**10 7 %**	**38 3 %**
dos quais Não desempenho		***9438***	***4352***	***293***	***3210***	***3961***	***3705***	***24 1 %***	***4 4 %***	***6 4 %***	***14 2 %***	***13 8 %***	***37 1 %***

1 Incluindo empréstimos ao Grupo ING.
2 Excluindo posições interempresas.

Valores de cobertura incluindo as garantias recebidas - Carteira de Empréstimos Empresariais – 20161 2

			Tipo de cobertura						Valor do Empréstimo				
Região		Atrasos	Hipo-tecas	Aprovado Financeiros Cauções	Outros RFP/DFP IV elegíveis	Garantias	Não RFP/DFP IV elegíveis	Sem Cobertura	>0 % - 25 %	>25 %- 50 %	>50 % - 75 %	>75 % - <100 %	2100 %
África		1 898	21	123	620	1338	793	26 0 %	6 6 %	7 1 %	14 7 %	22 0 %	23 7 %
América		35 127	4836	4567	19 050	11 990	23 815	28 3 %	5 9 %	6 9 %	9 8 %	10 9 %	38 2 %
Ásia		37 439	1004	1174	10 593	15 841	8321	46 4 %	5 9 %	5 5 %	8 7 %	6 4 %	27 1 %
Austrália		3 925	3225	74	861	592	954	12 7 %	18 8 %	5 5 %	3 6 %	8 9%	50 5 %
Europa	Bélgica	41 378	29 161	1405	6348	17 227	30 063	29 6 %	2 3 %	2 6 %	4 6 %	7 0 %	53 9 %
	Alemanha	8 365	1 651	314	602	1273	2535	55 9 %	1 7 %	1 7 %	4 3 %	2 6 %	33 8 %
	Holanda	71 146	45 085	3092	24 330	6865	14 251	35 8 %	2 3 %	3 3 %	10 7 %	17 9%	30 0 %
	Resto da Europa	96 709	34 600	5987	19 325	35 032	49 612	39 4 %	6 4 %	5 6 %	5 9 %	8 3 %	34 4 %
Empréstimos Empresariais Totais		**295 987**	**119 583**	**16 736**	**81 729**	**90 158**	**130 344**	**36 8 %**	**4 8 %**	**4 7 %**	**7 7 %**	**10 3 %**	**35 7 %**
dos quais Não desempenho		***9841***	***5171***	***287***	***2993***	***3521***	***4180***	***24 2 %***	***2 9 %***	***8 1 %***	***15 8 %***	***16 2 %***	***32 8 %***

1 Incluindo empréstimos ao Grupo ING.
2 Excluindo posições interempresas.

As duas tabelas acima oferecem a cobertura pela garantia da carteira de Empréstimos Empresariais do ING Bank com uma divisão por região geográfica ou mercado principal definidos com base na residência dos mutuários. O aumento total na carteira de empréstimo empresarial está em linha com o aumento nas coberturas. Este aumento na cobertura pela garantia é observado na maioria das regiões e dos países principais. O grande aumento na América devia-se especialmente ao crescimento na carteira de financiamentos estruturados e na apreciação dos Dólares dos Estados Unidos.

O aumento na Bélgica devia-se especialmente ao crescimento nos Empréstimos C&FI. A redução nos Países Baixos devia-se a um grande declínio nos depósitos bancários centrais. Uma vez que estes depósitos não são garantidos este declínio não teve qualquer influência nos montantes totais de cobertura. O aumento no Resto da Europa foi maioritariamente observado no Reino Unido Luxemburgo e Itália.

Carteira de Investimento e Mercado Monetário

Valores de cobertura incluindo as garantias recebidas – Carteira de Investimento e Mercado Monetário1 2

		2016	Tipo de cobertura			2015	Tipo de cobertura		
Região		Atrasos	Aprovado Financeiros Caução	Garantias	Não RFP/DFP IV elegíveis	Atr-so-s	Caução Financeira Elegível	Garantias	Não RFP/DFP IV elegíveis
África						0			
América		10 296		44		8 860	6	23	35
Ásia		8065				6 079			
Austrália		3695				3 865			
Europa	Bélgica	9282				9 677			
	Alemanha	20 481				20 914			
	Holanda	11 586				11 295			
	Resto da Europa	46 813		945		53 426		3 090	
Total de Investimento e Mercado Monetário		**110 218**		**989**		**114 116**	**6**	**3113**	**35**
dos quais Não desempenho		***10***				***171***			

1 Incluindo empréstimos ao Grupo ING.
2 Excluindo posições interempresas.

Uma característica chave do negócio de Investimento e Mercado Monetário é geralmente existir pouca cobertura para suportar estas exposições. 99 7 % do Mercado Monetário e 99 0 % da exposição de Investimento não recebe coberturas. As garantias indicadas em Resto da Europa são compostas pelas Cédulas e foram reservadas em Espanha. A redução nas garantias estava relacionada com a redução dos atrasos em cédulas.

Carteira antes da liquidação

O ING Bank utiliza vários preços de mercado e várias técnicas de medição para determinar o valor do risco de crédito em atividades pré-liquidação. Estas técnicas estimam a possível exposição futura do ING Bank em particulares e carteiras comerciais. Os contratos principais e os contratos de caução são muitas vezes celebrados para reduzir estes riscos de crédito.

O ING Bank combina os negócios com características semelhantes para determinar a sua elegibilidade para ajuste. Este efeito de compensação chama-se «compensação». Subsequentemente o ING Bank reduz o montante por qualquer compensação legal que poderá ser permitida ao abrigo dos vários tipos de Acordos-Quadro como Acordos-Quadro ISDA Contratos de Recompra Geral Principal (CRGP) Acordo-Quadro de Empréstimo de Títulos Global (GMSLA) etc. Por fim o valor é ainda mais reduzido por qualquer caução detida pelo ING Bank ao abrigo dos Anexos de Apoio ao Crédito (AAC) ou outros contratos semelhantes.

A utilização de Partes de Compensação Central (PCC) é cada vez mais importante para o negócio de derivados e como consequência o risco de crédito está a mudar de Contrapartes para PCC. Em 2016 a exposição Pré-Liquidação nocional compensada através da PCC formou 55 5 % do nocional total (51 2 % em 2015).

Como parte do seu negócio de financiamento de títulos as entidades do ING Bank celebram acordos para vender e comprar títulos comerciáveis. Estas transações podem assumir muitas formas legais. Os contratos de recompra e revenda contratos de compra/revenda e venda/recompra e acordos de empréstimo de títulos são os mais comuns. Por norma os títulos comerciáveis recebidos nestas transações são elegíveis para revenda ou repenhora noutras transações (semelhantes). O ING Bank é obrigado a devolver os títulos equivalentes nestes casos.

A tabela abaixo representa os tipos diferentes de atrasos em 2016 e 2015.

- O «MtM bruto antes da liquidação e caução» é a exposição calculada em conformidade com o Método de Exposição Atual (MEA que nos regulamentos da UE é referido como o método Mark-to-Market) sem contar qualquer benefício de liquidação ou caução.
- O «MtM depois da liquidação» é a exposição segundo o MEA tendo em conta o benefício de acordos de liquidação legalmente vigentes (ex. ISDA) mas sem considerar o benefício da margem de caução (ex. AAC).
- O «MtM depois da liquidação e caução» é a exposição segundo o MEA tendo em conta os benefícios de liquidação e da margem de caução. Por outras palavras a lacuna entre o «MtM depois de liquidação» e o «MtM depois de liquidação e caução» é a caução líquida (caixa e títulos); e
- A coluna de Atrasos representa a exposição do MEA (MtM depois de liquidação e caução) mais a Potencial Exposição Futura (PEF) a um nível de confiança de 97 5 % para derivados e títulos.

Carteira antes da liquidação[1 2]

		2016				2015			
Região		MtM bruto antes da liquidação e caução	MtM depois de liquidação	MtM depois da liquidação e caução	Atrasos	MtM bruto antes da liquidação e caução	MtM depois de liquidação	MtM depois da liquidação e caução	Atrasos
África		84	49	47	89	71	48	46	55
América		20 866	10 891	6549	9241	18 648	10 237	7127	8734
Ásia		8318	4743	3558	3918	6598	3455	2 823	3242
Austrália		537	303	228	492	470	259	236	344
Europa	Bélgica	5463	3368	2871	2455	5343	3875	3360	2507
	Alemanha	5300	2757	1842	3479	7216	3783	2486	5038
	Holanda	9146	5859	3741	4848	10 256	5842	4385	5138
	Resto da Europa	173	31 656	26 648	25 481	118 920	34 762	28 212	27 504
Pré-liquidação total		**173 887**	**59 626**	**45 484**	**50 003**	**167 522**	**62 261**	**48 675**	**52 562**
dos quais Não desempenho		***37***	***36***	***36***	***36***	***52***	***52***	***52***	***55***

1 Incluindo transações com o Grupo ING.
2 Excluindo posições interempresas.

Durante 2016 a carteira Pré-liquidação reduziu quando expressa em atrasos. Foram observados aumentos do MtM antes e depois da liquidação e caução especialmente no Resto da Europa devido a aumentos de exposições a bancos comerciais e câmaras de compensação central. O Resto da Europa forma a maioria da carteira Pré-liquidação que estava especialmente concentrada no Reino Unido e quando a carteira consistia especialmente em derivados.

Qualidade do crédito

Depois dos níveis do risco de crédito um pouco mais elevados vistos como resultado da crise financeira e do declínio económico a qualidade do crédito tem melhorado desde 2014 e continuou também a tendência de melhoria em 2016.

Categorias do risco de crédito

	Regular	Lista de Observação	Restruturação[1]	Não desempenho[1]
Classificações possíveis	1–19	1–19	11–20	20-22
Classificações típicas	1–14	15–17	18–20	20-22
Deterioração no risco	Não significativo	Significativo	Significativo	Significativo
Intervenção significativa	Não necessário	Não necessário	Necessário	Necessário
Inclui desvalorizações	Não	Não	Sim	Sim
Propriedade da Conta	*Front Office*	*Front Office*	*Front Office*	*Front Office*
Gestão do Risco de Crédito	Regular	Regular	Restruturação do Crédito	Restruturação do Crédito
Gestor Primário	*Front Office*	*Front Office*	Restruturação do Crédito	Restruturação do Crédito
Disponibilização de Contabilidade	IBNR	IMNR	IMNR/AFINS/AFIS	AFINS/AFIS

1 Podem ser encontradas mais informações sobre as categorias de Restruturação e Não desempenho na secção de Restruturação do Crédito.

Qualidade do crédito: Carteira do ING Bank atrasos	2016	2015
Nem passado do prazo nem em não desempenho	757 498	740 890
Empréstimo do cliente em atraso mas em desempenho (1–90 dias)	3970	4 328
Não-desempenho[1]	13 597	15 325
Total	**775 065**	**760 543**

1 Com base em atividades de empréstimo e investimento.

O aumento da carteira total do ING Bank foi fomentado pela origem dos ativos assim como os movimentos FX. A qualidade do crédito da carteira do ING Bank melhorou com menos ativos em atraso e em não desempenho. Ambos os desenvolvimentos foram especialmente observados em hipotecas holandesas e na carteira de financiamento de propriedades comerciais. A melhoria na carteira de atrasos mas em desempenho foi especialmente fomentada pelo Retalho no Benelux originado por uma melhor gestão dos atrasos. A redução na carteira dos empréstimos de risco deveu-se a amortizações combinadas com a migração positiva das notações para a carteira produtiva e foi parcialmente compensas por um aumentos dos empréstimos de risco no Financiamento Estruturado.

Obrigações em atraso

A Banca de Retalho mede continuamente a sua carteira em termos de atrasos de pagamento. As carteiras de retalho são monitorizadas de perto mensalmente para determinar se existem alterações significativas no nível de atraso. A metodologia é especialmente alargada a empréstimos a particulares como empréstimos de hipotecas residenciais empréstimos automóveis e outros empréstimos do cliente. Uma obrigação é considerada em atraso se um pagamento de juros ou capital estiver com mais de um dia de atraso. Na prática os primeiros 5-7 dias depois de uma obrigação ficar em atraso são frequentemente operacionais por natureza para empréstimos de retalho e carteiras de pequenas empresas. Depois deste período são enviadas cartas ao devedor para o lembrar das suas obrigações de pagamento (em atraso). Se o atraso continuar a existir o devedor é transferido para uma unidade de restruturação. O devedor é reduzido para a classificação de risco de 20 (não desempenho) quando o atraso exceder os 90 dias. A tabela abaixo indica todas as exposições em atraso a começar no dia 1.

Análise do envelhecimento (em atraso mas em desempenho): Carteira do ING Bank para empréstimos ao consumidor atrasos[1]	2016	2015
Em atraso há 1–30 dias	3368	3 593
Em atraso há 31–60 dias	532	652
Em atraso há 61–90 dias	70	83
Total	**3970**	**4328**

1 Com base em empréstimos ao consumidor. O valor do atraso mas ativos financeiros em desempenho relativamente a atividades de não empréstimo não foi significativo.

A melhoria em obrigações em atraso foi especialmente vista no Retalho no Benelux subjacente a uma base sólida para o mercado principal do ING. A melhoria da economia e o rejuvenescimento do mercado das habitações nos Países Baixos foram os principais fomentadores. Ao mesmo tempo as ações de gestão do risco local focaram-se na diminuição dos atrasos e a melhoria precoce das metodologias de aviso ajudou claramente a melhorar a qualidade geral da carteira.

Wholesale Banking: para empréstimos empresariais (governos instituições empresas) o ING Bank classifica os devedores relevantes como de risco quando ocorre algum dos acionadores de incumprimento abaixo listado:

- Falência ou reorganização financeira: O mutuário pediu ou foi colocado (ou é passível de pedir ou ser colocado) em falência ou proteção semelhante evitando ou atrasando o pagamento do ativo financeiro;
- O Mutuário não pagou o capital ou juros/taxas e esta falha no pagamento continuou por resolver durante o período seguinte:
  - Empresas: mais de 90 dias; e
  - Instituições Financeiras e Governos: a partir do dia 1 contudo será feito um período de investigação de 14 dias consecutivos para que o ING Bank estabeleça se o incumprimento do pagamento foi devido a motivos não operacionais (isto é a qualidade do crédito deteriorada da instituição financeira) ou por motivos operacionais. O último não aciona o incumprimento.
- O ING Bank acredita que o Mutuário não deve pagar: O Mutuário demonstrou dificuldades financeiras significativas na medida em que terá um impacto significativo em fluxos de caixa futuros do Ativo Financeiro. Os eventos seguintes podem ser vistos como exemplos de indicadores de dificuldade financeira:
  (1) O mutuário (ou terceiro) iniciou procedimentos de insolvência.
  (2) O estado NPL de uma empresa do grupo/co-mutuário.
  (3) Fraude significativa (que afete a capacidade da empresa em saldar a sua dívida)
  (4) Não existem dúvidas quanto à capacidade do mutuário em gerar fluxos de caixa estáveis e suficientes para saldar a sua dívida.
  (5) A restruturação da dívida inclui uma conversão parcial (renúncia da dívida) ou capital própria da dívida.

O ING Bank concedeu concessões referentes a dificuldades financeiras do Mutuário cujo efeito é uma redução em futuros fluxos de caixa esperados do ativo financeiro abaixo do Valor Contábil atual. O Wholesale Banking tem uma abordagem muito mais individual usando os indicadores de Aviso Precoce para sinalizar possíveis problemas futuros no cumprimento da dívida.

Restruturação do Crédito

A Restruturação do Crédito Global (RCG) é o departamento empresarial dedicado e independente que trata de empréstimos de risco e empréstimos que têm uma probabilidade razoável de causar uma perda ao ING se não forem tomadas medidas específicas. A RCG lida com contas ou carteiras que precisam de uma abordagem ativa que poderá incluir a renegociação dos termos e condições e a restruturação empresarial ou financeira. Os empréstimos são geridos pela RCG ou pelas Unidades de Restruturação Regional nas várias regiões e unidades empresariais.

O ING utiliza três estatutos diferentes para a categorização da gestão de clientes com um perfil de risco de crédito (considerado) em deterioração isto é existem dúvidas quanto ao desempenho e à exigibilidade das obrigações contratuais do cliente:

- **Lista de Observação**: Regra geral um cliente é classificado como na Lista de Observação quando existem preocupações de qualquer deterioração (possível ou material) no perfil do risco de crédito que costuma afetar a capacidade de o cliente cumprir as suas obrigações de pagamento da dívida ou ao refinanciamento do empréstimo existente. O estado da Lista de Observação exige mais do que a atenção normal o aumento da monitorização e revisões trimestrais. Determinados clientes com estatuto de Lista de Observação podem desenvolver um estatuto de Restruturação ou até de Recuperação.
- **Restruturação**: Um cliente é classificado como em Restruturação quando existem preocupações quanto à estabilidade financeira do cliente solvabilidade e/ou a sua capacidade de pagar mas quando a situação não pede uma revocação ou aceleração das facilidades ou a liquidação da caução. As medidas do ING visam manter o estatuto de preocupação contínua do cliente ao:
  - Restaurar a estabilidade financeira do cliente;
  - Apoiar o volume de negócios do cliente;
  - Restaurar a tensão entre a dívida e o capital próprio; e
  - Restruturar a dívida numa situação sustentável.
- **Recuperação**: Um cliente é classificado como em Recuperação quando o ING e/ou o cliente decide que a situação financeira do cliente não pode ser restaurada e é tomada uma decisão de terminar a relação (de crédito) ou até entrar em falência. O ING prefere uma saída amigável mas irá impor e liquidar a caução ou reivindicar as garantias se considerado necessário.

Além disso o ING utiliza três sinais de participação diferentes para identificar as exposições de clientes que enfrentam dificuldades financeiras com a noção de:

- **Diferimento**: Para clientes com dificuldades financeiras o ING poderá entrar num acordo de diferimento com estes clientes para facilitar a obrigação do serviço de dívida contratual. Todas as Unidades/Linhas Empresariais do ING têm de rever os clientes com a classificação Sinais de Aviso Precoce Lista de Observação Restruturação e Recuperação para determinar se o Diferimento é aplicável. Para mais informações sobre o diferimento consulte a secção Diferimento.
- **Incumprimento**: Para clientes com empréstimos de risco em conformidade com a definição do regulador (normas RFP/DFPI; ABE; BCE); e
- **Desvalorização**: Para clientes com empréstimo(s) em depreciação em conformidade com a definição de contabilidade (IFRS/IAS).

A Lista de Observação Restruturação e Recuperação são discutidas pelo menos trimestralmente entre o Front Office respetivos executivos da Gestão do Risco de Crédito e a RCG altura em que pode ser decidido alterar o estatuto de uma conta da Lista de Observação para a Restruturação ou Recuperação ou vice-versa.

Empréstimos de risco

A carteira de empréstimos do ING Bank está sob revisão constante. Os empréstimos com obrigações financeiras em atraso superior a 90 dias são automaticamente reclassificados como de risco. Para as carteiras de empréstimos comerciais costuma existir motivos para declarar um empréstimo de risco antes de passarem os 90 dias. Estes incluem nomeadamente a avaliação do ING Bank da incapacidade de o cliente cumprir as suas obrigações financeiras ou o pedido de falência ou proteção de falência pelo cliente.

A tabela abaixo representa a divisão do setor económico quanto a atrasos do risco de crédito para empréstimos e posições que foram classificadas como empréstimos de risco.

Empréstimos de risco: Carteira do ING Bank atrasos por setor económico1

	2016	2015
Particulares	4 382	5 580
Imobiliário	1 808	2 562
Recursos naturais	1 387	1 352
Transporte e Logística	1 056	793
Construtores e Contratantes	955	1 037
Indústrias Gerais	710	694
Alimentos Bebidas e Cuidados pessoais	705	710
Serviços	689	796
Outros	1 905	1 801
Total	13 597	15 325

1 Os setores económicos não especificados na síntese acima estão agrupados em Outros.

A quantia geral dos NPL diminuiu em 2016 especialmente devido aos setores de Particulares e às melhorias no setor de Imobiliário. A diminuição em NPL para o segmento de Particulares deveu-se maioritariamente à melhoria da qualidade do crédito na carteira de hipotecas holandesa como resultado da melhoria das condições económicas nos Países Baixos. A diminuição em NPL no setor Imobiliário foi observada no Wholesale Banking nos Países Baixos e no Financiamento de Imobiliário Espanha/Portugal e foi fomentado por pagamentos assim como resoluções de ficheiros ou vendas. A redução total nos atrasos da carteira do NPL foi parcialmente causada por um aumento na Expedição nos Países Baixos e Reino Unido (parte de Transporte e Logística).

Provisões

As provisões para perdas por empréstimos duvidosos (LLP) são calculadas e contabilizadas em conformidade com as IFRS. As LLP são participadas para ativos financeiros medidos contra custos amortizados (Empréstimos e Créditos Investimentos Detidos até ao Vencimento). Existem três tipos de LLP:

- Disposições de Ativo Financeiro Individualmente Significativo (AFIS): quando existem provas objetivas de um ativo financeiro estar em incumprimento como resultado de um ou mais eventos acionadores de incumprimento indicados. Nestes casos o ING atribui uma classificação do risco de 20 21 ou 22. As disposições específicas são calculadas se a exposição ao Mutuário exceder o montante limite. O limite do montante varia por unidade empresarial mas geralmente é de 1 milhão de euros. As provisões são calculadas com base em fluxos de caixa futuros descontados em 1 ou mais cenários passíveis de chegar a uma melhor estimativa de recuperações futuras. As provisões são efetuadas trimestralmente.
- Disposições de Ativo Financeiro Individualmente Não Significativo (AFINS): são elaboradas para empréstimos de risco (classificações 20-22) se a exposição a um Mutuário for inferior ao montante limite. Uma abordagem com base num modelo coletivo é efetuada para determinar estas provisões; e
- Disposições Incorridas Mas Não Reconhecidas (IMNR): são elaboradas para a carteira de empréstimos «produtivos» como estimativa ou indicador para as perdas/incumprimentos que já poderão ter ocorrido na carteira. O período de tempo de PI utilizado no cálculo das disposições de IMNR refere-se ao período em que um ativo está em desvalorização (em incumprimento) mas ainda não foi reconhecido como tal devido à falta de provas objetivas e o momento em que essas provas objetivas de desvalorização ocorrem e ficam disponíveis para o ING («Período de emergência de perda»).

As disposições de AFIS AFINS e IMNR são participadas e calculadas utilizando uma ferramenta comum no ING Bank. Se existirem provas objetivas de um dos acionadores de incumprimento ser aplicável as disposições de AFIS ou AFINS são calculadas. É efetuada uma análise trimestralmente para determinar o nível adequado de LLP e Custos de Risco. A Comissão de Fornecimento do ING Bank (IPC) discute e aprova o LLP para o ING Bank com base nas propostas originadas pelas Unidades Empresariais do ING.

No final de 2016 o ING Bank deteve disposições específicas (AFIS) e coletivas (AFINS) de 3044 milhões de EUR e 1443 milhões de euros respetivamente (2015: 3331 milhões de euros e 1686 milhões de euros respetivamente) representando a diferença entre o custo amortizado da carteira e o montante recuperável estimado descontado à taxa de juros em vigor. Além disso existem 821 milhões de euros (2015: 769 milhões de euros) em disposições (IMNR) contra a carteira produtiva.

Disposições: Carteira do ING Bank[1 2]

	Banca Grossista		Retalho no Benelux		Mercados Desafiadores e em Crescimento		Total ING Bank	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Balanço de abertura	2 371	2 259	2 199	2 529	1 216	1 207	5 786	5 995
Alterações na composição do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortizações	-625	-520	-681	-956	-188	-242	-1 494	-1 718
Recuperações	49	32	38	50	7	9	94	91
Aumento/Redução nas provisões para perdas por empréstimos duvidosos	367	478	347	602	260	267	974	1 347
Taxa de câmbio ou outros movimentos	-15	122	-19	-26	-18	-25	-52	71
Balanço de encerramento	**2 147**	**2 371**	**1 884**	**2 199**	**1 277**	**1 216**	**5 308**	**5 786**

1 No final de 2016 o stock de disposições incluía disposições para montantes devidos por bancos: 11 milhões de euros (2015: 14 milhões de euros).
2 Inclui provisões de 119 milhões de euros para passivos contingentes.

A tendência favorável nos custos do risco continuou em 2016. Comparando com o final de 2015 os custos do risco reduziram para 31 pontos base (2015: 44 pontos base) do APR médio que se encontra abaixo do intervalo através do ciclo de 40-45 pontos base. A melhoria da tendência do risco levou os custos do risco trimestrais médios a permanecer abaixo dos 300 milhões de euros o que levou o stock de disposições total a diminuir de 5 8 mil milhões de euros para 5 3 mil milhões de euros.

As carteiras em Retalho no Benelux continuaram a melhorar os empréstimos empresariais em Wholesale Banking eram também relativamente fortes com alguns incumprimentos incidentais. Os desafios continuaram nas indústrias como a do Petróleo e Gás Expedição e Telecomunicações mas por outro lado foram vistas melhorias nos perfis de risco noutras carteiras do banco como hipotecas residenciais e financiamento de propriedades comerciais. Sinais encorajadores no mercado das habitações da Holanda ajudaram a reduzir os custos do risco devido a melhoria nos preços das casas e dos perfis do risco. Os custos de risco na Turquia e na Ucrânia tiveram uma tendência descendente em 2016.

Houve um aumento na percentagem de cobertura bancária para 39 0 % (2015: 38 5 %) devido a níveis melhorados de empréstimos de risco e uma diminuição comparativamente inferior no nível de disposições em stock

Grandes partes da carteira de Investimento não são contadas nos custos amortizados (Empréstimos e Créditos ou Detidos Até ao Vencimento) e por isso estão fora do âmbito das LLP. Em vez disso estes ativos são avaliados pela depreciação. A Reunião de Desvalorização do ING Bank é um processo trimestral que revê todos os ativos sujeitos a um teste de desvalorização da IFRS-EU.

Diferimento

O diferimento ocorre quando um cliente é considerado incapaz de cumprir os seus compromissos financeiros ao abrigo do contrato devido a dificuldades financeiras e o ING decide atribuir concessões ao cliente. As exposições por diferimento são exposições para as quais foram concedidas medidas de diferimento. As medidas de diferimento podem ser alterações a termos e condições contratuais existentes ou refinanciamento total ou parcial. Os exemplos incluem a redução do capital do empréstimo e/ou pagamentos de juros termos de pagamento alargados consolidações de dívida e diferimento de execuções hipotecárias.

Para identificar o diferimento o ING avalia os clientes com o estatuto de Sinais de Aviso Precoces Lista de Observação Restruturação Incumprimento ou Recuperação. O ING Bank revê o desempenho das exposições em diferimento pelo menos trimestralmente quer caso a caso (empresa) ou com base numa carteira (retalho).

Para clientes empresariais o ING Bank aplica medidas de diferimento para apoiar clientes com modelos de negócios fundamentalmente lógicos que estão a passar por dificuldades temporárias. O objetivo é maximizar a capacidade de pagamento dos clientes.

Para unidades de retalho do ING Bank foram estabelecidos critérios claros para determinar se um cliente é elegível para diferimento geralmente como parte de um processo automatizado. Estão implementados mandatos de aprovação específicos para aprovar as medidas assim como procedimentos para gerir monitorizar e participar as atividades de diferimento.

As exposições com medidas de diferimento podem ser em desempenho (Classificações do Risco 1-19) ou em não desempenho (Classificações do Risco 20-22). O ING aplica critérios para mover exposições proibidas de improdutivas para produtivas bem como critérios para remover o estado de tolerância que é consistente com os padrões da ABE correspondentes. Uma exposição é participada como em diferimento por um mínimo de dois anos mais um período experimental observado para exposições em diferimento para mudar o não desempenho para em desempenho.

O ING Bank implementou a sua política de diferimento em 2014. No decorrer de 2016 com base numa reavaliação detalhada das normas relevantes estabelecidas pela ABE e orientação regulamentar subsequente o ING Bank reforçou as definições de acordo com a sua política de tolerância. As revisões da política chave que levaram a um aumento no âmbito do diferimento estão relacionadas com a inclusão de concessões onde o risco é significativamente mitigado pelo cliente e as renuncias ou alterações de acordos financeiros chave. Como resultado destas revisões em definição e âmbito a exposição do diferimento em desempenho reconhecido pelo ING Bank aumentou significativamente uma vez que as medidas tomadas (em períodos anteriores) eram agora reconhecidas como diferimento.

ING Bank: Resumo de ativos Diferidos[1]

	2016				2015			
Linha de Negócios	Ativos diferidos assets	Dos quais: Em Desempenho ming	Dos quais: Não-desem-penho	% da carteira total	Ativos diferidos assets	Dos quais: Em Desempenho ming	Dos quais: Não-desem-penho	% da carteira total
Banca Grossista	7 776	3 978	3 799	2.7%	3 655	881	2 774	1.4%
Banca de Retalho	7 104	3 944	3 159	1.7%	6 982	3 241	3 742	1.6%
Total	**14 880**	**7 922**	**6 958**	**2.1%**	**10 637**	**4 122**	**6 516**	**1.5%**

1 Os compromissos não utilizados foram excluídos.

Os ativos em diferimento do ING Bank aumentaram de 4 2 mil milhões de euros (40 %) para 14 9 mil milhões de euros até dezembro de 2016 maioritariamente fomentado pelo Wholesale Banking.

Banca Grossista

Em dezembro de 2016 os ativos de diferimento do Wholesale Banking formaram um total de 7 8 mil milhões de euros representante 2 7 % da carteira total de Wholesale Banking.

Banca Grossista: Ativos Diferidos por Região Geográfica[1]

		2016			2015		
Região		Ativos diferidos	Dos quais: Desempe	Dos quais: Não-desem-penho	Ativos diferidos	Dos quais: Desempe	Dos quais: Não-desem-
Europa	Holanda	2 200	1 100	1 100	1 229	406	823
	Bélgica	245	103	142	63	17	46
	Alemanha	41	13	28	5	5	0
	Resto da Europa	3 016	1 496	1 521	1 949	428	1 521
África		197	112	85	92	0	92
América		1 387	709	678	237	7	230
Ásia		663	445	218	80	18	62
Austrália		27	0	27			
Total		**7 776**	**3 978**	**3 799**	**3 655**	**881**	**2 774**

1 Os compromissos não utilizados foram excluídos.

Banca Grossista: Ativos Diferidos por Indústria[1]

	2016			2015		
Indústria	Ativos diferidos	Dos quais: Desempe	Dos quais: Não-desem-penho	Ativos diferidos	Dos quais: Desempe	Dos quais: Não-desem-
Recursos naturais	2 385	1 232	1 152	960	26	934
Imobiliário	1 775	1 015	759	1 327	383	944
Transporte e Logística	1 319	685	634	208	55	153
Construtores e Contratantes	429	269	160	182	113	70
Serviços	414	198	216	213	125	88
Indústrias Gerais	411	112	299	316	105	211
Serviços públicos	259	58	201	186	2	184
Alimentos Bebidas e Cuidados pessoais	207	141	66	68	37	32
Telecomunicações	152	39	114	38	9	29
Media	120	39	81	27	9	18
Tecnologia	108	87	22	3	3	0
Químicos Saúde e Farmacêuticos	76	65	11	26	3	22
Outros	121	38	84	101	11	89
Total	**7 776**	**3 978**	**3 799**	**3 655**	**881**	**2 774**

Os ativos diferidos da Banca Grossista estavam maioritariamente concentrados no Imobiliário e Recursos Naturais e Transporte e Logística.

Juntos contabilizam 70 % (2015: 68 %) do total de ativos diferidos e 67 % (2015: 73 %) do total de ativos diferidos de não desempenho.

Os ativos diferidos da Banca Grossista aumentaram em 4,1 mil milhões de euros, comparando com 2015. Em grande parte, isto foi impulsionado pela revisão da política de tolerância, que resultou num aumento dos ativos diferidos de 3,1 mil milhões de euros, dos quais 2,1 milhões de euros na carteira de desempenho e 1,0 mil milhões de euros na carteira de não desempenho. Os principais países afetados foram os Países Baixos e os Estados Unidos.

Excluindo a revisão da política, os ativos diferidos aumentaram em 1,0 mil milhões de euros, principalmente visíveis nos Recursos Naturais (0,4 mil milhões de euros) e no Transporte e Logística (0,3 mil milhões de euros), fomentado pelas carteiras de Expedição, Petróleo e Gás. A carteira de não desempenho nos Recursos Naturais diminuiu principalmente devido à falência de um grande cliente. A carteira de desempenho de Imobiliário aumentou devido à entrada de clientes, enquanto que a carteira de não desempenho de Imobiliário diminuiu principalmente devido a reembolsos e amortizações.

Banca de Retalho

No final de dezembro, os ativos diferidos da Banca de Retalho ascenderam a um total de 7,1 mil milhões de euros, representando 1,7 % da carteira total da

Banca de Retalho.

Banca de Retalho: Ativos Diferidos por Região Geográfica1

		2016			2015		
Região		Ativos diferidos	Dos quais: Desempe	Dos quais: Não-desem-penho	Ativos diferidos	Dos quais: Desempe	Dos quais: Não-desem-
Europa	Países Baixos	4 301	2 395	1 906	4 262	1 719	2 543
	Bélgica	1 139	418	721	1 096	412	684
	Alemanha	644	511	132	696	547	149
	Resto da Europa	651	335	317	527	259	269
África		1	0	1	1	0	1
América		3	0	2	2	0	1
Ásia		1	0	1	1	0	1
Austrália		364	285	79	397	304	94
Total		**7 104**	**3 944**	**3 159**	**6 982**	**3 241**	**3 742**

1 Os compromissos não utilizados foram excluídos.

A principal concentração de ativos diferidos encontrava-se nos Países Baixos com 61 % dos ativos diferidos totais (2015: 61 %) e 60 % dos ativos diferidos de risco (2015: 68 %). Os ativos diferidos da Banca de Retalho apenas aumentaram em 0 1 mil milhões de euros comparando com 2015. A revisão de políticas afetou muito menos a carteira da Banca de Retalho (aumento de 0 4 mil milhões de euros) e foi especialmente vista na carteira empresarial Holandesa.

Excluindo a revisão de políticas os ativos diferidos reduziram em 0 3 mil milhões de euros. Uma vez que a carteira de empréstimos empresariais se manteve estável esta redução foi atribuída à carteira de consumidores e especialmente fomentada pela carteira de hipotecas residenciais holandesa. Além disso uma deslocação de 0 7 mil milhões de euros de ativos diferidos de não desempenho para desempenho foi observada nos Países Baixos devido aos clientes chegarem ao período experimental de um ano. Ambos foram o resultado de um melhor ambiente económico contínuo visível com o aumento dos preços das casas e melhor solvabilidade dos nossos clientes.

Titularizações

O ING Bank tem três papéis na sua exposição a programas de titularização:

O ING Bank enquanto Investidor

O objetivo do ING Bank é manter uma carteira de ativos líquidos de elevada qualidade que cumpre os requisitos regulamentares da RFP/DFP IV e o Ato Delegado de outubro de 2014 no que se refere a liquidez. O ING investe em Títulos Apoiados por Hipotecas Residenciais (TAHR) e Títulos Apoiados por Ativos (TAA) mantendo-se atento às posições de investimento das titularizações através de relatórios de monitorização mensal e chamadas de atualização semanais. Além disso o ING poderá investir em posições de titularização para facilitar os negócios dos clientes da sua Unidade de Mercados de Capital Global.

O ING Bank enquanto Originador

Ocasionalmente o ING Bank origina as suas próprias transações de titularização para efeitos de capital económico e regulamentar assim como efeitos de liquidez e financiamento. As titularizações originadas por uma empresa apenas podem ser consideradas para o desreconhecimento do saldo quando os requisitos para a transferência do risco de crédito significativo forem cumpridos. Contudo para uma transação de titularização ser reconhecida como para redução do APR a transferência do risco por si só pode ser insuficiente devido ao aumento do impacto da fórmula de inconsistências de maturidade. Como consequência o APR das partes retidas para uma das transações seria superior ao APR total do conjunto subjacente antes da titularização. Nestes casos o cálculo do APR para a transação é efetuado como se não fosse titularizado. O ING Bank efetuou um número muito limitado de transações externas enquanto originador.

O ING Bank enquanto Patrocinador

No normal decorrer dos negócios o ING Bank estrutura transações de financiamento para os seus clientes ao ajudá-los a obter fontes de liquidez através da venda dos valores a receber dos clientes ou outros ativos financeiros a uma Entidade de Finalidade Especial (EFE). As posições sénior nestas transações são muitas vezes financiadas pela conduta do Papel Comercial Garantido por Ativos (PCGA) da Mont Blanc Capital Corp. (classificação A-1/P-1). A Mont Blanc Capital Corp. financia-se externamente nos mercado PCGA. No seu papel de agente administrador o ING Bank facilita estas transações ao prestar serviços de estruturação contabilidade financiamento e operações. O ING Bank também oferece instalações de apoio (instalações de liquidez) que apoiam as transações financiadas pela conduta. O Mont Blanc está completamente consolidado nas contas financeiras do ING Bank.

Riscos de mercado

Introdução

O risco de mercado é o risco de os movimentos nas variáveis de mercado como taxas de juro preços do capital próprio taxas de mercado cambial estrangeiras spreads de crédito e preços de imobiliário terem impacto negativo nos lucros do banco capital valor de mercado ou posição de liquidação. O risco de mercado surge através de posições nos livros bancários ou livros comerciais. As posições no livro bancário visam manter-se a longo prazo (ou até à maturidade) ou para o efeito de cobertura de outras posições do livro bancário. As posições do livro comercial costumam encontrar-se com uma negociação a curto prazo ou para cobrir outras posições no livro comercial. Isto significa que os instrumentos financeiros nos livros comerciais não devem conter restrições quanto à sua comercialização. Estão implementadas políticas e processos para monitorizar a inclusão das posições num livro comercial ou bancário e transferir o risco do livro comercial para o bancário e vice-versa.

O ING Bank reconhece a importância da gestão lógica do risco de mercado e segue a abordagem para identificar avaliar controlar e gerir os riscos de mercado. A abordagem consiste num ciclo de cinco atividades recorrentes: identificação do risco avaliação do risco controlo do risco monitorização do risco e participação do risco.

- A identificação do risco é um esforço conjunto entre a 1ª e a 2ª linha de defesa (o modelo da «gestão das três linhas de defesa» está explicado no parágrafo de gestão do risco da secção de gestão do risco geral). O seu objetivo é detetar possíveis novos riscos e alterações em riscos conhecidos;
- Os riscos identificados são avaliados para determinar a importância do risco para o ING Bank e subsequentemente identificar as medidas de controlo necessárias;
- As medidas de controlo utilizadas pelo ING Bank incluem políticas procedimentos padrões mínimos enquadramentos de limites reservas e testes de esforço;
- Um elemento importante da gestão do risco é verificar continuamente se os controlos do risco implementados são executados e cumpridos e monitorizar se os controlos são eficazes; e
- Os resultados e descobertas são participados aos departamentos de gestão e órgãos de aprovação.

Corporativa

Foi estabelecido um quadro de gestão para definir os papéis e responsabilidades específicos da gestão empresarial gestão do risco de mercado e órgãos de aprovação interna por atividade.

No ING Bank a apetência geral do risco é definida pelo Conselho de Supervisão. O risco de mercado enquadra-se na supervisão do CAB e é delegado ao departamento do ALCO com o ALCO Bank enquanto autoridade de aprovação mais elevada. O ALCO Bank monitoriza a adesão à apetência do risco para o risco de mercado e define limites adicionais quando adequado. Estes limites passam pela organização através de ALCO de nível inferior. Esta estrutura do ALCO no ING Bank facilita a gestão do risco descendente a definição de limites e a monitorização e controlo do risco de mercado.

O departamento de Risco do Balanço Financeiro (BSR) e o departamento do Risco de Crédito e Comercial (C&TR) são os departamentos independentes responsáveis pelo design e execução das divisões de gestão do risco de mercado e do risco de crédito de contrapartes do banco como apoio à divisão do ALCO. O Risco do Balanço Financeiro foca-se nos riscos de mercado nos livros bancários no departamento de Gestão de Capital e no departamento de Tesouraria Bancária enquanto o Risco de Crédito e Comercial é responsável pelos riscos de crédito de contraparte e riscos de mercado resultantes dos livros comerciais do Mercado Financeiro. A estrutura organizacional reconhece que a tomada de riscos e a gestão do risco ocorre em grande parte ao nível regional/local. A participação ascendente permite a cada nível de gestão avaliar completamente o risco de mercado relevante aos respetivos níveis.

O BSR e o C&TR são responsáveis por determinar políticas e procedimentos adequados para gerir ativamente o risco de mercado em livros bancários e comerciais e monitorizar a conformidade com estas diretrizes. Um elemento importante da divisão de gestão do risco é a avaliação do risco de mercado em novos produtos e empresas. Além disso os departamentos têm um quadro de limite adequado em linha com o Quadro de Apetência do Risco do ING Bank. As empresas são responsáveis pela implementação dos limites que são depois aprovados pelo ALCO Bank. Os excessos de limites são atempadamente participados à gestão sénior e a empresa tem de tomar medidas adequadas para reduzir a posição do risco.

Este parágrafo sobre o risco de mercado aborda os vários elementos da gestão do risco para:

- Capital económico do risco de mercado para livros comerciais e bancários;
- Riscos de mercado nos livros bancários; e
- Riscos de mercado nos livros comerciais.

Capital económico para risco de mercado

O capital económico para risco de mercado é o capital económico necessário para suportar movimentos de valor inesperados devido a alterações nas variáveis do mercado e risco do modelo.

Divulgação do modelo

O Capital Económico para risco de mercado é calculado para exposições em carteiras comerciais e carteiras bancárias e inclui riscos de taxas de juro riscos de preços de capital próprio riscos de taxas de mercado cambial riscos de imobiliário e riscos de modelos. O capital económico para risco de mercado é calculado usando metodologias desenvolvidas a nível interno com um intervalo de confiança de 99 95 % e um período de tempo de um ano.

Para os livros comerciais o risco da taxa de juro linear nos livros bancários e os investimentos de capital próprio o Valor em Risco (VaR) é encarado como ponto de partida para os cálculos de capital económico do risco de mercado. O VaR é medido com um intervalo de confiança de 99 % um período de retenção de um dia e sob o pressuposto de um valor esperado de zero.

Para chegar ao capital económico para risco de mercado é utilizado um modelo com base em simulações que inclui uma escala para o intervalo de confiança necessário e um período de retenção. Ao determinar este fator de escala vários outros fatores são também tidos em conta como a ocorrência de grandes movimentos de mercado (eventos) e intervenções de gestão.

As opções integradas por exemplo a opção de pré-pagamento e a opção integrada de taxa oferecida em hipotecas nas carteiras bancárias resultam num risco de taxa de juros não linear nas carteiras bancárias. As opções integradas são economicamente cobertas com a metodologia de cobertura delta deixando a carteira de hipotecas expostas a risco de convexidade e volatilidade. Para o cálculo de capital económico para este risco da taxa de juro não linear o ING Bank efetua uma simulação Monte Carlo.

O risco do preço de imobiliário inclui os riscos de mercado no investimento em imobiliário e a carteira de desenvolvimento de Wholesale Banking do ING. O capital económico para o risco do preço de imobiliário é calculado ao destacar as variáveis de mercado subjacentes.

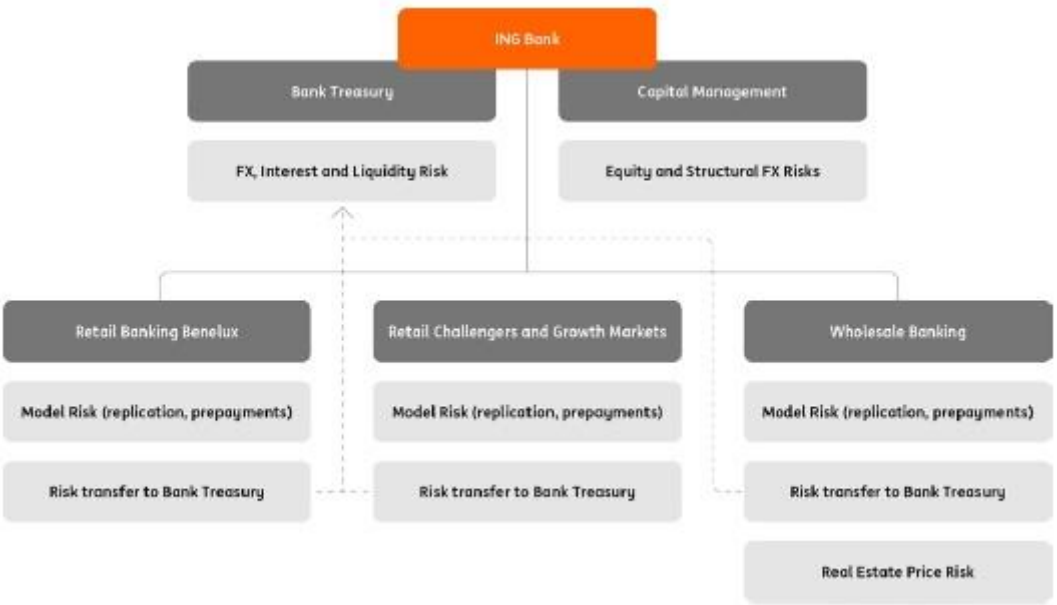
Ao recolher os diferentes números do risco de mercado de capital económico para as diferentes carteiras os benefícios de diversificação (com base em correlações salientadas) são tidos em conta uma vez que não se espera que todos os movimentos de mercado extremos surjam no mesmo momento.

Risco de mercado nos livros bancários

O ING Bank faz uma distinção entre os livros comerciais e bancários (não comerciais). As posições nos livros bancários são originadas dos riscos de mercado inerentes em produtos comerciais vendidos a clientes das exposições da Tesouraria Bancária e do investimento de fundos próprios (capital central). Os produtos comerciais e os produtos utilizados para cobrir exposições do risco de mercado nestes produtos visam ser mantidos até à maturidade ou pelo menos a longo prazo.

Transferências de risco

Um elemento importante da gestão dos riscos de mercado nos livros bancários é o processo de transferência do risco. Neste processo os riscos da taxa de juro FX financiamento e liquidez são transferidos dos livros comerciais através de financiamento combinado para a Tesouraria Bancária onde são geridos centralmente. O esquema abaixo apresenta o processo de transferência e gestão dos riscos de mercado nos livros bancários:



Medição de risco

Os principais conceitos e métricas utilizados para avaliar o risco de mercado nos livros bancários estão descritos abaixo por tipo de risco.

Risco da Taxa de Juros nos livros bancários

O risco da taxa de juro nos livros bancários é definido como a exposição dos lucros do banco o capital e valor de mercado em movimentos adversos nas taxas de juro originadas de posições nos livros bancários.

Gestão

A gestão do risco da taxa de juro segue o risco da taxa de juro no quadro do livro bancário conforme aprovado pelo ALCO Bank. Este quadro descreve os cargos e responsabilidades as medições do risco e define as políticas e procedimentos relacionados com a gestão do risco da taxa de juro. Além disso num nível geral o ALCO Bank define a apetência do risco para o risco da taxa de juro que se traduz em limites para a medição do risco da taxa de juro.

A abordagem do ING Bank à gestão do risco da taxa de juro conforme definido no presente quadro é a centralização dos riscos dos livros comerciais (que recolhe os produtos vendidos aos clientes) nos livros do risco da taxa de juro central. Isto permite uma desmarcação clara entre resultados de empresas comerciais e resultados em posições de taxa de juro sem cobertura.

O ING Bank distingue três tipos de atividades que geram o risco da taxa de juro nos livros bancários:

- Investimento de fundos próprios (por Gestão de Capital)
- Empresa comercial (ex. empresa retalhista)
- Posição da taxa de juro estratégica (Tesouraria Bancária)

Em seguida as três atividades são descritas mais detalhadamente:

A Gestão de Capital é responsável por gerir o investimento dos fundos próprios (capital central); encontrará mais informação na secção de Gestão de capital. O capital é investido por períodos superiores com o intuito de maximizar o retorno mantendo os lucros estáveis.

As atividades comerciais podem resultar num risco da taxa de juro linear por exemplo quando os períodos de vencimento da nova fixação de preços dos ativos é diferente do dos passivos. O risco da taxa de juro pode surgir com comportamentos do cliente dependendo da natureza das características subjacentes do produto. O risco do comportamento do cliente é definido como a possível perda de valor futura devido a desvios no comportamento real de clientes em comparação com comportamentos modelados em opções integradas em produtos comerciais. As fontes gerais de risco do comportamento do cliente incluem o estado da economia concorrência alterações em regulamentos legislação e regime fiscal e desenvolvimentos no mercado imobiliário. Uma vez que estes fatores de risco não podem ser (completamente) mitigados o ING detém capital para conseguir absorver as possíveis perdas como resultado de comportamentos de clientes alterados.

A partir de uma perspetiva do risco da taxa de juro as atividades comerciais podem ser divididas em três grandes tipos de produtos: poupanças e depósitos à ordem hipotecas e empréstimos.

- As poupanças e os depósitos à ordem costumam ser investidos com o objetivo para cobrir o seu valor e minimizar a sensibilidade da margem para as taxas de juro do mercado. O risco da taxa de juro pode aumentar quando há um atraso entre os ajustes da taxa de poupanças e os ajustes vistos através de taxas de mercado. O risco da taxa de juro é modelado com base na estabilidade do depósito e da taxa de crédito titularizado. Isto tem em conta elementos diferentes como as estratégias de preços desenvolvimentos de volume e nível e formato da curva de rendimento. Os volumes de poupanças costumam ser assumidos como não sensíveis a choque da taxa de juros.

- O risco da taxa de juros para hipotecas surge através de comportamentos de pré-pagamento. O comportamento de pré-pagamento dependente da taxa de juros é tido em conta nos modelos. Juntamente com a dependência de taxas de juro o pré-pagamento modelado poderá incluir outros efeitos como o empréstimo até ao valor sazonalidade e maturidade do empréstimo. Além disso é considerada a sensibilidade das opções integradas da taxa oferecida.

- Os empréstimos costumam ser cobertos a partir de uma perspetiva do risco da taxa de juros e consequentemente não têm qualquer risco material da taxa de juro restante uma vez que não é observado qualquer comportamento de pré-pagamento dependente da taxa de juros.

O comportamento do cliente relativamente a hipotecas empréstimos poupanças e depósitos à ordem é modelado com base em investigação aprofundada. Por unidade de negócios e tipo de produto as exposições costumam ser segmentadas em carteiras diferentes com base em comportamentos esperados do cliente. Para cada um dos segmentos os parâmetros de modelo por exemplo para a taxa de crédito titularizado e os comportamentos do cliente são determinados com base em dados anteriores e opiniões especialistas. Os modelos costumam ser verificados a posteriori pelo menos semestralmente e atualizados quando considerado necessário. Os parâmetros dos modelos e as medidas de risco resultantes são aprovados pelo ALCO (local).

O risco da taxa de juro linear é transferido da empresa comercial para os livros da tesouraria (Tesouraria Bancária) se necessário utilizando estimativas do comportamento do cliente. A empresa comercial original é responsável pela estimativa do comportamento do cliente deixando o risco de convexidade e o risco do comportamento do cliente (inesperado) com a empresa comercial. A medição do risco e o processo de transferência do risco ocorrem mensalmente mas se necessário podem ser mais frequentes por exemplo em mercados voláteis.

Os negócios comerciais gerem o risco de convexidade que é o resultado dos produtos que contêm opções integradas como hipotecas. Aqui o risco de convexidade é definido como os efeitos de opção no valor devido às alterações da taxa de juros excluindo os efeitos de primeira ordem. Em certos casos o risco de convexidade é transferido dos livros comerciais para os livros de tesouraria usando acordos cap/floor.

A Tesouraria Bancária gere a posição da taxa de juro estratégica excluindo os investimentos de capital. O objetivo principal é maximizar o valor económico do livro e gerar lucros anuais estáveis e adequados nos limites da apetência do risco definidos pelo ALCO Bank.

Perfil do risco

Nas secções seguintes são apresentadas as exposições do risco da taxa de juro nos livros bancários. O ING Bank utiliza medições do risco com base numa perspetiva de lucros e valor. A Sensibilidade dos Lucros (SL) é utilizada para fornecer a perspetiva dos lucros e os números do Valor Atual Líquido (VAL) em risco e do Valor do Ponto Base (VPB) proporcionam a perspetiva do valor. As medidas corretivas de gestão não são tidas em conta nestes números.

Para a Sensibilidade dos Lucros (SL) e o Valor Atual Líquido (VAL) em risco o cenário da taxa de juro descendente contém um limite mínimo de 0 % nas taxas de juro em linha com as diretrizes regulamentares. Isto quer dizer que as taxas de juro não serão inferiores a 0 % quando aplicadas ao cenário da taxa em redução. Se as taxas de juro já estiverem abaixo de zero permanecerão nesse nível negativo neste cenário.

Sensibilidade dos Lucros (SL)

A Sensibilidade dos Lucros é modelada conforme descrito acima e mede o impacto da alteração das taxas de juro no rendimento dos juros líquido (antes de impostos) dos livros bancários excluindo a sensibilidade ao spread de crédito. Os números da Sensibilidade dos Lucros nas tabelas abaixo refletem um choque instantâneo de 1 % da taxa de juros e um período de tempo de um ano. A assimetria da Sensibilidade dos Lucros entre o cenário mínimo descendente e um choque de +100 bps é maioritariamente causada pela aplicação do limite mínimo regulamentar de 0 % neste cenário.

Livro bancário de Sensibilidade dos Lucros por moeda (choque paralelo instantâneo)

	2016		2015	
	cenário descendente	+100 bps	cenário descendente	+100 bps
Por moeda				
Euro	-54	186	39	173
Dólares dos Estados Unidos	-14	19	-33	28
Outros	8	19	-28	39
Total	**-60**	**224**	**-22**	**240**

Livros bancários de Sensibilidade dos Lucros por empresa (choque paralelo instantâneo)

	2016		2015	
Por negócio	cenário descendente	+100 bps	cenário descendente	+100 bps
Banca Grossista	-15	138	-2	165
Banca de Retalho no Benelux	-73	-88	9	5
Mercados Desafiadores e em Crescimento	20	58	30	-10
Banca de Linha Empresarial	8	116	-59	80
Total	**-60**	**224**	**-22**	**240**

A Sensibilidade dos lucros é maioritariamente influenciada pela sensibilidade das poupanças dos movimentos da taxa de juro devido às diferenças da taxa de crédito titularizado entre as taxas de poupanças e os rendimentos do investimento e é parcialmente compensada pela sensibilidade das hipotecas. O investimento de fundos próprios apenas tem impacto marginalmente na Sensibilidade dos Lucros uma vez que apenas uma parte relativamente pequena tem de ser (re)investida no período de 1 ano.

Análise de variância ano a ano

Em linha com o ano anterior os lucros com um período de um ano segundo o final do ano de 2016 são relativamente insensíveis a mudanças da taxa se comparados com o rendimento de juros líquido. A sensibilidade dos lucros para um choque ascendente tem um impacto positivo. A sensibilidade dos lucros positivos implica que quando as taxas aumentam o impacto positivo nos juros recebidos de ativos incluindo derivados de cobertura é superior ao impacto negativo nos juros pagos por passivos. A alteração da Sensibilidade dos Lucros para a Banca de Retalho no Benelux é maioritariamente fomentada por alterações nos parâmetros do modelo de poupanças como resultado da mudança de comportamento do cliente. A sensibilidade dos Lucros do cenário +100 bps na Banca Grossista é maioritariamente resultado dos investimentos efetuados pela divisão da Tesouraria Bancária que é participada no Wholesale Banking. A alteração da Sensibilidade dos Lucros na Banca de Linha Empresarial é maioritariamente fomentada pelos investimentos de fundos únicos que não foram reinvestidos a longo prazo.

Valor Atual Líquido (VAL) em Risco

O VAL em Risco mede o impacto das alterações das taxas de juro no valor. Quanto aos cálculos do VAL em Risco é aplicado um choque instantâneo de 1 %. A assimetria do VAL em Risco entre o cenário mínimo descendente e um choque de +100 bps é maioritariamente causada pela aplicação do limite mínimo regulamentar de 0 % neste cenário.

O impacto do valor total não pode ser diretamente ligado ao balanço financeiro ou à conta de lucros e perdas uma vez que os movimentos do justo valor nos livros bancários não são necessariamente participados na conta de lucros e perdas nem no capital próprio. Esperam-se que as mutações de valor se materializem ao longo do tempo na conta de lucros e perdas se as taxas de juro se desenvolverem segundo as taxas futuras durante a validade restante da carteira.

Livros bancários de Sensibilidade dos Lucros por empresa (choque paralelo instantâneo)

	2016		2015	
Por moeda	cenário descendente	+100 bps	cenário descendente	+100 bps
Euro	-55	-1739	-583	-1855
Dólares dos Estados Unidos	65	-62	- 12	42
Outros	51	-125	-58	36
Total	**61**	**-1926**	**-653**	**-1777**

Livros bancários de VAL em Risco por empresa (choque paralelo instantâneo)

	2016		2015	
Por negócio	cenário descendent	+100 bps	cenário descendent	+100 bps
Banca Grossista	-157	-19	-76	53
Banca de Retalho no Benelux	-224	-287	-159	-270
Mercados Desafiadores e em Crescimento	328	-435	-640	-274
Banca de Linha Empresarial	115	-1 186	222	-1 286
Total	**61**	**-1 926**	**-653**	**-1 777**

Livros bancários de VAL em Risco por categoria contabilística (choque paralelo instantâneo)

	2016		2015	
	cenário descendente	+100 bps	cenário descendente	+100 bps
Por categoria contabilística				
Empréstimos e valores a receber e Detidos até ao vencimento	114	248	-1 019	210
Disponível para venda	115	-2 153	800	-2 248
Justo valor através de lucros e perdas	-168	-21	-434	261
Total	**61**	**-1 926**	**-653**	**-1 777**

O VAL em Risco é denominado por investimentos a longo prazo sensíveis à taxa de juro de fundos próprios uma vez que o próprio capital próprio não é modelado e assim não é apresentado como uma compensação para os investimentos de fundos próprios. O valor destes investimentos sofre um impacto significativo se as taxas de juro aumentarem 1 %. A assimetria entre o VAL em Risco para um cenário mínimo descendente e um choque de +100 bps é maioritariamente causada peo limite mínimo das taxas de juro neste cenário. Devido à aplicação deste valor mínimo os impactos de convexidade negativos não se materializam significativamente nos números de risco do cenário descendente.

Análise de variância ano a ano

O VAL em Risco para o cenário mínimo descendente mudou em 714 milhões de euros durante 2016. A sensibilidade para um cenário descendente mudou maioritariamente como resultado de taxas inferiores e sofre ainda um impacto pelo requisito regulamentar de que as taxas de juro sobre as poupanças foram colocadas a um limite mínimo de zero. O VAL em Risco para o choque total de +100 bps foi alterado durante 2016 mostrando um aumento de de 149 milhões de euros. O VAL em Risco para o choque de +100 bps da Linha Empresarial diminuiu devido a uma duração mais baixa de investimentos a longo prazo de fundos próprios. A alteração no VAL em Risco para os Mercados Desafiadores e em Crescimento de Retalho deve-se a alterações efetuadas ao modelo como resultado da mudança dos comportamentos do cliente.

Valor do Ponto Base (VPB)

O VPB mede o impacto do aumento de um ponto base nas taxas de juro no valor. Numa grande escala o VPB e o VAL em Risco refletem o mesmo risco a diferença é que o VPB não reflete o risco de convexidade devido à pequena alteração nas taxas de juro.

Livros bancários do VPB por moeda

em milhares de euros	2016	2015
Por moeda		
Euro	-13 043	-16 563
Dólares dos Estados Unidos	-550	424
Outros	-1 303	357
Total	**-14 896**	**-15 782**

Livros bancários do VPB por empresa

em milhares de euros	2016	2015
Por negócio		
Banca Grossista	-246	277
Banca de Retalho no Benelux	-345	-448
Mercados Desafiadores e em Crescimento	-2 149	-2 417
Linha Empresarial	-12 156	-13 194
Total	**-14 896**	**-15 782**

Livros bancários do VPB por categoria contabilística		
em milhares de euros	2016	2015
Por categoria contabilística		
Empréstimos e valores a receber e Detidos até ao vencimento	1907	4 691
Disponível para venda	-21 666	-22 798
Justo valor através de lucros e perdas	4863	2 325
Total	**-14 896**	**–15 782**

Em linha com o VAL em Risco a posição do VPB geral é dominada pelo investimento a longo prazo de fundos próprios uma vez que o valor atual desta posição sofre um impacto significativo se as taxas de juro aumentarem um ponto base.

Análise de variância ano a ano

O VPB geral diminuiu em 2016 em 0 9 milhões de euros. Isto deve-se maioritariamente a uma duração inferior dos investimentos de capital. As alterações no VPB na Banca de Retalho no Benelux e nos Mercados Desafiadores e em Crescimento refletem o volume e a duração das alterações de ativos e passivos originais. As coberturas de fluxo de caixa foram executadas na divisão da Tesouraria Bancária para mitigar estas alterações. A divisão da Tesouraria Bancária para os Mercados Desafiadores e em Crescimento está participada no negócio de Banca Grossista. Além da alteração da exposição geral do VPB existe uma alteração na exposição por categoria contabilística. Isto deve-se maioritariamente ao aumento do volume das poupanças e hipotecas. Este movimento foi mitigado por coberturas de fluxo de caixa que reavaliam através do capital próprio e uma duração inferior dos investimentos de capital.

Risco de Mercado Cambial (FX) nos livros bancários

As exposições de FX nos livros bancários resultam de atividades centrais empresariais bancárias (unidades empresariais a fazer negócios noutras moedas que não a sua moeda base) investimentos em moeda estrangeira em subsidiárias (incluindo lucros e perdas líquidos) e participações sociais em capital próprio estratégico em moedas estrangeiras. A política referente a estas exposições está brevemente explicada em seguida.

Gestão – Negócio bancário central

Todas as unidades empresariais cobrem o risco de FX resultante de atividades de negócio centrais bancárias na sua moeda base. Consequentemente os ativos e passivos são combinados em termos de moeda.

Gestão - resultado da tradução FX

A estratégia do ING Bank é manter o índice de meta CET1 num determinado intervalo quando a taxa de FX flutuar enquanto limitam a volatilidade na conta de lucros e perdas. Assim as coberturas apenas são efetuadas na medida em que podem ser contabilizadas como cobertura contra capital próprio. Tendo isto em conta a cobertura do índice CET1 pode ser alcançada ao recolher as posições de moeda estrangeira iguais a determinadas posições alvo de modo a que o capital de meta CET1 e os ativos com ponderação do risco sejam relativamente sensíveis em termos de alteração das taxas FX. Uma seleção de moedas de mercados emergentes que cumprem requisitos específicos não têm uma posição alvo mas podem continuar abertas ao abrigo da política.

Perfil do risco – resultado da conversão FX

A tabela seguinte apresenta as exposições da moeda nos livros bancários para as moedas mais importantes para o resultado da conversão FX. Os números positivos indicam as posições longas na respetiva moeda. Como resultado da estratégia de cobertura do índice CET1 existe uma exposição de moeda estrangeira líquida.

Livros bancários de exposições de moeda bancária líquida

	Investimentos estrangeiros		Coberturas		Exposições líquidas	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Dólares dos Estados Unidos	2852	2 869	280	65	3133	2 935
Libra Esterlina	701	992	-128	–179	573	812
Zloty Polaco	1927	1 881	-584	–854	1344	1 027
Dólar Australiano	3 856	3 662	-3324	–3 329	532	332
Lira Turca	2066	2 186	-3	–3	2063	2 183
Yuan Chinês	3012	2 817	-161	–168	2851	2 649
Won Coreano	958	838	-779	–662	179	176
Rupia Indiana	714	1 172	-	-	714	1 172
Real Brasileiro	253	211	-	-	253	211
Rublo Russo	589	429	-224	–181	364	248
Outra moeda	2863	2 615	-1472	–1 385	1391	1 230
Total	19 792	19 672	-6396	–6696	13 396	12 977

Para medir a sensibilidade restante do rácio de CET1 contra as flutuações das taxas FX é utilizada a medição do rácio de CET1 em Risco (cTaR). Mede a descida no rácio de CET1 da meta ao salientar uma determinada taxa FX. Um sinal negativo no cenário de tensão indica assim que uma depreciação da moeda correspondente perante o Euro irá levar a uma redução do rácio de CET1.

Sensibilidade do rácio de CET1 do ING Bank

	cTaR		Cenário de Esforço	
	2016	2015	2016	2015
Currency				
US Dollar	0.18%	0.13%	15%	15%
Pound Sterling	0.01%	0.01%	15%	-15%
Polish Zloty	0.00%	0.00%	-15%	15%
Australian Dollar	0.00%	0.00%	20%	20%
Turkish Lira	0.07%	0.07%	-25%	-25%
Chinese Yuan	0.09%	0.09%	-15%	-15%
Korean Won	0.01%	0.01%	-15%	-15%
Indian Rupee	0.03%	0.05%	-20%	-20%
Brazilian Real	0.01%	0.01%	-25%	-25%
Russian Rouble	0.02%	0.01%	-20%	-20%

Os Dólares dos Estados Unidos são a principal moeda em termos de Exposição Líquida uma vez que a posição dos ativos com ponderação do risco nos Dólares dos Estados Unidos é mais significativa para além do Euro.

Análise de variância ano a ano

Os Investimentos estrangeiros da INR reduziram em 458 milhões de euros para 714 milhões de euros (vs. 2015) como resultado da venda das ações do Kotak. O aumento no cTaR dos Dólares dos Estados Unidos é maioritariamente causado pela apreciação desta moeda e a um aumento no APR dos Dólares dos Estados Unidos.

Risco do preço do capital próprio nos livros bancários

Gestão

O ING Bank mantém uma carteira estratégica com exposição de capital próprio substancial nos seus livros bancários. Os escritórios locais são responsáveis pela gestão das posições de investimento de capital próprio. O risco de mercado é responsável pela monitorização e participação mensais do capital regulamentar para os Investimentos de Capital Próprio. O risco de mercado age de forma independente da gestão dos investimentos de capital próprio na monitorização e participação do risco de investimentos de capital próprio.

Perfil do risco

O risco do preço do capital próprio é originado pela possibilidade de os preços dos títulos do capital próprio sofrerem flutuações afetando o valor dos títulos do capital próprio e outros instrumentos cujo valor reage da mesma forma a um título específico um conjunto definido de títulos ou um índice de títulos. A exposição do capital próprio do ING Bank é maioritariamente composta pelos investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos de 1003 milhões de euros (2015: 842 milhões de euros) e pelos títulos de capital próprio detidos na carteira disponível para venda (AFS) de 4024 milhões de euros (2015: 4434 milhões de euros). O valor dos títulos de capital próprio detidos na carteira disponível para venda está diretamente ligado aos preços de títulos de capital próprio com os aumentos/reduções reconhecidos na reserva de reavaliação exceto em caso de depreciação. Os investimentos em associados e empreendimentos conjuntos são medidos em conformidade com o método de capital próprio de contabilidade e o valor do balanço financeiro e assim não estão diretamente ligados aos preços dos títulos de capital próprio.

Capitais Próprios Lucros e perdas Não Realizados na carteira AFS		
em milhares de euros	2016	2015
Ganhos brutos não realizados	1907	4 691
Perdas brutas não realizadas	-21 666	-22 798
Total	**2656**	**2 633**

Análise de variância ano após ano

Durante o ano terminado a 31 de dezembro de 2016 a reserva de reavaliação relacionada com títulos de capital próprio detidos na carteira disponível para venda sofreu flutuações entre um montante baixo no final do mês de 2201 milhões de euros (2015: 1931 milhões de euros) e um montante elevado de 2787 milhões de euros (2015: 2709 milhões de euros). A carteira AFS diminuiu de 4 4 mil milhões de euros em 2015 para 4 0 mil milhões de euros em 2016 maioritariamente devido ao desreconhecimento das ações da Visa Europe e à redução da participação no Kotak Mahindra Bank parcialmente compensado pelo aumento do valor do investimento no Bank of Beijing

Risco do preço do imobiliário nos livros bancários

O risco dos preços do imobiliário é originado pela possibilidade de os preços do imobiliário sofrerem flutuações. Isto afeta o valor dos ativos imobiliários e os lucros relacionados com atividades de imobiliário.

Gestão

O Imobiliário é um negócio de liquidação que consiste em atividades de Desenvolvimento de Imobiliário e de Gestão de Investimento em Imobiliário que são reduzidas pela venda de ativos execução rigorosa de maturidade do contrato ou através da vendas de carteira.

Perfil do risco

O ING Bank tem duas categorias principais diferentes de exposição de imobiliário nos seus livros bancários: primeiro os próprios edifícios que o ING Bank ocupa e segundo os ativos de desenvolvimento que consistem maioritariamente em atividades de Desenvolvimento de Imobiliário e de Gestão de Investimentos em Imobiliário. A exposição total do imobiliário equivale a 1 1 mil milhões de euros (excluindo propriedade de execuções hipotecárias e juros de terceiros). O ING Bank tem 0 1 mil milhões de euros reconhecidos a justo valor através de lucros e perdas e 1 0 mil milhões de euros são reconhecidos a custo ou reavaliados através do capital próprio (com desvalorizações que passam pelos lucros e perdas). Uma divisão na exposição do imobiliário por continente e sector com base na vista da gestão do risco é ilustrada abaixo.

Exposição do risco de mercado do Imobiliário nos livros bancários (por área geográfica e tipo de sector)					
	2016	2015		2016	2015
Continente			**Setor**		
Europa	968	1 136	Residencial	104	115
Américas	36	45	Escritório	895	1 045
Austrália	0	0	Retalho	19	68
Ásia	0	35	Industrial	18	16
Outros	104	118	Outros	72	91
Total	**1 108**	**1 334**	**Total**	**1 108**	**1 334**

A exposição principal é originada pelos edifícios de escritórios de uso próprio localizados nos Países Baixos e na Bélgica (0 7 mil milhões de euros) assim como pelas exposições de retalho e residenciais na Europa (0 1 mil milhões de euros).

Análise de variância ano a ano

No total a exposição do risco de mercado do imobiliário nos livros bancário diminuiu em 0 2 mil milhões de euros como resultado de desinvestimentos. O restante deve-se a desvalorizações e alterações do justo valor.

Risco de mercado nos livros comerciais

Nas carteiras comerciais as posições são mantidas nos mercados financeiros profissionais. Estas posições são muitas vezes um resultado de transações com clientes e podem servir para beneficiar de movimentos de preço a curto prazo.

Gestão

A Comissão de Riscos de Mercados Financeiros (CRMF) é a comissão do risco de mercado que na apetência do risco definida pelo ALCO Bank define os limites do risco de mercado a um nível agregado e a um nível administrativo e aprova novos produtos. O Risco de Crédito e Comercial aconselha a CRMF e o ALCO Bank sobre a apetência do risco de mercado das atividades comerciais.

Relativamente às carteiras comerciais o Risco de Crédito e Comercial foca-se na gestão dos riscos de mercado da Banca Grossista (maioritariamente em Mercados Financeiros) uma vez que esta é a única linha empresarial no ING Bank em que as atividades comerciais ocorrem. As atividades comerciais incluem a facilitação de negócios com clientes e criação de mercados. O Risco de Crédito e Comercial é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas do risco comercial e de metodologias de medição do risco a participação e monitorização das exposições do risco contra limites comerciais aprovados e a validação de modelos de preço. O Risco de Crédito e Comercial também revê os mandatos e limites comerciais e assume o papel de controlador no processo de revisão de produtos. A gestão do risco de mercado comercial é efetuada a vários níveis organizacionais do Risco de Crédito e Comercial geral até a áreas empresariais específicas e escritórios comerciais.

Justo valor de ativos e passivos financeiros

O ING Bank alinha as fontes de preços que utiliza com a Hierarquia do justo valor. As melhores provas de Justo valor são as cotas de preços publicadas em mercados ativos. Quando não existem preços cotados disponíveis são utilizadas outras fontes de preços e técnicas de avaliação para determinar o justo valor.

Exemplos de outras fontes de preços podem ser fornecedores de mercado independentes corretores ou criadores de mercado ou transações recentes. O intervalo de preços obtido destas fontes de preços pode alterar-se. A escolha de uma ou outra fonte de preço pode assim resultar em estimativas diferentes de justo valor. Escolher o preço mais adequado neste intervalo exige experiência e ponderação. A escolha das fontes de preço utilizadas está sujeita a aprovação e revisão internas no Comité de Dados do Mercado.

As técnicas de avaliação vão dos descontos de fluxos de caixa a modelos de avaliação. Estes modelos baseiam-se em fatores do risco relevantes como o preço de mercado dos instrumentos de referência subjacentes parâmetros de mercado (volatilidades correlações e notações de risco) e o comportamento do cliente. Alguns destes fatores de preço exigem pressupostos que implicam que os modelos de avaliação são subjetivos por natureza. Dependendo da técnica de avaliação utilizada e dos pressupostos feitos o justo valor obtido pode ser diferente e assim a incerteza descendente e/ou ascendente implícita do valor contabilístico pode variar. Para uma classificação da exposição a justo valor para produtos em conformidade com o seu grau de incerteza de avaliação consulte a secção «Instrumentos financeiros ao justo valor» da Nota 33 «Justo valor de ativos e passivos».

Todos os modelos de avaliação utilizados estão sujeitos a um quadro de gestão do modelo. A gestão de modelos refere-se a um conjunto de políticas e procedimentos que seguiram rigorosamente e que abrangem todo o ciclo de vida de um modelo isto é o seu desenvolvimento validação aprovação implementação e manutenção. Os alicerces da gestão de modelos são a validação independente e a revisão periódica. Esta revisão visa determinar se um modelo ainda está adequado ao seu uso pretendido. Quando são utilizados modelos para avaliação pode existir incerteza nos pressupostos dos modelos e/ou nos parâmetros subjacentes. Nos casos em que surge incerteza significativa sobre pressupostos aplica-se um ajuste da avaliação do risco de modelos.

No geral as posições são avaliadas tendo em conta o preço de compra para uma posição longa e o preço de oferta para uma posição curta. Nos casos em que as posições são marcadas a preços médios de mercado calcula-se um ajuste do valor justo.

O ING Bank alinhou os ajustes existentes do justo valor com as normas regulamentares para instrumentos de justo valor emitidas pela EBA por isso quando possível segue um quadro de avaliação unificada que cumpre os requisitos do IFRS e do RFP. Esta abordagem é apoiada por um quadro de políticas de avaliação ao nível do banco. Estão disponíveis metodologias detalhadas para instrumentos de justo valor por produto e grau de liquidez. Estas abrangem entre outros os custos de fecho e a incerteza de preço médio. Os benefícios deste quadro e da abordagem escolhida são um aumento significativo na consistência e transparência do justo valor de instrumentos financeiros em diferentes locais e livros. Para conformidade com as normas regulamentares da ABE um ajuste adicional da avaliação através do capital em posições concentradas (o AVA de Concentração) de 21 milhões de euros após impostos foi registado para o ING Bank em 2016. Trimestralmente todos os ajustes de avaliação são discutidos no Comité de Preços e Desvalorização Global (GP&IC). Este comité supervisiona o quadro de avaliação e a verificação do preço Independente.

Para incluir o risco de crédito na avaliação justa o ING Bank aplica ajustes de avaliação de crédito e de débito (doravante referidos respetivamente como CVA e DVA). As dívidas emitidas e notas próprias estruturas que são avaliadas pelo justo valor são ajustadas para o risco de crédito por meio de um ajuste do crédito próprio. Além disso os derivados valorizados ao justo valor são ajustados para o risco de crédito por um ajuste da avaliação do crédito. Este ajuste da avaliação do crédito é de natureza bilateral; tanto o risco de crédito da contraparte bem como do ING estão incluídos no ajuste. Todos os dados de mercado que são utilizados na determinação do CVA são baseados em dados de mercado implícitos. Além disso o risco de correlação desfavorável (quando a exposição a uma contraparte está a aumentar e a qualidade de crédito dessa contraparte diminui) e o risco de correlação favorável (quando a exposição a uma contraparte está a diminuir e a qualidade de crédito dessa contraparte diminui) está incluído no ajuste. O ING Bank aplica o CVA para fixar o preço do risco de crédito em novas negociações externas com as contrapartes. Os limites e controlos do risco foram implementados para monitorizar e antecipar diariamente o risco do CVA. O CVA é gerido pela gestão do risco global onde os limites e controlos do risco para o CVA são geridos e monitorizados a um nível global. A nossa abordagem à gestão do risco de CVA é fomentada pelo aumento do controlo eficiência de custos e o âmbito global do CVA.

O ING aplica um Ajuste de Avaliação de Financiamento (AAF) para abordar os custos de financiamento associados a assimetria de financiamento da garantia e derivados OTC não garantidos ou parcialmente garantidos. Este ajuste baseia-se nos perfis de exposição esperados das derivados OTC não garantidos ou parcialmente garantidos e a spreads de financiamento baseados no mercado.

O Risco de Crédito e Comercial tem a função de desafiar as fontes de avaliação e preços utilizadas nos modelos de avaliação pelo Front Office. O risco de Crédito e Comercial efetua uma verificação independente dos preços para garantir que as avaliações estão corretas. A verificação do preço independente e os ajustes de avaliação são confirmados no comité de parâmetros local. Para garantir a segregação dos deveres entre o *Front Office* e o Risco de Crédito e Comercial os sistemas para os preços e teste dos preços são garantidos para evitar o acesso não autorizado.

Medição de risco

O ING Bank utiliza um conjunto abrangente de metodologias e técnicas para medir o risco de mercado nos livros comerciais.

Comité de Basileia/DFP IV

O ING Bank segue o quadro regulamentar definido no Regulamento de Requisitos do Capital (RFP/DFP IV) para os seus cálculos de fundos próprios regulamentares. O Comité de Basileia está a efetuar uma Revisão Fundamental do Livro Comercial que poderá ter um impacto significativo nos cálculos do Pilar I. As diretrizes finais foram publicadas em janeiro de 2016 e a implementação total não está prevista para antes de 2019.

Valor em Risco

O Risco de Crédito e Comercial utiliza a metodologia de simulação histórica Valor em Risco (VaR) como a principal medida de risco. O VaR para o risco de mercado quantifica com um nível de confiança unilateral de 99 % a perda máxima repentina que poderá ocorrer devido a alterações nos fatores de risco (ex. taxas de juro preços de capital próprio taxas de mercado cambial spreads de crédito volatilidades implícitas) se as posições continuarem inalteradas por um período de tempo de um dia. Além dos movimentos de mercado gerais nestes fatores de risco o VaR também tem em conta os movimentos dos dados de mercado para movimentos específicos como por exemplo o emissor subjacente de títulos. O impacto dos movimentos de mercado históricos sobre a carteira atual é estimado com base em movimentos de mercado observados e ponderados de forma igual do ano anterior. O ING Bank utiliza o VaR com um período de 1 dia para a medição controlo e erificação a posteriori do risco interno e o VaR com um período de 10 dias para determinar o capital regulamentar.

Limitações

O VaR tem algumas limitações como as seguintes: O VaR utiliza dados históricos para prever o comportamento dos preços futuros. O comportamento dos preços futuros pode ser substancialmente diferente do comportamento passado. Além disso o uso de um período de retenção de um dia (ou dez dias para cálculos de capital regulamentar) presume que todas as posições na carteira podem ser liquidadas ou cobertas num dia. Em períodos de liquidez ou movimentos no mercado este pressuposto pode não ser válido. Além disso o uso do nível de confiança de 99 % significa que o VaR não tem em conta quaisquer perdas que ocorrem para lá deste nível de confiança.

Testes retrospetivos

A verificação a posteriori é uma técnica para a monitorização contínua da plausibilidade do modelo VaR em utilização. Embora os modelos do VaR estimem os possíveis resultados comerciais futuros as estimativas têm por base dados de mercado históricos. Num teste retrospetivo o resultado comercial diário real (excluindo taxas e comissões) é comparado com o VaR de 1 dia. Além de utilizar os resultados reais para os testes retrospetivos o ING Bank utiliza também resultados hipotéticos que medem os resultados excluindo o efeito do comércio intradiário as taxas e as comissões. Quando a perda real ou hipotética excede o VaR ocorre um «valor atípico». Com base no nível de confiança unilateral de 99 % do ING Bank espera-se um valor atípico uma vez a cada 100 dias úteis. Em 2016 houve três ocorrências quando uma perda hipotética comercial diária excedeu o VaR consolidado diário do ING Bank. As três anomalias foram causadas por movimentos de mercado para fatores de risco modelados. O ING Bank participa os resultados dos testes retrospetivos trimestralmente ao BCE.

VaR Tenso

O VaR Tenso (SVaR) visa replicar um cálculo do VaR que seria gerado na carteira atual do banco com informações calibradas segundo os dados históricos de um período contínuo de 12 meses de tensão financeira significativa relevante para a carteira do banco. Para calcular o SVaR o ING Bank utiliza o mesmo modelo que para o VaR (simulação histórica). O período de dados históricos utilizados inclui o limite da crise de crédito aquando da queda da Lehman brothers e é revisto com regularidade.

Cobrança do Risco Gradual

Com a Cobrança do Risco Gradual (CRG) o ING Bank calcula uma estimativa de incumprimento e risco de migração para produtos de crédito não titularizados no livro comercial num período de capital de um ano com um nível de confiança de 99 9 %. Para o cálculo da CRG o ING Bank efetua uma simulação Monte Carlo com base num modelo de cópula gaussiana. A alteração da classificação é simulada para todos os emissores em diferentes períodos de liquidez (isto é tempo necessário para liquidar a posição ou cobrir todos os riscos significativos) ao longo de um ano. O impacto financeiro é depois determinado com base na migração simulada do incumprimento ou na migração para uma categoria de classificação diferente com base no PDI ou em alterações do spread de crédito respetivamente.

O período de liquidez foi definido segundo o mínimo regulamentar de três meses para todas as posições no âmbito. O ING Bank revê regularmente os períodos de liquidez com base numa avaliação estruturada do tempo que demora a liquidar as posições na carteira comercial.

O ING Bank avalia periodicamente a conformidade do modelo CRG com os requisitos regulamentares ao efetuar análises de lacunas substanciando as escolhas de modelos e quantificando o impacto de abordagens alternativas.

Risco de movimento

O risco de movimento é uma ferramenta de gestão do risco valiosa. O risco de movimento avalia a estabilidade financeira do banco em cenários de esforço graves mas plausíveis e ajuda na tomada de decisões que garantem que o banco continua uma instituição financeiramente saudável depois de ocorrer um evento grave. Além do quadro de teste do esforço em todo o banco conforme descrito na secção de perfil do risco do ING Bank o Risco de Crédito e Comercial efetua testes de cenários tensos separados para monitorizar os riscos de mercado em condições de mercado extremas. Uma vez que no geral o VaR não produz uma estimativa de possíveis perdas que podem ocorrer como resultado de movimentos de mercado extremos o ING Bank utiliza testes de cenários tensos estruturados para calcular o Risco de movimento de modo a monitorizar o risco de mercado nestas condições extremas. O risco de movimento baseia-se em cenários históricos e hipotéticos extremos. O resultado é uma estimativa dos lucros e perdas causados por um possível movimento e o seu impacto mundial para o ING Bank. O número do risco de movimento para a atividade comercial do ING Bank é gerado semanalmente. Tal como o VaR o risco de movimento é limitado pelo ALCO Bank.

A política de risco de movimento do ING Bank baseia-se num grande conjunto de possíveis cenários de tensão por tipo de risco (rendimento fixo capital próprio mercado cambial crédito e mercados derivados relacionados). Por exemplo para produtos de capital próprio assumimos um cenário de crise (redução dos preços) e um cenário altista (aumento dos preços). Os parâmetros de tensão são definidos por país. Os cenários são calculados com base em movimentos que ocorrem de forma independente em conjunto por região ou em todos os países em simultâneo. Desta forma é calculado um grande conjunto de cenários para cada tipo de risco. Os piores cenários por mercado são combinados nos mercados ao avaliar movimentos independentes por mercado e os piores movimentos que ocorrem em todos os mercados ao mesmo tempo.

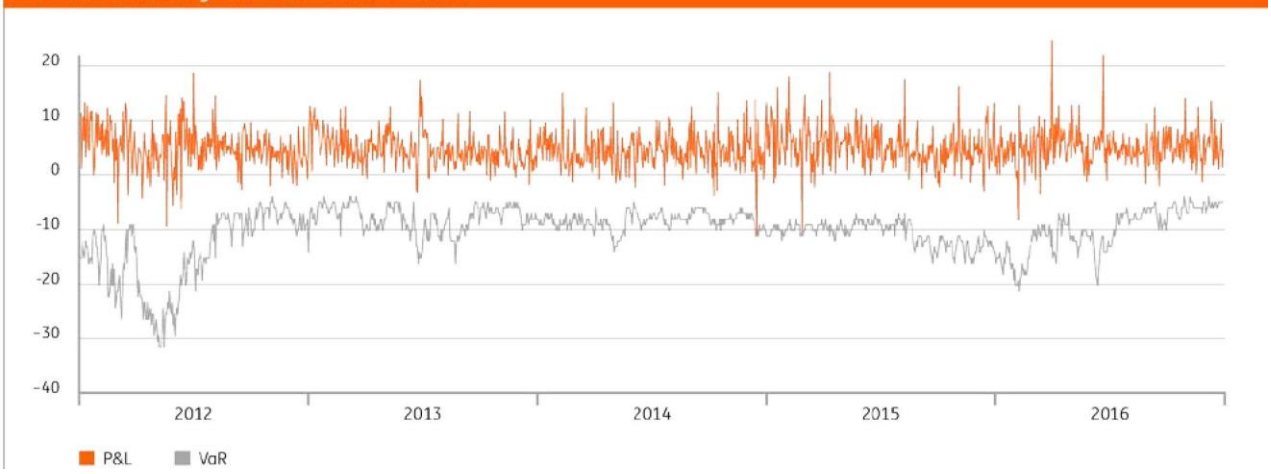
Outros controlos comerciais

Os limites do VaR e do Risco de movimento são os limites mais importantes para controlar as carteiras comerciais. Adicionalmente foram definidos limites para o SVaR e a CRG. Além disso o ING Bank utiliza outros controlos para complementar estes limites. Os limites de posição e sensibilidade são utilizados para evitar grandes concentrações em emissores setores ou países específicos. Além disto são definidos outros limites de risco relativamente a atividades em comércio de derivados complexos. O risco de mercado destes produtos é controlado por limites e restrições específicos do produto.

Perfil do risco

O quadro seguinte ilustra o desenvolvimento do VaR repentino num intervalo de confiança de 99 % e um período de 1 dia versus lucros e perdas comerciais diários. O VaR repentino é apresentado para a carteira comercial do ING Bank de 2012 a 2016.

Consolidated trading VaR ING Bank 2012 – 2016 [1]



1 Risco CVA não incluído no VaR.

Em 2016 houve dois casos com grandes resultados comerciais positivos. O primeiro grande resultado comercial positivo foi fomentado por uma conjunto de alterações positivas; o segundo grande resultado positivo foi fomentado por movimentos de mercado voláteis no dia do Brexit.

Os números do risco na tabela abaixo apenas estão relacionados com os livros comerciais em que se aplica a abordagem do modelo interno.

1d VaR para Carteiras comerciais de Abordagem do Modelo Interno[1]

	Mínimo		Máximo		Médio		Final do ano	
valores em milhões de euros	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Taxa de juro	3	3	10	8	5	5	5	4
Capital próprio e mercadorias	2	4	11	10	5	6	4	6
Mercado Cambial	1	1	5	4	2	2	2	1
Spread de crédito	4	7	11	10	6	8	7	9
Diversificação[2]					-7	-9	-12	-6
Total VaR	5	8	22	17	11	12	6	14

1 Risco CVA não incluído no VaR.
2 O VaR total para as colunas Mínimo e Máximo não pode ser calculado tendo em conta a soma dos componentes individuais uma vez que as observações para os mercados individuais assim como o VaR Total poder ocorrer em datas diferentes.

Em 2016 o VaR médio era semelhante ao do ano passado facto notável também em tipos de risco diferentes. O VaR era volátil durante o ano fomentado por alterações de posição. As alterações de posições reduziram o VaR até ao final do ano numa resposta ao aumento de volatilidade do mercado.

UE MR3: Valores da Abordagem do Modelo Interno para carteiras comerciais CAD[2]			
valores em milhões de euros		2016	2015
VaR (10 dias 99%)			
1	Valor máximo	64	64
2	Valor médio	33	44
3	Valor mínimo	9	29
4	Fim do período	36	43
VaR em Situação de Stress			
5	Valor máximo	131	110
6	Valor médio	72	71
7	Valor mínimo	40	41
8	Fim do período	84	78
Cobrança do Risco Gradual (99 9 %)			
9	Valor máximo	292	482
10	Valor médio	207	380
11	Valor mínimo	120	249
12	Fim do período	120	267
Cobrança do capital do Risco abrangente (99 9 %)			
13	Valor máximo	n/a	n/a
14	Valor médio	n/a	n/a
15	Valor mínimo	n/a	n/a
16	Fim do período	n/a	n/a

As alterações da posição do risco também estavam refletidas nas estatísticas do VaR de 10 dias e do VaR Tenso de 10 dias. Comparando com o VaR de 10 dias em 2015 em 2016 as alterações da posição levaram a uma média inferior ao intervalo mais vasto entre um máximo e um mínimo e a um VaR de 10 dias inferior no final do ano. Para o VaR Tenso de 10 dias a média era estável quando comparada com o ano anterior enquanto os valores máximo e do final do ano aumentaram. A diminuição geral na CRG em 2016 foi fortemente fomentada pela diminuição das exposições de dívida a vários soberanos.

Capital regulamentar

Segundo o Regulamento de Requisitos de Fundos Próprios (RFP/DFP IV) o capital regulamentar para carteiras comerciais pode ser calculado usando a abordagem padronizada para uma abordagem de modelo interno. O ING Bank recebeu aprovação regulamentar para utilizar um modelo interno de modo a determinar o capital regulamentar para o risco de mercado em todos os livros comerciais do ING Bank. O capital do risco de mercado dos livros comerciais CAD2 é calculado em conformidade com o RFP usando o VaR interno o VaR Tenso e modelos de Cobranças do Risco Graduais quando a diversificação é tida em conta. Por outro lado o capital de risco de mercado dos livros CAD1 é calculado com a Abordagem Padronizada com ponderações do risco fixas. Em 2016 os cálculos de capital para todos os livros comerciais são efetuados na Abordagem de Modelo Interno. As incompatibilidades no risco FX dos livros bancários são incorporadas na Abordagem Padronizada. O ING Bank não tem uma Carteira de Comércio de Correlação ou quaisquer outras titularizações no livro comercial.

Abordagem Padronizada

UE MR1: Riscos de mercado com Abordagem Padronizada					
			2016		2015
em milhões de Euros		RWA	Social aplicáveis	RWA	Requisitos de requirements
Produtos totais					
1	Risco da taxa de juros (gerais e específicos)				
2	Risco de capital próprio (gerais e específicos)				
3	Risco do Mercado Cambial	1 081	87	1 328	106
4	Risco de mercadorias				
Opções					
5	Abordagem simplificada				
6	Método Delta-plus				
7	Abordagem do cenário				
8	Titularizações (risco específico)				
9	**Total**		**1 081 87**		**1 328 106**

O capital regulamentar do Risco de mercado sob a Abordagem Padronizada é plenamente fomentado pelo risco de mercado cambial na carteira não comercial. A redução do risco da taxa de câmbio em 2016 está maioritariamente relacionado com a redução da exposição da moeda INR (Rupia Indiana) causada pela venda de ações do Kotak Mahindra Bank.

Abordagem do Modelo Interno

UE MR2-A: Riscos de mercado na Abordagem do Modelo Interno

		2016		2015	
	em milhões de Euros	RWA	Social aplicáveis		Requisitos de Fundos Próprios
1	VaR (valores mais altos a e b)	1 123	90	1 797	144
(a)	VaR do dia anterior (Artigo 365(1) (VaRt-1))	449	36	535	43
(b)	Média do VaR diário (Artigo 365(1)) em cada um dos sessenta dias úteis precedentes (VaRavg) x fator de multiplicação ((mc) em conformidade com o Artigo	1 123	90	1 797	144
2	SVaR (valores mais altos a e b)	2 546	204	2 931	235
(a)	SVaR mais recente (Artigo 365(2) (sVaRt-1))	1 054	84	969	78
(b)	Média do SVaR (Artigo 365(2) durante os sessenta dias úteis precedentes (sVaRavg) x fator de multiplicação (ms) (Artigo 366)	2 546	204	2 931	235
3	Custo do risco gradual - CRG (valores mais altos a e b)	1 910	153	3 579	286
(a)	O valor do CRG mais recente (incumprimento gradual e riscos de migração secção 3 calculados em conformidade com a Secção 3 artigos 370/371)	1 500	120	3 339	267
(b)	Média do número CRG durante as 12 semanas precedentes	1 910	153	3 579	286
4	Medição do Risco Abrangente – MRC (valores mais altos a b e c)				
(a)	Número de risco mais recente para a carteira de comércio de correlação (artigo 377)				
(b)	Média do número de risco para a carteira de comércio de correlação ao longo das 12 semanas precedentes				
(c)	8 % do requisito de fundos próprios em AP no número de risco mais recente para a carteira de comércio de correlação (Artigo 338(4))				
5	Total	**5 579**	**446**	**8 307**	**665**

A redução no Capital Regulamentar do risco de mercado para o Comércio em 2015 deve-se maioritariamente à redução nas exposições de emissores soberanos e como resultado de uma diminuição na CRG e a alterações em posições de risco durante 2016 que resultaram em reduções no VaR e no VaR Tenso. As principais alterações nas posições do risco ao longo do ano foram na carteira de derivados de capital próprio e na carteira de cobertura de CVA. As coberturas de CVA são capitalizadas sob o quadro do risco de mercado enquanto o CVA é capitalizado sob o quadro do risco de crédito segundo as regras de Basileia.

Sensibilidades

Como parte do quadro de monitorização do risco o Risco de Crédito e Comercial monitoriza ativamente as alterações diárias das sensibilidades das nossas carteiras comerciais. As tabelas seguintes ilustram as cinco maiores posições comerciais intercambiais e as sensibilidades da taxa de juro e do spread de crédito. As sensibilidades do spread de crédito são ainda divididas em classes e setores do risco diferentes. Devido à natureza das carteiras comerciais as posições mudam de dia para dia.

Posições comerciais intercambiais mais importantes no final do exercício

Deltacash amounts in EUR millions	2016		2015
Mercado Cambial		Mercado Cambial	
Dólares dos Estados Unidos	201	Dólares dos Estados Unidos	160
Novo Leu Romeno	45	Novo Leu Romeno	57
Yuan Chinês	-40	Yuan Chinês	-42
Won da Coreia do Sul	-22	Won da Coreia do Sul	-46
Koruna Checa	21	Franco Suíço	18

Sensibilidades mais importantes da taxa de juro e do spread de crédito no final do exercício

valores em milhares de euros	2016		2015
Taxa de juros (BPV[1])		**Taxa de juros (BPV1)**	
Euro	-119	Euro	-414
Won da Coreia do Sul	-44	Won da Coreia do Sul	-52
Zloty Polaco	-32	Libra Britânica	45
Rupia Indiana	-23	Dólares dos Estados Unidos	43
Novo Leu Romeno	22	Yen Japonês	18
Spread de crédito (CSO1[2])		**Spread de crédito (CSO1[2])**	
Estados Unidos	333	Holanda	-289
Alemanha	173	Alemanha	-154
Bélgica	74	Noruega	-110
Índia	-38	Estados Unidos	99
Polónia	-38	Espanha	-89

1 O Valor do Ponto Base (VPB) mede o impacto do aumento de 1 ponto base nas taxas de juro no valor. Os números incluem o risco de mercado nos livros bancários.

2 A Sensibilidade do Spread de Crédito (CS01) mede o impacto no valor do aumento de 1 ponto base nos spreads de crédito. As exposições a instituições supranacionais não são atribuídas a um país específico.

Sensibilidades do spread de crédito por classe de risco e setor no final do exercício

	2016		2015	
valores em milhares de euros	Empresas	Finanças Instituições	Empresas	Instituições financeiras
Spread de crédito (CSO1[1])				
Risk classes				
1 (AAA)	-3	-48	0	-60
2-4 (AA)	-21	26	13	-108
5-7 (A)	13	-9	12	-207
8-10 (BBB)	-126	-154	-61	-180
11-13 (BB)	-104	-88	-88	-64
14-16 (B)	0	-9	-3	-2
17-22 (CCC and NPL)	-1	-2	-12	-11
Não classificado	1	1	3	1
Total	**-241**	**-283**	**-136**	**-631**

1 A Sensibilidade do Spread de crédito (CS01) mede o impacto do aumento de um ponto base nos spreads de crédito no valor.

De acordo com o Regulamento de Requisitos de Fundos Próprios (RFP/DFP IV) o ING Bank monitoriza e controla a suas grandes exposições incluindo exposições nos livros comerciais. No decorrer de 2016 não houve exposição no livro comercial que exceda os limites máximos regulamentares de exposição.

Risco de financiamento e liquidez

Introdução

O risco de financiamento e liquidez é o risco que o ING Bank ou uma das suas subsidiárias não conseguir cumprir os passivos financeiros quando vencerem a um custo razoável e atempadamente. O risco de liquidez pode materializar-se através de posições comerciais e não comerciais.

O ING Bank incorpora a gestão de financiamentos e liquidez na sua estratégia empresarial. Para otimizar a sua gestão de riscos de financiamento e liquidez o ING Bank desenvolveu um quadro de financiamento e risco de liquidez que visa maximizar o acesso à liquidez e minimizar os riscos e custos de financiamento. O principal objetivo da gestão do risco de financiamento e liquidez do ING é manter liquidez suficiente para garantir operações seguras e precisas em circunstâncias de mercado normal e em tempos de tensão.

Corporativa

No ING Bank os departamentos do CAB de recursos humanos do domínio do CRO e do CFO Gestão de Capital e Tesouraria Bancária devem supervisionar e são responsáveis pela gestão do risco de financiamento e liquidez. O CAB define a estratégia de financiamento e liquidez a posição do financiamento e liquidez alvo e a apetência do risco com base em recomendações da Tesouraria Bancária Gestão de Capital Risco do Balanço Financeiro e Finanças.

A gestão do risco de liquidez no ING Bank enquadra-se na supervisão do departamento do ALCO com o ALCO Bank enquanto autoridade de aprovação mais elevada que supervisiona a execução do conjunto geral de estratégias do CAB.

O ALCO Bank determina o quadro e a apetência do risco de liquidez (limite) que é depois distribuído pela organização ao abrigo da responsabilidade dos níveis inferiores do ALCO. O quadro do risco de liquidez do ING Bank baseia-se no conceito das três linhas de defesa enquanto os princípios de risco são implementados monitorizados e controlados juntamente com as divisões de primeira e segunda linha do Banco.

A Tesouraria Bancária é a 1ª linha de defesa do departamento. As suas principais funções de financiamento e liquidez são gerir a lacuna de financiamento do ING e a posição de liquidez (regulamentar) do ING. A Tesouraria Bancária é o primeiro contacto do ING com o mercado para financiamento a longo e curto prazo excetuando as transações de capital que são da responsabilidade da divisão de Gestão de Capital e a execução de alguns produtos de financiamento de estrutura específica que são executados pelos Mercados Financeiros num Mandato que proporciona orientação rigorosa sobre preços volumes opções e maturidades.

A divisão do Risco do Balanço Financeiro de 2ª linha é responsável pela definição da gestão relativamente à gestão de financiamentos e liquidez e facilita os processos de tomada de decisões do ALCO Bank no que se refere a este aspeto. Na mesma linha o Risco do Balanço Financeiro define as normas para a abordagem do risco de financiamento e liquidez (identificar avaliar controlar monitorizar e participar). Além disso determina as polícias e procedimentos adequados para gerir e monitorizar o risco de liquidez e verificações de conformidade com diretrizes e limites.

Administração

Quadro

O quadro de gestão do risco de liquidez do ING incorpora todos os princípios do risco relevantes relativos à gestão diária e contínua do risco de financiamento e liquidez. O quadro inclui os elementos chave seguintes:

- *Apetência do risco de liquidez:* Isto é definido pelo ALCO Bank (que inclui todos os membros do CAB) em linha com a complexidade do ING composição empresarial e perfil do risco de liquidez. A apetência do risco é revista anualmente e faz parte da introdução de unidades empresariais nos seus planos empresariais a médio prazo. A apetência do risco definida é atribuída ao nível inferior do ALCO;
- *Financiamento*: A divisão da Tesouraria Bancária define e atualiza a estratégia e o planeamento de financiamento tendo em conta a diversificação em fontes e a maturidade do financiamento;
- *Gestão de liquidez intradiária*: A Tesouraria Bancária gere ativamente as suas posições e riscos de liquidez a curto prazo para satisfazer as obrigações de pagamento e liquidação atempadamente em condições normais e tensas;
- *Gestão de posição colateral*: A Tesouraria Bancária gere ativamente o risco de liquidez das suas posições colaterais para satisfazer as necessidades colaterais do ING assim como os seus recursos em condições normais e tensas e em conformidade com todas as regras internas e regulamentares;
- *Reservas de liquidez*: O ALCO Bank garante que a liquidez suficiente é mantida em conformidade com as regras e normas regulamentares e do Banco incluindo uma reserva de ativos líquidos livres de encargos e de alta qualidade para suportar movimentos em tensão como os que envolvem a perda ou desvalorização de fontes de financiamento com e sem títulos.
- *Transferência e preços do risco de liquidez*: O ALCO Bank define e mantém um quadro de Preços de Transferência de Financiamento (PTF) que otimiza a gestão do risco de financiamento e liquidez ao nível do Banco enquanto todas as unidades empresariais devem transferir os seus riscos de financiamento e liquidez estruturais para a Tesouraria Bancária enquanto gerem os seus próprios custos de risco de liquidez relacionados com comportamentos de clientes. Qualquer valor contabilístico negativo resultante de necessidade em manter a reserva de ativos líquidos como liquidez contingente não é recolhido no FTP é antes recolhido e alocado através de um mecanismo de cobrança de liquidez contingente (CLC) em separado;
- *Testes de esforço*: O ALCO garante que os testes de liquidez em tensão são planeados concebidos efetuados e revistos para identificar fontes de possível tensão de modo a determinar como estes podem ser e serão abordados e garantir que as exposições atuais continuam na tolerância do risco de liquidez estabelecida; e
- *Plano de Financiamento de Contingência:* O ALCO garante a conceção teste regular e manutenção de planeamento formal de Financiamento de Contingência definindo as estratégias para abordar falhas de liquidez em situações de emergência criando procedimentos para gerir estas situações estabelecendo linhas claras de responsabilidade e articulando procedimentos de implementação e progressividade claros.

Apetência do risco de liquidez

A apetência do risco de liquidez do ING exprime o nível de risco de liquidez que o ING está disposto a assumir na prossecução dos seus objetivos estratégicos. As Declarações da Apetência do Risco de Liquidez (DAR) estão alinhadas com a estratégia do ING e são atribuídas a entidades do ING através de limites quando necessário por entidade do ING. As DAR de Liquidez do ING são compostas por três níveis:

- As DAR de Nível 1 são consideradas juntamente com outros para efeitos de direcionamento das posições de liquidez do ING Bank uma vez que diferem em termos de pressupostos período e âmbito As declarações de apetência do risco de nível 1 (i) garantem a conformidade com os requisitos regulamentares (RCL e NSFR) e (ii) definem reservas adequadas referentes a cenários em esforço definidos a nível interno;
- As DAR de Nível 2 são princípios adicionais que permitem avaliar diferentes aspetos da posição de liquidez consolidada do ING e/ou dos (rácios dos) balanços financeiros. Podem acabar por afetar as DAR de Nível 1 ou podem complementar as DAR de Nível 1 (quando as diferenças estiverem na métrica pressuposto fonte de dados ou ambos). As declarações de apetência do risco de nível 2 focam-se (i) na posição de caixa e cauções do ING Bank (ii) no rácio de encargos de ativos (iii) na garantia de níveis suficientes de diversificação de financiamento; e
- As DAR de Nível 3 são princípios adicionais que permitem avaliar aspetos da posição de liquidez consolidada referentes a determinadas partes de itens no e fora do balanço financeiro ou representam nova especificação das DAR de Nível 1 ou Nível 2.

Esta hierarquia de DAR aplica-se consistentemente por todas as moedas e para os USD tanto para o âmbito consolidado do ING como para o ING Bank N.V. solo. Sempre que relevante as DAR são reduzidas a níveis regionais e locais específicos.

Com base no supracitado o ING Bank definiu as seguintes declarações de apetência do risco para a gestão do risco de financiamento e liquidez:

- Os limites de liquidez regulamentar internos devem ser cumpridos de forma proativa;
- O período de sobrevivência numa situação tensa deve abranger um período definido dependendo do nível de esforço aplicado;
- O financiamento dos ativos e investimentos a longo prazo deve ser efetuado por passivos estáveis e de longo prazo;
- As dependências geográficas relacionadas com financiamento intragrupo devem ser limitadas; e
- A diversificação deve existir no perfil de financiamento nos prestadores de financiamentos tipos de instrumento mercados geográficos maturidades e moedas.

Financiamento

Ao detalhar as atividades do banco relacionadas com a utilização de fontes de financiamento do mercado profissional aplicam-se os princípios chave seguintes:

- Manter o acesso de mercado adequado em condições de mercado normais e tensas mas operáveis;
- Gerir o risco ao cumprir limites de risco impostos interna e externamente e rácios do balanço financeiro; e
- Otimizar os custos de financiamento segundo os princípios acima.

Relativamente a fontes de financiamento o ING Bank gere prudentemente o seu balanço financeiro utilizando primariamente financiamentos a curto prazo para o financiamento de ativos a curto prazo. O banco visa financiar os ativos e investimentos a longo prazo através de passivos estáveis e de longo prazo. Em linha com isto o ING Bank monitoriza as exposições em grandes moedas como o dólar americano. A monitorização e controlo do financiamento em USD são efetuadas através de um quadro de risco de financiamento e liquidez dedicado aos dólares americanos.

O ING Bank revê o seu plano de financiamento pelo menos trimestralmente avaliando os desenvolvimentos de mercado e os requisitos de financiamento.

Gestão de liquidez intradiária

O objetivo de gerir a liquidez intradiária e os seus riscos no ING é duplo: foca-se na prevenção de prevenir danos à própria posição de liquidez da instituição e tendo em conta o seu papel em mercados financeiros globais o ING também tem em conta os possíveis danos a terceiros que podem ser originados através de efeitos em cadeia em transações de pagamento e títulos. A gestão de liquidez intradiária é feita através da declaração de risco intradiário ao definir entre outros medições e acionadores em posições diárias de liquidez corrente negativa e níveis de saídas de pagamentos.

Gestão de posição colateral

O objetivo da Gestão Colateral é determinar se o ING Bank consegue cumprir os requisitos colaterais inerentes às suas necessidades de cauções. O ING Bank mantém uma reserva de liquidez existente de caixa equivalentes de caixa e outros ativos líquidos e livres de encargos para facilitar isto. A gestão tática (a curto prazo) da reserva de liquidez é efetuada através do aumento ou redução da cobertura de liquidez com transformação de cauções ao executar recompras de obrigações de modo a cumprir os requisitos internos e regulamentares. A participação e análise são efetuadas disponibilizando cauções para financiamento de emergência a sua elegibilidade e rota para cobrar de forma eficiente.

Reservas de liquidez

A reserva de liquidez detida pelo ING Bank pode ser vista como a parte de curto prazo da capacidade de contrabalanço isto é o total de fontes e medidas disponíveis no ING para gerar liquidez (incluindo parar também os empréstimos profissionais) e serve como apoio para as necessidades de liquidez em condições normais e tensas.

A dimensão e composição da reserva de Liquidez depende da Apetência do Risco do ING e das normas de liquidez regulamentares. Na reserva apenas os ativos que estão incluídos estão «livres de encargos» e disponíveis livremente para efeitos de liquidez. A Tesouraria Bancária garante a gestão funcional de todas as reservas de liquidez no ING Bank reservas ao nível do Banco e reserves ao nível da unidade empresarial local.

A reserva de liquidez é mantida como garantia perante um conjunto de cenários de tensão abrangendo a necessidade adicional de liquidez que poderá surgir num curto período de tempo definido em condições de tensão. As normas mínimas do ING para reservas de liquidez estão descritas abaixo:

- Quando as regras regulamentares locais o exigem podem ser estabelecidas reservas de liquidez locais. Embora estabelecidas localmente estas reservas devem ser geridas centralmente a nível funcional pela divisão de Tesouraria Bancária;
- A reserva deve ser alinhada em relação aos calendários contratuais e de vencimento previstos e outros desenvolvimentos esperados ou planeados;
- A dimensão das reservas é apoiada por estimativas de necessidades de liquidez efetuadas sob testes de esforço do Banco ou da entidade empresarial e está alinhada com a apetência do risco de liquidez;
- A reserva de liquidez é composta por caixa e ativos essenciais elegíveis para o Rácio de Cobertura de Liquidez (RCL) e/ou altamente comercializáveis que não se encontrem penhorados para sistemas de pagamento ou câmaras de compensação. Para

efeitos de reserva de longo prazo pode ser adequado um conjunto mais amplo de ativos líquidos sujeito à capacidade de o Banco ou entidade gerar liquidez a partir dos mesmos em esforço dentro do período de tempo indicado; e

A localização e dimensão das reservas de liquidez reflete a estrutura do Banco ou entidade (ex. legal e geográfica) e as suas atividades de negócio.

Transferência e preços do risco de liquidez

Os Preços de Transferência de Financiamento (PTF) são um sistema de medição e atribuição interno que atribui uma contribuição dos lucros a fundos angariados emprestados ou investidos. O PTF é o mecanismo de preço utilizado no ING para transferir as posições do risco da taxa de juro do risco de base e do risco de liquidez das unidades comerciais para a Tesouraria Bancária. O quadro PTF permite aos ALCO locais definir os seus níveis de PTF locais e gerir estes riscos para todas as transferências internas ao nível local. Isto significa que estes riscos são transferidos do livro da empesa para um livro de Tesouraria Bancária separado onde podem ser monitorizados e geridos de forma mais eficiente e eficaz. Qualquer valor contabilístico negativo resultante de necessidade em manter a reserva de ativos líquidos como liquidez contingente não é recolhido no FTP. Este valor contabilístico negativo é recolhido e alocado através de um mecanismo de cobrança de liquidez contingente (CLC) em separado. Os custos benefícios e riscos de liquidez são considerados nos preços design e oferta de produtos e no Processo de Aprovação e Revisão de Produtos (PARP) ou aprovação de negócios e outros processos relacionados para produtos comerciais pelas unidades empresariais.

Testes de esforço

Os testes de esforço permitem ao ING avaliar o efeito de movimentos futuros excecionais mas plausíveis sobre a posição de liquidez do banco e proporcionam uma perspetiva relacionada com as entidades linhas empresariais ou carteiras que se encontram vulneráveis a determinados tipos de riscos e/ou em determinados tipos de cenários. Os testes de liquidez em tensão são uma ferramenta importante na identificação avaliação medição e controlo de riscos de financiamento e liquidez proporcionando uma perspetiva complementar e prospetiva de outras ferramentas de gestão do risco de liquidez e financiamento.

Em conformidade com as diretrizes do Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão (PRAS) e da ABE as posições de liquidez do ING Bank são sujeitas a testes de esforço mensalmente num cenário que inclui uma mistura entre um evento mercado e um evento específico do ING. O resultado de testes de esforço é avaliado e proporciona informação a qualquer seguimento sobre a necessidade de medidas de contingência adicionais.

Além do quadro de teste em tensão em todo o banco conforme descrito na secção de perfil do risco do ING Bank são elaborados regularmente relatórios de teste de esforço relacionados com a posição de financiamento e liquidez. Alguns destes testes de esforço são fomentados a nível regulamentares e outros têm cenários internos como base. Semanalmente o ING relata uma métrica de liquidez interna que é participada a um nível consolidado (bancário) para as principais entidades e dividido em Euros e Dólares dos Estados Unidos. Mensalmente o ING Bank relata o Rácio de Cobertura de Liquidez (RCL) e um cenário de tensão internamente definido referente ao período de sobrevivência. Além disso trimestralmente o ING Bank relata vários cenários de tensão internamente definidos referentes a períodos de sobrevivência.

Em termos ad-hoc o ING Bank efetua testes em tensão adicionais relacionados com a posição de financiamento e liquidez. No geral os testes de esforço são uma parte integrante do quadro de gestão do risco de liquidez e financiamento e também servem de informação para o plano de financiamento de contingência. De uma perspetiva cambial os testes de esforço são aplicados ao Euro e aos Dólares dos Estados Unidos enquanto outras moedas são monitorizadas. Isto alinha-se com a abordagem de Basileia III e RFP relativamente a grandes moedas.

Plano de financiamento de contingência

No plano de financiamento de contingência o risco de liquidez de contingência é abordado relacionando-se especificamente com a organização e planeamento da gestão de liquidez em tempos de tensão. No ING Bank para efeitos de contingência uma equipa de crise específica composta por membros chave do CAB e representantes de gestão administrativa de por exemplo Finanças Gestão de Capital e Tesouraria Bancária é responsável pela gestão de liquidez em tempos de crise. A organização tem implementados planos de financiamento de contingência para permitir à administração sénior agir de forma efetiva e eficiente em tempos de crise. Estes planos de financiamento de contingência são desenvolvidos em linha com o Plano de Recuperação do ING e testados regularmente a nível central e ao nível da unidade empresarial.

Perfil de financiamento e liquidez

Fontes de financiamento

Em 2016 o ING Bank teve acesso imediato a uma grande variedade de fontes de financiamento a longo e curto prazo. Na tabela abaixo as várias fontes de financiamento são apresentadas na composição de financiamento:

Composição de Financiamento do ING Bank		
	2016	2015
Tipo de financiamento		
Depósitos de retalho	51%	48%
Depósitos empresariais e outros	21%	22%
Interbancário (incl. banco central)	5%	5%
Acordo de empréstimo/recompra	5%	5%
Dívida pública	16%	18%
Dívida subordinada	2%	2%
Total	**100%**	**100%**

A composição de financiamento continuou bem diversificada. Os depósitos de retalho continuaram a ser as fontes de financiamento primárias do ING Bank e aumentaram um pouco para 51 % da composição de financiamento total até ao final do ano 2016. O rácio Empréstimos-Depósitos (excluindo títulos a custos amortizados) aumentou de 1 04 até ao final do ano 2015 para 1 06 até ao final do ano 2016.

Desenvolvimentos regulamentares

Com base no Ato Delegado sobre o Rácio de Cobertura de Liquidez (RCL) emitido pela Comissão Europeia em outubro de 2014 a ABE emitiu Normas Técnicas de Implementação relacionadas com a comunicação do RCL a partir de 1 de outubro de 2015. O RCL é atualmente calculado e relatado com base no Ato Delegado e nas Normas Técnicas de Implementação correspondentes. Está a ser elaborada uma Retificação para o Ato Delegado do RCL e espera-se que seja emitida em 2017.

As métricas de monitorização adicionais implementadas atualmente serão aplicadas com um modelo de escala de maturidade que estava fora do âmbito na implementação inicial.

Em novembro de 2016 a CE submeteu uma proposta legislativa sobre o NSFR ao Parlamento e Conselho Europeus. Espera-se que o NSFR entre em vigor dois anos após a sua aprovação pelo Parlamento e Conselho Europeus com data indicativa de 2019. O rácio NSFR é atualmente participado trimestralmente com base na orientação do CBSB e da ABE

A proposta da Comissão Europeia também contém orientações sobre divulgação. Isto significa que os requisitos de divulgação entrarão em vigor após a aprovação por parte do Parlamento e Conselho Europeus.

Risco não financeiro

Introdução

A função de Risco Não Financeiro (RNF) abrange as divisões de gestão do risco operacional e de conformidade. Garante controlos do risco adequados nestas áreas funcionais ao implementar políticas claras e normas mínimas incluídas nos processos empresariais do ING Bank em todas as divisões. A infraestrutura necessária foi implementada para permitir à administração acompanhar os movimentos e as questões do risco não financeiro. Um sistema abrangente de controlos internos que são revistos e atualizados conforme necessário cria um ambiente de melhoria contínua na gestão do risco não financeiro.

O ING Bank acredita que controlos completamente implementados preservam e melhoram a confiança dos seus clientes funcionários e acionistas e que é essencial para construir empresas sustentáveis. O Orange Code define as bases para as normas éticas elevadas que o ING Bank espera de todas as suas atividades de negócios. O Orange Code exige que todos os funcionários tenham uma boa conduta não só na forma e conteúdo das leis e regulamentos mas acima de tudo que tenham integridade mantendo a honestidade prudência e responsabilidade.

Corporativa

A Comissão de Riscos Não Financeiros (CRNF) e as Equipas de Gestão (EG) gerem medem e monitorizam os riscos operacionais e de conformidade. As CRNF existem ao nível do Banco e noutros níveis relevantes. São presididas pela primeira linha de defesa e orientam as atividades de gestão do risco da primeira e segunda linhas de defesa no seu âmbito. Os assuntos de risco não financeiro são uma parte integrante do programa das EG regulares em todos os níveis da organização. A CRNF do Banco é a principal comissão de aprovação e supervisão para questões de risco não financeiro.

O Presidente da Gestão do Risco Operacional Empresarial (GROE) e o Diretor de Conformidade reportam ao Diretor de Riscos (DR) e são conjuntamente responsáveis pelo desenvolvimento do quadro das políticas e normas de risco não financeiro dentro do ING Bank e pela monitorização da qualidade da gestão do risco não financeiro nas divisões.

O Diretor de Conformidade (DC) é o diretor-geral do departamento de Gestão do Risco de Conformidade do Banco e Presidente da Divisão da Gestão do Risco de Conformidade no Banco. Esta é uma função independente responsável pelo desenvolvimento e criação de

políticas ao nível do Banco e normas mínima para gerir os riscos de conformidade. O DC ajuda e apoia o MBB na gestão dos riscos de conformidade e do quadro de controlo do ING Bank. O DC é um participante permanente da Comissão de Riscos do Conselho de Supervisão e reúne-se regularmente com o seu Presidente.

A função de RNF utiliza uma abordagem funcional por níveis nas divisões para garantir a implementação sistemática e consistente do quadro de políticas e normas mínimas no ING Bank. Para evitar possíveis conflitos de interesse é essencial que os funcionários nesta função sejam independentes e objetivos ao aconselhar a gestão empresarial sobre questões de risco não financeiras na sua unidade ou linha empresarial. Para facilitar isto está implementada uma forte linha funcional de participação para o nível mais elevado seguinte na Gestão do Risco Operacional (GRO) e de Conformidade. A linha de participação funcional tem contabilidades claras relacionadas com a definição de objetivos remuneração gestão e nomeação de desempenho de novos funcionários assim como obrigações de vetar e escalar.

Quadro

O risco não financeiro é o risco de perda financeira sanções legais ou regulamentares ou danos reputacionais causados por processos internos inadequados ou falhados pessoas e sistemas; uma falha em cumprir as leis regulamentos e normas; ou ocorrências externas. O ING Bank tem um quadro abrangente para riscos não financeiros que apoia e rege o processo de identificação medição mitigação monitorização e participação de riscos não financeiros. Reflete as fases descritas no modelo de Gestão do Risco Empresarial do COSO (Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission).

Estão implementados processos para identificar ameaças chave vulnerabilidades e os riscos associados que podem causar eventos adversos. A identificação de eventos é efetuada de forma proativa e precede a avaliação do risco. Existem técnicas diferentes para identificação de eventos no ING Bank ex. Autoavaliações do Risco e Controlo análise de cenários inventários de eventos externos análises de eventos internos (ex. conhecimentos adquiridos com base em informação de relatórios de eventos) indicadores de risco chave e avaliações de ameaças.

Autoavaliação do Risco e Controlo
A identificação e avaliação de riscos não financeiros inerentes aos produtos atividades pessoas processos e sistemas do ING Bank proporcionam à gestão um entendimento do perfil do risco operacional. Com base na identificação e avaliação os controlos internos são concebidos para a mitigação dos riscos de modo a continuar na apetência do risco.

Avaliação do Ambiente Empresarial
A Avaliação do Ambiente Empresarial (AAE) avalia todos os fatores de controlo internos e externos que podem influenciar o ambiente operacional interno e externo e levar a uma exposição do risco operacional inaceitável.

Análise de cenários
A análise de cenários é um processo usado para considerar o impacto de eventos futuros raros significativos e plausíveis tendo em conta resultados alternativos possíveis para esses eventos a sua gravidade e segurança. A informação para análise de cenários inclui os resultados de várias avaliações internas e externas como as AAE. A análise de cenários é um componente importante no cálculo do capital do risco operacional.

Análises de eventos internos
A análise de dados internos de perda não financeira ajuda na identificação quantificação mitigação e monitorização do risco operacional. Fornece uma perspetiva das causas e efetividade dos controlos associados.

Inventários de eventos externos
Os dados de perda externa não financeira disponibilizam informação valiosa sobre perdas sentidas por outras empresas e ajudam o ING Bank a quantificar a sua exposição a eventos de risco que não foram sentidos internamente.

As unidades e departamentos empresariais efetuam AAE e Autoavaliações de Risco e Controlo (ARC) regulares para identificar a avaliar os riscos. Estas são efetuadas com o envolvimento da empresa e os seus departamentos de GRO Conformidade e Jurídico. Com base nos resultados da avaliação do risco as medidas de resposta devem ser determinadas para os riscos identificados para além da apetência do risco. As medidas de resposta ao risco equilibram os custos esperados para a implementação destas medidas com os benefícios esperados relativamente à redução do risco.

A resposta ao risco pode ser alcançada através de várias combinações de estratégias de mitigação por exemplo reduzindo a possibilidade de ocorrência reduzindo o impacto evitando os riscos aceitação dos riscos ou através da transferência do risco. O seguimento ocorre através do sistema de gestão central do risco do ING Bank.

A apetência do risco (definida como o nível máximo de risco aceitável e autorizado) é definida pela CRNF do Banco. A adesão a esta apetência do risco é monitorizada a nível trimestral através do Painel de RNF que participa as exposições do risco não financeiro chave. O Painel do RNF é responsável pela gestão ao nível do país divisão e banco com uma síntese dos riscos chave nas áreas de risco não financeiro incluindo riscos de conformidade riscos de segurança da informação riscos de continuidade riscos de controlo riscos de fraude e atividades não autorizadas e riscos de segurança pessoal e física permitindo à administração focar-se e definir prioridades.

O processo anual de definição de objetivos para profissionais de gestão empresarial e de RNF visa continuar a melhorar a gestão do risco não financeiro em todo o ING Bank para garantir que este se mantém em controlo dos seus riscos não financeiros atuais e futuros.

Abordagem de Medição Avançada (AMA)
O ING Bank tem um modelo de Capital do Risco Operacional implementado onde o perfil do risco é rigorosamente adaptado ao perfil do risco interno do ING Bank e das suas divisões ao usar dados de cenário para recolher riscos graves e perdas internas e dados de ARC para a recolha dos riscos quotidianos. A empresa tem um forte papel na avaliação de gravidades de cenário e a divisão do GRO na validação dos resultados. Os dados internos são combinados com dados de perda externos (ORX) no cálculo de capital da AMA. Desde abril de 2013 o ING recebeu autorização para utilizar o seu modelo AMA para efeitos de supervisão regulamentar. O ING Bank participa os números de capital regulamentares trimestralmente. O requisito do capital da AMA para o final de 2016 alcança os 3242 milhões de euros comparando com 3451 milhões de euros até ao final do ano 2015.

Mitigações do risco
O ING Bank não está atualmente a utilizar qualquer mecanismo de seguro ou transferência do risco para a mitigação do risco no contexto do cálculo de capital de AMA.

Risco operacional

Definição

O risco operacional é definido como o risco de perda direta ou indireta resultante de processos internos inadequados ou falhados, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Categorias de risco

O ING Bank categoriza riscos operacionais em várias áreas do risco.

- *O Risco de (Tecnologias da) Informação* é o risco de perdas financeiras, sanções regulamentares ou danos à reputação, devido a violações de confidencialidade, integridade ou disponibilidade nos processos de negócios ou de informação ou falta de qualidade da informação;
- *O Risco de Continuidade* é o risco de perdas financeiras, sanções regulamentares ou danos à reputação, devido a perturbações empresariais (perda de pessoas, processos, sistemas, dados, instalações);
- *O Risco de Controlo* é o risco de perda financeira, sanções regulamentares ou danos de reputação devido a estruturas de organização ineficaz e procedimentos de governação (incluindo funções e responsabilidade pouco claras e estrutura do relatório inadequada); monitorização e execução das medidas de mitigação de risco; e cultura de risco;
- *O risco de fraude interna* é o risco de perda financeira, sanções regulamentares ou danos de reputação devido a abuso deliberado de procedimentos, sistemas, ativos, produtos e/ou serviços do ING por funcionários (incluindo trabalhadores funcionários, contratantes por conta de outrem, estagiários e consultores) que pretendem beneficiar-se de forma enganadora ou ilegal ou até beneficiar outros;
- *O risco de fraude externa* é o risco de perda financeira, sanções regulamentares ou danos de reputação devido a abuso deliberado de procedimentos, sistemas, ativos, produtos e/ou serviços do ING por partes externas (clientes, potenciais clientes ou outros terceiros, incluindo fornecedores e agências externas) que pretendem beneficiar-se de forma enganadora ou ilegal ou até beneficiar outros;
- *O Risco de atividade não autorizada* é o risco de perdas financeiras, sanções regulamentares ou danos à reputação, devido a ações dos funcionários fora do decorrer normal da sua atividade, dando intencionalmente aprovações não autorizadas ou excedendo a sua autoridade;
- *O risco de segurança pessoal e física* é o risco perda financeira, sanções regulamentares ou danos de reputação devido a ameaças criminosas e ambientais que poderão colocar em risco a segurança dos funcionários do ING no trabalho, pessoas em locais do ING, ativos do ING ou ativos confiados ao ING, ou que poderá ter impacto na confidencialidade, integridade e disponibilidade da organização do ING;
- *O Rsco de processamento* é o risco de perdas financeiras, sanções regulamentares ou danos à reputação, devido a processamentos falhados (de transações) (informação, execução, resultados) ou falha da gestão do processo; e
- •*O risco de prática de emprego* é o risco de perda financeira, sanções regulamentares ou danos à reputação, devido a ações inconsistentes com o emprego, leis de saúde e/ou de segurança, regulamentos ou contratos, no pagamento de reivindicações de lesão pessoal ou de eventos de diversidade/discriminação.

O risco operacional inclui o risco relacionado de perda de reputação, assim como o risco legal, mas os riscos estratégicos não estão incluídos.

O risco de reputação é definido como o potencial de publicidade adversa referente a práticas e associações da empresa do ING Bank, preciso ou não, causar uma perda de confiança na integridade do ING Bank. O risco de reputação é multidimensional e reflete a perceção de outros participantes no mercado, como clientes, contrapartes, acionistas, investidores ou reguladores que podem afetar adversamente a capacidade de o ING Bank manter relações de negócios existentes ou estabelecer novas e o acesso continuado a fontes de financiamento (ex. através dos mercados interbancários ou de titularização).

O risco legal é definido como o risco relacionado com (i) uma falha (ou uma falha considerada) no cumprimento das leis, regulamentos e normas aplicáveis, (ii) responsabilidades contratuais ou obrigações contratuais que não são cumpridas ou não podem ser implementadas conforme pretendido ou que são implementadas de forma inesperada ou adversa e (iii) (ação de) responsabilidade para com terceiros devido a uma ação ou omissão que contribui para (possivelmente) o ING Bank ficar em depreciação no que se refere à sua integridade, levando a danos na reputação do ING Bank, sanções legais ou regulamentares ou perda financeira.

Devido à forte dependência por sistemas de TI em instituições financeiras, os controlos que monitorizam os vários aspetos do risco de TI, como a integridade e a confidencialidade, foram embutidos no quadro de risco e controlo do ING Bank.

Principais desenvolvimentos em 2016

Fraude interna e externa

O risco de os clientes e funcionários do ING Bank serem visados por burlões que utilizam técnicas de engenharia social para efetuar pagamentos ainda está a aumentar e a fraude de representação falsa do CxO (os criminosos investigam a estrutura da administração de uma organização e focam-se em cargos chave) continua a ser uma ameaça significativa. São envidados todos os esforços para mitigar o risco destas fraudes como a criação de consciencialização nos clientes e funcionários. O ING Bank monitoriza rigorosamente este tipo de fraude e as novas metodologias de fraude.
O ING Bank continua os seus esforços para reforçar a sua resistência global a fraudes e a reforçar o seu ambiente de controlo, uma vez que os burlões mudam o seu interesse para os utilizadores finais. Explorar e combinar as ferramentas de deteção de fraudes automáticas que podem ser utilizadas para monitorizar ou detetar precocemente pagamentos fraudulentos recebidos e efetuados continua a ser importante na prevenção das fraudes. Estas são utilizadas para melhorar ainda mais o conjunto eficaz de controlos organizacionais.

Crime cibernético
O crime cibernético é uma ameaça contínua às empresas no geral e às instituições financeiras, mais especificamente. Tanto a frequência como a intensidade dos ataques aumenta a uma escala global. Especialmente as ameaças de ataques Distribuídos de Negação de Serviço (DDoS) e direcionados (também chamados de Ameaças Persistentes Avançadas) e o Ransomware aumentam em todo o mundo. O ING Bank melhora a sua resistência ao crime cibernético, aperfeiçoando o ambiente de controlo de modo a proteger, detetar e responder à fraude em e-banking, ataques DDoS e direcionados. Os controlos adicionais continuam a ser envolvidos na organização como parte do quadro de controlo interno geral e são continuamente reavaliados tendo em conta ameaças existentes e novas. Durante 2016, o ING não sofreu qualquer incidente cibernético que possa ser classificado como material. O ING fornece relatórios contínuos sobre incidentes cibernéticos para o BCE.

O ING Bank está ainda a trabalhar no reforço da sua resistência ao crime cibernético, incluindo uma forte colaboração contra o crime cibernético com a indústria financeira, autoridades de segurança, governo (ex. National Cyber Security Center) e Prestadores de Serviços de Internet (PSI).

Risco de Conformidade
Definição
O risco de conformidade está definido como o risco de desvalorização da integridade do ING Bank, levando a danos na reputação do ING Bank, sanções legais ou regulamentares ou perda financeira, devido a falha (ou falha aparente) em cumprir as leis, os regulamentos e as normas aplicáveis e os Valores do ING como parte do Orange Code. Pretendemos gerir eficientemente os riscos de conformidade que poderão expor o ING Bank a danos de reputação, multas, penalizações civis e criminais, pagamento de danos, decisões judiciais e suspensão ou revogação de licenças que poderiam ter um impacto adverso nos nossos clientes, funcionários, acionistas e outras partes interessadas.

A divisão da Gestão do Risco de Conformidade Bancária estabeleceu um quadro de controlo de conformidade onde são definidos controlos com base em leis, regulamentos e normas que fazem parte do quadro de controlo interno do ING Bank, aplicável a riscos não financeiros. Para ajudar a gestão a mitigar os riscos de conformidade, a divisão da Gestão do risco de Conformidade do Banco educa e apoia a empresa na gestão dos riscos de conformidade relacionados com, por exemplo, lavagem de dinheiro, financiamento de terrorismo, conformidade com sanções e controlo de exportações, conflitos de interesse, venda abusiva, corrupção e proteção dos interesses dos clientes.

Categorias de risco
O ING Bank categoriza o risco de conformidade em quatro áreas de risco de integridade relacionados com a conduta:
- *A conduta de clientes* refere-se aos riscos de conformidade originados pela relação com ou gerados pela conduta dos nossos clientes e/ou parceiros de negócios, provavelmente, lavagem de dinheiro ou financiamento terrorista. Estes riscos costumam estar definidos no ING Bank como Crimes Económicos e Financeiros (CEF);
- *A Conduta pessoal* refere-se aos riscos de conformidade originados pela conduta dos funcionários do ING;
- *A Conduta de serviços financeiros*refere-se aos riscos de conformidade originados ou gerados pela conduta do ING Bank ao desenvolver, comercializar e/ou vender produtos e serviços aos seus clientes;
- *A conduta organizacional* refere-se aos riscos de conformidade originados pela forma como o Banco se organiza para desenvolver as suas atividades. Esta categoria abrange, por exemplo, as licenças necessárias para desempenhar as suas atividades bancárias regulamentadas ou a eficácia operacional das suas barreiras de informação.

Os controlos para mitigar os riscos de conformidade associados às áreas de risco supracitadas são concebidos e implementados em unidades de negócios do ING. A eficácia dos controlos conforme concebidos é testada periodicamente e a administração sénior está ciente da sua responsabilidade de garantir que os seus processos estão em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, assim como com as políticas internas e o Orange Code do ING Bank.

Nos casos em que um funcionário do ING Bank suspeita de uma violação das leis e regulamentos externos, as políticas internas e as normas mínimas e/ou o Orange Code, encorajamo-lo a efetuar uma denúncia (anónima) em linha com a política de Denúncias, utilizando o canal mais adequado, por exemplo, a linha de ética (externa).

Crime Económico e Financeiro (FEC) Política e Normas Mínimas
A Política de CEF e as Normas Mínimas do ING Bank refletem diretamente as leis nacionais e internacionais, os regulamentos e as normas industriais relevantes. A Política de CEF do ING Bank é obrigatória e aplica-se a todas as entidades bancárias do ING, empresas em que o ING tem participação maioritária, empresas sob o controlo administrativo, departamentos de recursos humanos, linhas de produção e todos os compromissos e transações de clientes.

A gestão das entidades do ING Bank mantém procedimentos locais que visam permitir o cumprimento das leis locais, dos regulamentos e da Política de CEF e das Normas Mínimas relevantes do ING Bank. Quando as leis e regulamentos locais são mais rigorosos, estes deverão ser aplicados. Da mesma forma, a Política de CEF e as Normas Mínimas prevalecem quando as normas são mais rigorosas que o estipulado nas leis e regulamentos locais e se não for especificamente proibida (privacidade dos dados ou sigilo bancário).

A Política de CEF e as Normas Mínimas do ING Bank definem os requisitos para todas as entidades do ING Bank para se protegerem contra qualquer envolvimento em atividades criminais e para participarem em esforços internacionais de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento de terrorismo e atividades criminosas. Os requisitos na Política de CEF do ING Bank abrangem as normas e controlos mínimos relacionados com: lavagem de dinheiro, financiamento de terrorismo, controlos de comércio de exportação, financiamento de proliferação, sanções (económicas, financeiras e comerciais) e países nomeados pelo ING Bank como Países de Risco Ultra Elevado (PRUE). A eficácia desses controlos é revista periodicamente.

Como resultado de avaliação frequente de todas as empresas da perspetiva económica, estratégica e de risco, o ING Bank continua a acreditar que, por motivos empresariais, fazer negócios que envolvam determinados países deve ser descontinuado. Nesse sentido, o ING tem uma política de não formar novos relacionamentos com clientes destes países e os processos continuam implementados para descontinuar relacionamentos existentes que envolvam estes países. Atualmente, estes países são a Coreia do Norte, Sudão, Síria, Irão e Cuba. Cada um destes países está sujeito a vários regimes de sanções da UE, EUA e/ou outros. O Irão, Sudão e a Síria foram identificados pelos EUA como patrocinadores estatais do terrorismo e estão sujeitos a sanções económicas e controlos de exportação dos EUA.

O ING Bank tem um quadro de controlo CEF implementado para mitigar os riscos relacionados com o Crime Económico Financeiro.

Ainda em 2016, as sanções relacionadas com a Ucrânia, impostas anteriormente pelos EUA e pela UE, continuaram em efeito. Estas sanções restringem, entre outros, o comércio de determinados produtos (financeiros) com certas partes designadas. A gestão das entidades do ING Bank usa o seu quadro de controlo existente para garantir a conformidade com estas sanções.

Principais desenvolvimentos em 2016

Desenvolvimentos regulamentares

A conformidade com as leis e regulamentos em vigor exige recursos e é dispendiosa. Os bancos continuam a enfrentar requisitos regulamentares novos e cada vez mais onerosos e esperamos que o âmbito e a medida dos regulamentos nas jurisdições onde operamos aumentem ainda mais. O ING pensa que a falta de coordenação entre os elaboradores de políticas e a falta de clareza dos requisitos regulamentares futuros poderá estar a tornar ainda mais difícil o apoio ativo das economias em que operamos.

Os regulamentos estão a ficar cada vez mais extensos e complexos. Um exemplo recente é a implementação da Norma Comum de Comunicação (NCC) que, tal como a FATCA exige que as instituições financeiras comuniquem informações detalhadas relacionadas com os clientes às autoridades competentes. A Devida Diligência dos clientes (DDC) e a monitorização da transação impõem obrigações às instituições financeiras para manterem políticas e procedimentos e controlos adequados para detetar, prevenir e denunciar o branqueamento de capitais (CBC), o financiamento do terrorismo e a fraude.

Apesar dos nossos esforços para cumprir as leis e os regulamentos aplicáveis, há uma série de riscos em áreas onde as regulamentações aplicáveis não são claras, sujeitas a múltiplas interpretações ou em desenvolvimento, estão em conflito entre si, ou quando os reguladores reveem as suas orientações ou os tribunais revogam as suas anteriores decisões. O cumprimento de todos esses requisitos dentro dos prazos rigorosos que foram definidos representa um desafio operacional significativo para os bancos. Implementar os processos e procedimentos necessários para uma conformidade adequada tem implicações significativas para os sistemas de TI e os dados e as pessoas com os conhecimentos e competências necessários são raras.

A Gestão do Acesso do Utilizador (GAU) é um elemento importante do nosso quadro de controlo para mitigar o acesso não autorizado e/ou inadequado aos nossos dados e informação. As normas dos controlos sobre a GAU são elevadas e as melhores práticas ilustram que as tendências estão direcionadas para aumentar ainda mais os requisitos. Identificámos deficiências de controlo relacionadas com a GAU e formou-se uma força de tarefa central para coordenar, aceder, monitorizar e rastrear os esforços de remediação que resultaram num maior foco por parte do Conselho Executivo, administração sénior e funcionários do ING. Em 2017, a gestão continuará a melhorar os controlos internos, a mitigação e monitorização do progresso da mitigação e resolução.

Monitorização da Cultura do Risco de Conformidade

A divisão da Gestão do Risco de Conformidade do Banco melhorou o seu quadro de controlo ao avaliar a operação dos controlos informais relativamente aos riscos de conformidade, além dos controlos formais. O objetivo da monitorização da cultura do risco de conformidade é avaliar os riscos que poderão influenciar a cultura de conduta e risco, promovendo a integridade individual de todos os funcionários e melhorando a cultura geral liderada pela integridade.

Abuso de Mercado

A integridade e transparência em mercados financeiros são essenciais para a confiança tanto do público como dos investidores. Tendo em vista a legislação revista europeia referente ao Abuso de Mercado que entrou em efeito a 3 de julho de 2016, o ING Bank emitiu uma nova Política de Abuso de Mercado e Normas Mínimas que impeçam o abuso de informação privilegiada, divulgação ilegal de informação confidencial e manipulação de mercado, incluindo manipulação de referências. Foi estabelecido um projeto central para apoiar o compromisso do ING na adesão à legislação revista europeia referente ao abuso de mercado e para criar consistência em toda a organização no que se refere à aplicação e implementação dos requisitos da política e das normas mínimas.

Crime Económico e Financeiro
A 4º Diretiva do CBC, tal como emitida pela União Europeia, foi integrada na atualização da Política e das Normas Mínimas de CEF. As principais alterações na presente Diretiva (em comparação com a 3º Diretiva de CBC) estão relacionadas com: a criação de um registo PBF (Proprietário Beneficiário Final) (ao nível nacional com o potencial para partilhar a informação dentro do Espaço Económico Europeu (EEE)) e uma abordagem mais forte em relação à aplicação da Devida Diligência nos clientes do ING. A tradução final da 4ª Diretiva do CBC nas leis e regulamentos dos Estados membros da UE está prevista para o segundo trimestre de 2017. Em 2016, começaram vários programas globais para melhorar o processo Know Your Client (Conheça o seu Cliente) e a avaliação do risco dos ficheiros dos clientes, assim como para reforçar os requisitos e atividades referentes à Monitorização da Atividade dos Clientes.

Relacionamentos com o regulador
A divisão da Gestão do Risco de Conformidade do Banco continuou a sua política de investimento na criação de relacionamentos proativos com reguladores em jurisdições onde o ING Bank opera, tentando cooperar na identificação e mitigação de riscos de conformidade para o ING Bank, assim como tentando contribuir para o debate regulamentar de futuro.
Processos de revisão para a definição de taxas de referência

O ING Bank reviu os seus processos internos para contribuir para a definição de várias taxas de referência. As possíveis irregularidades foram investigadas e foram tomadas medidas de correção. O ING Bank está a cooperar com pedidos de informação e/ou investigações de reguladores e outras autoridades no que respeita à contribuição do ING Bank para a definição de várias taxas de referência. De momento, não é possível avaliar se o ING Bank estará sujeito a penalidades monetárias ou outras ou o valor e natureza das mesmas, se ocorrerem.

Consciencialização do Risco Não Financeiro

Programa Promover a Integridade

O Programa Promover a Integridade começou em 2010 e é um programa inovador composto por módulos de e-learning sobre assuntos chave ao nível do banco que pode ser seguidos por sessões de diálogo onde os gestores discutem as questões levantadas pelas suas equipas. O programa é patrocinado por membros do conselho e gestores seniores e foi criado para garantir que todos os funcionários de todas as partes do ING Bank compreendem como as suas ações e comportamentos podem ajudar a ganhar e manter a confiança dos clientes e grupos de interesse. Os módulos são compostos por vários casos de estudo e exemplos da vida real que obrigam os funcionários a pensar sobre vários aspetos do problema. Em 2016, foi abordada a Segurança cibernética, com uma análise mais pormenorizada da fraude de CxO, os riscos de apps maliciosas, inovação e vulnerabilidade ao cibercrime, como proteger os nossos ativos (incluindo divulgação responsável) e roubo de identidade.

Aprendizagem
Foi lançado um módulo em regime e-learning para todos os funcionários do ING Bank para consciencialização do Abuso de Mercado e das suas consequências, abordando legislação nova e mais rigorosa que produziu efeitos em julho de 2016. Pretendia aumentar os conhecimentos de normas ING, obrigações regulamentares e práticas de mercado para o prevenir, análise de aspetos, como informação privilegiada, divulgação ilegal de informação confidencial, manipulação de mercado e como se proteger contra eles. Compreender também o elemento humano envolvia continuar alerta e manter normas elevadas de integridade e aderir a valores do Orange Code.
A educação global e a consciencialização sob a forma de módulos em regime e-learning, sessões e materiais de consciencialização foram fornecidos relativamente a assuntos como Fraude e Segurança, Conflitos de Interesse, Crime Económico e Financeiro Antissuborno (CEF) e e-learning ORM Onboarding para funcionários novos na Gestão de Risco Operacional em todo o mundo. Em semelhança ao que foi desenvolvido anteriormente para a Gestão de Risco de Conformidade, foi lançado um trajeto de currículo e aprendizagem ORM no ING Learning Centre que proporciona aos funcionários de Gestão de Risco Operacional em todo o mundo, uma síntese do ORM disponível e outra formação relevante, incluindo formações externas recomendadas. Para os funcionários nos Países Baixos, foi desenvolvido e-learning sobre Informação confidencial. Além disso, fizemos campanhas no final do exercício de antissuborno e anticorrupção para reforçar a consciencialização.

Foram feitas sessões em sala de aula sobre a consciencialização geral do risco não financeiro para todas as linhas de defesa nos Países Baixos e noutros países. Isto incluiu formação sobre os programas introdutórios para novos funcionários e programas de talento. A Formação internacional sobre o Risco Operacional decorreu para funcionários nos ING Bank de todo o mundo novos na divisão de GRO. A Gestão do Risco de Conformidade organizou o seu programa internacional obrigatório de Formação para Diretores de Conformidade para todos os Diretores de Conformidade novos no ING Bank a nível mundial e efetuou também uma Formação para Diretores de Conformidade avançada para diretores de conformidade seniores nos ING Bank de todo o mundo. Para funcionários de Conformidade e ORM, foram feitas formações em sala de aula sobre Avaliação e Monitorização do Risco. Foram organizadas formações e seminários em sala de aula para diretores do risco envolvidos nas áreas do Risco da Informação e Risco de Continuidade do negócio para atualizar e alinhar estas comunidades no que se refere a modelos, ferramentas, normas e procedimentos internos.

Além disso, foram organizadas chamadas e webcasts globais regulares sobre vários assuntos para aconselhar e esclarecer os funcionários do risco não financeiro e proporcionar a oportunidade de fazer perguntas.

Risco de negócios

Introdução

O Risco de Negócios para o ING Bank foi definido como a exposição à perda de valor devido a flutuações nos volumes/margens, despesas, bem como o impacto do risco de comportamento dos clientes. É o risco inerente às decisões estratégicas e à eficiência interna. O cálculo do capital do risco de negócios é efetuado com o cálculo de dois componentes combinados com um número do risco de negócios através da metodologia variância-covariância:

1. O risco de despesas abrange o risco de as despesas se desviarem das despesas previstas durante o período das atividades relevantes. Este risco está principalmente relacionado com a (in)flexibilidade de ajustar as despesas, quando necessário. O risco de despesas apenas se refere a despesas não financeiras (ex. despesas com funcionários e de TI); as despesas financeiras não estão no âmbito; e
2. O risco de comportamentos de clientes está relacionado com clientes com um comportamento diferente do esperado e o efeito que este comportamento pode ter nos depósitos e pré-pagamentos de hipotecas do cliente. O risco de comportamento do cliente é calculado ao salientar os pressupostos subjacentes nos modelos para ativos e passivos comportamentais.

Administração e gestão do risco

A gestão e administração do Risco de Negócios diferem dos tipos de risco que foram descritos nas secções anteriores. O ING Bank não desenvolveu uma declaração de apetência do risco explícita referente ao risco de negócios nem definiu um departamento responsável pela gestão deste risco. O principal motivo são os tipos de risco subjacentes (riscos de despesa, risco volume-margem e risco de comportamentos do cliente) serem mitigados e geridos de forma diferente. O risco de despesas é monitorizado e gerido através do desempenho financeiro do banco e das unidades locais, enquanto os números de despesas participados são comparados trimestralmente com a Ambição para 2020 de ter um rácio custos/rendimentos entre 50 % e 53 %. Os desvios desta ambição são monitorizados como parte das projeções financeiras discutidas de forma contínua em partes diferentes da organização. Para o risco de comportamento do cliente, a gestão e monitorização do mesmo faz parte das atividades quotidianas do departamento de Risco do Balanço Financeiro. A partir de janeiro de 2017, o risco dos comportamentos de clientes será participado sob o capital económico do risco de mercado. Para uma explicação mais aprofundada das práticas de gestão do risco para o risco de comportamentos do cliente, consulte a secção «Risco de Mercado nos Livros Bancários».

Gestão de capital

Objetivos

A Gestão de Capital do Grupo ING (Gestão de Capital) é responsável pela capitalização adequada e constante do Grupo ING e das entidades do ING Bank de modo a gerir o risco associado às atividades de negócio do ING. Isto não só envolve a gestão, planeamento e alocação de capital no Grupo ING e no ING Bank, como também as transações de mercado de capital necessárias, financiamento (de capital) a prazo e transações de gestão do risco. O ING adota uma abordagem integrada para avaliar a adequação da sua posição de capital relativamente ao seu perfil do risco e ao seu ambiente operacional. Isto implica ter em conta os interesses das várias partes interessadas. A Gestão de Capital tem em conta as medições e requisitos dos reguladores, agências de classificação e medições baseadas em risco interno como o Quadro de Apetência do Risco.

O ING aplica as seguintes definições de capital principal:

- Capital próprio comum de nível 1, Capital de nível 1 e Capital total – o Capital de nível 1 está definido como o capital próprio dos acionistas mais o capital de Nível 1 (híbrido) menos os ajustes regulamentares. Capital próprio comum de nível 1, Capital de nível 1 e Capital total divididos pelos ativos com ponderação de risco iguais aos rácios de Capital próprio comum de nível 1, Capital de nível 1 e Capital total, respetivamente. O Capital próprio comum de nível 1 é igual ao capital de nível 1, excluindo o capital de Nível 1 Adicional (híbrido);
- Apetência do Risco de Capital próprio comum de nível 1 - a demonstração da apetência do risco de solvência não só é comparada com o atual nível relatado, mas também inclui o potencial impacto de um evento de stress normalizado e pré-determinado que ocorre em 1 em 10 anos (ou seja, a um nível de confiança de 90 % com um horizonte temporal de 1 ano) conforme descrito na secção de Gestão do Risco;
- Requisitos Gerais de Capital (RGC). RGC Significa que os fundos próprios do ING excedem a soma do total do requisito de capital PRAS (onde, por tipo de risco, o máximo é recolhido dos requisitos de Capital Regulamentar e Económico), requisitos de reserva de capital e requisitos macroprudenciais.

Desenvolvimentos

Em março de 2016, um título anterior adicional de Nível 1 de 66 milhões de libras, que estava plenamente emprestado ao ING Bank, foi reembolsado pelo ING Group na primeira data. Em abril de 2016, o ING Bank NV emitiu instrumentos com eligibilidade DFP IV de Nível 2 de 1,0 mil milhões de euros. A transação teve uma opção de substituição do emissor que dá ao ING o direito de trocá-los por notas subordinadas de Nível 2 pelo ING Groep NV.

Em setembro de 2016, o ING Bank reembolsou Títulos de dívida Perpétua anteriores de 7,05 % em 800 milhões de USD, que estavam emprestados ao ING Bank NV.

Em novembro de 2016, o ING Group emitiu Títulos conversíveis contingentes de 1000 milhões de USD que se qualificam como capital Adicional de Nível 1 sob DFP IV/RFP para reforçar a base de capital do ING. A obrigação perpétua, que estará emprestada ao ING Bank pode ser reembolsada pelo ING Group cinco anos após a emissão, tem um valor de 6,875 %.

O requisito de Nível 1 de capital próprio comum transitivo (faseado) que o ING Group tinha de cumprir de forma consolidada em 2016 foi definido como 10,25 %. O requisito é a soma de (i) 9,5 % da decisão do BCE sobre o Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão (PRAS) de 2015, incluindo a reserva de conservação de capital e (ii) 0,75 % para a Reserva do Risco Sistemático (RRS) que foi definida em separado para os bancos sistémicos da Holanda pelo Dutch Central Bank. O requisito de RRS máximo está atualmente definido em 3 % para o Grupo ING e tem um faseamento de quatro anos, com uma data de implementação final de 1 de janeiro de 2019. O impacto dos requisitos de reserva contracíclica foi insignificante no início de 2016.

Para apoiar uma resolução metódica, a DRRB exige que os bancos cumpram os requisitos mínimos para os fundos próprios e passivos elegíveis (RMPE). Além disso, sendo o ING um banco de importância sistémica global (BISG), precisa de estar em conformidade com a proposta Capacidade Total de Absorção de Perdas (CTAP) que foi publicada pelo Conselho de Estabilidade Financeira (CEF) em novembro de 2015.

O ING Bank continua a manter níveis de capital fortes e de elevada qualidade com um rácio de Capital próprio comum máximo de nível 1 e um rácio de capital próprio comum faseado de 12,6 %, cumprindo assim os requisitos de solvência do RFP/DFP IV. Os dividendos do ING Bank para o Grupo ING de 1,3 mil milhões de euros foram pagos em novembro de 2016. O lucro do quarto trimestre de 2016 de 0,6 mil milhões de euros não está incluído no capital regulamentar em dezembro de 2016, uma vez que foi melhorado como dividendos do ING Group em fevereiro de 2017. A venda de 2,5 % das ações do Kotak Mahindra Bank, que ficou liquidada em outubro de 2016, não teve impacto material nos rácios de capital do ING. Os rácios máximo e faseado de Nível 1 aumentaram, respetivamente, de 13,9 % para 14,7 % e 13,4 % para 14,4 %, refletindo especialmente os desenvolvimentos no rácio de capital próprio de Nível 1 do ING Bank. Isto foi parcialmente ajustado pelo reembolso dos Títulos de dívida Perpétua anteriores de 7,05 % em 800 milhões de USD em setembro. Em abril de 2016, o ING Bank emitiu mil milhões de euros de obrigações de Nível 2 com uma opção de substituição do emissor através de troca. Agora que foram proporcionados esclarecidos sobre a estratégia de resolução preferencial, o ING pretende utilizar a opção de substituir estas notas de Nível 2 do ING Bank pelas notas de Nível 2 do ING Group em termos semelhantes de troca. Os obrigacionistas acordaram anteriormente os termos e condições de troca das suas notas de Nível 2 do ING Bank para o Nível 2 do ING Group. O rácio de Nível 1 máximo do ING Bank (incluindo títulos anteriores) era de 14,7 % no final de 2016, enquanto o rácio de capital total (incluindo títulos anteriores) aumentou para 17,8 %.

Dividendos

Os dividendos do ING Bank para o Grupo ING de 1,3 mil milhões de euros foram pagos em novembro de 2016. O lucro do quarto trimestre de 2016 de 0,6 mil milhões de euros foi melhorado como dividendos do ING Group em fevereiro de 2017.

Políticas

As atividades da Gestão de capital são executadas com base nas políticas, diretrizes e procedimentos estabelecidos. Para a Tesouraria de Capital existem políticas e limites adicionais que orientam a gestão dos balanços financeiros e a execução de transações do mercado de capital.

Processos para gerir o capital

Além de medir a adequação de capital, a Gestão de capital também garante que existe capital suficiente disponível através da definição de metas e limites relevantes para as métricas supracitadas para o Grupo ING e para o ING Bank e garantindo o cumprimento dos limites e metas definidos através do planeamento e execução de transações de gestão de capital. A avaliação e monitorização contínuas da adequação do capital está implementada no processo de planeamento de capital da Gestão de Capital. Após o processo de orçamentação anual, todos os anos é preparado um plano de capital para o Grupo no seu todo e para cada um dos seus negócios materiais. Este plano é atualizado trimestralmente e é avaliado segundo sejam necessárias medidas de gestão adicional. Deve sempre manter-se flexibilidade financeira para cumprir objetivos financeiros importantes. Na base do plano de capital encontram-se as declarações de apetência do risco que determinam a definição de metas. Estas limitações estão a ser replicadas em diferentes negócios, em linha com a nossa estratégia de gestão do risco.

São fornecidas informações importantes sobre o processo de planeamento e gestão de capital através dos testes de esforço efetuados regularmente. Estes testes de esforço focam-se em questões atuais e a sensibilidade da posição de capital do Grupo relativamente a determinados riscos. Estas análises disponibilizam informação que ajuda a direcionar as estratégias. Definir políticas para o planeamento e resolução da recuperação é uma extensão natural das políticas de gestão de capital do ING e segue o quadro de gestão do risco do ING de forma simples.

Posição de capital do ING Bank NV segundo a DFP/RFP IV

	(máximo)		(faseado)	
	2016	2015	2016	2015
Capitais próprios	43,540	40,857	43,540	40,857
Lucros intermédios não incluídos no capital CET11	–617	0	–617	0
Outros ajustes:	–3,548	–4,022	–3,661	–4,103
Ajustes regulamentares	–4,165	–4,022	–4,278	–4,103
Capital próprio comum de nível 1 disponível	**39,375**	**36,834**	**39,262**	**36,753**
Títulos adicionais de Nível 12	6,496	7,248	6,496	7,248
Ajustes regulamentares adicionais de Nível 1	0	0	–798	–1,281
Capital disponível de Nível 1	**45,871**	**44,083**	**44,960**	**42,721**
Obrigações complementares de capital de nível 23	9,488	8,570	9,488	8,570
Ajustes regulamentares de Nível 2	109	102	–86	–239
Capital total disponível	**55,467**	**52,754**	**54,362**	**51,052**
Ativos com ponderação do risco	312,086	318,202	312,086	318,202
Rácio comum de Capital Próprio de Nível 1	12.62%	11.58%	12.58%	11.55%
Rácio de nível 1	14.70%	13.85%	14.41%	13.43%
Rácio de capital total	17.77%	16.58%	17.42%	16.04%

1 O lucro intermédio do quarto trimestre de 2016 não foi incluído no capital CET1 de 31 de dezembro de 2016.
2 Dos quais 3542 milhões de euros (2015: 3531 milhões de euros) estão em conformidade com o RFP/DFP IV e 2954 milhões de euros (2015: 3718 milhões de euros) a substituir uma vez que o reconhecimento de capital está sujeito a regras já existentes da RFP/DFPIV.
3 Dos quais 7347 milhões de euros (2015: 6229 milhões de euros) estão em conformidade com o RFP/DFP IV e 2141 milhões de euros (2015: 2341 milhões de euros) a substituir uma vez que o reconhecimento de capital está sujeito a regras já existentes da RFP/DFPIV.

Requisitos regulamentares

A adequação do capital e a utilização do capital regulamentar necessário baseiam-se nas diretrizes desenvolvidas pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (o Comité de Basileia) e as Diretrizes da União Europeia, conforme implementado pelo Dutch Central Bank (Dutch Central Bank até 3 de novembro de 2014, BCE posteriormente) para efeitos de supervisão. Em 2010, o Comité de Basileia de Supervisão Bancária emitiu novos requisitos de solvência e liquidez, que substituem o Basileia II. Os requisitos mínimos, excluindo reservas, para o rácio de capital próprio comum de nível 1 é de 4,5 %, o requisito mínimo de nível 1 é de 6 % e o rácio de capital total é de 8 % para todos os ativos com ponderação do risco. O Basileia III obriga os Bancos a deter um capital de, pelo menos, 80 % dos antigos requisitos de Basileia I, que era 8 % dos APR conforme calculado com a metodologia Basileia I. Este limite mínimo de Basileia I foi alargado até ao final de 2017.

Processo PRAS/PAACI

Anualmente, envia documentação extensa sobre o Processo de Avaliação da Adequação de Capital Interno (PAACI) ao seu regulador, conforme recomendado nos quadros DFP IV. Esta documentação inclui uma descrição dos modelos de capital interno do ING, o seu quadro de apetência do risco, uma análise de qualidade de ativos e um planeamento de capital em circunstâncias normais e em determinados cenários de tensão. Esta documentação é uma informação importante para o Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão (PRAS) do regulador, resultando numa carta à Gestão do ING. O PRAS é efetuado pelo BCE e avalia regularmente os modelos e processos internos do ING. A diretriz regulamentar de 2016 indicava que os rácios de capital mínimos que o BCE considera adequados para o ING Group e ING Bank estão suficientemente cobertos pelas normas de capital próprio do ING.

Classificações

Posição de capital do ING Bank NV segundo a DFP/RFP IV

	Standard & Poor's		Moody's		Fitch	
	Classificação	Previsão	Classificaçã	Previsão	Classificação	Previsão
ING Bank N.V.						
–longo prazo	A	Estável	A1	Estável	A+	Estável
–curto prazo	A-1		P-1		F1	

As classificações de crédito chave do ING e previsões estão ilustradas na tabela acima. Cada uma destas classificações apenas reflete a visão da agência de classificação aplicável aquando da classificação e qualquer explicação sobre o motivo de uma classificação pode ser obtida apenas através da agência de classificação.

Uma classificação de títulos não é uma recomendação para comprar, vender ou deter títulos e cada classificação deve ser avaliada de forma independente de qualquer outra. Não existem garantias de que qualquer classificação de crédito continuará em efeito para um determinado período de tempo ou que uma classificação não seja reduzida, suspensa ou retirada completamente pela agência de classificação se, na opinião da agência de classificação, as circunstâncias o exigirem. O ING não aceita qualquer responsabilidade pela precisão ou fiabilidade das classificações.

Autorização das Contas Anuais Consolidadas

Amesterdão, 13 de março 2017

O Conselho de Supervisão

J. (Jeroen) van der Veer, *presidente*
H.J.M. (Hermann-Josef) Lamberti, *vice-presidente*
E.F.C.B. (Eric) Boyer de la Giroday
H.W. (Henk) Breukink
I. (Isabel) Martín Castellá
M. (Mariana) Gheorghe
R.W.P. (Robert) Reibestein
A.C. (Ann) Sherry

Conselho de Administração Bancária

R.A.J.G. (Ralph) Hamers, Diretor-Executivo, presidente do Conselho de
Administração Bancária
J.V. (Koos) Timmermans, vice-presidente e diretor dos Líderes de Mercado
P.G. (Patrick) Flynn, Diretor Financeiro
W.F. (Wilfred) Nagel, CRO
R.M.M. (Roel) Louwhoff, Diretor de Operações
M. I. (Isabel) Fernandez Niemann, Diretora do Wholesale Banking
A. (Aris) Bogdaneris, Diretor de Mercados Desafiadores e em Crescimento

Demonstração da posição financeira da empresa-mãe

a 31 de dezembro antes da apropriação do resultado

em milhões de euros	2016	2015
Ativos		
Liquidez e disponibilidades com bancos centrais 1	9941	12 491
Fundos públicos de curto prazo 2	1427	2 969
Empréstimos e adiantamentos a bancos 3	81 641	69 074
Empréstimos e adiantamentos a clientes[1] 4	325 872	339 062
Títulos de dívida 5		
– disponível para venda	27 624	25 481
– detido até ao vencimento	5266	4 719
– comércio	10 127	12 215
Títulos de capital próprio 6		
– disponível para venda	2970	2 784
– comércio	4939	5 874
Investimentos em empresas do grupo 7	32 946	32 609
Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos 8	777	652
Ativos intangíveis9	895	886
Equipamento 10	444	463
Outros ativos 11	56 008	56 580
Ativos totais	**560 877**	**565 859**
Passivos		
Depósitos de bancos 12	53 215	44 835
Depósitos de clientes[1] 13	279,875	278 160
Títulos de dívida emitidos	101 671	120 034
Outros passivos 14	64 468	64 964
Disposições gerais 15	1562	620
Empréstimos subordinados 16	16 546	16 389
Passivos totais	**517 337**	**525 002**
Capital próprio 17		
Capital social	525	525
Prémio de emissão	16 542	16 542
Reservas de reavaliação	3806	3 477
Reservas legais e estatutárias	1914	2 315
Outras reservas	16 650	13 470
Resultado transportado	4103	4 528
Capital próprio total	**43 540**	**40 857**
Capital próprio e passivos totais	**560 877**	**565 859**

1 Empréstimos e adiantamentos a clientes e Depósitos de clientes, a 31 de dezembro de 2015, são ajustados como resultado de uma alteração nas políticas contabilísticas. É feita referência às políticas de Contabilidade para as contas anuais da empresa-mãe – Alterações nas políticas contabilísticas em 2016.

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais da empresa-mãe.

Demonstração das variações do capital próprio da empresa-mãe

em milhões de euros	Capital social	Prémio de emissão	Reserva de reavaliação	Jurídicas e estatutárias reservas	Outras reservas	Resultado transportado	Total
Saldo a 1 de janeiro de 2015	**525**	**16 542**	**3144**	**2343**	**12 849**	**2 661**	**38 064**
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e outras reavaliações			525	–227			298
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas			–32	15			–17
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa			2	–35			–200
Reavaliações não realizadas de propriedades de uso próprio			3	33			35
Remensuração dos Ativos/passivos de benefícios líquidos definidos				61			64
Diferenças cambiais e outros				333			84
Montante total reconhecido diretamente em capital próprio	**–**	**–**	**333**	**69**			**264**
Resultado líquido				131		4,528	4,659
	–	**–**	**333**	**62**	**–**	**4,528**	**4,923**
Transferência dos resultados transportados					2,661	–2,661	
Dividendos					–2,200		–2,200
Opções de ações de funcionários e planos de ações					70		70
Alterações na composição do grupo e outras alterações				–90	90		
Saldo a 31 de dezembro de 2015	**525**	**16 542**	**3477**	**2315**	**13 470**	**4528**	**40 857**
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e outras reavaliações			310	–102			208
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas			–124	–148			–272
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa			245	–143			102
Reavaliações não realizadas de propriedades de uso próprio			2				2
Remensuração dos Ativos/passivos de benefícios líquidos definidos			11	–76			–65
Diferenças cambiais e outros				–251			–251
Montante total reconhecido diretamente em capital próprio	**–**	**–**	**444**	**–720**	**–**	**–**	**–276**
Resultado líquido				124		4103	4227
	–	**–**	**444**	**–596**	**–**	**4103**	**3,951**
Transferência dos resultados transportados					4 528	–4528	
Dividendos					–1345		–1345
Opções de ações de funcionários e planos de ações					72		72
Alterações na composição do grupo e outras alterações			–115	195	–75		5
Saldo a 31 de dezembro de 2016	**525**	**16 542**	**3806**	**1914**	**16 650**	**4103**	**43 540**

As alterações nos componentes individuais são apresentadas na Nota 17 «Capital Próprio».

Políticas contabilísticas para as contas anuais contas

Amesterdão, 13 de março 2017

Base da apresentação

O ING Bank N.V. é uma empresa domiciliada em Amesterdão, Países Baixos e está inscrito no Registo Comercial de Amesterdão sob o número 33031431.

As contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. são elaboradas de acordo com os requisitos de relatório financeiro incluídos na Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês. Em conformidade com a subsecção 8 da secção 362 do Livro 2 do Código Civil Holandês, os princípios de reconhecimento e medição aplicados nestas contas anuais da Empresa-mãe são os mesmos que os aplicados nas contas anuais Consolidadas do ING Bank; é feita referência à Nota 1 «Políticas Contabilísticas» das contas anuais Consolidadas. Os investimentos em empresas do grupo são contabilizados nas contas da Empresa-mãe segundo o método do capital próprio.

Uma lista com a informação referida na Secção 379 (1) do Livro 2 do Código Civil Holandês foi apresentada ao escritório do Registo Comercial de Amsterdão, em conformidade com a Secção 379 (5) do Livro 2 do Código Civil Holandês.

Alterações nas políticas contabilísticas em 2016

Para além da alteração na política contabilística relacionada com a «Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros», como descrita abaixo, não houve alterações nas políticas contabilísticas, vigentes a partir de 1 de janeiro de 2016, que tenham influenciado significativamente o ING Bank N.V.

Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros

IAS 32 «Instrumentos financeiros: Apresentação» prescreve que um ativo financeiro e um passivo financeiros devem ser compensados quando houver um direito legalmente exigível de compensar e, além disso, uma «intenção de liquidar numa base líquida» simultaneamente (IAS 32.42). O ING possui o direito legalmente exigível (por contrato) de compensar os montantes sob o acordo de cash pooling nocional, bem como a intenção de liquidar numa base líquida. A IFRS baseia-se em princípios e não prescreve como a intenção de liquidar numa base líquida é evidenciada. O ING aplica determinadas práticas para realçar que o requisito de «intenção de liquidação» é cumprido.

Em abril de 2016, o Comité de Interpretação das IFRS (IFRIC) publicou um Aviso de Rejeição da Ordem de Trabalhos (ARN) sobre a compensação do balanço financeiro dos produtos do conjunto de caixa nocional. O assunto no ARN refere-se à questão de saber se determinados acordos de cash pooling cumprem os requisitos de compensação de acordo com a IAS 32. O IFRIC ofereceu esclarecimentos adicionais de que a transferência de saldos para uma conta de compensação deve ocorrer no final do período para demonstrar uma intenção de liquidar numa base líquida.

Como resultado do ARN, que é aplicável a partir de 6 de abril de 2016, o ING alterou a sua política contabilística e, portanto, como resultado, realiza transferências físicas de valores em caixa de clientes numa única conta de compensação com base no fim de um período para evidenciar a intenção de liquidar de forma líquida. Esta alteração na política contabilística é contabilizada retrospetivamente. Os valores comparativos são ajustados de acordo com informações adicionais conforme estabelecido abaixo.

Resumo do impacto das alterações nas políticas contabilísticas

A alteração na política contabilística, tal como descrito acima, não tem impacto nas demonstrações de lucros e perdas da empresa-mãe nem nas demonstrações das variações do capital próprio da empresa-mãe.

Os valores comparativos na demonstração da posição financeira da empresa-mãe são influenciados nas rubricas Empréstimos e adiantamentos a clientes, Ativos Totais, Depósitos de clientes e Passivos Totais. Estas rubricas aumentaram em 16 049 milhões de euros até 31 de dezembro de 2015. Os valores comparativos são ajustados em conformidade.

É feita referência à demonstração da posição financeira da empresa-mãe, Nota 4 «Empréstimos e adiantamentos a clientes», Nota 13 «Depósitos de clientes», Nota 27 «Maturidade de determinados ativos e passivos». Para obter mais informações sobre o impacto da Alteração nas políticas contabilísticas em 2016 nas contas anuais consolidadas do ING Bank, é feita referência à Nota 1 «Políticas contabilísticas» - Alterações nas políticas contabilísticas em 2016, das contas anuais consolidadas do ING Bank.

Alterações na apresentação das contas anuais e respetivas notas da empresa-mãe

Anteriormente, o ING Bank N.V aplicou a opção segundo a Secção 402, Livro 2 do Código Civil Holandês e apresentou uma demonstração resumida dos lucros ou perdas. A partir de 2016 esta opção já não está disponível para entidades de interesse público, por isso, o ING Bank N.V apresenta agora uma demonstração completa de lucros ou perdas juntamente com as divulgações relevantes de notas. É feita referência à demonstração de lucros ou perdas da empresa-mãe e notas relacionados, ou seja, das Notas 18 «Rendimento líquido dos juros» até à Nota 26 «Tributação».

Capital próprio e reservas relacionados da empresa-mãe

O montante total do capital próprio nas contas anuais da empresa-mãe equivale ao capital próprio dos Acionistas (da empresa-mãe) nas contas anuais consolidadas. Certos componentes no capital próprio são diferentes, como resultado das diferenças de apresentação seguintes entre as contas da empresa-mãe e as contas consolidadas:

- As reavaliações não realizadas, incluindo as relacionadas com coberturas de fluxo de caixa nas empresas do grupo consolidado, apresentadas nas Outras Reservas - Reavaliação nas contas consolidadas, são apresentadas nas Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos nas contas da empresa-mãe;
- A conversão de moeda estrangeira nas empresas do grupo consolidado, apresentadas nas Outras reservas - Conversão da moeda nas contas consolidadas, é apresentada nas Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos nas contas da empresa-mãe;
- As reavaliações da propriedade de investimento e determinadas participações reconhecidas no rendimento e, consequentemente, apresentadas nos Ganhos retidos nas contas consolidadas, são apresentadas nas Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos nas contas da empresa-mãe;

Há uma reserva legal com um montante igual à participação nos resultados de filiais e empreendimentos conjuntos desde a sua primeira inclusão no valor de ativos líquidos menos o montante das distribuições de lucros em que se acumularam direitos durante esse tempo. As distribuições de lucros que podem ser repatriadas para a Holanda sem restrições são também deduzidas das Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos.

Notas às contas anuais da empresa-mãe

montantes em milhões de euros, salvo indicação em contrário

Notas para demonstração da posição financeira da empresa-mãe

1 Caixa e disponibilidades com bancos centrais

Os montantes detidos em bancos centrais chegam aos 9360 milhões de euros (2015: 11 886 milhões de euros). Em 2016, a redução dos Valores detidos em bancos centrais deveu-se, sobretudo, à redução do excesso de liquidez.

2 Fundos públicos de curto prazo

Os fundos públicos de curto prazo incluem fundos públicos internacionais que chegam aos 1350 milhões de euros (2015: 2868 milhões de euros) para a empresa.

3 Empréstimos e adiantamentos a bancos

Empréstimos e adiantamentos a bancos	2016	2015
Recebimentos não subordinados de:		
Empresas do grupo	30 659	17 156
Terceiros	50 737	51 823
	81 396	68 979
Recebimentos subordinados de:		
Empresas do grupo	177	31
Terceiros	68	64
	81 641	69 074

A 31 de dezembro de 2016, os Empréstimos e adiantamentos a bancos incluem valores a receber em relação aos títulos que foram adquiridos em operações de recompra reversa no valor de 30 166 milhões de euros (2015: 28 311 milhões de euros).

4 Empréstimos e adiantamentos a clientes

Empréstimos e adiantamentos a clientes	2016	2015
Recebimentos não subordinados de:		
ING Groep N.V.		
Empresas do grupo		
Terceiros1	49 953	54 608
	275 919	284 403
	325 872	339 011
Recebimentos subordinados de:		
Empresas do grupo		51
	325 872	**339 062**

1 Os valores comparativos, a 31 de dezembro de 2015, são ajustados como resultado de uma alteração nas políticas contabilísticas. O total de Empréstimos e adiantamentos a clientes, a 31 de dezembro de 2015, aumentou em 16 049 milhões de euros, de 323 013 milhões de euros para 339 011 milhões de euros, como resultado de um aumento nos Empréstimos não subordinados a receber de Terceiros. É feita referência às políticas de Contabilidade para as contas anuais da empresa-mãe – Alterações nas políticas contabilísticas em 2016.

A partir de 31 de dezembro de 2016, os ativos detidos em contratos de empréstimo financeiro ascendem a 2555 milhões de euros (2015: 8 milhões de euros). O aumento em 2016 deve-se à fusão do ING Lease Italy com o ING Bank N.V.

A partir de 31 de dezembro 2016, os valores a receber incluídos nos Empréstimos e adiantamentos a clientes que fazem parte da carteira comercial ascendem a 17 840 milhões de euros (2015: 19 609 milhões de euros).

Os Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem valores a receber em relação aos títulos que foram adquiridos em operações de recompra reversa no valor de 17 302 milhões de euros (2015: 19 073 milhões de euros) para a empresa.

5 Títulos de dívida

Títulos de dívida por emissor	2016	2015
Setor apúblico	30,909	32,720
Outros	12,108	9 695
	43 017	**42 415**

Títulos de dívida analisados por lista	2016	2015
Cotados	40 913	40 489
Não cotados	2104	1 926
	43 017	**42 415**

Títulos de dívida – subordinados e não subordinados	2016	2015
Títulos de dívida não subordinados emitidos por:		
Terceiros	43 017	42 415
	43 017	**42 415**

Alterações nos títulos de dívida (disponível para venda)	2016	2015
Balanço de abertura	25 481	25,445
Adições	11,476	9,540
Amortização	–28	–18
Transferências e reclassificações		–848
Lucros/(perdas) de alterações no justo valor	222	–315
Alienações e resgates	–9,666	–8,761
Diferenças cambiais	137	446
Outras alterações	2	–8
Balanço de encerramento	**27 624**	**25 481**

Em 2015, incluídos nas Transferências e reclassificações estão 848 milhões de euros relacionados com transferências e reclassificações de investimentos Detidos até ao vencimento.

A partir de 31 de dezembro 2016, o custo dos valores dos títulos de dívida comercial ascendem a 10 127 milhões de euros (2015: 12 215 milhões de euros).

A partir de 31 de dezembro de 2016, um montante de 23 621 milhões de euros (2015: 22 876 milhões de euros) deverá ser liquidado depois de mais de um ano a partir da data do balanço financeiro.

Os títulos de dívida temporariamente vendidos em transações de recompra ascendem a 10 257 milhões de euros a partir de 31 de dezembro de 2016 (2015: 9502 milhões de euros).

Os títulos de dívida emprestados não são reconhecidos na demonstração da posição financeira e equivalem a zero (2015: zero) a 31 de dezembro de 2016.

6 Títulos de capital próprio

Títulos de capital próprio analisados por lista	2016	2015
Cotados	7731	8 480
Não cotados	178	178
	7909	**8658**

Alterações nos títulos de capital próprio (disponível para venda)	2016	2015
Balanço de abertura	2 784	2 269
Adições	18	28
Lucros/(perdas) de alterações no justo valor	343	539
Disposições para imparidades	–5	–1
Eliminações	–53	–51
Diferenças cambiais	–92	
Outras alterações	–25	
Balanço de encerramento	**2970**	**2784**

O custo ou preço de venda das participações sociais na carteira comercial aproxima o seu justo valor. A partir de 31 de dezembro de 2016, o custo ou preço de venda das participações sociais na carteira disponível para venda é de 2597 milhões de euros a menos (2015: 2476 milhões de euros a menos) que o valor contábil.

7 Investimentos em empresas do grupo

Investimentos em empresas do grupo	2016		2015	
	Participação detida (%)	Demonstração do valor da posição financeira	Juros detida (%)	Demonstração do valor da posição financeira
ING België N.V.	100	10 306	100 %	9817
ING Holding Deutschland GMBH	100	8831	100 %	8382
ING Bank (Austrália) Limited	100	2557	100 %	2350
ING Financial Holdings Corporation	100	2429	100 %	2359
ING Bank Slaski S.A.	75	1744	75 %	1844
ING Bank A.S.	100	1617	100 %	1685
ING Mauritius Investments I Limited	100	713	100 %	1181
ING Real Estate B.V.	100	366	100 %	499
ING Australia Holdings Limited	100	1211	100 %	1164
ING Corporate Investments B.V.	100	514	100 %	500
Outros (incluindo empresas financeiras)		2658		2828
		32 946		**32 609**

A partir de 31 de dezembro de 2016, os Investimentos em empresas do grupo inclui instituições de crédito de 17 398 milhões de euros (2015: 16 809 milhões de euros). A partir de 31 de dezembro de 2016, os investimentos listados em empresas do grupo ascende a 1744 milhões de euros (2015: 1844 milhões de euros).

Alterações nos Investimentos em empresas do grupo

	2016	2015
Balanço de abertura	32 609	32 488
Reembolso de injeção de capital	–206	–93
Reavaliações	–454	–232
Resultados das empresas do grupo	2780	3 400
Dividendos recebidos	–1670	–2 677
Contribuições de capital	18	203
Fusões e liquidações	–118	–765
Diferenças cambiais	–118	256
Outras alterações	105	29
Balanço de encerramento	**32 946**	**32 609**

8 Investments in associates and joint ventures

Investments in associates and joint ventures

			2016	2015
	Participação detida (%)	Demonstração do valor da posição financeira	Participação detida (%)	Demonstraçã o do valor da posição financeira
TMB Public Company Limited	25	723	25	612
Outros		54		40
		777		**652**

Alterações nos Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos

	2016	2015
Balanço de abertura	652	600
Adições	13	2
Participação nos resultados	42	50
Dividendos recebidos	–17	–17
Eliminações		10
Reavaliações	57	–2
Diferenças cambiais	26	9
Outras alterações	4	
Balanço de encerramento	**777**	**652**

9 Ativos intangíveis

Alterações nos Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos

	Goodwill		Software		Diversos		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Balanço de abertura	591	656	293	362	2	2	886	1,020
Adições			171	119			171	119
Eliminação			–1				–1	
Depreciação			–104	–186			–104	–186
Imparidades			–6	–6			–6	–6
Diferenças cambiais	–82	–71					–82	–71
Alterações na composição do grupo		6						6
Outras alterações			31	4			31	4
Balanço de encerramento	509	591	384	293	2	2	895	886

10 Equipamento

Alterações no equipamento	2016	2015
Balanço de abertura	463	500
Adições	143	145
Depreciação	–134	–130
Eliminações	–36	–50
Diferenças cambiais	–1	1
Alterações na composição do grupo		–2
Outras alterações	9	–1
Balanço de encerramento	**444**	**463**
Valor contábil a 31 de dezembro	**1407**	**1 558**
Depreciação acumulada a 31 de dezembro	**–963**	**–1 095**
Valor contabilístico líquido	**444**	**463**

11 Outros ativos

Outros ativos por tipo	2016	2015
Derivados	46 439	47 868
Ativos por impostos diferidos	442	363
Imposto sobre impostos a receber	61	
Juros e rendas acumulados	4276	4 986
Outros ativos acumulados	511	572
Ativos de pensões	595	623
Outros recebimentos	3684	2 168
	56 008	**56 580**

Outros recebimentos incluem 2325 milhões de euros (2015: 1101 milhões de euros) referentes às transações ainda por liquidar na data do balanço financeiro. Os derivados incluem transações com empresas do grupo de 12 980 milhões de euros (2015: 15 896 milhões de euros).

A partir de 31 de dezembro de 2016, um montante de 273 milhões de euros (2015: 811 milhões de euros) deverá ser liquidado depois de mais de um ano a partir da data do balanço financeiro.

12 Depósitos de bancos

Depósitos de bancos	2016	2015
Empresas do grupo	25 114	16 127
Terceiros	28 101	28 708
	53 215	**44 835**

13 Depósitos de clientes

Depósitos de clientes por empresas do grupo e terceiros	2016	2015
Empresas do grupo	42 663	28 148
Terceiros[1]	237 212	250 012
	279 875	**278 160**

1 Os valores comparativos, a 31 de dezembro de 2015, são ajustados como resultado de uma alteração nas políticas contabilísticas. O total de Depósitos de clientes, a 31 de dezembro de 2015, aumentou em 16 049 milhões de euros, de 262 111 milhões de euros para 278 160 milhões de euros, como resultado de um aumento de Terceiros. É feita referência às políticas de Contabilidade das contas anuais da empresa-mãe – Alterações nas políticas contabilísticas em 2016.

Depósitos de clientes por tipo	2016	2015
Contas poupança	120 648	117 602
Saldos de crédito em contas de clientes	87 304	94 197
Depósitos empresariais	59 829	55 779
Outros	12 094	10 582
	279 875	**278,160**

14 Outros passivos

Outros passivos	2016	2015
Derivados	46 898	47 678
Passivos detidos para negociação	5270	6 666
Juros acumulados	4548	5 425
Custos a pagar	1422	982
Despesas de imposto a pagar	51	94
Outros impostos e contribuições para a segurança social	44	91
Outros valores a pagar	6235	4 028
	64 468	**64 964**

Outros valores a pagar incluem 4258 milhões de euros (2015: 959 milhões de euros) referentes às transações ainda por liquidar na data do balanço financeiro.

Os derivados incluem transações com empresas do grupo de 10 994 milhões de euros (2015: 12 203 milhões de euros).

A partir de 31 de dezembro de 2016, um montante de 626 milhões de euros (2015: 265 milhões de euros) deverá ser liquidado depois de mais de um ano a partir da data do balanço financeiro.

15 Disposições gerais

Disposições gerais	2016	2015
Passivos fiscais diferidos	435	
Passivos de pensões e outros passivos relacionados com funcionários	9	15
Reorganizações e relocações	809	547
Outros	309	58
	1562	**620**

A partir de 31 de dezembro de 2016, um montante de 932 milhões de euros (2015: 404 milhões de euros) deverá ser liquidado depois de mais de um ano a partir da data do balanço financeiro.

16 Empréstimos subordinados

Empréstimos subordinados por empresas do grupo e terceiros	2016	2015
Empresas do grupo	6603	7253
Terceiros	9943	9136
	16 546	**16 389**

Empréstimos subordinados por tipo	2016	2015
Obrigações de capital	9889	8978
Empréstimos privados	6657	7411
	16 546	**16 389**

Empréstimos subordinados aos outros passivos numa dissolução do ING Bank.

17 Capital próprio

Equidade	2016	2015
Capital social	525	525
Prémio de emissão	16 542	16 542
Reservas de reavaliação	3806	3 477
Reservas legais e estatutárias	1914	2 315
Outras reservas	16 650	13 470
Resultado transportado	4103	4 528
Capital próprio total	**43 540**	**40 857**

Capital social	Ações ordinárias (por valor 1,13 euros)			
	Número x 1000		Valor	
	2016	2015	2016	2015
Capital social autorizado	1 600 000	1 600 000	1808	1 808
Capital social não emitido	1 134 965	1 134 965	1 283	1 283
Capital social emitido	**465 035**	**465 035**	**525**	**525**

Não ocorreram alterações no capital social e prémio de emissão emitidos em 2016 e 2015.

Alterações nas reavaliações dereservas					
2016	reserva	Propriedade de uso próprio	Reserva disponível para venda	Reserva de cobertura do fluxo de caixa	Reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos	Total
Balanço de abertura		120	2663	600	94	3 477
Reavaliações não realistas			–124			–124
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas		2	310			312
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa				245		245
Alteração nos ativos/passivos de benefício definido líquido					11	11
Alterações na composição do grupo e outras alterações		–115				
Balanço de encerramento		**7**	**2849**	**845**	**105**	**3806**

Alterações nas reavaliações dereservas

2015	reserva	Propriedade de uso próprio	Reserva disponível para venda	Reserva de cobertura do fluxo de caixa	Reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos	Total
Balanço de abertura		118	2,170	765	91	3,144
Reavaliações não realizadas		2	525			527
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas			–32			–32
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa				–165		–165
Alteração nos ativos/passivos de benefício definido líquido					3	3
Balanço de encerramento		120	**2663**	**600**	**94**	**3477**

Alterações nas reavaliações dereservas

2016	reserva	Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos	Reserva de conversão de moeda	Reservas estatutárias	Software capitalizado	Total
Balanço de abertura		1,450	–516	1,201	180	2,315
Resultado para o ano				124		124
Os investimentos disponíveis para venda de reavaliações não realizadas e outros		–102				–102
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas		–148				–148
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa		–143				–143
Alterações na reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos		–76			3	–76
Diferenças cambiais e outros		28	–279			–251
Alterações na composição do grupo e outras alterações		89			106	
Balanço de encerramento		**1098**	**–795**	**1325**	**286**	**1914**

Alterações nas reservas legais e estatutárias

2015	reserva	Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos	Reserva de conversão de moeda	Reservas estatutárias	Software capitalizado	Total
Balanço de abertura		1621	–592	1 070	244	2,343
Resultado para o ano				131		131
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e outros		–227				–227
Lucros/perdas realizados transferidos para a demonstração de lucros e perdas		15				15
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa		–35				–35
Reavaliações não realizadas de propriedades de uso próprio		33			3	33
Alterações na reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos		61	–279			61
Diferenças cambiais e outros		8	76			84
Alterações na composição do grupo e outras alterações		–26			–64	–90
Balanço de encerramento		**1450**	**–516**	**1201**	**180**	**2,315**

A participação de filiais e reserva de empreendimentos conjuntos inclui os seguintes componentes: Reserva para ganhos retidos não distribuíveis de filiais de 453 milhões de euros (2015: 351 milhões de euros), Reserva de reavaliação de filiais e empreendimentos conjuntos de 1117 milhões de euros (2015: 1523 milhões de euros), Reserva de conversão de moeda de 4 milhões de euros (2015: – 24 milhões de euros) e Reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos de – 476 milhões de euros (2015: – 400 milhões de euros).

As Reservas estatutárias incluem reservas não distribuíveis de 1325 milhões de euros (2015: 1201 milhões de euros) relacionados com o anterior antigo Stichting Regio Bank e o antigo Stichting Vakbondspaarbank SPN que não pode ser livremente distribuído em conformidade com o artigo 23.1 dos artigos de associação.

As alterações no valor dos instrumentos de cobertura que são designados como coberturas de investimento líquido são incluídas nas Diferenças cambiais e outros.

Alterações nas outras reservas

2016	Lucros retidos	Total
Balanço de abertura	13 470	13 470
Transferência dos resultados	4528	4528
transportados Dividendos	–1345	–1345
Opções de ações de funcionários e planos de ações	72	72
Alterações na composição do grupo e outras alterações	–75	–75
Balanço de fecho	**16 650**	**16 650**

Alterações nas outras reservas

2015	Lucros retidos	Total
Balanço de abertura	12 849	12 849
Transferência do resultado transportado	2661	2661
Dividendos	–2200	–2200
Opções de ações de funcionários e planos de participações	70	70
Alterações na composição do grupo e outras alterações	–90	–90
Balanço de encerramento	**13 470**	**13 470**

A reserva de coberturas de fluxo de caixa está incluída na Participação de filiais e empreendimentos conjuntos de forma líquida. A Reserva de reavaliação, Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos e a Reserva de conversão de moeda não podem ser distribuídas livremente. Os Lucros retidos podem ser livremente distribuídos, exceto um montante igual ao saldo negativo em cada um dos componentes da Reserva de reavaliação, Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos e Reserva de conversão de moeda. Os lucros e perdas não realizados dos derivados, além dos utilizados nas coberturas de fluxo de caixa, são apresentados na demonstração de lucros ou perdas e são, assim, parte dos Lucros retidos e não são incluídos nas Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos.

O montante total das reservas não distribuíveis, em conformidade com os requisitos de participação financeira de acordo com a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês, é de 6 824 milhões de euros (2015: 6824 milhões de euros).

É feita referencia à Nota 18 «Capital próprio» e à secção da Gestão de capital nas contas anuais consolidadas para informação adicional, incluindo restrições referentes a dividendos e reembolsos de capital.

Notas à demonstração da empresa-mãe lucros ou perdas

18 Rendimento líquido dos juros

Rendimento líquido dos juros

	2016	2015
Rendimento dos juros em empréstimos	9 331	12 220
Rendimento dos juros em empréstimos em imparidade	61	26
Juros negativos sobre os passivos	117	32
Total do rendimento dos juros em empréstimos	**9 509**	**12 278**
Rendimento dos juros em títulos disponíveis para venda	390	387
Rendimento dos juros em títulos detidos até ao vencimento	28	50
Rendimento dos juros em títulos detidos até ao vencimento	14 771	16 414
Rendimento dos juros noutra carteira de negociação	416	483
Rendimento dos juros nos derivados não negociados (sem contabilidade de cobertura)	637	768
Rendimento dos juros nos derivados não negociados (contabilidade de cobertura)	4 230	4 334
Outros rendimentos dos juros	146	81
Rendimento dos juros	**30 127**	**34 795**
Despesas com juros sobre depósitos de bancos	206	313
Despesas com juros sobre depósitos de clientes	1 443	3 888
Despesas com juros em títulos de dívida	1 882	2 202
Despesas com juros em empréstimos subordinados	775	815
Despesas com juros sobre derivados negociados	14 952	16 565
Despesas com juros sobre outros passivos detidos para negociação	43	217
Despesas com juros em derivados não negociados (sem contabilidade de cobertura)	612	553
Despesas com juros em derivados não negociados (contabilidade de cobertura)	3 877	4 221
Outras despesas com juros	317	318
Juros negativos em ativos	21 1	9
Despesas com juros	**24 128**	**29 101**
Rendimento líquido dos juros	**5 999**	**5 694**

19 Rendimento dos investimentos e resultados de participações

Rendimento dos investimentos e resultados de participações	2016	2015
Resultados de ações e outros títulos de rendimento não fixo	220	–11
Resultados das empresas do grupo	2780	3 400
Resultados de associadas, joint-ventures e outras participações	43	56
	3043	**3445**

20 Receitas líquidas de comissões

Receitas de taxas e comissões	2016	2015
Transferência de fundos	698	642
Atividade de títulos financeiros	237	257
Mediação de seguros	35	30
Taxas de gestão de ativos	8	14
Taxas de mediação e de consultoria	235	250
Outros	467	454
	1680	**1647**

Despesas com taxas e comissões	2016	2015
Transferência de fundos	256	237
Atividade de títulos financeiros	71	77
Taxas de gestão de ativos	5	7
Taxas de mediação e de consultoria	35	32
Outros	119	100
	486	**453**

21 Resultados de transações financeiras

Resultados de transações financeiras	2016	2015
Resultados da carteira de negociação de títulos	43	781
Resultados da carteira de negociação de moeda	–1294	–498
Resultados de derivados não negociados	1 558	10
Outros	387	452
	694	**745**

22 Outros rendimentos

Em 2016, os Outros rendimentos estão relacionados com a venda de propriedade em Espanha (-10 milhões de euros) e a venda de empréstimos não comerciais com uma perda (-17 milhões de euros), o saldo restante (-23 milhões de euros) refere-se a vários valores individualmente insignificantes.

23 Despesas com pessoal

Despesas com pessoal	2016	2015
Despesas com pessoal		
- Salários	1,610	1,635
- Custos com a segurança social	222	213
Custos com pensões e outros custos com benefícios relativos ao pessoal	249	197
Outras taxas de gestão	703	685
	2,784	**2,730**

Remuneração da gestão sénior, Conselho de Administração e Conselho de Supervisão

É feita referência à Nota 45 «Entidades relacionadas» (página 129 até e incluindo a página 132) nas Contas Anuais Consolidadas do ING Bank.

24 Depreciação e amortização

Depreciação e amortização	2016	2015
Depreciação de equipamento	134	130
Amortização de software e outros ativos intangíveis	104	185
	238	**315**

25 Outras despesas

Outras despesas	2016	2015
Custos com computadores	451	470
Despesas de escritório	222	229
Despesas de deslocação e alojamento	84	80
Publicidade e relações públicas	198	202
Honorários de consultoria externa	230	167
Encargos postais	25	29
Custos regulamentares	427	261
Adição/(divulgações) de provisões para reorganização e realocação	575	109
Desvalorizações e reversão de desvalorizações	9	12
Outros	354	284
	2,575	**1,843**

26 Tributação

Tributação por tipo	2016	2015
Tributação atual	324	80
Tributação diferida	281	434
	605	514

Notes to the parent company annual accounts of ING Bank N.V. – continued

Informação adicional

27 Vencimento de determinados ativos e passivos

Análise de determinados ativos e passivos por vencimento

2016	Menos de 1 meses	1–3 meses	3–12 meses	1–5 anos	Mais de 5 anos	Vencimento não aplicável	Total
Ativos							
Empréstimos e adiantamentos a bancos	18 948	6349	7809	13 543	5881	29 111	81 641
Empréstimos e adiantamentos a clientes	29 290	7460	24 775	81 995	164 512	17 840	325 872
Passivos							
Depósitos de bancos	22 493	1262	2 447	13 290	1 840	11 883	53 215
Depósitos de clientes	214 785	15 376	23 268	10 966	4182	11 298	279 875
Títulos de dívida emitidos	2655	11 590	13 588	41 704	21 343	10 791	101 671
Empréstimos subordinados					9118	7428	16 546

Análise de determinados ativos e passivos por vencimento

2015	Menos de 1 meses	1–3 meses	3–12 meses	1–5 anos	Mais de 5 anos	Vencimento não aplicável	Total
Ativos							
Empréstimos e adiantamentos a bancos	14 349	4677	6847	9869	3758	29 574	69 074
Empréstimos e adiantamentos a clientes[1]	44 122	5 299	18 285	78 744	173 003	19 609	339 062
Passivos							
Depósitos de bancos	17 232	628	2759	10 816	1 020	12 380	44 835
Depósitos de clientes[1]	212 338	18 899	15 556	12 413	8342	10 612	278 160
Títulos de dívida emitidos	7528	20 158	13 440	39 720	22 954	16 234	120 034
Empréstimos subordinados	9				8114	8266	16 389

1 Empréstimos e adiantamentos a clientes e Depósitos de clientes, a 31 de dezembro de 2015, são ajustados como resultado de uma alteração nas políticas contabilísticas. É feita referência às políticas de Contabilidade das contas anuais da empresa-mãe – Alterações nas políticas contabilísticas em 2016.

28 Ativos não imediatamente disponíveis

Ativos não imediatamente disponíveis

	2016	2015
Investimentos	1 255	1 147
Empréstimos	68 007	69 743
Bancos	4716	5 716
Outros ativos	11 647	10 515
	85 625	**87 121**

A tabela inclui ativos relacionados com o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra.

29 Passivos contingentes e outros compromissos

Passivos contingentes por tipo	2016	2015
Garantias	38 351	47 905
Cartas de crédito irrevogáveis	6587	4 862
Outros	308	209
Dívidas contingentes	45 246	52 976
Serviços irrevogáveis	43 832	46 836
	89 078	**99 812**

Dívidas contingentes	2016	2015
Empresas do grupo	24 199	34 480
Terceiros	21 047	18 496
	45 246	**52976**

Serviços irrevogáveis	2016	2015
Empresas do grupo	12	14
Terceiros	43 820	46 822
	43 832	**46836**

30 Outras *garantias*

O ING Bank emitiu garantias como participante em acordos coletivos de fundos bancários nacionais e como participante em regimes de garantias coletivas exigidas. Por exemplo, o ING Bank N.V forneceu uma garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos Alemão («Einlagensicherundsfonds» ou «ESF») na secção 5 (10) da legislação em vigor neste fundo, onde o ING Bank N.V. indemniza a Association of German Banks Berlin contra quaisquer perdas que poderão ser incorridas como resultado das medidas tomadas relativamente ao ING Germany. O ESF é um esquema de garantia coletiva voluntária para poupanças e depósitos de retalho que excedam os 100 000 euros.
O ING Bank N.V emitiu declarações de passivos em relação com a Secção 403, Livro 2 do Código Civil Holandês e outras garantias para várias empresas do grupo.

Unidade fiscal

O ING Bank N.V. forma uma unidade fiscal com o ING Groep N.V. e várias entidades bancárias holandesas para efeitos de impostos empresariais. O ING Bank N.V., o ING Groep N.V. e as suas subsidiárias bancárias que formam parte da unidade fiscal têm responsabilidade solidária no que se refere a impostos pagos pela unidade fiscal.

31 Proposta de aplicação de resultados

Para 2016, propomos que o resultado, quando à disposição da Assembleia Geral, seja aplicado da forma seguinte. Os dividendos serão iguais aos dividendos intercalares já pagos e o restante do resultado será colocado nas Outras Reservas para que os dividendos finais sejam pagos.

Em novembro de 2016, o ING Bank N.V. pagou um dividendo intermédio de 2016 de 1345 milhões de euros e em fevereiro de 2017 um dividendo intermédio de 2016 de 617 milhões de euros ao ING Groep N.V.

Proposta de aplicação de resultados	2016
Resultado líquido	4227
Adição das reservas segundo o Artigo 24 dos Artigos de Associação	124
Proposta de adição a Outras reservas segundo o Artigo 24 dos Artigos de Associação	**4103**

Autorização das Contas Anuais da empresa-mãe

Amesterdão, 13 de março 2017

O Conselho de Supervisão

J. (Jeroen) van der Veer, *presidente*
H.J.M. (Hermann-Josef) Lamberti, *vice-presidente*
E.F.C.B. (Eric) Boyer de la Giroday
H.W. (Henk) Breukink
I. (Isabel) Martín Castellá
M. (Mariana) Gheorghe
R.W.P. (Robert) Reibestein
A.C. (Ann) Sherry

Conselho de Administração Bancária

R.A.J.G. (Ralph) Hamers, Diretor-Executivo, presidente do Conselho de
Administração Bancária
J.V. (Koos) Timmermans, vice-presidente e diretor dos Líderes de Mercado
P.G. (Patrick) Flynn, Diretor Financeiro
W.F. (Wilfred) Nagel, CRO
R.M.M. (Roel) Louwhoff, Diretor de Operações
M.I. (Isabel) Fernandez Niemann, Diretora do Wholesale Banking
A. (Aris) Bogdaneris, Diretor de Mercados Desafiadores e em Crescimento

Relatório de Auditoria Independente

Para: o Acionista e o Conselho de Supervisão do ING Bank N.V.

Relatório de acompanhamento às contas anuais de 2016

A nossa opinião

Na nossa opinião:

- as contas anuais consolidadas proporcionam uma visão real e justa da posição financeira do ING Bank N.V. («ING Bank») a partir de 31 de dezembro de 2016 e do seu resultado e fluxos de caixa para 2016 em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, como adotadas pela União Europeia (UE-IFRS) e com a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil dos Países Baixos;
- as contas anuais de acompanhamento da empresa-mãe proporcionam uma visão real e justa da posição financeira do ING Bank N.V. a partir de 31 de dezembro de 2016 e do seu resultado para 2016 em conformidade com a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil dos Países Baixos.

O que auditámos

Auditámos as contas anuais de 2016 do ING Bank N.V., com sede em Amesterdão. As contas anuais incluem as contas anuais consolidadas e as contas anuais da empresa-mãe.

As contas anuais consolidadas incluem:
1. A demonstração consolidada da posição financeira a 31 de dezembro de 2016.
2. As seguintes demonstrações consolidadas para 2016: a demonstração de lucros e perdas, a demonstração de rendimento integral, variações do capital próprio e dos fluxos de caixa.
3. As notas compostas por um resumo das políticas de contabilidade relevantes e outra informação explicativa.

As contas anuais da empresa-mãe incluem:
1. A demonstração da posição financeira da empresa-mãe a 31 de dezembro de 2016.
2. A demonstração de lucros ou perdas da empresa-mãe para 2016.
3. As notas compostas por um resumo das políticas de contabilidade e outra informação explicativa.

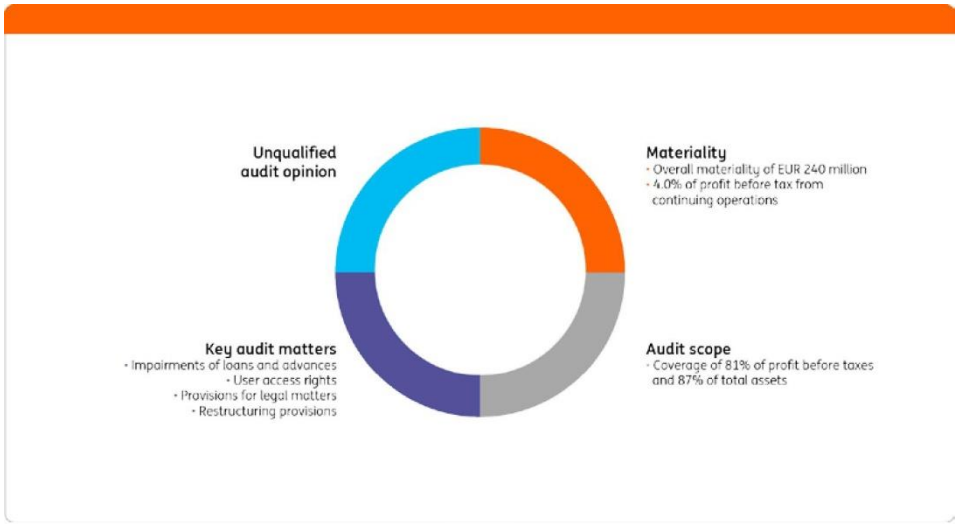
Fundamentos para a nossa opinião

Efetuámos a nossa auditoria em conformidade com a legislação holandesa, incluindo as Normas Holandesas sobre Auditorias. As nossas responsabilidades ao abrigo destas normas estão descritas em detalhe na secção «As nossas responsabilidades para a auditoria das contas anuais» do nosso relatório.

Somos independentes do ING Bank em conformidade com o Verordening inzake de onafhankelijkheid van accountants bij assurance-opdrachten (ViO, Código de Ética para Contabilistas Profissionais, um regulamento referente à independência) e outros regulamentos de independência relevantes nos Países Baixos. Além disso, cumprimentos o Verordening gedrags- en beroepsregels accountants (VGBA, Código de Ética holandês).

Acreditamos que as provas da auditoria que obtivemos são suficientes e adequadas para formar a base da nossa opinião.

Abordagem de auditoria *Resumo*



Compromisso de auditoria inicial

Este foi o primeiro ano em que auditámos as contas anuais do ING Bank. Assim, disponibilizamos mais informação sobre como nos preparámos para o compromisso de auditoria inicial.

De outubro de 2016 até ao processo de fecho do exercício financeiro de 31 de dezembro de 2015, colaborámos com antigos auditores, estivemos presentes nas suas reuniões chave com o ING Bank e compreendemos os julgamentos de auditoria complexos ou significativos que tomaram. Os membros da equipa de auditoria aproveitaram a oportunidade para conhecer o Conselho de Administração e os executivos sénior chave do ING Bank para compreender os problemas enfrentados pela empresa e recolher informação necessária para planear a nossa auditoria. Também observámos as reuniões da Comissão de Auditoria e as da Comissão de Riscos do ING Bank.

Em novembro de 2015, presidenciámos uma reunião de dois dias de parceiros e funcionários das empresas membro do KPMG que efetuam auditorias das entidades mais significativas do grupo, com o envolvimento da gestão do ING Bank. Esta reunião garantiu que teríamos uma abordagem consistente à auditoria, a nível global, devido à nossa determinação dos riscos significativos e deu uma oportunidade aos parceiros e funcionários de colaborarem diretamente com a gestão do ING Bank.

Também revimos os documentos de trabalho dos antigos auditores, para ajudar a familiarizar-nos com os controlos que utilizaram para efeitos de emitir a sua opinião, os procedimentos de auditoria substantivos que efetuaram e compreender as provas que obtiveram em julgamentos chave.

Materialidade

Com base no nosso julgamento profissional, determinámos a materialidade para as contas anuais como um total de 240 milhões de euros. A materialidade é determinada no que se refere ao lucro antes da tributação das operações contínuas (4,0 %). Consideramos os lucro antes da tributação das operações contínuas como a referência mais adequada com base na nossa avaliação das necessidades de informação geral dos utilizadores das contas anuais. Acreditamos que os lucros antes da tributação das operações contínuas são uma métrica relevante para avaliação do desempenho financeiro do ING Bank. Devido ao total relativamente alto do balanço financeiro e do rendimento bruto, não utilizámos referências alternativas na determinação da materialidade. Tivemos também em conta declarações erradas e/ou possíveis declarações erradas que, na nossa opinião, são materiais para os utilizadores das contas anuais por motivos qualitativos.

Acordámos com a Comissão de Auditoria do Conselho de Supervisão que as declarações erradas superiores a 10 milhões de euros, identificadas durante a auditoria, seriam reportadas, assim como as declarações erradas mais pequenas que, na nossa opinião, devem ser reportadas por motivos qualitativos.

Âmbito da auditoria do grupo

O ING Bank é líder de um grupo de entidades e subsidiárias. A informação financeira do ING Bank está incluída nas contas anuais consolidadas. O ING Bank está estruturado nos segmentos: Retalho Países Baixos, Retalho Bélgica, Retalho Alemanha, Outro Retalho, Wholesale Banking e Banca de Linha de Negócios e abrangendo diferentes países.

Uma vez que somos responsáveis pela opinião, somos responsáveis por administrar, supervisionar e efetuar a auditoria do grupo. Neste aspeto, determinámos a natureza e dimensão dos procedimentos de auditoria a efetuar para as entidades do grupo. A nossa auditoria do grupo focava-se em entidades significativas do grupo («componentes»). Estes componentes são significativos a nível financeiro e individual devido ao seu tamanho relativo comparando com o ING Bank ou porque atribuímos um risco significativo de declarações erradas materiais a um ou mais balanços de contas destas entidades. Além disso, incluímos determinadas entidades do grupo no âmbito da nossa auditoria do grupo para chegar a uma cobertura suficiente de todos os balanços de contas relevantes.

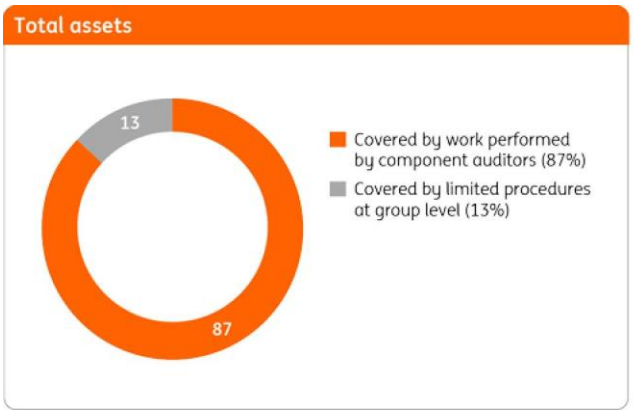
Aplicar estes critérios de âmbito levou a uma auditoria completa ou específica a 37 componentes, abrangendo 14 países no total. Isto resultou numa cobertura de 81 % do lucro antes dos impostos e 87 % dos ativos totais. Os restantes 19 % do lucro antes dos impostos e 13 % dos ativos totais resultam de componentes restantes. Para os componentes restantes, efetuámos procedimentos analíticos ao nível do grupo agregado para corroborar a nossa avaliação de que não existiam riscos significativos de declarações erradas nestes componentes restantes.

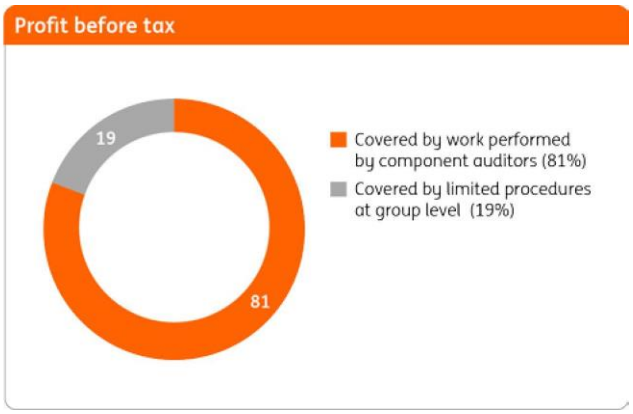
Todos os componentes no âmbito para comunicação do grupo são auditados por empresas membro do KPMG. Enviámos instruções detalhadas a todos os auditores de componentes, abrangendo áreas significativas, incluindo os riscos relevantes de declarações erradas materiais e definimos a informação necessária para comunicação à equipa de auditoria do grupo. Visitámos locais de componentes nos Países Baixos, Bélgica, Alemanha, Polónia e Estados Unidos da América onde efetuámos revisões de ficheiros de auditoria de auditores locais. Para todos os componentes no âmbito da auditoria do grupo, efetuámos conferências telefónicas e/ou reuniões presenciais com os auditores dos componentes. Durante estas visitas, reuniões e chamadas, o planeamento, avaliação do risco, procedimentos efetuados, resultados e observações comunicados ao auditor do grupo foram discutidos detalhadamente e qualquer trabalho adicional considerado necessário pela equipa de auditoria do grupo foi depois efetuado.

A equipa de auditoria do grupo definiu níveis de materialidade de componentes de 25 milhões de euros a 80 milhões de euros, com base na combinação do tamanho e do perfil de risco da demonstração financeira dos componentes no grupo para reduzir o risco de agregação a um nível aceitável.

A consolidação do grupo, as divulgações das contas anuais e determinados tópicos de contabilidade efetuados ao nível do grupo são auditados pela equipa de auditoria do grupo. Os assuntos contabilísticos onde os procedimentos de auditoria são efetuados pela equipa de auditoria do grupo incluem, nomeadamente, teste da desvalorização do goodwill, capital próprio, financiamento do grupo, determinados elementos do processo de aprovisionamento para perdas por empréstimos duvidosos, imposto sobre o rendimento comercial para a unidade fiscal holandesa e reivindicações e litígios.

Ao efetuar os procedimentos mencionados acima nas entidades do grupo, juntamente com procedimentos adicionais ao nível do grupo, conseguimos obter provas de auditoria suficientes e adequadas sobre a informação financeira do grupo para dar opinião sobre as contas anuais.





Os nossos assuntos de auditoria chave

Os assuntos de auditoria chave são os assuntos que, na nossa opinião profissional, tinham a maior importância na nossa auditoria das contas anuais. Comunicámos os assuntos de auditoria chave à Comissão de Auditoria do Conselho de Supervisão. Os assuntos de auditoria chave não são um reflexo abrangente de todos os assuntos discutidos.

Estes assuntos foram abordados no contexto da nossa auditoria das contas anuais no seu todo e na formação da nossa opinião e não damos opinião separada sobre estes assuntos.

Incerteza de estimativa referente a perdas por imparidade em empréstimos e adiantamentos a clientes

Descrição

A carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes do ING Bank ascende a 563 milhões de euros a 31 de dezembro de 2016. Estes empréstimos e adiantamentos são medidos a custo amortizado, menos uma disposição para perdas por empréstimos duvidosos (5,2 mil milhões de euros). Determinados aspetos da contabilidade para perdas por empréstimos duvidosos exigem julgamento significativo da gestão, como a identificação de empréstimos que estão em deterioração, a avaliação de provas objetivas por desvalorização, o valor da caução e a estimativa do valor reembolsável.

Devido à significância de empréstimos e adiantamentos a clientes e à incerteza relacionada de estimativa, consideramos a avaliação dos empréstimos como um assunto chave de auditoria. Consultar a secção de «Princípios de avaliação e determinação de resultados» na Nota 1 das Contas Anuais Consolidadas e divulgações relacionadas no parágrafo de «Gestão de Risco».

A nossa resposta

A nossa abordagem de auditoria incluía o teste da eficácia dos controlos internos para determinar aprovisionamentos para perdas com empréstimos duvidosos, assim como substanciar procedimentos de auditoria.

Os nossos procedimentos de controlos internos focava-se em controlos de precisão dos dados de empréstimos e caução, na determinação das classificações do risco e no processo de identificar atrasos e a gestão dos mesmos. Nas nossas auditorias, também considerámos o processo de validação e implementação internas dos modelos utilizados para determinar o aprovisionamento de perdas por empréstimos duvidosos, assim como a avaliação periódica dos parâmetros aplicados nestes modelos. Como resultado das deficiências de controlo interno identificadas durante o ano, o risco de controlo interno foi avaliado como mais alto e o nível de procedimentos de auditoria substantivos aumentou.

Avaliámos metodologias de desvalorização coletiva, focando-nos nas carteiras de retalho e wholesale banking devido ao seu tamanho relativo e ao possível impacto de mudar as informações e pressupostos. Com a ajuda dos nossos especialistas em gestão de riscos financeiros, avaliámos os modelos, pressupostos e dados usados pelo ING Bank para a desvalorização coletiva por créditos de cobrança duvidosa incorridas mas não reconhecidas («IMNR»), incluindo a adequação do período de emergência de perda como um fator crítico utilizado nestes modelos. Além disso, avaliámos a metodologia e o quadro concebidos e implementados pelo ING Bank sobre se os resultados do modelo de aprovisionamento coletivo deveriam ser ajustados para refletir melhor as circunstâncias atuais do desempenho da carteira e das condições económicas.

Com ajuda dos nossos especialistas financeiros empresariais, analisámos várias exposições de empréstimo que continuaram a ser, se tornaram ou estavam em risco de se tornar individualmente desvalorizadas. Aplicámos julgamento profissional na escolha dessas exposições para nossa inspeção detalhada, dando ênfase a carteiras possivelmente mais sensíveis às tendências económicas em desenvolvimento. Para os ficheiros de empréstimos selecionados, questionámos a estimativa do valor recuperável da administração, incluindo a capacidade de produção de caixa e, quando aplicável, o valor das garantias realizáveis, com base em informações financeiras disponíveis, informações de mercado e, quando aplicável, a análise de cenários de recuperação alternativos. Adicionalmente, avaliámos se as divulgações nas contas anuais refletiam devidamente a exposição do ING Bank ao risco de crédito, considerando especificamente as carteiras identificadas em 2016 com o risco mais alto.

A nossa observação

Fizemos recomendações à administração em relação a evidenciar a revisão apropriada das classificações de risco e o modelo IMNR resulta no modelo do nosso auditor para a Comissão de Auditoria do Conselho de Supervisão do ING Bank. No geral, avaliamos que os empréstimos e adiantamentos a clientes após a dedução das desvalorizações de perda por empréstimos de risco estão declarados de forma justa e correspondem às divulgações relacionadas nas contas anuais.

Risco de acesso inadequado a tecnologias e sistemas da informação

Descrição

O ING Bank depende das suas infraestruturas de TI para a confiança e continuidade das suas operações e comunicação financeira. Em 2016, o ING Bank fez esforços significativos para melhorar os sistemas e processos de TI de modo a aumentar a eficiência e eficácia das infraestruturas TI e a fiabilidade e continuação do processamento TI.

Em especial, houve maior atenção da gestão aos direitos de acesso a aplicações, sistemas operativos e bases de dados. Estes são importantes para garantir que o acesso e as alterações a aplicações e dados são devidamente autorizados e efetuados de forma adequada. Assim, tornámos a eficácia da gestão de acesso do utilizador como parte dos controlos gerais de TI numa questão chave de auditoria.

A nossa resposta

A nossa abordagem de auditoria depende em grande parte de controlos automatizados e, por isso, os procedimentos são concebidos para testar os controlos de acesso em sistemas TI. O acesso inadequado a uma aplicação ou infraestrutura poderá afetar um controlo automatizado e, por isso, comprometer dados financeiros. A utilização de cada aplicação tem sido considerada na avaliação de cada deficiência relacionada com as TI. Devido às características técnicas das TI desta parte da auditoria, envolvemos os nossos especialistas em auditoria TI em todas as fases da auditoria das contas anuais (avaliação do risco, planeamento, execução e comunicação).

Os nossos auditores de TI avaliaram a fiabilidade e continuidade do ambiente TI, na medida necessária do âmbito da nossa auditoria às contas anuais de 2016. Entre outras coisas, avaliámos e testámos a eficiência operacional e de design dos controlos de gestão do acesso de utilizadores dos sistemas de TI relevantes para comunicação financeira. Analisámos o quadro de gestão das organizações de TI e dos controlos gerais de TI do ING Bank, acesso a programas e dados, alterações a programas e operações de TI, incluindo controlos de compensação quando necessário.

Uma área de foco especial relacionada com a gestão e segregação de acesso lógico dos controlos de deveres. Os direitos de acesso foram testados na medida necessária para comunicação financeira. Como consequência da fraqueza de controlo identificada quanto à gestão de acesso de utilizadores, a gestão colocou esforços adicionais para resolver as deficiências de controlo identificadas. Subsequentemente, efetuámos testes adicionais para resolução da gestão. Para as fraquezas de controlo que não resolvemos, testámos os controlos de compensação que não foram afetados por controlos de gestão de acesso de utilizador ineficazes. Para determinadas aplicações, avaliámos substancialmente o acesso para determinar se ocorre acesso inadequado e se as alterações efetuadas eram adequadas.

A nossa observação

A combinação dos testes dos controlos e dos testes substantivos efetuados, prestaram provas suficientes para nos permitir depender da operação contínua dos sistemas TI para efeitos da nossa auditoria. Na nossa comunicação à Comissão de Auditoria do Conselho de Supervisão, disponibilizámos recomendações para novas melhorias aos controlos TI e, em especial, aos controlos relacionados com a gestão ao acesso de utilizadores.

Incerteza de estimativa relacionada com a disposição para assuntos legais

Descrição

O reconhecimento e a medição de ambas as disposições e a divulgação de passivos contingentes relacionados com litígios, medidas regulamentares e resoluções de apoio ao cliente (doravante: «questões jurídicas») exigem julgamento significativo pela gestão. Em 2016, os desenvolvimentos nesta área incluíam, entre outros, o programa de resolução de derivados de PME nos Países Baixos e resolução e litígios do apoio ao cliente.

Devido à complexidade na avaliação e medição do valor das obrigações resultantes de questões jurídicas, consideramos que esta é uma questão chave da auditoria. Consultar a secção de «Princípios de avaliação e determinação de resultados» na Nota 1 das contas anuais e divulgações relacionadas de procedimentos legais na Nota 41 das contas anuais.

A nossa resposta

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação de controlos para a identificação, avaliação e medição de possíveis obrigações originadas por questões jurídicas. Para as questões identificadas, considerámos se existe obrigação, a adequação do aprovisionamento e/ou a divulgação com base nos factos e circunstâncias disponíveis.

Para avaliar os factos e as circunstâncias, obtivemos e avaliámos a documentação dos tomadores e os documentos relevantes de regulamentação e litígio, incluindo cartas de advogados (externos), lemos as minutas das comissões relevantes, investigámos junto da administração sénior e entrevistámos o consultor jurídico do ING Bank e, quando necessário, advogados externos do ING Bank. Avaliámos também os pressupostos efetuados e os julgamentos chave aplicados pela gestão com base na nossa própria avaliação e conhecimentos de informação de mercado.

Além disso, considerámos se as divulgações do ING Bank referentes à aplicação de julgamento na estimativa dos aprovisionamentos e passivos contingentes refletem devidamente as incertezas associadas com questões jurídicas.

A nossa observação

No geral, concluímos que o aprovisionamento de reivindicações relacionadas com questões jurídicas está devidamente indicado e que as divulgações relacionadas são adequadas e em conformidade com a natureza e a medida da divulgação na nota 41 dos passivos contingentes para reivindicações e litígio nas contas anuais.

Incerteza de estimativa relacionada com a disposições de restruturação e transformação digital

Descrição

O reconhecimento e a medição das disposições de restruturação exige julgamento significativo pela gestão. Isto refere-se especificamente à disposição de restruturação após o anúncio público da estratégia «Accelerating Think Forward» a 3 de outubro de 2016. Existe um julgamento significativo da gestão envolvido nos pressupostos sobre custos projetados de despedimento de funcionários.

Estes pressupostos são afetados por circunstâncias locais e a estimativa de incerteza dos custos projetados. Devido à significância desta restruturação e à dificuldade da avaliação e medição do valor de quaisquer disposições resultantes, consideramos que esta medição da disposição de restruturação é uma questão chave da auditoria.

Consultar a secção de «Princípios de avaliação e determinação de resultados» na Nota 1 das contas anuais e divulgações relacionadas de disposições de reorganização na Nota 14 das contas anuais.

A nossa resposta

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação de controlos para a identificação, avaliação e medição de possíveis disposições originadas por programas de restruturação. Para os programas de restruturação identificados, consideramos se cumprem os critérios de reconhecimento para uma disposição de restruturação. Assim, determinámos se existe uma obrigação resultante de um evento passado e testámos a adequação da estimativa de aprovisionamento e da divulgação com base nos factos e circunstâncias disponíveis. Para avaliar os factos e as circunstâncias, obtivemos e avaliámos a documentação interna e externa relevante, lemos as minutas das comissões relevantes, voltámos a efetuar os cálculos e investigámos junto da administração sénior.

Avaliámos também os pressupostos efetuados e os julgamentos chave aplicados pela gestão com base em análise detalhada com dados de experiência anterior de programas de restruturação prévios.

Contactámos um especialista atuarial para verificar a pertinência de pressupostos atuariais e avaliámos a consistência das metodologias de medição utilizadas. Além disso, considerámos se as divulgações do ING Bank da aplicação de julgamento nas disposições de estimativa refletem devidamente as incertezas associadas à determinação da disposição de restruturação.

A nossa observação

Concluímos que o aprovisionamento para os programas de restruturação é adequado a partir de 31 de dezembro de 2016 e está em conformidade com as divulgações nas contas anuais, na nota 14.

Relatório sobre outra informação incluída no relatório anual

Além das contas anuais e do relatório do nosso auditor, o relatório anual contém outra informação como:

- O relatório do Conselho de Administração.
- Outra informação referente à Parte 9 do Livro 2 do Código Civil dos Países Baixos.
- O Relatório sobre gestão corporativa.

Com base nos procedimentos efetuados abaixo, concluímos que a outra informação:
- é consistente com as contas anuais e não contém declarações erradas materiais;
- contém a informação conforme exigido pela Parte 9 do Livro 2 do Código Civil dos Países Baixos.

Lemos a outra informação. Com base nos nossos conhecimentos e entendimento obtidos através da nossa auditoria das contas anuais, ou outras, consideramos se outra informação contém declarações erradas materiais.
Ao efetuar estes procedimentos, estamos em conformidade com os requisitos da Parte 9 do Livro 2 do Código Civil dos Países Baixos e a Norma Holandês 720. O âmbito dos procedimentos efetuados é substancialmente inferior ao dos efetuados na nossa auditoria das contas anuais.

O Conselho de Administração é responsável pela preparação da outra informação, incluindo o relatório do Conselho de Administração, em conformidade com a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil dos Países Baixos e outra Informação em conformidade com a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil dos Países Baixos.

Relatório sobre outros requisitos legais e regulamentares

Empenho

Fomos contratados por resolução na Assembleia Geral Anual dos Acionistas como auditor do ING Bank a 11 de maio de 2015 para a auditoria do ano 2016.

Descrição das responsabilidades das contas anuais

Responsabilidades do Conselho de Administração e do Conselho de Supervisão para as contas anuais

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação justa das contas anuais em conformidade com o EU-IFRS e com a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil dos Países Baixos. Além disso, o Conselho de Administração é responsável por este controlo interno, uma vez que determina se é necessário permitir a preparação das contas anuais que estão livres de declarações erradas materiais, devido a erros ou fraude.

Como parte da preparação das contas anuais, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade da empresa em continuar em atividade. Com base nos quadros de participação financeira mencionados, o Conselho de Administração deve preparar as contas anuais usando a base de contabilidade de empresa em atividade, a não ser que o Conselho de Administração pretenda liquidar a empresa ou cessar as operações, ou se não tiver uma alternativa realistas para tal. O Conselho de Administração deve divulgar os eventos e circunstâncias que podem provocar dúvidas significativas na capacidade de a empresa continuar em atividade nas contas anuais.

O Conselho de Supervisão é responsável por supervisionar o processo de participação financeira da empresa.

As nossas responsabilidades para a auditoria das contas anuais

O nosso objetivo é planear e efetuar a auditoria de modo a obter provas de auditoria suficientes e adequadas para a nossa opinião. A nossa auditoria foi efetuada com um nível elevado, mas não absoluto, de garantia, o que significa que podemos não ter detetado todos os erros materiais e fraudes durante a auditoria.

As declarações erradas podem ocorrer por fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou em conjunto, se esperar razoavelmente que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas contas anuais. A materialidade afeta a natureza, tempo e dimensão dos nossos procedimentos de auditoria e a avaliação do efeito de declarações erradas identificadas na nossa opinião.

Para uma descrição mais detalhada das nossas responsabilidades em relação a uma auditoria de contas anuais, referimo-nos ao site do organismo profissional de consultores nos Países Baixos (NBA)
https://www.nba.nl/Documents/Tools%20Vaktechniek/Standaardpassages/Standaardpassage_nieuwe_controletekst_oob_variant_%20Engels.docx

Amstelveen, 13 de março de 2017

KPMG Accountants N.V.

M.A. Hogeboom RA

Artigos de Associação - Apropriação dos resultados

Apropriação de resultados

O resultado é aplicado em conformidade com o Artigo 24 dos Artigos de Associação do ING Bank N.V, estipulações relevantes que definem que o resultado devem ser aplicado primeiro à Reserva do Stichting Regio Bank, respetivamente, Reserva do Stichting Vakbondsspaarbank SPN, ou cobrado às reservas em proporção ao rácio entre a Reserva do Stichting Regio Bank, respetivamente, Reserva do Stichting Vakbondsspaarbank SPN e o capital próprio da empresa no final do exercício relevante e que o restante deve estar à disposição da Assembleia Geral.

Informação Adicional do Pilar III

montantes em milhões de euros, salvo indicação em contrário

Introdução

Base de divulgação

A informação neste relatório refere-se ao ING Bank N.V e todas as suas filiais (doravante ING Bank). Não existem diferenças entre o âmbito de consolidação para efeitos prudenciais comparando com o âmbito de consolidação para efeitos contabilísticos conforme relatado nas contas anuais na Nota 1 «Políticas de contabilidade», Nota 43 «Principais filiais» e Nota 44 «Entidades estruturadas».

Garantia/validade

As divulgações do Pilar III têm estado sujeitas às avaliações de controlo interno e aos mecanismos de validação do ING Bank, para garantir a conformidade com as leis e regulamentos. Não foram auditadas por auditores externos do ING Bank.

A Comissão de Divulgação (CD), responsável por todas as divulgações do ING Bank, avalia a precisão do conteúdo antes de participar as suas conclusões à Comissão de Auditoria (CA) que proporciona a revisão dos resultados e a aprovação final. Contudo, a derradeira autoridade para a preparação e divulgação de informação financeira pertence ao Conselho Executivo. Este processo garante que o Conselho Executivo e o Conselho de Supervisão têm oportunidade suficiente para rever e desafiar as declarações financeiras do Banco, assim como outras divulgações significativas antes de serem tornadas públicas. Os relatórios individuais que não estão publicados no relatório anual exigem à gestão (Diretor Geral ou Responsável do departamento envolvido) que peça a verificação e validação adequadas da informação.

Quadro regulamentar

Em 2010, o quadro de Basileia III foi adotado e consequentemente convertido pela União Europeia (UE) em regulamentação no Regulamento de Requisitos Capitais (RFP) e na Diretiva IV sobre os Fundos Próprios (DFP IV) Os RFP são vinculativos a todos os estados membros da UE e entraram em vigor a 1 de janeiro de 2014. Para mais informações, consulte o capítulo «Ambiente regulamentar» no parágrafo de Gestão do Risco.

O quadro do Comité de Basileia baseia-se em três pilares: o Pilar I sobre requisitos de capital mínimo, que define as regras para o cálculo do risco de crédito, de mercado e operacional, o Pilar II sobre o processo de revisão de Supervisão, que exige que os bancos realizem um processo de avaliação interna de adequação de capital para os riscos não incluídos no Pilar I e o Pilar II sobre a disciplina de mercado, que exige divulgações para permitir que os investidores e outros participantes do mercado compreendam os perfis de risco de bancos individuais.

O ING Bank elabora o relatório do Pilar III em conformidade com o RFP e com a DFP IV conforme exigido pela autoridade supervisora. O objetivo deste relatório é permitir aos participantes no mercado que avaliem mais eficazmente informação chave relacionada com o capital regulamentar e as exposições do risco do banco.

O ING Bank elabora o relatório do Pilar III em conformidade com o RFP e com a DFP IV conforme exigido pela autoridade supervisora. O relatório «informação adicional do Pilar III» do ING Bank contém divulgações para requisitos de Capital Regulamentar, o Risco de Crédito, incluindo as disposições do risco de crédito da contraparte, das titularizações e Outros Ativos que Não sejam de Obrigação de Crédito (OANOC), do Risco de Mercado, do Risco de Liquidez e do Risco Não Financeiro. Além disso, o relatório irá discutir as exposições regulamentares e os ativos com ponderação do risco que não se encontram na secção de gestão do risco. Como tal, a secção do Pilar III deve ser lida juntamente com as secções de Gestão do Risco e de Gestão de Capital das contas anuais, onde se encontra uma discussão abrangente sobre ambos os assuntos.

Para os requisitos de divulgação da RFP/DFP IV será publicado um guia de referência no site empresarial ing.com.
http://www.ing.com/About-us/Annual-Reporting-Suite.htm

O relatório do Pilar III é publicado anualmente como parte do Relatório Anual do ING Bank. No entanto, alguns requisitos de fundos próprios estabelecidos no artigo 438 e, bem como informações sobre a exposição ao risco ou outros itens propensos a mudanças rápidas rapidamente, são divulgados trimestralmente. Algumas filiais do ING Bank publicam informações sobre capital e solvência nos seus sites ou relatórios anuais de acordo com os requisitos regulatórios locais.

Desenvolvimentos em requisitos de divulgação

Quadro do Pilar III Revisto (QPR) do CBSB

No que diz respeito às divulgações de informações de mercado, o Comité de Basileia de Supervisão Bancária (CBSB) anunciou em 2014 a sua ambição de rever e consolidar os requisitos de divulgação do Pilar III num um programa bifásico. O quadro do Pilar III revisto (QPR) é o resultado de uma revisão extensa dos relatórios do Pilar III, onde os requisitos de divulgação existentes do Pilar III são anulados. O resultado aplica-se a bancos internacionalmente ativos ao mais elevado nível de consolidação.

O objetivo chave é melhorar a comparação e consistência das divulgações ao apresentar modelos harmonizados. Existem dois tipos de modelos/tabelas:

- O formato fixo prescritivo (modelo) para informações quantitativas que são consideradas essenciais para a análise dos requisitos de fundos próprios regulamentares de um banco e
- (Tabela) de formato flexível para informação considerada significativa para o mercado mas não essencial para a análise da adequação do capital regulamentar de um banco.

A primeira fase do quadro do Pilar III revisto (QPR) foi apresentada em janeiro de 2015 (CBSB 309), e foca-se na gestão do risco e APR, ligações entre demonstrações financeiras e exposições regulamentares, Risco de crédito, Risco de crédito da contraparte, titularizações e risco de mercado.

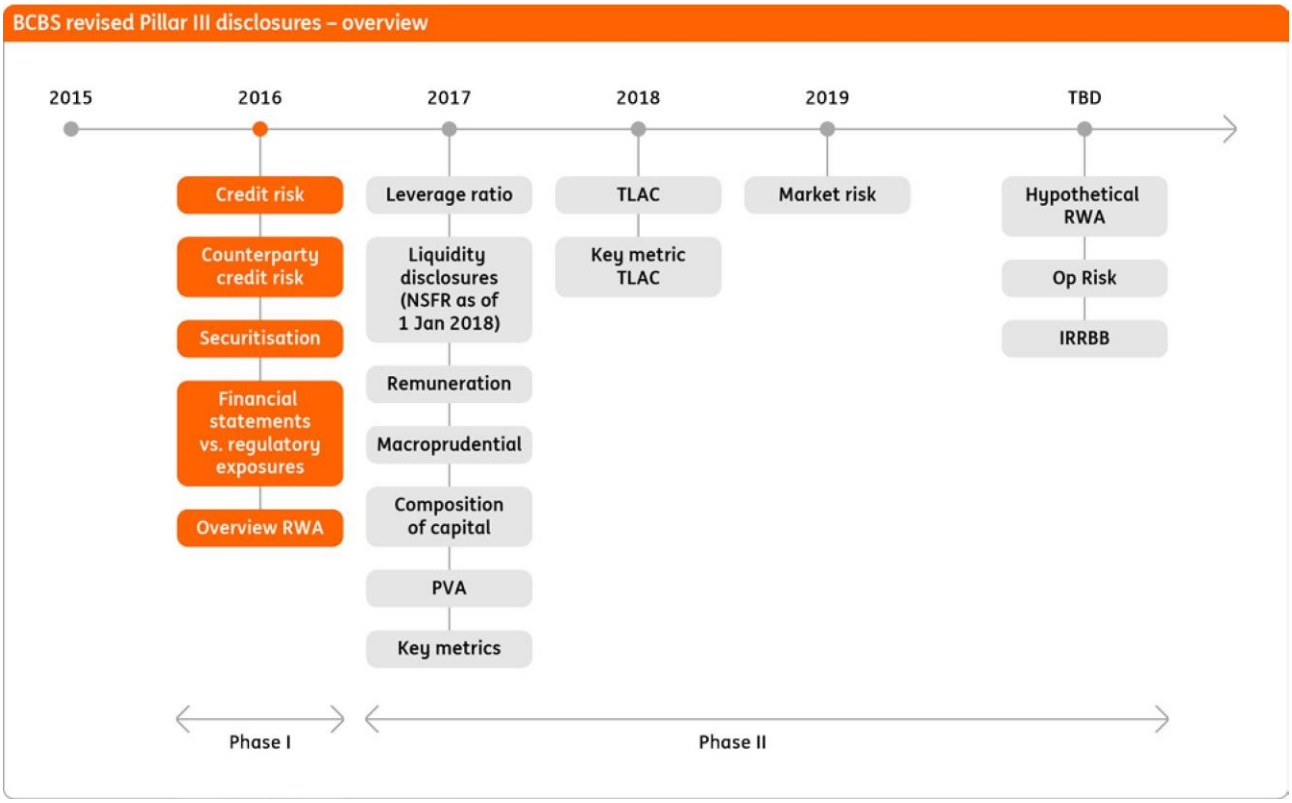
Em março de 2016, o Comité de Basileia emitiu um documento de consulta para a segunda fase do (QPR), onde sugeria:

(i) revisão adicional das propostas da Fase I, incluindo a introdução de métricas regulamentares chave adicionais (quando aplicável) a um «painel», a divulgação de «ativos ponderados pelo risco hipotéticos» calculados com base na abordagem patronizada - para servir de referência aos cálculos dos APR usando a abordagem interna baseada em classificações - e o aumento da granularidade para a divulgação do Ajuste de Avaliação Prudente (AAP).

(ii) uma inclusão do requisito de divulgação resultante de outras propostas do Comité de Basileia (CBSB), incluindo a adição da divulgação do CTAP (através dos APR do CTAP e requisito do Rácio de Alavancagem e instrumentos elegíveis) aos requisitos regulamentares de divulgação de fundos próprios, revisões de divulgações de risco operacional para refletir a Abordagem de Medição Padronizada (SMA), uma vez finalizadas, revisões de divulgações de risco de mercado resultantes da Revisão Fundamental da Carteira de Negociação (FRTB) e requisito de divulgação descrito na proposta de Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB).

(iii) a integração de outros requisitos de divulgação do CBSB no quadro do Pilar III, que abrangem os requisitos de divulgação previamente elaborados ou anunciados pelo CBSB (isto é, indicadores G-SIB, Reserva de Capital Contracíclica, Rácio de Alavancagem, RCL e NSFR)

A data de implementação das alterações da Fase 1 depende da conclusão prevista das normas regulamentares subjacentes, conforme indicado na síntese total do QPR abaixo.



Regulamentos Europeus

Para serem legalmente vinculativos, os modelos do QPR têm de ser transpostos para instituições europeias em requisitos da UE pela EBA. Assim, em junho de 2016, a EBA emitiu um documento de consulta sobre as diretrizes dos requisitos de divulgação do RFP que abrangem a Fase I do Quadro do Pilar III Revisto do CBSB.

Nas Diretrizes de esboço, a EBA ajustou os modelos do Pilar III Revisto e incluiu especificidades da UE, por exemplo, em termos de classes de exposição ou conceitos utilizados, para se adequar aos requisitos de RFP. As diretrizes de esboço da EBA devem, portanto, ser vistas como especificações dos requisitos de divulgação existentes do RFP, em vez de um conjunto completamente novo de requisitos.

Além disso, a EBA propôs adiar a data de implementação até ao final de 207, em vez de até ao final de 2016, como proposto pelo CBSB. Contudo, os G-SIB como o ING Bank têm de divulgar um subconjunto composto pelos valores das exposições do risco e os requisitos de capital mínimos até ao final do ano de 2016. Além disso, a EBA refere-se especificamente e utiliza o COREP e o FINREP para preencher os modelos de divulgação fixos e variáveis para facilitar a implementação. Como parte da revisão do quadro Pilar III, a EBA pede também a publicação de um conjunto de informação quantitativa em formato editável / ficheiro MS Excel.

O âmbito das diretrizes EBA corresponde quase plenamente à primeira fase do QPR, focando-se em requisitos de divulgação geral para gestão do risco, risco de crédito, risco de crédito de contraparte e risco de mercado. Os requisitos restantes na Parte Oito do RFP estão fora do alcance uma vez que ou eram abrangidos na segunda fase da revisão do Pilar III do CBSB ou estão abrangidos através de outros regulamentos (Lei Delegada, Normas Técnicas de Implementação, etc.) que já são aplicáveis**.**

Revisão RFP/DFP IV

A 23 de novembro de 2016, a Comissão Europeia (CE) publicou propostas que alteram regulamentos europeus importantes, entre outros, a Diretiva de Fundos Próprios e o Regulamento de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV /RFP II) essenciais para reforçar ainda mais a capacidade do banco em aguentar possíveis choques.

Para os requisitos de divulgação, a Comissão propôs alterações focadas para garantir um melhor alinhamento com as normas internacionais. Em especial, são propostos novos requisitos de divulgação para o CTAP, risco de crédito de contraparte, risco de mercado e requisitos de liquidez. Além disso, foi proposto um regime de divulgação mais proporcional onde as divulgações são adaptadas à relevância das instituições com instituições pequenas (isto é, com ativos abaixo dos 1,5 mil milhões de euros) e não listadas sujeitas a divulgações menos extensas e frequentes. As propostas de RFP II, as empresas são classificadas em três categorias (significativas, pequenas e outras) com distinção adicional entre empresas listadas e não listadas.

Além disso, a EBA é obrigada a desenvolver formatos de divulgação uniformes para melhorar a comparabilidade e a gestão terá de verificar e assinar a conformidade com os requisitos de divulgação e a adesão a políticas internas sobre divulgação.

Implementação

Com as diretrizes EBA colocadas como especificações de requisitos de divulgação existentes de RFP, o ING Bank optou por uma implementação precoce dos modelos da EBA no que se refere a requisitos de capital regulamentar, risco de crédito, risco de crédito de contraparte e risco de mercado. Esta implementação precoce permite-nos melhorar a transparência da informação publicada no relatório anual do Pilar III.

A tabela abaixo «índice de divulgação» determina onde podemos encontrar modelos EBA no relatório anual:

Diretrizes EBA sobre índice de divulgação			
Tipo	ID	Descrição EBA	Páginas
Social capital	EU OV1	Visão geral de APR	240
Risco de crédito e informação geral sobre MRC	EU CRB-B	Valor líquido total e médio das exposições	261
	EU CRB-C	Divisão geográfica das exposições	262
	EU CRB-D	Concentração das exposições por tipos industriais ou de contraparte	263
	EU CRB-E	Maturidade das exposições	264
	EU CR1-A	A qualidade do crédito das exposições por classe e instrumento de exposição	271
	EU CR1-B	Qualidade do crédito das exposições por tipos industriais ou de contraparte	272
	EU CR1-C	Qualidade do crédito das exposições por geografia	272
	EU CR1-D	Envelhecimento de exposições em atraso	275
	EU CR1-E	Exposições em não desempenho e diferidas	274
	EU CR3	Técnicas de mitigação do risco de crédito - síntese	283
Risco de crédito e MRC na abordagem padronizada	EU CR4	Abordagem Padronizada - Exposição de Risco de crédito e efeitos de MRC	269
	EU CR5	Abordagem padronizada	270
Risco de crédito e MRC na abordagem CIA	EU CR6	Abordagem CIA – Exposições de risco de crédito por classe de exposição e intervalo PI	265
	EU CR9	Abordagem CIA – Verificação a posteriori de PI por classe de exposição	267 - 268
CCR	EU CCR1	Análise de exposição RCC por abordagem	276
	EU CCR8	Exposições a PCC	280
	EU CCR3	Abordagem Padronizada - exposições RCC por carteira regulamentar e risco	276
	EU CCR4	Abordagem CIA - exposições RCC por carteira escala de PI	277
	EU CCR5-A	Impacto da liquidez e caução detidos sobre valores de exposição	279
	EU CCR5-B	Composição de caução para exposições a RCC	279
Risco de mercado	EU MR1	Riscos de mercado com abordagem padronizada	191
	EU MR2-A	Riscos de mercado com AMI	192
	EU MR2-B	Demonstrações de fluxo APR de exposições do risco de mercado com uma AMI	290
	EU MR3	Valores AMI para carteiras comerciais	191

Divulgação pública sobre o retorno dos ativos

A DFP IV exige que o ING Bank divulgue informação quanto ao seu retorno dos ativos. O ING Bank decidiu calcular o ROA com base nos resultados subjacentes e na média dos ativos derivados dos ativos do final do trimestre para alinhá-lo com os outros indicadores. O ROA subjacente representa o lucro como uma percentagem dos ativos totais médios. Em 2016, o ROA subjacente foi de 0,59 % (em 2015: 0,52 %).

Requisito de capital

Regras de Adequação de Capital – RFP/DFP IV

As regras para o Capital Regulamentar e Adequação do Capital baseiam-se nas diretrizes desenvolvidas pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (o Comité de Basileia) e os Regulamentos e Diretrizes da União Europeia, conforme implementado pelo Dutch Central Bank para efeitos de supervisão.

As regras expressam as opiniões dos reguladores e legisladores sobre quanto capital um banco e outras instituições de crédito reguladas devem reter relativamente à dimensão e tipo de tomada de risco expressos sob a forma de ativos com ponderação do risco. A parte mais importante da base do capital é o capital próprio dos acionistas. Além do capital próprio, a instituição pode emitir determinados passivos como instrumentos híbridos a incluir na base do capital. O requisito mínimo legal (excluindo reservas) estipula que a base do capital deve corresponder a, pelo menos, 8 % dos Ativos com Ponderação do Risco (APR).

A tabela abaixo apresenta uma síntese dos requisitos de capital mínimos e o APR no final de 2016 por tipo de risco e método de cálculo. A maior parte do requisito de capital refere-se ao risco de crédito (82 %), seguido por risco operacional com 13 %, os valores abaixo do limite para dedução (relacionados com o capital próprio no livro bancário) de 3 % e o risco de mercado para 2 % dos requisitos de capital.

UE OV1: Requisitos de capital regulamentar do ING Bank

valores em milhões de euros	2016	2015	Capital mínimo Requisitos de APR 2016
Risco de crédito (excluindo risco de crédito da contraparte) (RCC)	239,435	236,412	19,155
Dos quais abordagem padronizada (AP)	24,731	22,368	1,978
Dos quais abordagem de classificação interna (CIA)	211,541	209,439	16,923
Dos quais CIA de Capital próprio com a abordagem de ponderação do risco simples ou de modelos internos	3163	4605	253
Risco de crédito da contraparte (RCC)	14,732	17,939	1,179
Dos quais Marked to market			
Dos quais Exposição original			
dos quais abordagem padronizada para risco de crédito da contraparte	10,872	12,302	870
dos quais método do modelo interno (MMI)			
Dos quais o valor de exposição do risco para contributos para o fundo de incumprimento de uma PCC	279	633	22
Dos quais CVA	3581	5004	286
Risco de Liquidação			
Exposições de titularizações em livro bancário (após limite máximo)	842	1904	67
Dos quais abordagem CIA (ABC)	842	1904	67
Dos quais Abordagem de Fórmula Supervisora (AFS) da			
CIA Dos quais abordagem de avaliação interna			
(AAI) Dos quais abordagem padronizada (AP)			
Risco de mercado	6,660	9,635	533
Dos quais abordagem padronizada (AP)	1,081	1,328	87
Dos quais abordagens do modelo interno	5,579	8,307	446
(AMI)**Exposições grandes**			
Risco operacional	40,527	43,137	3,242
Dos quais Abordagem de Indicador Básico			
Dos quais abordagem padronizada			
Dos quais Abordagem de medição avançada	40,527	43,137	3,242
Valores abaixo dos limites para dedução (sujeitos a 250 % de ponderação do risco)	9,890	9,174	791
Ajuste de limite inferior			
Total	312,087 |	318,202	24,967

A redução no capital regulamentar exigido RFP/DFP IV foi maioritariamente causada por requisitos de capital reduzidos para risco de crédito de contraparte, risco de mercado e risco operacional. Esta redução foi parcialmente ajustada pelo aumento dos requisitos de capital do risco de crédito após o crescimento do volume e as alterações do modelo. A RFP/DFPIV obriga os Bancos a deter fundos próprios de, pelo menos, 80 % do antigo requisito de Basileia I, que era 8 % dos APR conforme calculado com a metodologia Basileia I. Este requisito continua, pelo menos, até ao final de 2017.

Declaração de fluxos de capital regulamentar do ING Bank

	2016		2015	
	RFP/DFP IV faseado	RFP/DFP IV máximo	RFP/DFP IV faseado	RFP/DFP IV máximo
Common Equity Tier 1 capital				
Opening amount	36,753	36,834	33,256	33,668
Profit included in CET1 capital	2,265	2,265	2,459	2,459
Adjustment prudential filters own credit risk	23	31	-135	-129
Change in goodwill and intangibles	-279	58	-296	88
Change in revaluation reserves	732	-87	1,689	317
Change in third party interest	20	20	40	40
Change in deductions significant investments in Financial Institutions	-	-	17	41
Other	-253	254	-277	350
Closing amount	39,262	39,375	36,753	36,834
Additional Tier 1 capital				
Opening amount	5,968	7,249	3,844	5,727
Change in AT 1 instruments	-752	-752	1,521	1521
CRR/CRD IV phased-in adjustments (excl. significant investments in FIs)	482		569	
Change in deductions significant investments in Financial Institutions	0		34	
Closing amount	5,698	6,496	5,968	7,249
Tier 2 capital				
Opening amount	8,331	8,671	8,915	9,474
Change in T 2 instruments	918	918	-801	-801
CRR/CRD IV phased-in adjustments (excl. significant investments in FIs)	146		184	
Change in deductions significant investments in Financial Institutions	0		34	
Change minority interest	6.518	6.518	-1	-1
Closing amount	9,403	9,597	8,331	8,671
Total Regulatory Capital	**54,362**	**55,467**	**51,052**	**52,754**

Posição de capital

A partir de 1 de janeiro de 2014, as regras capitais da RFP/DFP IV entraram em vigor. Segundo as regras de adequação do capital do RFP/DFP IV, o rácio de capital próprio comum de nível 1 tem de ser de, pelo menos, 4,5 %, o rácio de nível 1 de, pelo menos, 6 % e o rácio do capital total de, pelo menos, 8 % para todos os ativos com ponderação do risco.

A tabela de posições de capital reflete os fundos próprios segundo as regras da RFP/DFP IV. Uma vez que a DFP IV é gradualmente faseada até 2019, a tabela ilustra as posições de DFP IV segundo as regras para 2019 e as de 2016. Isto esclarece que itens têm um faseamento direto e que itens têm um faseamento gradual.

O capital do ING Bank é composto por capital de Nível 1 e capital de Nível 2 líquido depois das deduções. O capital de nível 1 é composto pelo Capital próprio comum de nível 1 e outro capital de Nível 1, também referido como capital híbrido. O capital de nível 2 é composto sobretudo por empréstimos subordinados.

O rácio de Nível 1 de capital próprio comum (transicional) faseado do ING Bank no final de 2016 de 12,58 % excede bastante os 8,00 % de requisito de Nível 1 de capital próprio para o ING Group em 2017. Este requisito é a soma de (i) 4,5 % do requisito do Pilar 1 (ii) 2,25 % do requisito do Pilar 2, sendo a decisão do Banco Central Europeu (BCE) sobre o Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão (PRAS) de 2016 e (iii) a reserva de conservação de capital de 1,25%. A Reserva do Risco Sistémico (RRS) não se aplica ao ING Bank e o impacto dos requisitos de reserva contracíclica foi insignificante em 2016. Com um rácio máximo CET1 do Grupo de 12,62 % a partir de 31 de dezembro de 2016, o ING Bank já está em conformidade com o requisito máximo atual que se espera que chegue a 9,25 % em 2019.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Posição de capital do ING Bank

	regras de 2016 (RFP/DFP IV faseado)	regras de 2017 (RFP/DFP IV faseado)	regras de 2019 (RFP/DFP IV máximo)	regras de 2015 (RFP/DFP IV faseado)	regras de 2016 (RFP/DFP IV faseado)	regras de 2019 (RFP/DFP IV máximo)
Capitais próprios de acionistas	**43,540**	**43,540**	**43,540**	**40,857**	**40,857**	**40,857**
Ajustes regulamentares						
Interesses minoritários, contabilizados como capital próprio comum de nível 1	326	326	326	305	305	305
Goodwill e intangíveis deduzíveis do Nível 1	-906	-1,207	-1,509	-627	-940	-1,567
Falha na disposição[2]	-583	-777	-972	-454	-681	-1,135
Títulos de dívida da reserva de reavaliação	-470	-235		-758	-505	
Títulos de capital próprio da reserva de reavaliação	-1,063	-531		-1,580	-1,053	
Imobiliário da reserva de reavaliação	-80	-40		-196	-130	
Reavaliação da reserva de cobertura do fluxo de caixa	-777	-777	-777	-675	-675	-675
Ajuste de avaliação prudente	-21	-21	-21	-44	-44	-44
Investimentos >10 % FI, que excedam o limite de 10 %						
Deduções de AT1 em AT1						
Posição nas participações próprias	-8	-8	-8	-18	-18	-18
Filtros prudenciais:						
Risco de crédito próprio	127	127	127	89	89	89
Remensuração do benefício definido (IAS19R)	223	148		244	184	
Ativos de fundos de pensão de benefícios líquidos definidos	-297	-396	-495	-257	-386	-643
Ativos por impostos diferidos	-95	-127	-159	-113	-169	-282
Ajustes do risco de crédito próprio em derivados (DVA)	-36	-48	-60	-21	-32	-53
Lucros intermédios não incluídos no capital CET1	-617	-617	-617			
Capital disponível - Capital próprio comum de Nível 1	39,262	39,356	39,375	36,753	36,801	36,834
Empréstimos subordinados qualificados como capital de nível 1[3]	6,496	6,496	6,496	7,248	7,248	7,248
Dedução de goodwill e outros intangíveis[1]	-604	-302		-940	-627	
Falha na disposição[2]	-194	-97		-340	-227	
DFP IV elegível Nível 1 Híbridos						
Investimentos >10 % FI, que excedam o limite de 10 %						
Interesses minoritários, contabilizados como capital adicional de Nível 1						
Capital disponível - Nível 1	44,960	45,453	45,871	42,721	43,195	44,083
Capital complementar - Nível 23	9,488	9,488	9,488	8,570	8,570	8,570
Falha na disposição[2]	-194	-97		-340	-227	
Disposição excessiva de IRB						
Investimentos >10 FI, que excedam o limite de 10 %						
Interesses minoritários, contabilizados como capital de Nível 2	109	109	109	102	102	102
Fundos disponíveis de Nível 3						
Capital BIS	54,362	54,952	55,467	51,052	51,640	52,754
Ativos com ponderação do risco	312,087	312,087	312,087	318,202	318,202	318,202
Rácio de Capital Próprio comum de Nível 1	12.58%	12.61%	12.62%	11.55%	11.57%	11.58%
Rácio de nível 1	14.41%	14.56%	14.70%	13.43%	13.57%	13.85%
Rácio de capital total	17.42%	17.61%	17.77%	16.04%	16.23%	16.58%

1 Intangíveis: sobretudo software capitalizado.

2 Em RFP/DFP IV, a falha da disposição é deduzida na totalidade do Capital próprio comum de Nível 1. Durante o período de faseamento (até 2017), a parte da falha que não foi deduzida do Capital CET 1 é subtraída 50 %/50 % do Capital adicional de Nível 1 e Nível 2.

3 Presumindo que o capital de Nível 1 e Nível 2 não elegível na RFP/DFP IV será substituído por equivalentes elegíveis nas mesmas antes de deixarem de cumprir as condições já existentes da RFP/DFP IV.

Fundos próprios

O RFP exige que o ING Grupo divulgue informação sobre os fundos próprios num formato específico que foi fornecido nas Normas Técnicas de Implementação da EBA. Os Anexos I, II e III dos modelos da EBA são divulgados no site da empresa, ing.com. http://www.ing.com/About-us/Annual-Reporting-Suite.htm

Rácio de alavancagem

O Rácio de alavancagem é uma medida da RFP/DFP IV que indica o nível do Capital de Nível 1 comparando com a exposição total. O seu objetivo é avaliar o risco de alavancagem excessiva da instituição. Em linha com os requisitos regulamentares, o ING Bank irá utilizar os modelos EBA específicos como base para a apresentação do seu Rácio de alavancagem. Os modelos da EBA reflete o Rácio de alavancagem conforme calculado ao abrigo do Ato Delegado do Rácio de alavancagem que foi apresentado em outubro de 2014. As Normas Técnicas de Implementação do Esboço Final (NTIE) sobre divulgação do rácio de alavancagem foram aprovadas pela Comissão Europeia e publicadas no Jornal Oficial da UE no início de 2016. O relatório oficial do rácio de alavancagem do Ato Delegado ao BCE começou por setembro de 2016. O máximo no rácio de alavancagem do ING Bank com base no Ato Delegado e no conjunto de caixa nocional ascende a 4,2 % a 31 de dezembro de 2016.

Reconciliação do resumo dos ativos contabilísticos e das exposições do rácio de alavancagem

		2016	2016	2015	2015
		RFP/DFP IV	RFP/DFP IV	RFP/DFP IV	RFP/DFP IV
		faseado	máximo	faseado	máximo
		Aplicável	Aplicável	Aplicável	Aplicável
		valores	valores	valores	valores
1	Ativos totais conforme publicado nas declarações financeiras	843,919	843,919	838,528	838,528
2	Ajuste para entidades consolidadas para efeitos contabilísticos, mas fora do âmbito de consolidação regulamentar.	0	0	0	0
3	(Ajuste para ativos fiduciários reconhecidos no balanço financeiro em conformidade com o quadro contabilístico aplicável, mas excluídos da medida de exposição do rácio de alavancagem em conformidade com o Artigo 429(13) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 «RFP»)	0	0	0	0
4	Ajustes para instrumentos financeiros derivados1	568	568	6	6
5	Ajustes para transações de financiamento de títulos (TFT)	3,661	3,661	15,786	15,786
6	Ajuste para itens fora do balanço financeiro (isto é, conversão para valores de crédito equivalentes de exposições fora do balanço financeiro)	71,219	71,219	68,657	68,657
EU-6a	(Ajuste para exposições intragrupo excluídas da medida de exposição do rácio de alavancagem em conformidade com o Artigo 429 (7) do Regulamento (UE) N.º 575/2013)	0	0	0	0
EU-6b	(Ajuste para exposições intragrupo excluídas da medida de exposição do rácio de alavancagem em conformidade com o Artigo 429 (14) do Regulamento (UE) N.º 575/2013)	0	0	0	0
7	Outros ajustes1	172,317	173,228	146,708	148,102
8	Total exposição racio alavancagem	**1,091,685**	**1,092,596**	**1,069,686**	**1,071,079**

Divulgação comum do rácio de alavancagem do Banco

		2016 RFP/DFP IV faseado	2016 RFP/DFP IV máximo	2015 RFP/DFP IV faseado	2016 RFP/DFP IV máximo
		Alavancagem dos RFP rácio	Alavancagem dos RFP rácio	Alavancagem dos RFP rácio	Alavancagem dos RFP rácio
Exposições no balanço financeiro (excluindo derivados e TFT)					
1	Itens no balanço financeiro (excluindo derivados, TFT e ativos fiduciários, incluindo caução)	929,000	929,000	895,069	895,069
2	(Valores de ativos deduzidos no capital determinante de Nível 1)	-4,785	-3,874	-5,757	-4,364
3	**Exposições totais no balanço financeiro (excluindo derivados, TFT e ativos fiduciários) (soma das linhas 1 e 2)**	**924,215**	**925,126**	**889,312**	**890,705**
Exposições derivadas					
4	Custo de substituição associado a todas as transações de derivados (isto é, líquido da margem de variação de caixa elegível)	11,726	11,726	13,439	13,439
5	Valores suplementares para PEF associada a todas as transações derivadas (método de mark-to- market)	27,042	27,042	25,590	25,590
EU-5a	Exposição determinada no Método de Exposição Original				
6	Determinação do valor bruto para caução de derivados fornecida quando deduzido dos ativos do balanço financeiro segundo o quadro contabilístico aplicável				
7	(Deduções de ativos a receber para margem de variação de caixa fornecida nas transações derivadas)	-10,579	-10,579	-11,800	-11,800
8	(Compensação PCC isenta de exposições comerciais apuradas pelo cliente)	0	0	-156.1	-156
9	Valor nocional efetivo ajustado de derivados de crédito incluídos	15,656	15,656	15,606	15,606
10	(Compensações e deduções suplementares nocionais efetivas ajustadas para derivados de crédito)	-13,316	-13,316	-12,245	-12,245
11	**Exposições derivadas totais (soma das linhas de 4 a 10)**	**30,529**	**30,529**	**30,433**	**30,433**
Exposições de transações de financiamento de títulos					
12	Ativos TFT brutos (sem reconhecimento da liquidez) depois de ajustar para transações de contabilidade de vendas	81,569	81,569	88,067	88,067
13	(Valores líquidos de caixa a pagar e caixa a receber de ativos TFT brutos)	-19,509	-19,509	-22,569	-22,569
14	Exposição do risco de crédito de contrapartes para ativos de TFT	3,661	3,661	15,786	15,786
EU-14a	Derrogação para TFT: Exposição do risco de crédito de contraparte em conformidade com o Artigo 429b (4) e 222 do Regulamento (UE) N.º 575/2013				
15	Exposições de transações com agentes				
EU-15a	(Compensação PCC isenta de exposições TFT apuradas pelo cliente)				
16	**Exposições de transações de financiamento de títulos totais (soma das linhas de 12 a 15a)**	**65,722**	**65,722**	**81,283**	**81,283**
Outras exposições fora do balanço financeiro					
17	Exposições fora do balanço financeiro com valor nocional bruto	217,538	217,538	210,420	210,420
18	(Ajustes para conversão para valores de crédito equivalentes)	-146,320	-146,320	-141,762	-141,762
19	**Outras exposições fora do balanço financeiro (soma das linhas de 17 a 18)**	**71,219**	**71,219**	**68,657**	**68,657**
Exposições isentas em conformidade com a RFP, Artigo 429 (7) e (14) (no e fora do balanço financeiro)					
EU-19a	(Isenção de exposições intragrupo (base individual) em conformidade com o Artigo 429(7) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (no e fora do balanço financeiro)				
EU-19b	[Exposições isentas em conformidade com o Artigo 429 (14) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (no e fora do balanço financeiro)]				
Exposições de capital e totais					
20	Capital de nível 1[1]	44,960	45,871	42,721	44,083
21	**Exposições de rácio de alavancagem total (soma das linhas 3, 11, 16, 19, EU-19a e EU-**	**1,091,685**	**1,092,596**	**1,069,686**	**1,071,079**
Rácio de alavancagem					
22	**Rácio de alavancagem**	**4.1%**	**4.2%**	**4.0%**	**4.1%**
Escolha de disposições transicionais e valor de itens fiduciários não reconhecidos					
EU-23	Escolha de disposições transicionais para a definição da medida de capital	Transitional	Fully phased in	Transitional	Fully phased in
EU-24	Valor de itens fiduciários não reconhecidos em conformidade com o Artigo 429(11) do Regulamento (UE) N.º 575/2013				

1 De salientar que o Capital de Nível 1 até dezembro de 2016 inclui híbridos já existentes num valor de 2954 milhões de euros (2015: 3718 milhões de euros)

Divulgação de itens qualitativos		
1	Descrição dos processos usados para gerir o risco de alavancagem excessiva	O ING segue o rácio de alavancagem mensalmente e tem-no em conta ao tomar determinadas decisões sobre emissão de títulos e/ou decisões de emissão de Nível 1.
2	Descrição dos fatores que tiveram um impacto no rácio de alavancagem durante o período a que o rácio de alavancagem divulgado se refere	O rácio de alavancagem melhorou, já que o capital de Nível 1 máximo do ING Bank aumentou 4 % (5 % numa base faseada), enquanto a medida de exposição de Alavancagem

Capital Económico e Capital Regulamentar

O CE e o Capital Regulamentar (CR) são as principais fontes de alocação de capital dentro do ING Bank. Estas duas métricas de capital são utilizadas para determinar o montante de capital que uma transação ou unidade de negócios necessita para suportar os riscos económicos e regulamentares que representam. O conceito de CE difere do conceito de CR no sentido em que o CR é o montante de capital obrigatório que é definido no âmbito do Pilar I, enquanto o CE é a melhor estimativa do capital do Pilar II que o ING Bank utiliza internamente para gerir o seu próprio risco. O CE é uma medida não contabilística que está inerentemente sujeita a alterações dinâmicas e que é atualizado como resultado da composição da carteira e desenvolvimentos gerais de mercado. O ING Bank recalibra continuamente os pressupostos subjacentes ao modelo de capital económico que podem afetar os valores do CE futuramente.

O CE é definido como o montante de capital que uma transação ou unidade de negócios necessita para suportar o risco económico que representa. No geral, o CE é medido como a perda inesperada acima da perda esperada num determinado nível de confiança. Esta definição de capital económico está em conformidade com a definição do valor líquido do mercado (ou excedente). O cálculo do CE é utilizado como parte do Processo de Avaliação da Adequação de Capital Interna (PAACI) do Pilar II dos RFP/DFP IV e do Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão (PRAS) que é realizado regularmente pelo supervisor.

Foram estabelecidos os seguintes princípios e definições fundamentais para o modelo:

- O ING Bank utiliza um nível de confiança unilateral de 99,95 % e um horizonte temporal de um ano para calcular o CE;
- Supõe-se que todas as fontes mensuráveis de risco atualmente conhecidas estão incluídas;
- Os melhores pressupostos do risco são tão objetivos quanto possível e baseiam-se numa análise adequada de dados estatísticos.;
- O cálculo do CE baseia-se em princípios de justo valor. Quando existem mercados completos e eficientes, o justo valor é igual ao valor de mercado;
- Os cálculos do CE refletem opções integradas conhecidas e a influência do comportamento do cliente nos produtos bancários;
- Os cálculos do CE são feitos numa base antes de impostos e não consideram o efeito da contabilidade regulamentar e requisitos de solvência sobre os níveis de fundos próprios; e
- O quadro não inclui qualquer valor da franquia de negócio, a intervenção de gestão discricionária ou futuros volumes de negócios e margens.

A medição específica por tipo de risco é descrita em maior detalhe nas secções de tipo de risco individuais.

A tabela abaixo indica o CE e o CR do ING Bank por tipo de risco e por linha de negócio. Para 2016, tanto o CR total como o CE total diminuíram em comparação com 2015. Ambos estão muito abaixo dos valores totais de capital disponível de 53 646 milhões de euros com base em regras faseadas dos RFP/DFP IV. Podem ser encontradas mais informações sobre o capital disponível na tabela «Demonstração de Fluxo de Capital Regulamentar do ING Group».

Capital Económico e Regulamentar por tipo de risco				
	Capital económico		Capital regulamentar	
	2016	2015	2016	2015
Risco de crédito	18 820	20 057	21 192	21 234
Risco de mercado	7965	8 581	533	771
Risco empresarial	3160	2 571		
Risco operacional	4465	4 748	3242	3 451
Total de operações bancárias	**34 410**	**35 957**	**24 967**	**25 456**

Capital Económico e Regulamentar por meio de combinação da linha de negócios

	Capital económico		Capital regulamentar	
	2016	2015	2016	2015
Banca Grossista	11 937	12 127	12 305	12 195
Retalho no Benelux	8642	9 237	6663	7 159
Mercados Desafiadores e em Crescimento	10 620	10 729	5820	5 886
Linha Empresarial[1]	3 210	3 864	179	216
Total de operações bancárias	**34 410**	**35 957**	**24 967**	**25 456**

1 A Corporate Line inclui atividades de financiamento ao nível do ING Bank, transações internas entre unidades de negócios e a Corporate Line.

A principais alterações e diferenças entre o capital económico e o capital regulamentar do ING Bank são:

- A avaliação de adequação de capital nesta secção não considera qualquer diversificação inter-risco no cálculo do CE, em conformidade com as orientações finais da EBA sobre os procedimentos e metodologias comuns para o PRAS. Contudo, o ING Bank é da opinião de que a aplicação de diversificação em diferentes tipos de risco reflete a realidade económica. Caso a diversificação tivesse sido considerada, o CE total iria diminuir de 5,6 mil milhões de euros para 28,8 mil milhões de euros. Note que para o CR, a diversificação nunca foi tida em consideração;
- Para além das diferenças específicas de risco descritas abaixo, os números de CE baseiam-se num nível de confiança de 99,95 %, enquanto o nível de confiança para o CR é de 99,9 %. Os números do CE incluem o risco de negócio, enquanto não há qualquer risco de negócio definido para o CR;
- A metodologia do CE de risco de crédito inclui limites mínimos conservadores de outra forma presentes nos cálculos de risco de crédito do CR. Além disso, o CE de risco de crédito inclui o risco de transferência, enquanto o CR não inclui. O capital económico para risco de crédito diminuiu em 2016, principalmente devido a uma melhoria na qualidade do crédito, para além de uma diminuição da exposição do ajuste de avaliação do crédito (CVA) e dos Outros Ativos que Não sejam de Obrigação de Crédito (OANOC).
- O CE do risco de crédito é maior que o CR, principalmente devido à inclusão do risco da taxa de juros nos livros bancários e nas ações de capital próprio no CE. No CR, apenas o risco de mercado nos livros comerciais e no risco de FX do livro bancário está ao alcance. Além disso, para os Investimentos de Capital próprio, os números de CE são comunicados no âmbito do risco de mercado, enquanto os números do CR são comunicados no âmbito do risco de crédito. Durante 2016, o capital económico do risco de mercado diminuiu especialmente devido à venda de ações no Kotak Mahindra Bank e à volatilidade inferior no período de tempo utilizado no cálculo do Valor em risco Anterior para posições de intercâmbio.
- Para o risco operacional, os cálculos do CE são feitos utilizando a mesma metodologia que para o CR, para além da aplicação de um nível de confiança de 99,95 %.

O CE e o CR não cobrem o risco de liquidez: o risco de o ING Bank ou uma das suas subsidiárias não conseguir cumprir os seus passivos financeiros, a um custo razoável e atempadamente, quando estes vencerem. O ING Bank tem um quadro de gestão da liquidez individual implementado para gerir este risco, que é descrito na secção «risco de financiamento e liquidez» da secção de Gestão de Risco que faz parte das Contas anuais.

Risco de Crédito

Base e âmbito da apresentação

Na secção do risco de crédito do Pilar III, os dados incluídos nas tabelas estão relacionados com o risco de crédito do ING Bank originado por empréstimos (no e fora do balanço financeiro); Financiamento de Títulos, Derivados (coletivamente Risco de Crédito de Contrapartes); atividades do Mercado Monetário e Riscos de Investimentos. Comparando com a secção do Pilar III de 2015, foram adicionados novos modelos em conformidade com os requisitos de divulgação do Pilar III da EBA. Foi acrescentada uma secção individual para risco de contraparte.

Os valores apresentados nesta secção estão relacionados com os valores usados para efeitos de Gestão do Risco de Crédito, que segue a interpretação interna do ING Bank quanto às definições indicadas no RFP/DFP IV. Assim, os números podem ser diferentes dos números contabilísticos indicados nas contas anuais das IFRS-EU. Um exemplo é o tratamento dos itens OANOC (Outros Ativos que Não sejam de Obrigação de Crédito) - enquanto os números contabilísticos incluem OANOC, ficam excluídos da secção do risco de crédito do Pilar III.

Salvo indicação em contrário, as tabelas incluídas nesta secção baseiam-se na medição do Exposição Regulamentar em Incumprimento (ERI) e os Ativos com Ponderação do Risco (API) ao abrigo das definições da RFP/DFP IV. A ERI é a soma dos valores no balanço com os que estão fora do balanço. Atividades de Empréstimo, Investimento, Mercado Monetário e Contraparte mais uma parte estimada de facilidades de crédito não utilizadas alargadas ao devedor. Os valores associados a atividades de Investimento e Empréstimo têm por base os valores originais investidos menos os reembolsos. Multiplicar o APR por 8 % resultará no nível de Capital regulamentar (CR) para estas carteiras (para a parte das atividades do Risco de crédito). Isto exclui todas as reservas adicionais. Os números para Derivados e Financiamento de Títulos têm por base o método de exposição atual, que costuma ser igual ao valor de mark-to-market das transações subjacentes mais um «suplemento» (definido na regulamentação) que representa a potencial exposição futura (PEF) prevista. Os valores são depois alterados por um ajuste relacionado com os valores da caução subjacente (de mercado) (depois de ser aplicado um corte) e todas as liquidações ou compensações legais que poderão ser permitidas em vários acordos principais, como da Associação Internacional de Swaps e Derivados [contratos principais da ISDA e dos Anexos de Apoio ao Crédito (AAC)].

As exposições fora do balanço financeiro incluem cartas de crédito e garantias, associados à categoria do Risco de Empréstimo. Além disso, as exposições fora do balanço financeiro incluem uma parte dos limites não usados, que são a parte não usada do limite entre o momento da medição e o momento teórico do incumprimento estatístico. Em conjunto, estes valores são chamados de «Atrasos no Risco de crédito».

As exposições associadas a Titularizações (Financiamento Apoiado por Ativos, Títulos Apoiados por Hipotecas Comerciais / Residenciais) são ilustradas em separado devido ao seu tratamento específico. Estes valores também estão relacionados com o valor investido antes de qualquer atividade de imparidade ou ajustes *mark-to-market*. Estes valores são também considerados «Atrasos no Risco de crédito».

Análise de Migração de APR de Crédito

A tabela abaixo explica as alterações no APR de Crédito durante o período de participação e proporciona informação adicional ao ligar o impacto das alterações na composição da carteira, as alterações de modelos e as mudanças no ambiente de risco do APR de Crédito. A tabela reconcilia os movimentos no APR de Crédito para o período de cada tipo de risco de APR de Crédito do ING Bank para a carteira AP e BCIA incluindo as titularizações e excluindo capital próprio e OANOC. Não inclui exposições de risco de crédito de contrapartes sob o Método do Modelo Interno, uma vez que o ING Bank não tem estas exposições.

Declaração de fluxo para APR de Crédito		
em mil milhões de euros	2016	2015
Valor de abertura	231,6	22,7
Tamanho do livro[1]	9.2	7,6
Desinvestimentos/Desconsolidações	-0,5	-1,5
Qualidade do livro[2]	-9,8	-8,4
Atualizações de modelos[3]	13,0	5,6
Metodologia e política[4]	0.4	-2,8
Movimentos em moeda estrangeira	0,1	5,5
Outros	-2,3	0,4
Movimento APR de Crédito Total excluindo o APR de AAR	10.1	**6.3**
Movimento APR de AAR	-1,4	-1,4
Movimento APR de Crédito Total	8.7	**4,9**
Valor de encerramento	**240,3**	**231,6**

Excluindo capital próprio e OANOC.
1 Tamanho do livro: alterações orgânicas no tamanho e composição do livro (incluindo novos empréstimos empresariais e a vencer).
2 Qualidade do livro: alterações na qualidade do livro causadas por experiências, como comportamentos de clientes subjacentes ou demografia, incluindo alterações à qualidade do crédito das carteiras.
3 Atualizações do modelo: implementação do modelo, alteração no âmbito do modelo ou qualquer alteração para abordar os maus funcionamentos do modelo, incluindo através de calibragens / realinhamentos de modelos.
4 Metodologia e política: alterações da metodologia para os cálculos fomentados por alterações internas nas alterações regulamentares e de políticas.

Principais alterações

Durante o exercício de 2016, o APR de Crédito aumentou em 8,7 mil milhões de euros para 240,3 mil milhões de euros.

- **Tamanho do livro:** O crescimento da carteira, excluindo alienações, desconsolidações e as flutuações FX, levou a um APR superior em 9,2 mil milhões de euros, maioritariamente causado pelas carteiras da Banca Grossista e dos Mercados Desafiadores e em Crescimento. O crescimento nas carteiras de Desafiadores e Crescimento foi parcialmente causado pelo crescimento orgânico e parcialmente causado pela transferência de ativos de Wholesale Banking para a Alemanha. As hipotecas também cresceram na Alemanha, Austrália, Polónia e Espanha, contribuindo para o crescimento da carteira de Desafiadores e Crescimento. Em Wholesale Banking viu-se um crescimento no livro de Financiamento Estruturado na Ásia, Suíça e Américas e no livro CFIL no Reino Unido e Benelux. A redução na carteira de hipotecas holandesa continuou em 2016, o que contribuiu para a redução no tamanho do livro na carteira de Líderes de Mercado. O aumento em hipotecas em BeLux foi mais do que compensado pela redução nos Países Baixos. Ocorreram vários movimentos mais pequenos, aumentos e reduções, em várias carteiras ao longo do ano.
- **Desinvestimentos/Desconsolidações:** A transferência periódica das hipotecas residenciais do WestlandUtrecht para o NN Bank, como parte da estratégia geral do WestlandUtrecht, continuou em 2016, reduzindo ainda mais o APR em 0,5 mil milhões de euros.
- **Qualidade do livro:** A qualidade do livro aumentou ao reduzir o APR em 9,8 mil milhões de euros, especialmente devido à carteira de hipotecas holandesa. As condições económicas melhoradas, especialmente relativamente aos preços das casas e ao emprego nos Países Baixos, com uma gestão de atrasos mais eficiente, levou a uma redução do APR de 2,9 mil milhões de euros na carteira de hipotecas. O livro de Imobiliário mostrou sinais de melhoria no perfil geral do risco, ajudado pelo retorno ao estado em desempenho de clientes chave e maior titularização, que reduziu o APR em 1,4 mil milhões de euros. Houve também uma melhoria semelhante no perfil de risco em carteiras de Outras Empresas, o que reduziu ainda mais o APR em 2,1 mil milhões de euros. Contudo, a deterioração das condições na Polónia e Turquia levou a uma redução da classificação do ING nestes países e, subsequentemente, a um aumento de mais de 0,5 mil milhões de euros no APR.

Equivalência da UE: O regulamento de equivalência da UE costumava ser aplicável a determinados países fora da UE que têm acordos de supervisão e regulamentares em vigor que são, pelo menos, equivalentes aos aplicados na UE. A partir de 31 de março de 2016, 31 2016, a ponderação do risco de 0 %

apenas se aplicará a soberanos parte da UE. Antes da implementação da equivalência da UE, o ING não tinha em conta o tipo de cliente. A partir de agora, a equivalência da UE e a classe de exposição e correlação resultantes terão por base o país e o tipo de cliente. Devido a esta implementação, determinados bancos serão tratados como Empresas e não como Instituições.
Atualizações de modelos: A introdução do Mecanismo Único de Supervisão do BCE levou a uma alteração nas cronologias de implementação. As atualizações de modelos baseadas em diretrizes regulamentares aumentaram o APR em 13,0 mil milhões de euros. Uma adição de APR para as carteiras de PME nos Países Baixos e na Bélgica foi implementada através das atualizações do modelo de PDI que aumentou o APR em 6,1 mil milhões de euros. Além disso, as adições de APR foram implementadas em hipotecas Belgas e carteiras de FPE através de atualizações de modelos, que aumentaram o APR em 1,9 mil milhões de euros. O impacto no APR com todas estas adições foi participado como um item de OANOC em 2015. Para os modelos PDI de Financiamento de Projetos e hipotecas do ING Direct Spain foram adicionados multiplicadores de ponderação do risco para tornar os modelos mais conservadores, aumentando o APR em 4,0 mil milhões de euros e 0,7 mil milhões de euros, respetivamente. Além destas atualizações de modelos, a abordagem do modelo para a carteira de saúde holandesa mudou de BCIA para AP, o que aumentou o APR em 1,0 mil milhões de euros.

- **Metodologia e política:** Algumas alterações maiores e mais pequenas resultaram num aumento do APR de 0,4 mil milhões de euros. A redução de 1,2 mil milhões de euros foi maioritariamente devido à alteração nos cálculos dos derivados, alterações na metodologia de risco de crédito de contrapartes e à redução da maturidade regulamentar. Um aumento do APR de 1,4 mil milhões de euros foi causado por atualizações da metodologia em PME e identificação da equivalência da UE implementada para conformidade regulamentar. O maior impacto foi causado pela alteração no cálculo de derivados, várias alterações de metodologia para risco de crédito de contraparte e maturidade regulamentar reduziram o APR em 1,2 mil milhões de euros. Outra grande impacto foi causado pela mudança da carteira de Cuidados de Saúde Holandesa de CIA para AP, o que aumentou o APR em 1,0 mil milhões de euros. Um novo aumento do APR de 1,4 mil milhões de euros foi causado por atualizações da metodologia em PME e identificação da equivalência da UE implementada para conformidade regulamentar. No geral, estas alterações e várias outras alterações mais pequenas resultaram num aumento do APR de 0,4 mil milhões de euros.
- **Movimentos em moeda estrangeira:** As taxas de FX fluturam nos trimestres, mas durante o ano, os movimentos de FX tiveram um impacto pequeno que aumentou o APR em 0,1 mil milhões de euros. A valorização do Dólar dos Estados Unidos (3,0 %) em relação ao Euro, aumentou o APR em 1,6 mil milhões de euros, isto foi ajustado pela desvalorização da Lira Turca (-14,5 %) e a Libra Britânica (-13,6 %), o que reduz o APR em 1,0 mil milhões de euros e 0,7 mil milhões de euros, respetivamente
- **APR de CVA:** O APR atribuível a movimentos de capital de CVA em 1,4 mil milhões de euros durante 2016, sobretudo devido a alterações no cálculo da exposição pré-liquidação e maturidade regulamentar.
Outros: A redução restante do APR de 2,3 mil milhões de euros foi o resultado de várias pequenas alterações. O tratamento melhorado e a tempo de classificações de cliente levou a um declínio de 1,0 mil milhões de euros no APR atribuído a classificações com sanções. As reduções restantes do APR ocorreram devido a melhorias em alocação de coberturas e aprovisionamentos.

No geral, a gestão de APR tem uma prioridade elevada no ING Bank em todos os aspetos dos nossos negócios. Do design dos produtos aos preços, decisões de desinvestimento, a alocação e consumo do APR é extensamente monitorizada, participada e gerida a todos os níveis da organização.

Abordagem do risco de crédito

O ING Bank utiliza dois métodos para calcular o Capital Regulamentar para o Risco de crédito na sua carteira: a abordagem Baseada na Classificação Interna Avançada (BCIA) e a Abordagem Padronizada (AP). O ING Bank não utiliza a Abordagem Baseada em Avaliações Internas de Basileia (BAI) em qualquer uma das suas carteiras. Esta secção deve ser lida juntamente com o parágrafo de Gestão do Risco do Relatório Anual.

O ING Bank aplica a abordagem Baseada na Classificação Interna Avançada (BCIA) para a maioria das suas carteiras significativas que contêm risco de crédito em conformidade com as aprovações concedidas pelo BCE e vários reguladores locais, conforme necessário. A abordagem BCIA é permitida pelo Regulador se existirem modelos de classificação aprovados a nível regulamentar (PI, EI e PDI) adotados e se a gestão (local) compreender e utilizar estes modelos de classificação (Teste de Utilização de Basileia) nos seus processos de tomada de decisões de crédito. Contudo, continua a haver uma pequena parte da carteira sujeita à Abordagem Padronizada (AP). A maioria das carteiras de AP no ING Bank estão relacionadas com filiais onde o regulador nacional não tem um quadro ou requisito de BCIA robusto. Dependendo do ambiente regulamentar, o ING irá continuar a explorar oportunidades para transitar carteiras adicionais de AP para BCIA.

A BCIA e a AP estão explicadas em mais detalhe na secção de Medição do risco de crédito do parágrafo de Gestão do risco. Uma análise das carteiras BCIA e AP e as suas tabelas de acompanhamento é fornecida nas secções da Abordagem AP e BCIA do Pilar III.

A RFP/DFP IV introduziu um custo de capital regulamentar adicional para aumentos materiais no ajuste de avaliação do risco (AAR), preço de mercado do risco de crédito de contraparte dos derivados. Em especial, à medida que os spreads de crédito das contrapartes do ING Bank aumentam, o AAR irá aumentar também e o ING Bank irá incorrer numa perda. O ING Bank segue uma abordagem padronizada para o cálculo do custo de capital de modo a cobrir o Risco de AAR (Capital AAR) em conformidade com a RFP/DFP IV. O âmbito dos produtos e contrapartes a que o custo de Capital AAR se aplica também segue estes regulamentos.

O ING Bank utiliza a BCIA e a Abordagem de Avaliação Interna (AAI) para as linhas de liquidez fornecidas em programas de Papel Comercial Garantido por Ativos e isto está explicado mais detalhadamente na secção de titularização.

Classes de exposição

O Acordo de Basileia desenvolveu o conceito de «Classes de exposição». Estas são, essencialmente, conjuntos de riscos de crédito associados a um tipo de devedor ou tipo de produto comuns. Para a BCIA e AP, a maioria das classes de exposição tem subcategorias.

- Os **Governos Centrais e Bancos Centrais** (doravante **Soberanos**) incluem entidades Governamentais Soberanas, Bancos Centrais, Autoridades Locais / Regionais reconhecidas pela RFP/DFP IV e entidades do Setor Público, assim como Organizações Supranacionais;
- •As **Instituições** incluem os Bancos Comerciais e Instituições Financeiras Não Bancárias;
- **As Empresas** incluem todas as entidades legais que não são consideradas Governos, Instituições ou Outro Retalho;
- O **Retalho** inclui as classes seguintes:
  - **O Retalho – Garantido por propriedade imóvel não PME** (doravante **Garantido por Hipotecas Residenciais**) inclui todos os empréstimos de retalho abrangidos por propriedades residenciais
  - O **Retalho - Garantido por propriedade imóvel PME** (incluído na maioria das tabelas em **Outro Retalho**) inclui todos os empréstimos de retalho abrangidos por propriedades comerciais.
  - **Outro retalho** inclui todas as outras obrigações de crédito de retalho relacionadas com as PME de Retalho (como parcerias, empresas individuais) e particulares (como empréstimos ao consumidor, empréstimos automóveis e cartões de crédito). Nestas definições de classes de exposição, é possível um indivíduo particular ser incluído nas Hipotecas Res. E Outro Retalho.

Na tabela abaixo, as categorias de RFP para a abordagem BCIA e AP são fornecidas e mapeadas segundo as classes de exposição do ING Bank. O RFP é a conversão dos Acordos de Basileia em regulamentos europeus e nacionais.

Classes de exposição RFP[1]	Classificação de classes de exposição do ING Bank
BCIA	
Governos centrais e bancos centrais	Soberanos
Instituições	Instituições
Empresas - Empréstimo especializado	Empresas
Empresas - PME	Empresas
Empresas - Outras	Empresas
Retalho – Garantido por propriedade imóvel PME	Outro
Retalho – Garantido por propriedade imóvel não PME	Garantido por Hipotecas Residenciais
Retalho – Outras PME	Outro
Retalho – Outras não PME	Outro
Titularizações	Securitisations
AP	
Governos centrais ou bancos centrais	Soberanos
Governos regionais ou autoridades locais	Soberanos
Entidades do setor público	Soberanos
Bancos de desenvolvimento multilateral	Soberanos
Organizações internacionais	Soberanos
Instituições	Instituições
Empresas	Empresas
Retalho	Outro
Exposições garantidas por hipotecas em propriedade imóvel comercial	Garantido por imóveis comerciais
Exposições garantidas por hipotecas em propriedade residencial	Garantido por propriedade residencial
Exposições em incumprimento	Todos [2]

1. As classes de exposição não aplicáveis ao ING não estão na tabela e não constam nas tabelas das divulgações.
2. A classe de exposição AP «Exposições em incumprimento» está mapeada na classe de exposição do ING onde a exposição estaria se estivesse em desempenho.

Nas tabelas abaixo é ilustrado um panorama geral da carteira do ING Bank por classe de exposição, depois da qual se encontra uma divisão por geografia, indústria e maturidade. A segmentação das Titularizações é fornecida no capítulo de Titularizações. Comparando com a secção do Pilar III de 2015, foram adicionados novos modelos em conformidade com os requisitos de divulgação do Pilar III da EBA. Foi acrescentada uma secção individual para risco de contraparte. Em algumas tabelas onde não existe uma separação das classes de exposição riais de BCIA e AP, foi utilizado o mapeamento das classes de exposição AP nas tabelas acima. Esta abordagem foi seguida para preservar a continuidade com as divulgações anuais anteriores.

Exposição do risco de crédito (com base em classes de exposição internas)

A tabela abaixo ilustra a ERI total e o APR para o ING Bank pelos tipos de exposição internos definidos para a carteira de AP e BCIA por classe de exposição para Empréstimos, Investimento e Mercado Monetário. O Risco de crédito da contraparte está incluído na tabela.

Abordagens de modelos por classe de exposição

	Soberanos		Instituições		Empresas		Garantido por Hipotecas		Residenciais		Outro Retalho		Total 2015	
	ERI	APR	ERI	APR	ERI	APR	ERI	APR	ERI	APR	ERI	APR	ERI	APR
Abordagem BCIA														
No balanço financeiro	91 045	5,215	39,386	7,082	210,673	100,281	274,321	40,809	26,494	13,455	641,918	166,841	632,066	158,568
Fora do balanço financeiro	8 409	206	5,021	1,383	70,871	28,883	7,981	619	8,820	2,380	101,102	33,472	101,247	31,480
Financiamento de Títulos	191	5	11,265	831	2,818	310					14,275	1,146	15,741	1,503
Derivados	2 259	272	30,384	3,424	11,207	5,486			24	11	43,874	9,192	45,094	10,415
BCIA Total	101 904	5,698	86,055	12,720	295,569	134,959	282,302	41,428	35,339	15,846	801,169	210,651	794,148	201,967
Abordagem_AP														
No balanço financeiro	2 464	2,181	2,222	484	10,853	9,084	7,775	3,412	9,618	6,673	32,931	21,834	30,460	19,824
Fora do balanço financeiro	0	0	11	7	1,399	1,287	83	63	2,097	1,540	3,590	2,897	3,270	2,544
Financiamento de Títulos					0	0					0	0	45	41
Derivados			565	280	247	251			3	3	815	534	672	343
AP Total	2 464	2,181	2,797	771	12,499	10,622	7,858	3,475	11,718	8,216	37,337	25,265	34,447	22,752
No balanço financeiro											6 097	755	6,854	1,780
Fora do balanço financeiro											827	87	1,276	124
BCI Sec Total											6 924	842	8,130	1,904
Total Banco	**104 368**	**7 879**	**88 853**	**13 491**	**308 068**	**145 581**	**290 161**	**44 903**	**47 056**	**24 061**	**845 430**	**236 757**	**836 726**	**226 623**
AAR (carteira AP)				13		0						14		20
CVA (carteira BCIA)		28		2,973		565						3,567		4,985
AAR Total		28		2,987		566						3,581		5,005
Total Banco incluindo AAR	**104 368**	**7 907**	**88 853**	**16 478**	**308 068**	**146 147**	**290 161**	**44 903**	**47 056**	**24 061**	**845 430**	**240 339**	**836 726**	**231 628**

Exclui capital próprio e OANOC.
A Contribuição para Financiamento de Incumprimento para Partes de Compensação Central está incluída na classe de exposição Instituições e Empresas.

A carteira do ING Bank reduz para 89 % na abordagem BCIA e 11 % na AP em termos de APR (excl. APR de AAR). A carteira geral aumentou em 2016 em 8,7 mil milhões de euros. 46,4 mil milhões de euros) em ERI e também em 8,7 mil milhões de euros (2015: 4,9 mil milhões de euros) em APR. O aumento na ERI ocorreu sobretudo devido ao crescimento presenciado na carteira da Banca Grossista e dos Desafiadores e em Crescimento, enquanto o crescimento do APR foi fomentado pela implementação de atualizações do modelo separados do crescimento da carteira.

Foram observadas melhorias no perfil do risco nas carteiras de hipotecas (especialmente nos Países Baixos), Financiamento de Imobiliário e Empréstimos Empresariais e FI. Estas melhorias foram compensada pela deterioração da qualidade do crédito de algumas carteiras específicas, especialmente expedição, e aos efeitos negativos diretos e indiretos dos preços do petróleo e outras mercadorias continuamente baixos. Mesmo com os desequilíbrios nas economias emergentes e nos mercados financeiros, que continuaram em 2016, o perfil do risco geral do ING melhorou durante o exercício, o que levou a declínio no APR no livro bancário. As taxas de FX fluturam nos trimestres, mas durante o ano, os movimentos de FX tiveram pouco impacto na ERI e APR.

Contudo, estes declínios foram mais que compensados por várias atualizações do modelo nos Países Baixos e Bélgica. Além disso, algumas alterações de metodologias implementadas para conformidade regulamentar, contribuíram ainda mais para o aumento do APR. No total, os dois contribuíram para um aumento relativamente superior em APR comparando com a ERI.

O aumento da carteira AP durante o ano foi maioritariamente causado pela mudança da carteira dos Cuidados de Saúde Holandesa de BCIA para AP. Além deste desenvolvimento, as reduções de classificação para a Turquia e Polónia contribuíram para um aumento superior em APR comparando com a ERI, uma vez que estes dois países formam a maioria da carteira de AP.

Divulgação do risco de crédito de Soberanos

A tabela abaixo apresenta o ERI e o APR (excl. APR de AAR), segmentada por fatores relevantes para a classe de exposição «Soberanos». Os números por geografia para cada classe de exposição baseiam-se no país de residência do devedor.

Soberanos - divulgação do risco de crédito em ERI e APR

		READ			RWA		
		2016	2015	Alteração em %	2016	2015	Alteração em %
Soberanos	**Total por classificação**	104 368	117 789	-11%	7 879	8 297	-5%
	Desempenho	104 368	117 771	-11%	7 879	8 229	-4%
	Não desempenho	0	18	-100%	0	68	-100%
			0			0	
Soberanos	**Geografia/unidades empresariais**	104 368	117 789	-11%	7 879	8 297	-5%
	Africa	560	313	79%	58	180	-67%
	America	5 159	3 490	48%	586	18	3092%
	Asia	4 242	6 868	-38%	327	428	-23%
	Australia	2 679	3 061	-12%	166	0	0%
	Europe	91 729	104 057	-12%	6 741	7 671	-12%
			0			0	
Soberanos	**Europa**	91 729	104 057	-12%	6 741	7 671	-12%
	Holanda	17 590	25 205	-30%	233	224	4%
	Bélgica	14 658	14 691	0%	158	147	8%
	Alemanha	22 889	24 364	-6%	0	64	-100%
	Outros países da Europa	36 591	39 797	-8%	6 350	7 236	-12%
			0			0	
Soberanos	**Tipo de Produto**	104 368	117 789	-11%	7 879	8 297	-5%
	Investimentos em Obrigações	67 823	70 427	-4%	4 337	4 373	-1%
	Renovação	13 705	23 983	-43%	624	776	-20%
	Mercado Monetário	15 644	15 128	3%	2 306	2 270	2%
	Empréstimos a Termo	4 582	4 414	4%	306	390	-21%
	Derivados	2 259	2 229	1%	272	262	4%
	Outros	355	1 609	-78%	34	225	-85%
Soberanos	**Bandas de PI**	104 368	117 789	-11%	7 879	8 297	-5%
	<0.05%	84 277	91 755	-8%	1 036	283	266%
	0.05% to 0.5%	19 195	25 532	-25%	6 141	7 385	-17%
	0.5% to 5%	451	276	63%	49	195	-75%
	5% to 10%	438	63	594%	643	10	6346%
	10% to 20%	8	43	-82%	9	30	-69%
	20% to 50%	0	103	-100%	0	325	-100%
	mais de 50%	0 1	18	-100%	0 1	68	-100%
Soberanos	**Bandas de PDI**	104 368	117 789	-11%	7 879	8 297	-5%
	<10%	1 519	1 107	37%	69	41	70%
	10% to 20%	628	715	-12%	72	42	73%
	20% to 30%	3 708	3 436	8%	8	15	-49%
	30% to 40%	95 038	106 644	-11%	5 794	5 241	11%
	40% to 50%	3 200	5 689	-44%	1 325	2 443	-46%
	50% to 60%	-	-	-	-	-	-
	mais de 60%	274 |	197	39%	611 |	515	19%

Inclui as carteiras BCIA e AP; exclui capital próprio, APR CVA e OANOC.

A maioria da exposição do Estado é composta por investimentos em obrigações por Estados Europeus. Além da Alemanha, Países Baixos e Bélgica, foi observada uma grande exposição de soberanos na Polónia, Luxemburgo e França. O principal fomentador da redução da ERI nos Países Baixos foi o declínio nos depósitos dos bancos centrais de 7,4 mil milhões de euros no Banco Central Holandês (também visível na reserva de PI de <0,05 %), que tem uma ponderação do risco de 0 % sem impacto no APR.

O principal impulsionador para o aumentos dos APR na América (0,6 mil milhões de euros) e na Austrália (0,2 mil milhões de euros) foi a implementação do regulamento de equivalência da UE, que afirma que uma ponderação de risco de 0 % já não se aplica dos soberanos fora da UE que têm acordos de supervisão e regulamentares em vigor que são, pelo menos, equivalentes aos aplicados na UE.

Uma vez que o principal objetivo da exposição do crédito de soberanos é apoiar ativos líquidos de elevada qualidade, é consistente que a maioria das exposições esteja nas bandas de risco de melhor qualidade. Devido à melhoria da classificação de soberanos para a Ucrânia, a exposição passou da reserva de 20 % até 50 % para a reserva de Banda de PI de 5 % a 10 %. As exposições na Ucrânia aumentaram durante o ano, o que aumentou ainda mais a reserva da Banda de PI de 5 % a 10 %.

O declínio do APR na reserva da Banda PI de 0,05 % a 0,5 % é especialmente atribuído ao Governo da República de Itália (1,2 mil milhões de euros de APR) e ao Banco do Japão (0,2 mil milhões de euros de APR), que foi fomentado por uma redução da ERI (2,6 mil milhões de euros e 3,4 mil milhões de euros, respetivamente).

Institutions credit risk disclosure

The table below presents the READ and RWA (excl. CVA RWA), segmented by relevant factors for the exposure class 'Institutions'. The figures per geography for each exposure class are based on the country of residence of the obligor.

Instituições - divulgação do risco de crédito em ERI e APR

		ERI			APR		
		2016	2015	Delta %	2016	2015	Delta %
Instituições	**Total por classificação**	**88 853**	107 372	-17%	13 491	20 683	-35%
	Desempenho	**88 530**	107 017	-17%	13 483	20 477	-34%
	Não desempenho	**323**	354	-9%	8	206	-96%
Instituições	**Geografia/unidades empresariais**	**88 853**	107 372	-17%	13 491	20 683	-35%
	Africa	**126**	435	-71%	79	515	-85%
	America	**14 334**	17 701	-19%	2 202	3 249	-32%
	Asia	**9 045**	12 274	-26%	1 640	2 878	-43%
	Australia	**1 730**	1 495	16%	236	216	9%
	Europe	**63 618**	75 466	-16%	9 334	13 827	-32%
Instituições	**Europa**	**63 618**	75 466	-16%	9 334	13 827	-32%
	Holanda	**7 317**	7 845	-7%	1 252	1 775	-29%
	Bélgica	**9 107**	8 601	6%	1 734	1 667	4%
	Alemanha	**2 072**	3 259	-36%	303	430	-30%
	Outros países da Europa	**45 122**	55 761	-19%	6 046	9 955	-39%
Instituições	**Tipo de Produto**	**88 853**	107 372	-17%	13 491	20 683	-35%
	Derivados	**29 579**	32 056	-8%	3 531	5 371	-34%
	Investimentos em Obrigações	**15 027**	18 645	-19%	1 273	1 623	-22%
	Renovação	**11 678**	18 144	-36%	2 877	4 575	-37%
	Financiamento de Títulos	**11 017**	13 113	-16%	779	1 387	-44%
	Empréstimos a Termo	**12 952**	13 794	-6%	3 276	4 200	-22%
	Outros	**8 601**	11 620	-26%	1 755	3 526	-50%
Instituições	**Bandas de PI**	**88 853**	107 372	-17%	13 491	20 683	-35%
	<0.05%	**19 296**	17 386	11%	2 396	2 346	2%
	0.05% to 0.5%	**64 487**	84 313	-24%	8 884	15 367	-42%
	0.5% to 5%	**4 647**	4 987	-7%	2 097	2 393	-12%
	5% to 10%	**11**	91	-88%	12	67	-83%
	10% to 20%	**82**	137	-40%	92	262	-65%
	20% to 50%	**7**	104	-93%	3	43	-92%
	mais de 50%	**323**	354	-9%	8	206	-96%
Instituições	**Bandas de PDI**	**88 853**	107 372	-17%	13 491	20 683	-35%
	<10%	**23 745**	26 663	-11%	1 211	1 534	-21%
	10% to 20%	**7 005**	9 584	-27%	843	1 346	-37%
	20% to 30%	**3 205**	6 012	-47%	608	1 372	-56%
	30% to 40%	**52 959**	55 941	-5%	9 373	11 058	-15%
	40% to 50%	**71**	276	-74%	53	195	-73%
	50% to 60%	**1 226**	5 147	-76%	772	3 037	-75%
	mais de 60%	**641**	3 748	-83%	631	2 142	-71%

Inclui as carteiras BCIA e AP; exclui capital próprio, APR CVA e OANOC.

A redução do ERI foi especialmente fomentada pela implementação da regra de equivalência da UE, que mudou 15,0 mil milhões de euros de ERI e 5,9 mil milhões de euros em APR da classe de exposição de Instituições para Empresas. Ao abrigo desta alteração, a classe e correlação de exposição resultante serão determinadas pelo país e tipo de cliente, o que significa que alguns bancos serão tratados como Empresas e não como Instituições. A mudança foi vista em várias geografias nesta carteira. O maior impacto desta alteração em números absolutos foi visto na América, Ásia e Outros países da Europa e na banda de PDI de 50 %-60 %.

Além disso, a redução da ERI foi fomentada por um declínio nos empréstimos rotativos e investimentos em obrigações, que foi espalhada por vários países. Uma vez que a Turquia e a Rússia têm uma ponderação do risco relativamente alta, a redução do volume da carteira da empréstimos rotativos em ambos os países afetou consideravelmente o APR, enquanto as reduções de volume nos Países Baixos, Estados Unidos e China afetaram menos o APR devido a uma ponderação do risco relativamente baixa. A redução de investimentos de obrigações é especialmente vista em Espanha e na Noruega.

A redução da ERI e do APR em mais de 60 % da reserva é especialmente fomentada por exposição nostro reduzida na Suíça.

Divulgação do risco de crédito de Empresas

A tabela abaixo apresenta o ERI e o APR (excl. APR de CVA), segmentada por fatores relevantes para a classe de exposição «Empresas». Os números por geografia para cada classe de exposição baseiam-se no país de residência do devedor.
A Divisão por indústria desta tabela baseia-se no sistema NAICS (Sistema de Classificação Industrial da América do Norte).

Empresas - divulgação do risco de crédito em ERI e APR

		ERI			APR		
		2016	2015	Delta %	2016	2015	Delta %
Empresas	**Total por classificação**	308 068	269 558	14%	145 581	125 091	16%
	Desempenho	300 022	261 661	15%	134 429	114 457	17%
	Imparidade/Não desempenho	8 046	7 897	2%	11 152	10 634	5%
Empresas	**Geografia/unidades empresariais**	308 068	269 558	14%	145 581	125 091	16%
	Africa	2 553	1 654	54%	1 735	1 007	72%
	America	48 956	39 936	23%	24 362	19 191	27%
	Asia	35 151	25 601	37%	11 392	8 044	42%
	Australia	5 520	4 083	35%	2 171	1 556	39%
	Europa	215 890	198 284	9%	105 922	95 292	11%
Empresas	**Europa**	215 890	198 284	9%	105 922	95 292	11%
	Holanda	57 366	54 324	6%	28 669	26 228	9%
	Bélgica	38 697	39 083	-1%	20 051	15 476	30%
	Alemanha	9 432	8 284	14%	3 552	3 100	15%
	Resto da Europa	110 395	96 593	14%	53 650	50 488	6%
Empresas	**Indústria**	308 068	269 558	14%	145 581	125 091	16%
	Recursos naturais	54 572	48 089	14%	23 672	19 157	24%
	Imobiliário	48 473	43 999	10%	16 627	17 676	-6%
	Transporte e Logística	32 317	30 377	6%	13 951	12 897	8%
	Alimentos Bebidas e Cuidados pessoais	22 448	24 600	-9%	11 846	11 509	3%
	Serviços	20 633	18 189	13%	13 644	10 435	31%
	Outros	129 626	104 306	24%	65 842	53 417	23%
Empresas	**Bandas de PI**	308 068	269 558	14%	145 581	125 091	16%
	<0.05%	10 997	9 058	21%	1 499	1 239	21%
	0.05% to 0.5%	183 109	158 886	15%	58 113	49 792	17%
	0.5% to 5%	94 849	83 802	13%	62 505	50 991	23%
	5% to 10%	4 075	3 049	34%	3 757	2 877	31%
	10% to 20%	2 736	3 176	-14%	3 285	4 335	-24%
	20% to 50%	4 256	3 690	15%	5 271	5 222	1%
	mais de 50%	8 046	7 897	2%	11 152	10 634	5%
Empresas	**Bandas de PDI**	308 068	269 558	14%	145 581	125 091	16%
	<10%	79 490	66 795	19%	6 732	4 889	38%
	10% to 20%	32 219	38 908	-17%	11 264	12 812	-12%
	20% to 30%	54 954	43 457	27%	23 332	16 322	43%
	30% to 40%	74 699	59 761	25%	40 188	31 314	28%
	40% to 50%	41 385	38 953	6%	33 683	33 286	1%
	50% to 60%	12 980	9 642	35%	13 141	10 039	31%
	mais de 60%	12 340	12 042	3%	17 240	16 429	5%

Inclui as carteiras BCIA e AP; exclui capital próprio, APR CVA e OANOC.

O aumento em ERI é, sobretudo, atribuível ao crescimento observado nas carteiras de Financiamento Estruturado, Empréstimos a Empresas e FI e Financiamento de Imobiliário. Durante o ano, as ponderações do risco melhoraram para estas carteiras, parcialmente devido ao aumento do aprovisionamento, restruturação e cauções.

Um fomentador para o aumento da ERI e do APR é a implementação da regra de Equivalência da UE. Ao abrigo desta regra, 5,0 mil milhões de euros de ERI e 5,9 mil milhões de euros em APR mudaram da classe de exposição de Instituições para a classe de exposição de Empresas.

A atualização da metodologia de clientes PME também contribuiu para um aumento na ERI e no APR. Devido a esta alteração, 3,7 mil milhões de euros de ERI e 1,6 mil milhões de euros em APR mudaram da classe de exposição de Retalho para a classe de exposição de Empresas. Além disto, foi observado um aumento individual adicional de 0,9 mil milhões de euros no APR na classe de exposição Empresas, o que não estava relacionado com a atualização de metodologia de clientes PME nem com a implementação das regras de Equivalência da UE.

A carteira de Recursos Naturais demonstra uma deterioração no perfil do risco devido a dificuldades enfrentadas pelo setor de Petróleo e Gás. Esta deterioração afetou o APR especialmente nos Países Baixos, Reino Unido, Suíça, Estados Unidos e na República da Coreia. As exposições em África são, sobretudo, Financiamento Estruturado.

Além disso, as atualizações de modelos e alterações na metodologia e política aumentaram ainda mais o APR em 11,1 mil milhões de euros. Uma adição de PDI de 35 % para os modelos de PDI de PME na Bélgica e nos Países Baixos foi implementada, aumentando o APR em 6,1 mil milhões de euros. Além disso, o modelo de PDI de Financiamento de Projetos foi atualizado, aumentando o APR em 4,0 mil milhões de euros. Além destes impactos relacionados com modelos, a carteira de saúde holandesa mudou de BCIA para AP, o que aumentou o APR em 1,0 mil milhões de euros nos Países Baixos.

Divulgação do risco de crédito de Retalho

A tabela abaixo apresenta o ERI e o APR (excl. APR de CVA), segmentada por fatores relevantes para a classe de exposição «Retalho». Os números por geografia para cada classe de exposição baseiam-se no país de residência do devedor.

Retalho - divulgação do risco de crédito em ERI e APR

				ERI			APR
		2016	2015	Delta %	2016	2015	Delta %
Retalho	**Total por classificação**	337 217	333 876	1%	68 964	70 647	-2%
	Desempenho	332 193	327 116	2%	62 570	62 297	0%
	Imparidade/Não desempenho	5 024 |	6 760	-26%	6 394 |	8 351	-23%
Retalho	**Segmento de Clientes**	337 217	333 876	1%	68 964	70 647	-2%
	Pessoas Particulares	315 311	308 145	2%	60 270	59 982	0%
	Pequenas e Médias Empresas	17 638	19 377	-9%	7 606	8 769	-13%
	Banca Privada	3 112	3 683	-16%	702	910	-23%
	Outros	1 156 |	2 671	-57%	387 |	986	-61%
Retalho	**Geografia/unidades empresariais**	337 217	333 876	1%	68 964	70 647	-2%
	Africa	55	88	-38%	14	16	-12%
	America	166	249	-33%	45	85	-47%
	Asia	118	171	-31%	20	26	-22%
	Australia	32 948	29 834	10%	2 116	2 011	5%
	Europa	303 929	303 534	0%	66 769 |	68 509	-3%
Retalho	**Europa**	303 929	303 534	0%	66 769	68 509	-3%
	Holanda	135 611	142 607	-5%	20 635	26 242	-21%
	Bélgica	43 535	42 660	2%	10 259	8 284	24%
	Alemanha	81 356	77 107	6%	20 920	19 772	6%
	Resto da Europa	43 428	41 160	6%	14 955 |	14 211	5%
Retalho	**Bandas de PI**	337 217	333 876	1%	68 964	70 647	-2%
	<0.05%	28 159	25 288	11%	1 773	1 521	17%
	0.05% to 0.5%	217 248	206 862	5%	22 646	20 853	9%
	0.5% to 5%	77 923	85 664	-9%	29 472	30 734	-4%
	5% to 10%	3 253	3 215	1%	2 870	2 796	3%
	10% to 20%	3 458	3 599	-4%	3 394	3 679	-8%
	20% to 50%	1 951	2 084	-6%	2 293	2 480	-8%
	mais de 50%	5 225	7 164	-27%	6 516 |	8 584	-24%
Retalho	**Bandas de PDI**	337 217	333 876	1%	68 964	70 647	-2%
	<10%	116 023	108 381	7%	6 547	5 362	22%
	10% to 20%	109 066	109 392	0%	17 144	17 784	-4%
	20% to 30%	23 469	34 637	-32%	5 880	9 816	-40%
	30% to 40%	20 893	23 761	-12%	6 220	6 117	2%
	40% to 50%	18 623	15 732	18%	6 782	6 319	7%
	50% to 60%	17 129	12 446	38%	7 371	6 745	9%
	mais de 60%	32 013	29 527	8%	19 022	18 503	3%

Inclui as carteiras BCIA e AP; exclui capital próprio, APR CVA e OANOC.

A diminuição nos APR deve-se, sobretudo, a um perfil de risco melhorado, igualmente observado na redução dos empréstimos de risco. A melhoria da economia holandesa resultou em APR inferiores para hipotecas. Além disso, a redução na ERI na carteira Holandesa foi causada pela transferência contínua de hipotecas do Westland Utrecht Bank (WUB) para o NN Group e a liquidação na carteira de hipotecas do WUB.

Devido à atualização da metodologia para clientes PME, 3,7 mil milhões de euros de ERI e 1,6 mil milhões de euros em APR mudaram da classe de exposição de Retalho para a classe de exposição de Empresas. As reduções foram compensadas por atualizações de modelos para hipotecas da Bélgica, aumentando o APR em 1,9 mil milhões de euros. Isto foi maioritariamente causado pelo acrescento macro-prudencial implementado para hipoteca da Bélgica. Além disso, o crescimento na carteira de hipotecas residenciais, especialmente observado na Alemanha, Austrália e Polónia, aumentou o APR com 0,9 mil milhões de euros adicionais de APR. O aumento do APR no Resto da Europa é maioritariamente um resultado da atualização do modelo de PDI de hipotecas do ING Direct Spain, aumentando o APR em 0,7 mil milhões de euros.

Hipotecas Residenciais EAV por país

A tabela abaixo ilustra o rácio Empréstimo ao Valor (EAV) médio ponderado da carteira de Hipotecas Residenciais do ING Bank por país. Todos os números de EAV baseiam-se em valores de mercado. Na maioria das carteiras, o ING utiliza os desenvolvimentos dos preços das casas para indexar estes valores de mercado. Em vários mercados, os clientes proporcionam cauções adicionais ou utilizam programas de seguro de hipotecas (patrocinados pelo governo). Nenhuma destas coberturas adicionais está incluída nos números EAV.

Hipotecas Residenciais Empréstimos ao Valor por país

	2016		2015	
	EAV	ERI	EAV	ERI
Países Baixos	78%	124 368	83%	129 814
Alemanha	70%	72 671	70%	69 967
Bélgica, Luxemburgo	64%	32 395	72%	30 760
Austrália	61%	32 901	62%	29 875
Espanha	62%	11 750	64%	10 453
Itália	58%	8 220	59%	7 673
Polónia	62%	5 325	61%	4 626
Turquia	57%	1 357	57%	1 472
Roménia	69%	1 173	68%	871
Total	71%	290 161	74%	285 510

A melhoria do rácio de EAV é especialmente causada pelo aumento dos mercados das habitações na região de Benelux. O ambiente económico e o mercado das habitações nos Países Baixos continuaram a melhorar em 2016. O preço médio das habitações na Holanda aumentou de 227 000 euros em dezembro de 2015 para 236 000 em dezembro de 2016, que levou a uma melhoria de um EAV através da indexação. O EAV na Bélgica melhorou devido à alteração no cálculo de EAV, que tem agora em conta a indexação em vez do EAV na origem. A melhoria do EAV em Espanha é também atribuído à melhoria no mercado das habitações, que é novamente refletido através da indexação. Este aumento da alteração da ERI foi causado pelo crescimento das carteiras de hipotecas na Austrália, Alemanha, Polónia, Espanha e Itália, que foi ajustado pela redução de exposições nos Países Baixos.

Modelos da BCIA por classe de exposição

No ING Bank, os modelos internos de Basileia são utilizados para determinar a PI, a EI e a PDI para o capital regulamentar e económico. Ao nível do banco, o ING Bank implementou mais de 80 modelos, incluindo vários submodelos para carteiras específicas. Um modelo pode ser aplicado a várias classes de exposição. Na tabela abaixo são apresentados os números significativos de modelos de PI, EI e PDI por ativo. Além disso, é fornecida uma descrição do modelo e da metodologia por classe de exposição. As classes de ativos apresentadas nesta tabela não estão em conformidade com as classes de Exposição de EBA, uma vez que o âmbito foi redefinido para se ajustar melhor ao âmbito do modelo. A exposição das PME, por exemplo, pode fazer parte das exposições Empresariais como Outro Retalho, dependendo da dimensão da PME.

Modelos da BCIA e metodologia								
Classes de ativos medidas em mil milhões de euros	ERI para Classe de Ativos associada	% de Total PSI	APR para classe de Ativos associada	% de Total APR	Tipo de modelo	Número de modelos	Descrição e metodologia do modelo	
					PI	1	O modelo PI do Governo Central é um modelo completamente estatístico, que contém apenas desencadeadores de risco quantitativo.	>7 anos
Soberanos	95.62	11.8%	5.32	2.5%	PDI	1	O modelo PDI para Soberanos e outros governos é um modelo de recuperação não garantido elaborado com a avaliação de fatores estruturais que influenciam o desempenho de um país.	>7 anos
					PSI	1	O modelo PSI de Baixo Incumprimento é um modelo híbrido que agrupa informação de incumprimento de várias carteiras de baixo incumprimento, incluindo entidades relacionadas com o governo.	>7 anos
					PI	1	O modelo PI das entidades relacionadas com o governo é baseado em especialistas e atribui classificações baseadas em fundamentos de crédito autónomo, bem como um nível de apoio do governo.	>7 anos
Entidades relacionadas com o governo	12.84	1.6%	2.35	1.1%	PDI	1	O modelo PDI para as entidades relacionadas com o governo é um modelo de recuperação garantida/não garantida elaborado na avaliação de fundamentos autónomos, bem como geografia.	>7 anos
					PSI	1	O modelo PSI de Baixo Incumprimento é um modelo híbrido que agrupa informação de incumprimento de várias carteiras de baixo incumprimento, incluindo entidades relacionadas com o governo.	>7 anos

Modelos da BCIA e metodologia - continuação									
						PD	3	O principal modelo PI aplicado é o Commercial Bank sobre informação financeira, qualitativa e do país. Outros modelos PI para diferentes tipos de instituições financeiras são elaborados com uma estrutura semelhante, mas são mais especializados para as características específicas da instituição financeira.	>7 anos
Finanças instituições	81.72	10.1%	14.90	7.0%		LGD	1	Este modelo PDI foi desenvolvido com base em juízos de especialistas, apoiados por dados internos e externos limitados. O modelo PDI desenvolvido baseia-se em taxas de recuperação finais.	>7 anos
						EAD	1	O modelo PSI de Baixo Incumprimento é um modelo híbrido que agrupa informação de incumprimento de várias carteiras de baixo incumprimento, incluindo instituições financeiras.	>7 anos
						PD	3	Os Modelos do quadro de resultados baseado em especialistas preveem uma classificação para Financiamento de Propriedade Comercial, Financiamento de Projetos, Financiamento.	>7 anos
Empresas - Empréstimos especializados	83.75	10.4%	29.77	14.1%		LGD	3	Os Modelos de PDI Híbridos preveem a perda dado o incumprimento para Financiamento de Propriedade Comercial, Financiamento de Projetos, Financiamento de Comércio e Mercadorias.	>7 anos
						EAD	1	Existe um modelo PSI dedicado para o financiamento de propriedade comercial	>7 anos
						PD	1	O modelo das Grandes Empresas é um modelo híbrido global elaborado em 13 anos de dados, incluindo o balanço financeiro e de informação qualitativa, assim como o risco do país e a influência da empresa-mãe.	>7 anos
Grande Empresas	141.63	17.5%	67.09	31.7%		LGD	1	A Perda dado o Incumprimento para empresas Grandes é prevista por um modelo PDI híbrido dedicado que utiliza as taxas sem perdas e taxas de recuperação garantidas/não garantidas.	>7 anos
						EAD	1	O modelo PSI de Baixo Incumprimento é um modelo híbrido que agrupa informação de incumprimento de várias carteiras de baixo incumprimento, incluindo grandes empresas.	>7 anos
						PD	6	Os modelos PI das PME são estimados estatisticamente e preveem diretamente uma PI. A maior parte destes modelos é desenvolvida localmente para refletir as circunstâncias regionais/de jurisdição.	>7 anos
PME	64.81	8.0%	37.10	17.5%		LGD	6	Os modelos estatísticos locais ou modelos híbridos utilizam várias entradas dados sobre o comportamento de resolução, bem como do custo e da recuperação.	>7 anos
						EAD	6	Modelos estatísticos locais que utilizam várias entradas de dados, incluindo tipo de produto e geografia.	>7 anos
						PD	7[1]	Os modelos hipotecários PI são todos desenvolvidos estatisticamente e incluem informações específicas sobre o mutuário, comportamento de pagamento e informações relacionadas com o produto. Estes são modelos estatísticos que preveem diretamente uma PI.	>7 anos
Garantido por Hipotecas Residenciais	276.29	34.2%	39.64	18.7%		LGD	7	Os modelos estatísticos locais ou modelos híbridos utilizam várias entr dados sobre o comportamento de resolução, bem como do custo e da recuperação.	>7 anos
						EAD	7	Modelos estatísticos locais que utilizam várias entradas de dados, incluindo tipo de produto e geografia.	>7 anos
Pessoas	30.10	3.7%	12.36	5.8%		PD	4[1]	Os modelos PI para pessoas singulares são todos desenvolvidos estatisticamente e incluem informações específicas sobre o mutuário, comportamento de pagamento e informações relacionadas com o produto. Estes são modelos estatísticos que preveem diretamente uma PI.	>7 anos

Particulares					LGD	4	Os modelos estatísticos locais utilizam várias entradas sobre o comportamento	>7 anos
					EAD	4	Modelos estatísticos locais que utilizam várias entradas de dados, incluindo tipo de produto e geografia.incluindo tipo de produto e geografia.	>7 anos
Outros[1]	21.27	2.6%	2.93	1.4%	Outros		(Obrigações Cobertas, Ativos estruturados)	
Total	808.03	100%	211.46	100%				

PI Belga Os modelos belgas de PI oferecem uma classificação ao nível do cliente, abrangendo os empréstimos garantidos e não garantidos.
Exclui titularizações, CVA, APR, títulos e os OANOC.

Exposição de risco de crédito, excluindo risco de crédito da contraparte (com base em modelos EBA)

Nesta secção do Risco de crédito, as tabelas ilustradas representam os Valores Atuais Líquidos em e fora das exposições das demonstrações, segundo as definições da EBA. O âmbito destas tabelas são as Exposições ao Risco de crédito, excluindo as exposições ao Risco de crédito da contraparte (no parágrafo da Gestão de Risco, são chamadas exposições Pré-liquidação), Titularizações, posições de Capital próprio, APR de CVA e itens OANOC. A EBA implementou uma vista quanto a exposições do risco de crédito diferente da vista interna do ING.

O valor contabilístico bruto refere-se a fatores de conversão do crédito pré-crédito de exposição original para os itens dentro e fora do balanço financeiro. Os valores contabilísticos líquidos correspondem aos fatores de conversão pré-credito da exposição original (dentro e fora do balanço financeiro) em termos de tolerâncias, desvalorizações e aprovisionamentos. Na tabela de Qualidade do crédito das exposições por classe de exposição e instrumentos encontram-se os valores contabilísticos brutos e os valores contabilísticos líquidos.

A tabela abaixo exibe os valores contabilísticos líquidos no final de 2015 e até ao fim de 2016 por classes de exposição de BCIA e PA. Ao lado, está o valor contabilístico líquido médio pelas mesmas classes de exposição nos últimos 4 trimestres. Este valor contabilístico líquido médio tem por base as observações dos últimos 4 trimestres de 2016.

UE CRB-B: Valor líquido total e médio das exposições

Abordagem BCIA	Valor contabilístico líquido de exposições no final de 2016	Exposições líquidas médias ao longo do período	Valor contabilístico líquido de exposições no final de 2015
Governos centrais ou bancos centrais	225 826	222 210	180 961
Instituições	100 954	106 058	120 191
Empresas	409 510	387 659	350 343
Dos quais: Empréstimo especializados	142 754	132 616	120 709
Dos quais: PME	34 060	34 200	36 003
Retalho	325 737	325 014	324 427
Garantido por capital imobiliário	296 084	294 992	293 514
PME	10 916	11 391	12 227
Não PME	285 168	283 601	281 287
Elegível para renovação			
Outro	29 653	30 022	30 913
PME	5 907	6 622	8 108
Não PME	23 745	23 399	22 805
Abordagem Baseada na Classificação Interna Avançada (BCIA)	**1 062 027**	**1 040 941**	**975 921**
Abordagem			
Governos centrais ou bancos centrais	3 801	3 807	3 812
Governos regionais ou autoridades locais	274	245	227
Instituições	2 281	2 438	4 917
Empresas	12 468	14 002	13 456
dos quais: PME	2 865	3 408	3 746
Retalho	14 831	14 783	14 533
dos quais: PME	4 492	4 815	5 236
Garantidas por hipotecas em propriedade imóvel	15 991	14 278	11 665
dos quais: PME	2 960	2 910	2 702
Exposições em incumprimento	481	479	424
Abordagem AP Total	**50 127**	**50 032**	**49 033**
Total	**1 112 154**	**1 090 972**	**1 024 954**

A exposição total aumentou em 87,2 mil milhões de euros em Valor contabilístico líquido especialmente devido ao aumento das exposições e níveis superiores na carteira de BCIA (86,1 mil milhões de euros) e numa medida inferior da carteira de AP (1,1 mil milhões de euros). Uma parte significativa de limites aumentados não foi recomendada nem comprometida. Nas carteiras de BCIA e AP, as exposições mais altas encontram-se em empresas, retalho e títulos por propriedade imobiliária. A exposição nas instituições reduziu em 2016 especialmente fomentado pela regra de equivalência da UE implementada em 2016, mudando as exposições de instituições para classe de exposição de empresa. O crescimento da carteira Empresas foi observado nas carteiras de Financiamento Estruturado, Empréstimos a Empresas e FI e Imobiliário.
A maioria do crescimento na carteira AP está relacionada com a mudança da carteira de saúde holandesa de BCIA para AP. As exposições de Hipotecas de Retalho na Turquia, Polónia e Roménia contribuem para o crescimento da classe de exposição «Garantidas por hipotecas em propriedade imóvel».

Exposição por geografia

A tabela abaixo apresenta uma divisão do valor contabilístico líquido de exposições e os seus totais por áreas geográficas e classes de exposição em BCIA e AP.

UE CRB-C: Divisão geográfica das exposições

	Valor contabilístico líquido									
	Europa	Países Baixos	Bélgica e Luxemburgo Alemanha	Luxemburgo Alemanha	Outros Europa	América	África	Ásia	Austrália	Total
Governos centrais ou bancos centrais	202 241	44 146	45 040	70 937	42 118	10 194	586	8 748	4 057	225 826
Instituições	54 573	5 132	10 748	2 210	36 483	11 908	1 234	27 738	5 501	100 954
Empresas	272 448	68 230	59 972	12 991	131 255	64 620	4 309	63 924	4 209	409 510
Retalho	292 647	140 662	46 784	83 435	21 766	178	58	127	32 728	325 737
Abordagem Baseada na Classificação Interna Avançada (BCIA) Total	**821 909**	**258 170**	**162 544**	**169 573**	**231 622**	**86 900**	**6 187**	**100 537**	**46 494**	**1 062 027**
Governos centrais ou bancos centrais	3 801	2			3 799					3 801
Governos regionais ou autoridades locais	274	1	4		269					274
Instituições	2 229	2 060	36	2	132	43	1	6	2	2 281
Empresas	12 069	995	817	350	9 907	1	0	391	7	12 468
Retalho	14 825	140	114	1	14 569	3	3	0	0	14 831
Garantidas por hipotecas em propriedade imóvel	14 473	3 247	0	2	11 224	0		45	1 473	15 991
Exposições em incumprimento	474	41	129	0	305	0	0	0	7	481
Abordagem AP Total	**48 145**	**6 486**	**1 101**	**354**	**40 204**	**48**	**4**	**442**	**1 489**	**50 127**
Total	**870 054**	**264 656**	**163 645**	**169 928**	**271 826**	**86 947**	**6 191**	**100 979**	**47 983**	**1 112 154**

The Central Governments or Central Banks exposure for ING is mostly concentrated within Europe. The majority of the exposure comprises uncommitted/unadvised limits.

The SA portfolio comprises of Secured by Mortgages on Immovable Property, Retail, and Corporates exposure class. These exposures are mainly observed in Poland and Turkey with some Commercial Property Finance in Australia.

Exposure by industry or counterparty type

The following table provides a breakdown of the net carrying values by industry or counterparty type per exposure class, both AIRB and SA, ordered by the size of the combined AIRB and SA exposure. These industry sector or counterparty types are based upon the European NACE codes (Nomenclature statistique des Activites economiques dans la Communaute Europeenne) and reflect the main activity of the counterparty. The industry or counterparty type allocation is based exclusively on the nature of the immediate counterparty. The classification of the exposures incurred jointly by more than one obligor should be done on the basis of characteristics of the obligor that was the more relevant, or determinant, for the institution to grant the exposure.

EU CRB-D: Concentration of exposures by industry or counterparty types

	Valor contabilístico líquido						
	Atividades de agregados familiares como empregadores e uso próprio	Banca Grossista e retalho Comércio	Finanças e seguros atividades	Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	Fabrico	Outros Serviços	Total
Governos centrais ou bancos centrais			85 935	136 268	0	3 623	225 826
Instituições			89 080	8 666	20	3 189	100 954
Empresas	74	81 424	49 995	0	85 703	192 313	409 510
Retalho	273 566	5 598	1 548	12 989	8 252	23 783	325 737
Abordagem Baseada na Classificação Interna Avançada (BCIA) Total	273 640	87 022	226 558	157 923	93 975	222 908	1 062 027
Governos centrais ou bancos centrais			2 699	1 100		2	3 801
Governos regionais ou autoridades locais				271		3	274
Instituições			2 281				2 281
Empresas	283	3 449	406		4 968	3 361	12 468
Retalho	5 727	2 241	305	915	1 878	3 765	14 831
Garantidas por hipotecas em propriedade imóvel	6 415	1 281	104	64	1 525	6 602	15 991
Exposições em incumprimento	263	74	2	3	50	90	481
Abordagem AP Total	12 687	7 045	5 797	2 353	8 422	13 824	50 127
Total	286 328	94 067	232 355	160 275	102 397	236 732	1 112 154

A tabela mostra os tipos industrial ou de contraparte que representam, pelo menos, 5 % do total do valor contabilístico líquido. No total, o top 5 dos tipos de Contraparte ou Industrial constitui 79 % da exposição. As outras exposições de tipos de contraparte ou industriais estão agrupadas em Outros serviços. A forma de alocar as exposições a estes setores de contrapartes, explica muito a tabela acima. O fabrico encontra-se maioritariamente na classe de Exposição Empresarial e as atividades Financeiras nas classes de exposição de Instituições e Soberanos.

A carteira de BCIA está mais concentrada nas Atividades Financeiras e de Seguros, Administração Pública e Defesa e Atividades de agregados familiares como empregadores. Este último tipo industrial ou de contraparte refere-se a agregados familiares como empregadores e à produção e serviços a habitações para uso próprio. Neste caso temos o livro de hipotecas classificado nesta categoria. A carteira de AP está predominantemente espalhada em Fabrico, Comércio Grossista e a Retalho, Atividades Financeiras e de Seguros, Serviços de Saúde humana e Atividades de Segurança Social e Atividades de Agregados familiares como empregadores.

A carteira de Retalho detém a maioria das exposições nas Atividades de Agregados Familiares como Empregadores, que está relacionada com as Hipotecas Residenciais e Empréstimos (Hipotecas Residenciais Tradicionais e Hipotecas Apenas com Juros). A classe de exposição de Governos centrais ou bancos centrais detém a maioria das exposições nos tipos industriais de Atividades Financeiras e de Seguros e Administração Pública e de Defesa.

Na carteira na classe de exposição Garantidas por hipotecas em propriedade imóvel de AP, a maioria das exposições encontram-se nas indústrias de Fabrico, Comércio Grossista e a Retalho, Serviços de Saúde humana e Atividades de Segurança Social e Atividades de Agregados familiares como empregadores. A carteira de Retalho mostra as exposições mais elevadas com as indústrias de Fabrico, Comércio Grossista e a Retalho, Profissionalismo, Atividades Científicas e Técnicas e Atividades de agregados familiares como empregadores.

A classe de exposição de Empresas detém a maioria das exposições nos tipos industriais de Fabrico, Comércio Grossista e a Retalho e Serviços de Saúde humana e Atividades de Segurança Social.

Exposição por vencimento

A tabela abaixo apresenta uma divisão do valor contabilístico líquido por maturidade residual das classes de exposição BCIA e AP.

UE CRB-E: Maturidade das exposições

	<= 1 anos	> 1 anos < 5 anos	>= 5 anos	Não indicado vencimento	Total
Governos centrais ou bancos centrais	110 087	62 072	53 668		225 826
Instituições	66 600	19 726	14 628		100 954
Empresas	163 364	168 364	77 781		409 510
Retalho	14 552	38 019	273 165		325 737
BCIA Total	**354 603**	**288 181**	**419 243**		**1 062 027**
Governos centrais ou bancos centrais	3 136	628	37		3 801
Governos regionais ou autoridades locais	2	245	27		274
Instituições	2 170	108	3		2 281
Empresas	4 859	6 356	1 252		12 468
Retalho	5 422	6 772	2 637		14 831
Garantidas por hipotecas em propriedade imóvel	2 330	3 677	9 985		15 991
Exposições em incumprimento	266	29	187		481
Abordagem AP Total	**18 186**	**17 814**	**14 127**		**50 127**
Total	**372 789**	**305 996**	**433 370**		**1 112 154**

A maioria das exposições na carteiras BCIA é observada nos limites de maturidade inferior a 1 ano e superior a 5 anos. A carteira de Retalho consiste especialmente em hipotecas residenciais, que costuma ter vencimentos mais longos. As exposições nas classes de exposição Empresas e Governos centrais ou bancos centrais é inferior quando comparadas com a carteira de Retalho, que resulta em mais exposição nas reservas de maturidade inferior.

Para Governos centrais ou bancos centrais isto ocorre especialmente em reservas de menos de 1 ano nos Empréstimos de Mercado Monetário e, numa medida inferior, em Empréstimos Rotativos. As exposições nas outras duas reservas são mais vistas nos produtos de Investimento em Obrigações. Os Empréstimos Rotativos e as Garantias constituem a maioria da exposição vista na primeira reserva de maturidade da classe de exposição Empresarial, enquanto os Empréstimos a Termo e rotativos são os tipos de produto dominantes em reservas de maturidade superior.

Para a carteira de AP, a maioria das exposições nas classes de exposição de Retalho e Empresas encontram-se nas primeiras duas reservas de maturidade. Com as Hipotecas como a exposição subjacente principal, Garantido por Hipotecas e Propriedade Imóvel é predominantemente visto em maturidade superior.

Abordagem Baseada na Classificação Interna Avançada (BCIA)

A abordagem BCIA tem cinco elementos principais que fomentam a «abordagem baseada em riscos» da RFP/DFP IV para a determinação do APR e EL. Os elementos são: Classe de Exposição, Probabilidade do Incumprimento (PI), Exposição Regulamentar em Incumprimento (ERI), Perda Dado o Incumprimento (PDI) e Maturidade (M). Para mais detalhes sobre estes elementos, consultar a parte de «Gestão de Risco» das contas anuais consolidadas.

Exposições de crédito da BCIA por classe de exposição e intervalo de PI

A tabela abaixo oferece uma visão geral dos parâmetros principais utilizados para o cálculo dos requisitos de capital para os modelos da BCIA. As exposições dentro e fora do balanço financeiro são representadas pelas quatro classes de exposição principais e segundo classificações de PI para permitir uma avaliação da qualidade do crédito da carteira. As exposições estão limitadas nas Escalas de PI elaboradas pela EBA. Estes limites de escalar de PI não são utilizados no ING. Os modelos de classificação PI do ING Bank baseiam-se numa escala 1-22 que corresponde às mesmas classificações atribuídas por agências de classificação externa. As classificações de risco (PI) para empréstimos produtivos (1-19) são calculadas no ING Bank com modelos regulatórios aprovados. As classificações de risco para empréstimos de risco (20-22) são definidas com base numa metodologia discricionária aprovada pela unidade de reestruturação Global ou Regional. No geral, as ponderações do risco da carteira do ING são uma combinação de ponderações de baixo risco para Soberanos e Hipotecas Residenciais com ponderações de risco superior para Empresas. Muitas exposições dos governos centrais recebem uma ponderação de risco zero devido à classificação de alta qualidade (utilização parcial permanente das regras da AP). Normalmente, as hipotecas beneficiam de grandes níveis de (sobre) cobertura pela garantia.

A partir de julho de 2014, os valores da PI da escala do ING Bank são ajustados utilizando dados de incumprimento internos e externos, abrangendo o período de 2005 até 2013. São utilizados dados externos da Standard & Poor. A experiência do incumprimento interno reflete-se para uma melhor adequação das carteiras do ING Bank em comparação com os dados da Standard & Poor predominantemente baseados nos EUA.

O Fator de conversão do crédito FCC (a conversão da exposição fora do balanço financeiro em equivalentes de crédito semelhantes) é calculado como a exposição fora do balanço financeiro pós-mrc e pós-fcc sobre a exposição original fora do balanço financeiro. As percentagens de FCC são aplicadas ao nível do produto ou transação e são fomentadas a nível regulamentar.

UE CR6: CIA – Exposições de risco de crédito por classe de exposição e intervalo PI

	PD Scale	Exposição bruta no balanço financeiro original	exposição fora do balanço financeiro pré-fcc	Vencimento	Pós-EI mrc e pós-fcc	Vencimento pi	Número de devedores	Mé-dia PDI	Maturidade mé-dia APR	RWA	APR densidade	EL	Ajustes e aprovisionamentos de valor
Governos Centrais e Bancos Centrais	0.00 to < 0.15	87,684	131,631	6%	95,367	0.0%	1,212	30%	2.63	3,509	4%	4	-2
Governos Centrais e Bancos Centrais	0.15 to < 0.25	570	630	34%	785	0.2%	30	36%	1.98	216	28%	1	
Governos Centrais e Bancos Centrais	0.25 to < 0.50	2,242	2,150	9%	2,428	0.3%	42	42%	1.52	1,056	44%	3	-1
Governos Centrais e Bancos Centrais	0.50 to <0.75			0%		0.0%	0	0%	-		0%		
Governos Centrais e Bancos Centrais	0.75 to < 2.50	107	26	52%	121	1.9%	40	3%	4.37	11	9%		
Governos Centrais e Bancos Centrais	2.50 to < 10.00	438	337	91%	746	6.6%	41	23%	3.11	620	83%	14	-8
Governos Centrais e Bancos Centrais	10.00 to < 100.00	3	17	24%	7	16.3%	54	20%	2.94	9	119%		
Governos Centrais e Bancos Centrais	default			50%		100.0%	3	31%	1.00		6%		
Governos Centrais e Bancos Centrais	sub-total	91,045	134,792	6%	99,454	0.1%	1,421	30%	2.61	5,421	5%	22	-11
Instituições	0.00 to < 0.15	30,769	49,398	7%	34,352	0.1%	2,925	23%	2.59	4,781	14%	5	-2
Instituições	0.15 to < 0.25	1,316	3,635	13%	1,799	0.2%	470	25%	1.89	327	18%	1	
Instituições	0.25 to < 0.50	3,127	4,676	11%	3,650	0.4%	767	24%	2.16	1,414	39%	4	-2
Instituições	0.50 to < 0.75	3	1	100%	5	0.7%	7		4.61	3	62%		
Instituições	0.75 to < 2.50	3,809	2,583	14%	4,163	1.0%	551	27%	1.72	1,785	43%	8	-4
Instituições	2.50 to < 10.00	28	532	3%	42	5.3%	145	18%	1.39	61	145%	1	
Instituições	10.00 to < 100.00	23	731	7%	73	17.2%	3,380	26%	1.51	86	118%	2	-1
Instituições	default	310	26	50%	323	100.0%	48	1%	4.93	8	2%	4	-4
Instituições	**sub-total**	**39,386**	**61,581**	**8%**	**44,407**	**0.9%**	**8,293**	**23%**	**2.46**	**8,465**	**19%**	**25**	**-13**
Empresas	0.00 to < 0.15	35,245	78,364	32%	60,411	0.1%	15,940	32%	2.73	13,018	22%	17	-5
Empresas	0.15 to < 0.25	23,089	27,062	35%	32,673	0.2%	7,848	25%	2.92	9,055	28%	17	-5
Empresas	0.25 to < 0.50	66,370	55,139	36%	86,025	0.4%	24,957	23%	3.08	30,940	36%	77	-26
Empresas	0.50 to < 0.75	1,149	450	48%	1,364	0.6%	2,135	30%	2.89	672	49%	2	-1
Empresas	0.75 to < 2.50	61,379	33,074	39%	74,410	1.2%	34,991	24%	3.17	45,438	61%	231	-89
Empresas	2.50 to < 10.00	10,395	4,526	45%	12,287	5.5%	11,330	25%	2.91	11,122	91%	162	-59
Empresas	10.00 to < 100.00	5,599	2,884	29%	6,464	23.4%	21,374	21%	2.77	8,017	124%	320	-132
Empresas	default	7,429	749	49%	7,911	100.0%	5,715	32%	2.37	10,901	138%	2,934	-2,934
Empresas	**sub-total**	**210,656**	**202,248**	**35%**	**281,543**	**4.1%**	**124,290**	**26%**	**2.98**	**129,163**	**46%**	**3,761**	**-3,252**
Retalho	0.00 to < 0.15	61,311	15,077	66%	71,372	0.1%	4,228,271	25%		3,879	5%	13	-5
Retalho	0.15 to < 0.25	63,761	3,705	51%	65,685	0.2%	723,298	16%		4,707	7%	21	-10
Retalho	0.25 to < 0.50	97,514	3,434	59%	99,728	0.4%	1,129,103	16%		11,467	11%	63	-23
Retalho	0.50 to < 0.75	27,191	1,311	56%	27,936	0.7%	509,064	23%		6,402	23%	43	-19
Retalho	0.75 to < 2.50	30,045	2,499	68%	31,901	1.2%	1,163,149	27%		11,529	36%	114	-52
Retalho	2.50 to < 10.00	10,572	652	56%	10,990	4.5%	439,278	27%		7,667	70%	136	-59
Retalho	10.00 to < 100.00	5,153	226	66%	5,330	22.5%	186,922	26%		5,628	106%	307	-138
Retalho	default	4,601	46	54%	4,675	100.0%	88,581	31%		5,985	128%	1,053	-1,053
Retalho	**sub-total**	**300,147**	**26,949**	**62%**	**317,617**	**2.4%**	**8,467,666**	**21%**		**57,263**	**18%**	**1,749**	**-1,360**
Total (todas as carteiras)	**Total**	**641,234**	**425,571**	**24%**	**743,021**	**2.6%**	**8,237,084**	**24%**	**2.84**	**200,313**	**27%**	**5,557**	**-4,635**

Todos os números estão em milhões de euros, exceto os números de devedores. A maturidade não está disponíveis para a classe de exposição de retalho, para todas as outras células em branco, os valores são mínimos.

Os números nesta tabela podem ser comparados aos números indicados nas primeiras tabelas desta secção por classe de exposição, geografia, tipo de contraparte e maturidade. Adicionar as exposições dentro e fora do balanço financeiro com as Perdas Esperadas permitirá valores contáveis líquidos, exceto para a classe de exposição empresarial onde as amortizações também serão incluídas.

A PI, PDI, EI e Maturidade são os fomentadores do APR e da Densidade dos APR, que são medidos como o APR sobre a EI e que se espera que aumentem com cada Escala de PI. Em vários casos, a Densidade dos APR é inferior ao esperado, por exemplo, nas classes de exposição de Governos Centrais e Bancos Centrais e Instituições onde os empréstimos são garantidos por uma Agência de Crédito de Exportação [ACE]. Estas ACE oferecem empréstimos e seguros para ajudar a remover o risco de incerteza da exportação para outros países e subscrevem risco político e riscos comerciais de investimentos estrangeiros e, como tal, reduzem a PDI para estes empréstimos. Com PDI muito baixas, o APR é inferior ao pressuposto em classes de PI mais alta.

O FCC é inferior para produtos e/ou transações vistos na classe de exposição empresarial em oposição aos vistos na classe de exposição do Governo Central, o que explica a percentagem média de FCC superior observada nesta última classe de exposição.

Verificação *a posteriori* de parâmetros de modelos

O ING dedicou modelos de risco de crédito da BCIA por linha de negócio e geografia. O desempenho e poder preditivo dos modelos são monitorizados pela equipa de desenvolvimento de modelos. Um departamento independente de Validação do Modelo avalia, periodicamente, a conformidade de todos os modelos da BCIA, incluindo verificações *a posteriori*, quando necessário. Todos os modelos são verificados a posteriori pelos departamentos de Desenvolvimento de Modelos e de Validação independente de Modelos. Se um modelo não for considerado sólido ou se a verificação *a posteriori* indicar um desempenho insuficiente, o modelo é novamente calibrado ou desenvolvido. Todas as recomendações referentes ao modelo feitas pelo departamento de Validação do modelo são acompanhadas através da base de dados interna que a administração utiliza para monitorizar problemas detetados pelo departamento de Auditoria Interna, incidentes e problemas de risco não financeiro. Todas as alterações significativas são apresentadas ao BCE e implementadas após aprovação regulamentar. Em média, 86 % dos modelos de risco de crédito da BCIA no ciclo de validação apresentaram deficiências do modelo «Não Remotas» (49 %) e «Menores» (37 %).

Verificação *a posteriori* de PI

A verificação *a posteriori* de PI é efetuada por classe de exposição e intervalo de PI, correspondente a escalas de classificação interna de 1 a 19, que são depois mapeadas para graus de classificação comparáveis da Standard & Poor's. As exposições de Titularizações e Capital próprio não estão incluídas nestas tabelas. Os resultados são apresentados por classe de exposição, cada um numa tabela individual e exibem as carteiras em desempenho segundo o final de 2016.

A análise tem por base a carteira de 31 de dezembro de 2016. A PI média de 31 de dezembro de 2016 por carteira está dividida por classe de exposição e classificação. As figuras do número e dos valores de PI ponderados encontram-se presentes para as carteiras em desempenho. O número de PI previsto e ponderado é também referido como a PI aritmética ponderada e o valor de PI ponderado é referido como a PI ponderada com EI.

A taxa de incumprimento anterior da Média Anual é calculada sobre os últimos 6 anos, de 2011 a 2016. Os clientes em desempenho até ao final de cada exercício cumpriram no ano seguinte (12 meses) e os seus momentos de incumprimento foram marcados todos os meses. Se um cliente entrou em incumprimento mais do que uma vez no período de observação de 12 meses, foi utilizado o último momento (isto é, o mais recente) em incumprimento observado. A taxa de incumprimento observada da média anual representa a média dos 6 anos observados em termos de taxas de incumprimento ponderadas.

O ING não tem posições com Governos Centrais nas duas classes inferiores de classificação em desempenho.

UE CR9: IRB – Verificação a posteriori de probabilidade de incumprimento (PI) por classe de exposição

Classe de Exposição	Intervalo PI	Classificação externa equivalente	Ponderado média PD	Aritmética PI Média por devedores	Número de devedores Finais de 2015	Finais de 2016	Em incumprimento devedores no ano	Vencimento anterior anual incumprimento
Governos Centrais	0,00 - 0,01	AAA	0,010 %	0,010 %	85	93		
Governos Centrais	0,01 - 0,03	AA	0,021 %	0,021 %	515	532		
Governos Centrais	0,03 - 0,04	AA	0,031 %	0,031 %	253	267		
Governos Centrais	0,04 - 0,05	AA	0,041 %	0,041 %	202	161		
Governos Centrais	0,05 - 0,06	Uma	0,052 %	0,052 %	48	39		
Governos Centrais	0,06 - 0,08	Uma	0,062 %	0,062 %	86	74		
Governos Centrais	0,08 - 0,11	Uma	0,092 %	0,092 %	43	37		
Governos Centrais	0,11 - 0,17	BBB	0,139 %	0,139 %	27	22		0,245 %
Governos Centrais	0,17 - 0,26	BBB	0,212 %	0,213 %	32	26		
Governos Centrais	0,26 - 0,37	BBB	0,307 %	0,306 %	24	25		
Governos Centrais	0,37 - 0,58	BB	0,444 %	0,445 %	23	21		
Governos Centrais	0,58 - 1,00	BB	0,756 %	0,756 %	6	9		
Governos Centrais	1,00 - 1,77	BB	1,321 %	1,335 %	13	11		
Governos Centrais	1,77 - 3,23	B	2,377 %	2,441 %	24	23		
Governos Centrais	3,23 - 6,05	B	4,391 %	4,410 %	17	18		0,926 %
Governos Centrais	6,05 - 11,67	B	8,349 %	8,349 %	14	23		
Governos Centrais	11,67 - 20,20	CCC	16,324 %	16,324 %	7	8		

UE CR9: IRB – Verificação a posteriori de probabilidade de incumprimento (PI) por classe de exposição

Classe de Exposição	Intervalo PI	Classificação externa equivalente	Ponderado média PD	Aritmética PI Média por devedores	Número de devedores Finais de 2015	Finais de 2016	Devedores em incumprimento no exercício	Média anterior anual incumprimento
Empresas	0,00 - 0,01	AAA	0,010 %	0,010 %	13	13		
Empresas	0,01 - 0,03	AA	0,021 %	0,021 %	26	315		
Empresas	0,03 - 0,04	AA	0,031 %	0,031 %	89	96		
Empresas	0,04 - 0,05	AA	0,041 %	0,041 %	121	158		0,075 %
Empresas	0,05 - 0,06	Uma	0,051 %	0,047 %	2667	2960	1	0,095 %
Empresas	0,06 - 0,08	Uma	0,062 %	0,066 %	1242	1320		0,159 %
Empresas	0,08 - 0,11	Uma	0,092 %	0,102 %	1423	1577	1	0,133 %
Empresas	0,11 - 0,17	BBB	0,139 %	0,136 %	9453	10 030	25	0,300 %
Empresas	0,17 - 0,26	BBB	0,213 %	0,214 %	6447	6782	10	0,340 %
Empresas	0,26 - 0,37	BBB	0,306 %	0,297 %	10 451	11 279	30	0,448 %
Empresas	0,37 - 0,58	BB	0,443 %	0,444 %	13 245	14 191	52	0,725 %
Empresas	0,58 - 1,00	BB	0,755 %	0,761 %	13 051	13 807	90	1,214 %
Empresas	1,00 - 1,77	BB	1,318 %	1,343 %	13 057	13 583	210	1,680 %
Empresas	1,77 - 3,23	B	2,360 %	2,393 %	9367	9837	196	2,936 %
Empresas	3,23 - 6,05	B	4,384 %	4,350 %	6935	7432	230	4,659 %
Empresas	6,05 - 11,67	B	8,317 %	8,347 %	3083	3 221	225	10,425 %
Empresas	11,67 - 20,20	CCC	15,846 %	15,769 %	3172	3271	320	9,335 %
Empresas	20,20 - 29,58	CC-	24,881 %	24,639 %	1512	1 414	266	16,522 %
Empresas	29,58 - 100,00	C-	36,148 %	39,969 %	1242	1104	288	27,205 %

UE CR9: IRB – Verificação a posteriori de probabilidade de incumprimento (PI) por classe de exposição

Classe de Exposição	Intervalo PI	Externo classificação equivalente	Ponderado PI Média	Aritmética PI Média por devedores	Número de devedores: Finais de 2015	Finais de 2016	Devedores em incumprimento no exercício	Vencimento anterior anual incumprimento
Instituições	0,00 - 0,01	AAA	0,010 %	0,010 %	59	52		
Instituições	0,01 - 0,03	AA	0,021 %	0,021 %	309	33		
Instituições	0,03 - 0,04	AA	0,031 %	0,031 %	69	80		0,154 %
Instituições	0,04 - 0,05	AA	0,041 %	0,041 %	992	1006		
Instituições	0,05 - 0,06	Uma	0,052 %	0,051 %	505	526		0,064 %
Instituições	0,06 - 0,08	Uma	0,062 %	0,062 %	828	646		
Instituições	0,08 - 0,11	Uma	0,092 %	0,092 %	790	451		0,072 %
Instituições	0,11 - 0,17	BBB	0,139 %	0,139 %	672	775	1	0,135 %
Instituições	0,17 - 0,26	BBB	0,212 %	0,213 %	488	528		0,023 %
Instituições	0,26 - 0,37	BBB	0,307 %	0,305 %	503	377		0,036 %
Instituições	0,37 - 0,58	BB	0,444 %	0,444 %	812	643	1	0,021 %
Instituições	0,58 - 1,00	BB	0,756 %	0,761 %	520	471		0,042 %
Instituições	1,00 - 1,77	BB	1,318 %	1,331 %	392	321	4	0,293 %
Instituições	1,77 - 3,23	B	2,389 %	2,406 %	285	275		1,055 %
Instituições	3,23 - 6,05	B	4,524 %	4,371 %	223	150	4	0,539 %
Instituições	6,05 - 11,67	B	8,183 %	8,277 %	91	62	2	1,091 %
Instituições	11,67 - 20,20	CCC	16,322 %	16,293 %	62	126	4	3,476 %
Instituições	20,20 - 29,58	CC-	24,855 %	24,658 %	32	10	4	4,819 %
Instituições	29,58 - 100,00	C-	36,813 %	39,576 %	31	10	1	4,611 %

UE CR9: IRB – Verificação a posteriori de probabilidade de incumprimento (PI) por classe de exposição

Classe de Exposição	Intervalo de PI	Classificação externa equivalente	Ponderado média PI	Aritmética média PI por devedores	Número de devedores: Finais de 2015	Finais de 2016	Em incumprimento devedores no ano	Média anterior anual incumprimento
Retal	0,00 - 0,01	AAA	0,005 %	0,009 %	1 865 865	1 984 312	538	0,031 %
Retal	0,01 - 0,03	AA	0,019 %	0,021 %	79 657	86 022	71	0,073 %
Retal	0,03 - 0,04	AA	0,031 %	0,031 %	77 248	97 544	42	0,090 %
Retal	0,04 - 0,05	AA	0,044 %	0,041 %	645 294	677 469	296	0,050 %
Retal	0,05 - 0,06	Uma	0,051 %	0,053 %	79 571	46 746	21	0,031 %
Retal	0,06 - 0,08	Uma	0,067 %	0,067 %	143 336	51 231	89	0,061 %
Retal	0,08 - 0,11	Uma	0,089 %	0,102 %	864 211	948 013	1 059	0,104 %
Retal	0,11 - 0,17	BBB	0,146 %	0,136 %	556 848	556 142	559	0,142 %
Retal	0,17 - 0,26	BBB	0,209 %	0,217 %	647 080	681 394	978	0,222 %
Retal	0,26 - 0,37	BBB	0,324 %	0,312 %	541 514	570 611	1 384	0,392 %
Retal	0,37 - 0,58	BB	0,457 %	0,476 %	615 005	615 365	3035	0,600 %
Retal	0,58 - 1,00	BB	0,727 %	0,773 %	663 427	653 326	3540	1,605 %
Retal	1,00 - 1,77	BB	1,314 %	1,485 %	373 902	455 802	3762	1,663 %
Retal	1,77 - 3,23	B	2,645 %	2,498 %	421 224	470 410	5298	2,348 %
Retal	3,23 - 6,05	B	4,152 %	3,907 %	191 386	190 078	6 905	6,357 %
Retal	6,05 - 11,67	B	8,340 %	7,927 %	171 878	182 624	11 027	7,675 %
Retal	11,67 - 20,20	CCC	16,227 %	16,815 %	82 577	75 683	7580	12,792 %
Retal	20,20 - 29,58	CC-	24,960 %	25,843 %	11 192	10 885	2131	20,164 %
Retal	29,58 - 100,00	C-	44,409 %	37,048 %	43 591	34 283	11 592	27,216 %

Testes bock de Perda Esperada (PE)

A tabela abaixo oferece mais detalhes sobre a taxa de Perda Esperada e a taxa de Perda Observada. A perda esperada a 31 de dezembro de 2015 para a carteira de desempenho está dividida por classe de exposição. A carteira de 31 de dezembro de 2015 é seguida durante 2016 para determinar a taxa de incumprimento observada. Os modelos baseiam-se em longas séries de dados históricos. Na comparação, a taxa de perda esperada é calculada através da divisão da perda esperada da carteira de desempenho a 31 de dezembro de 2015 pela ERI da carteira de desempenho do mesmo período. A taxa de Perda Observada é resultado da multiplicação das exposições de incumprimento observadas pela sua PDI. Esta verificação *a posteriori* só é representativa da carteira do final do ano de 2015 e pode ser influenciada por amostras de pequenas dimensões ou incidentes. No entanto, a verificação *a posteriori* oferece uma comparação da PI da taxa de Perda Esperada em relação à taxa de Perda Observada.

Taxa de Perda Esperada nos termos da abordagem da BCIA Avançada em relação à taxa de perda observada por classe de exposição

2016	Soberanos	Instituições	Empresas Hipoteca	Garantido por Residenciais	Outro retalho	Total
Taxa de Perda Esperada 2015*	0.02%	0.05%	0.34%	0.18%	0.82%	0.22%
Taxa de Perda Observada 2016	0.00%	0.05%	0.25%	0.12%	0.80%	0.17%

Inclui apenas a carteira da BCIA; exclui titularizações, capitais próprios e OANOC.
* A taxa de perda esperada de 2015 inclui apenas os empréstimos produtivos.

A verificação *a posteriori* das taxas de incumprimento observadas e perdas observadas para 2016 observou resultados que estão abaixo dos níveis previsto para todas as classes de exposição, exceto Instituições. Isto pode ser explicado pela melhoria das condições económicas que se viveu em 2016. Em 2016, não foram comunicados incumprimentos para os Soberanos, enquanto as taxas de incumprimento das empresas, hipotecas residenciais e outros empréstimos de retalho continuaram a melhorar em comparação com o ano anterior. As perdas observadas para instituições foram especialmente detetadas em instituições em África.

Abordagem Padronizada

Um subconjunto da carteira do ING é tratado com a Abordagem Padronizada (AP). A AP aplica ponderações de risco fixas a cada classe de exposição, divididas em etapas de qualidade do crédito (com base em classificações externas) conforme ditado pela Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP). A Abordagem Padronizada é a menos sofisticada das metodologias RFP/DFP IV e não é tão sensível quanto a abordagem BCIA baseada no risco.

Para calcular os requisitos de capital regulamentar de acordo com a abordagem AP, o ING Bank utiliza classificações externas elegíveis pela Standard & Poor's, Moody's and Fitch. As classificações são aplicadas a todas as classes de exposição relevantes na AP. Para as carteiras hipotecárias, são utilizadas as ponderações de risco fixas prescritas.

Exposições antes e depois da mitigação do risco para a carteira da AP

A tabela abaixo mostra como a mitigação do risco de crédito (MRC) na carteira da AP é distribuída pelas classes de exposição. O valor da exposição do ING Bank é apresentado antes e depois da mitigação do risco de crédito. Existem dois métodos principais para reduzir ou mitigar o Risco de Crédito: i) pela redução do Risco de Crédito através da aceitação de ativos financeiros dados como garantia ou ii) mitigação ou transferências dos riscos de crédito para um grupo de ponderação de risco inferior, aceitando garantias de terceiros não relacionados. O ING Bank utiliza ambos os métodos para ter em conta os efeitos da MRC. Para os mercados financeiros de garantia, o ING Bank usa o Método Integral de Garantias Financeiras para permitir os efeitos da mitigação.

A tabela abaixo ilustra o efeito de todas as técnicas MRC aplicadas em conformidade com a Parte Três, Título II, Capítulo 4 do Regulamento (UE) 575/2013 sobre os cálculos dos requisitos de capital de abordagem padronizada. A densidade do valor de exposição ponderada (APR) disponibiliza uma métrica sintética sobre o risco de cada carteira.

1 EU CR4: Standardised approach - credit risk exposure and Credit Risk Mitigation (CRM) effects J

	Exposições antes do	FCC e MRC	Exposições pós	FCC e MRC	APR e densidade de APR	
Governos centrais ou bancos centrais	No balanço financeiro Valor do balanço financeiro	Fora do balanço financeiro	No balanço financeiro Valor do balanço financeiro	Fora do balanço financeiro Balanço financeiro	RWA	RWA density
Governos regionais ou autoridades locais	2 433	1 369	2 582	3	2 158	84%
Instituições	76	198	76	1	37	48%
Empresas	2 147	135	2 563	11	540	21%
Corporates	5 969	6 521	5 861	893	6 637	98%
Retalho	8 528	6 409	7 969	2 020	7 142	71%
Garantidas por hipotecas em propriedade imóvel	13 604	2 409	13 426	653	7 667	54%
Exposições em incumprimento	878	37	455	10	550	118%
Total	33 634	17 078	32 931	3 590	24 731	68%

Exclui as exposições de Risco de crédito da contraparte.

A carteira de AP é especialmente constituída por exposições na Turquia, Polónia e Roménia. Em termos de negócios, a carteira está espalhada sobre hipotecas residenciais e empréstimos ao consumidor, com uma parte relativamente pequena a surgir das exposições empresariais. O maior movimento em 2016 na carteira AP foi a mudança da carteira de Cuidados de Saúde Holandesa de CIA para AP. Excluindo esta alteração, houve um crescimento de hipotecas residenciais nestes três países de AP. A parte soberana da exposição de AP surge especialmente devido a depósitos com o Soberano Turco.

Ponderações de risco por classes de exposição

A tabela abaixo apresenta a divisão, após o fator de conversão e após as técnicas de mitigação do risco, de exposições sob a abordagem padronizada por classe de exposição e ponderação do risco (que corresponde ao risco atribuído à exposição segundo a AP). As ponderações do risco apresentadas abrangem todas as atribuídas a cada etapa de qualidade do crédito no Artigo 113 ao Artigo 134 na Parte Três, Título II, Capítulo 2 do Regulamento (UE) 575/2013.

UE CR5: Abordagem Padronizada Técnicas Pós-FCC e Pós-MRC

	Ponderação de risco															
Classes de exposição	0%	2%	4%	10%	20%	35%	50%	70%	75%	100%	150%	250%	370%	1250%	outros de-duzido	**Total** Não classificado
Governos centrais ou bancos centrais	216						419			1,949						2,584
Governos regionais ou autoridades locais					5		71									76
Instituições					2,537	0	10			25	2					2,574
Empresas							7			6,704	43					6,754
Retalho									9,989							9,989
Garantidas por hipotecas em propriedade imóvel						6,968	3,436			3,675						14,079
Exposições em							20			255	191					466
Total	**216**				**2,542**	**6,968**	**3,963**		**9,989**	**12,608**	**236**					**36,522**

Exclui as exposições de Risco de crédito da contraparte.

A carteira da AP aumentou 8 % para 36,5 mil milhões de euros em relação à ERI, excluindo o risco de crédito da contraparte. O APR aumentou 10 % para 24,7 mil milhões de euros. Este aumento na carteira de AP está maioritariamente relacionado com a transferência da carteira de saúde holandesa de BCIA para AP. Foi visto um aumento na carteira na Polónia e Turquia. Na Polónia, a carteira de Hipotecas Residenciais cresceu 0,8 mil milhões de euros na ERI, enquanto na Turquia o crescimento da carteira é, sobretudo, atribuível à carteira das Empresas que aumentou 1,3 mil milhões de euros. O impacto do FX em 2016 é limitado, uma vez que a carteira é denominada em lira turca e dólar americano, para os quais os impactos do FX se compensam mutuamente.

As exposições com uma ponderação do risco de 35 % são mais vistas na carteira de hipotecas da Polónica e as exposições de retalho com uma ponderação do risco de 75 % têm maior origem em carteiras turcas, com atribuições inferiores na Polónia e Roménia. As exposições de ponderação do risco de 100 % na classe de exposição empresarial são originadas na carteira empresarial turca (7,2 mil milhões de euros) e na carteira de Saúde Holandesa (2,0 mil milhões de euros).

Qualidade do crédito

Esta secção foca-se em empréstimos de risco, que são empréstimos em que há uma probabilidade razoável de que o ING Bank possa acabar com uma perda, a menos que o ING Bank intervenha com ações específicas e significativas. Por outras palavras, nesta categoria, uma conta ou carteira precisa de uma abordagem mais intensa, que pode incluir renegociações de termos e condições e/ou restruturação comercial/financeira. Esta tabela deve ser lida juntamente com as secções do parágrafo da Gestão do Risco do Relatório Anual em: Quadro de Apetência do Risco e Qualidade do Crédito.

A qualidade do crédito das exposições do risco está apresentada nestas três tabelas, dando uma perspetiva da qualidade do crédito por classe de exposição, tipo industrial ou de contraparte e geografia. Estas tabelas apresentam os valores contabilísticos brutos, compostos por exposições dentro e fora do balanço financeiro, divididos por em desempenho/não desempenho, ajustes do risco específicos e desvalorizações/tolerâncias. Os valores contabilísticos líquidos são o resultado e estão apresentados no final das tabelas. Estas três tabelas devem ser lidas em conjunto com as secções detalhadas da classe de exposições (Internas do ING): Soberanos, Instituições, Empresas e Retalho. Embora as medidas utilizadas nessas secções sejam a ERI e o APR, os movimentos principais são explicados.

Os itens dentro do balanço financeiro incluem empréstimos e títulos de dívida. Os itens fora do balanço financeiro incluem garantias concedidas e compromissos de empréstimos irrevogáveis. As exposições pré-liquidação não estão incluídas nesta secção.

Pode encontrar mais informações sobre a definição de empréstimos de risco e subsídios na secção da Qualidade do crédito do parágrafo da Gestão do Risco do Relatório Anual.

A qualidade do crédito das exposições por classes e instrumentos de exposição

Esta secção disponibiliza uma imagem abrangente da qualidade do crédito dos ativos do banco por classe de exposição.

UE CR1-A: A qualidade do crédito das exposições por classes e instrumentos de exposição

	valores contabilísticos brutos					
	exposições em incumprimento	Exposições que não estão em incumprimento	crédito específico não mitigado ajustes	crédito geral não mitigado ajustes	custos de ajuste do risco de crédito	do período valores líquidos
Governos centrais ou bancos centrais	0	225 837	-11			225 826
Instituições	336	100 631	-13			100 954
Empresas	8 179	404 726	-3 395			409 510
dos quais: empréstimo especializados	2 559	141 166	-971			142 754
dos quais: PME	1 657	32 950	-546			34 060
Retalho	4 647	322 450	-1 360			325 737
garantido por capital imobiliário	3 893	292 942	-751			296 084
PME	611	10 476	-171			10 916
Não PME	3 281	282 466	-580			285 168
Elegível para renovação						
Outro retalho	754	29 507	-609			29 653
PME	303	5 839	-235			5 907
Não PME	451	23 669	-374			23 745
CIA Total	**13 161**	**1 053 643**	**-4 778**			**1 062 027**
Governos centrais ou bancos centrais	0	3 802	-1			3 801
Governos regionais ou autoridades locais	0	274	0			274
Instituições	0	2 282	-1			2 281
Empresas	0	12 489	-22			12 468
dos quais: PME	0	2 870	-5			2 865
Retalho	0	14 937	-106			14 831
dos quais: PME	0	4 509	-17			4 492
garantidas por hipotecas em propriedade imóvel	0	16 012	-21			15 991
dos quais: PME	0	2 967	-7			2 960
Exposições em incumprimento	915	0	-434			481
Abordagem AP Total	915	49 797	-585			50 127
Total	**14 077**	**1 103 441**	**-5 363**			**1 112 154**

Exclui Risco de crédito da contraparte, titularizações, CVA, APR, títulos e os OANOC.

Qualidade do crédito das exposições por tipos industriais ou de contraparte

A divisão seguinte mostra as exposições em incumprimento e as que não estão em incumprimento segundo os NACE do tipo de setor industrial ou de contraparte.

UE CR1-B: Qualidade do crédito das exposições por tipos industriais ou de contraparte

	valores contabilísticos brutos de			
	exposições em incumprimento	exposições que não estão em incumprimento	ajustes a riscos de crédito específico	ajustes a riscos de crédito geral	Valores líquidos
Agricultura, Silvicultura e Pesca	338	4 164	-129	4 373
Mineração e Pedreira	732	21 378	-232	21 878
Fabrico	1 900	101 454	-956	102 397
Fornecimento de Eletricidade, Gás, Vapor e Ar condicionado	290	22 633	-127	22 796
Abastecimento de Água, Esgotos, Gestão de resíduos e Atividades de Resolução	86	3 540	-37	3 589
Construção	1 237	18 167	-547	18 858
Comércio Grossista e de Retalho; Reparação de Automóveis e Motociclos	1 240	93 418	-591	94 067
Transporte e Armazenamento	1 195	32 608	-381	33 422
Atividades de Alojamento e Alimentação	115	4 530	-49	4 596
Informação e Comunicação	343	17 898	-107	18 134
Atividades Financeiras e de Seguros	421	232 026	-92	232 355
Atividades de Serviços imobiliários	1 474	45 481	-498	46 457
Profissionalismo, Atividades Científicas e Técnicas, Atividades	512	23 965	-231	24 247
Administrativo e de Serviços de Assistência	407	21 121	-126	21 402
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	105	160 226	-56	160 275
Educação	15	1 812	-7	1 820
Atividades de Saúde humana e Segurança Social	105	10 852	-47	10 910
Artes, Entretenimento e Recreação	47	1 502	-26	1 523
Outras Atividades de Serviços	69	2 690	-33	2 727
Atividades de agregados familiares como empregadores; Atividades de Produção de Habitações para uso próprio	3 445	283 975	-1 092	286 328
Total	14 077	1 103 441	-5 363	1 112 154

Exclui exposições de Risco de crédito da contraparte, titularizações, CVA, APR, títulos e os OANOC.
[1] Inclui 119 milhões para passivos contingentes.

Qualidade do crédito das exposições por geografia

A tabela abaixo oferece uma imagem abrangente da qualidade do crédito das exposições dentro e fora do balanço financeiro por geografia

UE CR1-C: Qualidade do crédito das exposições por geografia

	valores contabilísticos brutos de					
	exposições em incumprimento	exposições que não estão em incumprimento	ajustes a riscos de crédito específico1	ajustes a riscos de crédito geral	custos de ajuste do risco de crédito	Valores líquidos
Europa	12 740	862 182	-4 867			870 054
Holanda	5 269	261 185	-1 799			264 656
Alemanha	780	169 692	-544			169 928
Bélgica e Luxemburgo	2 677	161 640	-672			163 645
Outros países da Europa	4 014	269 665	-1 853			271 826
Africa	90	6 109	-7			6 191
America	838	86 350	-241			86 947
Asia	254	100 960	-236			100 979
Australia	155	47 840	-12			47 983
Total	14 077	1 103 441	-5 363			1 112 154

Exclui exposições de Risco de crédito da contraparte, titularizações, CVA, APR, títulos e os OANOC.
[1] Inclui 119 milhões para passivos contingentes.

Reconciliação de divulgações de empréstimos de risco

A tabela abaixo mostra a reconciliação de empréstimos de risco segmentada pelas linhas de negócios utilizadas internamente pelo ING Bank. Uma explicação narrativa destas linhas de negócios é apresentada no parágrafo da Gestão do Risco do Relatório Anual.

Reconciliação de divulgações de empréstimos de risco[4]

	Banca Grossista	Banca de Retalho Benelux	Retalho Mercados Desafiadores e em Crescimento	Total ING Bank
Carteira de empréstimos desvalorizada - movimentos				
Empréstimos desvalorizados a 1 de janeiro de 20161	6 191	7 172	1 962	15 325
Classificado como desvalorizado durante o exercício2	1 719	1 668	842	4 229
Saída de caixa de imparidades excluindo amortizações	-1 628	-2 443	-367	-4 438
Valores cancelados	-624	-677	-188	-1 489
Alterações na composição do grupo	0	0	0	0
Taxa de câmbio e outros movimentos3	22	0	-52	-30
A 31 de dezembro de 2016	5 680	5 721	2 196	13 597
Subsídios desvalorizados - movimentos	2 371	2 199	1 216	5 786
Subsídios desvalorizados a 1 de janeiro de 20161	0	0	0	0
Alterações na composição do grupo Valores amortizados	-625	-681	-188	-1 494
Recuperações de valores cancelados em anos anteriores	49	38	7	94
Adição a provisões para perdas por empréstimos duvidosos (da demonstração de resultados)	367	347	260	974
Taxa de câmbio e outros movimentos	-15	-19	-18	-52
A 31 de dezembro de 2016	2 147	1 884	1 277	5 308

1 Igual ao valor de 31 de dezembro de 2015.
2 Não ajustado às flutuações das taxas de câmbio.
3 Com base na data de início e conclusão das posições pendentes, não ajustado para a entrada e saída.
4 No final de 2016, o stock de disposições incluía disposições para montantes devidos por bancos: 11 milhões de euros (2015: 14 milhões de euros).

A redução de 1,7 mil milhões de euros em empréstimos de risco foi principalmente impulsionada pela melhoria contínua da economia holandesa. Em Wholesale Banking, foi observada uma redução significativa de empréstimos de risco no Financiamento de Imobiliário (0,5 mil milhões de euros) devido a amortizações, reembolsos e melhoria de clientes. Isto foi compensado por um aumento no Financiamento Estruturado (0,5 mil milhões de euros), especialmente fomentado pelas carteiras de Expedição, Petróleo e Gás, o último também fomentador do aumento dos clientes na lista de observação.

A tendência favorável nos custos do risco continuou nos primeiros três trimestres de 2016. Comparando com o final de 2015, os custos do risco reduziram para 31 pontos base (2015: 44 pontos base) do APR médio, que se encontra abaixo do intervalo de orientação através do ciclo de 40-45 pontos base. A melhoria da tendência do risco levou os custos do risco trimestrais médios a permanecer abaixo dos 300 milhões de euros, o que levou o stock de disposições total a diminuir de 5,8 mil milhões de euros para 5,3 mil milhões de euros.

As carteiras em Líderes de Mercado continuaram a melhorar, os empréstimos empresariais em Wholesale Banking eram também relativamente fortes com alguns incumprimentos incidentais. Os desafios continuaram nas indústrias como a do Petróleo e Gás, Expedição e Telecomunicações, mas, por outro lado, foram vistas melhorias nos perfis de risco noutras carteiras do banco como hipotecas residenciais e na carteira REF. Sinais encorajadores no mercado das habitações da Holanda ajudaram a reduzir os custos do risco devido a melhoria nos preços das casas e dos perfis do risco. Os custos de risco na Turquia e na Ucrânia tiveram uma tendência descendente em trimestres anteriores.

Houve um aumento na percentagem de cobertura bancária para 39,0 % (2015: 38,5 %), devido a níveis melhorados de empréstimos de risco e uma diminuição comparativamente inferior no nível de disposições em stock.

Grandes partes da carteira de Investimento não são contadas nos custos amortizados (Empréstimos e Créditos ou Detidos Até ao Vencimento) e, por isso, estão fora do âmbito dos LLP. Em vez disso, estes ativos são avaliados pela depreciação. A Reunião de Desvalorização do ING Bank é um processo trimestral que revê todos os ativos sujeitos a um teste de desvalorização da IFRS-EU.

Exposições em não desempenho e diferidas

A tabela da exposição de risco deve ser interpretada juntamente com as informações e declarações feitas no parágrafo da Gestão do Risco das contas anuais.

UE CR1-E: Exposições em não desempenho e diferidas

	Valor contabilístico bruto de exposições em desempenho e não desempenho					Desvalorização acumulada e aprovisionamentos Cauções e ajustes negativos de justo valor devido				a garantias financeiras recebido risco de crédito	
		Dos quais em desempenho mas em atraso >30 dias e <=90 dias	dos quais desempenho diferido	Dos quais em Não desempenho		Em exposições em desempenho		Em exposições em não desempenho desempenho		Em exposições em não desempenho desempenho	dos quais: diferido
					dos quais: diferido		dos quais: diferido		dos quais: diferido		
Títulos de dívida	91 920			7	0	- 13		-5			
Empréstimos e adiantamentos	589 232	601	7660	13 215	6733	-814	-91	-4475	-1818	6917	10 144
Fora do balanço financeiro exposições	149 025		687	602	361					153	116

Os ativos em diferimento totais do ING Bank aumentaram de 4,7 mil milhões de euros para 15,4 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2016. O principal fomentador deste aumento está relacionado com a nova revisão da política da definição de diferimento implementada em 2016. As revisões chave da política foram a inclusão de concessões onde o ING Bank é substancialmente compensado por concessões do cliente, assim como medidas para abordar acordos financeiros chave como parte do contrato de empréstimo. Quase 70 % deste aumento é visível nas três principais indústrias: um aumento de 1,0 mil milhões de euros em Recursos Naturais, que foi principalmente atribuído à carteira de Petróleo e Gás, outro aumento de 0,9 mil milhões de euros em Transporte e Logística, que está principalmente relacionado com as atividades de expedição e outros 0,4 mil milhões de euros na carteira do Imobiliário.

Empréstimos vencidos

O ING Bank considera que os empréstimos vencidos são os empréstimos em que qualquer pagamento de juros de capital está vencido há mais de um dia. A metodologia é principalmente aplicada a empréstimos a particulares, como empréstimos de hipotecas residenciais, empréstimos automóveis e outros empréstimos do cliente. Para empréstimos empresariais (Soberanos, Instituições, Empresas), o ING Bank adotou uma política para classificar o Devedor como um empréstimo de risco o mais rapidamente possível após a ocorrência de um incumprimento de pagamento.

A tabela abaixo baseia-se no país de residência do devedor e nos empréstimos em aberto do risco de crédito. Os atrasos do Risco de Crédito incluem valores associados com produtos no e fora do balanço financeiro, mas excluem valores associados a limites não usados.

Empréstimos de consumidores vencidos, mas não de risco por área geográfica (com base atrasos)

	Hipotecas residenciais	Outro retalho	2016 Total	2015 Total
Holanda	945	2	947	1,073
Bélgica	901	542	1,443	1,719
Alemanha	223	28	251	276
Outros países da Europa	346	438	784	768
Américas	2	-	2	2
Ásia Pacífico	542	0	542	490
Resto do Mundo	1	0	1	0
Total	2,960	1,010	3,970	4,328

A exposição vencida total para empréstimos a consumidores diminuiu em 0,36 mil milhões de euros. Esta diminuição foi sobretudo causada por um aumento na carteira de hipotecas residenciais na Bélgica e nos Países Baixos, que é resultado da melhoria do ambiente económico e de atrasos de pagamento. Na carteira de Hipotecas Residenciais do Resto da Europa observou-se um aumento nos pagamentos de exposições vencidos entre 1 a 90 dias em comparação com o final de 2015. Isto é especialmente causada pelas carteiras de hipotecas residenciais turca, italiana e romena. Na Ásia / Pacífico, o aumento é mais observado na Austrália.

Envelhecimento de exposições em atraso

A tabela abaixo oferece mais detalhes sobre o vencimento das exposições de Negócios e Consumidor e inclui a carteira produtiva e improdutiva, enquanto a tabela anterior apenas inclui as exposições de desempenho vencidas para o Consumidor. A tabela está dividida em tipo de instrumentos (Empréstimos e Títulos de Dívida). Os valores exibidos estão nos valores contabilísticos do balanço financeiro antes da desvalorização, aprovisionamento e antes dos cancelamentos, uma vez que estes ocorrem após o processo de aprovisionamento.

UE CR1-D: Envelhecimento de exposições em atraso

	<= 30 days	>30 days <60 days	> 60 days <90 days	>90 days <180 days	>180 days < 1year	> 1year
Empréstimos	587 310	1 019	3 102	1 217	1 169	6 983
Títulos de dívida	101 098	31	35	-	-	0
Exposições totais	688 408	1 050	3 138	1 217	1 169	6 983

A um nível total, o envelhecimento da carteira melhorou com 2,5 mil milhões de euros a contar dos 30 dias e mais em atraso. Todas as reservas demonstram uma redução, exceto a reserva de > 1 ano, que aumento com 1,1 mil milhões de euros. Isto significa que uma parte dos clientes já em atraso continuam com pagamentos de juro em atraso.

Itens fora do balanço financeiro
Compromissos não utilizados

Os números abaixo representam a potencial exposição que pode ser utilizada pelos devedores dos ING Bank sobre os recursos comprometidos. Na maior parte dos casos, os devedores têm o direito de fazer uso destes recursos, a menos que tenha ocorrido um caso de incumprimento ou outro evento definido dentro do acordo do risco de crédito associado. Na maior parte dos casos, o devedor paga uma comissão de reserva ao ING Bank sobre a parte não utilizada desses recursos. A Pré-Liquidação, o Mercado Monetário e os limites de Investimento geralmente não são comprometidos.

Compromissos não utilizados

	Soberanos	Instituições	Empresas	Hipotecas residenciais	Outro retalho	2016 Total	2015 Total
Nos termos da abordagem AP	1	1	1 353	166	3 935	5 456	4 518
Nos termos da abordagem BCIA	1 285	4 270	80 286	11 617	9 768	107 226	105 687
- 0% risk weight	14	25	376	6		421	206
- >0% - <10% risk weight	1 082	1 655	12 893	8 696	5 068	29 394	28 052
- >10% - <20% risk weight	138	676	8 950	1 702	1 706	13 172	15 595
- >20% - <35% risk weight	47	840	20 523	830	880	23 120	24 878
- >35% - <50% risk weight		653	15 516	205	723	17 095	16 120
- >50% - <75% risk weight		137	11 564	102	711	12 515	10 961
- >75% - <100% risk weight		178	4 296	37	439	4 949	5 077
- >100% - <150% risk weight	2	60	4 307	22	181	4 572	3 309
- >150% - <200% risk weight	2	42	1 243	10	36	1 333	928
- >200% - <1250% risk weight		4	619	7	24	655	560
- 1250% risk weight	0	0	0	0	0	0	
Total	1 285	4 271	81 640	11 784	13 703	112 683	110 205

Se todos os compromissos não utilizados fossem solicitados ao mesmo tempo, os riscos de crédito do ING Bank (em termos de montantes em dívida) iriam aumentar 14,5 %. Como parte dos seus modelos da EI regulamentar, o ING Bank faz uma estimativa de quantos destes compromissos não utilizados seriam retirados em circunstâncias normais. O efeito é incluído no cálculo dos APR, juntamente com um efeito semelhante aplicado aos recursos não comprometidos, embora a uma taxa mais baixa.

O aumento dos compromissos não utilizados encontra-se em todas as categorias de ponderação do risco e está em linha com o crescimento da carteira em 2016.

Risco de crédito da contraparte (RCC)

As principais atividades que se qualificam sob o risco de crédito da contraparte são derivados de atividades comerciais de operações de financiamento. Como parte destas atividades, o ING Bank celebra acordos-quadro, como acordos-quadro da ISDA (Associação Internacional de Swaps e Derivados) e Contratos de Recompra Geral Principal (CRGP). De acordo com os termos previstos nas secções relacionadas com Valores Limite e Valores Mínimos de Transferência de Anexos de Apoio Creditício (AAC) ou outras cláusulas semelhantes, o ING Bank e as suas contrapartes podem acordar conceder garantia adicional um ao outro. O montante real que o ING Bank pode ser obrigado a conceder no futuro varia de acordo com a composição da carteira dos derivados e títulos garantidos em transações de financiamento de valores mobiliários, das circunstâncias do mercado, do número de níveis de desvalorização, bem como os termos e condições de futuros AAC ou outros acordos semelhantes celebrados.

Abordagem ao risco crédito da contraparte

Análise de exposição do risco de crédito da contraparte por abordagem

Na tabela abaixo, é apresentada a exposição do risco de crédito da contraparte da carteira, calculada de acordo com os requisitos regulamentares.

O ING utiliza o Método de Exposição Atual (ou MTM / Mark to Market) conforme descrito no RFP (artigo 274), que é uma Abordagem Padronizada. Não existem exposições no âmbito do método do Modelo Interno. Para o cálculo das cauções, o ING utiliza o método abrangente para as Transações de Financiamento de Títulos (TFT). Não há compensação Contratual entre Produtos.

Para a exposição regulamentar segundo o cálculo predefinido (ERI) para risco de incumprimento de contrapartes, o ING utiliza o Método de Exposição Atual (ou MTM / Mark to market) conforme descrito no RFP (art 274). A medida ERI consiste numa parte MTM e um acrescento prescrito regulamentar para refletir a possível exposição futura no setor. A ERI é calculada diariamente para ter em conta as alterações no valor de MTM devido a movimentos do mercado e alterações na composição da carteira. Este cálculo é efetuado:

- Numa base bruta (sem contar com cauções recebidas e qualquer liquidação entre setores, ao aplicar o MTM,0 máximo para cada setor).
- Numa base líquida (sem contar com cauções recebidas, mas aplicando qualquer liquidação entre setores com um MTM positivo ou negativo se houver algum contrato de liquidação legalmente exequível).
- Numa base líquida após as cauções (subtraindo qualquer valor de margem de cauções recebidas e aplicando qualquer liquidação entre setores com um MTM positivo ou negativo se houver algum contrato de liquidação legalmente exequível).

O ERI, juntamente com outros componentes essenciais (PI, PDI e Vencimento), permitem ao ING Bank classificar grande parte da exposição dos seus derivados no âmbito da abordagem da BCIA. A ERI tem também em conta a soma do CVA reconhecido como uma amortização incorrida em linha com o RFP art. 273(6).

UE RCC1 - Análise de exposição do risco de crédito da contraparte (RCC) por abordagem

	Substituição de custos (MtM mínimo)	Possível exposição futura	EI pós-MRC	APR
Mark to market (Derivados)	96 440	9880	37,530	9,726
Método abrangente de caução financeira (para TFT)			7,619	1,146
Total	96 440	9880	45,149	10,872

Excluindo classe de exposição Titularizações

O APR da carteira de risco de crédito de contraparte do ING desceu em 6,6 % durante o ano, especialmente devido ao aumento da utilização de compensação central. Em linha com o requisito regulamentar, o ING renovou mais negociações através de partes de compensação central (PCC) qualificadas, que comprimem a exposição através da utilização da grande pool de liquidação de uma PCC, assim como uma ponderação baixa do risco (2 %). Além disso, o APR diminuiu em cerca de mil milhões de euros devido a uma alteração na metodologia de cálculo de exposição regulamentar para derivados.

Abordagem Padronizada - exposições RCC por carteira regulamentar e risco

A tabela seguinte apresenta as exposições de RCC calculadas segundo a Abordagem Padronizada (AP)

UE RCC3: Abordagem Padronizada - exposições RCC por carteira regulamentar e risco

	Ponderação de risco											Total
Classe de Exposição	0 %	2 %	4 %	10 %	20 %	50 %	70 %	75 %	100 %	150%	Outros	
Governos centrais ou bancos centrais												
Governos regionais ou autoridades locais												
Instituições					9	554			1			564
Empresas									242	8		250
Retalho								1				1
Garantidas por hipotecas em propriedade imóvel												
Exposições em incumprimento												
Outros itens												
Total					9	554		1	243	8		815

Excluindo classe de exposição Titularizações

A exposição da ponderação do risco de 100 % contém especialmente swaps de taxa de juros e está relacionada com a carteira de saúde holandesa. Esta carteira foi recentemente mudada para a abordagem padronizada e recebeu uma ponderação do risco de cem por cento.

CIA - exposições RCC por carteira escala de PI

A tabela seguinte mostra todos os parâmetros relevantes utilizados para o cálculo dos requisitos de capital de RCC para modelos CIA.

UE RCC4: CIA - exposições RCC por carteira escala de PI

	Escala de PI	Média de	ERI pi	Número de devedores	Vencimento	Vencimento maturidade	APR	Densidade dos APR
Governos Centrais e Bancos Centrais	0.00 to < 0.15	2 377	0.03%	128	26%	3.6	184	8%
Governos Centrais e Bancos Centrais	0.15 to < 0.25	25	0.21%	3	45%	2.3	12	47%
Governos Centrais e Bancos Centrais	0.25 to < 0.50	33	0.31%	12	45%	3.8	24	73%
Governos Centrais e Bancos Centrais	0.50 to < 0.75							
Governos Centrais e Bancos Centrais	0.75 to < 2.50							
Governos Centrais e Bancos Centrais	2.50 to < 10.00		8.35%	3	31%	4.9	1	181%
Governos Centrais e Bancos Centrais	10.00 to < 100.00	14	16.32%	2	100%	1.5	55	397%
Governos Centrais e Bancos Centrais	**subtotal**	**2 450**	**0.09%**	**150**	**27%**	**3.6**	**277**	**11%**
Empresas	0.00 to < 0.15	7 311	0.08%	1 318	28%	1.9	1 154	16%
Empresas	0.15 to < 0.25	1 232	0.21%	820	39%	2.9	567	46%
Empresas	0.25 to < 0.50	3 037	0.36%	2 891	37%	2.4	1 582	52%
Empresas	0.50 to < 0.75	2	0.62%	186	52%	1.8	2	78%
Empresas	0.75 to < 2.50	2 154	1.13%	2 717	43%	2.4	1 920	89%
Empresas	2.50 to < 10.00	192	5.34%	520	40%	3.5	283	147%
Empresas	10.00 to < 100.00	79	26.90%	522	37%	2.9	180	228%
Empresas	incumprimento	19	100.00%	147	46%	2.8	108	581%
Empresas	**subtotal**	**14 026**	**0.67%**	**9 121**	**34%**	**2.2**	**5 796**	**41%**
Instituições	0.00 to < 0.15	37 510	0.06%	1 294	34%	3.0	3 366	9%
Instituições	0.15 to < 0.25	3 155	0.21%	129	19%	0.5	455	14%
Instituições	0.25 to < 0.50	558	0.36%	365	27%	2.3	193	35%
Instituições	0.50 to < 0.75							
Instituições	0.75 to < 2.50	391	0.99%	612	22%	1.1	223	57%
Instituições	2.50 to < 10.00	31	4.76%	96	10%	4.1	13	44%
Instituições	10.00 to < 100.00	4	16.32%	105	38%	1.0	4	121%
Instituições	incumprimento							
Instituições	**sub-total**	**41 649**	**0.09%**	**2 601**	**33%**	**2.8**	**4 255**	**10%**
Retalho	0.00 to < 0.15	8	0.07%	216	53%		1	9%
Retalho	0.15 to < 0.25	5	0.17%	84	58%		1	22%
Retalho	0.25 to < 0.50	2	0.36%	196	57%		1	34%
Retalho	0.50 to < 0.75	2	0.68%	79	67%		1	54%
Retalho	0.75 to < 2.50	4	1.11%	160	41%		1	40%
Retalho	2.50 to < 10.00	1	3.74%	44	54%		1	79%
Retalho	10.00 to < 100.00	2	17.52%	140	60%		2	129%
Retalho	incumprimento		100.00%	16	61%		2	757%
Retalho	**subtotal**	**24**	**2.98%**	**935**	**54%**		**11**	**44%**
Total Portfolio		58 149	0.23%	12 801	33%	2.7	10	18%

Excluding exposure class Securitisations. All figures are in millions of EUR, except for the number of obligors. The maturity is not available for the retail exposure class, for all other cells that are left blank, the values are minimal

Derivatives by product type

The table below shows the derivatives exposure by product type, where the exposure measure is based on the regulatory exposure at default (READ) used for counterparty default risk under CRR.

Derivados por tipo de produto em ERI

	Soberanos	Instituições	Empresas	Hipotecas residenciais	Outro retalho	Total	Total
Derivados da Taxa de Juros	1 940	24 435	6 054		10	32 439	33 930
Derivados FX	312	3 574	3 694		8	7 588	5 972
Derivado de Capital Próprio	3	1 195	415		9	1 622	2 176
Produtos negociados em bolsa		1 370	147			1 516	2 094
Derivados de Mercadorias	4	34	960		0	999	997
Derivado de Crédito		268	176			443	410
Outros Derivados		72	9			81	187
Total (TODOS)	**2 259**	**30 948**	**11 455**		**27**	**44 689**	**45 766**

A carteira de derivados do ING Bank facilita a carteira de cobertura de hipotecas e as facilidades da carteira de Concessão de Empréstimos, assim como cobertura para clientes. Aproximadamente 73 % da carteira de derivados está relacionada com os derivados da taxa de juros, dos quais uma grande parte é eliminada através de PCC. A carteira de derivados FX aumentou em 27 % em 2016. Isto é explicado por volume de novos clientes, assim como expansão num produto (Swap FX) com contrapartes chave.
Em derivados de capital próprio, o ING envidou esforços para simplificar a linha de produtos e focar-se apenas nos setores de maior valor acrescentado.

Derivados do mercado de balcão e negociados na bolsa

Esta secção disponibiliza uma análise quantitativa e qualitativa do Risco de crédito do ING que é originada pelas suas transações de derivados. Isto quantifica a exposição de derivados nocionais, incluindo derivados negociados no mercado de balcão (OTC) ou negociados em bolsas reconhecidas (ETD). Quando os derivados são OTC, a tabela mostra a quantidade que está liquidada pelas contrapartes centrais e a quantidade que não está e oferece uma descrição dos acordos de garantias em vigor.

Riscos de crédito das transações de derivados

		2016		2015
		Notional	MtM	Notional	MtM
PCC de Derivados do					
OTC		2 238 106	- 1 804	2 052 352	-2 190
Não PCC		1 644 126	-1 658	1 759 442	-1 353
Derivados ETD		45 214	-18	46 472	-28
Total	3 927 445		-3 479	3 858 265	-3 571

No final de 2016, cerca de 57 % da carteira de derivados (com base no valor nocional) foram renovados através de uma contraparte central. 24 % dos setores não liquidados não eram garantidos, o que se refere, principalmente, a Empresas com limites de crédito pequenos e inclui, sobretudo, derivados da taxa de juros (53 %) e Derivados de FX (32 %).
Ente as garantias, 84 % dos setores não liquidados está sob umCSA bilateral. Os acordos dos AAC unilaterais referem-se a acordos que são unilaterais em relação à ING e consistem, sobretudo, em Derivados da Taxa de Juros com contrapartes Soberanas.

Financiamento de valores imobiliários por tipo de produto

As exposições nesta tabela são calculadas com base no Método Abrangente de Caução Financeira conforme descrito no RFP (art. 223), onde as margens regulamentares são utilizadas para exposição e garantia e onde a liquidação é aplicada sempre que existe um acordo-quadro de liquidação com uma opinião de liquidação legal positivo.

Financiamento de valores imobiliários por tipo de produto na ERI

	Soberanos	Instituições	Empresas	Hipotecas residenciais	Outro retalho	Total	Total
Financiamento de	113	5 876	500			6 489	6 983
Financiamento de Capital Próprio Concedido		3 487	1 522			5 009	5 140
Financiamento de Obrigações Adotado	78	1 200	704			1 982	2 363
Financiamento de Capital Próprio Adotado		702	92			794	1 301
Total (ALL)	191	11 265	2 818			14 275	15 786

Inclui as carteiras da BCIA e da AP; exclui titularizações, títulos e os OANOC.

A carteira de financiamento de títulos diminuiu em cerca de 10 % em 2016. A redução foi partilhada entre todos os tipos de produtos.

Impacto da liquidez e caução detidos sobre valores de exposição

Impacto da liquidação

É prática comum em setores derivados OTC para assinar acordos-quadro que permitem fechar a liquidação em caso de incumprimento de uma das partes. Se o ING tiver assinado este tipo de acordo-quadro e uma opinião de liquidação legal positiva estiver implementada, o acordo é considerado legalmente vinculativo. Para negociações ao abrigo de um acordo de liquidação legalmente vinculativo, é possível calcular a exposição líquida.

UE RCC5-A: Impacto da liquidez e caução detidos sobre valores de exposição regulamentar

	Justo valor bruto positivo	Benefícios de liquidação	Exposição de crédito líquido atual	Caução detida	Exposições líquidas de crédito
Derivados por subjacente	136 343	91 328	45 015	7 485	37 530
Transações de financiamento de títulos	37 208	22 933	14 275	6 657	7 619
Liquidação de vários produtos					
Total	173 551	114 261	59 290	14 142	45 149

Excluindo classe de exposição Titularizações

Cauções

A alteração no valor real que o ING Bank teve de penhorar pode ser vista na tabela seguinte.

UE RCC5-B: Composição de caução para exposições a risco de crédito a contraparte

		Caução utilizada em transações derivadas				Caução utilizada em TFT	
		Justo valor de caução recebida		Justo valor de caução registada			
2016		Segregado	Un Segregado	Segregado	Un Segregado	Justo valor de caução recebida	Justo valor de caução registada
	Dinheiro	1 460	10 481	-4 058	-13 983		
	Financiamento de		1 760	-716	-3 754		
	Total	1 460	12 241	-4 774	-17 737	102 612	-82 868
2015	Total	396	14 128	-6 379	-22 239	103 311	-90 403

Os fomentadores chave do ING de alterações à carteira de derivados titularizados são os Juros e o Risco de Mercado de Câmbio.

Contrapartes Centrais

A utilização de Partes de Compensação Central (PCC) é cada vez mais importante para o negócio de derivados e, como consequência, parte do risco de crédito está a mudar de Contrapartes para PCC.

A tabela abaixo apresenta a exposição a partes centrais, divididas por PCC qualificadas (PCCQ) e não qualificadas.

UE CCRB: Exposições a contrapartes centrais

	EI (pós-MRC)	APR
Exposições a PCCQ (total)	17,002	340
Exposições a comércios em PCCQ (excluindo margem inicial e contributos para o fundo de incumprimento); dos quais	15,676	314
(i) Derivados do OTC	631	13
(ii) Derivados negociados	695	14
(iii) Transações de financiamento de títulos		
(iv) Liquidações onde a liquidação entre produtos foi aprovada		
Margem inicial segregada		
Margem inicial não-segregada		
Contribuições de financiamentos em incumprimento pré-financiados	159	279
Calculo alternativo de requisitos de fundos próprios para exposições		
Exposições a não PCCQ (total)		
Exposições a comércios em não PCCQ (excluindo margem inicial e contributos para o fundo de incumprimento); dos quais	229	15
(i) Derivados do OTC		
(ii) Derivados negociados		
(iii) Transações de financiamento de títulos	229	15
(iv) Liquidações onde a liquidação entre produtos foi aprovada		
Margem inicial segregada		
Margem inicial não-segregada		
Contribuições de financiamentos em incumprimento pré-financiados		
Calculo alternativo de requisitos de fundos próprios para exposições		

Nota: O estado «qualificado» baseia-se na qualificação de Títulos e Autoridade de Mercados Europeus (ESMA). O ING compensa as PCCQ seguintes: Banque Centrale de Compensation SA, EUREX Clearing Aktiengesellschaft, KDPW CCP SA, LCH Clearnet Repoclear service and LCH Clearnet Swapclear service.

Compensação voluntária e obrigatória com um grande impacto no desenvolvimento da EI e APR. Da perspetiva de EI, é de notar que muitas negociações se concentram num conjunto de liquidação (por serviço PCC), comparando com a negociação bilateral, onde acabam por ir para vários conjuntos de liquidação. Novar um contrato com negociação bilateral a um PCC costuma reduzir o valor da EI. De uma perspetiva de APR, a novação reduz o valor do APR ainda mais, devido ao facto de a ponderação do risco ser apenas 2 % (para exposição PCCQ).

Durante 2016, a EI de exposição de negociação total (mitigação do risco pós-crédito) para as PCCQ aumentou pelos motivos seguintes:

- Aumento dos volumes de negociação garantida
- As negociações garantidas anteriormente comunicadas nos corretores de garantia do ING, são agora comunicadas no PCC (onde a abordagem de «verificação» poderá ser aplicada conforme indicado no RFP art. 305, 2/3).
- Em 2016, a ESMA autorizou CCP novos (aumento do número de PCC qualificados). Por este motivo, a ação de PCCQ no total de negociações garantidas aumentou.

O APR da exposição de negociação diminuiu pelos motivos seguintes:

- A exposição previamente incluída com a ponderação do risco regulamentar do corretor de garantia, recebeu agora uma ponderação do risco de 2 % que se aplica à exposição PCC com base na mesma abordagem de «verificação» descrita acima.
- Em 2016, a ESMA autorizou CCP novos (aumento do número de PCC qualificados). Por este motivo, a ponderação do risco de PCC recentemente qualificadas poderá ser reduzida para 2 %.

Nota: As exposições a não PCCQ são predominantemente com a entidade «The Options Clearing Corporation (OCC)». Embora esta entidade com sede nos EUA seja qualificada para o regulador dos EUA, o mesmo não acontece para a ESMA a 31 de dezembro de 2016.

Risco de CVA

Em 2014, os RFP/DFP IV introduziram um requisito de fundos próprios regulamentar adicional para os aumentos substanciais no CVA, o preço de mercado do risco de crédito dos derivados. Em particular, à medida que os spread de crédito das contrapartes do ING Bank aumentam, o CVA também irá aumentar e o ING Bank irá incorrer numa perda. O ING Bank segue a abordagem padronizada para o cálculo do requisito de fundos próprios para cobrir o Risco de CVA (Capital de CVA) de acordo com os RFP/DFP IV. O âmbito dos produtos e as contrapartes a que o encargo de Capital de CVA se aplica segue estas regulamentações. Os fatores mais importantes do cálculo do Capital de CVA em conformidade com a abordagem padronizada são a Exposição do CVA, a Ponderação de Risco do CVA e o Vencimento. A exposição do CVA é semelhante à ERI, mas inclui garantias detidas no âmbito de acordos de garantia. A Ponderação de Risco de CVA é prescrita na regulamentação e depende diretamente da classificação de risco da contraparte. O Vencimento utilizado para o Capital de CVA é semelhante ao Vencimento utilizado no cálculo do Risco de Incumprimento da Contraparte, mas ao sem o limite máximo de 5 anos.

Risco de CVA

	Exposição do CVA	CVA Média Ponderação de risco	Vencimento Maturidade	APR deCVA
Derivados da Taxa de Juros	5 100	0.87%	4.13	2 280
Derivados FX	3 409	0.89%	1.76	722
Derivado de Capital Próprio	1 128	0.93%	2.88	390
Derivados de Mercadorias	46	0.96%	2 44	15
Derivado de Crédito	357	1.00%	3 12	149
Outros Derivados	55	0.84%	4.40	25
Financiamento de Títulos				
Total 2016	10 096	0.89%	3.15	3 581
Total 2015	11 680	0.89%	3.78	5 005

Inclui as carteiras da BCIA e da AP; exclui titularizações, títulos e os OANOC.

A qualidade do crédito média das contrapartes do ING não mudou em 2016, pelo que a ponderação média do risco permaneceu constante durante o período.

O Vencimento do Capital de CVA reduziu em todas as linhas de produtos principais, o que demonstra que alguns contratos de longa data foram terminados e substituídos por negociações de vencimento inferior. Além disso, o capital de CVA foi afetado pela alteração da metodologia de cálculo de exposição regulamentar para derivados no T4.

A exposição reduziu em 13,6 % em média comparando com 2015. Isto reflete os esforços do ING para mudar as negociações para PCCQ qualificados, onde é necessário o custo do Capital de CVA. A carteira de derivados FX é uma exceção e que a exposição de CVA aumentou em 45 % em 2016. Isto é explicado por volume de novos clientes, assim como expansão num produto (Swap FX) com contrapartes chave.

Swap de incumprimento de crédito

O ING Bank participa no mercado de negociação de derivados de risco de crédito, como um comprador líquido de proteção contra o risco de crédito de outras contrapartes.

Transações de derivados de crédito utilizadas para carteira de crédito própria

Exposições de derivados de crédito

	Coberturas de derivados de crédito	
	Proteção adquirida	Proteção vendido
Nocionais		
Swap de incumprimento de crédito de nome único	-1,973	513
Índice de swap de incumprimento de crédito	-	-
Swaps de retorno total	-	-
Opções de crédito	-	-
Outros derivados de crédito	-	-
Nocionais totais	**-1,973**	**513**
Justos valores	-6	-1
Justo valor positivo (ativo)	4	
Justo valor negativo (passivo)	-9	-2

Transações de derivados de crédito utilizadas em atividades de intermediação

Exposições de derivados de crédito		
	Coberturas de derivados de crédito	
	Proteção adquirida	Proteção vendido
Nocionais		
Swap de incumprimento de crédito de nome único	-15,894	14,396
Índice de swap de incumprimento de crédito	-680	828
Swaps de retorno total	-	-
Opções de crédito	-	-
Outros derivados de crédito	-	-
Nocionais totais	-16,574	15,224
Justo valor	-33	97
Justo valor positivo (ativo)	114	179
Justo valor positivo (ativo)	-148	-81

A 30 de dezembro de 2016, as posições de derivados de crédito do ING são maioritariamente utilizadas em atividades de intermediação. O maior nocional encontra-se sob swap de incumprimento de crédito (CDS) de nome único e um nocional pequeno em Índice de CDS. O maior contribuidor dos justos valores vem da posição soberana, seguida por empresas e instituições financeiras.

A parte pequena restante das posições de derivados de crédito é utilizada para carteira de crédito própria. Apenas o CDS de nome único é utilizado. O maior contribuidor dos justos valores é a posição soberana, seguida por empresas e instituições financeiras.

Comparando com 2015, o nocional total absoluto para atividades de intermediação aumentou na proteção adquirida e na proteção vendida. Para a proteção adquirida, o justo valor total mudou de positivo em 2015 para negativo em 2016, sobretudo devido à redução no justo valor da posição soberana. Por outro lado, o justo valor da proteção vendida mudou de negativo em 2015 para positivo em 2016, sobretudo devido ao aumento no justo valor da posição soberana e empresarial.

Para a carteira de crédito próprio, os valores nocionais absolutos das posições de CDS longas e curtas aumentaram comparando com 2015. Especialmente, o nocional para proteção adquirida aumentou significativamente. O justo valor total mudou de positivo em 2015 para negativo em 2016, fomentado pela redução no justo valor da posição soberana e pelo justo valor negativo da exposição empresarial.

Mitigação do risco de crédito O método de avaliação também depende do tipo de cobertura. Para caução com ativos, as fontes de avaliação podem ser o saldo contabilístico do cliente (ex.: inventário, maquinaria e equipamento), o valor nominal (ex.: caixa, crédito), o valor de mercado (ex.: títulos e mercadorias), o avaliador independente (imobiliário comercial) e os índices de mercado (imobiliário residencial). Para obrigações de terceiros, a avaliação baseia-se no valor atribuído ao contrato entre o ING Bank e esse terceiro.

Para determinar o montante aplicável de Risco de Crédito para acordos de Pré-Liquidação, o ING Bank combina os negócios com características semelhantes para determinar a sua elegibilidade para a compensação. Este efeito de compensação chama-se «compensação». Subsequentemente, o ING Bank reduz o montante por qualquer compensação legal que poderá ser permitida ao abrigo dos vários tipos de Acordos-Quadro (como Acordos-Quadro da ISDA e os CRGP). Por fim, o valor é ainda mais reduzido por qualquer caução detida pelo ING Bank ao abrigo dos AAC ou outros acordos semelhantes.

Para os outros tipos de risco e, especialmente, para a concessão de empréstimos, as coberturas recebidas destinam-se a reduzir as perdas incorridas após um evento de incumprimento numa obrigação que um cliente possa ter com o ING Bank. Estas encontram-se subdividias em quatro grupos denominado hipotecas dos valores da caução, cobertura de valores em dinheiro, garantias de valor de cobertura e outras coberturas físicas.

A tabela abaixo apresenta a carteira do ING Bank, excluindo as ações por tipo de empréstimo. As exposições representam os atrasos e é apresentado um empréstimo coberto por garantia ou uma garantia, se tal cobertura existir num tipo de recurso. Os valores garantidos representam a parte do empréstimo que é coberta pela garantia. Se um empréstimo tivesse uma caução e uma garantia, estas são mostrados na coluna designada.

Técnicas de mitigação do risco de crédito - síntese

As coberturas recebidas destinam-se a reduzir as perdas incorridas após um evento de incumprimento numa obrigação que um cliente possa ter com o ING Bank. Estas encontram-se subdividias em quatro grupos denominado hipotecas dos valores da caução, cobertura de valores em dinheiro, garantias de valor de cobertura e outras coberturas físicas.

A tabela abaixo apresenta a carteira do ING Bank, excluindo pré-liquidação, titularizações e capital próprio. As exposições representam os atrasos e é apresentado um empréstimo coberto por garantia ou uma garantia, se tal cobertura existir num tipo de recurso. Se um empréstimo tivesse uma caução e uma garantia, estas são mostrados na tabela abaixo na coluna designada.

Os negócios de empréstimo e investimento do ING Bank estão sujeitos ao risco de crédito. Como tal, a solvabilidade dos nossos clientes e os seus investimentos são continuamente monitorizados para verificar a sua capacidade de cumprir as suas obrigações financeiras com o ING Bank. Além de determinar a qualidade do crédito e a solvabilidade do cliente, o ING Bank utiliza várias técnicas e instrumentos de mitigação do risco de crédito para mitigar o risco de crédito associado a uma exposição e reduzir as perdas incorridas após um evento de incumprimento da obrigação que um cliente possa ter com o ING Bank. A terminologia mais comum utilizada no ING Bank para proteção do risco de crédito é «cobertura». Embora uma cobertura possa ser um mitigante importante do risco de crédito e uma fonte alternativa de pagamento, geralmente, é prática do ING Bank emprestar com base na solvabilidade do cliente e não apenas dependendo do valor da cobertura. No ING Bank existem duas formas diferentes de coberturas: ativos e obrigações de terceiros.

Formas de cobertura

Ativos

O ativo foi empenhado ao ING Bank como caução ou um título concede ao ING Bank o direito de liquidá-lo se o cliente for incapaz de cumprir a sua obrigação financeira. Como tal, os procedimentos podem ser aplicados na compensação completa ou parcial da exposição por atraso do cliente. Um ativo pode ser tangível (como caixa, títulos, créditos, inventário, fábricas e maquinaria e hipotecas em propriedades de imobiliário) ou intangível (como patentes, marcas registadas, direitos contratuais e licenças).

Obrigação de terceiros

A Obrigação de Terceiros, indemnização ou compromisso (por contrato e/ou por lei) é uma declaração legalmente vinculativa por um terceiro que concede ao ING Bank o direito de esperar e reivindicar de terceiros o pagamento de uma quantia se o cliente não cumprir as suas obrigações para com o ING Bank. Os exemplos mais comuns são garantias (como garantias da empresa-mãe e seguros de créditos de exportação) e cartas de conforto.

Metodologia de avaliação da cobertura

Estão implementadas diretrizes gerais para a avaliação da cobertura de modo a garantir a consistência da aplicação no ING Bank. Estas diretrizes gerais também exigem que o valor da cobertura seja monitorizado regulamente, pelo menos, anualmente. As coberturas deverão ser reavaliadas em conformidade e sempre que existir uma razão para o mercado estar sujeito a alterações significativas nas condições. A frequência da monitorização e reavaliação depende dos tipos de cobertura.

UE CR3: Técnicas de mitigação do risco de crédito - síntese

	Exposições não garantidas: valor contabilístico	Exposições a garantir	Exposições garantido por registada	Exposições garantidas por garantias financeiras	Exposições garantidas por derivados de crédito
Empréstimos totais	142 167	463 478	437 601	82 905	0
Total de títulos de dívida	85 497	794	794	107	0
Exposições totais	227 664	464 272	438 395	83 012	0
Dos quais em incumprimento	3 426	9 809	8 636	2 933	0

Inclui as carteiras BCIA e AP e a Contribuição do Fundo de Incumprimento, exclui titularizações, CVA, APR, capital próprio e os OANOC.

Máxima exposição ao risco de crédito

A tabela seguinte apresenta a nossa máxima exposição ao Risco de Crédito nas carteiras da BCIA e da AP e caução associada detida e outras melhorias de crédito (liquidação e caução) que não se qualificam para compensação nas nossas demonstrações financeiras para os períodos especificados. O componente da melhoria da liquidação de crédito inclui os efeitos do acordo de compensação juridicamente vinculativo, bem como a compensação de *mark-to-market* negativa de derivados contra o penhor de garantias em dinheiro. O componente da melhoria de crédito de garantia que é referido como Valores de Cobertura, inclui, essencialmente, imóveis, garantias e cauções sob a forma de dinheiro.

O ING regista o valor da caução por recurso. Estes números baseiam-se em valores da caução originais, embora algumas unidades de negócio tentem atualizá-los de acordo com os atuais valores de mercado. Isto é inerentemente difícil em mercados voláteis. Alguns recursos terão vários níveis de caução, enquanto outros não têm qualquer caução. O valor total pode não refletir o valor da caução por recurso.

Máxima exposição ao risco de crédito a 31 de dezembro de 2016

	Pré-liquidação					Valores da Cobertura	Valores da Cobertura	Valores da Cobertura	Valores da Cobertura
	MtM bruto antes da liquidação e caução	MtM depois de liquidação	MtM depois da liquidação e caução	Em atraso, dos quais pré-liquidação	Total pendente	Hipotecas	Caução Financeira Elegível	Garantias	Basileia II elegível
BCIA									
Soberanos	6,621	2,502	2,188	2,754	93,898	299	349	1,419	122
Instituições	147,239	41,669	30,302	30,598	73,390	483	14,922	3,929	2,666
Empresas	18,682	14,257	12,270	15,821	260,979	84,908	14,504	58,091	83,036
Hipotecas Residenciais garantidas					274,097	468,123	2,901	27,442	1,497
Outro retalho	26	25	25	41	26,495		1,146	1,516	2,312
Titularizações	336	336	336	388	6,151				
BCIA Total	**172,903**	**58,788**	**45,120**	**49,602**	**735,010**	**553,813**	**33,822**	**92,397**	**89,633**
SA									
Soberanos					2,466	50	2		
Instituições	676	565	91	73	2,316		474	151	
Empresas	305	270	270	323	12,705	8,127	145	411	
Hipotecas Residenciais garantidas					7,824	17,494	18		
Outro retalho	3	3	3	6	10,414		201	395	
AP Total	**984**	**838**	**364**	**402**	**35,726**	**25,671**	**840**	**957**	
Total Banco	**173,887**	**59,626**	**45,484**	**50,003**	**770,736**	**579,484**	**34,662**	**93,354**	**89,633**

Exclui exposição de capital próprio

A carteira do ING Bank caracteriza-se por quantias significativas de empréstimos garantidos, especialmente nas áreas chave de hipotecas residenciais e comerciais, finanças estruturadas e arrendamentos. Muitas vezes, o valor da garantia tem um impacto significativo no provisionamento e na PDI, o que afeta diretamente a densidade do risco. Os valores da cobertura estão sujeitos a um corte de valor prévio, mas indexado, e excluem qualquer custo de liquidação. As coberturas podem ser válidas para todos os limites, sublimites ou um atraso específico de um mutuário, o último sendo o mais comum. As garantias para a mesma carteira estão relacionadas com as hipotecas cobertas pelas seguradoras governamentais ao abrigo do Nationale Hypotheek Garantie (NHG) na Holanda.

O Parágrafo da Gestão do Risco do Relatório Anual inclui uma secção extensa em que as exposições são categorizadas em diferentes reservas de Valor do Empréstimo (VE) que disponibilizam uma perspetiva do nível de cobertura pela garantia da carteira do ING Bank.

Exposições garantidas por garantias recebidas

De vez em quando, o ING Bank concede empréstimos pelos quais recebe uma garantia financeira específica de uma contraparte não relacionada ou devedor. Os números da tabela abaixo representam a ERI que foi garantida por estas partes não relacionadas. Não inclui os valores não garantidos. Por exemplo, se um determinado risco de crédito é apenas parcialmente garantido por um terceiro, apenas a porção desse valor que é garantido está incluída nos números. Para a carteira de Hipotecas Residenciais, as garantias estão relacionadas com as hipotecas cobertas pelas seguradoras governamentais ao abrigo da Nationale Hypotheek Garantie (NHG) na Holanda. A NHG garante o pagamento de um empréstimo em caso de uma venda forçada de propriedade.

Exposições garantidas por garantias de terceiros recebidas

						2016	2015
	Soberanos	Instituições	Empresas	Hipotecas	Res. Outro retalho	Total	Total
Nos termos da abordagem BCIA	1419	3929	58 091	24 858	4100	92 397	86 826
Total	1,5 %	4,3 %	62,9 %	26,9 %	4,4 %	100,0 %	100,0 %

Estes números excluem quaisquer garantias que são recebidas de uma parte relacionada com o devedor, como uma empresa-mãe ou empresa cofilial. Os números também excluem quaisquer garantias que possam ser aplicadas como resultado de atividades de swap de incumprimento de crédito. Os números incluem valores que são garantidos através da construção de uma participação de risco não financiada. O nível geral de garantias de terceiros recebidas aumentou durante o ano. Contudo, houve movimentos opostos nas carteiras. Foi observado um aumento de 6,2 mil milhões de euros na carteira de Empresas, enquanto resto das carteiras sofreu reduções especialmente fomentadas pela redução de 4,3 mil milhões de euros em Hipotecas Residenciais.

Perfil de vencimentos

Atrasos por reserva de maturidade

A tabela abaixo mostra os atrasos do ING Bank por perfil de liquidação. Os números presumem que não são introduzidos novos riscos de crédito na carteira e que não existem atrasos nos reembolsos associados aos empréstimos de risco nem existem cancelamentos associados às disposições. A maturidade da carteira está implícita na diferença dos números entre os dois períodos

O pressuposto é que os empréstimos, o mercado monetário e os investimentos em títulos de rendimento fixos são totalmente reembolsados nas suas datas de vencimento e que os limites são reduzidos em conjunto com planos de reembolso contidos na documentação do empréstimo associado, sem ter em consideração uma possível renovação ou prorrogação ou vendas ou aquisições de carteiras. Os riscos de pré-liquidação são assumidos para reduzir o vencimento legal das transações subjacentes. Contudo, de acordo com a metodologia *mark-to-market* mais *add-on,* é possível que as exposições aumentem, em vez de diminuírem, ao longo do tempo. Esta é uma função das estimativas do ING Bank sobre as futuras taxas de juros e taxas de câmbio, bem como eventuais alterações nas obrigações futuras que podem ser desencadeadas por tais eventos. Geralmente, os atrasos do risco de crédito são mais baixos do que a ERI.

Devido a uma entrada de ativos em empréstimo a longo prazo e a uma saída de ativos em empréstimo a curto prazo na carteira do banco, houve um aumento relativo nos ativos com um vencimento de 5 anos e mais.

Atrasos por reserva de maturidade (atrasos no risco de crédito)

						2016	2015
	Soberanos	Instituições	Empresas	Hipotecas		Total	Total
Empréstimos em aberto atuais	96 365	75 396	265 637	278 576	34 965	750 939	733 880
1 mês	82 440	54 913	255 661	278 183	34 734	705 931	683 140
3 meses	80 296	47 282	240 627	277 271	34 461	679 937	660 550
6 meses	79 703	43 501	225 337	275 752	33 977	658 270	641 577
1 ano	72 314	37 135	188 744	272 152	30 175	600 520	572 739
2 anos	69 309	31 565	151 999	267 435	25 652	545 960	516 076
3 anos	67 818	26 484	120 881	262 002	22 773	499 958	472 762
5 anos	65 606	19 109	65 863	247 067	15 479	413 124	378 167
7 anos	61 933	16 732	36 836	232 252	10 144	357 898	314 117
10 anos	59 237	14 304	18 355	202 798	6503	301 196	240 312

Inclui apenas a carteira da BCIA; exclui titularizações, APR, títulos e os OANOC. Os empréstimos de risco (classificação 20-22) estão excluídos nos números acima.

Titularizações

A informação seguinte foi preparada tendo em conta as «Diretrizes de Boas Práticas Industriais sobre os requisitos de divulgação do Pilar III para titularizações» (as Diretrizes) emitidas pela Federação Bancária Europeia e outras associações industriais a 31 de janeiro de 2010 e os requisitos de divulgação da RFP/DFP IV. Inclui as divulgações qualitativas e quantitativas para a exposição titularizada, assim como posições de titularizações detidas. Embora as divulgações quantitativas estejam limitadas às titularizações utilizadas para efeitos de cálculo dos requisitos de capital regulamentar na RFP/DFP IV, a informação qualitativa tem um âmbito mais amplo e proporciona um panorama sobre toda a atividade de titularização do ING Bank.

Dependendo do papel do ING Bank enquanto investidor, originador ou patrocinador, os objetivos, o envolvimento e as regras aplicadas podem ser diferentes. O ING Bank está principalmente envolvido em transações de titularização com o papel de investidor (em titularizações organizadas por terceiros). Numa medida inferior, o ING Bank é também um originador ou patrocinador de titularizações que costumam ser comercializadas em mercados públicos. O ING não retitulariza a sua exposição de titularização e mesmo se o ING Bank cobrir as suas posições de titularização, estes instrumentos não são reconhecidos como mitigantes do risco de crédito para efeitos de capital regulamentar.

Políticas de avaliação e contabilísticas

As atividades do ING Bank relativamente a titularizações estão descritas na Nota 44 «Entidades estruturadas» nas contas anuais. As políticas contabilísticas aplicáveis estão incluídas na secção «Políticas contabilísticas para as contas anuais consolidadas do ING Bank» nas contas anuais. As políticas de contabilidade mais relevantes para os programas de titularização originadas pelo próprio ING Bank são «Desreconhecimento de ativos financeiros» e «Consolidação». Quando o ING Bank atua como investidor em posições de titularização, a política de contabilidade mais relevante é a «Classificação de instrumentos financeiros».

Método de capital regulamentar utilizado e Agências de Classificação

O ING Bank implementou a abordagem BCIA para o risco de crédito. Como consequência, o ING Bank utiliza a Abordagem Baseada na Classificação (ABC) para investimentos em conjuntos de títulos apoiados por ativos (TAA) e títulos apoiados por hipotecas (TAH) que foram classificados por agências de classificação externas. As agências de classificação utilizadas pelo ING Bank ao abrigo da ABC incluem Standard & Poor's, Fitch e Moody's. A exposição de titularização para a qual cada agência de classificação é utilizada encontra-se na tabela seguinte. Em caso de várias classificações, utiliza-se a pior.

O ING Bank utiliza a Abordagem de Avaliação Interna (AAI) para as facilitações de apoio que dá à conduta do Papel Comercial Garantido por Ativos (PCGA) da Mont Blanc Capital Corp., com base em metodologias de agência de classificação publicadas externamente. Na abordagem AAI, a posição não classificada foi atribuída pela instituição com uma classificação interna, que é estimada usando um modelo desenvolvido pelo ING. A posição recebe depois uma classificação derivada através do mapeamento da classificação interna em avaliações de crédito publicadas externamente, correspondente a essa classificação.

Exposição de titularização por agência de classificação utilizada

						2016	2015
	S&P	Fitch	Moody's	Abordagem AAI	Outro	Total	Total
Títulos garantidos por ativos	1716	2000	160	0	0	3875	3056
Títulos Apoiados por Hipotecas Residenciais	393	990	166	0	0	1549	3331
Liquidez de Titularizações	0	0	0	720	0	720	846
Derivados da Taxa de Juros	0	0	0	330	0	330	423
Outros	32	7	10	401	0	450	474
Total	**2141**	**2996**	**336**	**1451**	**0**	**6924**	**8130**

Ao abrigo da ABC, os ativos com ponderação do risco (APR) são determinados ao multiplicar o montante da exposição pelas ponderações do risco regulamentar adequadas, que dependem: da classificação externa ou uma classificação inferida disponível, da maturidade da posição e da granularidade da posição.

Titularizações – divulgação do risco de crédito em ERI			
	2016	2015	Delta %
Geografia	**6924**	**8130**	**-17,4 %**
América	2908	3 388	-16,5 %
Ásia	35	38	-9,6 %
Austrália	19	13	31,9 %
Europa	3962	4 692	-18,4 %
Europa	3962	4 692	-18,4 %
Alemanha	1 556	888	43,0 %
Holanda	943	768	18,5 %
Espanha	730	1 452	-98,9 %
Reino Unido	463	919	-98,9 %
Resto da Europa	269	664	-146,6 %
Tipo de Produto	6924	8130	-17,4 %
Títulos garantidos por ativos	3875	2 897	25,2 %
Títulos Apoiados por Hipotecas Residenciais	1549	3 286	-112,2 %
Liquidez de Titularizações (1)	720	846	-17,5 %
Derivados da Taxa de Juros	330	423	-28,1 %
Outros	450	678	-50,8 %
Classe de Exposição (2)	**6924**	8130	-17,4 %
Investidor de Titularizações	5476	6 442	-17,6 %
Patrocinador de Titularização	1448	1 688	-16,6 %

Exclui capital próprio e OANOC.
1 Estas são transações de financiamento estruturadas pelo ING para os seus clientes ao ajudá-los a obter fontes de liquidez através da venda dos valores a receber dos clientes ou outros ativos financeiros a uma EFE.
2 Os benefícios de titularização são excluídos. As titularizações originadas são explicadas numa secção separada.

Durante 2016, a exposição a titularizações diminuiu de 8,1 mil milhões de euros para 6,9 mil milhões de euros, sobretudo devido aos reembolsos na carteira de títulos garantidos por hipotecas imobiliárias (RMBS). O maior aumento foi observado na exposição em ativos alemães. Durante 2016, a carteira de liquidez em TAA cresceu moderadamente, especialmente nos TAA Auto na Europa de Leste, a maioria dos TAA Auto baseia-se em Ativos Alemães. Todos os ativos da carteira de titularizações são de desempenho.

Titularizações de investidores

O objetivo do ING Bank é manter uma carteira de ativos líquidos de elevada qualidade que cumpre os requisitos regulamentares da RFP/DFP IV e o Ato Delegado de outubro de 2014 no que se refere a liquidez. O ING investe em Títulos Garantidos por Hipotecas Imobiliárias (RMBS) e Títulos Apoiados por Ativos (TAA) mantendo-se atento às posições de investimento das titularizações através de relatórios de monitorização mensal e chamadas de atualização semanais. Além disso, o ING poderá investir em posições de titularização para facilitar os negócios dos clientes da sua Unidade de Mercados de Capital Global.

Na tabela abaixo, as titularizações de investidores são enumeradas, divididas por exposição subjacente.

Atividades de titularização de investidores				
			2016	2015
	Traditional	Synthetic	Total	Total
Retalho	4617		4617	6114
Dos quais hipotecas residenciais	1568		1568	3340
Dos quais cartões de crédito				
Dos quais exposições de outro retalho	3049		3049	2774
Dos quais retitularização				
Banca Grossista	859		859	327
Dos quais empréstimos a empresas	10		10	18
Dos quais hipotecas comerciais	32		32	36
Dos quais aluguer e valores a receber	817		817	274
Dos quais retitularização				
Total	**5476**		**5476**	**6442**

Em 2016, as atividades de titularização com exposição de retalho subjacente diminuiram 1,5 mil milhões de euros para 4,6 mil milhões de euros, enquanto as titularizações com exposição de Banca Grossista subjacente aumentaram de 0,5 mil milhões de euros para 0,9 mil milhões de euros.

A tabela seguinte oferece a divisão das exposições atuais por bandas de ponderação do risco. O valor das posições de titularização baseia-se em valores de exposição regulamentar calculados segundo a RFP/DFP IV depois de considerar os fatores de conversão do crédito (FCC), quando aplicável, conforme utilizado para efeitos do Pilar I, mas antes da aplicação das mitigações do risco de crédito em posições de titularização. Dado o foco em titularizações de elevada qualidade, a composição da carteira está a mudar para a banda de risco inferior.

Atividades de titularização de investidores				
		2016		2015
	ERI	APR	ERI	APR
Banda de ponderação do risco 1 <= 10 %	5112	383	5493	421
Banda de ponderação do risco 2 >10 % e <= 18 %	147	21	146	19
Banda de ponderação do risco 3 >18 % e <= 35 %	191	41	419	116
Banda de ponderação do risco 4 >35 % e <= 75 %	1	0	289	165
Banda de ponderação do risco 5 >75 % e <1 250 %	7	18	23	50
Ponderação do risco 1 250 %	19	232	72	903
Total	**5476**	**695**	**6442**	**1974**

Requisitos de capital para posições de investimento em titularizações						
		Tradicionais titularização			Exposição total 2016	Exposição total 2015
		Tradicional total	Da qual retalho subjacente	Dos quais não retalho subjacente		
Valores de exposição (por bandas de PR)	<= 20 % PR	5303	5271	32	5303	5835
	>20 % a 50 % PR	147	147	0	147	237
	>50 % a 100 % PR	4	4	0	4	288
	>100 % a <1 250 % PR	3	3	0	3	10
	1 250 % PR	19	19	0	19	72
	Total	**5476**	**5444**	**32**	**5476**	**6442**
Valores de exposição (por abordagem regulamentar)	ABC BCIA (incl. AAI)	5457	5425	32	5457	6370
	1250 % ponderação de	19	19	0	19	72
	Total	**5476**	**5444**	**32**	**5476**	**6442**
APR (por abordagem regulamentar)	ABC BCIA (incl. AAI)	462	456	7	462	772
	1250 % ponderação de	232	232	0	232	903
	Total	**695**	**688**	**7**	**695**	**1674**
Custo de capital depois de limite superior	ABC BCIA (incl. AAI)	37	36	1	37	62
	1250 % ponderação de risco	19	19	0	19	72
	Capital total	**56**	**55**	**1**	**56**	**134**

Exclui capital próprio e OANOC. O ING não tem qualquer retitularização nos seus livros.

Na tabela acima está ilustrada uma síntese das exposições de Titularização de Investidores e os seus respetivos requisitos de capital. Em linha com a política do ING e a Apetência do Risco, a grande maioria das posições estão classificadas como AA- e superior e quase toda a carteira continua na classificação de investimento. As posições que diminuíram na qualidade do crédito foram devidamente fornecidas e foram reduzidas significativamente.

Titularizações de patrocinadores

No normal decorrer dos negócios, o ING Bank estrutura transações de financiamento para os seus clientes ao ajudá-los a obter fontes de liquidez através da venda dos valores a receber dos clientes ou outros ativos financeiros a uma Entidade de Finalidade Especial (EFE). As posições sénior nestas transações são financiadas pela conduta do Papel Comercial Garantido por Ativos (PCGA) da Mont Blanc Capital Corp. administrada pelo ING (classificação A-1/P-1). A Mont Blanc Capital Corp. financia-se externamente nos mercado PCGA.

Na sua função enquanto agente administrativo, o ING Bank facilita estas transações ao agir como agente administrativo, contraparte de swap e prestador de liquidez da Mont Blanc. O ING Bank também oferece instalações de apoio (liquidez) que apoiam as transações financiadas pela conduta. Os tipos de ativos atualmente no canal Mont Blanc incluem contas a receber, contas a receber de financiamento ao consumidor, empréstimos automóveis e hipotecas residenciais.

O ING Bank apoia os programas de papel comercial, oferecendo facilidades de liquidez a curto prazo à Mont Blanc Capital Corp. Uma vez retirados, estas facilidades suportam um risco de crédito normal.

Os serviços de liquidez prestados à Mont Blanc são de 812,3 milhões de euros. Não existiu qualquer valor de liquidez a 31 de dezembro de 2016. A Mont Blanc não tem investimentos em posições de titularização que o ING Bank titularizou.

As facilidades de prontidão de liquidez são apresentadas nos termos das facilidades irrevogáveis. Todas as facilidades, que variam de perfil de risco, são concedidas à EFE sujeitas a procedimentos normais de análise de risco de liquidez e crédito do ING Bank. As taxas recebidas por serviços prestados e pelas instalações são cobradas de acordo com as condições de mercado. A Mont Blanc é consolidada pelo ING Bank. Assim, estas transações estão nas disposições do balanço financeiro.

Em consonância com a Abordagem de Avaliação Interna, que foi aprovada para utilização pelo BCE para o ING em relação à conduta do Papel Comercial Garantido por Ativos (PCGA) patrocinada pelo ING, da Mont Blanc Capital Corp, a qualidade do crédito das posições é avaliada internamente seguindo a metodologia de avaliação pública das agências de rating externas. Isto inclui diferentes fatores de esforço para diferentes classes de ativos conforme determinado pelas agências de classificação, assim como a avaliação de toda a estrutura da transação, incluindo características quantitativas e qualitativas. Isto resultará no cálculo de um determinado aumento do crédito. Outras proteções numa transação (critérios de elegibilidade, acionadores de amortização precoce, proteções mistas, etc.) encontram-se nos resultados de uma classificação interna. Esta classificação é depois diretamente mapeada para uma classificação externa para as facilidades de liquidez fornecidas pelo ING para apoiar as transações e estão destacadas numa abordagem definida. Quaisquer alterações à metodologia de classificação da agência são acompanhadas anualmente com um procedimento implementado com o departamento de medição do risco de crédito que verifica que alguma alteração foi feita numa atualização à abordagem.

O processo de aprovação do crédito para transações individuais segue os procedimentos de aprovação do crédito padrão do ING. No início, é necessária uma data inicial com o desempenho histórico dos ativos. É efetuada a devida diligência na pool subjacente de ativos. Segundo a política do ING, cada transação é revista (incluindo reavaliar a análise de abordagem de avaliação interna para essa transação) , pelo menos, anualmente ou mais frequentemente se considerado necessário. O desempenho de cada transação é monitorizado de perto de forma contínua através de relatórios de transação detalhados.

Titularizações originais

O ING Bank origina as suas próprias transações de titularização para efeitos de capital económico e regulamentar, assim como efeitos de liquidez e financiamento. A 31 de dezembro de 2016, não existiram transações sintéticas.

Liquidez e financiamento

Embora as parcelas mais antigas nas titularizações já não sejam eficazes para lançar o capital regulamentar ao abrigo da RFP/DFP IV, são utilizadas para obter financiamento e melhorar a liquidez. Para ser elegível como caução para bancos centrais, as exposições titularizadas devem ser vendidas a um Veículo de Finalidade Especial (VFE) que, por sua vez emite notas titularizadas («titularizações tradicionais») em duas parcelas, uma parcela subordinada e uma parcela sénior, classificada como AAA por uma agência de classificação. A parcela AAA pode, posteriormente, ser utilizada pelo ING Bank como garantia (de reserva) no mercado monetário para empréstimos garantidos.

O ING Bank criou várias destas titularizações com uma posição a 31 de dezembro de 2016 de cerca de 75,5 mil milhões de euros de notas com classificação AAA e notas subordinadas sem classificação. As exposições subjacentes são hipotecas residenciais na Holanda, Alemanha, Bélgica, Espanha, Itália e Austrália e Empréstimos a PME na Holanda e Bélgica.

Desde que as exposições de titularizações criadas não sejam transferidas para terceiros, o capital regulamentar continua sem alterações. Estas não se encontram detalhadas no presente. Além dos custos de estruturação e administração destas titularizações, estas titularizações são neutras em termos de lucros / perdas.

Método de ponderação do risco simples

Uma pequena parte da carteira do ING, alguma da exposição de capital próprio, está sujeita ao método de ponderação do risco simples para o cálculo do capital regulamentar. A tabela abaixo ilustra mais detalhes sobre a exposição de capital próprio que utiliza este método.

Exposição de capital próprio - Abordagem de ponderação do risco simples

	No balanço financeiro		Fora do balanço financeiro valor			Valor de exposição de APR			APR		Requisitos de Fundos Próprios
	2016	2015	2016	2015		2016	2015	2016	2015	2016	2015
Exposições de capital próprio comercializado	770	1224	-	-	290 %	770	1224	2233	3548	179	284
Exposições de capital próprio privado	490	556	-	-	190 %	490	556	930	1057	74	85
Outras exposições de capital próprio		-	-	-	370 %					-	-
Total	1260	1780	-	-		1260	1780	3163	4605	253	368

Uma pequena parte da carteira do ING, alguma da exposição de capital próprio, está sujeita ao método de ponderação do risco simples para o cálculo do capital regulamentar. A tabela abaixo ilustra mais detalhes sobre a exposição de capital próprio que utiliza este método.

Exposição de capital próprio - Abordagem de ponderação do risco simples

Em setembro de 2016, o ING anunciou a venda de 46,7 milhões de ações ordinárias do Kotak Mahindra Bank (Kotak). A venda reduziu a participação do ING no Kotak de 6,4 % para 3,9 %. O ING obteve a sua participação no Kotak através da fusão do ING Vysya Bank com o Kotak Mahindra Bank, que entrou em vigor a partir de 1 de abril de 2015. Esta transação reduziu significativamente o valor da exposição ao capital próprio do ING e, como resultado, o APR.

Riscos de mercado

APR de mercado no âmbito da Abordagem do Modelo Interno (AMI)

A tabela abaixo explica as alterações no APR de Mercado no âmbito da abordagem do modelo interno (AMI) durante 2016 e oferece informação adicional ao assocar o impacto das alterações na composição da carteira, alterações de modelos e mudanças no ambiente de risco no APR de Mercado.

EU M R2-B: Declarações de fluxo dos APR da exposição ao risco de mercado na AMI 1.

valores em milhoes de euros

		VaR	SVaR	IRC CRM	Outro	APR Total	Requisitos de capitais totais
1	APR no final do exercício anterior	1,797	2,931	3,579		8,307	665
1a	1a *Ajustes regulamentares*	1,262	1,962	239		3,464	277
1b	1b *APR no final do exercício anterior (final do dia)*	535	969	3,339		4,844	387
2	2 Movimento nos níveis de risco	-86	85	--1,839		- 1,840	-147
3	Atualizações/alterações de modelos						
4	4Metodologia e política						
5	Aquisições e alienações						
6	6 Movimentos em moeda estrangeira						
7	Outros						
8a	*APR no final do período de participação (final do*	449	1,054	1,500		3,003	240
8b	*Ajustes regulamentares*	674	1,492	409		2,575	206
8	APR no final do período de participação	1,123	2,546	1,910		5,579	446

* É necessário preencher as linhas 1a/1b e 8a/8b quando o requisito de APR/capital para qualquer uma das colunas (VaR, SVaR, CRG) é a médua de 60 dias (para VaR e SVaR) ou a medição média de 12 semanas (para o CRG) e não o requisito de APR/capital no final do período. De acordo com as diretrizes regulamentares, os valores nas linhas 1a/8b são calculados como diferenças entre valores nas linhas 1 e 1b e 8 e 8a, respetivamente.
** Movimento nos níveis de risco: Alterações devido a mudanças de posição entre valores de fim de dia para dois períodos de referência em questão.

Principais alterações

Ao longo do ano, o APR de Mercado do ING Bank no âmbito da Abordagem do Modelo Interno diminuiu em 2,7 mil milhões de euros para 5,6 mil milhões de euros, sendo que as principais alterações são redução nas exposições de emissores soberanos que diminuíram o CRG e uma alteração nas posições de risco durante 2016 que resultaram em reduções no VaR em situação de stress. As principais alterações nas posições do risco ao longo do ano foram na carteira de derivados de capital próprio e na carteira de cobertura de ajustamento da avaliação de crédito. As coberturas de ajustamento da avaliação de crédito são capitalizadas sob o quadro do risco de mercado, enquanto o ajustamento da avaliação de crédito é capitalizado sob o quadro do risco de crédito segundo as regras de Basileia.

As informações sobre o risco de mercado no âmbito da Abordagem do Modelo Interno (tabela EU MR2-A), os valores da Abordagem do Modelo Interno para as carteira de negociação CAD2 (tabela EU MR3) e o risco de mercado no âmbito da Abordagem Padronizada (tabela EU MR1) são apresentadas na secção «Risco de Mercado nas carteiras de negociação» do Relatório Anual.

Capital económico para risco de mercado

O capital económico para risco de mercado é o capital económico necessário para suportar movimentos de valor inesperados devido a alterações nas variáveis do mercado e risco do modelo.

Perfil do risco

Capital Económico e Regulamentar por tipo de risco

	Capital económico		Capital regulamentar	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Comércio	224	307	446	665
Risco da Taxa de Juros nos livros bancários	3651	3555		
Mercado Cambial	556	894	87	106
Imobiliário	230	369		
Investimento de capital próprio*	3313	3456		
Riscos de mercado	7974	8581	533	771

* O capital regulamentar para investimentos em capital próprio está indicado em capital regulamentar do risco de crédito.

O Capital Económico do risco de mercado é superior ao Capital Regulamentar, especialmente devido à inclusão do risco da taxa de juro em livros bancários e investimentos de capital próprio em Capital Económico. Os principais acionadores do Capital Económico do Risco de Mercado são as posições do risco da taxa de juro linear dos Investimentos de capital e dos Investimentos de capital próprio estratégicos nos livros bancários.

Análise de variância ano após ano

Durante 2016, o capital económico do risco de mercado reduziu de 8,6 mil milhões de euros para 8,0 mil milhões de euros. O principal fomentador da redução é a venda de ações no Kotak Mahindra Bank, com um valor de 490 milhões de euros. O Capital económico da taxa de câmbio também reduziu no mercado, especialmente devido à mudança de posição das moedas INR, GBP e USD, e à volatilidade inferior (da CNY, RUB e USD) no período de tempo utilizado no cálculo do Valor em Risco Existente.

Capital em risco

O Capital em risco mede o impacto de choques instantâneos predefinidos de fatores de risco de mercado como taxas de juro, spreads de crédito, taxas cambiais, preços de capital próprio e preços de imobiliário na volatilidade do IFRS-EU e no capital próprio comum de nível 1.

Principais Fomentadores

As principais sensibilidades do risco de mercado do capital são fomentadas pela taxa de juro e pelo spread de crédito, resultando de coberturas de fluxo de caixa e títulos de dívida disponíveis para venda. Além disso, a sensibilidade da reserva de conversão de moeda é uma posição que visa ficar aberta para estabilizar o rácio de capital próprio comum de nível 1 para movimentos intercambiais e o APR também sofre impacto com estes movimentos de mercado.

Perfil do risco

Elementos de Capital e Impacto do Risco de Mercado no Capital

Sensibilidade do Risco de Mercado (antes de impostos)			Juros Taxa	Spread de Crédito	Preços de Capital Próprio	Imobiliário	Moeda
	IFRS-EU	CRR/CRD IV*	+100bp	+40bp	-10%	-10%	+10%
Elementos de capital							
Reserva							
Reservas de reavaliação de propriedade	•	•	-2057			-88	
Reserva de cobertura do fluxo de caixa	•						
Reserva disponível para venda							
- Títulos de dívida	•	•	-521	-1263			
- Títulos de capital próprio	•	•			-391		-368
Reserva de conversão de moeda	•	•					-972
L&P							
Todos os itens que causam impacto nos L&P, excluindo DVA	•	•	-48	-73	-88	-16	-144
Notas de dívida/estruturadas emitidas pela própria DVA	•	•		165			
Derivados DVA	•	•	-1	45			-3
Impacto sobre o capital							
Capital Próprio IFRS-EU			-2627	-1126	-479	-104	-1486
Capital Próprio comum de Nível 1 (RFP/DFP IV, máximo)			-569	-1336	-479	-104	-1483

* RFP/DFP IV máximo, sem faseamento.
• Indica que o item tem impacto no capital conforme indicado nessa coluna.

Impacto da Reserva de reavaliação
A reserva de reavaliação para o imobiliário, títulos de dívida, títulos de capital próprio e conversões de moeda fará parte do capital próprio da RFP/DFP IV. A reserva de reavaliação das coberturas de fluxo de caixa não fará parte do capital próprio da RFP/DFP IV. A sensibilidade da taxa de juro ilustrada para títulos de dívida é a sensibilidade da taxa de juro sem cobertura, isto é, os títulos de dívida em relações de contabilidade coberta são excluídos.

Impacto de L&P
Itens no justo valor que reavaliam através dos L&P, excluindo ajustes de avaliação de débitos, capital próprio com impacto no IFRS-EU, assim como capital próprio da RFP/DFP IV. Os ajustes de avaliação de débitos de dívidas emitidas pelo próprio apenas têm impacto no capital próprio do IFRS-EU e não no da RFP/DFP IV. Os ajustes da avaliação de débito de derivados não farão parte do capital próprio do RFP/DFP IV.

Risco de financiamento e liquidez

O risco de financiamento e liquidez é o risco que o ING Bank ou uma das suas subsidiárias não conseguir cumprir os passivos financeiros quando vencerem, a um custo razoável e atempadamente.

Para proteger o ING Bank e os seus depositários contra os riscos de liquidez, o ING Bank mantém uma reserva de liquidez, baseada nas necessidades de liquidez de todas as entidades sob condições tensas. O ALCO Bank garante que a liquidez suficiente é mantida, em conformidade com as regras e normas regulamentares e do Banco, incluindo uma reserva de ativos líquidos livres de encargos e de alta qualidade.

Como parte da gestão da reserva de liquidez, o ING Bank também monitoriza os encargos de ativos existentes. Os ativos com encargos representam os ativos dentro e fora do balanço financeiro e que estão penhorados ou são utilizados como cauções para os passivos do ING Bank. Os modelos apresentados com os ativos com e sem encargos do ING Bank baseiam-se no CRR (Parte Oito) e nas diretrizes relacionadas da Autoridade Bancária Europeia (EBA).

Em 2016, o rácio de encargos de ativos médio para o ING Bank era de 19 % comparando com 18 % em 2015.

Encargos de ativos do ING Bank

média de 2016 em milhões de Euros	Valor contabilístico de ativos com encargos	Justo valor de encargos ativos	Valor contabilístico delivres de encargosativos	Justo valor de ativos sem encargos
Ativos do ING Bank	106 258		761 865	
Instrumentos de capital próprio	5,450	5450	8593	8593
Títulos de dívida	15 782	15 745	99 422	99 391
Outros ativos	706		73 546	

Encargos de ativos do ING Bank

média de 2015 em milhões de Euros	Valor contabilístico de ativos com encargos	Justo valor de encargos ativos	Valor contabilístico delivres de encargosativos	Justo valor de ativos sem encargos
Ativos do ING Bank	104 305		748 958	
Instrumentos de capital próprio	6551	6551	12 326	12 326
Títulos de dívida	11 477	11 394	106 763	106 697
Outros ativos	660		69 784	

Caução recebida pelo ING Bank

média de 2016 em milhões de Euros	Justo valor da caução com encargos recebida ou títulos de dívida próprios emitidos	Justo valor da caução recebida ou títulos de dívida próprios emitidos disponíveis para encargo
Caução recebida pelo ING Bank	79 098	34 397
Instrumentos de capital próprio	12 339	3 357
Títulos de dívida	66 759	30 920
Outra caução recebida		120
Títulos de dívida próprios emitidos que não as obrigações cobertas ou títulos garantidos por ativos		

Caução recebida pelo ING Bank

média de 2015 em milhões de Euros	Justo valor da caução com encargos recebida ou títulos de dívida próprios emitidos	Justo valor da caução recebida ou títulos de dívida próprios emitidos disponíveis para encargo
Garantia recebida pelo ING Bank	69 988	40 384
Instrumentos de capital próprio	16 076	5891
Títulos de dívida	53 911	34 033
Outra caução recebida		460
Títulos de dívida próprios emitidos que não as obrigações cobertas ou títulos garantidos por ativos		

Ativos com encargos/caução recebida e passivos associados do ING Bank

média de 2016 em milhões de Euros	Correspondente passivos, passivos contingentes ou concessão de empréstimos	Ativos, caução recebida e títulos de dívida próprios emitidos que não obrigações cobertas e títulos garantidos por ativos com encargo
Valor contabilístico de passivos financeiros selecionados	116 394	162 319

Caução recebida pelo ING Bank

média de 2015 em milhões de Euros	Correspondente passivos, passivos contingentes ou concessão de empréstimos	Ativos, caução recebida e títulos de dívida próprios emitidos que não obrigações cobertas e títulos garantidos por ativos com encargo
Valor contabilístico de passivos financeiros selecionados	108 536	146 697

Informações sobre a importância dos encargos do ING Bank

O ING Bank gere prudentemente o seu balanço financeiro, tendo à disposição várias fontes de financiamento. Tendo em conta esta situação, o nível de encargos do balanço financeiro do ING Bank é relativamente baixo.

Os ativos com encargo no balanço financeiro do ING Bank abrangem um grande conjunto de hipotecas e outros empréstimos utilizados como fundo de cobertura para programas com obrigações cobertas emitidas por subsidiárias nos Países Baixos, Bélgica e Alemanha, assim como titularizações externas e outros tipos de cauções. Do total de ativos com encargo do Grupo, 77 mil milhões de Euros são empréstimos e pagamentos em adiantado, especialmente hipotecas, que servem para caução para este tipo de títulos. Os ativos do fundo de cobertura não são considerados encargos quando os títulos são retidos no ING Bank. As titularizações emitidas e especialmente as obrigações cobertas têm sobretitularização, o que significa que os ativos no fundo de cobertura são superiores à emissão.

Além disso, os ativos têm encargo como resultado da atividade de recompra e de empréstimo de títulos, assim como cauções em caixa e títulos publicados para transações derivadas e de compensação em que a caução penhorada é um requisito. Como parte das suas atividades de financiamento de títulos e comércio de derivados, o ING celebra contratos padrão principais, como Contratos de Recompra Geral Principal e ISDA (GMRA), que contêm Anexos de Apoio ao Crédito (CSA) ou outras cláusulas semelhantes. Ao abrigo dos termos destes contratos, o ING poderá ter de prestar caução adicional se for desvalorizado por uma das agências de classificação estabelecidas. Consultar o parágrafo Risco de Crédito de Contraparte.

A parte principal das atividades de recompra e revenda do ING Bank são a curto prazo. As transações de recompra são especialmente efetuadas com títulos obtidos como caução em transações de revenda, que não se encontram reconhecidas no balanço financeiro. Quando os títulos reconhecidos no balanço financeiro forem utilizados numa transação de recompra, estes continuam reconhecidos no balanço financeiro e são participados como com encargo. Dos outros ativos sem encargos incluídos na tabela «Ativos», a vasta maioria dos ativos não está disponível para encargo. Esta categoria é composta por ativos, como créditos derivativos, ativos por imposto, propriedade e equipamento, ativos intangíveis e investimentos em associados e empreendimentos conjuntos.

Risco não financeiro

A tabela abaixo ilustra a distribuição do valor de perda bruto para eventos de risco não financeiro segundo das categorias do risco de Basileia. As categorias do risco de Basileia (isto é, classificações do tipo de evento de Basileia) incluem as áreas de risco indicadas no capítulo Risco não financeiro. A perda de eventos é apresentada no ano de descoberta dos eventos individuais.

Distribuição da perda bruta* por categoria do risco	2016	2015**
Perturbação de atividade e falhas de sistemas	1	4
Clientes, produtos e práticas empresariais	1	207
Danos a ativos físicos	5	3
Práticas de emprego e segurança no local de trabalho	3	38
Execução, entrega e gestão de processos	6	29
Fraude externa	6	38
Fraude interna	2	3
Total	1	322

* Valores de perda para eventos com perda individual ≥ €10 000.
** Devido a recuperações e ao desenvolvimento de valores de perda ao longo do tempo, os números de anos anteriores podem sofrer alterações.

Em 2016, as perdas ocorridas especialmente nas categorias do risco *Execução, entrega e gestão de processos* e *Fraude externa*. Mais de 50 % de perdas para *Execução, entrega e gestão de processos* foram causadas por vários eventos nos mercados nacionais dos países Benelux. Para *Fraude externa,* 60 % das perdas foram causadas por dois eventos em Wholesale Banking.

Em 2015, as perdas ocorreram especialmente na categoria *Clientes, produtos e práticas empresariais.* Isto estava maioritariamente relacionado com a compensação de clientes de Pequenas e Médias Empresas (PME) com contratos de Derivados da Taxa de Juro nos Países Baixos. Todos estes contratos foram vendidos antes de 2012.

Denúncia

O ING considera importante que qualquer funcionário possa reportar, anonimamente ou não, alegadas irregularidades («Preocupações») em matéria de contabilidade ou auditoria, bem como Preocupações de natureza geral, operacional e financeira dentro da empresa, de acordo com sua Política de Denúncia. O ING exerce o máximo cuidado no que se refere à confidencialidade de tal relatório ou ao anonimato do funcionário, dentro dos limites definidos pela legislação e os regulamentos aplicáveis. O ING não destituirá, demoverá, suspenderá, ameaçará, assediará ou prejudicará de qualquer forma o estado de empregabilidade de um Denunciante que comunicou uma Preocupação em boa-fé ou um funcionário que participe ou que participou numa investigação após uma Preocupação comunicada.

As preocupações são registadas em conformidade com categorias específicas, como representado na tabela. As Preocupações são participadas de forma periódica (em números e conteúdo, se necessário) através do Responsável de Conformidade até ao Conselho de Supervisão.

Preocupações de denúncia		
Violação do Orange code ou comportamento não ético	37	14
Fraude / Roubo	3	13
Privacidade ou confidencialidade (do cliente)	3	2
Suborno / Corrupção	5	2
Outra violação de uma lei/regulamento externo	42	39
Retaliação		1
Total	**90**	71

Exclusão de Responsabilidade

Algumas das declarações inclusas no presente documento não são factos históricos, incluindo, nomeadamente, certas declarações feitas de previsões futuras e outras declarações futuras que se baseiam nos pontos de vista e pressupostos atuais da administração e que envolvem riscos conhecidos e desconhecidos, assim como incertezas passíveis de alterar resultados, desempenhos ou eventos de forma material, tendo em conta os expressos ou implícitos nessas declarações. Os resultados, desempenhos ou eventos reais podem diferir materialmente dos indicados nessas declarações devido a vários fatores incluindo, nomeadamente a: (1) alterações nas condições económicas gerais, em particular condições económicas nos principais mercados do ING, (2) alterações no desempenho dos mercados financeiros, incluindo mercados em desenvolvimento, (3) potenciais consequências dos países da União Europeia que saem da União Europeia ou a dissolução do euro, (4) alterações na disponibilidade de, e custos associados com, fontes de liquidez, como financiamento interbancário, bem como as condições nos mercados de crédito e de capital incluindo, geralmente, alterações na qualidade de crédito do mutuário e da contraparte, (5) alterações que afetam os níveis da taxa de juros, (6) alterações que afetam as taxas de câmbio, (7) alterações no comportamento do investidor e do cliente, (8) alterações nos fatores gerais da concorrência, (9) alterações nas leis e regulamentos e na interpretação e aplicação das mesmas, (10) riscos geopolíticos e políticas e ações de autoridades governamentais e reguladoras, (11) alterações nas normas e interpretações segundo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e a sua aplicação, (12) conclusões relativas a premissas e metodologias de contabilidade de compras e outras alterações nos pressupostos e metodologias contabilísticos, incluindo alterações na avaliação de títulos emitidos e exposição ao mercado de crédito, (13) alterações de titularidades que poderiam afetar a futura disponibilidade, para nós, de perda operacional líquida, capital líquido e reportes de perdas integradas, (14) alterações nas notações de risco, (15) o resultado dos procedimentos legais e regulamentares atuais e futuros, (16) a capacidade do ING em alcançar a sua estratégia, incluindo sinergias operacionais projetadas e programas de redução de custos e (17) os outros riscos e incertezas detalhados no relatório anual mais recente do ING Groep N.V. (incluindo os Fatores de Risco nele contidos) e as divulgações mais recentes do ING, incluindo comunicados de imprensa, que estão disponíveis em www.ING.com Muitos desses fatores estão além do controlo do ING.

Todas as declarações futuras feitas por ou em nome do ING apenas se referem à data em que são feitas e o ING não assume qualquer obrigação de atualizar ou rever publicamente quaisquer declarações futuras, seja como resultado de novas informações, seja por qualquer outro motivo.

Os projetos podem estar sujeitos a aprovações regulamentares. Na medida em que possam ter um impacto na Bélgica, todos os projetos descritos são intenções propostas do banco. Não serão tomadas decisões formais até que as fases de informação e consulta com o Conselho do Trabalho tenham sido devidamente finalizadas.

Este documento não constitui uma oferta de venda, nem uma solicitação de oferta de compra, quaisquer títulos nos Estados Unidos ou qualquer outra jurisdição.

Bijlmerplein 888
1102 MG Amsterdam
P.O. Box 1800, 1000 BV Amsterdam
The Netherlands
Telephone: +31 20 5639111 Internet: www.ing.com
Commercial Register of Amsterdam, no. : 33031431.

ING